

Ribeira Grande

Revisão do Plano Diretor Municipal

CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E
MODELO ESTRATÉGICO

SETEMBRO 2025



**Revisão do Plano Diretor
Municipal da Ribeira Grande**

Câmara Municipal da Ribeira Grande

PROPOSTA DE PLANO

CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO
E MODELO ESTRATÉGICO

SETEMBRO 2025

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Conteúdo do documento	2
1.3 Cartografia base	4
2. ANTECEDENTES E COMPROMISSOS	5
2.1 Antecedentes relativos ao PDM em vigor	5
2.2 Intenções e compromissos urbanísticos	7
2.3 Resultados da participação pública para a revisão do PDM	8
3. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR	10
3.1 Quadro de Referência Estratégico	10
3.2 Referencial para o modelo de ordenamento	14
3.2.1 Impacto provocado pela publicação da LBPPSOTU	15
3.2.2 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	17
3.2.3 Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores	23
3.2.4 Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores	32
3.2.5 Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores	33
3.2.6 Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+	35
3.2.7 Programa Regional da Água da Região Autónoma dos Açores (PRAA)	37
3.2.8 Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027	38
3.2.9 Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores	40
3.2.10 Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores	43
3.2.11 Programa Regional para as Alterações Climáticas	45
3.2.12 Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa	46
3.2.13 Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel	48
3.2.14 Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande	52
3.2.15 Unidade de execução da Área Turística do Morro de Baixo	53
3.3 Conteúdo documental do Plano	55
3.3.1 Elementos que constituem a Proposta do Plano	55
3.3.2 Elementos de acompanhamento a Proposta do Plano	55
4. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	57
5. AMBIENTE E PAISAGEM	61
5.1 Fisiografia	61
5.2 Património natural	63
5.2.1 Património biológico	63
5.2.2 Património geológico	67
5.2.3 Áreas classificadas	72

5.3 Paisagem	83
5.3.1 Unidades de paisagem.....	86
5.3.2 Sensibilidade visual	89
5.3.3 Trilhos pedestres.....	99
5.4 Riscos	104
5.4.1 Riscos naturais.....	105
5.4.2 Riscos tecnológicos.....	114
5.4.3 Adaptação às alterações climáticas.....	115
5.4.4 Sistema Municipal de Gestão de Emergência	116
5.5 Qualidade do ar e ruído	118
5.5.1 Qualidade do ar	118
5.5.2 Análise do Ruído	120
5.6 Recursos hídricos	123
5.6.1 Recursos hídricos superficiais	123
5.6.2 Recursos hídricos subterrâneos	129
5.7 Ocupação do solo	131
5.7.1 Análise da situação existente	131
5.7.2 Regime florestal	135
5.8 Regimes de reserva e proteção do solo	137
5.8.1 Reserva Agrícola Regional.....	137
5.8.2 Reserva Ecológica	139
6. INFRAESTRUTURAS, RESÍDUOS E TRANSPORTES	142
6.1 Redes de infraestruturas.....	142
6.1.1 Caracterização da rede de abastecimento de água.....	142
6.1.2 Caracterização da rede de tratamento de águas residuais	145
6.1.3 Caracterização da rede de energia elétrica.....	147
6.1.4 Caracterização da rede de telecomunicações.....	150
6.2 Gestão de resíduos	151
6.3 Mobilidade e sistema de transportes	155
6.3.1 Mobilidade	155
6.3.2 Caracterização da rede viária	161
6.3.3 Transportes coletivos rodoviários	169
6.3.4 Mobilidade suave.....	170
7. OCUPAÇÃO URBANA.....	175
7.1 Modelo de povoamento.....	175
7.1.1 Sistema urbano municipal	179
7.1.2 Estrutura fundiária.....	183
7.2 Uso do solo urbano	184
7.2.1 Classificação do solo urbano em vigor	184
7.2.2 Ocupação do solo urbano.....	187

7.2.3	Principais características urbanísticas.....	188
7.2.4	Identificação das áreas livres de ocupação urbana.....	194
7.3	Dinâmica urbanística	197
7.4	Património histórico e cultural.....	202
7.4.1	Valores patrimoniais municipais	208
8.	DEMOGRAFIA, HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS.....	211
8.1	Caracterização da dinâmica demográfica	211
8.1.1	População residente	211
8.1.2	Indicadores de caracterização demográfica	227
8.1.3	Projeções demográficas	228
8.2	Caracterização da realidade habitacional	229
8.2.1	Características do parque habitacional	229
8.2.2	Estratégia Local de Habitação.....	237
8.3	Caracterização dos equipamentos	242
8.3.1	Equipamentos religiosos	242
8.3.2	Equipamentos educativos	243
8.3.3	Equipamentos de segurança pública.....	244
8.3.4	Equipamentos desportivos	244
8.3.5	Equipamentos de saúde.....	244
8.3.6	Equipamentos de serviço social e administração	245
8.3.7	Equipamentos de apoio social	245
8.3.8	Equipamentos culturais e recreativos.....	246
9.	ATIVIDADES ECONÓMICAS	249
9.1	Estrutura produtiva.....	249
9.2	Setor primário.....	253
9.2.1	Especialização económica - agricultura e pecuária.....	253
9.2.2	Especialização económica – pescas	259
9.3	Setor secundário.....	262
9.3.1	Especialização económica – Indústria extrativa e transformadora	262
9.3.2	Especialização económica – Energia.....	263
9.3.3	Especialização económica – Construção civil	263
9.4	Setor terciário	264
9.4.1	Especialização económica – Comércio	264
9.4.2	Especialização económica – Serviços	265
9.4.3	Especialização económica – Turismo	266
10.	ATIVIDADES SOCIAIS, CULTURAIS E DESPORTIVAS	270
10.1	Atividades sociais	271
10.1.1	Atividades mais significativas no âmbito dos serviços sociais	274
10.2	Atividades culturais	275
10.2.1	Atividades mais significativas no âmbito dos serviços culturais	276

10.3 Atividades desportivas.....	279
10.3.1 Atividades mais significativas no âmbito dos serviços desportivos.....	280
11. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.....	282
11.1 Património natural	284
11.1.1 Recursos hídricos	284
11.1.2 Recursos geológicos	287
11.1.3 Áreas de reserva de proteção dos solos e da biodiversidade.....	290
11.2 Património edificado	294
11.3 Infraestruturas básicas, de transporte e comunicação	295
11.3.1 Infraestruturas básicas.....	295
11.3.2 Infraestruturas viárias	295
11.4 Equipamentos e atividades	297
11.4.1 Edifícios escolares	297
11.4.2 Turismo em espaço rural	297
11.4.3 Produtos explosivos.....	298
11.5 Cartografia e planeamento	298
11.5.1 Marcos geodésicos	298
CAPÍTULO II DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	300
12. REFLEXÃO E DIAGNÓSTICO PROSPETIVO.....	301
12.1 O contexto de desenvolvimento dos Açores.....	301
12.2 Ribeira Grande: a situação atual e os grandes desafios	302
12.2.1 Análise SWOT	302
12.2.2 Fatores para o desenvolvimento territorial	309
CAPÍTULO III MODELO ESTRATÉGICO DE ORDENAMENTO	318
13. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO.....	319
13.1 Visão e síntese da estratégia	319
13.2 Eixos estratégicos	323
13.2.1 Apoiar as pessoas	324
13.2.2 Potenciar uma economia resiliente e inovadora.....	326
13.2.3 Promover a transição climática e verde.....	329
13.2.4 Reforçar a coesão e a atratividade do território	332
13.2.5 Fomentar a cooperação e a cidadania	335
13.3 Modelo de ordenamento	337
ANEXOS	341

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Participações de munícipes sobre o processo de revisão do PDM	9
Figura 2. Distribuição das participações por freguesia.....	9
Figura 3. Modelo territorial da Ilha de São Miguel.....	31
Figura 4. Carta de suscetibilidade a cheias para a bacia hidrográfica da Ribeira Grande.	44
Figura 5. Zonas Terrestres de Proteção e Zonas Reservadas das lagoas do Fogo e de S. Brás (POBHLSM)	47
Figura 6. Planta de Síntese do POOC da Ilha de São Miguel referente ao território da Ribeira Grande (Adaptado)	51
Figura 8. Extrato da Planta Síntese da Unidade de Execução do Morro de Baixo	53
Figura 9. Enquadramento territorial do concelho da Ribeira Grande	57
Figura 10. Freguesias do concelho da Ribeira Grande	59
Figura 11. Carta hipsométrica do concelho da Ribeira Grande.....	61
Figura 12. Carta de exposição solar das encostas	62
Figura 13. Carta de declives	63
Figura 14. Lagoa do Fogo (A) e Lagoa de S. Brás (B).....	64
Figura 15. Rede hidrográfica e vegetação natural.....	65
Figura 16. Localização dos Geossítios no concelho da Ribeira Grande	70
Figura 17. Localização das Cavidades Vulcânicas na Ribeira Grande	72
Figura 18. Identificação das áreas abrangidas pelo PNI e a relação com a vegetação natural.....	77
Figura 19. Identificação das áreas classificadas no concelho da Ribeira Grande.....	78
Figura 20. Ponta do Cintrão	80
Figura 21. Unidades de paisagem de São Miguel	88
Figura 22. Modelo de análise da sensibilidade visual	90
Figura 23. Carta de qualidade visual da Ribeira Grande	95
Figura 24. Carta de capacidade de absorção da paisagem	97
Figura 25. Carta de sensibilidade visual	98
Figura 26. Modelo de avaliação da sensibilidade visual.....	98
Figura 27. Trilhos Pedestres - Ribeira Grande	100
Figura 28. Carta de risco a cheias fluviais para a bacia hidrográfica da Ribeira Grande	107
Figura 29. Zonas Ameaçadas Pelo Mar	108
Figura 30. Risco de galgamentos ou inundações costeiras	109
Figura 31. Movimentos de Vertente na Ribeira Grande	110
Figura 32. Localização das Fumarolas e Suscetibilidade de Temperatura no solo (adaptado)	112
Figura 33. Carta de Intensidades Máximas Históricas para sismos tectónicos	114
Figura 34. Índice global de qualidade do ar – 2020	119
Figura 35. Índice global de qualidade do ar na Ribeira Grande - 2020.....	119
Figura 36. Mapa de Ruído do concelho de Ribeira Grande, período diurno, 2021	122
Figura 37. Mapa de Ruído do concelho de Ribeira Grande, período noturno, 2021	122
Figura 38. Rede hidrográfica do concelho da Ribeira Grande.....	123
Figura 39. Rede de amostragem de lagoas, afluentes de lagoas e ribeiras permanentes de Ribeira Grande	124
Figura 40. Sistemas aquíferos abrangidos pelo concelho de Ribeira Grande	130

Figura 41. Ocupação do Solo da Ribeira Grande (%)	133
Figura 42. Inventário florestal do Concelho da Ribeira Grande	135
Figura 43. Delimitação da Reserva Agrícola Regional na Ribeira Grande	138
Figura 44. Reserva ecológica em vigor no concelho da Ribeira Grande	140
Figura 45. Centros produtores de energia e subestações da ilha de S. Miguel	148
Figura 46. Energia elétrica emitida em São Miguel	149
Figura 47. Interligações CAM	151
Figura 48. Movimentos de saída do concelho da Ribeira Grande, por parte da população residente que estuda ou trabalha noutro concelho	156
Figura 49. Movimentos de entrada no concelho de Ribeira Grande, por parte da população residente noutro concelho e que trabalha ou estuda no concelho de Ribeira Grande	157
Figura 50. Proporção da população residente que trabalha na freguesia onde reside	158
Figura 51. Proporção da população residente que trabalha fora da freguesia onde reside	159
Figura 52. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por freguesia	160
Figura 53. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho (em 2011 e 2021)	160
Figura 54. Rede rodoviária da ilha de São Miguel	162
Figura 55. Mapa das principais vias do concelho com indicação da respetiva hierarquia	166
Figura 56. Rua Direita da cidade da Ribeira Grande	168
Figura 57. Rede de transportes rodoviários de passageiros	169
Figura 58. Traçado da rede ciclável da cidade da Ribeira Grande	172
Figura 59. Relevo da Ilha de São Miguel	175
Figura 60. Esquema de povoamento das ilhas (modelo de proto-ilha)	176
Figura 61. Sistema urbano da Ilha de São Miguel	178
Figura 62. Vista aérea da cidade da Ribeira Grande e da vila de Rabo de Peixe	179
Figura 63. Exemplos de ocupação urbana em Calhetas e Pico da Pedra	180
Figura 64. Imagens da Maia e de Porto Formoso	181
Figura 65. Rede urbana municipal evidenciada pelas características de ocupação na Ribeira Grande	182
Figura 66. Representação do solo urbano no PDM em vigor	187
Figura 67. Ocupação do solo artificializado, segundo a Planta da Situação Existente, na Ribeira Grande	188
Figura 68. Perímetro urbano da Ribeira Grande	189
Figura 69. Perímetros urbanos de Rabo de Peixe	191
Figura 70. Perímetros urbanos de Lombinha da Maia e Criação Velha	192
Figura 71. Perímetro urbano de Pico da Pedra	193
Figura 72. Perímetro Urbano da Boavista	194
Figura 73. Áreas livres de ocupação decorrente da análise espacial efetuada	196
Figura 74. Número de processos com entrada por ano e freguesia	198
Figura 75. Número de licenciamentos e de loteamentos no concelho da Ribeira Grande desde 2004	201
Figura 76. Distribuição dos alvarás de construção ou loteamento por freguesia no concelho da Ribeira Grande (2018-2022)	201
Figura 77. Edifícios concluídos por tipo de obra (Ribeira Grande) – 2021	202
Figura 78. Museu Municipal, Museu da Emigração, Museu do Tabaco e Casa do Arcano	205

Figura 79. Centro de Arte Contemporânea dos Açores.....	205
Figura 80. Número de imóveis com interesse arquitetónico distribuídos pelas freguesias da Ribeira Grande.....	206
Figura 81. Estado de conservação do património arquitetónico do concelho da Ribeira Grande.....	206
Figura 82. Pormenores do estilo micalense (cornija e varandas).....	207
Figura 83. Número de edifícios de “Estilo Micalense” presentes nas freguesias da Ribeira Grande.....	208
Figura 84. Distribuição dos valores patrimoniais do concelho da Ribeira Grande.....	210
Figura 85. Evolução da população residente no concelho da Ribeira Grande.....	213
Figura 86. População residente por freguesia, em 2021.....	214
Figura 87. Taxa de variação da população residente no concelho da Ribeira Grande 2011-2021.....	215
Figura 88. Pirâmide etária da Ribeira Grande.....	219
Figura 89. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2021.....	221
Figura 90. Espacialização dos indicadores de emprego no concelho da Ribeira Grande.....	224
Figura 91. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) 2019.....	225
Figura 92. Poder de compra per capita em 2020.....	225
Figura 93. Evolução do número de beneficiários do RSI no concelho da Ribeira Grande.....	226
Figura 94. Exemplos do tecido edificado degradado no concelho da Ribeira Grande.....	230
Figura 95. Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares no concelho.....	236
Figura 96. Síntese dos indicadores de análise preponderantes para o tema da habitação.....	238
Figura 97. Matriz de relação entre as situações de carência habitacional e os recursos habitacionais existentes no âmbito do Programa 1.º Direito.....	240
Figura 98. Prioridades estratégicas de intervenção da ELH da Ribeira Grande.....	242
Figura 99. Evolução do número de empresas nos principais concelhos da RAA (2011-2021).....	249
Figura 100. As diferentes zonas do concelho da Ribeira Grande.....	310
Figura 101. “Triângulo urbano” formado pela Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa.....	311
Figura 102. Níveis de definição da estratégia.....	320
Figura 103. Eixos prioritários e domínios de intervenção.....	322
Figura 104. Eixos prioritários de intervenção.....	323
Figura 105. Esquema territorial.....	340

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de referência estratégico para a revisão do PDMRG	10
Tabela 2. Síntese da definição do regime de uso do solo resultante da LBPPSOTU	16
Tabela 3. Principais orientações estratégicas do PNPOT.....	18
Tabela 4. Tradução do modelo territorial do PNPOT definido para a ilha de São Miguel.....	20
Tabela 5. Diretrizes de Coordenação e Articulação e as Diretrizes de Conteúdo do PNPOT no âmbito do PDM.....	21
Tabela 6. Objetivos, opções estratégicas e Normas orientadoras do PROTA.....	26
Tabela 7. Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED) e respetivas Medidas do POTRAA	33
Tabela 8. Descrição das Unidades de organização territorial do POTRAA.....	34
Tabela 9. Síntese dos Objetivos Estratégicos e das Metas Estratégicas do PEPGRA 20+	36
Tabela 10. Objetivos estratégicos do PGRH-A 2022-2027	39
Tabela 11. Principais orientações PSRN 2000	41
Tabela 12. Síntese dos Objetivos Estratégicos do PRAC	45
Tabela 13. Classes e Categorias de espaços presentes nas Lagoas do Fogo e de S. Brás no âmbito do POBHLSM.....	47
Tabela 14. Objetivos do POOC da Ilha de São Miguel	48
Tabela 15. Zonas fundamentais do POOC da Ilha São Miguel	49
Tabela 16. Princípios de ordenamento do POOC da Ilha de São Miguel	49
Tabela 17. Objetivos do PPSVZHRG.....	52
Tabela 18. População e densidade populacional da população residente no concelho da Ribeira Grande...59	
Tabela 19. Classes hipsométricas, dimensão e percentagem das áreas	62
Tabela 20. Lista de geossítios do Geoparque Açores localizados no concelho da Ribeira Grande	68
Tabela 21. Recomendações setoriais e medidas reguladoras do Plano Setorial da Rede Natura 2000 na RAA (transcrição integral)	74
Tabela 22. Áreas protegidas, unidades operativas de gestão e regimes de proteção	82
Tabela 23. Avaliação da sensibilidade visual/capacidade paisagística	92
Tabela 24. Avaliação da sensibilidade visual/capacidade paisagística	94
Tabela 25. Distribuição espacial da capacidade de absorção visual média/elevada.....	97
Tabela 26. Análise da sensibilidade visual do concelho da Ribeira Grande	99
Tabela 27. Valores limite para poluentes no ar ambiente	118
Tabela 28. Níveis máximos de ruído permitido, expresso em LAeq.....	120
Tabela 29. Classificação das águas balneares costeiras identificadas no concelho da Ribeira Grande (2011-2024).....	126
Tabela 30. Zonas balneares galardoadas com Bandeira Azul no concelho da Ribeira Grande (2013-2025)...128	
Tabela 31. Classes de ocupação da Planta de Situação Existente.....	132
Tabela 32. Espécies vegetais dominantes no Concelho da Ribeira Grande	135
Tabela 33. Distribuição das áreas abrangidas por RAR nas freguesias de Ribeira Grande.....	138
Tabela 34. Distribuição das áreas abrangidas por RE nas freguesias da Ribeira Grande	140
Tabela 35. Zonas de abastecimento existentes no concelho da Ribeira Grande	142
Tabela 36. Centros electroprodutores da ilha de São Miguel.....	149
Tabela 37. Volume de resíduos por destino final	152

Tabela 38. Proporção da população residente que entra e sai nos concelhos da ilha de S. Miguel	156
Tabela 39. Indicadores de atratividade e repulsão dos concelhos da Ilha de São Miguel, Açores (2021)	157
Tabela 40. Síntese da descrição das vias regionais existentes	164
Tabela 41. Síntese dos resultados do levantamento do estado das vias urbanas (2011)	166
Tabela 42. Acidentes de viação com e sem vítimas na RAA e na ilha de São Miguel	168
Tabela 43. Parâmetros de caracterização da ocupação urbana do concelho da Ribeira Grande	181
Tabela 44. Dimensão das explorações agrícolas	184
Tabela 45. Distribuição das classes e categorias de solo urbano pelas freguesias da Ribeira Grande (%) ..	185
Tabela 46. Distribuição das classes e categorias de solo urbano pelas freguesias da Ribeira Grande (cont.)	185
Tabela 47. Área ocupada pelas diferentes classes e categorias de solo urbano do PDM da Ribeira Grande.....	186
Tabela 48. Número de processos com entrada por ano	197
Tabela 49. Número de processos com entrada por tipo	199
Tabela 50. Número de processos com entrada por utilização por finalidade	200
Tabela 51. Identificação dos valores patrimoniais do concelho da Ribeira Grande	209
Tabela 52. População residente na RAA.....	211
Tabela 53. População residente nos concelhos da RAA	212
Tabela 54. Taxa de crescimento natural	213
Tabela 55. População residente nas freguesias da Ribeira Grande.....	213
Tabela 56. Densidade populacional ao nível das freguesias do concelho da Ribeira Grande.....	215
Tabela 57. População residente, por género, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande.....	216
Tabela 58. População residente por estado civil, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande	217
Tabela 59. População residente por estado civil, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande (cont.)	218
Tabela 60. Variação da população residente por grupo etário.....	219
Tabela 61. População residente por grupo etário, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande	220
Tabela 62. População residente por nível de ensino nas freguesias do concelho da Ribeira Grande	221
Tabela 63. Taxa de analfabetismo da população residente nas freguesias do concelho da Ribeira Grande ...	222
Tabela 64. Taxa de retenção e desistências na Ensino básico	223
Tabela 65. População economicamente ativa	223
Tabela 66. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2015 e 2019	224
Tabela 67. Prestações sociais da Segurança Social em 2019	226
Tabela 68. Indicadores de caracterização demográfica.....	227
Tabela 69. População Residente e projetada para a próxima década	228
Tabela 70. Indicadores relativos aos edifícios existentes	229
Tabela 71. Indicadores relativos aos alojamentos	231
Tabela 72. Indicadores relativos aos alojamentos – Residência habitual e secundária	232
Tabela 73. Alojamentos familiares por época de construção nas freguesias do concelho da Ribeira Grande	233
Tabela 74. Alojamentos familiares vagos segundo a forma de ocupação e época de construção	233
Tabela 75. Alojamentos familiares por escalão de área útil.....	234
Tabela 76. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, quanto ao regime de ocupação	235
Tabela 77. Indicadores relativos ao crédito à habitação	236
Tabela 78. Necessidades dos equipamentos escolares no concelho da Ribeira Grande	243

Tabela 79. Distribuição dos Equipamentos Públicos e Sociais do Concelho da Ribeira Grande	246
Tabela 80. Indicadores de Empresas por Município 2021	250
Tabela 81. Número e pessoal de empresas e estabelecimentos no município, 2021	251
Tabela 82. População ativa por setores de atividade	252
Tabela 83. Número e dimensão das explorações agrícolas.....	253
Tabela 84. Número e dimensão das explorações agrícolas nas Freguesias.....	254
Tabela 85. Terras Aráveis em hectares por tipo de cultura temporária em 2009 e 2019	254
Tabela 86. Terras Aráveis em hectares por tipo de cultura temporária em 2019 nas freguesias	255
Tabela 87. Terras Aráveis em hectares por tipo de cultura permanente	256
Tabela 88. Terras Aráveis em hectares por tipo de cultura permanente, nas freguesias	257
Tabela 89. Efetivo pecuário	258
Tabela 90. Efetivo pecuário nas freguesias	259
Tabela 91. Pescado descarregado e comercializado na lota de Rabo de Peixe em 2019	261
Tabela 92. Comércio internacional declarado de bens por município de sede dos operadores	265
Tabela 93. Empresas de serviços segundo o número, pessoal ao serviço e volume de negócios	266
Tabela 94. Empreendimentos turísticos em funcionamento na Ribeira Grande (30/06/2022)	267
Tabela 95. Distribuição de unidades de Alojamento Local na Ribeira Grande	268
Tabela 96. Capacidade de Alojamento Turístico no concelho da Ribeira Grande (12/05/2023)	269
Tabela 97. Dados das empresas e estabelecimentos ligados às atividades sociais, culturais e desportivas.....	270
Tabela 98. Equipamentos sociais existentes no concelho da Ribeira Grande.....	272
Tabela 99. Equipamentos e entidades culturais existentes no concelho da Ribeira Grande	275
Tabela 100. Equipamentos e entidades desportivas	279
Tabela 101. Condicionantes legais vigentes no concelho da Ribeira Grande	282
Tabela 102. Dimensionamento das “Zonas de defesa” a pedreiras	288
Tabela 103. Síntese da análise SWOT	303
Tabela 104. Explicação da análise SWOT.....	304

LISTA DE ACRÓNIMOS

ALE	Área de Localização Empresarial
AMISM	Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel
ATL	Atividades Tempos Livres
ATM	<i>Automated Teller Machine</i>
CAE	Classificação Atividades Económicas
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CIVISA	Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores
CMRG	Câmara Municipal de Ribeira Grande
CG	Central Geotérmica
COS	Carta de Ocupação do Solo
CRP	Caetano, Raposo & Pereiras, Lda.
CT	Central Térmica
DASUEM	Divisão de Águas Ambiente Serviços Urbanos e Equipamentos Municipais
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DRAC	Direção Regional da Cultura
DRAAC	Direção Regional do Ambiente e Ação Climática
DREC	Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade
DRH	Direção Regional da Habitação
DRCPL	Direção Regional da Cooperação com o Poder Local
DRM	Direção Regional da Mobilidade
DROTRH	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
DRTu	Direção Regional do Turismo
EDA	Eletricidade dos Açores
EE	Estação Elevatória
EFTA	European Free Trade Association
EMQA	Estação de Monitorização da Qualidade do Ar
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETRS	Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IBAs	<i>Important Bird and Biodiversity Areas</i>
IGT	Instrumentos de gestão territorial
IIM	Imóvel de Interesse Municipal
IIP	Imóvel de Interesse Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPIA	Inventário do património imóvel dos Açores
IROA, S.A.	Instituto Regional do Ordenamento Agrário
IT	Indústria Transformadora
LBPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo
MAOT	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
MDT	Modelo Digital do Terreno
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas.
PDM	Plano Diretor Municipal

PAE	Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas
PEPGRA	Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores
PEPGRA 20+	Programa Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores
PERHA	Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares dos Açores
PMERG	Plano Municipal de Emergência da Ribeira Grande
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PMSRG	Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande
PMUS	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
PNISM	Parque Natural de Ilha de São Miguel
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
PPSZHRG	Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande
PRA RAA	Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores
PRA	Programa Regional da Água
PRECEFIAS	Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasoras em Áreas Sensíveis
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território
PSRN2000 RAA	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAR	Reserva Agrícola Regional
REA	Relatório de Estado do Ambiente
RE	Reserva Ecológica
RER	Reserva Ecológica Regional
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCUT	Sem Custo para os Utilizadores (via rápida)
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SE	SubEstação
SIC	Sítio de Interesse Comunitário
SMGE	Sistema Municipal de Gestão de Emergências
SMPC	Sistema Municipal de Proteção Civil
SOGEO	Sociedade Geotérmica Dos Açores
SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas
SRAM	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
TER	Turismo em Espaço Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UOPG	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZPE	Zona de Proteção Especial

CAPÍTULO I |

ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO

1. Introdução

Metodologicamente o processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Ribeira Grande obedece ao seguinte faseamento:

- Fase 1 – Caracterização e Diagnóstico Estratégico;
- Fase 2 – Proposta Preliminar do Plano e Modelo de Ordenamento e Execução;
- Fase 3 – Proposta do Plano;
- Fase 4 – Versão Final da Proposta do Plano.

O relatório de Caracterização, Diagnóstico e Modelo Estratégico constitui o corolário da Fase 1 da revisão do PDM, integrando o conteúdo documental do Plano Diretor Municipal (PDM), tal como estabelecido no n.º 2 do artigo 99.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Açores). Este documento reflete os estudos de caracterização do território municipal, a explicitação dos objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução.

O presente relatório constitui uma versão revista e melhorada do relatório apresentado em julho de 2013, incorporando as alterações decorrentes da 7.ª reunião da CMC, realizada em 18 de setembro de 2023, um conjunto de atualizações posteriores a essa data e, ainda, as alterações decorrentes da 8.ª reunião da CMC, realizada entre os dias 9 e 11 de setembro de 2025.

1.1 Contextualização

O PDM da Ribeira Grande foi ratificado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril, culminando um processo que durou mais de 10 anos e que teve por base pressupostos que se verificavam em meados da década de 90 do século passado. O reconhecimento desta situação e os impactos que dela poderiam advir, motivou que, cinco anos após a entrada em vigor do PDM, se avaliasse a necessidade da sua revisão, através da elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) da Ribeira Grande. Os estudos, levantamentos e análises realizados no âmbito do REOT concluíram e determinaram a necessidade de revisão do PDM, com os seguintes fundamentos:

- Alteração do quadro estratégico de referência que orientou a elaboração do Plano Diretor Municipal atualmente em vigor – cujos estudos de caracterização foram realizados em 1992 – nomeadamente alterações demográficas, sociais, económicas;

- Dificuldades e incongruências na aplicação das normativas consagradas no Plano Diretor Municipal em vigor – decorrentes em parte pelo facto do Plano ter entrado em vigor mais de 10 anos após a elaboração dos estudos que determinaram o quadro de referência;
- Crescente complexidade do quadro legal e alterações na disciplina do ordenamento do território que incidem sobretudo nos domínios da gestão urbanística, nomeadamente quanto à garantia de execução e financiamento e à obrigatoriedade de definição de mecanismos de perequação compensatória;
- Novas exigências ambientais;
- Necessidade de compatibilização com Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) aprovados ou em curso com aplicação na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Nessas conclusões, foi ainda identificada a necessidade do PDM refletir as orientações/objetivos estratégicos de desenvolvimento do Plano Estratégico da Ribeira Grande (2010).

É neste contexto que, em 2010, através de deliberação camarária, foi dado início formal à primeira Revisão do PDM da Ribeira Grande, abrindo-se um primeiro período de discussão pública para a recolha de contributos. Já no decurso do processo de revisão, foi constituída a Comissão Mista de Coordenação (CMC), constituída por um conjunto de 13 entidades¹ (JO II Série n.º 126, Despacho n.º 941/2012, de 2 de julho), incluindo a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

1.2 Conteúdo do documento

O presente relatório, pese embora as várias alterações e atualizações, mantém a estrutura do documento inicial, aprovada em julho de 2013, com ligeiras alterações nas designações de alguns tópicos. Organiza-se em três capítulos:

| Capítulo I – Enquadramento e caracterização

Este capítulo, para além desta introdução, inclui: (i) a síntese dos antecedentes e compromissos assumidos; (ii) o enquadramento legal e regulamentar; e, (iii) o enquadramento territorial e a caracterização do Concelho. Neste último ponto identificam-se e analisam-se as principais características que se evidenciam no território da Ribeira Grande, nos seguintes domínios:

- Ambiente e paisagem;
- Infraestruturas, resíduos e transportes;

¹ Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL); Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC); Direção Regional do Turismo (DRTu); Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC); Direção Regional das Obras Públicas (DROP); Instituto Regional do Ordenamento Agrário (IROA, S.A.); Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH); CM da Ribeira Grande; CM de Vila Franca do Campo; CM de Ponta Delgada, CM da Lagoa; CM da Povoação; Associação Ecológica Amigos dos Açores [Algumas das entidades referidas possuem designações distintas à data da elaboração deste relatório revisto, fruto de alterações na orgânica do Governo Regional].

- Ocupação urbana;
- Demografia, habitação e equipamentos;
- Atividades económicas;
- Atividades sociais, culturais e desportivas;
- Serviços administrativos e restrições de utilidade pública.

| Capítulo II – Diagnóstico territorial

Considerando a informação revelada na análise aos diferentes domínios, neste Capítulo é efetuada uma síntese dos principais aspetos positivos e negativos registados no concelho da Ribeira Grande. Daqui resulta a análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities, threats*), que evidencia os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, bem como os fatores-chave determinantes, ou seja, os de maior importância para cada domínio.

| Capítulo III – Modelo estratégico de ordenamento

Este Capítulo apresenta uma reflexão sobre as tendências evidenciadas no Concelho, identificando os desafios a que este estará exposto na próxima década, a visão e a síntese da estratégia de desenvolvimento, os eixos e objetivos estratégicos, suportados por um conjunto de projetos e ações a considerar no Plano, e o esquema territorial da estratégia, que irá suportar as opções do Modelo de Ordenamento para a revisão do PDM da Ribeira Grande.

Anexos

O presente relatório integrava originalmente um conjunto de peças desenhadas que sintetizavam espacialmente a informação de análise de alguns dos diferentes domínios abordados e que serviram de base ao desenvolvimento da proposta do Plano nas fases subseqüentes. A saber:

- Planta 1 – Planta de enquadramento regional
- Planta 2 – Planta de condicionantes
- Planta 3 – Planta de património
- Planta 4 – Planta de equipamentos
- Planta 5 – Planta de infraestruturas
- Planta 6 – Planta da situação existente
- Mapa de Ruído – Peças escritas e peças desenhadas

Estas peças têm vindo a sofrer atualizações, sendo que algumas delas acompanham a proposta de Plano, de acordo com o conteúdo documental descrito no regulamento. Assim, permanecem associadas a este relatório, em anexo, as plantas de equipamentos e infraestruturas, sendo as restantes autonomizadas e apresentadas com a proposta de Plano.

1.3 Cartografia base

Na sequência da 6.^a reunião da CMC, foi decidido que a cartografia de base a utilizar em todas as peças desenhadas da revisão do PDM deveria ser a cartografia topográfica de imagem oficial, produzida em 2020 por ortorretificação de imagens de satélite datadas de 2017 e 2018, cedidas pela, então, DROTRH, devendo ser complementada com informação vetorial oro-hidrográfica tridimensional, rede rodoviária e informação toponímica consistente com a imagem, do ponto de vista espacial e temporal.

Importa também referir que, considerando o parecer e a posição da DRAAC, decorrente da reunião de concertação realizada em maio de 2020, o tema “Hidrografia”, que integra a cartografia de base, foi atualizado em função da informação enviada por esta entidade.

Na delimitação da Reserva Ecológica, após a consulta da CMRG à Direção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica (DSCIG), foi disponibilizado um limite da linha de costa com maior detalhe, por comparação com a cartografia de base (vetorial e de imagem), no qual se integra o incremento territorial decorrente da construção do Porto de Rabo de Peixe. Este limite é aplicado em todos os elementos do Plano e resulta da integração da informação proveniente de duas fontes: (i) a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) – de onde foi retirada toda a divisão administrativa; e, (ii) a delimitação da linha de costa fornecida pela DSCIG.

Assim, por inerência, a cartografia que suporta a análise territorial vertida neste relatório, apresenta as seguintes características:

- Ortoimagem com resolução 30cm da Ilha de São Miguel;
- Entidade produtora: DigitalGlobe, Inc. e Inforgeo - Sistemas de Informação Geográfica, Lda.;
- Entidade proprietária do Ortoimagem: Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos;
- Data do Ortoimagem: 2017/2018;
- Data de Ortorretificação: 2020;
- Formato: TIFF;
- Oro-hidrografia: cartografia vetorial para a Ilha de São Miguel;
- Entidade proprietária: Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos;
- Sistema de referência: PTR08-UTM/ITRF93 - UTM Zona 26N;
- Limites administrativos: CAOP 2012;
- Linha de costa: Direção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica (DSCIG);
- Toponímia e rede viária: Câmara Municipal da Ribeira Grande.

2. Antecedentes e compromissos

2.1 Antecedentes relativos ao PDM em vigor

A primeira geração do PDM da Ribeira Grande, a que diz respeito o presente processo de revisão, começou a ser elaborado durante a vigência do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, tendo-se concluído já com a vigência do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio, na versão resultante do Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/A, de 8 de outubro.

A proposta do Plano foi aprovada pela Assembleia Municipal da Ribeira Grande a 22 de setembro de 2005, sob proposta da Câmara Municipal, que posteriormente desencadeou o respetivo processo de ratificação, que veio a ocorrer de forma parcial, por via do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril. Deste processo excluíram-se de ratificação algumas situações e outras foram consideradas merecedoras de esclarecimentos ou observações.

No que diz respeito às exclusões, a generalidade deveu-se à necessidade de se garantir a conformidade com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira do troço de Feteiras-Fenais da Luz-Lomba de São Pedro (POOC) que, enquanto plano especial, detém uma posição hierarquicamente superior ao PDM. As exclusões de ratificação incidiram sobre os elementos constitutivos do PDM, nomeadamente, sobre a planta de ordenamento, a planta de condicionantes e o regulamento.

Estas exclusões de ratificação pretenderam obviar a ocorrência de conflitos derivados da articulação entre o regime previsto por este plano para os espaços naturais e o regime previsto no PDM. Identifica-se, a título de exemplo, a qualificação do espaço urbanizável de média densidade (integrado em “espaços urbanizáveis”), na freguesia das Calhetas, que numa pequena parte da sua área está em desconformidade com o uso natural atribuído pelo POOC. Um outro caso ilustrativo localiza-se numa área considerada pelo PDM como uma zona de exploração de massas minerais, em sobreposição com uma área de espaço natural de proteção, demarcada no POOC. Por fim, verifica-se que em diversas áreas de pequena dimensão, qualificadas pelo PDM como espaços urbanos ou zona mista agrícola e florestal (integrada em “espaços florestais”), o respetivo regime colide com o regime do POOC para os espaços naturais de arribas e linhas de água.

Verifica-se, igualmente, a ocorrência de situações de exclusão de ratificação que se devem à necessidade de evitar conflitos entre os regimes específicos da “Reserva Ecológica Regional” (RER) e Reserva Agrícola Regional (RAR). Neste quadro, foram excluídas da RER as áreas que coincidem com a demarcação na planta de ordenamento de espaços de exploração de massas minerais propostas, de forma a evitar sobreposição de regimes nestas zonas. Por outro lado, foi ainda excluída de ratificação na planta de condicionantes uma área indevidamente assinalada como RAR, que coincide com espaços naturais do POOC.

A complementar as exclusões de ratificação acima mencionadas, o Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril procede ainda a diversos esclarecimentos, no sentido de clarificar e sublinhar (i) a prevalência das disposições do POOC sobre as regras do PDM, (ii) a observância de regimes referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública e (iii) a definição de conceitos técnicos de urbanismo.

É exemplo do primeiro caso a inaplicabilidade das permissões para novas construções admitidas pelo Regulamento do PDM nas áreas da RAR (da classe de espaços agrícolas) e da zona mista agrícola e florestal (da classe de espaços florestais) situadas entre Porto Formoso e Maia e na extremidade nascente do concelho, na freguesia da Lomba de São Pedro, sempre que se encontrem qualificadas pelo POOC como espaços naturais de proteção.

É exemplo do segundo caso, a referência às zonas de proteção a imóveis classificados constantes do regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel (Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de agosto), aspeto com implicações relevantes na interpretação do artigo 18.º do Regulamento do PDM. Ou ainda a menção às zonas protegidas das lagoas e ribeiras de acordo com o definido no Decreto Regional n.º 12/77/A, de 14 de junho.

Finalmente, no que se refere ao terceiro caso, efetuam-se alguns esclarecimentos quanto à articulação interna do Regulamento do PDM, nomeadamente, no que respeita ao conceito de índice de ocupação.

Em suma, o PDM em vigor tem um enquadramento específico que resulta das circunstâncias que rodearam a respetiva elaboração, podendo ser desenvolvida a respetiva relação com os restantes instrumentos de gestão territorial em vigor na Região, assim como a sua articulação com servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor e com conceitos técnicos de urbanismo.

Há ainda a considerar que depois da entrada em vigor do PDM da Ribeira Grande foram desenvolvidos um conjunto de estudos estratégicos e setoriais a nível municipal e que são relevantes para o processo de revisão do PDM, a saber:

- Relatório sobre o estado do ordenamento do território (2010);
- Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande (2010);
- Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande 2014-2020 (2014);
- Plano Estratégico para o Turismo da Ribeira Grande 2015 – 2020 (2015);
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Ribeira Grande (2024);
- Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana da cidade da Ribeira Grande, da vila de Rabo de Peixe, da Ribeirinha e de Santa Bárbara (2018);

- Estratégia Local de Habitação da Ribeira Grande (2020);
- Plano Estratégico Ribeira Grande 2030 (2021).

Os elementos de caracterização e diagnóstico que integram os estudos referidos são fundamentais para apoiar o desenvolvimento dos conteúdos e das análises que integram o presente relatório.

2.2 Intenções e compromissos urbanísticos

A definição do modelo de ordenamento e da estratégia de desenvolvimento para a revisão do PDM da Ribeira Grande é, em grande medida, influenciada pela resultante das opções de planeamento do PDM vigente, do desenvolvimento de políticas e evolução dos instrumentos de gestão territorial e pelas intenções e expectativas de atores e promotores de desenvolvimento local. As ambições e expectativas destes últimos foram alvo de avaliação no âmbito do REOT, aferida na consulta pública inicial e analisada ao longo do processo de revisão do Plano.

Pela importância que as operações promovidas por estes agentes privados têm no território, tanto de forma positiva ou negativa, e pela dinâmica das intenções e dos compromissos gerados por estes agentes, a sua acomodação na estratégia deve ser ponderada. Assim, a revisão do PDM deve considerar as intenções e os compromissos urbanísticos com incidência territorial significativa até à data de elaboração da proposta final do plano.

A CMRG tem recebido ao longo dos anos manifestações de interesse e pedidos de esclarecimento sobre as condições para a instalação de atividades económicas, promoção de empreendimentos imobiliários e turísticos. Todas estas manifestações de interesse foram analisadas e consideradas, à luz de critérios que salvaguardam a importância para o desenvolvimento económico do concelho, a sustentabilidade ambiental e o respeito pelos valores naturais e paisagísticos. Nas situações em que se evidenciou a intenção para a execução dos projetos e o benefício para o desenvolvimento do concelho, estes foram integrados na estratégia e no modelo de ordenamento.

Relativamente aos compromissos já assumidos pelo Município durante a vigência do atual PDM, para além dos processos de loteamento e das obras licenciadas a particulares, há, nesta fase, a destacar alguns projetos, para além dos instrumentos de gestão territorial de nível municipal em vigor (analisados no ponto do planeamento e gestão urbanística do presente relatório). Destaca-se, neste momento, o processo relativo à Unidade de Execução da Área Turística do Morro de Baixo, cuja delimitação foi aprovada em Assembleia Municipal e publicada segundo o Aviso n.º 4/2017 de 9 de fevereiro de 2017 e a Unidade de Execução do Monte Verde, aprovada em Assembleia Municipal e publicada no Aviso n.º 20384/2023 de 24 de outubro de 2023.

2.3 Resultados da participação pública para a revisão do PDM

O processo de participação pública, que tem acompanhado a revisão do PDM nas diferentes fases, iniciou-se ainda no decorrer dos primeiros estudos desenvolvidos no âmbito da elaboração do primeiro plano estratégico. Durante este processo realizaram-se entrevistas (março a junho de 2009) e sessões públicas temáticas (14 de maio de 2009) com os principais agentes sociais e económicos do município, nas quais foram discutidos alguns dos objetivos estratégicos, tendo-se recolhido opiniões e sugestões que foram vertidas para o âmbito da revisão do PDM.

No período de participação inicial, após deliberação de revisão do PDM, deliberação n.º 1978/2010 do Diário da República n.º 212, Série II de 2 de novembro de 2010, ficou aberto durante o prazo de 30 dias, que decorreu entre 2 de novembro e 16 de dezembro de 2010, um período de participação, aberto a todos os interessados, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão do PDM e apreciação do REOT.

Sem prejuízo dos trabalhos de revisão do PDM também considerarem as sugestões e os pedidos de alteração recebidos anteriormente (2 anos anteriores a 02/11/2010) e depois do período mencionado no parágrafo anterior, esta análise incide exclusivamente no período de participação inicialmente estabelecido com a publicação do Aviso.

Foram consideradas dentro do período oficial de participação pública o total de 86 participações que apresentam sugestões e pedidos de alteração ao plano em vigor, não tendo sido contabilizadas neste número as que foram recebidas mais do que uma vez desde o início do processo de revisão do PDM. As participações efetuadas foram analisadas individualmente e catalogadas apenas para efeitos estatísticos por categorias temáticas, sendo que algumas participações incidem em mais do que uma categoria temática (contabilizando-se mais menções temáticas (89) que o número total de participações) (Figura 1).

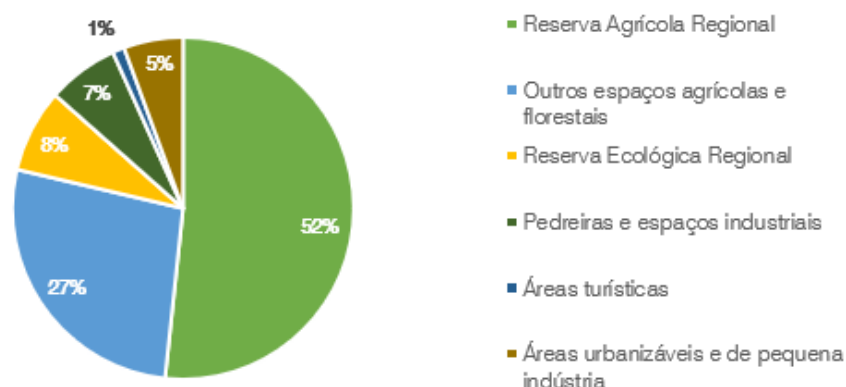


Figura 1. Participações de municípios sobre o processo de revisão do PDM

Fonte: CMRG, 2011

Considerando os dados tratados por categoria, as principais intenções dos municípios e dos agentes locais incidem na temática da Reserva Agrícola Regional. Quanto à distribuição espacial observa-se, pela leitura do mapa seguidamente apresentado, que a maioria das participações é feita na freguesia da Conceição, onde constam 24% do total das participações, seguindo-se as freguesias de Rabo de Peixe e de Ribeira Seca com 19%, bem como Matriz com 13%. As restantes freguesias apresentam uma percentagem abaixo dos 10% relevando-se as freguesias de Porto Formoso, Maia e Fenais da Ajuda sobre as quais não incidiram participações (Figura 2).



Figura 2. Distribuição das participações por freguesia

Fonte: CMRG, 2011

3. Enquadramento legal e regulamentar

3.1 Quadro de Referência Estratégico

O planeamento e o ordenamento, a nível local, são influenciados por políticas, estratégias, programas e planos nacionais, regionais e municipais. A revisão do PDM da Ribeira Grande deve considerar, no âmbito da análise e da definição do modelo de ordenamento, o quadro de referência estratégico formado por esses instrumentos. Este exercício permite identificar e validar a coerência entre os objetivos de desenvolvimento estabelecidos nesses documentos de referência e os objetivos explanados no Plano que define o desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande na próxima década.

A identificação dos principais documentos que compõem o referencial estratégico para a revisão do PDM da Ribeira Grande não se pretende exaustiva. Contudo, a sua identificação e análise contribuem para o alinhamento dos objetivos de desenvolvimento às várias escalas territoriais e setoriais, procurando que a proposta de ordenamento seja coerente com as políticas e objetivos regionais e nacionais.

Na Tabela 1 é apresentada a lista dos principais documentos que apoiam o trabalho de caracterização, diagnóstico e elaboração do modelo de ordenamento para o concelho da Ribeira Grande.

Tabela 1. Quadro de referência estratégico para a revisão do PDMRG

Fonte: SPI, 2025

Estratégia, Plano ou Programa		Legislação
Âmbito Internacional / Comunitário		
Diretiva Aves	Diretiva relativa à conservação das aves selvagens	Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979, revogada pela Diretiva 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009
Diretiva Habitats	Diretiva relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens	Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992
Convenção de Bona	Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes à Fauna Selvagem	Decisão 82/4617CEE, Decisão do Conselho de 24 de junho de 1982
Convenção de Berna	Convenção relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa	Decisão 82/72/CEE, Decisão do Conselho de 3 de dezembro de 1981

Estratégia, Plano ou Programa		Legislação
Convenção de Ramsar	Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como «Habitat» de Aves Aquáticas	Tratado intergovernamental adotado em 2 de fevereiro de 1971, em vigor desde 1975 e assinado pelo Estado Português em 1980 (Decreto n.º 101/80, de 9 de outubro) e ratificado em 24 de novembro do mesmo ano.
Convenção sobre a diversidade biológica	Convenção sobre a diversidade biológica	Decisão 93/626/CEE, Decisão do Conselho de 25 de outubro de 1993
Âmbito Nacional		
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro).
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro com a Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio.
ENAA 2020	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020	Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho.
ENGIZC	Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro.
PNEC 2030	Plano Nacional Integrado Energia e Clima	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho.
PNUEA 2012-2020	Programa Nacional do Uso Eficiente da Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho e Despacho conjunto n.º 405/2006, de 16 de janeiro.
PENSAARP 2030	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro, alterado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto.
PO Mar 2030	Programa Operacional Mar 2030	Aprovado pela Decisão C (2022) 8925, de 1 de dezembro de 2022.
ENM 2021-2030	Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho.
Portugal 2030	Estratégia Portugal 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência	-
Âmbito Regional		
PRORURAL+	Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020	Aprovado pela decisão C (2015) 850, de 13 de fevereiro de 2015.
PO Açores 2020	Programa Operacional dos Açores 2020	Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014, de 6 de novembro.

Estratégia, Plano ou Programa		Legislação
PO Açores 2030	Programa Operacional dos Açores 2030	Resolução do Conselho do Governo n.º 207/2021
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto
PAE RAA	Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto.
POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A de 11 de agosto, suspenso parcialmente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril (alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, de 24 de julho). Revisão autorizada pela Resolução n.º 101/2015, de 15 de julho, alterada e republicada pela Resolução de Conselho do Governo n.º 141/2024, de 23 de setembro.
PEMTA	Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores	Resolução do Conselho do Governo n.º 123/2023, de 9 de agosto.
PEPGRA 20+	Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+	Decreto Legislativo Regional n.º 29/2023/A de 18 de julho de 2023
PRA RAA	Programa Regional da Água da Região Autónoma dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 9/2023/A, de 8 de março.
PGRH-Açores 2022-2027	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027	Aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2023/A, de 27 de fevereiro.
PSRN2000 RAA	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 10 de abril.
RJCNPB	Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade	Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que transpõe para o ordenamento jurídico regional a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, e a Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens.
PRECEFIAS	Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis	-
PGRIA	Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027	Decreto Legislativo Regional n.º 20/2016/A, de 10 de outubro. A Resolução n.º 60/2021 de 23 de março, alterada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 148/2021, de 24 de junho, que determinou a revisão do PGRIA. O Decreto Legislativo Regional n.º 1/2025/A, de 2 de janeiro aprovou o PGRIA 2022-2027.

Estratégia, Plano ou Programa		Legislação
PRAC-Açores	Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores	Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 de novembro.
POBHLSM	Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa	Aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2013/A, de 30 de setembro.
SIAGPA	Sistema de Informação de Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores	Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro.
PA Açores 2019-2027	Plano de Ação de Sustentabilidade do Destino Açores	-
PMUS RAA	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Autónoma dos Açores	-
PMEA 2018-2024	Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024	-
POOC da Ilha de São Miguel	Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel	Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/A, de 20 de fevereiro.
PRESAA	Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores	-
PNISM	Parque Natural da Ilha de São Miguel	Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2025/A, de 31 de janeiro.
PGAT-PNISM	Plano de Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural da Ilha de São Miguel	Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2020/A, 5 de agosto
PSOEM-Açores	Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, Subdivisão dos Açores	Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2024, de 16 de outubro
PA-ENM	Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2021, 1 de setembro
PALM2028	Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028	Resolução de Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro
Relatório de reporte DQEM	Relatórios de reporte no âmbito da Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024)	-
Âmbito Intermunicipal/Municipal		
PDM RG	Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande	Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril (Suspensão parcial publicada pelo Aviso n.º 53/2022 de 12 de outubro). Aviso n.º 153/2010, de 9 de novembro, que determina a revisão do PDM RG.

Estratégia, Plano ou Programa		Legislação
PET RG 2015-2020	Plano Estratégico para o Turismo da Ribeira Grande 2015-2020	-
PMEPCRG	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Ribeira Grande	Despacho n.º 1/2024/A, de 30 de agosto.
PMSRG	Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande	-
PPS-ZHRG	Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande	Publicado pelo Aviso n.º 23325/2010, de 12 de novembro. Aviso n.º 3/2023 de 5 de janeiro, que determina a revisão do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande.
UE-ATMB	Unidade de Execução da Área Turística do Morro de Baixo	Publicado pelo Aviso n.º 4/2017, de 9 de fevereiro
PERU	Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana da cidade da Ribeira Grande, da vila de Rabo de Peixe, da Ribeirinha e de Santa Bárbara	Publicado pelos Avisos: n.º 3278/2019, de 28 de fevereiro; n.º 3279/2019, de 28 de fevereiro; n.º 3280/2019, de 28 de fevereiro; n.º 3281/2019, de 28 de fevereiro.
ELH	Estratégia Local de Habitação da Ribeira Grande	Aprovada em sede de Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada a 11 de fevereiro de 2021.
Ribeira Grande 2030	Plano Estratégico Ribeira Grande 2030	-

3.2 Referencial para o modelo de ordenamento

O enquadramento legal e as orientações políticas e estratégicas registaram, e tem vindo a registar, uma evolução assinalável desde a conclusão do último relatório de estado do ordenamento do território da Ribeira Grande, assim como do arranque do processo de revisão do PDMRG. Neste âmbito, surgiram novas orientações que servem de referencial para a definição do modelo de ordenamento do concelho da Ribeira Grande.

No espectro destas alterações há a identificar alterações legais e regulamentares decorrentes da entrada em vigor da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual. Esta publicação teve como consequência a revisão do regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, assim como dos diplomas que o regulamenta, (por ora, apenas o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto), alterando o paradigma do ordenamento do território nacional.

No que concerne a planos de ordenamento do território às diferentes escalas territoriais, importa referir a revisão do PNPOT (aprovado pela Lei 99/2019, de 5 de setembro), a entrada em vigor do PROT Açores (aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto), Plano

Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto), Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto), Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (Decreto Legislativo Regional n.º 29/2023/A, de 18 de julho de 2023), Programa Regional da Água (Decreto Legislativo Regional, n.º 9/2023/A, de 8 de março), Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (Decreto Legislativo Regional, n.º 8/2023/A, de 27 de fevereiro), PSRN 2000 RAA (Decreto Legislativo Regional 7/2007/A, de 10 de abril), Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 1/2025/A, de 2 de janeiro), Programa Regional para as Alterações Climáticas (Decreto Legislativo Regional, n.º 30/2019/A, de 28 de novembro de 2019), Plano de Ordenamento da orla Costeira da Ilha de São Miguel (Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/A, de 20 de fevereiro), Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa (Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2013/A, de 30 de setembro), do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande (aprovado por via da deliberação da Assembleia Municipal de Ribeira Grande, de 21 de setembro de 2010, e publicitado por via do Aviso do Município de Ribeira Grande n.º 23325/2010, de 12 de novembro), e, mais recentemente, a aprovação da Unidade de Execução da Área Turística do Morro de Baixo.

Conforme se irá apresentar, os citados regulamentos e planos assumem um papel preponderante na definição de objetivos e critérios de ordenamento, garantindo a articulação com os restantes instrumentos de gestão territorial aplicáveis. Independentemente da necessidade de transposição de normas regulamentares de planos setoriais para a Proposta do Plano, importa nesta fase conhecer as principais referências para a política de ordenamento local. É desta conjugação de elementos que resulta o modelo de ordenamento do território, a saber:

3.2.1 Impacto provocado pela publicação da LBPPSOTU

A figura legal do plano diretor municipal (PDM) está prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial para os Açores – RJIGT-A.

Contudo, tendo em consideração as alterações que resultaram da publicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (LBPPSOTU), nomeadamente no que diz respeito ao regime de classificação e qualificação do solo, e que o RJIGT-A ainda não foi revisto considerando essas alterações (à imagem do que ocorreu com o RJIGT “nacional”), há que ter em atenção que o diploma regional se aplica em tudo aquilo que não contrariar a LBPPSOTU.

Nas situações em que a redação atual do RJIGT-A esteja em oposição com a LBPPSOTU (na sua redação atual) ou em que não contemple matéria desta que deva ter desenvolvimento, aplica-se o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que estabelece o novo regime

jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT), em desenvolvimento da LBPPSOTU, bem como os diplomas que o regulamentam.

A este propósito, a DRCPL (na época DROAP - Direção Regional de Organização e Administração Pública) apresentou aos municípios da RAA as circulares CIRC-DROAP/2015/20, de 17 de junho de 2015 e CIRC-DROAP/2016/29, de 8 de julho de 2016, onde expressa o seu entendimento sobre a matéria e os desenvolvimentos a prosseguir, a saber:

- O RJGT-A continua a disciplinar os instrumentos de gestão territorial;
- Tal diploma regional se aplica em tudo aquilo que não contrariar a LBSOTU;
- Nos casos em que o RJGT-A esteja em oposição com a LBPPSOTU ou em que não contemple matéria desta que deva ter desenvolvimento, aplica-se o RJGT e os diplomas que o regulamentam (por ora, apenas o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto).

Guiado por estas três ideias basilares e atendendo às atribuições e competências da DROAP ao nível do acompanhamento da elaboração dos PDM na RAA, este serviço estudou a concretização dos referidos regimes legais em matéria de PDM, definindo as um conjunto de orientações a aplicar nos processos em cursos na Região, apresentadas nas referidas circulares. Aqui apenas se pretende dar um enquadramento das atuais definições no que à classificação do solo diz respeito (Tabela 2).

Tabela 2. Síntese da definição do regime de uso do solo resultante da LBPPSOTU

Fonte: DROAP, 2016

Regime de uso do solo	
Definição	Legislação aplicável
O regime de uso do solo define a disciplina relativa à respetiva ocupação, utilização e transformação, sendo estabelecido designadamente pelos planos territoriais de âmbito municipal através da classificação e qualificação do solo	artigo 9.º da LBPPSOTU e n.º 1 do artigo 87.º do RJGT-A
Classificação do solo	
Definição	Legislação aplicável
A classificação do solo determina o destino básico do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre “solo rústico” e “solo urbano”, traduzindo uma opção de planeamento territorial, a qual no caso do solo urbano é nos termos e condições previstos na lei.	n.º 1 e 3 do artigo 10.º da LBPPSOTU e n.º 1 do artigo 88.º do RJGT-A
«Solo rústico», aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos	alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º da LBPPSOTU

naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano	
«Solo urbano», o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.	alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da LBPPSOTU

3.2.2 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O PN POT é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PN POT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

Em 2016, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, determinou a alteração do PN POT 2007, processo concluído com a sua publicação pela Lei 99/2019, de 5 de setembro. Esta revisão teve como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do País, que acompanha o desígnio último de alavancar a coesão interna e a competitividade externa do nosso País e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PN POT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

Para além do diagnóstico suportado em temas que influenciam o ordenamento do território em Portugal – “Portugal no Mundo”; “Organização, tendências e desempenho do território”; “Mosaicos regionais”; “Sistema de gestão territorial”; e, “Problemas do ordenamento do território”; - o PN POT apresenta a Estratégia e o Modelo territorial para o país. É a síntese destes últimos conteúdos que importa conhecer no âmbito da revisão do PDM.

Partindo da identificação das mudanças críticas e tendências territoriais, desenvolvem-se os Desafios Territoriais que representam as grandes orientações estratégicas do PN POT (Tabela 3).

Tabela 3. Principais orientações estratégicas do PNPOT

Fonte: PNPOT, 2019

Mudanças críticas e tendências territoriais	Desafios territoriais
M1. Mudanças ambientais e climáticas ■ Aumento da temperatura; ■ Alteração dos padrões de precipitação; ■ Subida do nível médio do mar.	D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável 1.1. Valorizar o capital natural; 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano; 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica.
M2. Mudanças sociodemográficas ■ Crescimento natural em quebra; ■ Estrutura demográfica mais envelhecida; ■ Intensificação dos movimentos migratórios.	D2. Promover um sistema urbano policêntrico 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa; 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna; 2.3. Promover a qualidade urbana.
M3. Mudanças tecnológicas ■ Digitalização, ciberespaço, automação e robótica; ■ Mudança do paradigma energético; ■ Genética, medicina preditiva, prevenção e terapias personalizadas.	D3. Promover a inclusão e a diversidade territorial 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral; 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização; 3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço.
M4. Mudanças económicas e sociais ■ Mudança na globalização; ■ Maior consciência ecológica e novas percepções de bem-estar; ■ Uma sociedade mais multipolar e participativa.	D4. Reforçar a conectividade interna e externa 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica; 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade; 4.3. Dinamizar as redes digitais.
	D5. Promover a governança territorial 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível; 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial; 5.3. Aumentar a Cultura Territorial.

Tendo por base o conceito de coesão territorial, o PNPOT assume ainda os seguintes princípios territoriais:

- Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior

coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas;

- Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;
- Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;
- Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;
- Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural, paisagístico e cultural;
- Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.

É o conjunto dos princípios de coesão territorial, juntamente com os desafios e as orientações estratégicas, divididas em 15 políticas de base territorial, que informam e definem o Modelo Territorial do PNPOT.

O Modelo Territorial estabelece um compromisso de organização do território reconhecendo o valor dos recursos e da diversidade territorial e antevendo a necessidade de adaptação às mudanças críticas emergentes. Traduz os desafios territoriais enunciados, contribuindo para aumentar a capacidade de resiliência dos diferentes territórios num quadro de coesão territorial.

Este representa a tradução espacial da estratégia de desenvolvimento do País, correspondendo a um conjunto de sistemas territoriais que irão informar o ordenamento do território. Estabelece um compromisso de organização do território nacional, tendo em vista enfrentar as mudanças críticas com resiliência, capacidade adaptativa e geração de novas oportunidades, e induzir respostas aos desafios que se colocam ao País, no quadro dos princípios da coesão territorial.

O Modelo Territorial apoia-se em cinco sistemas territoriais fundamentais – o Sistema Natural, o Sistema Urbano, o Sistema Social, o Sistema Económico e o Sistema de Conetividade – e identifica, num quadro prospetivo, os territórios especialmente vulneráveis às mudanças críticas, que importam contrariar. Para cada sistema é apresentado um esquema territorial que procura sintetizar os respetivos elementos estratégicos fundamentais.

No que diz respeito à Região Autónoma dos Açores, e mais propriamente à ilha de São Miguel, procura-se, seguintemente, traduzir e sistematizar o modelo territorial relativamente aos 5 sistemas territoriais fundamentais (Tabela 4).

Tabela 4. Tradução do modelo territorial do PNPOT definido para a ilha de São Miguel

Fonte: PNPOT, 2019

Modelo Territorial	Tradução espacial em São Miguel
S1. Sistema Natural Um País que conhece e compreende os seus recursos naturais valoriza os serviços prestados pelos ecossistemas em prol do bem-estar social e procura afirmar a sua diversidade territorial e construir estratégias de atratividade e de competitividade diferenciadoras, retirando partido da especificidade dos seus recursos, da sua cultura e das identidades socioterritoriais.	Os principais elementos que compõem o sistema natural na ilha de São Miguel, são o sistema de aquíferos e as áreas do Geoparque mundial da Unesco (que integra toda a região). As áreas de capital natural assumem um papel preponderante na ilha, destacando-se as áreas protegidas e as áreas de rede natura 2000. Há ainda a referir um conjunto de áreas com “solo de elevado valor pedológico e ecológico (EPIC/ISA)” e “Áreas de montanha com altitude superior a 700m”, que compõem a estrutura natural existente na ilha.
S1. Sistema Social Um país que valoriza as pessoas, a igualdade de oportunidades e a igualdade de direitos aos cidadãos, em matéria de habitação, saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto e lazer, independentemente da sua situação socioeconómica e geográfica, da nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência, eleva a qualidade de vida e o bem-estar social.	Na ilha identifica-se a dimensão da população com 75 ou mais anos, desempregados e outros grupos vulneráveis, sendo este grupo mais expressivo em Ponta Delgada. A este propósito, aplicando-se a toda a RAA, o PNPOT não apresenta informação sobre o nível dos perfis de vulnerabilidade social. Destaca-se que a ilha se encontra em Perda Demográfica (projeção de perda demográfica para 2030 > 15%), questão transversal a grande parte do território português.

Modelo Territorial	Tradução espacial em São Miguel
S1. Sistema Económico Um país que valoriza a diversidade e as especificidades territoriais como elementos de desenvolvimento e competitividade baseia-se num sistema territorial que procura retirar partido dessa variedade, apoiando o potencial de articulação entre distintos tipos de territórios, as estratégias estruturadas em clusters e com base em lógicas de especialização inteligente e, ainda, a importância dos ativos dos territórios urbanos e rurais.	O perfil económico da ilha assenta, fundamentalmente, na “Agricultura, agroalimentar, comércio e serviços”, sendo que as sedes de concelho são essencialmente dedicadas ao “Comércio, Serviços Coletivos e às Empresas”. É em Ponta Delgada que se polarizam as dinâmicas económicas, constituindo-se como o principal nó de uma rede de conhecimento e inovação de nível 1. Na ilha destacam-se vários elementos de produção de energia.
S1. Sistema de Conetividade Um país bem conectado em infraestruturas verdes, azuis e cinzentas, que tira proveito da sua posição geográfica e da facilidade de relação com outros povos, reconhece e valoriza as ligações e interconexões territoriais no espaço nacional e para além dele, assumindo a relevância da gestão dos ecossistemas e das redes naturais, viárias e digitais.	São Miguel, a par da ilha da Terceira, é a porta de entrada internacional preferencial na RAA. A ilha dispõe de aeroporto com serviço internacional regular e um porto principal. Ao nível das infraestruturas de comunicação, destaca-se como um ponto de ancoragem da rede de fibra ótica submarina.
S1. Sistema Urbano Um país que reconhece a importância da coesão e da equidade territorial afirma a sua estratégia de organização territorial num sistema urbano mais policêntrico, promovendo os centros urbanos enquanto âncoras do desenvolvimento regional e de competitividade externa, e dinamizando subsistemas territoriais capazes de gerar massas críticas que favoreçam ganhos de sustentabilidade e acessibilidade em relação aos serviços de interesse geral.	Este sistema é polarizado por Ponta Delgada, que se afirma como centro regional. É com este centro que os restantes aglomerados (Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste) articulam as suas relações territoriais. O PNPOT, a este respeito, indica que se deve apostar na valorização das relações nestes subsistemas territoriais. Estas relações estão alicerçadas num grande corredor rodoviário que estrutura este território insular

O PNPOT define ainda, as Diretrizes de Coordenação e Articulação e as Diretrizes de Conteúdo, para os vários instrumentos de gestão territorial, incluindo os Planos Diretores Municipais (Tabela 5).

Tabela 5. Diretrizes de Coordenação e Articulação e as Diretrizes de Conteúdo do PNPOT no âmbito do PDM

Fonte: PNPOT, 2019

DIRETRIZES DE	Planos Diretores Municipais e Intermunicipais	45. O planeamento de âmbito municipal é da responsabilidade dos municípios (individualmente ou associados), visando definir os modelos de organização do território, estabelecer os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação.
		46. O PDM é um instrumento fundamental do sistema de gestão territorial que abrange a totalidade do território municipal e é de elaboração obrigatória, devendo, assim, ter um conteúdo estratégico reforçado .
		47. Os PDM devem procurar a explícita formulação da componente estratégica do território visado, em sintonia com um maior foco dos seus conteúdos regulamentares que permita a contenção dos efeitos de alterações legislativas, por parte da administração central e periférica.

	48. Cabe aos municípios promover a dinâmica do planeamento e assegurar uma gestão ativa e adaptativa do território enquadrada por instrumentos de planeamento atualizados, por forma a evitar disfuncionalidades no sistema de gestão territorial e a sua descredibilização. 49. A essência do PDM exige a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão devendo incorporar, entre outros, soluções de remissão para outras figuras de gestão territorial (planos de urbanização e planos de pormenor) e para regulamentos municipais. 50. Os PDM devem estabelecer princípios e regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a estratégia que os enformam. 51. Importa conciliar as orientações de reforço do carácter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar neste as disposições relativas ao uso do solo, incluindo as decorrentes de PE e PS. 52. É essencial melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios. 53. Os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) desenvolvem os PDM e, nessa medida, refletem os quadros de referência nacionais e regionais. 54. O PNPOT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentiva a adoção de PU, PP e Unidades de Execução, libertando os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e melhorando, deste modo, a gestão urbanística. 55. Refere a necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos.
DIRETRIZES DE CONTEÚDO	Planos Directores Municipais 64. Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado, integrando-o com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial. 65. Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM. 66. Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial considerando as centralidades nas redes (supra)municipais, os sistemas de mobilidade e a acessibilidade no acesso aos diferentes serviços. 67. Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, favorecendo a redução das deslocações e novas formas de mobilidade sustentável. 68. Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes. 69. Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, valorizando recursos endógenos, gerindo compatibilidades de usos e gerando novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais. 70. Delimitar áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração as alterações climáticas e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos.

	71. Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e prevenção do risco de incêndio, definindo regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas. 72. Garantir a diminuição da exposição ao risco na ocupação da orla costeira, interditando por princípio e fora das áreas urbanas, novas edificações que não se relacionem diretamente com a fruição do mar e a contenção das ocupações edificadas em zonas de risco. 73. Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, (especialmente áreas classificadas) e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem. 74. Travar a artificialização do solo, pela adequação da extensão do solo urbano e promoção da regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e pela restrição de nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. 75. Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição. 76. Definir modelos de organização territorial e normativos que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade. 77. Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração. 78. Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.
--	--

3.2.3 Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

O PROTA constitui um plano regional de ordenamento do território vinculativo para as entidades públicas que define a estratégia regional de desenvolvimento territorial e estabelece o quadro de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território e para a definição e enquadramento de programas de intervenção cuja natureza e âmbito comportem significativas implicações territoriais.

Em termos genéricos, o PROTA identifica o concelho em causa como integrando o triângulo central composto pelos eixos relacionais de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa, triângulo esse com dinâmicas positivas, em que se perspetivam crescimentos demográficos moderados a curto/médio prazo.

Neste quadro, o plano identifica alguns possíveis conflitos ambientais e paisagísticos dos grandes eixos relacionais, materializados em infraestruturas rodoviárias, com as áreas de maior valor

conservacionista, as áreas sujeitas a perigo sísmico muito forte, e as áreas de integração paisagística e ambiental associadas a explorações de inertes, concentradas no triângulo em causa.

No que se refere aos sistemas de proteção e valorização ambiental, o PROTA confere especial atenção às áreas nucleares de conservação da Ilha de S. Miguel, prevendo a respetiva sujeição a medidas prioritárias de valorização dos respetivos habitats, incluindo, no seu interior, lagoas com uma dimensão considerável e que constituem valores paisagísticos notáveis. As áreas nucleares de conservação da natureza correspondem às áreas mais importantes sob o ponto de vista da conservação e da biodiversidade de recursos, integrando as Áreas da Rede Natura 2000 da Região e as Áreas Protegidas vigentes, quadro em que será efetuado o reordenamento territorial proposto relativo ao novo regime jurídico relativo à classificação, gestão e administração das áreas protegidas nos Açores. Por outras palavras, as citadas áreas nucleares correspondem à Rede de Áreas Protegidas dos Açores, no âmbito da qual se adota um modelo de classificação assente em critérios de gestão, que visa, também, o reconhecimento internacional dos valores conservacionistas, paisagísticos e científicos dos Açores.

Para além das áreas nucleares, o PROTA delimita ainda a macroestrutura das áreas ecológicas complementares, que correspondem às principais estruturas biofísicas presentes no território que permitem assegurar a continuidade dos processos ecológicos entre as áreas nucleares e entre os territórios mais interiores e litorais, abrangendo os sistemas biofísicos e os recursos territoriais mais significativos à escala regional (assumindo especial relevo o sistema hídrico, nas suas componentes superficial e subterrânea). Simplificando, trata-se da macroestrutura ecológica de âmbito regional que integra os principais ecossistemas abrangidos pelo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Por outro lado, ainda no âmbito dos sistemas de proteção e valorização ambiental, o PROTA destaca também a representação de extensos perímetros de ordenamento agrário no mesmo triângulo, compostos parcialmente por subsistemas produtivos integrados na Reserva Agrícola Regional (RAR), orientando o potencial de desenvolvimento de serviços de base urbana com a articulação dos sistemas urbano e rural e com a estrutura de distribuição territorial do emprego no Arquipélago, nas suas várias situações.

Entre as situações definidas na estratégia do PROTA, conta-se a Ilha de São Miguel, com sistemas urbanos mais dinâmicos, em que se propõe a geração de complementaridades entre o estatuto de porta de internacionalização de Ponta Delgada com o potencial de dinâmica urbana de Lagoa e Ribeira Grande. Com efeito, o desenvolvimento a montante e a jusante de serviços e atividades complementares da fileira do turismo, além de favorecer o desenvolvimento urbano de uma das principais portas de internacionalização da Região, tenderá a repercutir-se também naqueles centros urbanos.

Por fim, compõem ainda os sistemas de proteção e valorização ambiental, as paisagens culturais, que correspondem a áreas onde se concentram recursos e valores naturais, culturais e paisagísticos diversificados e significantes, no contexto regional, traduzindo unidades territoriais. São áreas que apresentam uma estrutura integradora das diversas vertentes e dimensões do território, ecológica, cultural, sensorial e económica, das quais resulta uma configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhes confere geralmente uma certa coerência e às quais correspondem determinadas características, que refletem a dimensão identitária da paisagem açoriana.

No que se refere à regulação da oferta de solo urbano, verifica-se a existência na Ilha de S. Miguel de padrões de urbanização muito complexos e heterogéneos, apresentando o concelho de Ribeira Grande áreas de expansão significativas, resultando frequentemente as mesmas de programas especiais de baixa densidade, tais como quintas rurais, zonas turísticas e zonas para equipamentos. Neste quadro, a variação percentual das áreas de expansão urbana em relação às áreas urbanas assume um valor próximo de 110%, determinando o PROTA a necessidade de controlar o sobredimensionamento das áreas de expansão urbana da Ribeira Grande, através de medidas de gestão urbanística que deem prioridade às expansões a partir das áreas urbanas existentes mais consolidadas. (vd. quadro 4 do PROTA – “Síntese das opções estratégicas de matriz territorial” e respetivo ponto III.8.5). O dimensionamento das áreas de expansão urbana a incluir no PDM em revisão deverá tomar como valor máximo de referência, para o horizonte do plano, um acréscimo relativamente às atuais áreas urbanas de 20%. Do PROTA resultam ainda as seguintes orientações gerais:

- Contenção dos processos lineares de urbanização e contenção territorial, compatibilizando valores imobiliários e urbanísticos;
- Deslocação do setor industrial para fora dos centros urbanos e localização de empresas junto das unidades industriais;
- Desincentivada a construção em altura, particularmente, quando se destine a fins predominantemente residenciais;

Em solo rural a construção de novas edificações deve ser evitada, admitindo-se, com carácter de exceção, a realização de ações de reconhecido interesse público, de âmbito regional ou local (...) as novas construções em solo rural, devem localizar-se preferencialmente nos aglomerados existentes, devendo os instrumentos de planeamento prever, sempre que se justifique, zonas destinadas a habitação secundária, bem como aos necessários equipamentos de apoio, reservando-se o espaço rural para as atividades que lhe são próprias. Alguns dos principais aspetos do PROTA podem ser sistematizados da seguinte forma:

Tabela 6. Objetivos, opções estratégicas e Normas orientadoras do PROTA

Fonte: PROTA, 2010

Objetivos	Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas sectoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores (RAA);	
	Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território;	
	Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural;	
	Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras tendo em conta, entre outros aspetos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas;	
	Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha;	
	Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso, bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos;	
	Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da Região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas;	
	Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, através da discussão e validação de opções estratégicas que deverão nortear a construção do modelo territorial a adotar.	
Opções estratégicas	RAA Sistemas estruturantes	Tornar a RAA uma região de excelência ao nível do ordenamento territorial e do planeamento ambiental, dotando-a de um edifício coerente e eficaz.
Normas orientadoras	RAA Sistemas Produtivos	Inserir territorialmente a rede de portos de pesca, promovendo a modernização e/ou expansão dos mesmos, evitando conflitos de uso ao garantir a correta separação das atividades de lazer, das restantes atividades.
		Distribuir as atividades agrícolas, agropecuárias, florestais e de assentamento humano que a condição insular atlântica oferece, respeitando e valorizando a diversidade dos mosaicos paisagísticos açorianos, guiando-se pela natural distribuição altimétrica.
		Incluir as áreas de reconversão prioritária para sistemas naturalizados, identificadas nos modelos territoriais, como áreas naturais nos instrumentos de gestão territorial.
		Estimular a localização de novas unidades industriais em áreas de acolhimento empresarial dotadas de adequadas infraestruturas ambientais e rodoviárias, com boas perspetivas de captação de mão-de-obra e inserção em bacias de emprego potencial e desejavelmente servidas por transporte público.

		Certificar e qualificar as áreas de acolhimento empresarial previstas em sede de planeamento municipal, para que estas possam acolher a deslocalização de unidades inseridas em centros urbanos, com conflitos de uso, nomeadamente pela geração de tráfego pesado.
	RAA Sistemas de Proteção e Valorização Territorial	Integrar as áreas nucleares destinadas à conservação da natureza como espaços de proteção e conservação, com o estatuto estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho.
		Orientar a preservação dos solos integrados na Reserva Agrícola Regional (RAR), assegurando a sua integração nas estruturas ecológicas e espaços públicos de recreio e lazer, quando localizados em áreas urbanas, garantindo o acompanhamento e a integração paisagística de novos usos territoriais que possuam impactos na paisagem, como infraestruturas viárias e equipamentos turísticos.
		Promover a preservação e valorização do património histórico-cultural dos Açores e estabelecer diretrizes para manter e valorizar o material genético, as formas tipológicas do povoamento e as características das construções existentes, promovendo a continuidade da arquitetura local e a integração harmoniosa na paisagem.
		Integrar as características intrínsecas do território, a proteção e preservação dos seus recursos naturais, a minimização de situações de risco e considerar os impactos das alterações climáticas, visando um planeamento adequado e sustentável que tenha em conta os desafios ambientais e a segurança das áreas afetadas por riscos naturais.
		Contemplar os riscos vulcânicos, sísmicos e outros riscos geológicos, bem como os riscos hidrometeorológicos extremos, nos planos municipais de emergência e de ordenamento do território, incluindo o zonamento de condicionantes nas áreas potencialmente afetadas.
		Enquadrar as restrições impostas pela elevada vulnerabilidade e suscetibilidade dos sistemas de proteção e valorização ambiental, na construção de novas infraestruturas rodoviárias e acessos na Região.
		Integrar a dimensão territorial da incidência dos diversos riscos naturais e tecnológicos nas opções tomadas, nomeadamente no que diz respeito ao reconhecimento dos elevados riscos naturais, com particular destaque para os resultantes da complexa sismicidade açoriana, bem como fatores externos suscetíveis de alterar as condições naturais, como por exemplo as alterações climáticas.
	RAA Sistema Urbano e Solo Rural	Contenção dos processos lineares de urbanização, compatibilizando valores imobiliários e urbanísticos.
		Desincentivar a construção em altura, particularmente, quando se destine a fins predominantemente residenciais.
		Incluir a tipificação dos solos de acordo com classes e subclasses específicas, tendo em consideração a proteção do solo como um recurso natural escasso e não renovável.

	Integrar princípios de ordenamento como o afastar as edificações da linha de costa, garantindo uma faixa de proteção à crista da arriba; evitar o desenvolvimento linear das edificações nas vias marginais; priorizar a localização de novas construções nos aglomerados existentes, reservando o espaço rural para atividades próprias; estabelecer critérios de exceção para a edificação em solo rural; preservar zonas naturais ou agrícolas entre áreas urbanizadas; proibir construções em zonas de alto risco natural, como áreas de drenagem, leitos de cheia e zonas instáveis; proibir novas construções residenciais em áreas de conservação da natureza e áreas ecológicas complementares; e adotar modelos urbanos e normas construtivas adequadas para mitigar riscos sísmicos em zonas de alto risco.
	Nos centros históricos e espaços urbanos antigos – criação de condições para a fixação de atividades prestadoras de serviços de proximidade de suporte à função residencial.
	A distinção entre solo urbano e solo rural não deve ser a existência de edificações de ocupação permanente, temporária ou com fins turísticos, mas sim a faculdade de lotear, como fator diferenciador e verdadeiramente identificador dos espaços urbanos.
	Em solo rural, a construção de novas edificações deve ser evitada, admitindo-se, com carácter de exceção, a realização de ações de reconhecido interesse público, de âmbito regional ou local, nomeadamente a construção de infraestruturas e equipamentos, desde que sejam devidamente integrados na envolvente, garantindo a vocação, o carácter e os usos do solo rural em que se inserem.
	Em solo rural é permitida a instalação de turismo em espaço rural, admitindo-se ainda, a título excecional, a construção de outros empreendimentos turísticos que, porém, ficarão condicionadas a um conjunto de aspetos, nomeadamente a ausência de restrições decorrentes de PEOT ou PMOT, uma baixa densidade da ocupação do solo ou a integração de pré-existências que traduzam a ocupação e uso anterior, entre outros contemplados pelo POTRAA.
	O Governo Regional deve assegurar a harmonização regional dos critérios para a classificação e qualificação dos solos em sede de PDM, em particular a sua tipificação de acordo com classes e subclasses definidas.
	Sem prejuízo dos projetos de infraestruturização associados à criação ou remodelação de espaços integrados em solo urbano com instalação de atividades produtivas, a infraestruturização dos restantes espaços urbanos deve dar prioridade às seguintes subclasses de uso: i) Espaços críticos de regeneração urbana; ii) Espaços urbanos consolidados, com carências de infraestruturização ambiental; iii) Espaços de expansão urbana de urbanização programada.

		Valorizar o papel dos centros históricos e dos espaços urbanos antigos, para além dos processos de regeneração habitacional, deve envolver: i) A criação de condições para a fixação de atividades prestadoras de serviços de proximidade de suporte à função residencial; ii) A alteração de regulamentos do exercício da atividade comercial ajustados às características daqueles espaços; iii) A disciplina da circulação automóvel e da logística associada à distribuição comercial; iv) A dotação adequada de infraestruturas de banda larga.
		Assegurar que em todos os espaços de urbanização programada de dimensão relevante, a ocupação do solo é precedida da elaboração de Plano de Urbanização (PU) ou de Plano de Pormenor (PP), ou de revisão de plano existente, que abranja as áreas em causa, o solo urbano e rural complementar e que promova o planeamento e a gestão dos espaços públicos, de zonas vulneráveis e da estrutura ecológica em geral, integrando-os ativamente em estruturas espaciais sustentáveis como forma privilegiada de qualificação dos aglomerados.
	Sistemas de Acessibilidade e equipamentos	Fomentar a urbanização faseada e programada consignada em unidades de execução, num princípio de continuidade formal (e funcional) com o tecido construído, isto é, estabelecendo prioridades nos futuros licenciamentos das novas construções ou loteamentos que possibilitem, a curto prazo, rematar hiatos entre construções existentes ou entre licenciamentos emitidos não materializados em construção.
		Classificar a rede rodoviária municipal, identificando e regulamentando as suas características construtivas, bem como o tipo de utilização. Adotar medidas de restrição à instalação de grandes estruturas geradoras de tráfego nas vias principais de acesso às aerogares e instalações portuárias. Salvaguardar as áreas para futuros alargamentos das vias classificadas como estradas regionais principais, controlando a acessibilidade marginal a estas estradas, reduzindo-a às estradas de hierarquia imediatamente inferior, isto é, às estradas regionais secundárias.
Normas de carácter Setorial	Pesca	Em matéria de pescas devem ser definidas áreas de proteção para os portos de pesca existentes, envolvendo eventuais áreas de expansão a acautelar;
	Indústria Transformadora	É necessário identificar as unidades da indústria transformadora localizadas nos centros urbanos, que geram tráfego pesado e conflitos de uso.
	Gestão de Água e Saneamento	Devem ser definidas as áreas ameaçadas por cheias e as zonas adjacentes às mesmas.
	Construção e Habitação	Gestão do parque habitacional existente, qualificação e salvaguarda de critérios de diversidade e formas de habitação.

	Património Histórico-cultural	Deve proceder-se à identificação dos roteiros culturais que podem promover a visibilidade, ordenamento e monitoramento dos ativos culturais, como literatura, património e arquitetura popular, combinados com os recursos naturais e paisagísticos.
	Energia	Incorporar a definição de unidades de parques eólicos e produção geotérmica, juntamente com regras de salvaguarda e ordenamento das áreas de implantação. Além disso, é necessário articular e compatibilizar as propostas do setor energético, com a finalidade de reservar espaços adequados para a exploração de energias renováveis e regular a instalação de armazenamento de combustíveis.
	Proteção Civil e Proteção de Riscos	Inclusão do Plano Regional de Emergência, incorporando a programação das redes de acessibilidades, transportes, telecomunicações, energia e equipamentos coletivos de saúde, segurança e proteção civil.

Em suma, o PROTA assume hoje um papel especialmente relevante na revisão do PDM, integrando não só orientações de planeamento vigentes, mas também diversas limitações derivadas de legislação especial, referente tanto à Rede de Áreas Protegidas dos Açores, como a servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

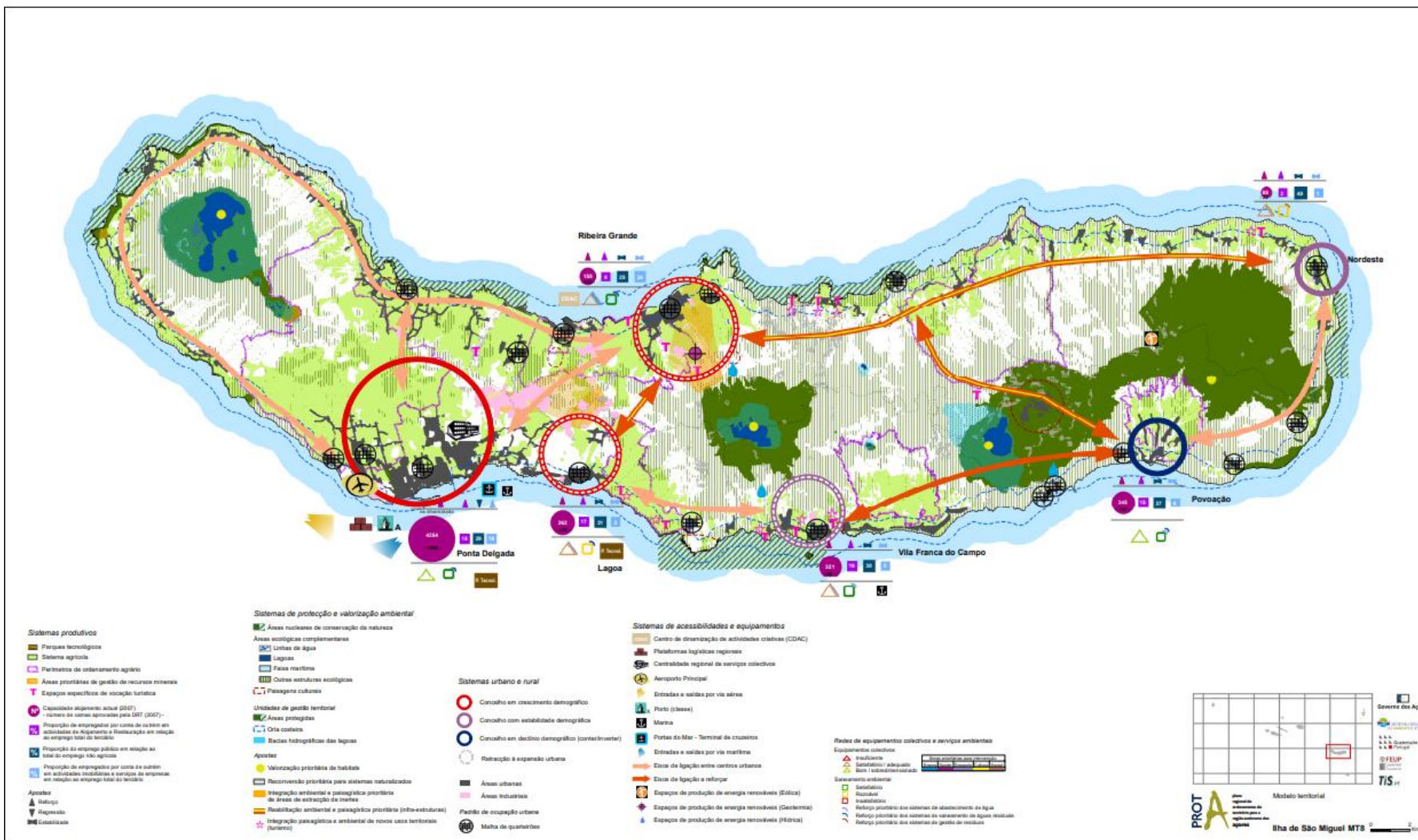


Figura 3. Modelo territorial da Ilha de São Miguel

Fonte: PROTA, 2010

3.2.4 Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores

Enquadrado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto, o PAE é um plano setorial no âmbito do RGIJT.A que tem por objeto o ordenamento e gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos visando a maximização do seu aproveitamento e a criação de mecanismos que incentivem a integração e valorização territorial desta atividade económica. Neste sentido, apresenta como seu objetivo geral a compatibilização da atividade de exploração de recursos minerais não metálicos com a valorização dos valores ambientais e paisagísticos e com o desenvolvimento socioeconómico.

Desenvolvendo e territorializando as normas específicas estabelecidas no PROTA, o PAE define um conjunto de normas orientadoras a observar na Região e no âmbito local de cada ilha, através da delimitação de Áreas de Integração Ambiental e Paisagística (AIAP), de Áreas de Gestão (AG), assim como de espaços interditos à atividade extrativa e não interditos à atividade extrativa, constantes das plantas de ordenamento definidas para cada espaço insular, acompanhadas por normas específicas.

As AG correspondem às áreas preferenciais destinadas à extração de recursos minerais não metálicos, cuja delimitação e demais normativo aplicável terão de ser transpostas para os PMOT ou PEOT de acordo com o disposto no regulamento do PAE. A sua delimitação teve por base o PROTA, tendo sido aferidas e atualizadas com base num conjunto de critérios. Importa referir, no entanto, que estas áreas não são cativas exclusiva e obrigatoriamente para esta atividade, sendo sempre possível, em sede de PMOT, permitir outros usos dentro das mesmas, desde que não se verifiquem quaisquer incompatibilidades. No caso concreto da ilha de S. Miguel, apresentam-se 3 AG, todas elas localizadas no município da Ribeira Grande (AG_SMG_01; AG_SMG_02; AG_SMG_03), em que as AG_SMG_01 e AG_SMG_03 não se encontram totalmente circunscritas ao território do Município.

Por outro lado, as AIAP dizem respeito a áreas intervencionadas no âmbito da exploração que se encontram presentemente abandonadas ou ocupadas por escombros e, em alguns casos, onde decorrem ainda atividades de extração de massas minerais não licenciadas e licenciadas, mas que não são viáveis para futura exploração, por nelas existirem interdições e condicionantes à atividade extrativa, essencialmente associadas a valores ambientais, de usos do solo, paisagísticos e patrimoniais. Em S. Miguel encontram-se identificadas 4 AIAP, das quais a AIAP_SMG_04 está presente no Município da Ribeira Grande.

Para S. Miguel, são ainda referidas um conjunto de normas específicas, conforme o ponto 2.3, do Anexo I – Normas de Execução, do regulamento do PAE.

3.2.5 Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

O POTRAA foi publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008A, de 11 de agosto, tendo sido parcialmente suspenso pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril e sofrido uma alteração da suspensão parcial, através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, de 24 de julho.

Assume-se como um plano setorial para o território da Região Autónoma dos Açores com vista à definição da estratégia de desenvolvimento sustentável do setor do turismo e o modelo territorial a adotar, sendo também um instrumento orientador dos diversos agentes económicos e disciplinador da ação administrativa, estabelecendo para cada ilha os produtos turísticos estratégicos e a evolução da oferta turística.

A concretização efetiva dos seus objetivos visada no seu Plano de intervenção é plasmada num conjunto de Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED), as quais se traduzem em medidas específicas, conforme o quadro abaixo. Cada medida traduz-se ainda em objetivos associados, os quais se materializam em ações.

Tabela 7. Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED) e respetivas Medidas do POTRAA

Fonte: POTRAA, 2008

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento - LED	Medidas
LED1. Reforço e aprofundamento das condições técnicas, organizacionais e regulatórias de apoio ao desenvolvimento turístico	M1.1. Integração horizontal do sector turístico e fomento da articulação entre instituições e atores M1.2. Aprofundamento/atualização do conhecimento sobre o turismo em geral e o sector turístico regional em particular
LED2. Suporte à melhoria das infraestruturas e serviços complementares e apoio/suporte ao sector turístico às acessibilidades internas e externas e à sinalização turística	M2.1. Apoio à criação ou melhoria de infraestruturas e serviços detentores de valia turística M2.2. Apoio às atividades económicas correlacionadas com a atividade turística e que contribuam para o incremento dos graus de satisfação dos turistas M2.3. Apoio à criação/melhoria de infraestruturas de transportes com valia no domínio do turismo e recreio, bem como à melhoria e flexibilização das acessibilidades internas e externas

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento - LED	Medidas
LED3. Suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística regional	M3.1. Apoio à preservação, recuperação e valorização de espaços detentores de valia turística, bem como à manutenção dos valores tradicionais da Região M3.2. Suporte à criação e aprofundamento de produtos turísticos com capacidade diferenciadora M3.3. Qualificação, integração e diversificação da oferta de alojamento turístico M3.4. Qualificação e diversificação de outros subsectores constitutivos do sistema turístico M3.5. Apoio ao aprofundamento da valia turística de eventos preexistentes e à criação de novos eventos, especialmente em áreas com menor capacidade atrativa M3.6. Qualificação do capital humano do sector turístico
LED4. Fomento da procura turística e da visibilidade externa do turismo regional	M4.1. Criação/reforço de um clima interno favorável à receção de turistas M4.2. Aumento da visibilidade externa do turismo dos Açores e reforço do seu posicionamento nos principais mercados emissores com significado estratégico M4.3. Fomento de outras ações diversificadas tendo em vista a promoção dos níveis de satisfação turísticos
LED5. Suporte a ações específicas no âmbito do ordenamento turístico do território	M5.1. Fomento de medidas de ordenamento turístico tendo em vista a preservação dos recursos, a sustentabilidade do sector e a justiça territorial M5.2. Atenuação dos efeitos negativos da atividade turística e, nesta, de iniciativas levadas a cabo noutros sectores económicos ou de regulação
LED6. Suporte à implementação, seguimento e avaliação do POTRAA	M6.1. Ações de divulgação do POTRAA M6.2. Seguimento e avaliação do POTRAA

A operacionalização da estratégia preconizada assenta num modelo que busca a salvaguarda dos valores e recursos de modo a não comprometer a capacidade futura da Região, subdividindo a delimitação dos espaços nas seguintes unidades de organização territorial:

Tabela 8. Descrição das Unidades de organização territorial do POTRAA

Fonte: POTRAA, 2008

Unidades de organização territorial do POTRAA	Descrição
Espaços urbanos de eventual desenvolvimento turístico	Correspondem a áreas urbanas delimitadas pelos PDM e outros IGT da Região Autónoma dos Açores onde se pode implantar estruturas de aproveitamento turístico, nomeadamente todas as tipologias de alojamento turístico, restauração, serviços de informação turística e outros equipamentos e serviços de apoio à receção e estada turística.

Unidades de organização territorial do POTRAA	Descrição
Espaços específicos de vocação turística (EEVT)	Dizem respeito a áreas criadas por IGT (PMOT ou cuja criação é recomendada pelo POTRAA) que, em função das suas características urbanas, naturais e ou paisagísticas, são especialmente vocacionadas para o uso turístico e, complementarmente, uso habitacional e comercial e constituem a localização preferencial de empreendimentos integrados.
Espaços rurais e outros não diferenciados	Concerne o território remanescente depois de excluídas todas as áreas integradas nas outras unidades de organização territorial e inclui áreas rurais e naturais, sem estatuto de áreas protegidas, e áreas de ocupação humana distinta das áreas urbanas, todas com boa aptidão para a utilização turística. Nestes espaços é sempre permitida a instalação de empreendimentos de turismo no espaço rural e empreendimentos de turismo de natureza, mas a construção ou aproveitamento de imóveis existentes para a instalação de empreendimentos turísticos fica condicionada às alíneas do n.º 2 do artigo 11.º relativo às Normas de Execução.
Espaços ecológicos de maior sensibilidade	Visa as áreas de maior sensibilidade biofísica, com aptidão muito limitada para a utilização turística e fortes condicionamentos à edificabilidade, pelo que é permitida a instalação de unidades de alojamento, nos termos dos regimes de proteção próprios destes espaços, e genericamente a recuperação e valorização de edifícios preexistentes.
Espaços de potencial conflito	Dizem respeito às áreas que devido ao seu uso são incompatíveis com a fixação de estruturas e equipamentos de natureza turística. Nestes é proibida a instalação de alojamento e outros equipamentos turísticos nestes espaços, sem prejuízo das exceções estatuídas e fundamentadas em IGT, devendo os licenciamentos de operações urbanísticas na envolvente próxima destes espaços acautelar os distanciamentos e medidas que minimizem os impactes.

Através da análise do Modelo de Gestão Territorial do presente plano é possível identificar, a notória presença de espaços rurais e outros não diferenciados, mas também de um conjunto de espaços urbanos de eventual desenvolvimento turístico. Evidencia-se, igualmente, a presença de um conjunto de espaços ecológicos de maior sensibilidade, com especial relevância aquele em torno da Lagoa do Fogo.

3.2.6 Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+

Aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2023/A de 18 de julho de 2023, o PEPGRA 20+ é um instrumento normativo que estabelece as orientações estratégicas de âmbito regional da política de prevenção e de gestão de resíduos associando-se à valorização ambiental, social e económica dos Açores, tendo por base os princípios fundamentais da política de prevenção e gestão de resíduos enunciados no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro².

² Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A, de 6 de outubro.

Este Plano contém, com efeito, as orientações estratégicas para a elaboração dos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de ação, bem como orientações normativas com incidência nos planos especiais de ordenamento do território e nos planos municipais de ordenamento do território, no que respeita à prevenção e gestão de resíduos.

O Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos 20+ (PEPGRA 20+) estabelece a visão, os objetivos, as áreas estratégicas e as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos e não urbanos para a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a estratégia que suporta a sua execução. A tabela seguinte apresenta os três objetivos estratégicos, assim como as metas estratégicas associadas a cada um deles, para os quais o Plano define indicadores e valores limites para os anos de 2025, 2030 e 2035.

Tabela 9. Síntese dos Objetivos Estratégicos e das Metas Estratégicas do PEPGRA 20+

Fonte: PEPGRA 20+, 2023

Objetivos Estratégicos	Metas estratégicas
OE1. Prevenir a produção de resíduos e os seus impactes no ambiente	Abrandamento do crescimento da produção de resíduos
	Dissociação do crescimento económico da produção de resíduos
	Redução da produção de resíduos perigosos
OE2. Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos	Desvio de resíduos de aterro
	Otimização da recolha de resíduos
OE3. Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular	Aumento da preparação para a reutilização e reciclagem

No que respeita ao cumprimento dos objetivos e metas estratégicas definidas, o PEPGRA 20+ contempla um conjunto de medidas estratégicas de gestão de resíduos para a RAA. Estas, encontram-se agrupadas por áreas estratégicas (AE), nomeadamente:

- A AE.1 visa promover medidas de prevenção de resíduos;
- A AE.2 contempla medidas direcionadas para os resíduos urbanos;
- A AE.3 contempla medidas para resíduos não urbanos;
- A AE.4 pretende definir um conjunto de medidas que promovam a sustentabilidade técnica, económica e financeira da gestão de resíduos urbanos e não urbanos.

O PDM, enquanto Instrumento de Gestão Territorial fundamental para o ordenamento do território municipal, deve incorporar as medidas mais relevantes para esta temática, de forma a contribuir para atingir os objetivos enunciados no PEPGRA 20+, nomeadamente:

- Promover iniciativas de simbiose para a reutilização de materiais de obras de construção e demolição;
- Promover a otimização do processo de recolha seletiva através da adaptação do regime urbanístico e de edificação;
- Potenciar a separação através da implementação e otimização das redes de recolha de resíduos urbanos;
- Promover o reforço da rede de ecocentros e melhorar as suas condições de acessibilidade e funcionalidade;
- Promover campanhas de recolha de resíduos urbanos não contemplados na recolha seletiva;
- Definir e implementar uma estratégia municipal para a recolha seletiva de biorresíduos.

3.2.7 Programa Regional da Água da Região Autónoma dos Açores (PRAA)

O Programa Regional da Água da Região Autónoma dos Açores é um plano estratégico destinado a garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos no arquipélago dos Açores.

O Programa Regional da Água assume como missão que este se constitua como o instrumento que visa contribuir para enfrentar os desafios paradigmático, definindo uma rigorosa linha de curto e médio prazo, proativa na gestão de recursos hídricos, por forma a assegurar a integração das disponibilidades e articular, adequada e atempadamente, as diferentes utilizações da água e a proteção dos ecossistemas, consolidando o conceito de desenvolvimento ambientalmente sustentado.

As linhas de orientação estratégica encontram-se estruturada da seguinte forma:

- Quantidade de água: visa a gestão da procura de água para as populações e atividades económicas, assegurando a sustentabilidade do recurso numa gestão articulada e integrada perante as necessidades, as disponibilidades acessíveis e a gestão dos efeitos das alterações climáticas, bem como continuar a melhorar o serviço, numa perspetiva de melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, quer ao nível da redução de perdas, quer, eventualmente, ao nível do aumento da capacidade de armazenamento e de origens alternativas adequadas;
- Qualidade da Água: visa a melhoria e proteção da qualidade da água;

- Gestão de riscos e Valorização dos recursos hídricos: visa a prevenção e mitigação de riscos, em especial associados a fenómenos hidrológicos extremos e a atividade antropogénicas, bem como implementar um modelo de gestão integrada com outros instrumentos de proteção dos recursos naturais, com destaque para os ecossistemas e espécies terrestres e aquáticas associadas aos recursos hídricos;
- Quadro institucional e normativo: visa a otimização da implementação e aplicação do atual quadro institucional e normativo e articulá-lo, de forma tangível, com referenciais ao nível da conservação da natureza, da gestão do mar, e outros instrumentos de gestão territorial;
- Regime económico e financeiro: visa a promoção da sustentabilidade económica e financeira dos serviços de abastecimento, saneamento e de gestão dos recursos hídricos;
- Informação e participação do cidadão: visa a promoção e otimização dos modelos de informação e de participação do cidadão;
- Conhecimento: visa o aprofundamento do conhecimento dos recursos hídricos, de modo a colmatar lacunas de conhecimento e otimizar a sua gestão.

3.2.8 Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027

O PGRH-Açores 2022-2027 foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2023/A, de 27 de fevereiro e corresponde ao 3º Ciclo de planos de gestão da água, conforme definido pela Diretiva-Quadro da Água (DQA)³ e pela Lei da Água (LA)⁴. É um plano setorial que visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 9 (RH9, correspondente à totalidade do território da RAA), e o cumprimento dos objetivos ambientais e das medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos estabelecidos na LA.

O PGRH-Açores 2022-2027 assenta na atualização e revisões necessárias para determinar a relação entre a identificação de pressões, a avaliação do estado das massas de água e a elaboração de programas de medidas que permitam mitigar o impacte das pressões, apresentando como pilar dessa relação o cumprimento dos objetivos ambientais consignados na DQA, a nível comunitário e pela LA no contexto do direito interno português.

³ Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, cuja alteração mais recente diz respeito à Diretiva 2014/101/UE da Comissão de 30 de outubro.

⁴ Aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, cuja alteração mais recente diz respeito à Lei n.º 44/2017, de 19 de junho.

Para além de uma série de conteúdos de elevada relevância, importa realçar, em termos de matéria referente ao ordenamento do território, os seguintes aspetos presentes no PGRH-Açores 2022-2027:

- a) Caracterização, delimitação e avaliação do estado das massas de água superficiais, subterrâneas e das zonas protegidas e áreas classificadas na RH9 e respetivas redes de monitorização;
- b) Inventário de um conjunto de informação relativa à caracterização hidrográfica da RH9, nomeadamente o levantamento dos pontos de água, as diversas utilizações da água, a identificação e avaliação do impacto causado pelas pressões qualitativas de origem pontual e difusa, das pressões quantitativas, hidromorfológicas e biológicas, entre outros;
- c) Definição de objetivos ambientais e estratégicos adaptados à realidade insular e específica da região hidrográfica, recorrendo à aplicação dos princípios de proteção das águas conforme a LA, contemplando ainda as medidas e as ações necessárias para o cumprimento dos mesmos.

Os objetivos estratégicos do PGRH-A 2022-2027, com a função de alcançar o bom estado das águas, são espelhadas na tabela:

Tabela 10. Objetivos estratégicos do PGRH-A 2022-2027

Fonte: PGRH-A 2022-2027

Área Temática	Designação do Objetivo
AT1. Qualidade da água	Proteger as massas de água subterrâneas e superficiais (interiores e costeiras) no que respeita à sua qualidade, para garantir a respetiva conservação e melhoria. Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas associados. Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água.
AT2. Quantidade da água	Promover o consumo sustentável dos recursos hídricos, assegurando uma gestão eficaz e eficiente da oferta e da procura desses recursos.

Área Temática	Designação do Objetivo
AT3. Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico	Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados às atividades antropogénicas que possam resultar em poluição accidental dos recursos hídricos, de forma direta ou indireta. Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados a fenómenos sísmicos, vulcânicos e hidrológicos. Adotar medidas de adaptação e boas práticas associadas aos riscos com origem em fenómenos naturais. Mitigar os efeitos das inundações e das secas.
AT4. Quadro institucional e normativo	Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos nas suas várias vertentes, nomeadamente a económica e financeira, com vista à otimização da gestão da água, no intuito de suportar uma política de gestão da procura tendo em consideração os critérios de racionalidade e equidade.
AT5. Quadro económico e financeiro	Promover um quadro institucional e normativo capaz de assegurar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos.
AT6. Monitorização, investigação e conhecimento	Promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, proporcionando o aprofundamento do conhecimento técnico e científico. Implementar e otimizar a rede de monitorização, de forma a construir um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico.
AT7. Comunicação, governança e governação	Assegurar a disponibilização de informação ao público e promover processos de participação de decisão dinâmicos. Promover a informação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos, nomeadamente como forma de integração da política da água nos diversos setores. Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições da sociedade civil.

3.2.9 Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores

O PSRN2000, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 20/2006/A, de 6 de junho, retificado pela Declaração de Retificação nº 48-A/2006 de 7 de agosto, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 7/2007/A de 10 de abril, é um plano setorial que define o âmbito e o enquadramento legal das medidas de conservação dos habitats e das espécies da fauna e da flora selvagens, necessárias à prossecução dos objetivos de conservação dos valores naturais existentes, tendo igualmente em linha de conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas.

É, desta forma, um instrumento que assegura a implementação da Rede Natura 2000 pela vinculação das entidades públicas no sentido de, na elaboração, aprovação e alteração dos IGT,

se desenvolver e aplicar o seu quadro estratégico, nomeadamente no que concerne aos Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE) existentes na RAA.

São objetivos do PSRN2000:

- Proteger o estado selvagem de espécies e ecossistemas;
- Promover a pesquisa científica e manutenção dos serviços ambientais;
- Salvaguardar as especificidades naturais e culturais;
- Promover a compatibilidade entre conservação da natureza, turismo, recreio e lazer;
- Promover de ações de sensibilização e educação ambiental;
- Usar de forma sustentável dos recursos existentes nos ecossistemas ambientais.

Para além da identificação dos SIC e ZPE presentes, o Plano apresenta um conjunto de fichas para cada ilha, com listagem de medidas minimizadoras e preventivas relativas a ações passíveis de impactar negativamente o território, enquadradas em diferentes setores de atividade. Especificamente para a ilha de S. Miguel, o PSRN2000 cobre medidas relativas aos seguintes setores de atividade: Agricultura/pecuário; Silvicultura; Caça; Pesca Costeira; Ambiente e conservação da natureza; Urbanização, industrialização, transportes e comunicações; Energético; Indústria extrativa/recursos geológicos; Recreativo/lazer e turismo.

Neste sentido, a Tabela 11. Principais orientações PSRN 2000 identifica as principais orientações de gestão, de forma a minimizar ameaças e ações passíveis de impactar negativamente o território, enquadradas nos distintos setores de atividade.

Tabela 11. Principais orientações PSRN 2000

Fonte: PSRN 2000, 2006

Setores de atividade	Ações	Ameaças	Impactes	Medidas minimizadoras e preventivas
Agrícola/pecuário	Agricultura intensiva	Contaminação química das águas e do solo e destruição da vegetação nativa.	Degradação das zonas húmidas e eutrofização. Alteração e degradação do coberto vegetal, podendo intensificar os processos erosivos.	Aplicar o código de boas práticas agrícolas. Aplicar incentivos à extensificação agrícolas na área envolvente das zonas húmidas.
	Intensificação da pecuária	Aumento do pastoreio/pisoteio.	Diminuição da biodiversidade (afeta cerca de 80% das espécies do anexo B-II).	Monitorizar a presença de animais bovinos. Definir áreas de proteção das turfeiras interditas ao pastoreio.
	Exploração ilegal de leivas	Destruição de um <i>habitat</i> prioritário como as turfeiras.	Redução e fragmentação das áreas de habitats nativos.	Proceder à reconversão das áreas de pastagem que envolvem as lagoas e

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE
Caracterização, Diagnóstico e Modelo Estratégico

Setores de atividade	Ações	Ameaças	Impactes	Medidas minimizadoras e preventivas
	Aumento de áreas de pastagem	Transformação de áreas de vegetação nativa em zonas de pastagem.	Redução e fragmentação das áreas de <i>habitats</i> nativas e consequente alteração da matriz da paisagem. Alteração da estrutura e densidade da população de <i>Columba palumbus azorica</i> .	prevenindo o pastoreio destas áreas. Ordenar o pastoreio de caprinos em áreas sensíveis, com delimitação de áreas de pastagem. Determinar a carga máxima de pastoreio de caprinos. Priorizar a elaboração dos Planos de Ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas existentes. Proceder ao repovoamento com vegetação nativa.
	Uso desequilibrado dos recursos hídricos	Alteração do regime hídrico.	Degradação e erosão de lagoas e turfeiras, incluindo as bacias hidrográficas e zonas adjacentes.	Controlo dos efluentes pecuários e das silagens. Incentivar a plantação de pomares com o objetivo de diversificar o uso agrícola e a disponibilidade alimentar na área do Pico da Vara.
		Degradação das zonas húmidas.	Intensificação do regime torrencial, por perda de capacidade de retenção de água nas zonas húmidas. Degradação das comunidades marginais.	
		Eutrofização e incremento dos processos de sedimentação das lagoas.	Perda da qualidade da água.	
	Abandono das práticas agrícolas tradicionais.	Avanço de espécies exóticas.	Descaracterização paisagística.	
Silvicultura	Corte ou abate de lenhas.	Diminuição do <i>habitat</i> da espécie <i>Pyrrhula murina</i> (Priôlo).	Diminuição dos recursos alimentares.	Proceder ao repovoamento com vegetação nativa. Promover campanhas de sensibilização do público em geral e das entidades responsáveis. Estabelecer e implementar programas de vigilância. Promover a aplicação das medidas previstas nos Planos de exploração e normas de boas práticas silvícolas, quando estes existam.
		Degradação do coberto vegetal e consequente agravamento da erosão do solo.	Descaracterização paisagística com perda de <i>habitats</i> e perda de espécies autóctones.	
	Aumento área de floresta de produção.	Aumento da área de produção da <i>Cryptomeria japonica</i> em particular nas zonas de médias e baixas altitudes.		
	Arroteias.	Degradação do coberto vegetal e consequente agravamento da erosão do solo.	Abandono do território com redução do número de aves nidificantes.	

3.2.10 Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores

O PGRI é um plano setorial enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 1/2025/A, de 2 de janeiro que visa a gestão integrada dos riscos ao nível das bacias hidrográficas e costeiras com o objetivo de reduzir as consequências associadas às cheias e inundações prejudiciais para a saúde humana, incluindo perdas humanas, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas. Assume-se como um instrumento que assenta nos princípios-base da Prevenção, Proteção, Preparação, Resposta de emergência e Recuperação.

Com particular relevância para o ordenamento do território, são de realçar dois dos seus objetivos estratégicos nesta matéria:

- Promover práticas de utilização sustentável do solo e a melhoria da infiltração e da retenção da água;
- Identificar as áreas a classificar como zonas adjacentes, nos termos da lei que estabelece a titularidade dos recursos hídricos (Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, atualizada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).

O PGRI abrange a Região Autónoma dos Açores, tendo sido classificados e hierarquizados os riscos de inundação em cada uma das nove ilhas do arquipélago e identificadas as bacias hidrográficas com risco elevado e características de reincidências, vítimas mortais ou danos mais significativos, onde se inclui a bacia hidrográfica da Ribeira Grande, de S. Miguel.

Este Plano, inclui, deste modo, os seguintes conteúdos de destaque:

- Avaliação dos riscos de inundação, com seleção das zonas críticas baseada em 3 fatores (Registo histórico de cheias/inundações; Cursos de água referenciados nos PME como passíveis de constituir perigo para as populações; Cursos de água que intersejam zonas urbanas definidas nos PDM) e delimitação das zonas inundáveis, com posterior avaliação da suscetibilidade à ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas;
- Definição dos objetivos tendo em vista a redução dos impactos negativos das inundações nas cinco zonas críticas selecionadas;
- Apresentação do programa das medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos, consubstanciados em ações (expondo-se a metodologia de promoção, acompanhamento e avaliação do plano, incluindo a aplicação de um sistema de indicadores de desempenho afetos a cada uma das medidas).

No âmbito do cumprimento da Diretiva 2007/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007 – Diretiva Inundações, foi efetuada a avaliação das áreas de elevado risco de

inundação e galgamentos costeiros na R.A.A., para integrar o próximo ciclo de planeamento do Plano de Gestão de Riscos de Inundações da R.A.A. (2022-2027). Desta avaliação, reportada à CE, resultou para o concelho da Ribeira Grande na identificação e delimitação de uma bacia hidrográfica com risco de cheias elevado - Bacia Hidrográfica da Ribeira Grande (Figura 4).

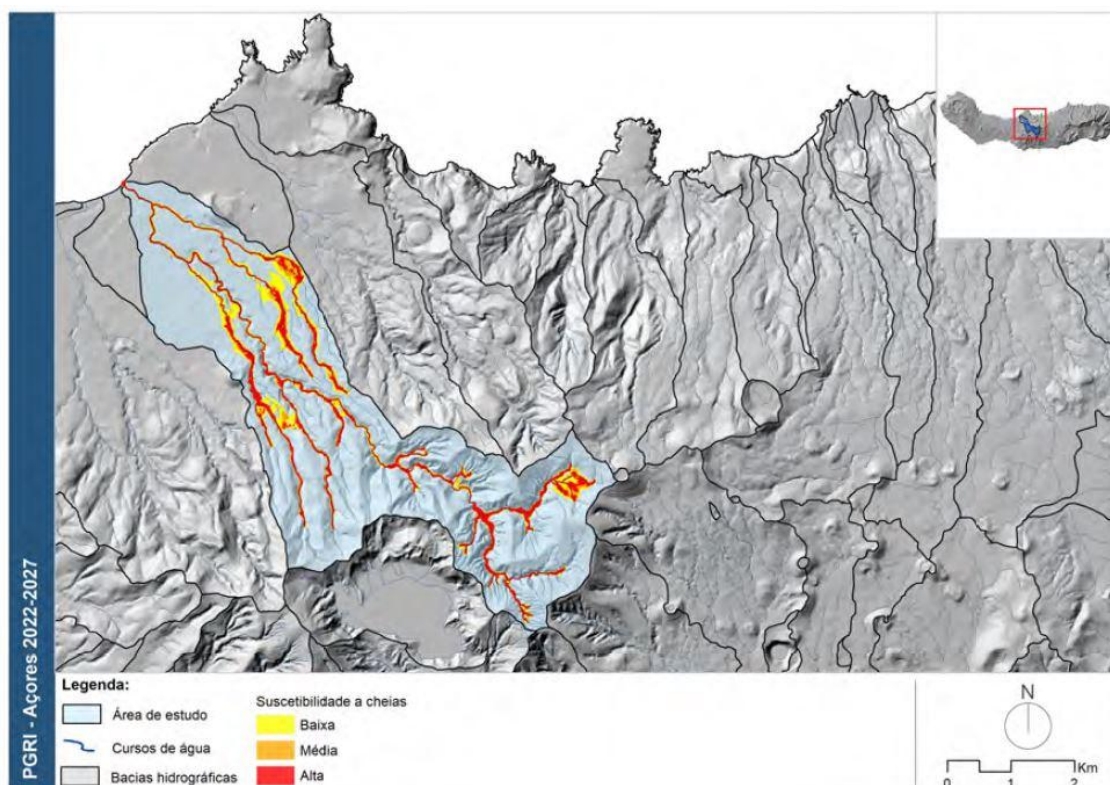


Figura 4. Carta de suscetibilidade a cheias para a bacia hidrográfica da Ribeira Grande.

Fonte: PGRI 2022-2027

O PGRI está sujeito a atualização e revisão em cada ciclo de planeamento, estruturado em ciclos de seis anos, pelo que, em 2021, se deu início ao processo de revisão do PGRI para vigorar no período de 2022 a 2027 (PGRI 2022-2027), que contempla esta nova delimitação da bacia hidrográfica da Ribeira Grande. Esta proposta de revisão já se encontra em vigor, encontrando-se publicada no Decreto Legislativo Regional n.º 1/2025/A, de 2 de janeiro.

A revisão do PDM da Ribeira Grande já integra estes conteúdos revistos na compatibilização com o presente Plano Setorial, nomeadamente ao nível das normas orientadoras sobre as restrições ao uso e ocupação do solo nas áreas sujeitas a riscos associados à ocorrência de cheias fluviais, a transpor no âmbito da proposta de ordenamento (Fase 3 do processo de revisão).

3.2.11 Programa Regional para as Alterações Climáticas

O PRAC é um programa setorial que operacionaliza a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC) e tem o seu enquadramento jurídico no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 e novembro de 2019. Vincula todas as entidades públicas, cabendo aos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território acautelar a programação e a concretização das políticas e objetivos definidos.

De uma forma sucinta, este Programa visa:

Tabela 12. Síntese dos Objetivos Estratégicos do PRAC

Fonte: PRAC, 2019

Objetivos Estratégicos	Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores nos horizontes de curto (2010 - 2039), médio (2040 - 2069) e longo prazo (2070 - 2099);
	Fazer uma estimativa das emissões regionais de Gases com Efeito de Estufa (GEE);
	Definir e programar medidas e ações com vista à redução dos GEE e medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos setores estratégicos, com avaliação e análise do seu custo-eficácia;
	Identificar mecanismos de financiamento para as referidas medidas, com definição de um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

No contexto do modelo de ordenamento, o PRAC refere um conjunto de quatro espaços prioritários de intervenção na ótica da adaptação às alterações climáticas, tendo em conta a sua elevada vulnerabilidade: As orlas costeiras; as bacias hidrográficas de lagoas e ribeiras; as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade; as zonas de risco.

A análise da sensibilidade é feita em torno dos 4 domínios estruturantes do setor do Ordenamento do Território e Zonas Costeiras, designadamente ao nível:

- Da proteção de pessoas e bens - materializada na análise das zonas suscetíveis, onde são identificadas as áreas de suscetibilidade elevada a movimentos de vertente, as áreas com elevado risco de inundação, as áreas com elevado risco de cheia, e as zonas ameaçadas pelo mar (risco de inundação costeira e galgamento);
- Das zonas costeiras, através do cálculo do índice de vulnerabilidade costeira (IVc), tendo em conta seis parâmetros concretos (tipo de arribas/vertentes costeiras; exposição à ondulação e tempestades; área de inundação; existência de defesas costeiras; tipo de praias; uso do solo);
- Dos recursos hídricos superficiais – com especial enfoque nas mudanças de nível das lagoas e na variação do caudal das ribeiras, motivados pelas alterações da precipitação,

bem como na qualidade da água, em virtude do aumento da temperatura, da carga orgânica ou mineral e do aumento do estado trófico;

- Da biodiversidade e paisagem, através de uma análise de vulnerabilidade específica, sendo referida, todavia, a dificuldade na aceção da sua vulnerabilidade, pela pouca evidência dos impactos observados e da complexidade da relação causa-efeito.

O capítulo 5.4 – Riscos desenvolve com maior detalhe o impacto e as áreas sujeitas a suscetibilidade aos riscos, identificados no PRAC.

3.2.12 Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa

O POBHLSM é um PEOT que tem o seu enquadramento legal no Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2013/A, de 30 de setembro e que tem natureza de regulamento administrativo, sendo que com ele se devem conformar os Planos Municipais e Intermunicipais de Ordenamento do Território, assim como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada, a realizar na área de intervenção.

Tem como âmbito estabelecer os regimes de salvaguarda e gestão compatíveis com a utilização sustentável dos recursos e dos valores naturais das bacias hidrográficas das Lagoas do Fogo, Congro, São Brás e da Serra Devassa, em S. Miguel, visando contribuir para:

- A consecução de um bom estado ecológico e químico das massas de água das lagoas;
- A preservação dos recursos ecológicos e ambientais das bacias hidrográficas;
- Uma valorização social e económica sustentável das bacias hidrográficas.

Tendo em conta a realidade territorial do Município da Ribeira Grande, importam especialmente as diretrizes relativas à Lagoa do Fogo e de S. Brás, a primeira classificada como massa de água de utilização protegida, estando a segunda classificada como massa de água de utilização condicionada. Para o efeito, o POBHLSM fixa, para cada lagoa, as respetivas Zonas Terrestres de Proteção – cujos limites são coincidentes com o perímetro das respetivas bacias hidrográficas – e, integrada nestas, a Zona Reservada, com largura de 100 metros contados na horizontal a partir da linha limite do leito das lagoas (Figura 5).

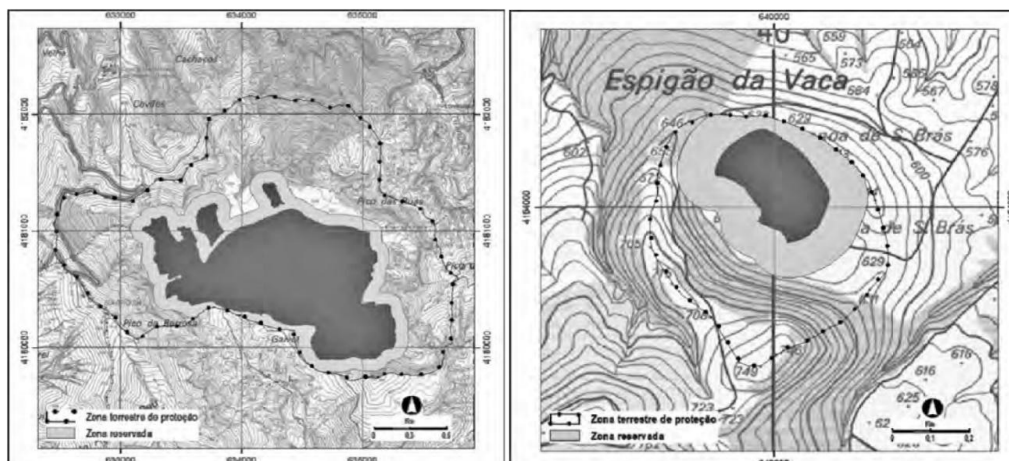


Figura 5. Zonas Terrestres de Proteção e Zonas Reservadas das lagoas do Fogo e de S. Brás (POBHLSM)

Fonte: POBHLSM, 2013

Adicionalmente, o POBHLSM define a localização e os usos preferenciais nas zonas reservadas, assim como na área envolta, correspondente à Zona de Intervenção, em função dos respectivos regimes de gestão e proteção. A tabela seguinte sistematiza as classes e categorias de espaços presentes nas duas lagoas:

Tabela 13. Classes e Categorias de espaços presentes nas Lagoas do Fogo e de S. Brás no âmbito do POBHLSM

Fonte: POBHLSM, 2013

Território	Classes de espaços	Categorias de espaços
Lagoa do Fogo	Espaços Naturais	- Áreas de floresta de proteção - Leiva
	Espaços de Recreio e Lazer	- Áreas de apoio e a recreio e lazer - Miradouro - Trilhos pedestres
Lagoa de S. Brás	Espaços Naturais	- Áreas de floresta de produção - Áreas de floresta de proteção - Leiva
	Espaços a Requalificar	- Áreas de pastagem a renaturalizar
	Espaços de Recreio e Lazer	- Áreas de apoio e a recreio e lazer - Miradouro

São igualmente apresentados um conjunto de atividades e de utilizações interditas (como a atividade cinegética e a pesca lúdica em embarcações) e condicionadas (como a realização de atividades de investigação científica, monitorização e sensibilização ambiental) nestes locais, com vista à utilização sustentável e preservação dos seus territórios.

3.2.13 Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel

O POOC da Ilha de São Miguel incide sobre a faixa costeira da ilha de São Miguel abrangendo os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste e Ribeira Grande, com uma extensão aproximada de 230 km, constituída pelas águas marítimas costeiras e interiores e respetivos leitos e margens, pela zona terrestre de proteção e pela faixa marítima de proteção. Alberga uma grande diversidade em termos de recursos humanos e naturais, o que contribui para a sua notória diversidade paisagística e riqueza de património cultural.

Aprovado por intermédio do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/A, de 20 de fevereiro, veio revogar o POOC da Costa Norte da ilha de S. Miguel (Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2005/A, de 17 de fevereiro) e o POOC da Costa Sul da ilha de S. Miguel (Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2007/A, de 5 de dezembro), na sequência da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que estiveram na base da sua elaboração e do relatório de avaliação de ambos, mais concretamente em relação aos regulamentos e respetivas cartografias, bem como de outros elementos complementares que urgiam de alteração, sem no entanto, interferir com os objetivos que presidiram à sua elaboração.

Desta forma, o POOC reflete a necessária compatibilização entre a proteção e a valorização da pluralidade biológica e o desenvolvimento socioeconómico sustentável, onde face à sua natureza de regulamento administrativo, inclui na sua esfera de intervenção diversos instrumentos de gestão territorial e outros instrumentos de planeamento, verificando-se a necessidade de garantir a compatibilidade entre eles, evitando conflitos entre normas e dificuldades interpretativas. A correta prossecução do Plano assenta nos seguintes objetivos (Tabela 14):

Tabela 14. Objetivos do POOC da Ilha de São Miguel

Fonte: POOC da Ilha de São Miguel, 2025

Objetivos	Salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e da paisagem;
	Proteção e a valorização dos ecossistemas naturais com interesse para a conservação da natureza, quer na zona terrestre quer no meio marinho;
	Gestão dos recursos hídricos no planeamento integrado do litoral, visando o seu desenvolvimento sustentável;
	Minimização de situações de risco e de impactes ambientais, sociais e económicos;
	Minimização dos riscos associados à erosão costeira, aos maremotos e inundações costeiras e aos efeitos das alterações climáticas;
	A defesa da zona costeira;
	Salvaguarda dos aspetos relacionados com a segurança da navegação;
	A valorização das zonas balneares;
	A orientação do desenvolvimento de atividades específicas da orla costeira;
	Promoção do desenvolvimento socioeconómico;
	Melhoria dos sistemas de transporte, energia e comunicações como fator de coesão regional;

Promoção da qualidade de vida da população.

A área de intervenção da alteração do POOC (Figura 6) prevê duas zonas fundamentais em termos de regime de gestão e princípios de ocupação, compatíveis com a utilização sustentável do território, considerando:

- Zona A, que define áreas indispensáveis à utilização sustentável da orla costeira, reunindo um conjunto de recursos e valores ambientais e culturais relevantes e, ou, apresentam uma elevada vulnerabilidade, integrando a faixa marítima, os leitos e margens das águas do mar e cursos de água, bem como as respetivas zonas de proteção;
- Zona B, que define áreas de proteção à orla costeira constituídas pelas restantes áreas que integram a zona terrestre de proteção.

As zonas fundamentais subdividem-se nas seguintes áreas (Tabela 15):

Tabela 15. Zonas fundamentais do POOC da Ilha São Miguel

Fonte: POOC da Ilha de São Miguel, 2025

Zonas fundamentais do POOC da Ilha São Miguel	
Zona A	Áreas naturais e culturais;
	Áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico;
	Áreas edificadas em zona de risco, subdivididas em quatro tipologias, em função dos riscos dominantes associados e respetiva proposta de intervenção e minimização;
	Áreas de Aptidão Balnear;
Zona B	Áreas edificadas;
	Áreas agrícolas, florestais e outros usos.

Em conformidade com a definição das zonas fundamentais, o POOC da Ilha de S. Miguel refere como princípios de ordenamento (Tabela 16):

Tabela 16. Princípios de ordenamento do POOC da Ilha de São Miguel

Fonte: POOC da Ilha de São Miguel, 2025

Princípios de ordenamento do POOC da Ilha de São Miguel	
As edificações devem ser afastadas, tanto quanto possível, da linha de costa garantindo uma faixa de proteção à crista da arriba.	O desenvolvimento linear das edificações nas vias marginais à orla costeira deve ser evitado, privilegiando-se o desenvolvimento da ocupação urbana em forma de «cunha», ou seja, estreitando na proximidade da costa e alargando para o interior do território.

A promoção da qualificação dos aglomerados urbanos e o ordenamento da expansão urbana, sobretudo na faixa litoral, concretizando ações que diminuam os problemas de erosão, com vista à salvaguarda de pessoas e bens.	As novas construções devem localizar-se preferencialmente nos aglomerados existentes, devendo os instrumentos de planeamento prever, sempre que se justifique, zonas destinadas a habitação secundária, bem como aos necessários equipamentos de apoio, reservando-se o espaço rústico para as atividades que lhe são próprias;
Entre as zonas já urbanizadas deve ser acautelada a existência de zonas naturais ou agrícolas suficientemente vastas.	A valorização da paisagem, através da diversificação de usos coerentes com as condicionantes biofísicas presentes, e preservar os elementos que testemunham os diferentes períodos da sua humanização.
A promoção da gestão racional e integrada do solo através da conservação ou plantação de flora autóctone, que permita uma eficiente retenção de água no solo e o combate à erosão, do controlo do avanço das pastagens para zonas demasiado declivosas e do controlo da dispersão de novas edificações fora dos perímetros urbanos.	A promoção do desenvolvimento de um mosaico diversificado na paisagem, com uma estrutura produtiva e de conservação equilibrada, com vista à preservação dos valores em presença, particularmente das sebes corta-vento existentes nas quintas frutícolas, assegurando a manutenção do património natural e paisagístico.
Não devem ser permitidas construções em zonas de suscetibilidade natural, tais como zonas de drenagem natural, zonas com risco de erosão, zonas ameaçadas por galgamento e inundações costeiras, zonas ameaçadas por cheias ou zonas sujeitas a fenómenos de instabilidade geotécnica.	O ordenamento e planeamento urbanístico em áreas edificadas em zonas de risco são avaliados através do desenvolvimento de cartografia de pormenor de riscos naturais.

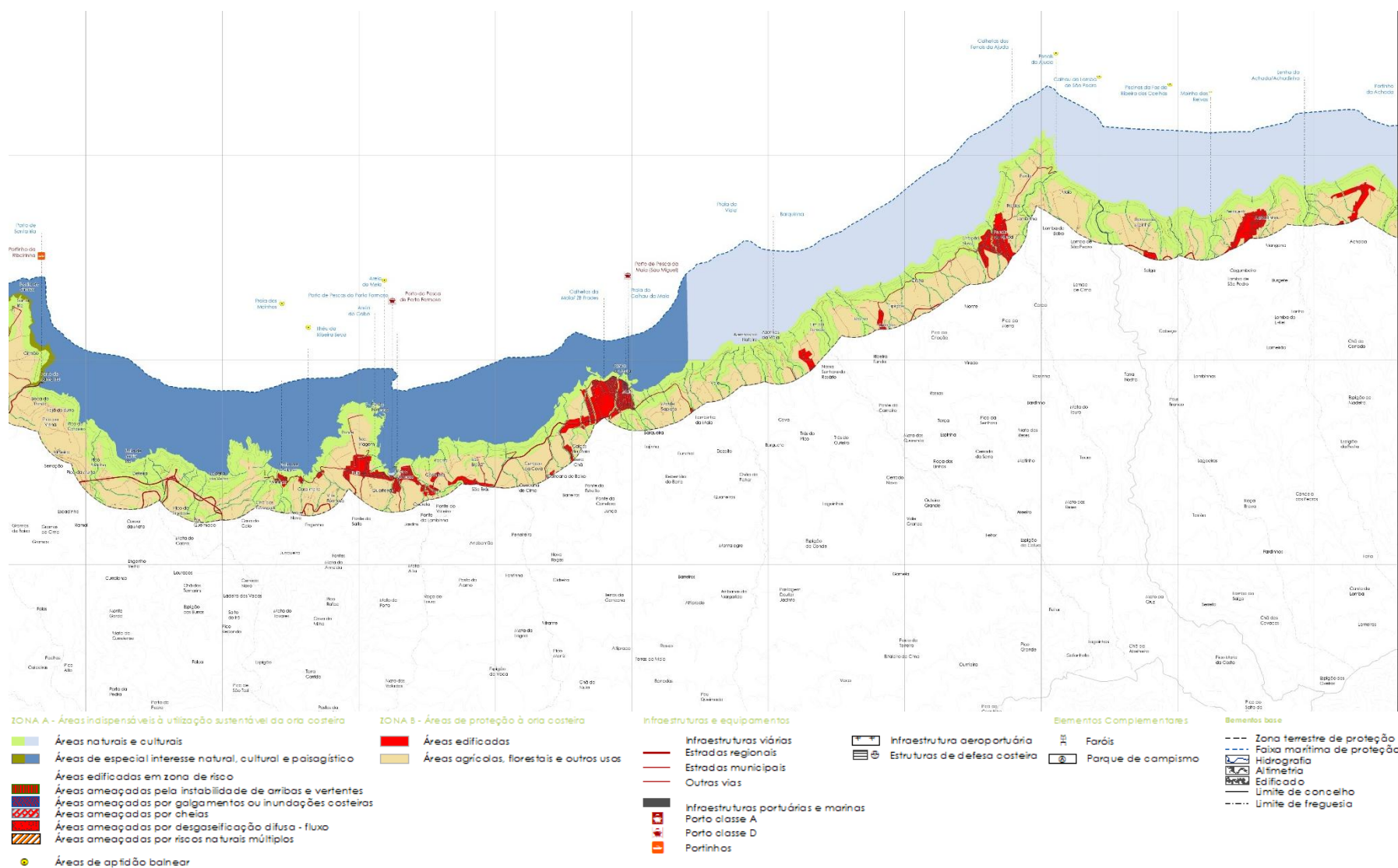


Figura 6. Planta de Síntese do POOC da Ilha de São Miguel referente ao território da Ribeira Grande (Adaptado)

Fonte: POOC da Ilha de São Miguel, 2025

3.2.14 Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande

O PPSVZHRG insere-se numa modalidade de plano de pormenor que contém medidas específicas para a promoção, salvaguarda e valorização do património cultural classificado, sua requalificação e desenvolvimento e garantia da qualidade ambiental e de vida, devendo estar subordinado ao respeito e à promoção dos valores patrimoniais que justificam a classificação do bem.

O plano de pormenor de salvaguarda vincula tanto as entidades públicas como as entidades privadas e abrange a Zona Histórica da Ribeira Grande, para a qual propõe a classificação e inventariação de vários elementos edificados, regulando simultaneamente a realização de operações urbanísticas e estabelecendo as características construtivas e de pormenor a observar nos projetos a implementar na mesma área (Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel, que revogou o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de agosto, anteriormente alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/A, de 8 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que aprova o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda).

Os objetivos do PPSVZHRG são, simplificando, os seguintes:

Tabela 17. Objetivos do PPSVZHRG

Fonte: Regulamento do PPSVZHRG

Objetivos estratégicos	Estabelecer diretrizes e normas a que dever obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na respetiva área de intervenção, respeitando a identidade e características da Zona Histórica, promovendo a adequada integração de novas construções e atividades;
	Definir as ações específicas de recuperação, requalificação e reabilitação das construções com vista à salvaguarda e valorização do património urbanístico e arquitetónico existente;
	Introduzir uma nova dinâmica económica, cultural e social na Zona Histórica da Ribeira Grande.

A execução do PPSVZHRG poderá assumir especial relevância no futuro, considerando o teor da Proposta de Lei aprovada em Conselho de Ministros de 29 de setembro de 2011, tendo sofrido sucessivas alterações pela Lei 32/2012, de 14 de agosto e Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, que simplifica os procedimentos administrativos em matéria da reabilitação urbana, concretizando medidas previstas no Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, bem como no Programa do Governo.

Com esta proposta, pretende-se que a reabilitação urbana constitua uma área estratégica e fundamental para, por um lado, requalificar e revitalizar as cidades, e, por outro lado, incentivar as atividades económicas associadas a este setor.

Neste quadro, a execução do PPSVZHRG poderá igualmente assumir importância significativa, caso os objetivos prosseguidos com a citada Proposta de Lei venham a ser objeto de uma nova

intervenção legislativa, no sentido da dinamização do mercado de arrendamento, atendendo à estreita conexão do desenvolvimento deste mercado com o incentivo à reabilitação urbana.

Encontrando-se atualmente em revisão, o PPSVZHRG poderá contribuir de forma importante não só para a reabilitação do tecido urbano de Ribeira Grande, mas também para a revitalização do tecido socioeconómico da cidade, contrariando uma conjuntura atualmente desfavorável ao investimento.

3.2.15 Unidade de execução da Área Turística do Morro de Baixo

As fortes dinâmicas turísticas que a RAA, e a Ribeira Grande em particular, registou nos últimos anos, implicou uma resposta forte no desenvolvimento de suportes à atividade turística. O município da Ribeira Grande, ciente das lacunas que possuía ao nível da oferta hoteleira, e da urgência de dar resposta a uma necessidade premente entendeu que a elaboração de Unidades de Execução poderia efetivamente apresentar-se como um meio eficaz de intervenção territorial com consequências imediatas, dando um passo significativo para um turismo em atualização constante e em potencial expansão.

A Unidade de Execução da Área Turística do Morro de Baixo, aprovada pelo Aviso n.º 4/2017 de 9 de fevereiro de 2017 (Figura 7), teve por base os limites identificados no PDM em vigor e encontra-se em conformidade com as disposições constantes no Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Miguel e no regulamento do PDM da Ribeira Grande.



Figura 7. Extrato da Planta Síntese da Unidade de Execução do Morro de Baixo

Fonte: CMRG, 2011 (original:
http://ot.azores.gov.pt/store/inc/docs_pota/137/01_ElemFundamentais/unidadeexecucaofinal05.pdf)

Face ao número significativo de proprietários integrados na área em estudo, justifica-se a constituição de uma única unidade de execução, agilizando assim todo o processo, e com o objetivo de se alcançar a uma solução perequativa relativamente aos proprietários intervenientes.

A área que integra os terrenos do Morro de Baixo, localizada na costa norte da ilha de São Miguel, concelho de Ribeira Grande, encontra-se numa situação geográfica privilegiada para tornar essas intenções algo de mais concreto. Trata-se de uma zona com características singulares para a materialização de uma intervenção desta natureza, onde se destaca o enquadramento paisagístico marcado pela relação que se estabelece com as vistas panorâmicas sobre o Mar, a cidade de Ribeira Grande e a sul sobre a Serra de Água de Pau.

A zona de intervenção, compreendida entre a frente marítima e a estrada regional, possui uma morfologia de terreno que se caracteriza por um suave declive em direção ao mar, e por uma delimitação cadastral que proporciona uma estrutura de ocupação paralela ao alinhamento da praia e articulada por eixos perpendiculares de circulação rodoviária e pedonal, com orientação norte/sul. Esta zona constitui o espaço dominante destinado unicamente ao desenvolvimento de empreendimentos turísticos, sendo esta a função principal prevista para a ocupação do solo de toda a unidade de execução.

A ocupação do solo reger-se-á por um índice de construção de baixa densidade e sendo destinada ao desenvolvimento do sector turístico de natureza em articulação com o enquadramento paisagístico envolvente. Deste modo, as operações urbanísticas assentam em soluções com base em critérios rigorosos de integração paisagística, nomeadamente soluções arquitetónicas que promovam a utilização de materiais como a pedra de basalto e a madeira, que minimizem a modelação do terreno natural e a sua excessiva impermeabilização, e que fomentem a implementação de meios de captação de energias alternativas.

Em relação ao tratamento do espaço público e espaços canal, a solução morfotipológica adotada nesta unidade de execução privilegia o espaço natural e a sua ocupação em articulação com o enquadramento paisagístico envolvente, sendo o espaço público resultante composto essencialmente por vias de acesso pedonal complementadas por pequenos espaços públicos, ciclovias e arruamentos com zonas verdes associadas.

O passeio marginal, que se afirma como uma intervenção relevante no âmbito da unidade de execução, constitui o principal eixo de articulação entre a área destinada aos empreendimentos turísticos e a praia, assim como o equipamento existente de apoio ao Areal de Santa Bárbara. Este eixo suporta duas funções, como percurso pedonal e ciclovia, intercalado por pequenos espaços de estadia/miradouros que resultam da mudança de alinhamento conforme a linha de costa.

3.3 Conteúdo documental do Plano

Tendo presente o enquadramento e o conteúdo material da revisão do PDM, materializado nos instrumentos de gestão territorial aplicáveis, na legislação urbanística geral e nos princípios orientadores, importa referir os principais elementos documentais que integram, entre vários outros, a Proposta do Plano.

A publicação da LBPPSOTU, também teve neste âmbito impacto na identificação dos conteúdos que acompanham a proposta sendo que face ao explicado anteriormente, no caso da RAA, o conteúdo documental do PDM é estabelecido no n.º 1 e n.º 2 do artigo 99.º do RJIGT-A e nas alíneas b) a d) do n.º 2 e no n.º 4, ambos do artigo 97.º do RJIGT. Estes elementos traduzem-se da seguinte forma:

3.3.1 Elementos que constituem a Proposta do Plano

Considerando a legislação em vigor, a revisão do PDM da Ribeira Grande é constituída por:

- Regulamento;
- Planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação do solo e, ainda, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas;
- Planta de condicionantes que identifica as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor à data da conclusão do processo de elaboração do plano, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

3.3.2 Elementos de acompanhamento a Proposta do Plano

Considerando a legislação em vigor, a revisão do PDM da Ribeira Grande é acompanhada e complementada por:

- Estudos de caracterização e diagnóstico do território municipal;
- Relatório de fundamentação e plano de monitorização, que explicita os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução; contempla também um plano de monitorização que permita avaliar o estado de implementação do plano e as dinâmicas associadas ao processo de planeamento, devendo incluir indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação;

- Programa de execução e Plano de financiamento, que contenha, designadamente, disposições indicativas sobre a execução das intervenções do Governo Regional (Estado) e do município previstas a curto, médio e longo prazo, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;
- Planta de enquadramento regional, elaborada a escala inferior à do plano diretor municipal, com indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como de outros elementos considerados pertinentes;
- Planta da situação existente, com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano;
- Carta da estrutura ecológica municipal;
- Extratos do regulamento, plantas de síntese, de zonamento, de implantação e de condicionantes dos instrumentos de gestão territorial em vigor na área de intervenção do plano;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Quando exigível, mapas de ruído e mapas estratégicos de ruído, elaborados nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho;
- Carta educativa, elaborada nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro;
- Relatório e ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração de câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- Ficha de dados estatísticos que contenha a informação constante do documento disponível para o efeito no Portal do Governo Regional na Internet, através do SRIT, definido no artigo 178.º;
- Relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

4. Enquadramento territorial

O arquipélago dos Açores, constituído por 9 ilhas divididas em três grupos distintos - Grupo Ocidental (Ilhas Corvo e Flores), Grupo Central (Ilhas Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira) e Grupo Oriental (Ilhas Santa Maria e São Miguel); localiza-se na parte Nordeste do Oceano Atlântico entre os 36°55' e os 39°43' de latitude Norte e os 24°46' e os 31°16' de longitude Oeste e na proximidade da junção de placas litosféricas, estando na origem da sua formação vulcânica e da sua orografia em geral muito acidentada.

É neste contexto que se encontra o concelho da Ribeira Grande. Localizado na costa norte da ilha de São Miguel (Planta 01 em anexo), faz fronteira com o concelho de Ponta Delgada, a oeste e a sul, com os concelhos de Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação, a sul, e com o concelho de Nordeste, a este. É uma localização central e importante à escala de ilha, sendo o único com ligação com os demais concelhos da ilha, suportadas numa complexa e abrangente rede estradas (regionais e municipais), onde a via rápida, que o atravessa parcialmente, assume papel estruturante (Figura 8).



Figura 8. Enquadramento territorial do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI, Plano Estratégico Ribeira Grande 2030

Relativamente a acessos viários, São Miguel é a ilha que apresenta uma maior extensão de vias regionais principais: para além da estrada que circunda a ilha, também as ligações Ponta Delgada–Capelas, Ponta Delgada–Ribeira Grande e Furnas–Maia integram esta categoria. Os principais acessos que permitem a interligação com os concelhos limítrofes são:

- ER3-1.^a - liga a Ponta Delgada;
- Eixo Norte Sul – Lagoa-Ribeira Grande⁵;
- Eixo Norte – Ribeira Grande-Nordeste
- ER1-1.^a – liga a Ponta Delgada por Calhetas e a Nordeste por Lomba de S. Pedro;
- ER2-1.^a – liga a Povoação via Furnas;
- ER4-2.^a – liga a Vila Franca do Campo a partir de Lomba da Maia;
- ER5-2.^a – liga a Vila Franca do Campo.

No que respeita ao sistema de acessibilidades e equipamentos, há a destacar o papel da cidade-porta desempenhado por Ponta Delgada. Este é o centro polarizador da ilha, reforçado pela centralidade de serviços coletivos, a existência de um parque tecnológico, em complementaridade com o polo em desenvolvimento no concelho de Lagoa. Para mais, e neste âmbito, referir a importância do terminal de cruzeiros, integrado no empreendimento estratégico das Portas do Mar, que veio dinamizar o mercado e a operação turística na ilha.

Relativamente aos grandes equipamentos/infraestruturas intermunicipais, que servem o município da Ribeira Grande destacam-se a Universidade dos Açores (Ponta Delgada), o Hospital Distrital (Ponta Delgada), as marinas (Ponta Delgada e Vila Franca do Campo), e os parques tecnológicos (Ponta Delgada e Lagoa).

A Ribeira Grande distingue-se por uma economia diversificada, cujas principais atividades económicas se centram nos serviços públicos e administrativos, na indústria de transformação, na pecuária, agricultura e pescas e na construção civil, com especial destaque para o seu tecido industrial e empresarial. É nas zonas poente e central onde a concentração urbana, populacional e industrial é mais marcada.

O território organiza-se administrativamente em 14 freguesias – Calhetas, Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Santa Bárbara, Ribeira Seca, Conceição, Matriz, Ribeirinha, Porto Formoso, São Brás, Maia, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro (Figura 9), ocupando uma superfície total de aproximadamente 180 km².

⁵ Note-se que as estradas SCUT ainda não foram classificadas de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9 de abril, com a redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2008/A, de 12 de agosto, que aprova o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores.

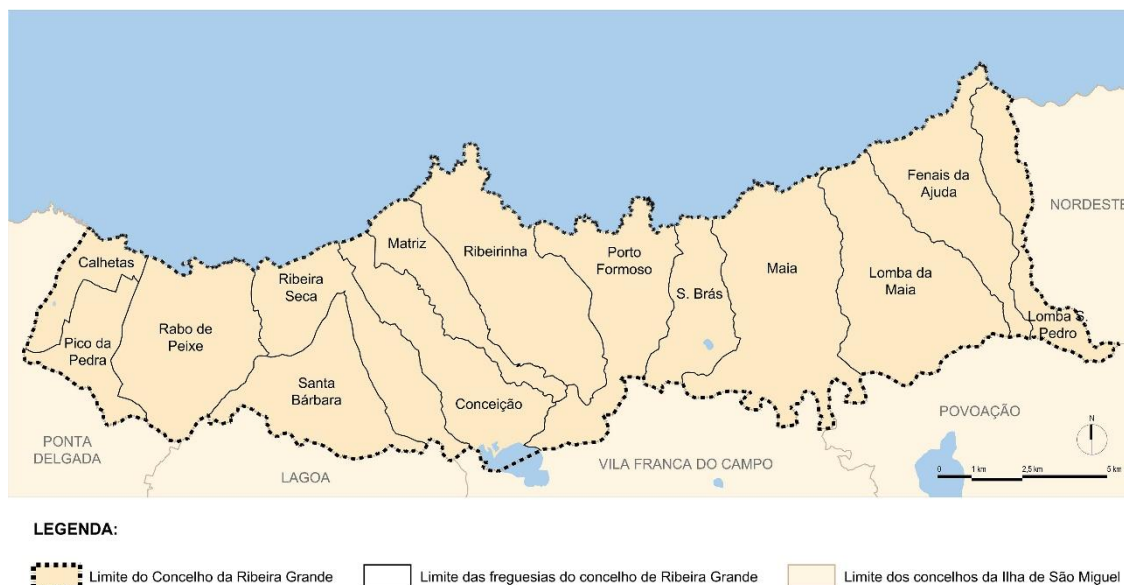


Figura 9. Freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI

Segundo os resultados preliminares dos Censos 2021, o concelho da Ribeira Grande é o segundo mais populoso da ilha de São Miguel (com 31.414 habitantes) e o terceiro nos Açores, sendo apenas superado por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo (Tabela 18).

Tabela 18. População e densidade populacional da população residente no concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Censos 2021

		Pop. Residente (n.º)	Superfície (ha)	Dens. Pop. (hab./km²)
Freguesias	Calhetas	910	470	194
	Fenais da Ajuda	890	1.336	67
	Lomba da Maia	1.048	2.047	51
	Lomba de São Pedro	348	825	42
	Maia	1.792	2.198	82
	Pico da Pedra	3.053	658	464
	Porto Formoso	1.096	1.280	86
	Rabo de Peixe	8.779	1.696	519
	Conceição	2.634	1.273	207
	Matriz	3.767	1.084	348
	Ribeira Seca	2.771	1.259	220
	Ribeirinha	2.510	1.798	140
	Santa Bárbara	1.188	1.284	93
	São Brás	582	808	72

A sede e principal núcleo urbano do Concelho, a cidade da Ribeira Grande, é transversalmente atravessada pela ribeira de igual nome, estendendo-se hoje para cinco freguesias. Tendo o seu núcleo mais antigo nas freguesias da Matriz e da Conceição, o crescimento urbano estendeu-se à Ribeira Seca, Santa Bárbara e Ribeirinha, gradualmente preenchendo os espaços intersticiais que as separava deste núcleo.

Nas freguesias da cidade, a zona mais central e urbana do Concelho, o relevo é aplanado junto à orla costeira e montanhoso a sul, pela bacia hidrográfica da Lagoa do Fogo, cujo ponto mais alto atinge os 947 metros – Pico da Barrosa. Foi junto à faixa litoral que surgiram as áreas urbanas, enquanto a sul surgiram as atividades económicas ligadas ao meio rural, indústria e o aproveitamento geotérmico.

As freguesias mais a nascente, Lomba de São Pedro, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Maia, são territórios que se desenvolvem em grandes altitudes, possuindo, no entanto, áreas planas propícias ao desenvolvimento de práticas agrícolas e de criação de vacas leiteiras. Por sua vez, nas freguesias de São Brás e Porto Formoso, o seu relevo e a disponibilidade de água criaram condições excecionais para a produção de chá, constituindo este o único local de produção de chá na Europa. Estas seis freguesias possuem uma matriz essencialmente rural e uma menor concentração populacional, possuindo um maior isolamento e tendências de perda demográfica.

Por fim, na zona poente do Concelho, o relevo predominantemente plano proporcionou a ocupação urbana e o desenvolvimento de atividades agrícolas. As três freguesias mais ocidentais, Rabo de Peixe, Pico da Pedra e Calhetas, apresentam uma forte dinâmica demográfica, embora menos concentrada do que nas freguesias da cidade da Ribeira Grande, destacando-se, entre estas localidades, a vila de Rabo de Peixe, localidade intimamente ligada ao mar e à atividade piscatória, mas também à produção hortícola, especialmente os citrinos.

O concelho da Ribeira Grande é marcado por uma grande diversidade paisagística, com zonas de relevo irregular especialmente no setor nascente, que atinge os pontos mais elevados na Serra da Água de Pau, assim como por uma topografia acidentada no litoral, com grandes escarpas e arribas costeiras, a existência de diversas linhas de água, praias e lagoas, e ainda, vestígios de atividade vulcânica, como fumarolas, ou cones vulcânicos sobre as áreas mais aplanadas do extremo poente do Concelho. Integra um conjunto de áreas classificadas com um estatuto de proteção, das quais destacam-se a Zona Especial de Conservação da Lagoa do Fogo (Rede Natura 2000), Zona Especial de Conservação da Serra da Tronqueira/Planalto dos Graminhais, Zona de Proteção Especial do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme, a Reserva Natural da Lagoa do Fogo, o Monumento Natural Caldeira Velha, as áreas protegidas da Ponta do Cintrão – Ponta da Maia e do Porto das Capelas, Área Protegida da Serra de Água de Pau e ainda, a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Tronqueira e Planalto dos Graminhais.

5. Ambiente e paisagem

5.1 Fisiografia

A morfologia do concelho da Ribeira Grande, resultado da sua formação vulcânica e da ação dos agentes naturais que a moldaram ao longo dos anos, traduz-se num território de fortes inclinações que acompanham transições altimétricas acentuadas – desde o topo da encosta até ao mar – ao longo de um relevo enrugado de orientação generalizada a Norte culminando em zonas de falésia ou pequenas praias que finalizam vales muito encaixados (Figura 10).

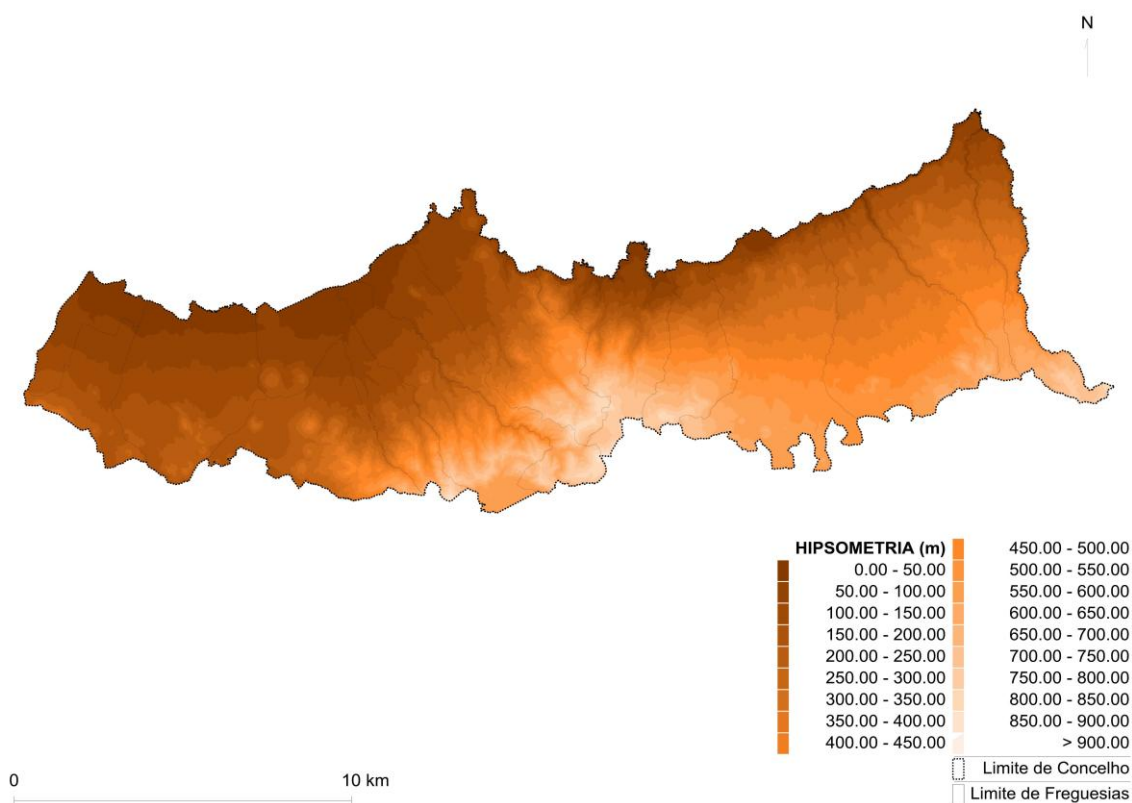


Figura 10. Carta hipsométrica do concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, 2009

Em termos hipsométricos, o território concelhio varia entre as cotas baixas ao nível do mar até a cotas superiores a 900m na envolvente da Lagoa do Fogo, sendo que nas zonas de transição, maioritariamente nos patamares de 100 metros a 250 metros, orientam-se no sentido Sul – Norte, dado este ser um território onde dominam as orientações do quadrante Norte (NW / N / NW).

Traduzindo a morfologia em valores das diferentes classes hipsométricas (Tabela 19), é possível validar esta análise. Assim, destaca-se uma faixa intermédia, onde a transição é efetuada de modo mais suave, de maior planura, coincidente com as classes entre os 100 e os 250 metros de altitude.

Tabela 19. Classes hipsométricas, dimensão e percentagem das áreas

Fonte: CMRG, 2009

Classes Hipsométricas (m)	Áreas Parciais (m2)	Percentagens Parciais (%)
0.00 - 50.00	11813590,2778187	6,5575947262
50.00 - 100.00	20470550,8351294	11,3629788271
100.00 - 150.00	19574201,5264947	10,8654251317
150.00 - 200.00	21046957,8828907	11,6829360736
200.00 - 250.00	13957449,7474049	7,7476276646
250.00 - 300.00	11342948,0899993	6,2963463964
300.00 - 350.00	10553772,3674198	5,8582835862
350.00 - 400.00	10895243,4807825	6,0478304656
400.00 - 450.00	10571272,6794844	5,8679978179
450.00 - 500.00	9648719,26674777	5,355898511
500.00 - 550.00	10890877,2397987	6,045406813
550.00 - 600.00	10696969,8815426	5,9377709597
600.00 - 650.00	5971046,25736241	3,3144624561
650.00 - 700.00	4357428,15145146	2,418760698
700.00 - 750.00	4375378,12969644	2,4287245345
750.00 - 800.00	2800236,29204235	1,554380532
800.00 - 850.00	1077074,53023572	0,5978722889
850.00 - 900.00	106459,415088819	0,0590944567
> 900.00	1095,4291736919	0,0006080608

Há a destacar, pela diferença de dinâmica de relevo o contraponto efetuado entre o quadrante Este, onde se verificam declives mais fortes contribuindo para um enrugamento do território, e o quadrante Oeste do concelho, onde se verificam declives de menor amplitude originando um território de maior planura (Figura 11). Esta faixa de território, mais abrangente e central, no setor Oeste, e mais próxima do mar, no setor Este, corresponde à zona ao longo da qual se desenvolvem os principais aglomerados urbanos.

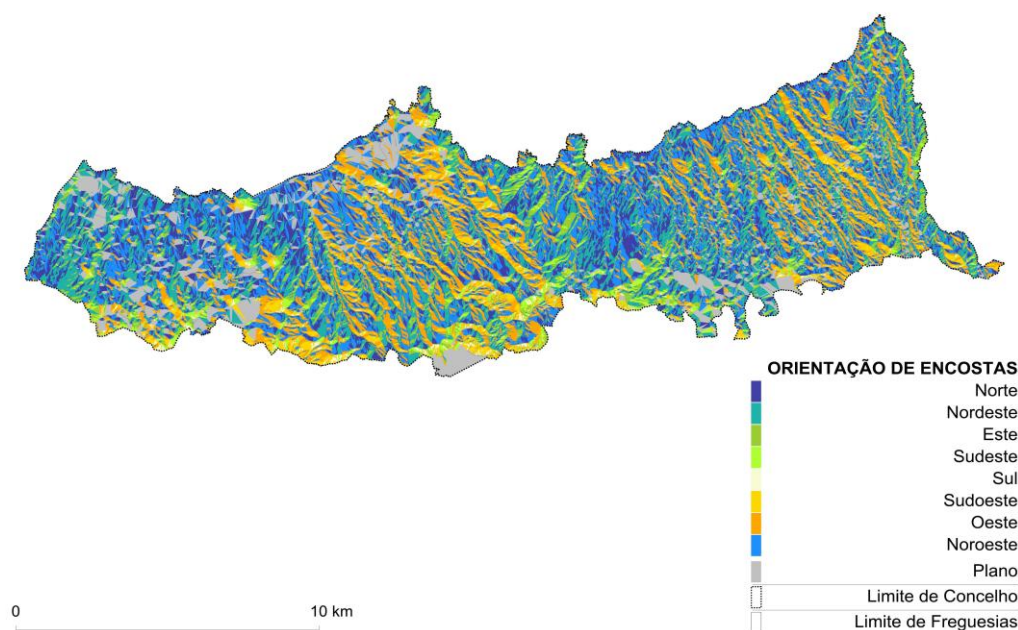


Figura 11. Carta de exposição solar das encostas

Fonte: CMRG, 2009

Cerca de 60% do território do concelho possui inclinações acima dos 12%, assumindo-se como um território rugoso por excelência. Também neste ponto, o setor oeste do concelho destaca-se por uma menor inclinação, com inclinações inferiores a 12% numa grande parte das freguesias de Calhetas, Rabo de Peixe, Pico da Pedra, Santa Bárbara e parte da Ribeira Seca (Figura 12).

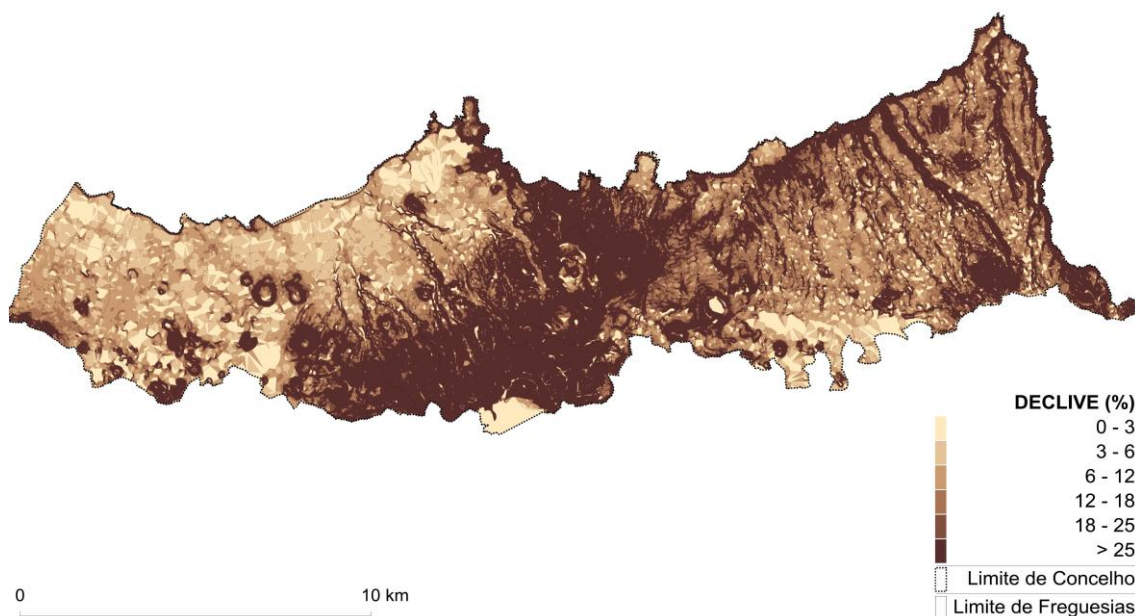


Figura 12. Carta de declives

Fonte: CMRG, 2009

5.2 Património natural

5.2.1 Património biológico

A identificação dos elementos que integram o património biológico de determinado território é fundamental para a preservação dos valores naturais e constitui um fator a considerar no ordenamento do território.

O património biológico é, mais do que tudo, a resultante dos seres vivos que compõem diferentes ecossistemas (espécies vegetais, animais, fungos, micro-organismos). Neste âmbito, serão retratados de forma genérica, pois integram-se num conjunto de condicionantes ambientais à ocupação humana, os ecossistemas florestais, ecossistemas lacustres e os ecossistemas ribeirinhos, refletindo-se numa breve análise da biodiversidade existente na Ribeira Grande.

5.2.1.1 Ecossistemas florestais

Os ecossistemas florestais traduzem-se pelo coberto florestal existente no território do concelho da Ribeira Grande. Tendo presente alguns dos indicadores que traduzem a ocupação do solo, que

será posteriormente analisada, é possível adiantar que cerca de 26% do Concelho se encontra atualmente coberto por florestas.

Estas áreas ocorrem em zonas de maior altitude, principalmente na zona da Serra de Água de Pau e, em menor extensão, na zona Este do Concelho. Parte significativa encontra-se abrangida por regimes de proteção, no entanto, diversos estudos têm feito referência à perda de biodiversidade pela proliferação de espécies exóticas/invasoras.

5.2.1.2 Ecossistemas lacustres

Os ecossistemas lacustres existentes no concelho da Ribeira Grande integram as áreas das lagoas do Fogo e S. Brás e as limítrofes, que compõem as zonas húmidas territoriais existentes. Estas áreas resultam de formações geológicas, mais propriamente do abatimento do cone vulcânico, e são importantes ecossistemas, principalmente pela relação com a florestação endémica que povoa as áreas envolventes.

A lagoa do Fogo é a segunda maior lagoa da ilha de São Miguel (Figura 13 A), contudo só uma parte desta se encontra localizada no concelho da Ribeira Grande. Já a lagoa de S. Brás integra-se totalmente no concelho, perto do Pico Moniz, e encontra-se a uma altitude de 610 metros de altitude e está rodeada por florestas típica da macaronésia (Figura 13 B)

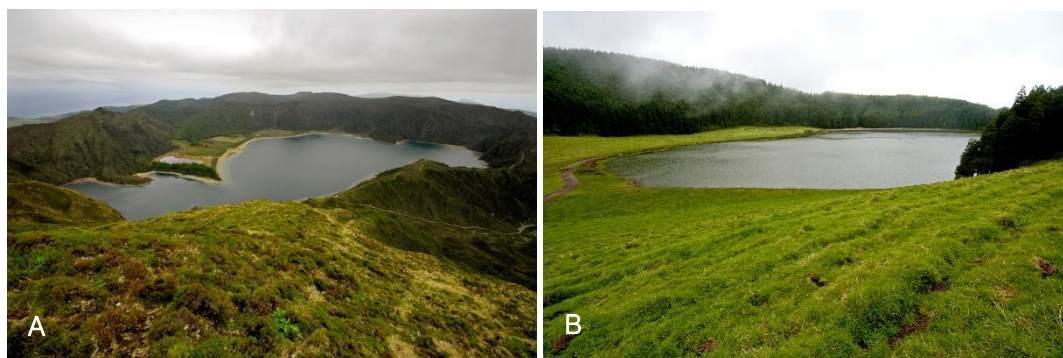


Figura 13. Lagoa do Fogo (A) e Lagoa de S. Brás (B)

Fonte: SIRAM (siaram.azores.gov.pt), 2018

No que respeita à qualidade e estado ecológico destas lagoas, os dados mais recentes, relativos a 2018, indicam o seguinte:

- Lagoa de S. Brás: Estado Ecológico Razoável. O atual uso do solo da respetiva bacia hidrográfica é inadequado – predomínio de pastagens e também floresta de criptoméria (*Cryptomeria japonica*)
- Lagoa do Fogo: Estado Ecológico Bom. O atual uso do solo da respetiva bacia hidrográfica é adequado, mas com potencial de melhoramento – áreas importantes de

vegetação natural, mas também de povoamentos florestais de criptoméria (*Cryptomeria japonica*).

5.2.1.3 Ecossistemas ribeirinhos

O ecossistema ribeirinho do concelho da Ribeira Grande é constituído por diversos cursos de águas, dos quais destacam-se, pelo seu impacto no território, a ribeira Grande e os seus afluentes: ribeira das Lombadas, ribeira das Roças/Salto do Cabrito e ribeira da Pernada, todas situadas nas freguesias da Matriz e Conceição. São ainda de destacar a ribeira Seca, na freguesia da Ribeira Seca, e a Ribeira das Gramas, na freguesia da Ribeirinha.

Dadas as especificidades da morfologia existente, os principais cursos de água encontram-se em vales bastante encaixados, as denominadas grotas. Nestes cursos de água de maior expressão verifica-se a ocorrência de corredores com floresta, quase exclusivamente de espécies exóticas (predomínio de criptoméria (*Cryptomeria japonica*) e outra vegetação natural que espontaneamente vai crescendo nessas superfícies. Contudo, a extensa rede hidrográfica, é composta maioritariamente por pequenas linhas de drenagem, que não apresenta vegetação específica dos sistemas ribeirinhos, uma vez que as pastagens e culturas agrícolas se estendem até às suas margens, ocupando-as (Figura 14).

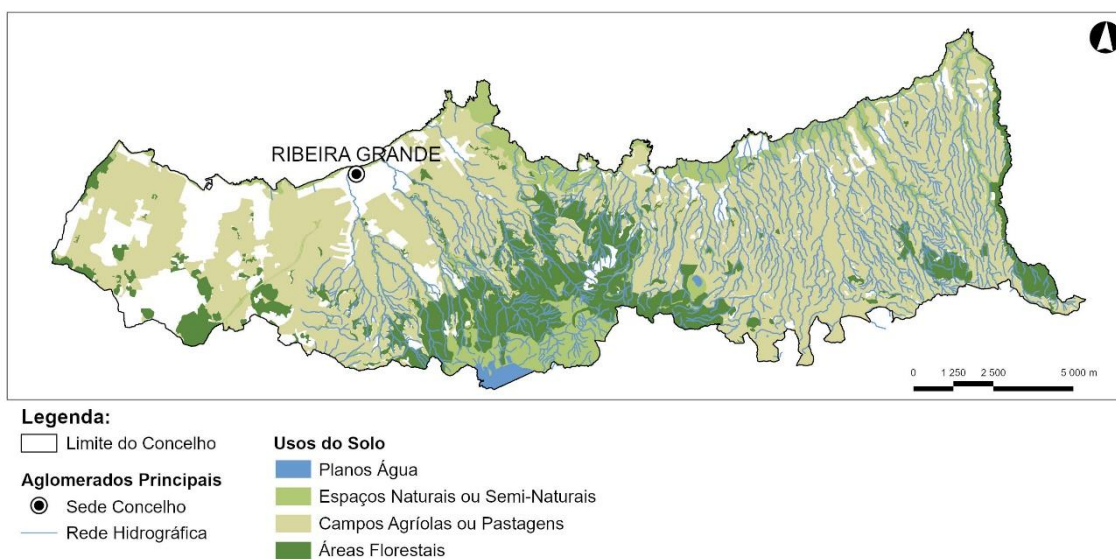


Figura 14. Rede hidrográfica e vegetação natural

Fonte: CMRG, 2009

5.2.1.4 Biodiversidade

Uma elevada diversidade biológica prende-se com a existência de habitats naturais em número, área e variedade elevados, e em bom estado de conservação. No entanto, o mesmo não ocorre no Concelho, pois, os habitats naturais estão presentes numa área bastante localizada, sobretudo no

Parque Natural da Ilha de S. Miguel e apresentam problemas ao nível das espécies exóticas invasoras e pressão humana.

Os Açores pertencem à região geográfica da Macaronésia, que engloba um conjunto de ilhas no Oceano Atlântico, localizadas no extremo noroeste da África e próximo à Europa. Esta região é composta por quatro arquipélagos: Açores e Madeira (Portugal), Canárias (Espanha) e Cabo Verde. A palavra "Macaronésia", de origem grega, significa "ilhas afortunadas". Estas zonas são conhecidas por possuírem uma biodiversidade única e abundante, tanto em termos de flora quanto de fauna.

Em São Miguel foram identificadas, segundo o Portal da Biodiversidade dos Açores, 3982 espécies nos sistemas marinhos e terrestres, sendo 6,6% destas espécies consideradas endémicas dos Açores. Das 263 espécies endémicas, 17 destas encontram-se atualmente num estado de conservação considerado vulnerável e 50 espécies em perigo. Contudo, na ilha de São Miguel 2,4% das espécies são invasoras, tornando os ecossistemas particularmente vulneráveis à evolução das espécies exóticas invasoras. Essas espécies representam uma importante ameaça à biodiversidade, à sociedade, ao bem-estar e à economia. A administração regional tem regido a sua ação pelos princípios gerais de gestão estatuidos no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

O mar dos Açores abriga diversas espécies de cetáceos, sendo os mais comuns os cachalotes (*Physeter macrocephalus*), baleias-de-bico (*Mesoplodon spp.*) e golfinhos (*Delphinus delphis* L.). Também são registradas algumas espécies de tubarões, desde o pequeno Tubarão-anão (*Squaliolus laticaudus*) até, em ocasiões muito esporádicas, o Tubarão-baleia (*Rhincodon typus*). Na fauna marinha, encontramos o peixe-espada (*Xiphias gladius*), o atum (*Thunnus*), o bonito (*Katsuwonus pelamis*), a enguia (*Anguillidae*), a moreia (Muraenidae) e o chicharro (*Trachurus*). Nas zonas costeiras, é comum encontrar polvos (*Octopoda*), ouriços-do-mar (*Echinoidea*), estrelas-do-mar (*Asteroidea*), lapas (*Patella vulgata*) e cracas (*Thoracica*). Em ribeiras e lagoas, é possível encontrar algumas espécies de Trutas (*Salmo trutta*), Percas (*Perca fluviatilis*), Carpas (*Cyprinus carpio*) e Lúcius (*Esox lucius*).

Na avifauna, destacam-se o milhafre, nome científico *Buteo buteo ssp. rothschildi* (única ave de rapina diurna residente nos Açores), o pombo torcaz (*Columba palumbus*) e da rocha (*Columba livia*), o priolo, nome científico *Pyrhula murina* (ave terrestre endémica, cujo habitat se limita à Floresta Laurissilva no setor nordeste de São Miguel), o canário-da-terra (*Serinus canaria*) e várias aves marinhas, como o cagarro, nome científico *Calonectris borealis* (com a principal população reprodutora localizada no Arquipélago dos Açores), o garajau rosado, nome científico *Sterna dougallii* (espécie cuja população europeia tem uma das suas principais áreas de nidificação nos Açores) e gaivotas (*Laridae*).

Quanto aos animais terrestres, o coelho selvagem (*Oryctolagus cuniculus*), a doninha-anã (*Mustela nivalis*), o furão (*Mustela putorius furo*) e o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) são mamíferos comuns, sendo que todas as espécies foram introduzidas na Região. Destaca-se que o morcego-dos-açores (*Nyctalus azoreum*) é o único mamífero terrestre endêmico do arquipélago.

A Floresta Laurissilva no nordeste da ilha de São Miguel remonta à Era Terciária e desapareceu em grande parte do continente europeu devido às glaciações. As principais espécies endêmicas da floresta incluem o louro (*Laurus azorica*), o queiró (*Daboecia azorica*), a urze (*Erica Azorica*), o cedro (*Juniperus brevifolia*) e o pau-branco (*Picconia azorica*). Além disso, São Miguel está embelezado por flores introduzidas, como hortênsias (*Hydrangea macrophylla*), camélias (*Camellia japonica*) e azáleas (*Rhododendron indicum*), que são usadas como divisões naturais de propriedades. Árvores maiores, como acácias (*Acacia melanoxylon*) e criptomérias (*Cryptomeria japonica*), também foram introduzidas no arquipélago e adquiriram relevância comercial.

Alguns desses habitats estão presentes em áreas pertencentes à Rede de Áreas Protegidas dos Açores que integra a globalidade das áreas protegidas existentes na Região, concretizando a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da natureza (IUCN), bem como em áreas da Rede Fundamental da Conservação da Natureza (que integra áreas protegidas, áreas da Rede Natura 2000, a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola) e o PNI de São Miguel (que integra as áreas classificadas da Rede Natura 2000), pelo que encontram-se já salvaguardados, sendo nessas zonas que se encontram as espécies mais importantes para a conservação.

No conjunto de espécies importantes para a conservação é de salientar as espécies da flora constantes do anexo II da Diretiva Habitats, como a Urze (*Erica azorica*), o Feto-de-cabelinho (*Culcita macrocarpa*), o Trovisco macho (*Euphorbia stygiana*), o Sanguinho (*Frangula azorica*), o Feto frisado (*Vandenboschia speciosa*) e o Feto de botão (*Woodwardia radicans*), entre outras, igualmente importantes, como o Cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*), o Loureiro (*Laurus azorica*) e o Azevinho (*Ilex azorica*).

Refere-se ainda a título de exemplo as áreas de nidificação de diversas aves marinhas, como o cagarro (*Calonectris borealis*) e o Frulho (*Puffinus lherminieri baroli*).

5.2.2 Património geológico

A zona da Caldeira Velha, localizada no flanco Nordeste do Vulcão do Fogo, apresenta fumarolas, afloramentos rochosos traquíticos e uma nascente termal que exsurge em fraturas da referida rocha, seguida de uma queda de água e dá origem a uma ribeira de vale encaixado. Este local é atravessado por uma falha, bem visível, responsável pela formação daquela nascente e dos restantes fenómenos hidrotermais. Pelas suas características e valor geomorfológico, é considerada uma zona protegida – Monumento Natural da Caldeira Velha.

O vulcão do Fogo, ou Maciço Vulcânico da Serra da Água de Pau, é um vulcão central poligenético traquítico, no topo do qual existe uma caldeira de colapso com forma elíptica, ocupada pela Lagoa do Fogo e alguns centros eruptivos traquíticos (um cone pomítico, dois cones – ou anéis – de tufos e diversos domos). Ocorreu uma erupção de natureza traquítica, no ano de 1563, no interior da caldeira. Nos flancos deste vulcão existem diversos cones de escórias, domos traquíticos e crateras de explosão hidromagmática (maars) bem como uma cobertura espessa de depósitos pirocláticos pomíticos e, ainda, zonas com atividade hidrotermal. É uma zona protegida, integrando a Reserva Natural da Lagoa do Fogo e também a Rede Natura 2000 (ZEC da Lagoa do Fogo).

As Lombadas, região localizada a Nordeste da caldeira do Vulcão do Fogo, em pleno vale da Ribeira Grande, possui uma interessante morfologia em formações essencialmente pomíticas, moldada quer pela referida linha de água, quer pela evolução natural das vertentes que decorre no local; neste local exsurgem algumas nascentes de águas minerais gasocarbónicas.

5.2.2.1 Geossítios

É de realçar ainda a presença, no concelho da Ribeira Grande, de alguns geossítios do Geoparque Açores, que integra a rede mundial de Geoparques da UNESCO, que pelas suas características específicas ou raridade, apresentam elevado valor científico, educativo, cultural, económico (e.g. energético ou turístico), cénico ou estético (e.g. paisagístico), bem como, nalguns casos, um elevado interesse ecológico, histórico e cultural. Assim, no concelho da Ribeira Grande identificam-se os seguintes geossítios:

Tabela 20. Lista de geossítios do Geoparque Açores localizados no concelho da Ribeira Grande

Fonte: Geoparque Açores, 2022

Código	Geossítio	Descrição
SMG 3	Caldeira do vulcão do Fogo	Vulcão central poligenético, de natureza traquítica, formado nos últimos 300 mil anos. A sua caldeira está preenchida por uma lagoa e praias de pedra pomes. Constitui um importante recurso hídrico da ilha de São Miguel, tendo sido palco de uma erupção no ano de 1563.
SMG 4	Caldeira Velha	Situada no flanco norte do Vulcão do Fogo, integra uma zona de vulcanismo secundário com fumarolas e uma nascente termal, que com a ribeira associada alimenta duas quedas de água e uma represa, criando as condições ideais a zona de banhos termais a temperaturas que variam entre os 27º e os 38ºC.
SMG 16	Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	Cone de pedra pomes ladeado por praias de areia negra (praia de Santa Bárbara a nascente e praia de

Código	Geossítio	Descrição
		Santa a ponte). A leste deste local situam-se escoadas lávicas basálticas associados à erupção histórica do Pico Queimado (1563) e aos derrames lávicos da erupção do Pico Arde. Encontram-se ali vestígios militares da II Guerra Mundial, nomeadamente casamatas e bunkers).
SMG 19	Ponta do Cintrão – Ladeira da Velha	Localizado na costa norte da ilha de São Miguel, nas proximidades do Porto da Ribeirinha, exhibe pequenos domos traquíticos em resultado da exposição à erosão marinha. A zona é pontilhada pela presença de diversas arribas altas e pequenas baías com praias de areia ou calhau rolado, de difícil acesso. O sítio inclui ainda a baía da Praia do Porto Formoso, as ruínas das termas da Ladeira da Velha e o anel de pedra pomes e domo da Coroa da Mata.
SMG 23	Salto do Cabrito e Caldeiras da Ribeira Grande	Implantado no flanco norte do Vulcão do Fogo, o Salto do Cabrito é uma cascata com cerca de 20 metros de altura, situada numa garganta do vale fluvial da Ribeira Grande. Está integrado no percurso pedestre PR29SMI, o qual termina junto das Caldeiras da Ribeira Grande, um polo termal edificado em 1811 que outrora disponibilizou tratamentos reumáticos e dermatológicos.
SMG 25	Vale das Lombadas	No Vale das Lombadas corre a Ribeira Grande e seus afluentes, sendo as margens ladeadas por vertentes escarpadas e imponentes. Dá-se neste local a presença de diversas nascentes de águas minerais gasocarbónicas, outrora exploradas comercialmente, sendo ainda possível observar a estrutura da antiga fábrica destruída em 1998 na sequência de cheias.
SMG 26	Fontanário da Ribeira Seca	Este local é uma memória a erupção do Pico Queimado (1563), tendo as escoadas lávicas soterrado o fontanário e parte da freguesia da Ribeira Seca. Foi descoberto em obras de escavação e os materiais presentes comprovam a natureza do fenómeno eruptivo que percorreu os flancos do Vulcão do Fogo até atingir o mar.

Código	Geossítio	Descrição
SMG 27	Campo Geotérmico do Vulcão do Fogo	Situado no flanco norte do Vulcão do Fogo, integra os setores Cachaço-Lombadas e o Pico Vermelho. As centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho exploram um reservatório geotérmico profundo (800m de profundidade), cuja produção conjugada fornece cerca de 42% da energia elétrica de São Miguel e 22% da Região.

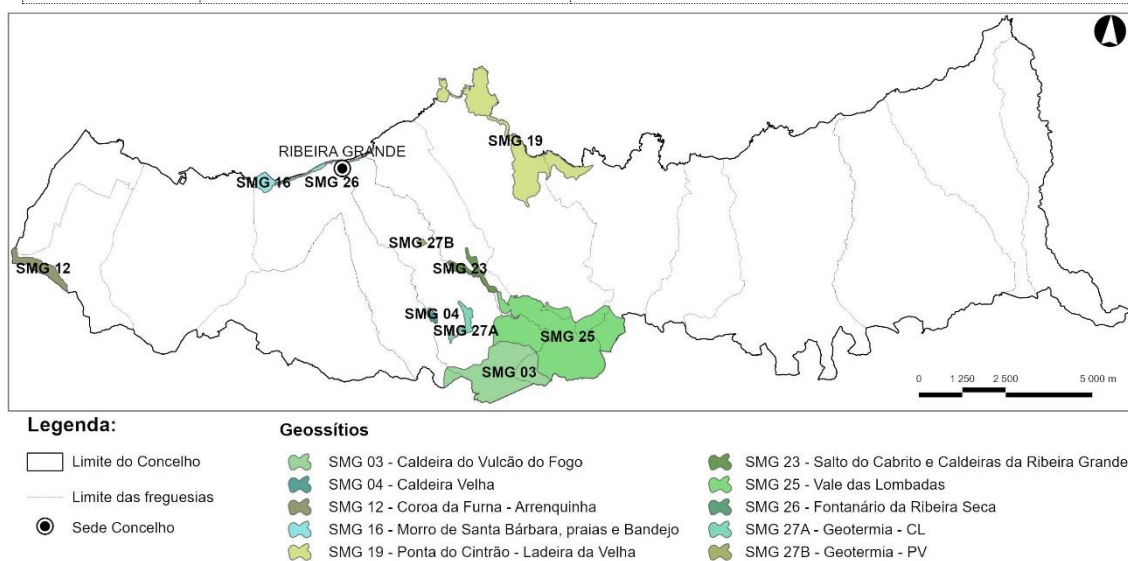


Figura 15. Localização dos Geossítios no concelho da Ribeira Grande

Fonte: DROTRH, 2022

5.2.2.1 Cavidades vulcânicas

No arquipélago são conhecidas cerca de 270 cavidades subterrâneas naturais (cavidades vulcânicas), as quais incluem grutas lávicas ou tubos lávicos, de natureza terrestre ou submarina, algares vulcânicos, fendas e grutas de erosão marinha. As cavidades vulcânicas dos Açores, em especial os tubos lávicos e os algares vulcânicos, são também um *habitat* único que integram um importante património geológico e biológico, concentrando espécies endémicas troglóbias e diversas estruturas geológicas relevantes.

O Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio, que aprova o regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas na RAA, veio dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo GESPEA (Grupo de Trabalho para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores), o qual permitiu a inventariação, caracterização e mapeamento das cavidades vulcânicas dos Açores. São objetivos do referido diploma, quanto à proteção e classificação de cavidades vulcânicas:

- a) Conhecer e proteger o estado natural das estruturas geológicas e Vulcano-espeleológicas, bem como dos respetivos *habitats* e espécies;
- b) Salvar as especificidades naturais e culturais das cavidades vulcânicas, incluindo a integridade física e condições de estabilidade dessas estruturas;
- c) Promover a investigação científica e a manutenção de serviços dos ecossistemas associados às cavidades vulcânicas;
- d) Promover a compatibilidade entre a conservação da geodiversidade e dos ecossistemas e as atividades industriais, agrícolas, florestais, de turismo, de recreio e de lazer;
- e) Promover ações de sensibilização e educação ambiental orientadas para o uso sustentável dos recursos naturais presentes nas cavidades vulcânicas.

É importante destacar, igualmente, a Resolução do Conselho do Governo n.º 163/2024, de 4 de novembro, que aprova a classificação das cavidades vulcânicas, em função do respetivo grau de conhecimento e importância em termos geológicos, biológicos, estéticos e de integridade, no seu anexo I e publica os critérios de avaliação que fundamentam a proposta de classificação no seu anexo II. Como tal, estão identificadas no concelho da Ribeira Grande as seguintes cavidades vulcânicas (Figura 16):

- Algar da Ribeirinha (Ribeirinha);
- Algar do Pico Queimado (Santa Bárbara);
- Fenda do Pico Queimado (Santa Bárbara);
- Gruta da Giesta (Rabo de Peixe);
- Gruta da Quinta Irene (Ribeirinha);
- Gruta das Escadinhas (Ribeirinha);
- Gruta do Esqueleto (Conceição).

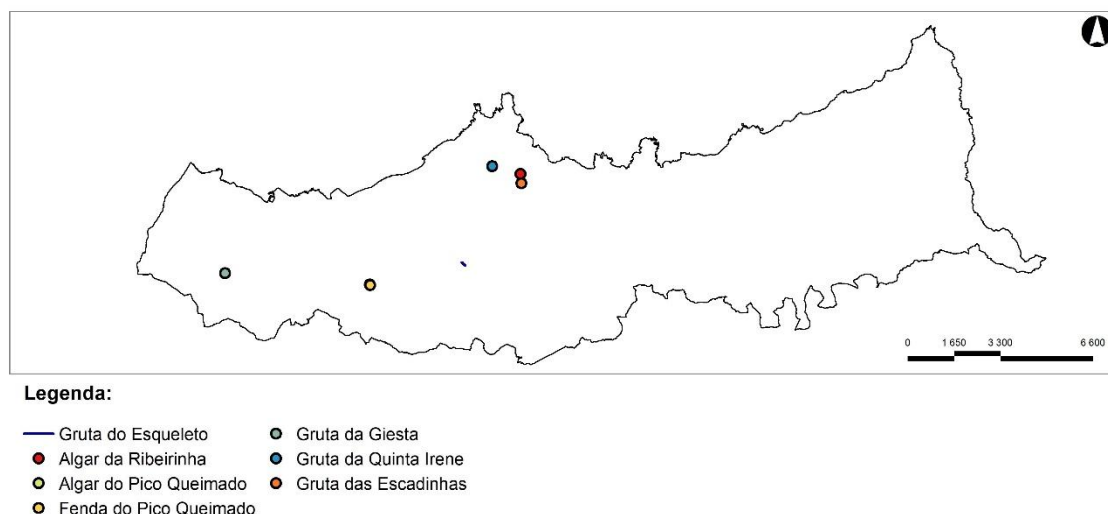


Figura 16. Localização das Cavidades Vulcânicas na Ribeira Grande

Fonte: DROTRH, 2022

5.2.3 Áreas classificadas

No sentido de proteger e valorizar os sistemas ambientais e o património natural desenvolveu-se nos Açores uma Rede de Áreas Protegidas integrada a globalidade das Áreas Protegidas existentes no território da RAA e concretiza a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A Rede de Áreas Protegidas integra 3 tipos de unidades de gestão: Parque Natural de ilha (PNI); Parque Marinho dos Açores (PMA) e Áreas protegidas de importância local. As áreas marinhas que se encontram situadas no mar territorial adjacente a cada uma das ilhas do arquipélago estão incluídas nos correspondentes Parques Naturais de Ilha.

A Rede de Áreas Protegidas dos Açores, estruturada nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, diploma que contempla a rede fundamental de conservação da natureza, consiste num conjunto de territórios orientados para a conservação das componentes mais representativas do património natural e da biodiversidade e visa promover uma visão integrada e abrangente do património e dos recursos e valores naturais sujeitos por lei ou compromisso internacional a um especial estatuto jurídico de proteção e gestão, sem implicar a atribuição de um regime complementar ao existente. Integra a Rede Natura 2000, as áreas protegidas de importância regional, a reserva ecológica e a reserva agrícola regional.

A este propósito importa referir as áreas classificadas e protegidas existentes no concelho da Ribeira Grande.

5.2.3.1 Rede Natura 2000

No âmbito da classificação promovida pela rede de áreas designadas para conservar os habitats e as espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis na União Europeia, identifica-se, na Ribeira Grande, a Zona Especial de Conservação da Lagoa do Fogo (PTMIG0019), com 285,3ha (cerca de 1,6% do concelho). O concelho da Ribeira Grande é ainda abrangido, por uma pequena área da a Zona Especial de Conservação da Serra da Tronqueira/Planalto dos Graminhais (PTMIG0024) e da Zona de Proteção Especial do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme (PTZPE0033). Estas últimas localizam-se no limite do concelho, não tendo uma expressão muito significativa, ocupando a ZEC uma área de 0,25ha (cerca de 0,001%) e a ZPE uma área de 1,93ha (cerca de 0,01%).

A Lagoa do Fogo é uma das maiores lagoas dos Açores e a segunda maior da Ilha de São Miguel. É constituído pelo complexo vulcânico do Fogo ou Serra de Água de Pau, que atinge a sua cota máxima aos 947 m e que ocupa a parte central da ilha de S. Miguel. No que respeita à parte incluída no concelho de Ribeira Grande, tem uma área de 642,48 hectares e encontra-se totalmente integrado em áreas do PNI de S. Miguel.

A Reserva Natural da Lagoa do Fogo é um dos mais importantes biótopos da ilha de S. Miguel que, para além da sua notável beleza paisagística, tem um grande interesse geológico e encerra um importante património natural, tendo classificação de sítio Ramsar. Tal como referido anteriormente, apresenta algumas vulnerabilidades devido á elevada pressão turística na sua envolvente, risco de erosão e invasão de exóticas. Na parte incluída no concelho a principal ocupação do solo é a vegetação natural existindo, também, áreas de floresta de criptoméria (*Cryptomeria japonica*).

Habitats constantes do anexo I da Diretiva Habitats:

- 3130 Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da *Littorelletea uniflorae* e ou da *Isoëto-Nanojuncetea*
- 3160 Lagos e charcos distróficos naturais
- 3170 * Charcos temporários mediterrânicos
- 4050 * Charnecas macaronésicas endémicas
- 5330 Matos termomediterrânicos pré-desérticos
- 6180 Prados mesófilos macaronésicos
- 7120 Turfeiras altas degradadas ainda susceptíveis de regeneração natural
- 7130 Turfeiras de coberta (* turfeiras ativas)
- 7140 Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes

* *Habitats* prioritários

Espécies da flora constantes do anexo II da Diretiva Habitats:

- *Culcita macrocarpa*
- *Erica azorica*
- *Euphorbia stygiana*
- *Frangula azorica*
- *Vandenboschia speciosa*
- *Woodwardia radicans*

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, vinculando as entidades públicas e aplicando-se a todos os SIC e ZPE classificados na Região, de forma a promover a salvaguarda dos habitats naturais e espécies de fauna e da flora selvagens.

De acordo com o disposto no Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores, as autarquias, através dos PMOT, são responsáveis pela aplicabilidade das recomendações setoriais e medidas regulamentares, sempre que aplicáveis às especificidades.

Tabela 21. Recomendações setoriais e medidas reguladoras do Plano Setorial da Rede Natura 2000 na RAA (transcrição integral).

Fonte: Plano Setorial da Rede Natura 2000 na RAA

Na área de aplicação do presente Plano Setorial, devem ser consideradas e integradas, em todos os instrumentos de gestão territorial ou de política setorial as seguintes recomendações:

- a) Aplicar o Código de Boas Práticas Agrícolas e Incentivos à extensificação agropecuária;
- b) Proceder à reconversão e renaturalização das áreas de pastagem que envolvem as lagoas;
- c) Promover a recuperação de áreas naturais degradadas e a fiscalização e controlo dos efluentes pecuários e silagens;
- d) Promover a produção de espécies da vegetação natural e campanhas de sensibilização do público em geral e das entidades responsáveis para a utilização de espécies arbóreas e arbustivas nativas;
- e) Estabelecer e implementar programas de vigilância e promover a aplicação das medidas previstas nos Planos de exploração e normas de boas práticas silvícolas e planos de exploração cinegética;
- f) Aumentar o nível de fiscalização e promover a informação e sensibilização dos praticantes da pesca e condicionar a pesca com redes de emalhar, artes de cerco e armadilhas;
- g) Promover a aplicação de medidas de valorização e expansão das formações vegetais naturais, de forma a conciliar as funções de proteção com o aumento da biodiversidade e controlar as espécies invasoras, avaliando o impacto e implementando um Plano de

controlo de erradicação de exóticas infestantes. Promover os repovoamentos com espécies nativas;

- h) Estabelecer e implementar programas de vigilância e promover a sensibilização e a formação do público em geral e das entidades responsáveis para a importância do cumprimento das Diretivas Aves e Habitats;
- i) Melhorar a gestão dos resíduos e o controlo e fiscalização da deposição clandestina de resíduos;
- j) Introdução de regras de aplicação racional de herbicidas nas ações de limpeza de bermas e caminhos, promovendo a formação e sensibilização dos agentes que efetuam as limpezas dos caminhos e estradas, em áreas sensíveis e o repovoamento com espécies autóctones ao longo das bermas e caminhos;
- k) Garantir a compatibilização do Plano Setorial da Rede Natura 2000 na Região Autónoma dos Açores, com o Plano Setorial de Turismo, tendo em conta a capacidade de carga dos ecossistemas e a incorporação dos princípios estabelecidos no Programa Nacional do Turismo de Natureza;
- l) Promover a introdução de medidas regulamentares que visem controlar o número de visitantes e a utilização de meios de deslocação menos impactantes em termos de poluição;
- m) Promover a colocação de sinalização de sensibilização e consciencialização dos visitantes, aumentando o nível de vigilância e fiscalização;
- n) Instituir a dinamização da colaboração com empresas locais de atividades turísticas na monitorização do estado de conservação dos principais habitats e comunidades e instituição de regras de conduta na visitação.

Nas áreas de aplicação do presente Plano Setorial, sem prejuízo do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, quando as recomendações de gestão e as medidas reguladoras nele previstas, vierem a ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou para os Planos Especiais de Ordenamento do Território, o licenciamento das seguintes atividades, fica condicionado a parecer prévio da Direção Regional com competência em matéria de ambiente:

- a) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com exceção das obras de reconstrução, demolição, conservação e ampliação, até um limite de 25% da área atual;
- b) A alteração da utilização do solo que abranja áreas contínuas superiores a 3 ha, bem como as alterações à morfologia do solo e destruição do coberto vegetal natural, com exceção das decorrentes normais atividades agrícolas e florestais;
- c) A alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, assim como alterações à sua configuração e topografia;
- d) A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das já existentes;
- e) A instalação de infraestruturas de saneamento básico, de produção de energia, assim como de novas linhas aéreas de transporte de energia e de comunicações à superfície do solo fora dos perímetros urbanos;
- f) A abertura de trilhos pedestres e a prática de alpinismo, escalada e montanhismo.

Na área de aplicação do presente Plano Setorial, quando as medidas reguladoras nele previstas vierem a ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou para os Planos Especiais de Ordenamento do Território deverão ser interditas as seguintes atividades:

- a) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou destruição dos seus habitats, com exceção das ações com

- fins científicos devidamente autorizadas pela Secretaria Regional com competência na área do ambiente;
- b) O licenciamento de operações de loteamento urbano e industrial, fora dos perímetros urbanos;
 - c) A realização de obras de construção civil em terrenos com inclinação superior a 30%, excetuando-se a realização de ações de interesse público, como tal reconhecido por despacho da Secretaria Regional com competência na área do ambiente;
 - d) O lançamento de águas residuais industriais ou domésticas não tratadas, excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas, nos cursos e planos de água, no solo ou no subsolo;
 - e) A deposição de sucatas, de inertes ou de outros resíduos e líquidos que causem impacto visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água;
 - f) O pastoreio das áreas de proteção das turfeiras e restantes zonas húmidas;
 - g) A atividade cinegética nas ZPE, exceto na ZPE da Zona Central do Pico (PTZE 0027), cujo calendário venatório anual será sujeito a parecer prévio vinculativo da Direção Regional com competência em matéria de ambiente;
 - h) Quaisquer ações suscetíveis de potenciar o risco de erosão natural, nomeadamente as mobilizações de solo em encostas com declive superior a 10%, de limpeza de matos com lâmina frontal no exercício de atividades agroflorestais e movimentação de terras que não sejam efetuadas segundo as curvas de nível;
 - i) A introdução de espécies animais ou vegetais exóticas, invasoras ou infestantes constantes dos anexos i e iii do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro;
 - j) A instalação de explorações para a extração marinha e terrestre de areias ou outros materiais inertes, bem como a transmissão de licenças de exploração eventualmente existentes;
 - k) A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados;
 - l) A prática de atividades desportivas motorizadas suscetíveis de provocarem poluição ou ruído ou deteriorarem as características naturais da área;
 - m) A circulação de veículos motorizados fora das estradas e dos caminhos excetuando-se as atividades agroflorestais, pecuárias e de vigilância e segurança.

5.2.3.2 Parque Natural da Ilha de S. Miguel

A avaliação da situação regional, ao nível da gestão de áreas protegidas que foram sendo criadas ao longo dos tempos, veio demonstrar que a considerável expressão territorial de espaços com os mais diversos estatutos de proteção não se coaduna com uma gestão espartilhada e destituída do conceito de contínuo ecológico, enquanto princípio subjacente à criação de redes integradas de conservação da natureza da RAA. O Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho, consagrou uma reforma sem precedentes no regime jurídico de classificação e gestão da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, o qual foi revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que procedeu à revisão da referida rede.

A este propósito, de entre o conjunto de territórios orientados para a conservação do património natural e da biodiversidade, identifica-se a existência do Parque Natural da Ilha de São Miguel (PNI), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2025/A, de 31 de janeiro, e institui 23 áreas protegidas, das quais

3 se inserem no concelho da Ribeira Grande (Figura 17). Neste contexto, desenvolveu-se recentemente, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2020/A, de 5 de agosto, o Plano de Gestão das Áreas Terrestres do PNI, com o objetivo de dar resposta aos desafios que se colocam à gestão das respetivas áreas protegidas, por via do estabelecimento de regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais para as diversas categorias de áreas protegidas que integram o Parque Natural, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território, em articulação com os instrumentos de gestão territorial em vigor na área de intervenção.

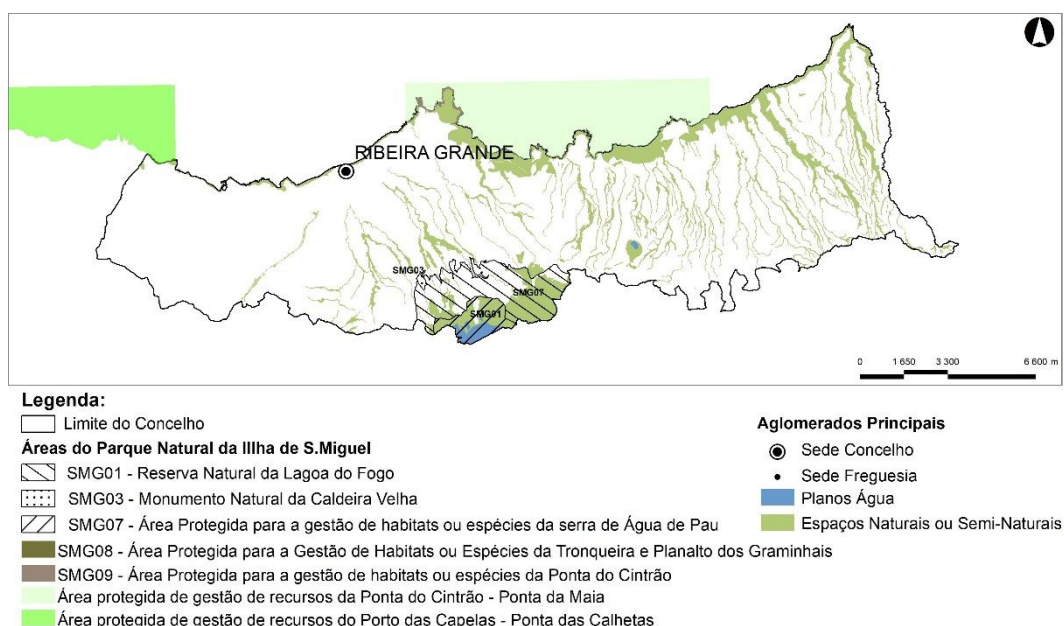


Figura 17. Identificação das áreas abrangidas pelo PNI e a relação com a vegetação natural

Fonte: CMRG, com base no PNI e COS.A 2018, 2020

Integram o Parque Natural da Ilha de São Miguel todas as áreas protegidas classificadas e reclassificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, adaptado à RAA pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de dezembro. Nestes casos, são assumidos os critérios e objetivos iniciais que presidiram à respetiva criação, assim como, quando aplicável, os regimes decorrentes dos planos especiais de ordenamento do território em vigor.

São também integradas no Parque Natural da Ilha de São Miguel as reservas florestais naturais parciais criadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/88/A, de 22 de julho, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/87/A, de 24 de julho, e classificadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho, como reservas naturais, reconhecendo-se assim, do ponto de vista conservacionista, o valor natural destes espaços de excelência, equiparando-os às restantes áreas protegidas da Região.

No Parque Natural da Ilha de São Miguel são ainda classificadas, as áreas importantes para aves — *Important Bird and Biodeversity Areas* (IBAs) —, assim designadas pela BirdLife International, organismo internacional cuja ação é mundialmente reconhecida como de extrema importância no estabelecimento de parcerias que visam o desenvolvimento de medidas de proteção das aves e dos seus habitats

No prosseguimento de uma estratégia de articulação dos instrumentos de gestão territorial com a política de conservação da natureza, o Parque Natural da Ilha de São Miguel integra as áreas classificadas como zonas especiais de conservação e zonas de proteção especial, ao abrigo da Rede Natura 2000, constantes no Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 da RAA, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, ratificado pela Declaração de Ratificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 10 de abril. Estes espaços viram o seu regime legal reforçado com o estatuto de importância comunitária e os condicionalismos legais aplicáveis e decorrentes das diretivas da União Europeia.

No que respeita à identificação das áreas no concelho da Ribeira Grande, importa referir as seguintes (Figura 18):

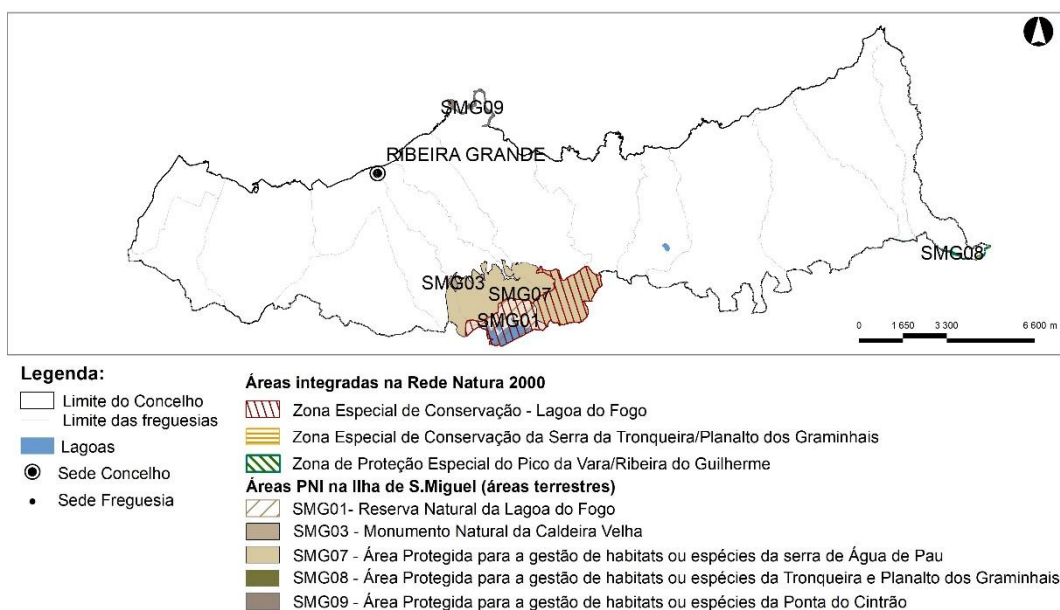


Figura 18. Identificação das áreas classificadas no concelho da Ribeira Grande

Fonte: DRAAC, 2020

Reserva Natural da Lagoa do Fogo (SMG01) – classificada pelos valores estéticos e naturais em presença, a singularidade geológica e a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. A área integrada no concelho possui cerca de 285,32 hectares e os usos do solo são predominantemente vegetação natural e floresta de produção - criptoméria (*Cryptomeria japonica*).

Monumento Natural da Caldeira Velha (SMG 03) - classificada pelos valores estéticos em presença e pela sua singularidade geológica. Ocupa uma área 13,16 hectares. O solo tem uso florestal, com espécies não autóctones, tais como o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*), a Acácia (*Acacia melanoxylon*), a criptoméria (*Cryptomeria japonica*) e a Árvore-do-Incenso (*Pittosporum undulatum*).

A **Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Serra de Água de Pau (SMG 07)** - classificada pelos valores naturais em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. Ocupa uma área de 927,45 hectares e os usos do solo são o florestal com espécies não autóctones, onde predomina a criptoméria (*Cryptomeria japonica*) e algumas áreas de acácia e árvore do incenso, mas também vegetação natural e, em menor percentagem, áreas de culturas agrícolas ou pastagens, e incultos. A Central Geotérmica de Ribeira Grande localiza-se dentro dos limites desta área protegida.

A **Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Tronqueira e Planalto dos Graminhais (SMG 08)** ocupa no total uma área de 5373 hectares, sendo que desses 1,11 hectares localizam-se no concelho da Ribeira Grande. Tem uma morfologia acidentada, sendo pautada pela presença de ravinas e vales encaixados. Integra-se nesta área o Planalto dos Graminhais (entre os 900 e os 960 metros de altitude) e as rochas mais antigas da ilha de São Miguel, originárias do vulcão da Povoação e do Complexo Vulcânico do Nordeste. Destacam-se os habitats da Laurissilva na zona da Toernqueira e das turfeiras florestadas na zona dos Graminhais, as quais integram fauna de relevo, como o louro-da-terra (*laurus azorica*), faia-da-terra (*morella faya*), folhado (*viburnum treleasei*) e o pau-branco (*picconia azorica*), bem como o musgão (*sphagnum spp.*), a urze (*erica azorica*), a uva-da-serra (*vaccinium cylindraceum*) e o cedro-do-mato (*juniperus brevifolia*). No que à fauna diz respeito, o destaque vai para a espécie endémica priolo (*pyrrhula murina*), que conta atualmente com uma população de cerca de 800 casais, em virtude dos resultados positivos dos projetos LIFE destinados à restauração do seu habitat natural.

A **Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Cintrão (SMG 09)** – classificada pela importância para as espécies protegidas. Dentro dos seus limites territoriais incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da BirdLife International como IBAs (*Important Bird and Biodiversity Area*). Ocupa uma área de 24.26ha e corresponde predominantemente a falésias (Figura 19).



Figura 19. Ponta do Cintrão

Fonte: JCNazza, 2007

A [Área Protegida de Gestão de Recursos da Ponta do Cintrão – Ponta da Maia \(SMG21\)](#), corresponde a uma área marinha protegida que ocupa 2310 hectares, entre a Ponta do Calhau do Cabo e a fajã lávica da Maia. Ao longo da costa existem inúmeras baías com praias de areia ou calhau rolado, bem como alguns promontórios. Na baía de Santa Iria dá-se a existência da nascente de água mineral da Ladeira da Velha, com água a temperatura de 30°C que no século IX e início do século XX foi utilizada no tratamento de reumatismo, lepra e doenças da pele. Observam-se formações geológicas como disjunções colunares, grutas marinhas submersas ou semisubmersas e ainda pequenas “ilhotas”. A área é local de ocorrência de diversas espécies vegetais aquáticas (algas) e espécies animais, como a moreia-preta (*muraena augusti*), a moreia-pintada (*muraena helena*), aves marinhas, crustáceos, moluscos e peixes.

A [Área Protegida de Gestão de Recursos do Porto das Capelas – Ponta das Calhetas \(SMG22\)](#), perfaz uma área marinha de 1499 hectares e inclui algumas áreas de interesse geológico, como o Morro das Capelas, escoadas lávicas, arcos, grutas naturais e o Buraco de São Pedro, bem como zonas de interesse natural e elevada biodiversidade florística e faunística marinha, importantes para a preservação e sustentabilidade das espécies. A costa é rochosa e bastante recordada por baías e saliências, onde se destacam as Pontas das Capelas, dos Fenais e das Calhetas, com promontórios onde se localizam algumas zonas balneares e os portos das Capelas, de São Vicente e dos Fenais da Luz, os dois primeiros com grande importância na atividade da caça à baleia na ilha de São Miguel.

De acordo com o definido no Plano de Gestão das Áreas Terrestres do PNI São Miguel, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2020/A, de 5 de agosto, as áreas protegidas integram unidades operativas de gestão (UOG), que correspondem a unidades territoriais definidas no seu

interior às quais são aplicáveis regimes de proteção em função da importância dos valores naturais presentes e da respetiva sensibilidade ecológica, nomeadamente:

- a) **Áreas de proteção parcial** – correspondem a espaços *non aedificandi* que tem por objetivo a conservação de valores de natureza biológica e geológica muito significativos para a conservação da biodiversidade e geodiversidade e em que a atividade humana só é admitida para além de razões de investigação científica, monitorização ambiental ou salvaguarda, através de usos temporários ou esporádicos do solo, da água ou do ar, compatíveis com os objetivos de conservação definidos ou através da manutenção ou adaptação dos usos tradicionais do solo e outros recursos, de carácter temporário ou permanente, que são suporte dos valores naturais a proteger.
- b) **Áreas de proteção complementar** – são espaços em que as atividades humanas e os usos do solo, da água ou de outros recursos são particularmente condicionados ou adaptados, em função dos objetivos de conservação prosseguidos pelas áreas de proteção integral ou parcial que complementam, sendo indispensáveis ao funcionamento e manutenção destas ou necessárias para a manutenção do *continuum naturale*.
- c) **Áreas prioritárias para a conservação** – são espaços *non aedificandi* que têm por objetivo a conservação de valores de natureza biológica e geológica relevantes para a conservação da biodiversidade e em que a atividade humana só é admitida através de usos temporários ou esporádicos do solo, da água ou do ar, compatíveis com os objetivos de conservação definidos ou através da manutenção ou adaptação dos usos tradicionais do solo e outros recursos, de carácter temporário ou permanente, que são suporte dos valores naturais a proteger.
- d) **Áreas de uso sustentável dos recursos** – destinam-se, preferencialmente, à manutenção das atividades culturais tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, agrossilvopastoril, florestal, piscatória, ou de exploração de outros recursos. Que constituam o suporte dos valores naturais a conservar.
- e) **Áreas de intervenção específica** – são espaços de elevado interesse, real ou potencial, para a conservação da natureza e da diversidade biológica ou geológica que, devido às fortes pressões antrópicas a que foram sujeitos, necessitam de medidas específicas de proteção, recuperação ou reconversão.
- f) **Áreas de *continuum naturale*** – visam garantir a circulação de fluxos genéticos entre áreas importantes para as espécies e habitats, através de corredores ecológicos, bem como estimular a conservação da natureza fora das áreas protegidas.

São UOG das áreas protegidas que integram o PNI São Miguel, as seguintes:

Tabela 22. Áreas protegidas, unidades operativas de gestão e regimes de proteção

Fonte: Plano de Gestão d Áreas Terrestres do PNI São Miguel

Área protegida	UOG	Regime de proteção	Área (ha)
Reserva Natural da Lagoa do Fogo (SMG01)	SMG01.01 Lagoa do Fogo e Caldeira	Área de proteção parcial	440,54
	SMG01.02A Encosta Norte (Mata dos Cachaços)	Área de proteção complementar e Área de intervenção específica	11,90
	SMG01.02B Encosta Oeste	Área de proteção complementar	54,38
Monumento Natural da Caldeira Velha (SMG03)	SMG03.01 Caldeira Velha	Área de proteção parcial	13,16
Área Protegida para a Gestão de habitats ou Espécies da Serra de Água de Pau (SMG07)	SMG07.01A Serra de Água de Pau	Área de proteção parcial	1080,2
	SMG07.01B Covãos	Área de proteção parcial	87,17
	SMG07.02A Cachaços	Área de proteção complementar	365,07
	SMG07.02B Vereda do Mulato	Área de proteção complementar	93,47
	SMG07.03A Central Geotérmica da Ribeira Grande	Área de uso sustentável de recursos	15,55
	SMG07.03B Cachaços	Área de uso sustentável de recursos	29,46
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Tronqueira e Planalto dos Graminhais (SMG08)	SMG08.01A Graminhais	Área de proteção parcial	1032,64
	SMG08.01B Criação	Área de proteção parcial e área de intervenção específica	214,29
	SMG08.01C Tronqueira	Área de proteção parcial	
	SMG08.01D Mata dos Bispos	Área de proteção parcial e área de intervenção específica	185,08
	SMG08.02A Espigão de Dentro	Área de proteção complementar	492,53

Área protegida	UOG	Regime de proteção	Área (ha)
	SMG08.02B Perímetro Florestal Nordeste	Área de proteção complementar	3249,31
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta do Cintrão (SMG09)	SMG09.01 Ponta do Cintrão	Áreas prioritárias para a conservação	24,44
	SMG09.02 Portinho de Santa Iria	Área de Uso Sustentável de Recursos	0,18

No que respeita à IBA esta ocupa uma área de 29 hectares e estende-se ao longo da costa desde o lado oeste da Ponta da Ribeirinha até perto do porto de Santa Iria, incluindo uma faixa desde a beira-mar até ao rebordo da falésia. Os principais habitats são falésias com vegetação das costas macaronésicas, matos macaronésicos endémicos e vegetação vivaz das costas de calhaus rolados.

As principais áreas de *habitat* encontram-se nas falésias onde é possível encontrar espécies nativas como o feto marinho (*Asplenium marinum*) e vegetação típica das zonas costeiras macaronésicas, onde predominam as zonas de matos macaronésicos endémicos tais como a vassoura, urze (*Erica azorica*), ou o brasel-da-rocha (*Festuca petraea*), e uma vegetação vivaz típica das costas de calhaus rolados.

Esta zona tem uma importância ornitológica que se prende particularmente para as aves marinhas que aqui nidificam, particularmente o cagarro (*Calonectris borealis*) e o Pintainho (*Puffinus lherminieri*).

A invasão e proliferação de plantas exóticas, como é o caso da Cana (*Arundo donax*), veio acarretar uma perda de *habitat* de nidificação do espaço disponível para os procelariiformes. O solo na envolvente é utilizado para a agricultura, turismo/recreio e conservação da natureza/ investigação.

5.3 Paisagem

A paisagem do concelho da Ribeira Grande corresponde à expressão do seu relevo, resultante de uma forte atividade vulcânica devida aos três vulcões centrais ativos (Sete Cidades, Fogo e Furnas), cuja dinâmica eruptiva se situa na base da morfologia do terreno aqui verificada. Como consequência, verifica-se uma acidentada e irregular linha de costa que é acompanhada, ao longo de todo o Concelho, por caldeiras ou cones de escórias.

O território é, assim, marcado por fortes inclinações, que acompanham transições altimétricas acentuadas, ao longo de um relevo enrugado de orientação generalizada a Norte. Com maior incidência na zona Nordeste do Concelho, verifica-se o culminar destas linhas de água que correm em vales muito encaixados em zonas de falésia ou pequenas praias.

O regime hídrico destes vales encaixados (grotas) é torrencial e temporário, excetuando-se alguns cursos de água – como sucede com a Ribeira Grande – que conseguem manter um significativo caudal ao longo do ano.

O clima é de tipo oceânico temperado, húmido e chuvoso, de grande instabilidade e acentuada queda de chuva estival. A influência da corrente quente do golfo, o envolvimento oceânico e a presença do anticiclone dos Açores assumem-se como as principais condicionantes climáticas.

Como fator importante para a avaliação da paisagem do concelho da Ribeira Grande importa referir a importância que a ação humana desempenhou na sua transformação, onde se registou uma evolução desde o mosaico cultural ecologicamente equilibrado inicial até à excessiva monofuncionalidade dominada pela exploração pecuária. Esta quase monocultura corresponde a pastagens artificiais permanentes instaladas em áreas de inclinações intermédias, anteriormente pertencentes a campos agrícolas, acentuando o risco de erosão dos solos, diminuindo a capacidade de retenção de água e contribuindo para uma redução da biodiversidade (verificando-se uma redução significativa do património vegetal autóctone, restringindo-se este, apenas, a algumas áreas singulares como sucede na envolvente da Lagoa do Fogo) e da alternância visual ao longo do concelho onde impera um excessivo monocromatismo da paisagem.

O impacto gerado pelas pastagens assume-se, assim, como bastante significativo sendo extensivo à generalidade, não só do concelho da Ribeira Grande, como, também, da Ilha de São Miguel. O aumento das áreas de pastagem inclui-se, assim, num quadro de uma progressiva alteração do mosaico paisagístico tradicional verificando-se um abandono dos usos de carácter menos extensivo, típicos de um emparcelamento rural menos homogeneizado, de que ainda é exemplo o chá que se cultiva na freguesia de Porto Formoso e algumas culturas frutícolas presentes em quintas na zona oriental do concelho.

A paisagem natural contrasta pontualmente com registo de urbanização e ocupação humana, destacando-se a marca evidenciada pelos assentamentos urbanos e a rede viária que liga os diferentes lugares existentes na ilha. Estes aglomerados, inseridos harmoniosamente na paisagem, apresentam, pontualmente, sinais de alguma desqualificação urbana. Estas situações, que ao longo dos últimos anos tem vindo a ser melhorada pelo município, ao abrigo de programas de reabilitação urbana, encontra os seus maiores problemas nas franjas menos consolidadas dos principais aglomerados do concelho da Ribeira Grande.

Pontualmente, e à semelhança dos restantes concelhos da ilha de São Miguel, são ainda visíveis no Concelho depósitos de resíduos, provenientes, fundamentalmente, de atividades agrícolas e da construção civil, bem como outros resíduos não domésticos, e que constituem impacto visual negativo e uma redução do valor natural do Município. Esta situação, embora tenha sofrido melhorias, carece de uma maior consciencialização a nível municipal, principalmente dirigida à população, para a valorização do património e imagem natural do concelho. No que concerne à

indústria extrativa mineral, também ela com forte impacto visual na paisagem e imagem do Concelho, o ambiente onde se insere tem facilitado o processo de regeneração/renaturalização destes espaços, onde uma maior ação de fiscalização e acompanhamento tem permitido regular a atividade e os conflitos com o património natural.

Importa aqui identificar os seguintes elementos/ocorrências singulares como possuidores de valor Patrimonial/Paisagístico no concelho da Ribeira Grande:

■ Lagoa do Fogo



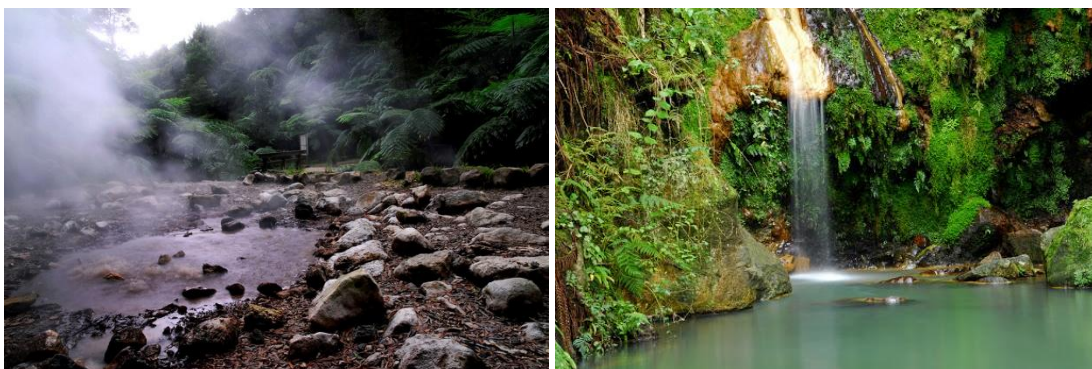
■ Lagoa de S. Brás



■ Plantações de chá (*Camellia sinensis*) da Gorreana e Porto Formoso



■ Fumarola na Caldeira Velha e Caldeira Velha



■ Praia de Porto Formoso e Areal de Santa Bárbara



5.3.1 Unidades de paisagem

Em 2005, o Governo dos Açores publicou o Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Caracterização e Identificação das Paisagens dos Açores. Essa publicação foi realizada pela então Secretaria Regional do Ambiente e do Mar/Direção Regional do Ordenamento do Território e dos

Recursos Hídricos da época, desenvolvida com base no Estudo de Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (2001). Essa iniciativa representou a primeira abordagem ao estudo das paisagens dos Açores na Região.

Em 2018 foi adaptada para a Região a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), através da Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro, passando o conceito de paisagem a ser entendido como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”, o que permite integrar diferentes abordagens resultantes dos fatores naturais, sociais e culturais. A CEP adotou uma definição de paisagem que abrange outras definições previamente utilizadas, incluindo aquela que serviu de base para o Estudo de Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores onde “a paisagem é um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter”.

A Convenção Europeia da Paisagem introduziu também conceitos mais operacionais, como o de Política de Paisagem, que se refere à formulação de princípios gerais, estratégias e diretrizes pelas autoridades públicas competentes. Essa política tem como objetivo a adoção de medidas específicas para a proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Além disso, os Objetivos de Qualidade de Paisagem são considerados uma das componentes essenciais e prioritárias da implementação da CEP, pois representam o resultado da convergência das aspirações dos cidadãos, da opinião dos especialistas e das políticas públicas em relação à paisagem (conforme estabelecido na alínea c do artigo 1º da CEP).

Assim, para a ilha de São Miguel foram consideradas 17 unidades de paisagem, 9 elementos singulares e 65 pontos panorâmicos (7 no concelho da Ribeira Grande), identificados com a respetiva denominação e código e a indicação das unidades de paisagem (Figura 20. Unidades de paisagem de São Miguel. O concelho da Ribeira Grande integra seis unidades de paisagem, nomeadamente, SM 2 – Zona Agrícola Capelas / Ribeirinha, SM 3– Encosta Porto Formoso / Achadinha, SM 8 – Picos, SM 9 – Serra de Água de Pau, SM 10- Lagoa do Fogo e SM 11 – Achada das Furnas.

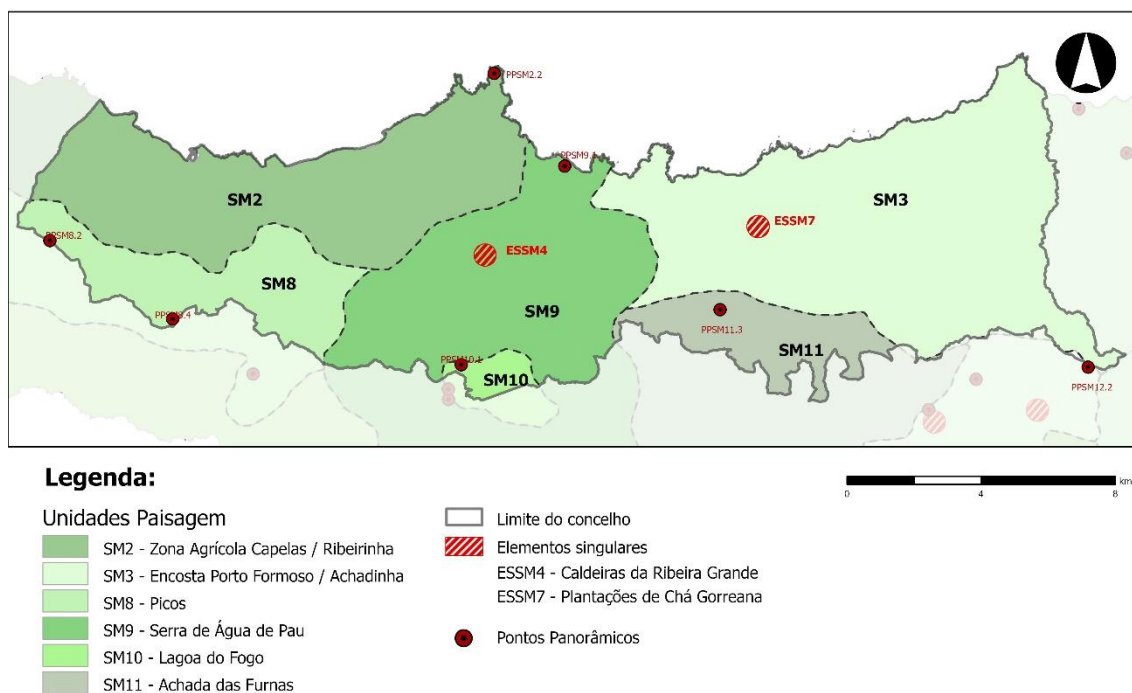


Figura 20. Unidades de paisagem de São Miguel

Fonte: Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018 de 10 de dezembro de 2018

SM 2 – Zona Agrícola Capelas / Ribeirinha

Área aproximada de 60 km², ampla e plana, de baixa altitude e relevo suave, muito fértil e intensamente humanizada. Costa de caráter inóspito que dificulta a relação com o mar, apesar de próximo. Unidade dominada pelo uso agrário, predominando áreas agrícolas muito amplas, intercaladas com pastagens em parcelas médias a grande em torno da cidade da Ribeira Grande - a principal referência urbana desta unidade. Destacam-se os quintais, quintas, vinhas, maciços arbóreos e estufas de ananás compartimentadas por “abrigos”.

SM 3– Encosta Porto Formoso / Achadinha

Área aproximada de 104 km², constituída essencialmente por encostas altas, de grande declive e orientação a Norte de forte relação com o mar, embora distanciada devido à altura das arribas.

As áreas agrícolas presentes na parte oriental da unidade, são, por vezes, interrompidas por grotas arborizadas no sentido do maior declive. Povoamento desenvolvido de forma linear ao longo da costa. Destaca-se o aglomerado de Porto Formoso como uma importante atração de veraneio.

SM 8 – Picos

Área aproximada de 35 km², de altitude mediana e relevo suave, limitada a ocidente pela Plataforma de Ponta Delgada e a oriente pela Serra de Água de Pau de fraca densidade populacional e elevado sentido de interioridade. Tem como característica a presença de cones de escórias vulcânicas de morfologia distinta cobertos por matas e solos pedregosos. Predominam as pastagens, compartimentadas por muros de pedra, em associação com matas mistas de acácias, criptomérias (*Cryptomeria japonica*), pinheiros e eucaliptos.

SM 9 – Serra de Água de Pau

Área aproximada de 75 km², caracterizada por extensas encostas na envolvente da Lagoa do Fogo. Relevo dinâmico, de suave a acidentado com encostadas íngremes entrecortadas por linhas de água. Grande amplitude visual em dias de céu limpo. Domínio de pastagens compartimentadas por elementos inertes e naturais. Área de génese de várias ribeiras de regime permanente e de emergência de águas termais associadas a fumarolas. Unidade de grande potencial geotérmico.

SM 10- Lagoa do Fogo

Área aproximada de 5 km², caracterizada por uma paisagem contida correspondente à bacia da Lagoa do Fogo. Alimentando as nascentes localizadas nas vertentes íngremes do vulcão central do Fogo, assume-se como uma área de grande importância para o abastecimento dos concelhos de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande. Presença de flora autóctone, abundante e diversificada. Zona de grande erosão hídrica causada pela precipitação intensa frequente e pelos ventos fortes nas zonas mais altas. Grande movimento de luz e cor na paisagem provocado pela ocorrência de névoas e nuvens sob influência dos ventos fortes.

SM 11 – Achada das Furnas

Área aproximada de 44 km², correspondente a um planalto interior amplo, de relevo suave pontuado por médios cones vulcânicos. Área pouco intervencionada, em altitude, onde se verificam baixas temperaturas, elevada humidade relativa do ar e acentuada precipitação. Domínio de pastagens para pecuária intensiva que resultaram da ocupação de áreas, anteriormente, exclusivamente, revestidas por matos autóctones. Destaca-se a presença do mais antigo campo de golfe dos Açores e consequente destaque visual na paisagem por comparação com as pastagens envolventes.

5.3.2 Sensibilidade visual

A paisagem, não sendo considerada como apenas a expressão espacial e visual do território constitui, também, um recurso natural escasso e valioso, devendo assumir um ascendente elevado no momento de decisão relativamente à implementação de novas atividades impactantes. Deste modo, é importante a determinação da capacidade paisagística do território, ou seja, determinar a

qualidade visual, a potencialidade e a fragilidade de uma paisagem no que respeita ao acolhimento de novas ações antrópicas.

A metodologia implementada no âmbito da análise da componente paisagem para o Plano sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores, contempla na sua aceção a aferição do impacte visual associado às diferentes unidades de paisagem identificadas à escala do estudo (Figura 21). O resultado cartográfico da análise possibilita o enquadramento das áreas atuais e futuras de extração de inertes permitindo uma aferição direta do impacte visual que se lhes associará.

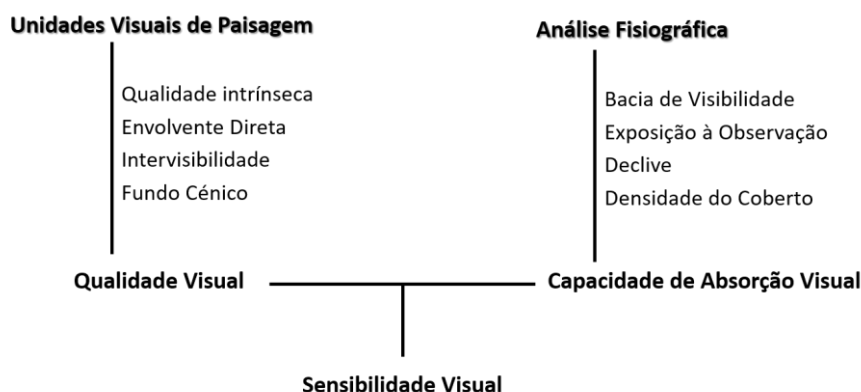


Figura 21. Modelo de análise da sensibilidade visual

Fonte: PAE, 2015

A determinação da capacidade paisagística do território, ou seja, a avaliação da sensibilidade visual, englobando a potencialidade e fragilidade de uma paisagem no que respeita ao acolhimento de novas ações antrópicas, conjuga na sua génese o cruzamento entre a Qualidade Visual das Unidades de Paisagem e a Capacidade de Absorção Visual do território relativamente a novas intrusões visuais. A aplicação do modelo referido resulta na seguinte análise:

5.3.2.1 Qualidade visual

A Qualidade Visual é analisada de modo a refletir a variabilidade espacial introduzida e expressa pelos diferentes elementos componentes da paisagem – tipos de relevo, uso do solo, valores visuais e intrusões visuais – que determinam valores cénicos distintos, para que possa traduzir convenientemente a sua expressão. Constituindo um meio de diagnóstico ambiental a identificação e caracterização de unidades visuais da paisagem assume-se como um procedimento fundamental para a avaliação da qualidade visual de um território. Tendo por objetivo a quantificação analítica associada a uma determinada unidade de paisagem, baseando-se na análise e diagnóstico observadas no Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (Abreu 2005), a avaliação da qualidade visual efetuada é especificada ao nível dos usos do solo aumentando a escala da análise e

permitindo uma associação mais imediata entre Unidades Visuais de Paisagem, classes de uso do solo e adequação e desenvolvimento destas relativamente ao seu ótimo desejado.

Refere-se, ainda, que a análise das Unidades Visuais de Paisagem, apenas permite reforçar o Uso do Solo como o aspeto mais determinante na aferição das agregações de carácter visual presentes no território, sobrepondo-se, nomeadamente através da escala da análise e do território, às outras variáveis fisiográficas, permitindo-se, assim, uma associação imediata entre a carta de Ocupação do Solo e as Unidades Visuais de Paisagem nele presentes. Com base na experiência das visitas efetuadas ao terreno, conjugando a análise fisiográfica e os usos do solo presentes, podemos considerar que, de forma generalizada, constituindo agregações visuais cuja leitura de conjunto as individualiza da envolvente, as unidades visuais de paisagem correspondem ao cruzamento entre as classes identificadas na Carta de Ocupação do Solos e as áreas correspondentes aos Geossítios dos Açores (estes muitas vezes em sobreposição com os elementos singulares enquadrados pelo Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (SRAM/DROTRH, 2005). A classificação de classes de uso é efetuada de forma a respeitar a realidade do arquipélago, dado a qualidade visual destas unidades variar consoante a ilha em análise.

A avaliação da qualidade visual destas unidades foi determinada através da avaliação dos fatores estéticos que possui, sendo de referir, como atrás citado, o elevado grau de subjetividade associado a este género de avaliação. De acordo com M. Escribano (Escribano, 1987) a visualização de uma paisagem inclui três elementos de perceção:

- As características intrínsecas do ponto onde se encontra o observador;
- As vistas diretas da envolvente imediata (direta);
- O horizonte visual ou fundo cénico.

Assim, podemos definir a Qualidade Visual Intrínseca como o atrativo visual que deriva das características próprias de cada ponto do território. Os valores intrínsecos visuais positivos constituem-se por aspetos naturais como a morfologia, a vegetação, a presença de água, etc.

A Qualidade Visual da Envolvente Direta avalia as características naturais anteriores até um horizonte visual próximo ao observador, possibilitando a observação de elementos visualmente atrativos.

A Qualidade Visual do Fundo Cénico avalia a qualidade do horizonte cénico que constitui o fundo visual da paisagem, relacionando-se esta apreciação com aspetos como a intervisibilidade, altitude, vegetação, presença de água ou singularidades geológicas.

Adicionalmente, refere-se, também, a intervisibilidade correspondente a uma propriedade do território em função do grau de visibilidade recíproca de todas as áreas analisadas entre si. Deste

modo é valorizada a existência de amplas panorâmicas no horizonte visual de cada ponto do território. O seu valor é proporcional à altitude relativa da área e do contraste de altitudes presentes em seu redor. A determinação da intervisibilidade efetua-se através de emissões visuais a partir de alguns pontos de observação selecionados aleatoriamente ou em função da sua importância no contexto do território analisado, podendo corresponder a vias de comunicação, praças, miradouros ou outros pontos notáveis de uma dada paisagem. A utilidade desta medida de visibilidade verifica-se, também, ao nível do planeamento de atividades permitindo a distribuição de equipamentos e infraestruturas pertencentes a uma determinada atividade de acordo com o seu impacto visual.

A avaliação da sensibilidade visual/capacidade paisagística para o concelho da Ribeira Grande é sistematizada na seguinte ficha (Tabela 23 e Tabela 24):

Tabela 23. Avaliação da sensibilidade visual/capacidade paisagística

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

Qualidade Visual						
Unidade Visual de Paisagem	Intrínseca	Envolvente Direta	Intervisibilidade	Fundo Cénico		
Agrícola	2	2	3	2	9	Média
Agrícola + Coroa da Furna + Arrenquinha	2	2	3	2	9	Média
Agrícola + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	2	2	3	2	9	Média
Agrícola + Ponta do Cintrão - Ladeira da Velha	2	2	3	2	9	Média
Agrícola + Salto do Cabrito	2	2	3	2	9	Média
Culturas permanentes + Chá	3	2	3	3	11	Elevada
Culturas permanentes + Estufas	1	2	2	2	7	Média
Culturas permanentes + Pomares	3	2	2	3	10	Elevada
Pastagem	2	2	2	2	8	Média
Pastagem + Caldeira da Povoação	2	2	2	2	8	Média
Pastagem + Caldeira do vulcão das Furnas	3	2	2	3	10	Elevada
Pastagem + Caldeira Velha	3	2	2	3	10	Elevada
Pastagem + Coroa da Furna + Arrenquinha	2	2	2	2	8	Média
Pastagem + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	2	2	2	2	8	Média
Pastagem + Pico da Vara e Planalto dos Graminhais	2	2	2	2	8	Média

Qualidade Visual						
Unidade Visual de Paisagem	Intrínseca	Envolvente Direta	Intervisibilidade	Fundo Cénico		
Pastagem + Ponta do Cintrão - Ladeira da Velha	2	2	2	2	8	Média
Pastagem + Salto do Cabrito	2	2	2	2	8	Média
Pastagem + Vale das Lombadas	2	2	2	2	8	Média
Florestal	2	2	1	3	8	Média
Florestal + Caldeira do vulcão do Fogo	2	3	2	3	10	Elevada
Florestal + Caldeira Velha	2	3	2	3	10	Elevada
Florestal + Coroa da Furna + Arrenquinha	2	2	1	3	8	Média
Florestal + Ponta do Cintrão - Ladeira da Velha	2	2	1	3	8	Média
Florestal + Salto do Cabrito	2	2	1	3	8	Média
Florestal + Vale das Lombadas	2	2	1	3	8	Média
Vegetação Natural	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Caldeira da Povoação	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Caldeira do vulcão das Furnas	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Caldeira do vulcão do Fogo	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Caldeira Velha	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Pico da Vara e Planalto dos Graminhais	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Ponta do Cintrão - Ladeira da Velha	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Salto do Cabrito	3	2	2	3	10	Elevada
Vegetação Natural + Vale das Lombadas	3	2	2	3	10	Elevada
Lagoas	3	2	3	3	11	Elevada
Lagoas + Caldeira do vulcão do Fogo	3	2	3	3	11	Elevada
Mar	3	2	3	3	11	Elevada
Mar + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	3	2	3	3	11	Elevada
Mar + Ponta do Cintrão - Ladeira da Velha	3	2	3	3	11	Elevada

Qualidade Visual						
Unidade Visual de Paisagem	Intrínseca	Envolvente Direta	Intervisibilidade	Fundo Cénico		
Rocha-nua	1	1	2	2	6	Baixa
Rocha-nua + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	1	3	2	3	9	Média
Rocha-nua + Ponta do Cintrão - Ladeira da Velha	1	3	2	3	9	Média
Rocha-nua + Vale das Lombadas	1	3	2	3	9	Média
Praias	2	2	3	3	10	Elevada
Praias + Caldeira do vulcão do Fogo	2	2	3	3	10	Elevada
Praias + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	2	2	3	3	10	Elevada
Pedreiras	1	1	2	2	6	Baixa
Pedreiras + Vale das Lombadas	1	1	2	2	6	Baixa
Urbano	2	2	1	2	7	Média
Urbano + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	3	2	1	3	9	Média
Áreas Portuárias	1	1	2	2	6	Baixa
Industrial	1	2	1	2	6	Baixa
Industrial + Morro de Sta. Bárbara, praias e Bandejo	1	2	1	2	6	Baixa
Infraestruturas de produção de energia	1	2	1	2	6	Baixa
Infraestruturas de tratamento de resíduos	1	2	1	2	6	Baixa
Rede Viária	1	2	2	3	8	Média

Tabela 24. Avaliação da sensibilidade visual/capacidade paisagística

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

Parametrização da análise		Distribuição Espacial (%)			
Baixa = 3	4 – 6 Baixa	Baixa	Média	Elevada	Média
Média = 2	7 – 9 Média	2,66%	86,50%	10,84%	
Elevada = 1	10 – 12 Elevada				
Abrangência de Vistas		47,00%			
Qualidade das Unidades Acessíveis		3,96%	84,27%	11,76%	

A espacialização dos critérios referidos, resultam na seguinte Carta de qualidade visual (Figura 22).

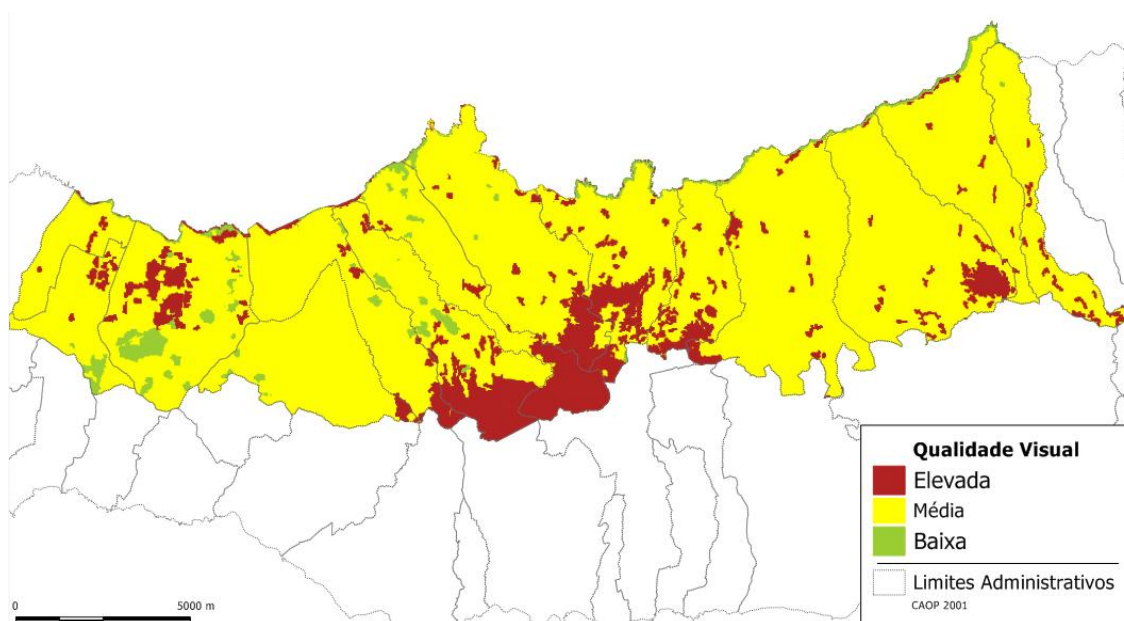


Figura 22. Carta de qualidade visual da Ribeira Grande

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

5.3.2.2 Capacidade de absorção visual

A constituição do modelo tridimensional do terreno, elaborado com uma resolução de 25 por 25 metros possibilitou a derivação analítica da informação fisiográfica de base para a persecução da análise referente à Caracterização das Unidades Visuais de Paisagem e da Sensibilidade Visual da Paisagem, estudo desenvolvido pela Oficina Imobiliária em 2012.

Neste âmbito foram elaboradas as análises correspondentes à hipsometria, ao declive e às orientações de encostas. A reclassificação das várias classes de valores obtidas possibilitou a constituição da base analítica para a elaboração da cartografia sobre a qual assenta o estudo da sensibilidade visual.

A bacia visual define-se, deste modo, como a área a partir da qual é visível um conjunto de pontos ou, reciprocamente, a zona visível desde um ponto ou conjunto de pontos. Num terreno de relevo acidentado a sua delimitação poderá coincidir com as linhas de cumeada. Uma bacia visual ideal seria, por exemplo, formada por uma zona interior de carácter troncocónico regular e liso (Bolós, 1992). As metodologias para determinar a bacia visual de um determinado ponto baseiam-se, fundamentalmente, no traçado de emissões visuais desde um ponto até à sua interseção com a altura do relevo circundante, efetuadas sobre uma fonte topográfica, como a altimetria de um dado território. A Análise de Visibilidade efetuada no âmbito do presente estudo teve por base os pontos panorâmicos identificados no acima referido Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores disponibilizados em formato vetorial, tendo sido os valores obtidos agrupados de acordo

com o seu grau de Capacidade de Absorção Visual: Baixo (visível a partir de mais de 6 bacias de visibilidade), Médio (visível a partir de 3 a 5 bacias de visibilidade) e Elevado (não visível, ou visível a partir de 1 a 2 bacias de visibilidade).

A análise do Declive teve por base a classificação das várias inclinações presentes em intervalos representativos do grau de exposição do território à observação. Assumindo as inclinações menores uma maior capacidade de absorção visual e, conseqüentemente, uma menor fragilidade visual, dado haver uma perda de campo visual relativamente a encostas de maior declive mais expostas ao olhar, foram identificados três graus de Capacidade de Absorção Visual: Baixo ($>12\%$), Médio ($6-12\%$) e Elevado ($<6\%$).

Do mesmo modo, também as Orientações de Encosta foram agrupadas de acordo com a sua Capacidade de Absorção Visual, dado verificar-se uma maior fragilidade nas zonas mais iluminadas para o observador, por contraponto com as zonas mais ensombradas, não passíveis de serem observadas em contraluz ou, mesmo, com o sol baixo no horizonte. As classes de orientação de encostas são assim agrupadas de acordo com o seu grau de Capacidade de Absorção Visual em: Baixo (Quadrantes Este, Sul e Oeste), Médio (Plano) e Elevado (Quadrante Norte).

O ocultar das ações humanas e, portanto, uma menor fragilidade visual, registam-se em zonas onde a vegetação apresenta uma elevada densidade, porte elevado, elevada riqueza de estratos e grande contraste cromático. Por outro lado, uma maior fragilidade visual é detetada quando se verifica um notório contraste entre o solo e a vegetação e sazonalmente com a queda das folhas nas espécies de folha caduca.

A avaliação da Capacidade de Absorção de um território compreende, também, deste modo, a Densidade do Coberto, dado, em zonas de menor densidade de coberto, haver uma maior focalização do olhar relativamente a uma intrusão na paisagem, por contraponto com outras áreas em que, devido a uma maior dinâmica de formas e obstruções visuais, ocorre uma dispersão maior do olhar, não se assumindo uma nova alteração no território como um foco prioritário de atenção visual.

As classes de densidade, seguindo a lógica associada aos usos do solo, foram classificadas em: Baixa (usos de pouca densidade e grande abrangência de campo visual), Média (usos de solo de maior densidade e volumetria, onde já ocorre uma dispersão significativa da atenção visual) e Elevada (usos de grande densidade de formas e volumetrias de difícil focalização do olhar). Desta avaliação resulta a seguinte carta de capacidade de absorção da paisagem (Figura 23).

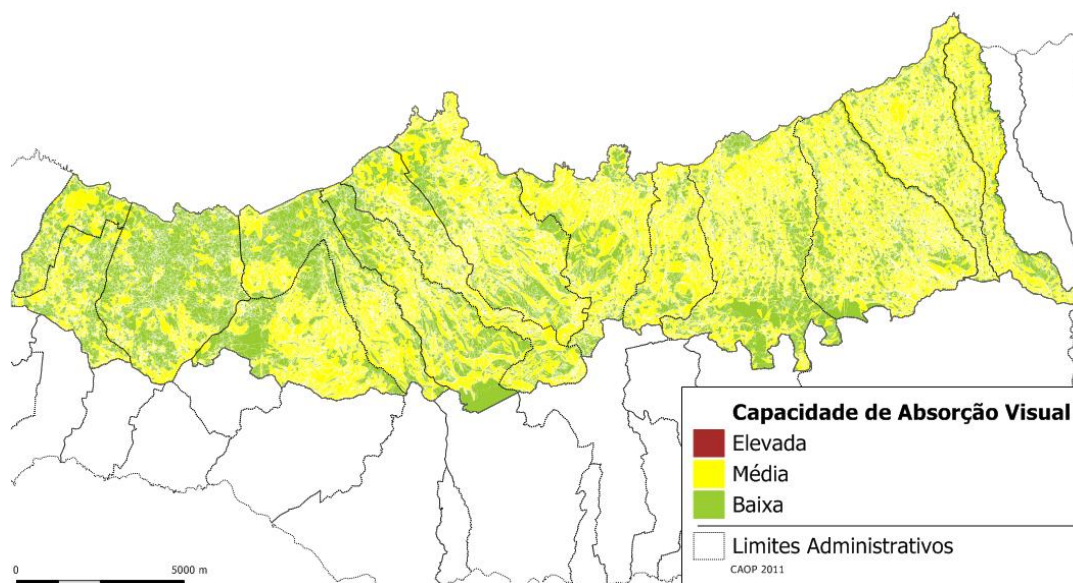


Figura 23. Carta de capacidade de absorção da paisagem

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

A presença de muitas elevações, algumas de grande altitude como o cone vulcânico do Fogo, origina um potencial de vistas elevado que em conjunção com uma rede viária extensa permite a rápida acessibilidade a pontos de vista panorâmicos com grande domínio sobre a paisagem. As zonas de maior declive, coincidentes com as maiores altitudes, em associação com as exposições de encosta aqui presentes originam zonas de domínio visual coincidentes com bacias de visibilidade que acompanham os vales contribuindo para a focalização do olhar do observador. A extensa rede viária, aliada à localização dos povoados, quer interiores, quer próximos da costa, contribui para uma exposição mediana das ações humanas. Pode classificar-se o Concelho de Ribeira Grande, de forma geral, como possuidora de uma fragilidade visual média e uma consequente capacidade de absorção visual média/elevada (Tabela 25).

Tabela 25. Distribuição espacial da capacidade de absorção visual média/elevada

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

Parametrização da análise	Distribuição Espacial (%)			Média / Baixa
	Baixa	Média	Elevada	
Classe dominante + 2ª classe (acima dos 25%)	1,19%	5,74%	41,07%	

5.3.2.3 Sensibilidade visual da paisagem

A carta de sensibilidade visual da paisagem resulta (Figura 24), tal como o modelo ilustrativo evidencia, da união temática entre a Carta de qualidade visual (elaborada com base na classificação das diferentes unidades de paisagem) e a Carta de absorção visual.

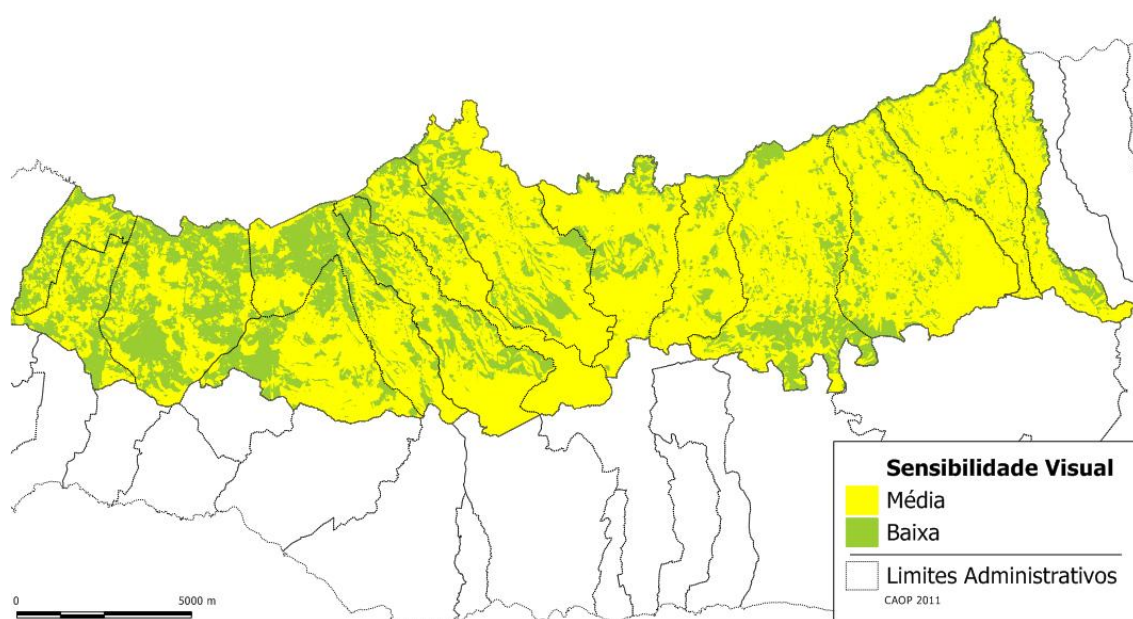


Figura 24. Carta de sensibilidade visual

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

A legenda da carta foi elaborada de acordo com o seguinte modelo/matriz (Figura 25):

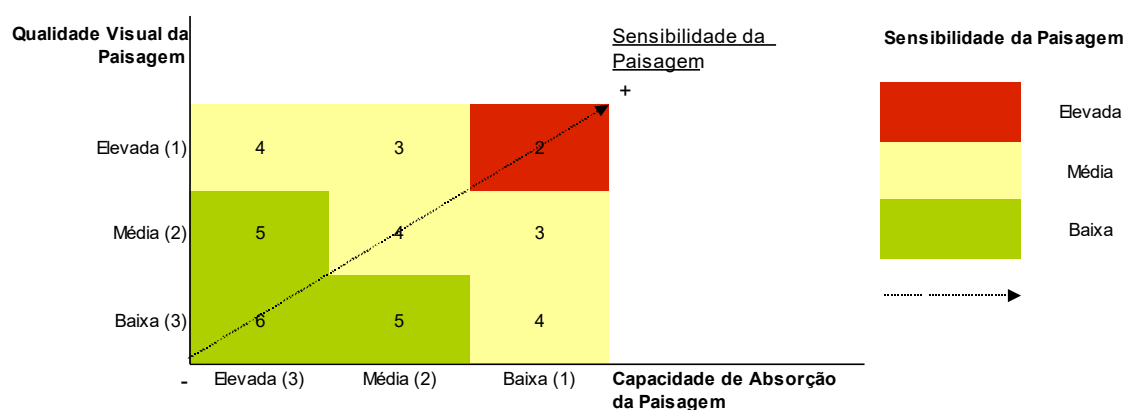


Figura 25. Modelo de avaliação da sensibilidade visual

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

A sucessão de eventos paisagísticos aqui presente dota esta paisagem de uma dinâmica interior elevada, onde sobressaem as condições naturais de um relevo austero e condicionador de toda a

percepção da ilha. A determinação da capacidade paisagística do território, ou seja, a avaliação da qualidade visual, potencialidade e fragilidade de uma paisagem no que respeita ao acolhimento de novas ações antrópicas, permite-nos sintetizar a área de estudo como possuidora de uma capacidade paisagística de média/elevada resiliência à introdução de elementos exógenos, possuindo, uma sensibilidade visual média/baixa (Tabela 26).

Tabela 26. Análise da sensibilidade visual do concelho da Ribeira Grande

Fonte: Oficina Imobiliária, 2012

Parametrização da análise	Distribuição Espacial (%)			Média/Baixa
	Baixa	Média	Elevada	
Classe dominante + 2ª classe (acima dos 25%)	36,38%	63,62%	-	

5.3.3 Trilhos pedestres

No concelho da Ribeira Grande, atualmente, estão identificados 15 percursos pedestres, 8 destes cuja gestão é da responsabilidade do Governo Regional e outros 7 cuja gestão é do Município, desenvolvendo-se, na sua maioria, em trilhos e antigos caminhos de pé posto, reabilitados para usufruto da população⁶.

Esta rede de percursos pedestres (Figura 26) surge integrada em estratégias, de âmbito regional e de âmbito municipal, de valorização do património cultural e natural assente em princípios de defesa e valorização do ambiente e promoção da conservação da natureza. A diversificação da vivência do território potenciando os recursos endógenos é, assim, formalizada através da criação de infraestruturas para apoio ao usufruto do mesmo assessoradas por atividades de caráter cultural, pedagógico, científico, desportivo, recreativo e social.

⁶ Informação disponível em: <https://tinyurl.com/y3ql9ypj>



Figura 26. Trilhos Pedestres - Ribeira Grande

Fonte: CMRG e DRTu, 2022

5.3.3.1 Trilhos de gestão regional

De seguida, identificam-se e caracterizam-se os Percursos Pedestres, de gestão regional, presentes no concelho da Ribeira Grande:

PR01 SMI Vigia de São Pedro	Distância percorrida: 6,5 km
Descrição:	Localização: Freguesia de Calhetas

O percurso inicia-se junto aos Poços de São Vicente, área convertida em zona balnear próxima do porto de pesca, o mais importante da ilha na época da baleação. Esta rota linear liga as freguesias de São Vicente Ferreira às Calhetas, ao longo da orla costeira Norte da ilha. Ao longo trilho é possível passar por vários pontos de interesse como a Ponta de São Pedro, a ermida de São Pedro (séc. XVI) e, um pouco à frente, o buraco de São Pedro, uma interessante formação geológica. O trilho linear tem um nível de dificuldade fácil e uma duração média de 2 h.

PR26 SMI Chá Porto Formoso	Distância percorrida: 4,8 km
Descrição:	Localização: Freguesia de Porto Formoso

Esta pequena rota circular tem início junto ao miradouro da Vista dos Barcos, freguesia do Porto Formoso, passando pela Fábrica do Chá e respetivas plantações. O trilho tem um nível de dificuldade média e uma duração média de 2 h. Ao longo trilho é possível passar por vários pontos de interesse como a Fábrica de Chá do Porto Formoso e respetivos campos de cultivo e ainda o Miradouro da Vista dos Barcos.

PR27SMI Praia da Viola	Distância percorrida: 4,8 km
--------------------------	------------------------------

Descrição:	Localização: Freguesia da Maia e Lomba da Maia
------------	--

Este percurso tem início na Lomba da Maia, junto da Igreja Matriz. Depois de atravessar o aglomerado urbano, segue por um caminho de pé posto que desce em direção à Praia da Viola e que a partir do qual se pode usufruir de vistas panorâmicas sobre a Maia, a Ponta Formosa e a Ponta do Cintrão. A aproximação à praia é acompanhada pela Ribeira do Salto, atravessando-a, e pela presença de antigos de Moinhos de água que, juntamente com as inúmeras ribeiras com água que correm pelas falésias da praia, conferem à Praia da Viola o cunho de uma das mais belas praias dos Açores. Saindo da Praia, até ao topo da falésia segue-se por um caminho de pé posto em direção à Maia e à Fonte Velha, terminando aqui o percurso, junto de um antigo fontanário.

PRC28SMI Chá Gorreana	Distância percorrida: 3,4 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Maia

Este percurso começa e termina junto à Fábrica de Chá Gorreana. É um percurso que se desenvolve, na sua maioria, por caminhos de terra batida atravessando uma paisagem agrícola e de pastagens, tendo sempre como pano de fundo as plantações de chá (*Camellia sinensis*) e a Fábrica da Gorreana. Ao longo do percurso usufrui-se de diferentes sensações e paisagens que assumem maior plenitude, no ponto mais alto do mesmo, junto da Casa do Mirante a partir da qual se pode desfrutar de vastas panorâmicas sobre a costa norte da ilha, desde o Pico da Vara, para nascente, até à Ribeirinha para noroeste. A parte final do percurso desenvolve-se no interior da plantação de chá e pode terminar com uma visita à Fábrica de Chá Gorreana.

PRC29SMI Caldeiras da Ribeira Grande – Salto do Cabrito	Distância percorrida: 8,5 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Ribeira Grande (Matriz) e da Conceição

Este percurso inicia-se junto à Central Geotérmica do Pico Vermelho, passa na Central Hidroelétrica do Salto do Cabrito e termina nas Caldeiras da Ribeira Grande. Numa extensão de aproximadamente 8,5Km, seguindo por caminhos em terra batida, atravessando matas de incensos, acácias, criptomérias (*Cryptomeria japonica*) e eucaliptos, e usufruindo de vistas sobre o vale da Ribeira Grande, chega-se à Central Hidroelétrica do Salto do Cabrito. Aqui, é de contemplar a presença da cascata Salto do Cabrito. Seguindo o percurso, passa-se pela Central Hidroelétrica da Fajã do Redondo, atualmente desativada e avança-se em direção às Caldeiras da Ribeira Grande sobre caminhos de terra batida e, num troço, em estrada alcatroada.

PRC34SMI Fenais da Ajuda – Lomba de S. Pedro	Distância percorrida: 5,5 km
Descrição:	Localização: Freguesia de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro

Pequena rota circular com ponto de partida e chegada no centro da localidade dos Fenais da Ajuda, perto da Junta de Freguesia. Ao longo do percurso é possível atravessar um cenário rural onde se observam vários campos agrícolas e de pasto que escondem alguns pontos de interesse de paragem obrigatória como o miradouro natural com vista para a parte Nordeste da ilha, localizado a uma curta distância de um pequeno parque de merendas. O circuito é considerado uma rota fácil e é necessária uma média de 2h e 30 min para completar o mesmo.

PRC35SMI Moinhos da Ribeira Funda	Distância percorrida: 3,3 km
Descrição:	Localização: Freguesia de Fenais da Ajuda e Lomba da Maia

Este percurso desenvolve-se numa rota circular que se inicia e termina da Ribeira Funda (Fenais da Ajuda), junto à Ermida da Nossa Senhora da Aflição. Após percorrer o troço inicial de 500m em caminho de asfalto, rapidamente o percurso inflete para caminhos de terra batida que atravessam pastagens e avança sobre trilhos, em direção à Ribeira Funda. O restante percurso desenvolve-se ao longo das margens da ribeira, descendo até à foz, pela chamada “Rocha do Padre do Norte”. Neste percurso destacam-se como principais pontos de interesse os vestígios de um aglomerado de moinhos de água, várias quedas de água na parte terminal da Ribeira Funda e amplas panorâmicas sobre a costa Oeste e Este da ilha de S. Miguel.

PRC36SMI Pedra Queimada – Lajinha – Degredo	Distância percorrida: 6,6 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Maia

Este percurso pedestre, de formato circular, tem início no Largo de Santo António, na freguesia da Maia, e desenvolve-se ao longo da costa norte, com vista sobre a freguesia da Maia, Ponta Formosa e Ponta do Cintrão. O percurso faz-se por campos agrícolas até à fonte Velha (água de nascente), passando pela zona balnear do Calhau da Areia (com ligação ao trilho da Praia da Viola), pelo Miradouro de Melo Nunes. O percurso continua junto à costa, passando pelo Miradouro do Frade, pela ETAR e a ponte sobre a Ribeira da Cruz. Ao longo do percurso são de destacar dois pontos de interesse: o Museu do Tabaco da Maia e o Solar de Lalém.

5.3.3.2 Trilhos de gestão municipal

No que concerne à rede de trilhos municipais, o concelho da Ribeira Grande contabiliza 6 trilhos pedestres, abordados de seguida⁷ :

TM01 Trilho da Ponta do Cintrão	Distância percorrida: 12,3 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Ribeirinha

⁷ Informação disponível em: <https://www.ribeiragrande.pt/trilhos/>

Com início no miradouro do Palheiro, este percurso municipal desenvolve-se ao longo da costa norte, passando pelo centro da freguesia da Ribeirinha até à Vigia das Baleias e Farol, sitos na Ponta do Cintrão. Ao longo de todo o percurso, é possível encontrar diversos pontos de interesse, nomeadamente: o Miradouro do Palheiro, com vista para o litoral urbano da cidade da Ribeira Grande, assim como sobre os areais da costa norte a montanha da Serra de Água de Pau; a Vigia das Baleias, estrutura erguida em 1943 e que, como o nome indica, era um posto de vigia às companhias baleeiras do século passado; e o Farol da Ponta do Cintrão, estrutura fundada em 1957 com 14 metros de altura, situada na falésia Ponta do Cintrão.

TM02 Trilho do Pico Queimado	Distância percorrida: 2,47 km
Descrição:	Localização: Freguesias de Santa Bárbara – Cabouco

Com formato linear, este trilho municipal desenvolve-se no sentido norte-sul, desde a freguesia de Santa Bárbara, no concelho da Ribeira Grande, até à freguesia do Cabouco, no concelho da Lagoa. Destaca-se pelo seu potencial vulcanológico e paisagístico, resultante da erupção de 1563 do Pico do Sapateiro (ou Pico do Queimado). Ao longo do seu percurso, é de realçar a paisagem vulcanológica, nomeadamente: o basalto resultante do arrefecimento da escoada lávica; a Fenda do Pico Queimado de 6 metros de profundidade; o Algar do Pico Queimado, cavidade vulcânica com 37 metros de profundidade; a vista panorâmica sobre a costa norte da ilha de São Miguel; a vista sobre o Vulcão do Fogo e o Complexo Vulcânicos dos Picos e das Sete Cidades; e a ainda a Cratera do Pico Queimado, com cerca de 100 metros de diâmetro.

TM03 Trilho da Barquinha	Distância percorrida: 3 km
Descrição:	Localização: Freguesias da Lomba da Maia e Maia

Com início na freguesia da Lomba da Maia, este percurso municipal desenvolve-se ao longo da costa, entre a Ribeira Funda e a Maia, zona conhecida pela moagem de milho, produção de vinha e de fruta e, como tal, é possível encontrar diferentes pontos de interesse ligados a estas atividades, nomeadamente: o “Abrigo”, estrutura utilizada para abrigo dos moleiros e agricultores; o Miradouro da “Eira”, onde se realizava a malha das leguminosas secas, como o feijão e a fava; a Barquinha, pequena península formada por escoada lávica basáltica, utilizada pela população para a pesca e banhos de mar.

TM04 Trilho Ladeira da Velha	Distância percorrida: 7 km
Descrição:	Localização: Freguesia do Porto Formoso

De formato circular e pertencente à freguesia do Porto Formoso, este trilho municipal inicia-se e termina na praia dos Moinhos. É um percurso que percorre toda a orla marítima da península da Ladeira Velha. Apresenta diversos pontos de interesse de destaque, como sejam o Miradouro da Ladeira da Velha; o Miradouro do Furado; as Ruínas da Casa de Banhos da Ladeira da Velha; as

Ruínas do Tanque de Banhos; a Nascente Nossa Senhora da Graça; e a Cascata da Ribeira do Limbo.

TM05 Trilho do Caminho de Água da Gorreana	Distância percorrida: 1,7 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Maia

Este pequeno percurso pedestre inicia-se na Fábrica de Chá da Gorreana e desenvolve-se ao longo das plantações de chá, percorrendo uma levada que transporta água captada na Ribeira da Gorreana, cuja finalidade é a produção de energia hidroelétrica, e as margens desta ribeira. O percurso termina numa queda de água – Salto da Cidreira. Como pontos de interesse, destacam-se: o Tanque da Gorreana; a Ponte de Pedra; o Moinho; e o Salto da Cidreira.

TM06 Trilho do Moinho do Félix - Cascatas	Distância percorrida: 5,5 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Lomba de São Pedro

Localizado na freguesia mais oriental do concelho da Ribeira Grande, este percurso pedestre, de formato circular, tem início e fim no centro da freguesia, junto à igreja da Lomba de São Pedro. Com uma extensão de 5,5 km, ao longo deste trilho são diversos os pontos de interesse que merecem destaque, nomeadamente: o Miradouro da Rocha; a Cascata do Homem; as ruínas do moinho do Félix; a Cascata do Teófilo; a Cascata da Gruta; e o Poço da Truta.

TM07 Trilho do Municipal dos Fenais de Vera Cruz	Distância percorrida: 6,5 km
Descrição:	Localização: Freguesia da Lomba de São Pedro e Fenais da Ajuda

Este percurso de formato circular, localizado nas freguesias de Lomba da Maia e Fenais da Ajuda, tem início e fim junto à igreja de N^a Sr^a da Ajuda. Estes 6,5 km de trilho, com duração média de cerca de 3h, permitem aos caminhantes desfrutar de paisagens idílicas, conseguindo avistar toda a costa norte da ilha e observar fenómenos geológicos raros. Este novo percurso inaugurado em 2022, foi destacado pela importância na exposição dos fenómenos geológicos daquela ponta de ilha.

5.4 Riscos

O concelho da Ribeira Grande encontra-se exposto a diferentes riscos de origem natural e/ou tecnológica que podem ter consequências e danos sobre os elementos expostos presentes no território, cujas áreas não devem ser ocupadas por pessoas e bens.

A caracterização e análise deste tema teve em consideração os trabalhos desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano de Emergência e Proteção civil, tanto ao nível regional como municipal, e

o Programa Regional para as Alterações Climáticas. Nestes planos, o concelho da Ribeira Grande está identificado como um território que se encontra exposto diversos riscos, com destaque para os riscos de cheias e inundações, galgamentos e inundações costeiras, movimentos de vertente, emissões gasosas permanentes, atividade vulcânica, sismos e ainda a acidentes tecnológicos.

5.4.1 Riscos naturais

5.4.1.1 Cheias e inundações

Nos Açores, todo o seu território, na sua generalidade, está sujeito a ocorrência de cheias e inundações de alguma intensidade, como o comprovam os acontecimentos da última década, e em particular, em diversas zonas da ilha. A probabilidade de ocorrência de eventos catastróficos, no que diz respeito às cheias e inundações, é elevada, sendo uma das consequências de eventos climáticos que mais afeta a RAA, e podem ser provocadas por ciclones e por precipitação extrema/intensa. Os concelhos da Ribeira Grande e da Povoação, historicamente, são os mais afetados com impactos consideráveis sobre as pessoas e bens.

No concelho da Ribeira Grande, as linhas de água encaixadas, com construções nos leitos de cheia, associadas à existência de depósitos aluvionares de regime torrencial em diversos locais, são o testemunho claro deste tipo de perigos.

Para além das causas naturais, o aumento descontrolado das áreas ocupadas por pastagens na generalidade da ilha durante as últimas décadas tem contribuído de forma decisiva para o incremento do regime de escorrência superficial das águas e, consequentemente, da sua capacidade erosiva. Por outro lado, importa sublinhar o problema da manutenção da limpeza das ribeiras, da estabilização das respetivas margens e do correto dimensionamento das pontes, porquanto a obstrução dos leitos de escorrência pode dar origem à formação de diques, cuja rutura proporcionará o súbito desenvolvimento de massas de água com elevada capacidade destruidora.

Pelo acima exposto, conclui-se que os elevados níveis de pluviosidade registados nas zonas altas do Concelho e a importante rede hidrográfica existente são fatores naturais que podem potenciar o perigo e a capacidade destrutiva de tal tipo de ocorrências, cujos efeitos podem ser amplificados por um deficiente ordenamento do território. Neste domínio, saliente-se que as linhas de água constituem percursos ideais para a progressão dos produtos mobilizados durante os movimentos de massa, podendo canalizar escoadas detriticas com grande poder de destruição, constituídas por cinzas, pedra pomes, blocos lávicos e vegetação de porte diverso, incluindo ramos e troncos de árvores.

Mercê da sua orografia, afloramentos rochosos e tipo de solo, a rede de drenagem do concelho da Ribeira Grande apresenta-se algo distinta para as freguesias situadas a oeste e a este do alinhamento constituído pelos cones do Pico das Mós, Pico Queimado, Pico da Mediana e Ribeira Seca.

- Zona Oeste - geologicamente jovem, apresenta média a elevada taxa de infiltração, altitude média baixa e pouco declivosa. Consequentemente, a rede de drenagem é mal definida e sem cursos de água perenes. Os problemas inerentes a estas zonas estão relacionados com a alteração do coberto vegetal, impermeabilização de áreas como resultado da ocupação humana ao nível dos parques habitacional, industrial e viário.
- Zona Este - sobranceira aos vulcões centrais das Furnas e do Fogo, e ao Planalto da Achada das Furnas, apresenta altitudes médias e declives elevados, um substrato rochoso antigo, alterado e, consequentemente, menos permeável à água. A rede de drenagem associada a tal morfologia evidencia um misto de controle tectónico e vulcânico. Grosso modo, as linhas de água são perpendiculares à linha da costa, com uma inflexão estrutural NW-SE no graben da Ribeira Grande e no prolongamento, para norte, do sistema vulcano-tectónico das Furnas. As linhas de água que desaguam para norte, de carácter maioritariamente perene, apresentam pequeno caudal, excetuando os períodos de intensa precipitação com escorrências de carácter torrencial.

A escolha das margens das principais linhas de água para instalação dos primeiros povoados, com o intuito de obtenção de água e de energia hídrica, determinou genericamente a localização e o desenvolvimento de muitas povoações, o que tem constituído um grande fator de exposição ao perigo e consequentemente de risco. No caso vertente, são inúmeras as situações criadas pela existência de habitações nas imediações de linhas de água ou nos seus leitos de cheia, tendo-se identificado casos problemáticos em quase todas as freguesias do concelho.

A principal via de comunicação da zona norte da ilha de S. Miguel atravessa inúmeras linhas de água através de pontes. A maior parte destas estruturas constitui, pelo lado norte da ilha, o único meio de acesso à zona leste de S. Miguel, sendo assim vitais em caso de catástrofe. Pese embora a renovação encetada, parte destas pontes é antiga.

Por sua vez, o PGRI 2022-2027 identifica as bacias hidrográficas suscetíveis a cheias e inundações, sendo a bacia hidrográfica da Ribeira Grande uma das identificadas com risco significativo, apresentando cerca de 10% da sua área uma suscetibilidade média ou alta.

A cartografia de pormenor do risco de cheias e inundações identifica um risco elevado ou moderado de cheias ou inundações em tornos das linhas de água “Ribeira Grande” que atravessa o perímetro urbano da sede de concelho, tal como é possível observar na figura abaixo. Após verificação “in loco” admite-se que grande parte desta zona deverá ser mantida livre de nova construção, devendo este princípio ser aplicado na fase 3, aquando da definição das categorias de espaço urbano e de redação das normas regulamentares aplicáveis.

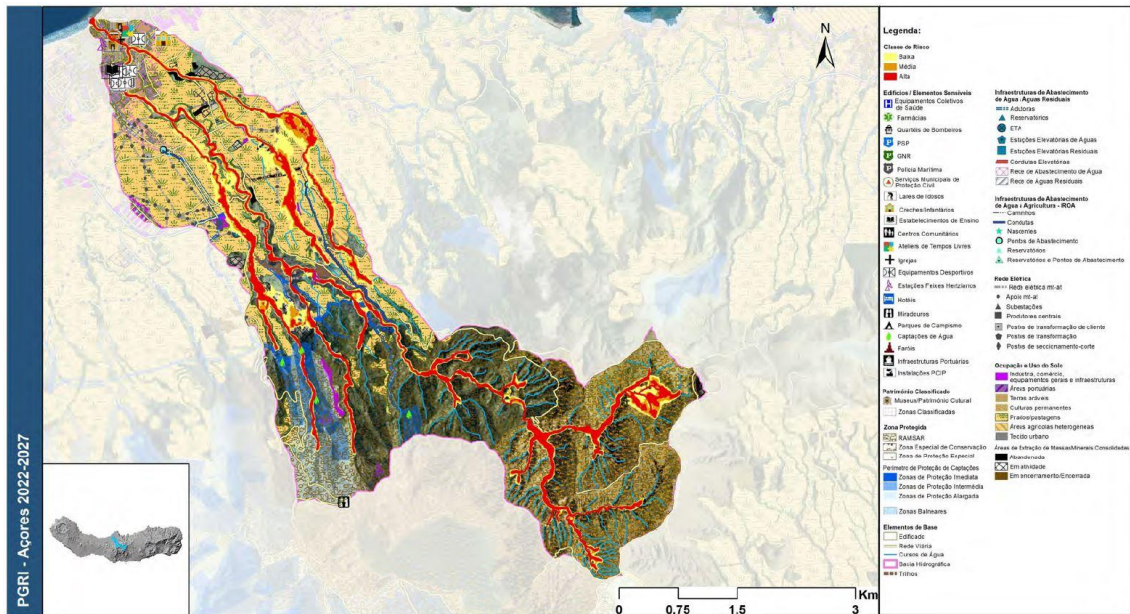


Figura 27. Carta de risco a cheias fluviais para a bacia hidrográfica da Ribeira Grande

Fonte: PGRI – Açores 2022-2027

5.4.1.2 Galgamentos e inundações costeiras

Em praticamente todas as ilhas dos Açores, a quase totalidade dos seus perímetros é ameaçada pelo mar. Estas zonas para o conjunto do arquipélago, afetam um total de 14.327 alojamentos. A maioria desses edifícios está localizada na ilha de São Miguel, representando quase 50% do total. Isso pode ser explicado pelo fato de que São Miguel possui a maior população e área territorial entre as ilhas, resultando naturalmente na presença de mais edifícios e alojamentos vulneráveis ao avanço do mar. É também em São Miguel, em consequência do seu maior efetivo populacional, que se verifica o maior número de habitantes em zonas ameaçadas pelo mar (57,6 % do total).

A este propósito, a preocupação inerente ao aumento da vulnerabilidade provocada pelas alterações climáticas, a consequência do aumento das águas do mar e da frequência e intensidade de tempestades, deve ser uma realidade, mitigando os seus impactos. No âmbito das áreas mais afetadas por esta tipologia de risco tem-se as zonas de praia, apresentando particular vulnerabilidade à energia da ação das ondas do mar.

É fundamental ressaltar que a ocupação e utilização inadequada do solo, como a construção de edifícios em áreas de risco, contribui para o aumento da vulnerabilidade das comunidades. De acordo com a análise efetuada às Zonas Ameaçadas pelo Mar, desenvolvidas no âmbito do PRAC, o concelho da Ribeira Grande, apresenta em praticamente toda a sua faixa costeira grande vulnerabilidade associada a riscos costeiros, em particular, apresenta risco acentuado de ocorrência de eventos associados a galgamentos e/ou inundações costeiras nas áreas edificadas, nomeadamente no troço da Maia e no troço entre Matriz e Calhetas (Figura 28).

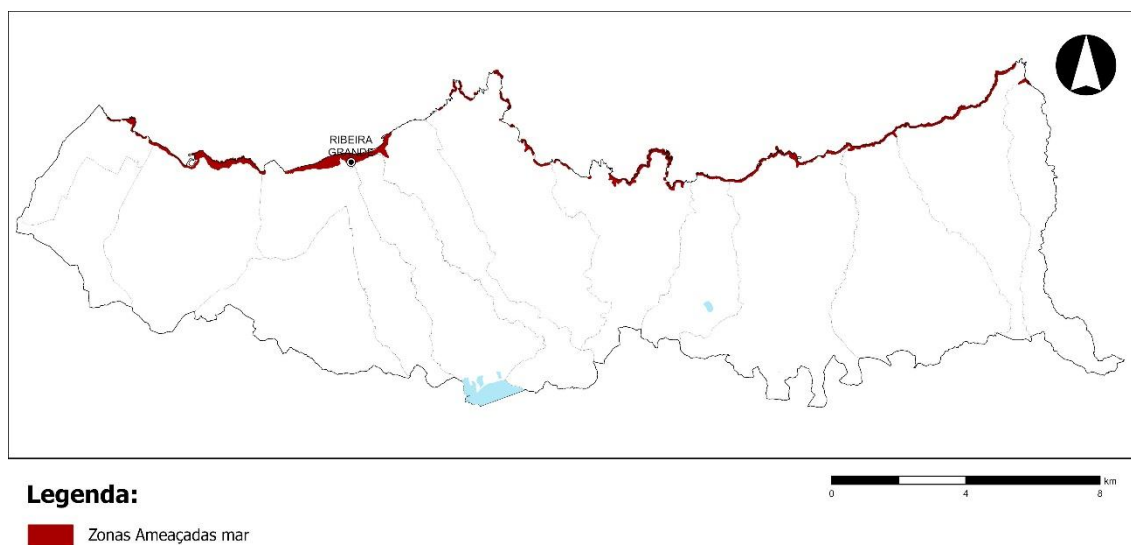


Figura 28. Zonas Ameaçadas Pelo Mar

Fonte: DRAAC, 2020

Por sua vez, tendo em conta a mais recente Cartografia de Pormenor de Risco de Galgamentos e/ou Inundações Costeiras nas Áreas Edificadas, disponível para o concelho da Ribeira Grande, é possível identificar que os aglomerados urbanos de Maia, Ribeira Grande e Rabo de Peixe, são os únicos impactados por áreas de risco elevado ou moderado aos galgamentos e inundações costeiras, destacando-se ainda que estas áreas correspondem, maioritariamente, a espaços urbanos consolidados.

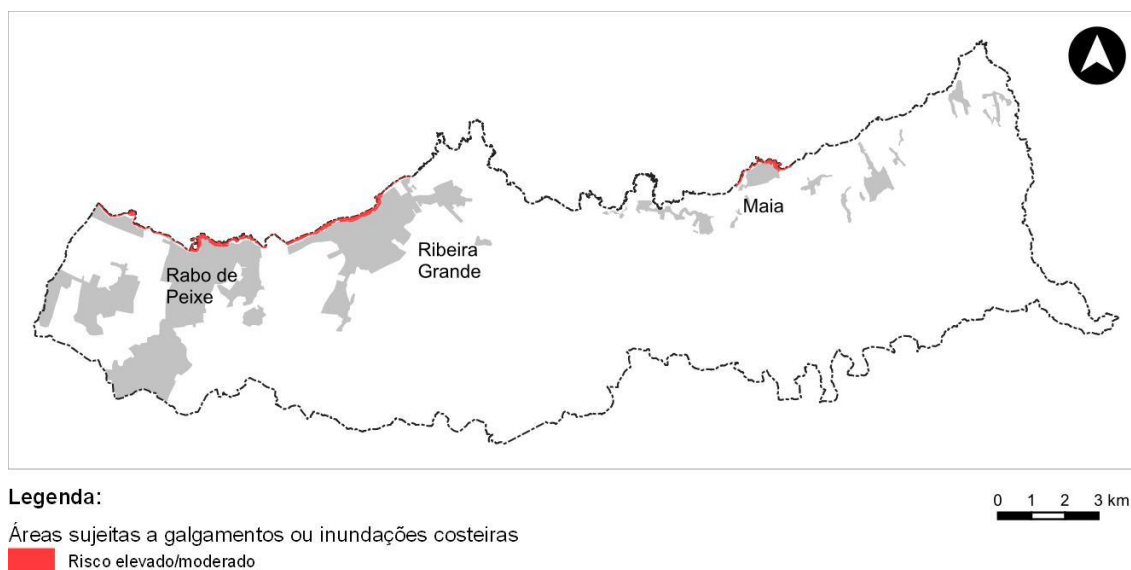


Figura 29. Risco de galgamentos ou inundações costeiras

Fonte: SPI / Dados da cartografia de risco de galgamentos e inundações costeiras

5.4.1.3 Movimentos de vertente

De uma forma geral, o arquipélago dos Açores apresenta um elevado risco de ocorrência de movimentos de vertente. Na maioria das ilhas, a zona costeira constitui grande parte das áreas em risco. Os movimentos de vertente registam impactos consideráveis, sendo considerado um dos eventos com maiores consequências sobre pessoas e bens.

No concelho da Ribeira Grande, o risco de ocorrência destes eventos é acentuado, constituindo zonas potencialmente vulneráveis os espaços urbanos consolidados, os espaços urbanos a consolidar, os espaços de uso especial, os espaços de atividades económicas, os espaços verdes, os aglomerados rurais, as áreas de edificação dispersa, os espaços de atividades industriais, os espaços de ocupação turística, os espaços culturais e os espaços destinados a equipamentos.

De acordo com a análise à carta de suscetibilidade a movimentos de vertente (Figura 30), publicada no âmbito do PRAC, grande parte do território da Ribeira Grande apresenta suscetibilidade reduzida, porém, identificam-se várias zonas de suscetibilidade elevada a movimentos de vertente, essencialmente a oeste do concelho. No concelho da Ribeira Grande, 19,22% do total da área do concelho, representam áreas com suscetibilidade elevada, correspondendo a um total de 3463,17 ha.

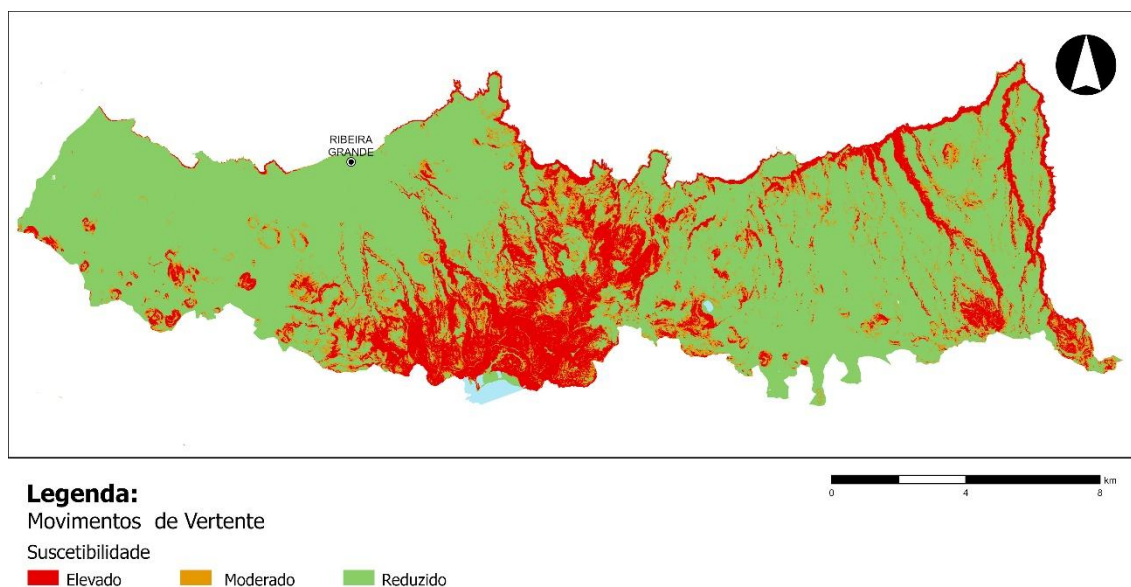


Figura 30. Movimentos de Vertente na Ribeira Grande

Fonte: DRAAC, 2020

No que respeita à avaliação do perigo de movimentos de massa no concelho da Ribeira Grande distinguem-se três zonas:

- As áreas abrangidas pelos flancos dos vulcões do Fogo e das Furnas,
- Toda a área localizada no graben da Ribeira Grande,
- Freguesias mais ocidentais do concelho, nomeadamente Calhetas, Pico da Pedra e Rabo de Peixe.

As primeiras apresentam uma topografia muito acidentada, caracterizada por uma rede de drenagem mais desenvolvida, profundamente encaixada e, grosso modo, perpendicular à linha de costa, recortando e entalhando as áreas onde se desenvolvem alguns dos povoados. Estas características resultam num território mais declivoso e instável, onde a perigosidade associada aos movimentos de massa é moderada a elevada.

Ainda nesta zona, importa sublinhar a presença de habitações e infraestruturas básicas na proximidade de vertentes instáveis ou ao longo das linhas de água. Outro aspeto prende-se com o facto de algumas zonas povoadas serem servidas por uma única via de acesso transitável o que, em caso de obstrução, dificultará as operações de socorro e salvamento.

A zona que se desenvolve no interior do graben corresponde a uma área depressionada, local privilegiado para a acumulação de depósitos de movimentos de massa.

A terceira zona situa-se no Sistema Vulcânico da Região dos Picos, caracterizado pelo desenvolvimento de escoadas lávicas. Apresenta um relevo mais suave e uma baixa altitude média.

A grande infiltração que se verifica nesta parte do concelho, aliada à topografia, faz com que a rede de drenagem seja aqui muito incipiente, sem linhas de água perenes.

Outra situação de risco está relacionada com a pressão humana na zona costeira, verificando-se, em quase toda a linha de costa, construções localizadas a poucos metros da crista da arriba, o que, pela natural evolução desta última, contribui para o perigo de movimentos de massa.

Quase toda a linha de costa apresenta construções localizadas a poucos metros da crista da arriba, nomeadamente as freguesias de Calhetas, Rabo de Peixe, Ribeira Seca, Conceição, Matriz, Ribeirinha e Porto Formoso, o que, pela natural evolução desta última, contribui para o perigo de movimentos de massa.

Relativamente aos alarmes emitidos pelo CIVISA (Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores) para os movimentos de vertentes, entre 2014 e 2016, o concelho da Ribeira Grande registou um total de 23 alarmes (28,4% da totalidade de alarmes emitidos na Ilha de São Miguel), e ainda, durante o mesmo período, foram emitidos pelo CIVISA, 31 alertas para movimentos de vertente no concelho, representantes de 22,6% da totalidade de alertas na ilha.

5.4.1.4 Emissões gasosas permanentes

As emissões gasosas podem ser do tipo fumarolas ou resultarem do processo de degaseificação difusa. As fumarolas constituem emissões de gases visíveis e naturais à superfície terrestre, confinadas a uma fenda ou fissura, ou dispersas numa área mais extensa. Por sua vez, no processo de degaseificação difusa, os gases emitidos pelos vulcões são emitidos à superfície, de modo difuso, por via dos solos e nascentes de água termal e gasocarbónica. O processo de emissão é contínuo e os gases são, na sua maioria, inodoros e incolores.

Na Ribeira Grande existem emanções gasosas permanentes do tipo fumarolas (10 locais), bem com uma área de desgaseificação difusa de CO₂ (Figura 31).

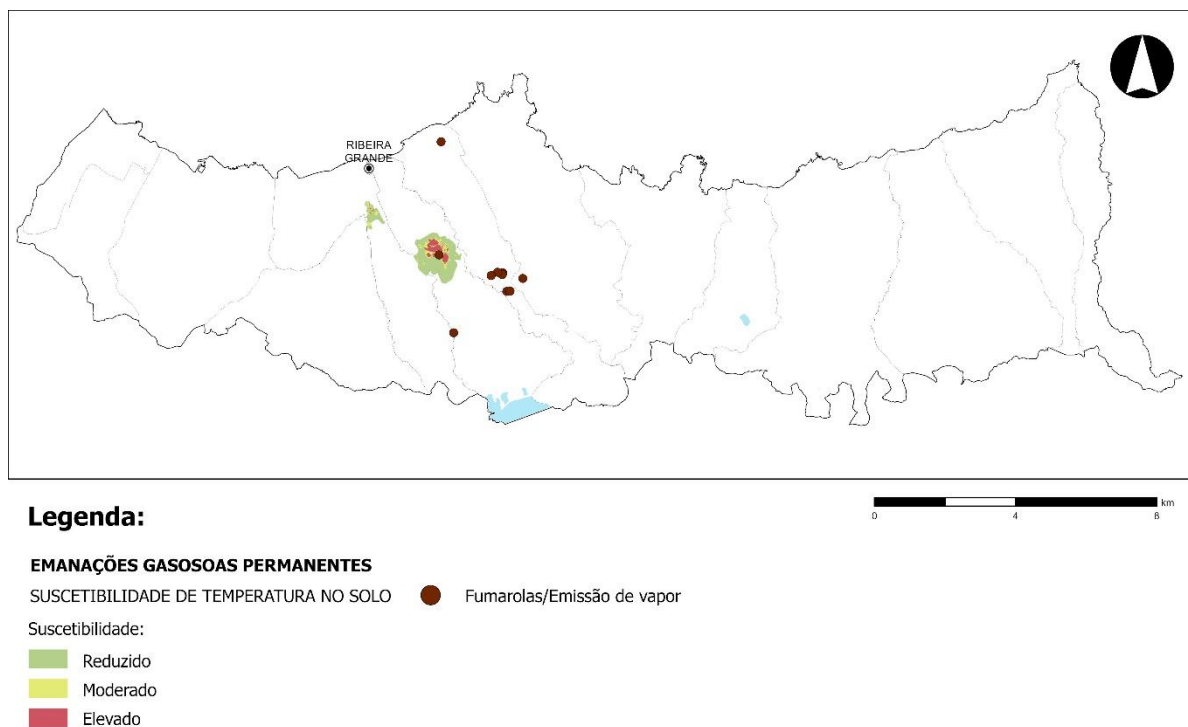


Figura 31. Localização das Fumarolas e Suscetibilidade de Temperatura no solo (adaptado)

Fonte: DRAAC, 2019

Através da análise da carta de suscetibilidade a desgaseificação difusa de CO₂ – concentração, publicada no âmbito do PRAC, foi possível identificar que a maioria das zonas de desgaseificação difusa apresentam uma concentração reduzida, apresentando concentração elevada, apenas 19,05 ha, representativos de 0,11% da área total do concelho da Ribeira Grande.

5.4.1.5 Atividade vulcânica

A morfogénese da ilha de S. Miguel, associada à sua origem vulcânica e às múltiplas erupções lávicas que ocorreram durante e após a sua formação, fazem deste território uma área potencialmente vulnerável aos impactos resultantes desta atividade. Para mais, existem atualmente vestígios de vulcanismo ativo, o que a juntar a ocorrência de diversas erupções históricas, tanto em terra como no mar e de carácter bastante variado, fazem do território da ilha uma área potencialmente perigosa.

A área abrangida pelo concelho da Ribeira Grande já foi palco de uma erupção vulcânica em 1563 e de uma explosão hidromagmática em 1564, centradas no Vulcão do Fogo. Adicionalmente foi seriamente afetada pela erupção de 1630 localizada no interior da caldeira do vulcão das Furnas.

A análise dos registos eruptivos associados aos sistemas vulcânicos que afetam o concelho da Ribeira Grande revela a possibilidade de ocorrência de erupções intracaldeira nos vulcões do Fogo e das Furnas, de caráter explosivo, magmáticas e/ou hidromagmáticas, assim como de erupções de natureza basáltica ou traquítica, efusivas ou explosivas, nos flancos daqueles vulcões ou ao longo dos alinhamentos estruturais da Região dos Picos e da Achada das Furnas. Menos provável é a possibilidade de ocorrência de erupções submarinas centradas relativamente próximo da costa.

É, portanto, um concelho com risco acentuado de ocorrência deste tipo de evento, constituindo zonas potencialmente vulneráveis os espaços urbanos consolidados, os espaços urbanos a consolidar, os espaços de uso especial, os espaços de atividades económicas, os espaços verdes, as áreas de edificação dispersa, os espaços de atividades industriais, os espaços de ocupação turística e os espaços destinados a equipamentos.

5.4.1.6 Sismos

O concelho da Ribeira Grande situa-se numa área sismogénica importante, marcada não só pela presença de estruturas tectónicas regionais de direção NW-SE, que marcam o designado graben da Ribeira Grande - Congro, NE-SW, WNW-ESE e E-W, mas também pela presença dos sistemas vulcânicos da Região dos Picos, do Vulcão do Fogo, da Achada das Furnas e do Vulcão das Furnas. Tal situação vulcano-tectónica resulta num elevado perigo sísmico para todo o concelho.

Trabalhos realizados no passado permitiram verificar que determinadas áreas do Concelho têm comportamento anómalo relativamente à propagação das ondas sísmicas geradas no decurso de eventos de natureza tectónica, designadamente a freguesia de Santa Bárbara, onde as intensidades são, geralmente, superiores às das áreas envolventes, e a cidade da Ribeira Grande, onde os valores tendem a ser inferiores ao esperado. O mesmo não se verifica quando os sismos se encontram relacionados com atividade de natureza vulcânica. No que concerne à análise das vulnerabilidades, importa sublinhar que, caso a ilha seja afetada por um sismo de grande magnitude, a maioria, senão a totalidade dos concelhos, será afetada (Figura 32).

A Planta de Ordenamento – Riscos Naturais e Tecnológicos integra a informação referente aos sismos e atividade vulcânica (fluxos de lava), que decorre da transposição da cartografia de risco considerada no Plano Municipal de Emergência da Ribeira Grande, tendo sido consideradas as classes de risco “elevada” e “muito elevada”, respetivamente.

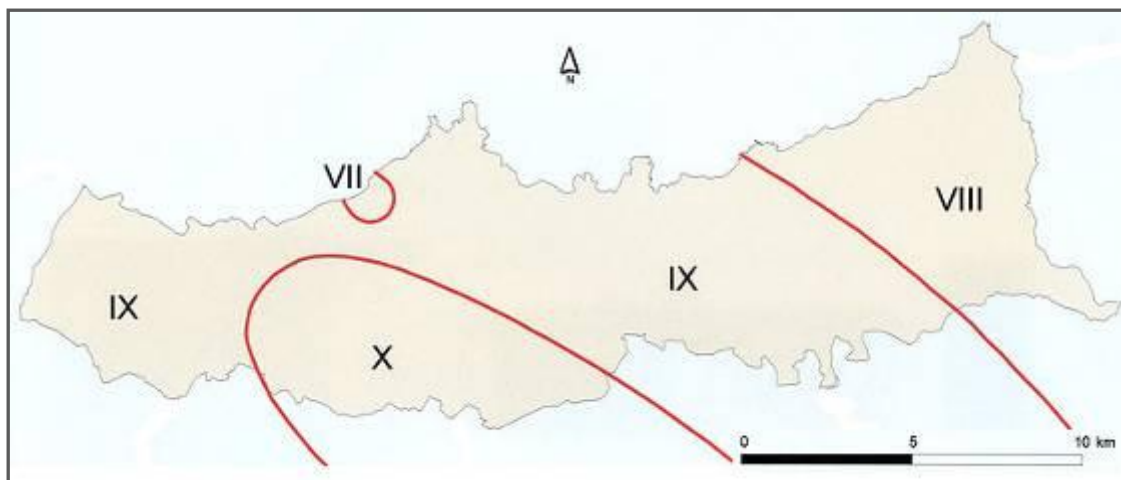


Figura 32. Carta de Intensidades Máximas Históricas para sismos tectónicos

Fonte: Plano Municipal de Emergência, 2002, CMRG

De realçar que, o concelho da Ribeira Grande apresenta algum edificado antigo e com problemas estruturais, cuja resistência à ação sísmica poderá não ser suficiente no caso de eventos de maior magnitude. Em caso de sismo, as linhas de água encaixadas (nomeadamente na área de influência dos vulcões do Fogo e das Furnas), e os taludes altos e instáveis, são propícios ao desenvolvimento de movimentos de massa, fenómenos eventualmente responsáveis pelo aumento do número de vítimas e pelo corte de vias de acesso indispensáveis às ações de socorro imediato.

A rutura de troços da rede rodoviária, a danificação de pontes, o colapso de edifícios junto a estradas e caminhos, e a queda de muros ou árvores de porte médio a elevado podem igualmente concorrer para a obstrução das vias de comunicação, constituindo um primeiro problema para a operação das equipas de socorro e a movimentação das populações. No que concerne a tal aspeto, importa sublinhar a vulnerabilidade do traçado da Estrada Regional N.º1 desde a Ribeira do Salto (junto ao Pico Mocho) até à Ribeira da Salga, alguns troços das estradas municipais próximos das arribas litorais, e o interior das zonas urbanas, servidas por vias normalmente estreitas e limitadas por edifícios ou muros fragilizados. Igualmente preocupante é a situação da freguesia da Lomba de S. Pedro, servida por uma única via de acesso motorizado.

5.4.2 Riscos tecnológicos

Paralelamente às catástrofes naturais, podem verificar-se no Concelho ocorrências perigosas provocadas pelo homem.

De acordo com o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, constituem risco elevado os acidentes graves de tráfego rodoviário e os acidentes no transporte de mercadorias perigosas. Por sua vez, constituem risco moderado os acidentes graves de tráfego marítimo, os acidentes graves de tráfego aéreo, o colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas, os acidentes em parques industriais, os acidentes em indústrias pirotécnicas e de explosivos, os acidentes em

estabelecimentos SEVESO, os acidentes em instalações de combustível, os acidentes em poços e condutas do sistema geotérmico e os incêndios em edifícios.

No concelho da Ribeira Grande destacam-se as centrais geotérmicas do Pico Vermelho e de Cachaço-Lombadas que podem ser consideradas como um fator de risco adicional, dados os perigos associados a problemas como a contaminação de aquíferos ou a sismicidade induzida. Em qualquer dos casos, a implementação e manutenção dos programas de monitorização permanente em curso contribuem para colocar o risco em níveis aceitáveis no quadro do processo de desenvolvimento da região. Também há a considerar o caso particular da Central do Caldeirão da EDA que, no entanto, possui um Plano de Emergência próprio.

De notar que no concelho da Ribeira Grande localiza-se um estabelecimento (infraestrutura industrial) abrangido pela Direita SEVESO, no qual estão presentes substâncias perigosas, nomeadamente substâncias pirotécnicas e de explosivos. Sobre estes estabelecimentos incidem distâncias de segurança provisórias de 500 metros que permitem acautelar potenciais danos graves. No caso de outros estabelecimentos perigosos e dos postos de combustível aplicam-se as distâncias de segurança previstas na legislação em vigor.

5.4.3 Adaptação às alterações climáticas

As alterações climáticas constituem, à escala global, um dos principais desafios do século, com impactes imensos e graves nos territórios insulares e dispersos, territórios fortemente dependentes do clima, vulneráveis às variações climáticas e aos fenómenos climáticos extremos. A emissão de gases com efeito de estufa é um fenómeno comum a vários setores de atividade. Os impactes decorrentes destas alterações podem ser de natureza ambiental e socioeconómica e ocorrem sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos, saúde humana, acessibilidades, disponibilidades hídricas, alimentares e energéticas, segurança de pessoas e bens, capacidade produtiva e competitividade dos setores económicos. O combate às alterações climáticas é assim fundamental, por via da redução das emissões de gases com efeito de estufa, descarbonização e aumento da eficiência da economia, bem como via da implementação de medidas de proteção de bens, recursos e pessoas.

Em vigor desde de 2016, o Acordo de Paris é um tratado que rege um conjunto de medidas de visam a redução das emissões dos gases com efeito de estufa a adotar pelos 195 países participantes e que sucede ao Protocolo de Quioto de 1997.

Neste seguimento, a RAA identificou as alterações climáticas como um dos principais desafios para o seu desenvolvimento e tem vindo a trabalhar na definição de uma política nesse sentido, nomeadamente a elaboração da Estratégia Regional para as Alterações Climática, operacionalizada através do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) (Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 de novembro). De acordo com o PRAC, de forma geral, por toda a Região, é possível identificar áreas onde existe maior probabilidade de ocorrência de

eventos catastróficos, nomeadamente movimentos de vertente, cheias ou inundações, assim como zonas ameaçadas pelo mar.

O PRAC tem como objetivos estratégicos:

- Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores nos horizontes de curto (2010 -2039), médio (2040 -2069) e longo prazo (2070 -2099);
- Estimar as emissões regionais de gases com efeitos de estufa, avaliar o contributo regional para a emissão dos mesmos no contexto nacional;
- Definir e programar medidas e ações para a redução das emissões, por setor e estimar o seu potencial de redução;
- Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos setores estratégicos;
- Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades setoriais para a respetiva aplicação;
- Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas;
- Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

No PRAC foram estabelecidas diretrizes específicas de mitigação em matéria de transportes e mobilidade, residencial e serviços, indústria transformadora e energética e uso de energia na agricultura e pescas, agricultura, alterações de usos do solo, resíduos e águas residuais. De realçar que foram ainda delineadas diretrizes de carácter transversal e no que diz respeito ao conhecimento e sensibilização.

No que concerne às medidas de adaptação às alterações climáticas, com relevo para o presente capítulo, foram estabelecidas diversas diretrizes específicas, nomeadamente em matéria de ordenamento do território e zonas costeiras, segurança de pessoas e bens, turismo, energia, ecossistemas e recursos naturais, agricultura e florestas, pescas, recursos hídricos e saúde humana.

5.4.4 Sistema Municipal de Gestão de Emergência

O Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil da Ribeira Grande foi elaborado em 2015 de acordo com as diretivas definidas da Comissão Nacional de Proteção Civil, Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, assim como o disposto na Lei de Bases da Proteção Civil. De realçar ainda a sua articulação com o Plano de Emergência da Região Autónoma dos Açores e planos de emergência de municípios adjacentes (Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste).

Este plano tem por base uma caracterização dos principais riscos, naturais e tecnológicos, a que o Concelho está sujeito e tem por objetivo contribuir para a prevenção e minimização de prejuízos decorrentes de eventuais catástrofes que afetem direta ou indiretamente o Concelho. Constitui-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder a situações de acidente grave ou catástrofe.

O Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande é o Diretor do Plano Municipal de Emergência, cuja ativação tem por objetivo minimizar os efeitos decorrentes de qualquer acidente grave, catástrofe ou calamidade que se verifique no concelho.

A nível da capacidade de atuação verifica-se que os Bombeiros Voluntários estão bem organizados, tendo sede em Ribeira Grande e apoio em Lomba da Maia. Em complemento existem 14 Núcleos Locais de Proteção Civil, formados por pessoas escolhidas pelo presidente da junta de freguesia (que preside ao núcleo) e estão sob a responsabilidade do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC). O SMPC da Ribeira Grande tem vindo a realizar um conjunto de formações distribuídas em três módulos, nomeadamente sobre Proteção Civil, Primeiros Socorros e Gestão de Catástrofes. Recentemente, o SMPC da Ribeira Grande viu reforçada a sua capacidade no que diz respeito a diversos equipamentos de proteção civil, colmatando as lacunas que existiam.

5.5 Qualidade do ar e ruído

5.5.1 Qualidade do ar

Atualmente a rede de monitorização da qualidade do ar ambiente na Região Açores é composta por 4 estações de monitorização fixas, uma na ilha do Faial, classificada como estação rural de fundo, 2 na ilha de São Miguel, uma estação urbana de fundo em Ponta Delgada e uma estação urbana de tráfego na Ribeira Grande, e uma na ilha Terceira, também de tipologia urbana de tráfego.

A análise da qualidade do ar da RAA é efetuada em contínuo e em tempo real, sendo monitorizados o dióxido de azoto (NO_x), dióxido de enxofre (SO_2), monóxido de carbono (CO), partículas finas em suspensão com diâmetro inferior a $10 \mu\text{m}$ (PM_{10}) e diâmetro inferior a $2,5 \mu\text{m}$ ($\text{PM}_{2,5}$) e ozono troposférico (O_3). A análise destes valores tem em consideração os valores limite para poluentes no ar, definidos pelo Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro (Tabela 27).

Tabela 27. Valores limite para poluentes no ar ambiente

Fonte: Regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, 2010

Diploma Legal	Poluentes a que se aplica	Período considerado	Valor limite
Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro	NO_2	1 hora	$200 \mu\text{m}^{-3}$
	SO_2	1 hora	$350 \mu\text{m}^{-3}$
		24 horas	$125 \mu\text{m}^{-3}$
	PM_{10}	24 horas	$50 \mu\text{m}^{-3}$
	O_3	8 horas	$120 \mu\text{m}^{-3}$

Para além das 4 estações de monitorização da qualidade do ar da DRAAC, o Instituto de Meteorologia realiza medições da concentração de partículas no ar na RAA através de uma estação meteorológica que integra a Rede de Observação dos Açores (AZONET), coordenada pela Universidade dos Açores, está integrada no projeto PICO-NARE, uma parceria entre o Michigan Tech e a Universidade dos Açores e contribui para o estudo dos impactes da atividade humana na composição atmosférica. Os resultados são avaliados à escala global.

A estação de monitorização da qualidade do ar instalada na ilha do Faial é a estação de fundo representativa da qualidade do ar da Região). De acordo com o último Relatório da Qualidade do Ar da RAA, o Índice Global de Qualidade do Ar (IQar)⁸ para os Açores, para o ano de 2020,

⁸ O Índice de Qualidade do Ar (Iqar) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com a concentração mais elevada os responsáveis pelo IQar. Diariamente, este índice é disponibilizado pela APA, com base em informação recolhida pelas CCDR a partir de valores médios de concentração dos seguintes poluentes: Dióxido de azoto (NO_2), Dióxido de enxofre (SO_2), Ozono (O_3), Monóxido de carbono (CO) e Partículas inaláveis (PM_{10}).

apresentou um nível de classificação global de Bom, sendo o O₃ o poluente determinante (Figura 33). Não foram registados dias com IQar fraco ou mau.

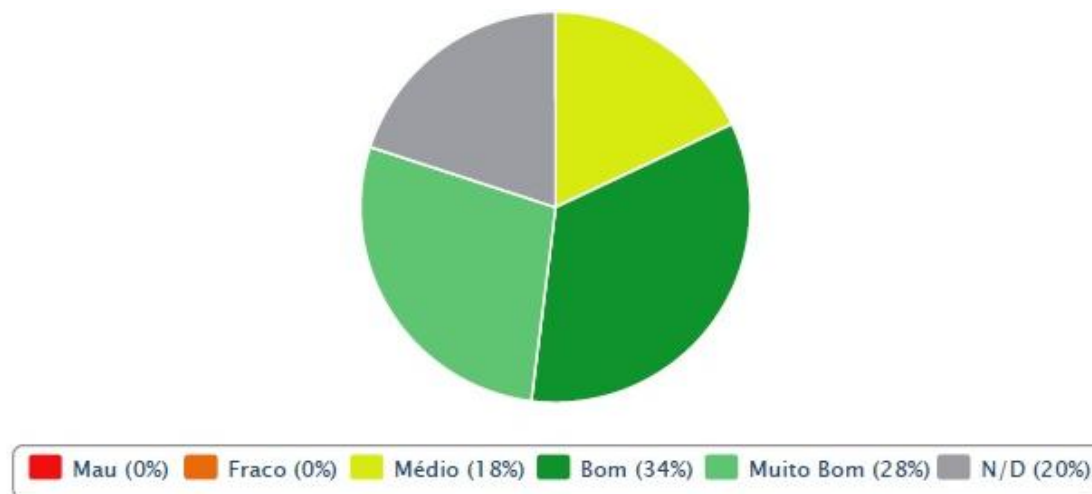


Figura 33. Índice global de qualidade do ar – 2020

Fonte: Relatório da Qualidade do Ar da RAA para 2020

De acordo com o mesmo Relatório, para o ano de 2020 e em específico na estação de monitorização da Ribeira Grande, o IQar predominante registado foi “Bom”, seguindo-se de níveis de IQar de classificação “Muito Bom”. Refira-se que, para esta estação de monitorização, registou-se um IQar “Fraco” em apenas 1%. Não foram registados dias de IQar classificado como “Mau”. (Figura 34).

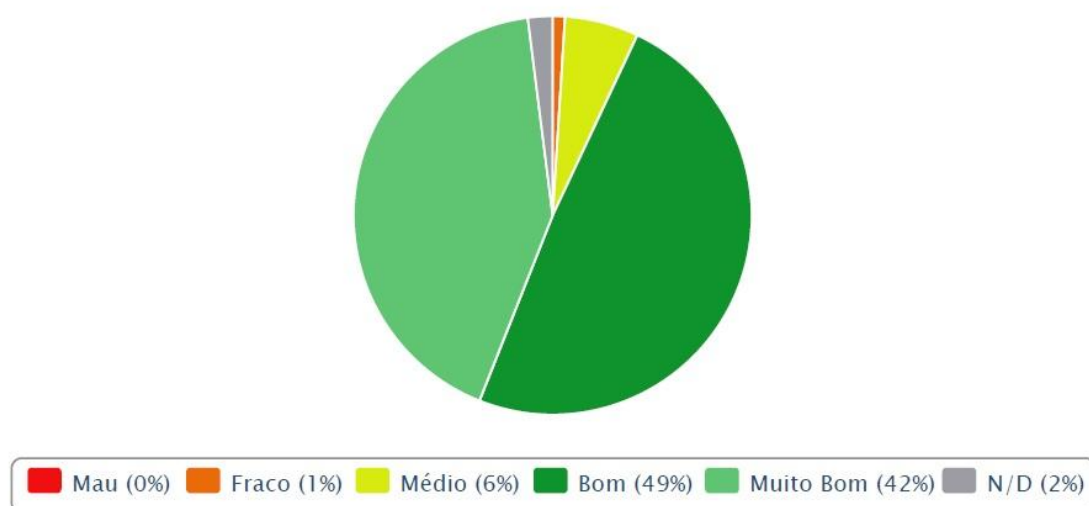


Figura 34. Índice global de qualidade do ar na Ribeira Grande - 2020

Fonte: Relatório da Qualidade do Ar da RAA para 2020

Por último, é de referir que na estação da Ribeira Grande, verificou-se que 2020 foi um ano caracterizado por taxas de eficiência de dados validados superiores a 95% para os 6 poluentes monitorizados: O₃, NO₂, SO₂, PM₁₀, PM_{2,5}, e CO. À semelhança das outras estações, o único poluente que requer uma vigilância mais atenta é o Ozono pois é aquele que tem apresentado valores mais elevados. No entanto, os valores registados são inferiores aos limiares de informação à população e valor alvo para proteção à saúde humana definidos na legislação. Convém salientar, no entanto, que o ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2, podendo ter ocorrido um decréscimo nas emissões de alguns poluentes.

5.5.2 Análise do Ruído

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho⁹, diploma que tem como objeto a prevenção do ruído e de controlo da poluição, visando a salvaguarda da segurança, da saúde humana e o bem-estar das populações face ao risco resultante da existência de níveis excessivos de ruído ambiental e laboral, na elaboração, alteração ou revisão dos Planos Diretores Municipais de Ordenamento do Território, as Câmaras Municipais devem recorrer a informação acústica adequada, elaborando os mapas de ruído dos seus concelhos.

Os mapas de ruído são ferramentas que permitem representar os níveis de ruído no território, expresso em decibéis dB(A)¹⁰. Constituem ferramentas de apoio à decisão no planeamento e ordenamento do território que permite visualizar condicionantes dos espaços por requisitos de qualidade do ambiente acústico devendo, portanto, ser adotado na preparação dos instrumentos de gestão territorial e na sua aplicação.

Segundo a legislação aplicável, o território concelhio deve obedecer à classificação de zonas sensíveis e zonas mistas, sendo os níveis máximos de ruído permitidos expressos na tabela seguinte:

Tabela 28. Níveis máximos de ruído permitido, expresso em LAeq

Fonte: Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A

Zona	Níveis máximos de exposição ao ruído ambiente no exterior, dB(A)	
	L _{den}	L _n
Sensível	55	45
Mista	65	55
Não classificada	63	53

⁹ Transpõe a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Directiva n.º 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Directiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído.

¹⁰ A avaliação dos níveis de ruído passou a ser feita com base nos indicadores L_{den} (diurno-entardecer-noturno) e L_n (noturno)

No âmbito do processo de revisão do PDM da Ribeira Grande, foram elaborados os Mapas de Ruído da situação existente para os diferentes períodos de análise. Estes mapas representam os níveis de ruído de acordo com os indicadores estabelecidos pela legislação, sendo utilizados dois indicadores de ruído: o L_n , que representa o ruído médio durante o período noturno (das 23h às 7h) e o L_{den} , que representa uma média ponderada das 24 horas do dia.

Na elaboração do Mapa de Ruído do concelho da Ribeira Grande foram consideradas as principais fontes de ruído existentes no interior e envolvente, nomeadamente a ER1-1A, SCUT, ER3-1ª, diversas estradas e caminhos municipais e ainda, as principais indústrias/parques industriais existentes.

A metodologia aplicada baseia-se na premissa de que toda a política do ruído ambiental assenta na cartografia do ruído, sob a forma de técnicas de modelação da emissão e propagação sonora, sendo os resultados apresentados em linhas isofónicas e/ou manchas coloridas, representando áreas cujo nível de ruído se situa numa dada gama de valores. O programa utilizado para a elaboração dos Mapas de Ruído é o CadnaA.

Os dados resultantes do programa de modelação demonstram que o concelho da Ribeira Grande apresenta, em grande parte do seu território, níveis de ruídos pouco elevados, apesar de no centro da cidade o tráfego rodoviário elevar o ruído, sem ultrapassar, no entanto, os níveis regulamentares definidos. As zonas industriais referenciadas pouco contribuem para os níveis de ruído no concelho, localizando-se em zonas isoladas e afastadas de áreas habitacionais e/ou de outros recetores sensíveis (Figura 35 e Figura 36).

De salientar a recomendação final da equipa técnica que participou na elaboração do Mapa de Ruído do concelho da Ribeira Grande, que alerta para a necessidade de se evitar o licenciamento de novos recetores sensíveis em zonas mais ruidosas e o licenciamento de atividades ruidosas - nomeadamente indústrias, parques eólicos, estabelecimentos com funcionamento no período noturno e rodovias - junto de recetores sensíveis ou contemplados em sede de PMOT.

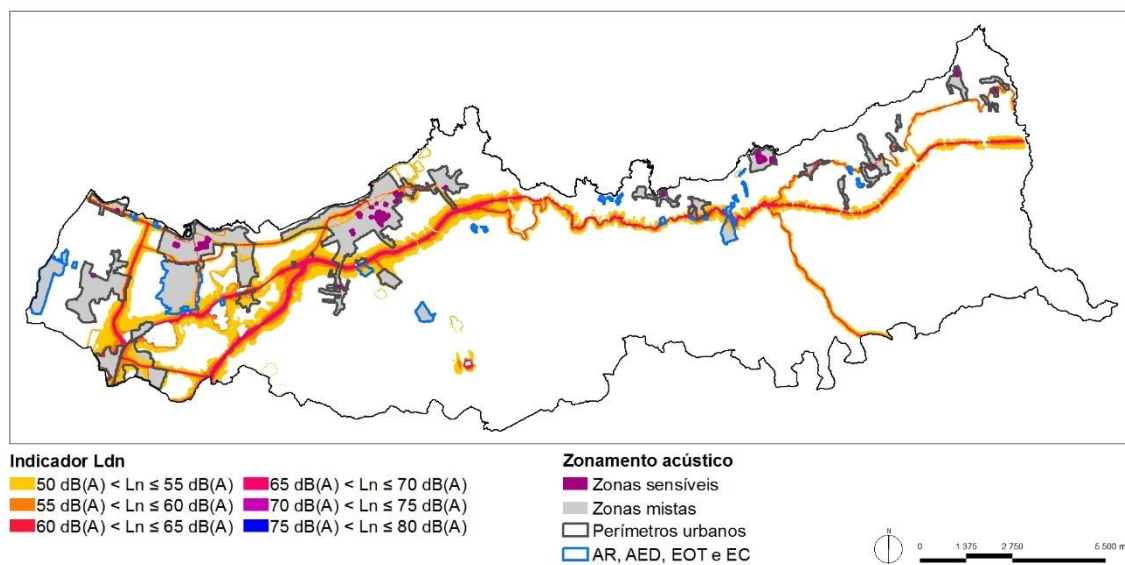


Figura 35. Mapa de Ruído do concelho de Ribeira Grande, período diurno, 2021

Fonte: Equipa de mapa de ruído

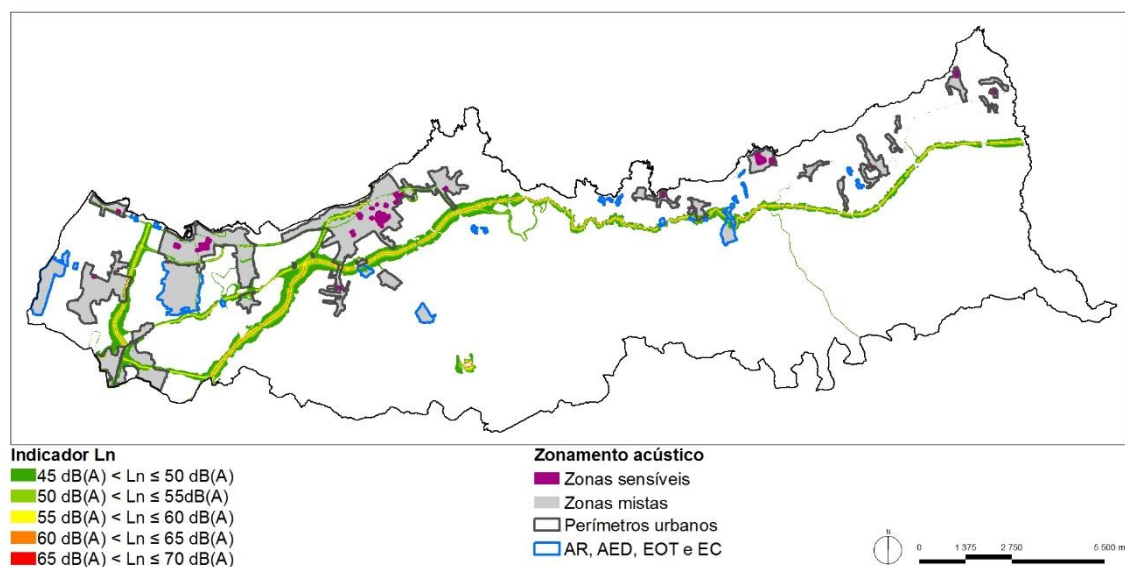


Figura 36. Mapa de Ruído do concelho de Ribeira Grande, período noturno, 2021

Fonte: Equipa de mapa de ruído

5.6 Recursos hídricos

Deste 2003, existe no Arquipélago dos Açores uma rede de monitorização da qualidade da água de acorre de forma faseada, no tempo e no espaço. Esta rede visa a classificação do estado ecológico, quer a nível biológico, físico-químico e hidromorfológico, e do estado químico referente às substâncias químicas prioritárias. A monitorização da qualidade das massas de águas superficiais e subterrânea assentem em 3 tipos de monitorização: monitorização de vigilância, monitorização operacional e monitorização de investigação.

5.6.1 Recursos hídricos superficiais

Tendo presente as principais linhas de água existentes no concelho da Ribeira Grande, referidas anteriormente a propósito dos ecossistemas ribeirinhos, é possível distinguir a rede de drenagem natural em duas zonas: Este e Oeste. Estas encontram-se separadas pelo alinhamento constituído pelos cones do Pico das Mós, Pico Queimado, Pico da Mediana e Ribeira Seca:

- Zona Oeste – Pouco declivosa e taxa de infiltração média a elevada. Rede de drenagem mal definida e sem cursos de água perenes;
- Zona Este – Declives elevados, menos permeável. Rede de drenagem densa, cursos de água maioritariamente perenes, com escorrência de carácter torrencial nos períodos de precipitação intensa.

Para além dos cursos de água, no concelho encontram-se duas lagoas – Lagoa do Fogo (apenas em parte incluída no Concelho) e a Lagoa de S. Brás (Figura 37).



Figura 37. Rede hidrográfica do concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, adaptado de DROTRH, 2022

5.6.1.1 Análise qualitativa das águas superficiais

Desde 2003 teve início o projeto de monitorização da qualidade ecológica das águas superficiais para S. Miguel. De seguida, são enumerados os principais problemas observados aquando da monitorização das principais ribeiras do Concelho (Figura 38).

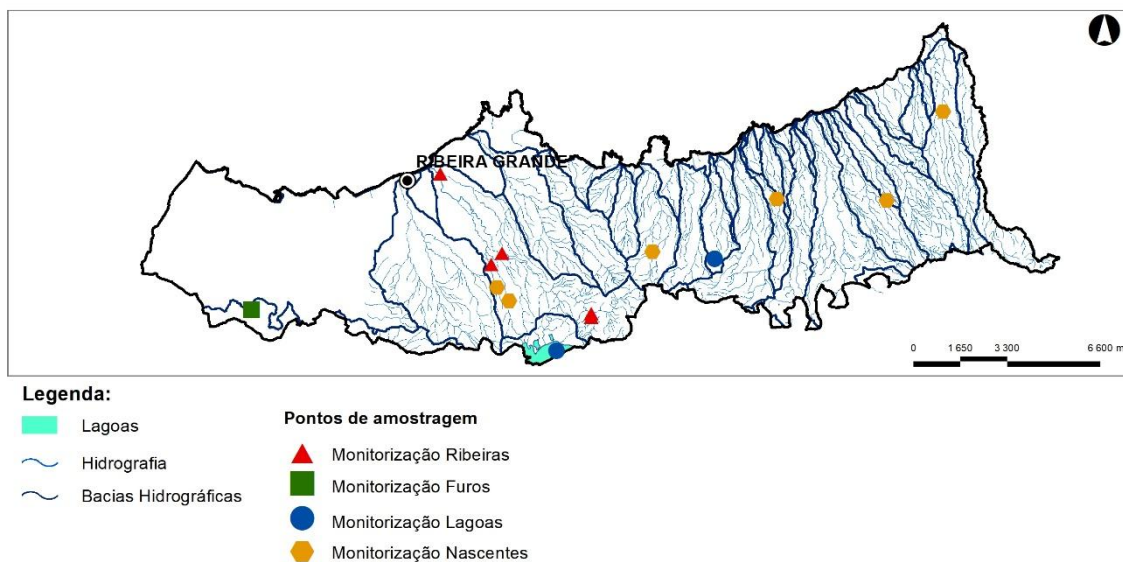


Figura 38. Rede de amostragem de lagoas, afluentes de lagoas e ribeiras permanentes de Ribeira Grande

Fonte: CMRG, adaptado de DROTRH, 2022

Uma massa de água está no estado ecológico “Bom” quando atende a uma série de critérios relacionados à qualidade biológica, físico-química e hidromorfológica, nomeadamente quando os elementos de qualidade biológica se desviam de forma ligeira dos valores das condições de referência, e as condições físico-químicas asseguram o funcionamento dos ecossistemas e, estão de acordo com as normas definidas para os poluentes específicos. Por outro lado, a mesma estará num estado ecológico “Razoável” quando os elementos de qualidade tiverem um desvio moderado das condições de referência, podendo os elementos de qualidade biológica corresponderem ao estado “Bom”, mas pelo menos um dos elementos de qualidade físico-química gerais e/ou específicos não satisfazerem os valores correspondentes ao estado “Bom”.

No caso das massas de água da categoria rios (ribeiras), em 2018, os locais monitorizados permitem verificar que as massas de água da Ribeira Grande e da Ribeira do Teixeira, apresentaram um razoável e bom estado de qualidade, respetivamente. A Ribeira Grande apresenta pequenas discrepâncias relativamente valores máximos recomendados, nos dados físico-químicos, nomeadamente manganês e ferro, e alguns parâmetros microbiológicos, nomeadamente coliformes totais. A Ribeira do Teixeira está conforme em praticamente todos os parâmetros avaliados, apresentando pequenas irregularidades no valor do manganês.

No que respeita às águas superficiais interiores (lênticas), desde 1994 que as lagoas dos Açores estão sujeitas a um acompanhamento regular, através de campanhas periódicas de monitorização da qualidade das águas. Assim:

- Lagoa do Fogo: Mesotrófico. Estado Ecológico Bom (2018).
- Lagoa de S. Brás: Eutrófico. Estado Ecológico Razoável (2018).

A Lagoa de S. Brás, implementada numa cratera de cone de pedra pomes, com rochas predominantemente ácidas, por ser de pequenas dimensões, constitui um ecossistema frágil e fortemente influenciado pelo meio envolvente (pastagens). Encontra-se classificada como “zona vulnerável à poluição causada por nitratos de origem agrícola” a qual abrange a área da sua bacia hidrográfica (Portaria n.º 1100/2004, de 3 de setembro).

Os principais fatores de degradação da qualidade da água são:

- Desflorestação acentuada para instalação de pastagens e intensificação da atividade agropecuária;
- Incremento da carga animal, com acesso do gado às margens (pisoteio, contaminação físico-química e fecal e deposição de matéria orgânica);
- Aplicação excessiva de agroquímicos;
- Descarga contínua de efluentes agrícolas, ricos em nutrientes e matéria orgânica;
- Efluentes domésticos e industriais e outros não domésticos - fossas sépticas e descargas diretas;
- Destabilização de vertentes e erosão do solo (assoreamento dos planos de água).

No que respeita a águas balneares, aplica-se na Região o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, que estabelece o regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas, transpondo para a ordem jurídica regional a Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares.

No concelho da Ribeira Grande existem diversas áreas de aptidão balnear identificadas no POOC de São Miguel em vigor. Para alguns destes locais tem sido identificada, anualmente, a respetiva água balnear mediante portaria regional. Deste modo, verifica-se que têm vindo a ser identificadas cinco águas balneares costeiras no concelho da Ribeira Grande, designadamente Areal de Santa Bárbara, Calhetas, Praia dos Moinhos, Poças da Ribeira Grande e, desde 2023, a água balnear Calhetas da Maia.

Anualmente, a Administração Pública Regional procede à monitorização da qualidade das águas balneares costeiras identificadas. Para além destas, tem monitorizado, também, a qualidade de outros locais que, apesar não terem águas balneares identificadas em portaria, são tradicionalmente utilizadas para banhos de mar, nomeadamente o Porto de Pesca do Porto Formoso, Praia do Calhau da Maia, Praia do Monte Verde;

No que respeita à qualidade das águas balneares costeiras identificadas no concelho da Ribeira Grande, verifica-se na Tabela 29 que:

- Praia dos Moinhos: a água balnear teve qualidade “Boa” em 2011 e 2012. A partir de 2013 tem tido qualidade “Excelente”;
- O Areal de Santa Bárbara e Calhetas: as águas balneares costeiras, identificadas por Portaria desde 2011, têm tido qualidade “Excelente”;
- Poças da Ribeira Grande: A água balnear Poças da Ribeira Grande teve qualidade “Aceitável” em 2012, “Boa” de 2013 a 2015 e, também, em 2017, passando a ter qualidade “Excelente” em 2016, e posteriormente de 2018 a 2022.

As zonas balneares do Monte Verde, do Porto de Pesca de Porto Formoso e do Calhau da Maia, apesar de, não terem água balnear identificada por Portaria, a respetiva água balnear tem sido monitorizada, cujos resultados das amostras únicas têm sido “água própria para banhos”, no caso da água balnear Calhau da Maia. No caso das águas balneares Praia do Monte Verde e do porto de Pescas de Porto Formoso, os resultados das amostras únicas têm sido “água imprópria para banhos” devido à contaminação fecal de esgotos urbanos não tratados, o que tem levado à interdição da prática de banhos por parte da Delegação de Saúde concelhia. No primeiro caso, a interdição tem sido pontual, mas o segundo caso é de tal forma gravoso que a interdição é permanente.

Tabela 29. Classificação das águas balneares costeiras identificadas no concelho da Ribeira Grande (2011-2024)

Fonte: SNIRH, 2025

Época Balnear	Areal de Santa Bárbara (PTAP8T)	Calhetas (PTAN3M)	Calhetas da Maia (PTAL3F)	Poças da Ribeira Grande (PTAT2N)	Praia dos Moinhos (PTAX8Q)
2011	Excelente	Excelente	Não identificada	Sem classificação	Boa
2012	Excelente	Excelente	Não identificada	Aceitável	Boa
2013	Excelente	Excelente	Não identificada	Boa	Excelente
2014	Excelente	Excelente	Não identificada	Boa	Excelente

Época Banhear	Areal de Santa Bárbara (PTAP8T)	Calhetas (PTAN3M)	Calhetas da Maia (PTAL3F)	Poças da Ribeira Grande (PTAT2N)	Praia dos Moinhos (PTAX8Q)
2015	Excelente	Excelente	Não identificada	Boa	Excelente
2016	Excelente	Excelente	Não identificada	Excelente	Excelente
2017	Excelente	Excelente	Não identificada	Boa	Excelente
2018	Excelente	Excelente	Não identificada	Excelente	Excelente
2019	Excelente	Excelente	Não identificada	Excelente	Excelente
2020	Excelente	Excelente	Não identificada	Excelente	Excelente
2021	Excelente	Excelente	Não identificada	Excelente	Excelente
2022	Excelente	Excelente	Não identificada	Excelente	Excelente
2023	Excelente	Excelente	Sem classificação	Excelente	Excelente
2024	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente

A política, planeamento e gestão ambientais são essenciais para garantir a qualidade das águas balneares. Apesar de as águas balneares identificadas no concelho da Ribeira Grande terem qualidade “Excelente” persistem problemas noutros locais que têm impedido a identificação das águas para prática banhear. São exemplo disto, o Porto de Santa Iria, Praia de Santana, Praia do Monte Verde e Porto de Pescas do Porto Formoso.

Nos dois primeiros casos, o problema é a salvaguarda da segurança relacionada com a erosão costeira e os movimentos de massa na orla costeira, que impede não só a recolha de amostras de água como sobretudo o usufruto banhear. De facto, devido à falta de segurança, a administração regional deixou de realizar amostras a partir do ano 2018.

No segundo caso, o problema é a salvaguarda da saúde pública devido à poluição fecal (comprovada ano após ano pelas análises) provocada pela falta de infraestruturas de saneamento básico, nomeadamente a adequada recolha, drenagem, tratamento e descarga. A contaminação das águas por bactérias fecais continua a representar um risco para a saúde humana naquelas zonas balneares. As principais fontes de poluição são os esgotos não tratados e, possivelmente, a drenagem de água das explorações agrícolas e dos terrenos agrícolas. Essa poluição aumenta durante chuvas intensas e inundações devido ao transbordamento de esgoto e à água de drenagem poluída, sendo levada para ribeiras e oceano.

De referir ainda que têm sido detetados problemas pontuais com a qualidade da água nomeadamente no Areal de Santa Bárbara com um episódio de poluição fecal e valores elevados de entrecocos intestinais nas Poças da Ribeira Grande.

A resolução destes problemas passa pelo adequado planeamento e gestão do território, nomeadamente através da criação de infraestruturas de saneamento básico e na salvaguarda da integridade do território, diminuindo a pressão na orla costeira. A possibilidade de prática balnear em águas limpas e seguras, em zonas com diferentes características naturais, incluindo em espaço urbano, traz diversos benefícios socioeconómicos relevantes para o concelho.

Para além do prejuízo ambiental, a não possibilidade de prática balnear, devido à má qualidade da água ou à falta de segurança, representa uma perda quer de qualidade de vida para os munícipes, quer de oportunidade económica e turística para o município.

Por último, é a realçar a certificação pela norma internacional ISSO 13009, as zonas balneares do concelho, com o objetivo de ajudar o Município, enquanto entidade gestora, a tomar decisões bem informadas sobre a gestão das praias pelas quais são responsáveis, usando uma abordagem consistente baseada nas melhores práticas ao nível da educação e informação sobre segurança de praia, sinalização, acesso e zonamento, supervisão e resgate, qualidade da água, limpeza e infraestruturas/equipamentos.

O Programa Bandeira Azul é um programa voluntário de certificação ambiental que visa promover o desenvolvimento sustentável em praias, marinas e embarcações turísticas em todo o mundo. Este programa avalia a qualidade da água, gestão de resíduos, educação ambiental e segurança dos utentes, incentivando a adoção de boas práticas ambientais e a implementação de medidas de proteção da biodiversidade marinha. Através da concessão da Bandeira Azul, o programa reconhece e valoriza o compromisso das entidades com a preservação e valorização do meio ambiente costeiro, contribuindo para o turismo sustentável e a promoção de um futuro mais verde. O Município da Ribeira Grande é detentor de quatro zonas balneares com este galardão (Tabela 30), três delas desde 2016 e desde mais recentemente, as Poças da Ribeira Grande.

Tabela 30. Zonas balneares galardoadas com Bandeira Azul no concelho da Ribeira Grande (2013-2025)

Fonte: ABAE, 2024

Época Balnear	Bandeira Azul				
	Areal de Santa Bárbara	Calhetas		Poças da Ribeira Grande	Praia dos Moinhos
2013	Sim	Sim	-	Não	Sim
2014	Sim	Sim	-	Não	Sim
2015	Sim	Sim	-	Não	Não
2016	Sim	Sim	-	Não	Sim
2017	Sim	Sim	-	Não	Sim

Época Balnear	Bandeira Azul				
	Areal de Santa Bárbara	Calhetas		Poças da Ribeira Grande	Praia dos Moinhos
2018	Sim	Sim	-	Não	Sim
2019	Sim	Sim	-	Não	Sim
2020	Sim	Sim	-	Não	Sim
2021	Sim	Sim	-	Sim	Sim
2022	Sim	Sim	-	Sim	Sim
2023	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
2024	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

O Areal de Santa Bárbara, a zona balnear da Calheta, as Poças da Ribeira Grande e a praia dos Moinhos são também detentoras do galardão "Praia Acessível - Praia para Todos". Este galardão certifica as praias que possuem condições de acessibilidade adequadas para pessoas com mobilidade reduzida, como rampas de acesso, passadeiras, cadeiras anfíbias, duches e sanitários adaptados.

5.6.2 Recursos hídricos subterrâneos

Considera-se água subterrânea, constituindo-se enquanto recurso hídrico subterrâneo, toda a água existente nos espaços vazios que constituem formações geológicas designados por aquíferos. Estes são rochas porosas e permeáveis, capazes de reter e fazer circular água e de cedê-la naturalmente a partir de nascentes, ou a partir da execução de furos de captação de água.

Nos Açores, as águas subterrâneas constituem a principal origem de água de abastecimento público para consumo humano. O facto de algumas ilhas estarem quase na sua totalidade dependentes das origens de água subterrânea para o abastecimento público contribui para sublinhar a importância dos recursos hídricos subterrâneos nos Açores.

No concelho da Ribeira Grande, de acordo com o Plano Regional da Água publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril, alterado pelo Programa Regional da Água (Decreto Legislativo Regional n.º 9/2023/A, 8 de março), existem cinco sistemas de aquíferos (Figura 39):

- Ponta Delgada – Fenais da Luz;
- Água de Pau;
- Achada;
- Nordeste - Faial da Terra;
- Furnas – Povoação.

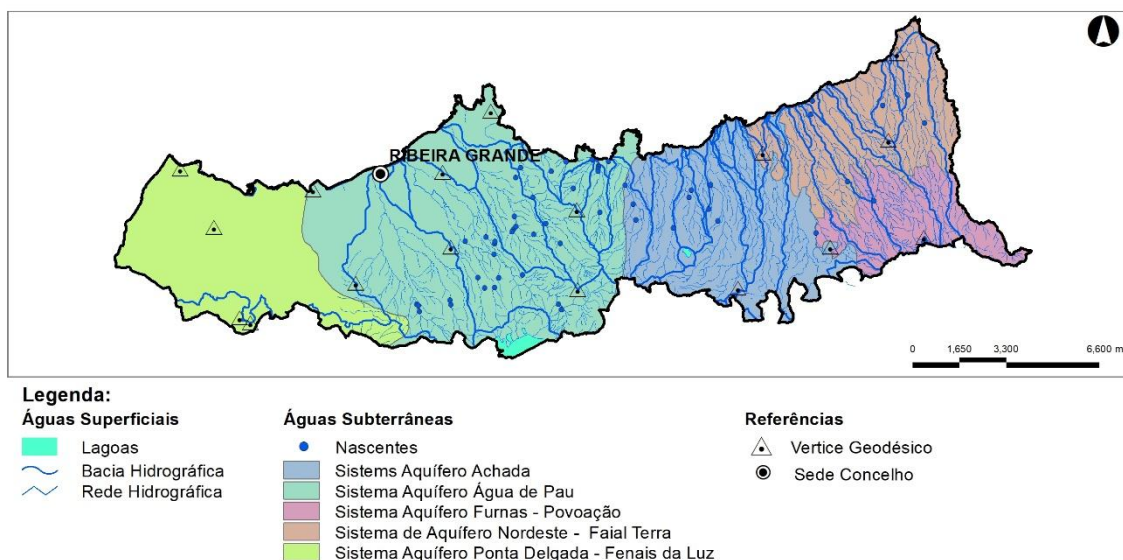


Figura 39. Sistemas aquíferos abrangidos pelo concelho de Ribeira Grande

Fonte: Plano Regional da Água (DROTRH), 2003

O volume total de recursos hídricos subterrâneos, correspondente aos sistemas aquíferos abrangidos por Ribeira Grande, é de 337,8x106 m³/ano, com uma taxa de recarga do aquífero entre 45% e 16% do valor da pluviosidade. O abastecimento público de água para consumo humano é feito maioritariamente (98%) com água de origem subterrânea (nascentes).

5.6.2.1 Análise qualitativa das águas subterrâneas

O projeto “Implementação de Redes de Monitorização”, promovido pela, então, DROTRH foi iniciado em 2003, com o objetivo de obter uma caracterização do estado ecológico das massas de água interiores das ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Na Ribeira Grande foram analisadas seis nascentes (Chã das Éguas, Portões Vermelhos, Mata Alta, Chã do Canto, Fonte Louro e José de Canto/Ribeirinha) e um Furo (Marques Britas).

Através da rede de monitorização das massas de água subterrâneas foi possível avaliar o estado químico das mesmas, sendo que, em 2018, os dados sobre a qualidade mais recentes do Relatório de Estado de Ambiente dos Açores 2017-2019, mostram que as massas de água subterrâneas existentes no concelho da Ribeira Grande obtiveram classificação Bom.

Contudo, os fatores antrópicos foram apontados como das principais causas para a poluição das águas, nomeadamente:

- Atividade agrícola - aplicação excessiva de agroquímicos;
- Área elevada de pastagens e de efetivos pecuários;
- Elevado número de fossas sépticas disseminadas pelo concelho.

5.6.2.2 Zonas de captação de água subterrânea

Com esta análise presente, a água subterrânea é um recurso natural de importância estratégica e o seu valor para a sociedade açoriana foi, desde a descoberta e povoamento das ilhas, indiretamente reconhecido pelas múltiplas utilizações deste recurso.

Para assegurar a proteção das águas subterrâneas são estabelecidos perímetros de proteção às captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público. Tratam-se de áreas definidas na vizinhança das captações em que se estabelecem restrições de utilidade pública ao uso e transformação do solo, em função das características pertinentes às formações geológicas, que armazenam as águas subterrâneas exploradas pelas captações e dos caudais extraídos. As restrições diminuem com o aumento da distância à captação.

O Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A e a Portaria n.º 61/2012 de 31 de maio de 2012, estabelecem as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na RAA, delimitando zonas de proteção às captações de água, podendo englobar zonas de proteção imediata, intermédia e alargada.

5.7 Ocupação do solo

5.7.1 Análise da situação existente

A ocupação inicial do Concelho da Ribeira Grande foi fortemente alterada pelo homem, evoluindo desde o mosaico cultural ecologicamente equilibrado até à excessiva monofuncionalidade da paisagem dominada pela exploração pecuária.

Esta quase monocultura corresponde a prados/pastagens permanentemente ocupadas, instaladas em áreas de inclinações intermédias, anteriormente pertencentes a campos agrícolas, cuja exploração possui um grande impacto ao nível da conservação do solo. Impacte, este, verificado, principalmente, ao nível da erosão do solo, dado o tipo de espécies (gramíneas) utilizadas nestas pastagens que possibilitam um fraco grau de cobertura do solo e da sua capacidade de retenção de água, dada a compactação provocada pelo pisoteio excessivo do gado, aumentando-se, deste modo, o escoamento superficial e diminuindo-se a sua capacidade de infiltração.

A elaboração da Planta da Situação Existente baseou-se nas categorias de espaço existentes na COS2018, ajustando os seus limites através de foto interpretação e estabelecendo novas categorias, para tipos de espaço que não se encontram identificados na COS2018. Essas novas categorias de espaço integram, por exemplo, as quintas tradicionais, os espaços de cultivo de chá ou as centrais geotérmicas, e espaços de ocupação turística, que é definido pelo campo de golfe existente na localidade do Pico da Pedra.

Os critérios utilizados para delimitação da área de ocupação de solo urbano prenderam-se com a delimitação do tecido urbano contínuo e descontínuo, com uma área mínima de 1ha com a exceção dos loteamentos que foram considerados na sua totalidade.

A tabela abaixo apresenta as categorias de espaço adotadas na elaboração da Planta da Situação Existente (Planta 06 em anexo).

Tabela 31. Classes de ocupação da Planta da Situação Existente

Fonte: SPI, 2023

Classes da Planta	Subclasses da Planta	Categorias de espaço identificadas
Áreas predominantemente urbanizadas e/ou edificadas	Urbano	Tecido urbano contínuo
		Tecido urbano descontínuo
		Novas áreas urbanas em construção
		Loteamentos
	Turismo	Áreas de ocupação turística
		Empreendimentos turísticos
	Atividades económicas	Zonas industriais
		Estabelecimentos comerciais
	Infraestruturas e equipamentos	Rede viária e espaços associados
		Áreas de gestão de resíduos
		Áreas portuárias
		Equipamentos
Áreas predominantemente agrícolas ou florestais	Culturas e pastagens	Culturas permanentes
		Terras aráveis
		Prados/pastagens
		Áreas agrícolas heterogéneas
	Florestal	Florestas de folhosas
		Florestas de resinosas
		Matos
	Cultura de chá	Áreas de cultivo de chá
Áreas de exploração de recursos geológicos e energéticos	Áreas de exploração de massas minerais	Áreas de exploração de massas mineiras (Pedreiras)
	Áreas de exploração de recursos geotérmicos	Centrais geotérmicas
Áreas predominantemente naturais ou naturalizadas	Áreas naturais	Praias
		Rocha nua
		Vegetação esparsa
		Vegetação herbácea natural
		Galerias ripícolas
		Zonas apauladas

Classes da Planta	Subclasses da Planta	Categorias de espaço identificadas
	Massas de água superficiais	Lagoas
		Cursos de água

Na sequência do mencionado no capítulo 1.4, acerca da linha de costa e limites territorial utilizados, a linha de costa utilizada para cálculo das classes da Planta da Situação Existente com incidência no concelho resultou da união da delimitação da DSCIG + CAOP 2012¹¹.

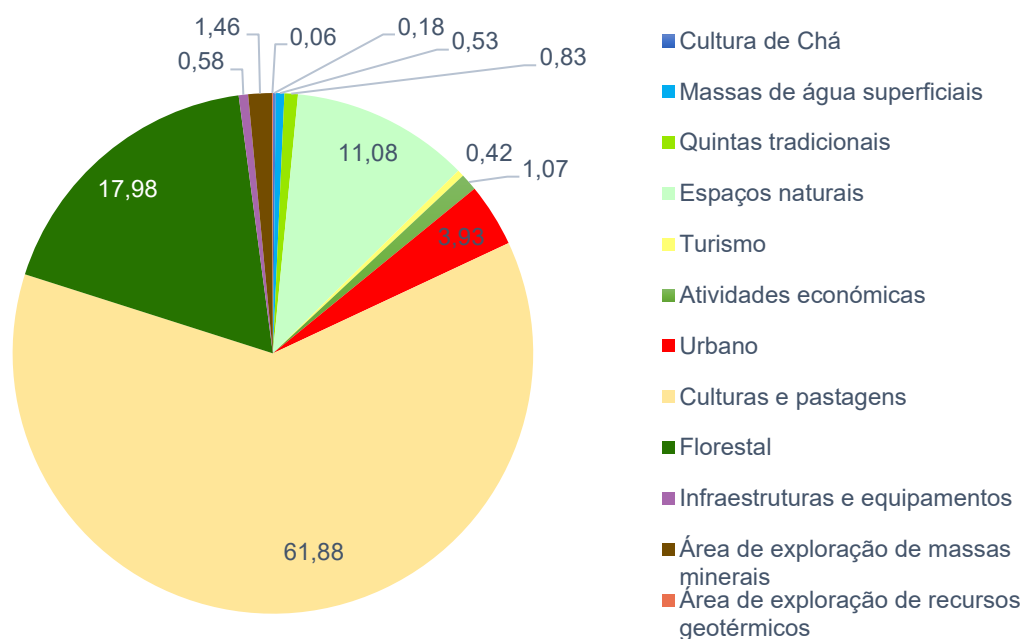


Figura 40. Ocupação do Solo da Ribeira Grande (%)

Fonte: SPI, 2023

Segundo a ocupação do solo existente, o Concelho da Ribeira Grande apresenta 11161,20 hectares de áreas agrícolas (61,9% da área total do concelho), 3243,7 hectares de florestas (18,0% da área total do concelho), 1998,70 hectares de espaços naturais (11,1%), 709,28 hectares de áreas urbanas (3,9%), 263,98 hectares de áreas de extração de massas minerais, 192,40 hectares de atividades económicas, 150,16 hectares de espaços associados a quintas tradicionais, 105,49 hectares de infraestruturas e equipamentos, 95,27 hectares de massas de água superficiais, 75,29 hectares de Turismo, 32,26 de espaços associados a cultura de chá e 10,16 hectares de área de exploração de recursos geotérmicos.

De notar que dada a pouca variação de usos no seio das principais tipologias presentes no concelho (agropecuária e exploração florestal) verifica-se que se trata de um território onde a

¹¹ DSCIG + CAOP2012 – Retificação do limite do concelho na zona da linha de costa, através da sobreposição dos ortofotomapas e a CAOP. Entregue pela DSCIG, referenciado através do ofício S/DROPTC/2014/87, via email, no dia 31 de maio de 2016.

dinâmica é bastante reduzida, potenciando uma perda de biodiversidade. É de salientar que, em comparação à ocupação florestal indicada no Inventário Florestal de 2007, no qual refere que 24% do território do concelho encontra-se ocupado por mancha florestal, verifica-se a diminuição do uso florestal em 6%.

No que respeita ao uso florestal, que assume maior expressão nas freguesias do setor central do concelho, como Porto Formoso, Ribeirinha ou Ribeira Grande (Conceição), assiste-se ao domínio da exploração de matas de corte de espécies como a criptoméria (*Cryptomeria japonica*) ou o pinheiro (*Pinus pinaster*), localizadas, não poucas vezes, em zonas de vale ou meia encosta.

A atividade agrícola, atualmente em decréscimo, em parte pela sua substituição por pastagens, corresponde, principalmente, à exploração de terrenos localizados nas imediações das povoações, normalmente de cotas inferiores e terras mais frescas e húmidas. Estas áreas assumem, assim, um forte destaque relativamente às áreas de pasto, normalmente localizadas de forma adjacente a estas, sendo esta diferenciação, ainda, acentuada pelo caráter concentrado que os aglomerados urbanos possuem, desenvolvendo-se ao longo dos principais eixos de comunicação.

Esta tipologia de povoamento permite, assim, observar, numa primeira aproximação aos povoados, o regime de pequena propriedade que os envolve, como é o caso de Fenais da Ajuda ou das Calhetas, onde se desenvolvem pequenas explorações agrícolas de forma quase adjacente ao tecido edificado.

Verifica-se a existência de aglomerados urbanos com alguma expressão, apenas, no litoral, com maior incidência no eixo Ribeira Grande – Rabo de Peixe, onde a percentagem de área urbana atinge valores próximos dos 5% do território da freguesia. A restante parte do concelho, como sucede nas freguesias do Nordeste do concelho (de maior 'ruralidade') onde a área urbana constitui apenas cerca de 2% do território, corresponde a uma tipologia mais concentrada, embora de menor escala, normalmente distribuída ao longo dos principais eixos de circulação rodoviária.

Havendo uma progressiva substituição de usos, nomeadamente de caráter hortícola e agrícola, no sentido da homogeneização do território, têm vindo a abandonar-se algumas culturas frutícolas que tradicionalmente marcavam esta paisagem, como sucedia com os laranjais nas quintas situadas no planalto Noroeste.

Como reminiscência destas culturas subsistem, ainda, alguns focos de plantações de chá (*Camellia sinensis*), onde assumem especial destaque as áreas da Gorreana e de Porto Formoso, quer pela sua singularidade e contraste com a imagem circundante, quer pelo facto de constituírem um exemplo único de produção de chá na Europa.

5.7.2 Regime florestal

Neste contexto, importa ainda apresentar as espécies vegetais florestais dominantes no Concelho da Ribeira Grande segundo o inventário florestal de 2007, desenvolvido pela Direção Regional dos Recursos Florestais (Figura 41).

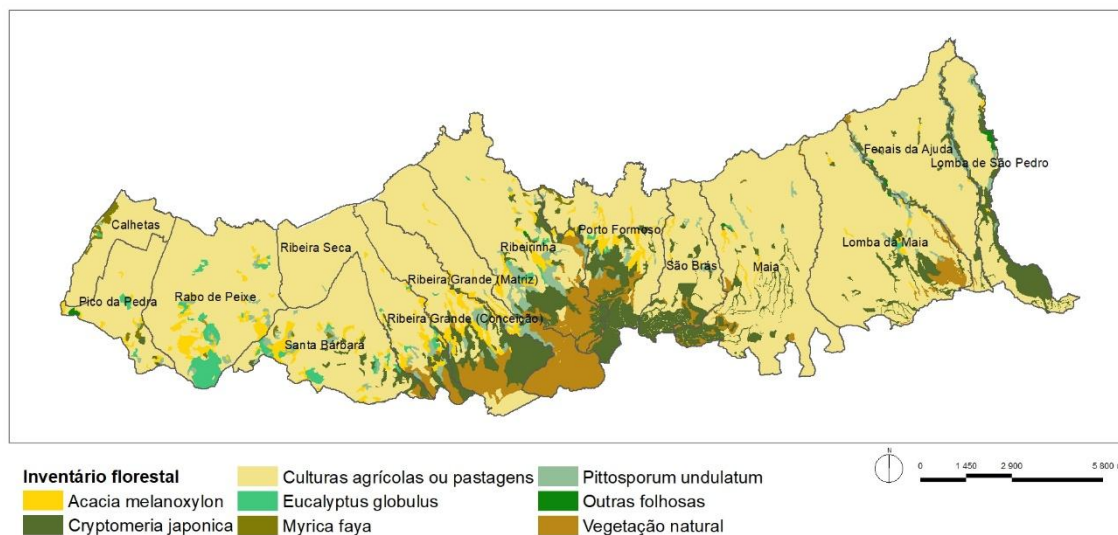


Figura 41. Inventário florestal do Concelho da Ribeira Grande

Fonte: Direção Regional dos Recursos Florestais, Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores, 2007

A figura anterior, que representa a espacialização dos principais povoamentos florestais no concelho, demonstra uma maior concentração de espécies nas encostas do cone vulcânico do Fogo, principalmente na zona designada por Mata Regional dos Cachaços. Junto ao limite com o concelho do Nordeste evidenciam-se nova concentração florestal junto à Mata Regional Pico Maria da Costa e do Núcleo Florestal da Lomba de São Pedro.

A ocupação florestal, como evidenciam os dados da Tabela 32, apresenta problemas ao nível do desenvolvimento descontrolado de espécies invasoras, como sucede com o incenso (*Pittosporum undulatum*), a conteira (*Hedychium gardnerianum*) ou a acácia (*Acacia melanoxylon*), em detrimento de espécies (autóctones) como a faia (*Morella faia*), a urze (*Erica azorica*) ou o louro (*Laurus azorica*) entre outras.

Tabela 32. Espécies vegetais dominantes no Concelho da Ribeira Grande

Fonte: Direção Regional dos Recursos Florestais, Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores, 2007

Espécies vegetais dominantes	Área Parcial (m2)	Percentagem parcial (%)
<i>Acacia melanoxylon</i>	654,45	3,63
<i>Cryptomeria japonica</i>	1764,9	9,8

<i>Eucalyptus globulus</i>	245,72	1,36
<i>Morella faya</i>	63,44	0,35
Outras folhosas	28,73	0,16
<i>Pittosporum undulatum</i>	485,75	2,7

A vegetação natural possui, assim, pouca representatividade no concelho, restringindo-se, apenas, às zonas mais íngremes e de difícil acesso, sendo normalmente associadas a outras áreas de valores naturais, como sucede com a encosta envolvente da Lagoa do Fogo. Refere-se, ainda, a existência de locais de importância turística e ecológica, dos quais é exemplo o Monumento Natural da Caldeira Velha, onde a proliferação de espécies invasoras, assume um carácter bastante abrangente e visível, como sucede com os Fetos Arbóreos aí presentes que ofuscam, quase por completo, o potencial vegetal natural.

O Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis (PRECEFIAS), (Resolução do Conselho de Governo n.º 110/2004 de 29 de julho) cuja implementação está a cargo da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, procura contrabalançar esta tendência sendo, no entanto, ainda, de pouca visibilidade a sua aplicação no contexto global do concelho da Ribeira Grande.

O PRECEFIAS, de decurso previsto até ao ano de 2009, pretende atingir “a melhoria do estado de conservação dos habitats naturais e populações de espécies prioritárias; a redução dos efeitos das plantas invasoras; e a elaboração de uma lista de espécies invasoras ou potencialmente invasoras e a consciencialização para a problemática das espécies invasoras e da introdução de novas espécies de flora no arquipélago dos Açores”. A atual Resolução do Governo Regional tem em conta o Decreto-Lei n.º 565/99 de 21 de dezembro, que regulamenta a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna no estado Português. Na Região, o referido decreto é regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril (que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade), o qual visa também regular a cultura ou criação em cativeiro e a introdução na natureza de espécies da flora e da fauna que não ocorram naturalmente no estado selvagem em território regional e a definição das medidas adequadas ao controlo e erradicação daquelas que se tenham tornado espécies invasoras ou que comportem risco ecológico conhecido.

5.8 Regimes de reserva e proteção do solo

O solo e as estruturas biofísicas, enquanto recursos e valores escassos, frágeis e fundamentais para a sustentabilidade e equilíbrio dos diversos sistemas, beneficiam, quando em causa a prossecução de finalidades genéricas de interesse público relativas à política pública que os define, de restrições de utilidade pública ao conteúdo do direito de propriedade, prevalecendo sobre as demais disposições de regime de uso do solo.

A Reserva Agrícola Regional, no que concerne à proteção dos solos com maior aptidão agrícola, e a Reserva Ecológica, no que diz respeito à proteção da estrutura biofísica fundamental de determinado território, são os exemplos maiores dos regimes de reserva e proteção do solo. Pela sua relevância para o ordenamento do território municipal serão aqui abordados distintamente das demais condicionantes existentes.

5.8.1 Reserva Agrícola Regional

A instituição de figuras como a Reserva Agrícola na região tem por base o cumprimento do pressuposto da utilização sustentável do solo baseado no princípio da não degradação do recurso, seja ele enquanto suporte dos ecossistemas, seja como suporte da atividade económica e é definida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/86/A, de 25 de fevereiro. (DROTRH, 2005).

Regida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho na versão resultante do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2012, de 16 de julho, e, entretanto, alterada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A de 7 de agosto de 2019, a RAR tem como finalidade a identificação, proteção e preservação dos solos com maior aptidão para a produção dos bens agrícolas, com o fim de garantir o desenvolvimento da agricultura no âmbito do correto ordenamento do território da RAA.

Os solos da RAR devem ser exclusivamente afetos à agricultura, sendo proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, ou que se traduzam na sua utilização para fins não agrícolas. A Reserva Agrícola Regional tem como principais objetivos:

- garantir um efetivo e pleno aproveitamento agrícola dos solos de maiores potencialidades;
- proteger essas áreas de maior aptidão agrícola de todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, de forma a contribuir para uma efetiva melhoria das condições de vida dos agricultores.

A RAR foi delimitada na Região pelo IROA, S.A., tendo a Carta da Reserva Agrícola Regional sido publica pela Portaria n.º 25/2013, de 24 de abril. Cumpre-lhe igualmente o papel de gestão destas áreas, sendo esta instituição a responsável pela verificação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional (RJRAR), nomeadamente no que diz respeito à verificação das exceções previstas no RJRAR, fiscalização, execução e atualização da Carta de Reserva Agrícola

Regional. Na Ribeira Grande a área abrangida pela RAR, resultante da publicação referida Carta (Figura 42), soma um total de 3580,1 hectares, cerca de 20% do território do Concelho.

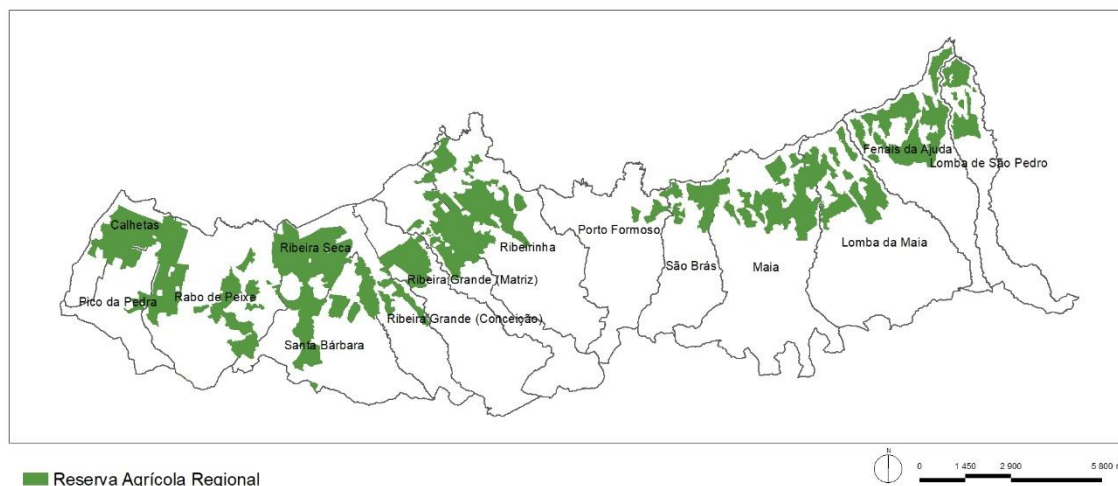


Figura 42. Delimitação da Reserva Agrícola Regional na Ribeira Grande

Fonte: IROA, S.A. (2013)

As áreas ocupadas pela RAR encontram-se maioritariamente em terrenos de menor declive localizados nas imediações das povoações, de cotas inferiores e terras mais frescas e húmidas. A distribuição pelas divisões administrativas do concelho da Ribeira Grande ocorre de forma homogénea (Tabela 33). No entanto, há algumas freguesias no planalto noroeste que apresentam mais área afeta a esta condicionante. É o caso da freguesia da Calheta com, quase metade do seu território em RAR, e ainda das freguesias de Fenais da Ajuda, Rabo de Peixe e da Ribeira Seca com mais de um quarto do território “condicionado”.

Tabela 33. Distribuição das áreas abrangidas por RAR nas freguesias de Ribeira Grande

Fonte: Dados obtidos com base em IROA, S.A. (2013) e DSCIG+CAOP

Freguesias	Área (m ²)	Percentagem na freguesia
Calhetas	213,9	45,5%
Conceição	150,2	11,8%
Fenais da Ajuda	394,1	29,5%
Lomba da Maia	275,7	13,5%
Lomba de São Pedro	129,6	15,7%
Maia	396,9	18,1%
Matriz	221,1	20,4%
Pico da Pedra	106,1	16,1%
Porto Formoso	36,4	2,8%
Rabo de Peixe	442,3	26,1%
Ribeira Seca	487,6	38,7%

Freguesias	Área (m²)	Percentagem na freguesia
Ribeirinha	387,2	21,5%
Santa Bárbara	247,2	19,3%
São Brás	91,6	11,3%

No âmbito do processo de revisão do PDM da Ribeira Grande, decorrente das opções tomadas para o modelo de ordenamento e que se traduz na classificação e qualificação do solo, estas áreas deverão sofrer alterações. Os limites da Carta da Reserva Agrícola Regional resultante deste processo serão alvo de análise e parecer por parte do IROA, S.A.

5.8.2 Reserva Ecológica

A delimitação da Reserva Ecológica (RE) integra, para além da identificação dos espaços identificados, um quadro de critérios que condicionam a utilização de áreas com características ecológicas específicas, garantindo a proteção dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas.

O Regime Jurídico da RE foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto e pelos Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 123/2024, de 31 de dezembro. Este, define as condições e requisitos a que ficam sujeitos os usos e ações compatíveis com a RE.

Por sua vez, a Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, que aprova a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, alterada pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro não tem aplicabilidade na RAA.

A este propósito importa referir que a situação relativa à RE nos Açores revela algumas singularidades. Esta situação deve-se às características particulares e de insularidade da RAA, não permitindo uma transposição direta da legislação nacional vigente sem as necessárias adaptações às ilhas açorianas. Assim, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, numa tentativa de uniformização dos critérios a aplicar na RAA na delimitação das diversas tipologias de RE, e até que seja adaptado o regime jurídico da REN às especificidades do território açoriano, definiu uma abordagem para a delimitação da RE a nível municipal na RAA, nomeadamente no decorrer dos processos de revisão do PDM, devendo ser feita à luz das Orientações Metodológicas¹² publicadas em julho de 2021.

Na falta dos critérios necessários e por via da exigência de conteúdo das plantas de condicionantes dos planos de ordenamento, no âmbito da elaboração do PDM, as delimitações da primeira geração da RE foram feitas assentes em critérios cuja adaptação à Região era desconhecida e

¹² “Orientações Metodológicas, delimitação da RE – PDM, acessível em <http://ot.azores.gov.pt/Orientacoes-Tecnicas.aspx?id=1236>

com algum teor de subjetividade e heterogeneidade, tal como assumido pelas entidades competentes. Foi deste contexto que resultou a RE atualmente vigente no concelho da Ribeira Grande (Figura 43). Esta teve por base a delimitação de “outras estruturas ecológicas” apresentada no PROTA, considerando a adaptação das definições e critérios de delimitação de cada uma das áreas referidas no artigo 4.º do Decreto Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto à realidade territorial da RAA, sendo obrigatória a compatibilização destas propostas com os PMOT em vigor.

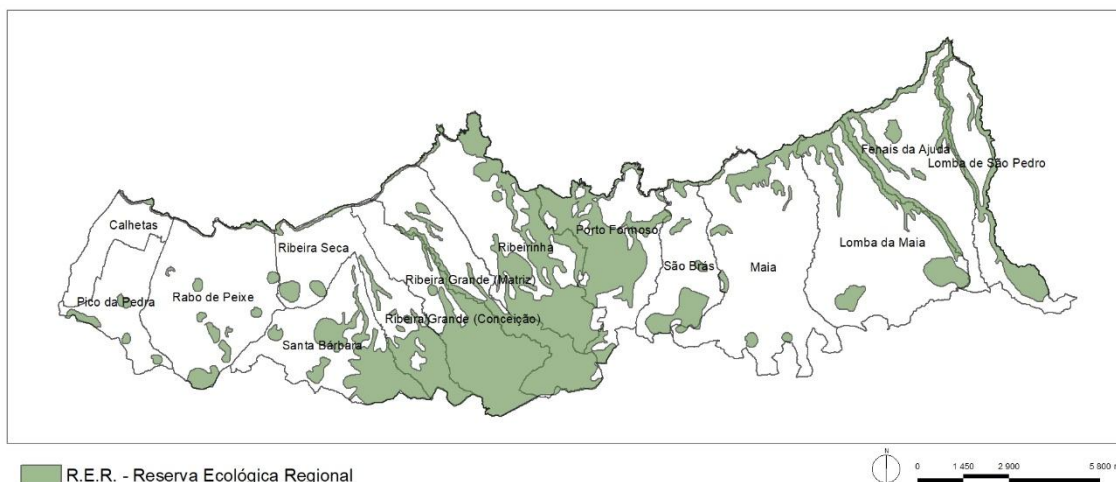


Figura 43. Reserva ecológica em vigor no concelho da Ribeira Grande

Fonte: PDM da Ribeira Grande, 2006

Na Ribeira Grande a área abrangida pela RE, resultante da publicação da RE, soma um total de 5660,2 hectares, cerca de 31% do território do Concelho. Estas áreas encontram-se sobretudo no flanco norte do vulcão do Fogo, abrangendo os Picos, as plantações de chá e as principais linhas de água e os seus vales encaixados, as tipicamente reconhecidas “grotas”.

No que diz respeito à distribuição da RE pelas divisões administrativas do concelho da Ribeira Grande é possível verificar que, de acordo com a classificação vigente, esta ocorre de diferenciada e concentrada em algumas das freguesias (Tabela 34). É o caso das freguesias de Porto Formoso, Conceição (Ribeira Grande) e Ribeirinha, onde mais de metade da sua área territorial administrativa é abrangida por esta condicionante.

Tabela 34. Distribuição das áreas abrangidas por RE nas freguesias da Ribeira Grande

Fonte: Dados obtidos com base em PDM da Ribeira Grande, 2006 e DSCIG+CAOP 2012¹³

Freguesias	Área (m²)	Percentagem na freguesia
Calheta	153695,34	3,3%
Fenais da Ajuda	3307733,82	24,8%

¹³ DSCIG + CAOP – Retificação do limite do concelho na zona da linha de costa, através da sobreposição dos ortofotomapas e a CAOP. Entregue pela DSCIG, referenciado através do ofício S/DROPTC/2014/87, via email, no dia 31 de maio de 2016.

Freguesias	Área (m²)	Percentagem na freguesia
Lomba da Maia	3567429,71	17,4%
Lomba de São Pedro	3061380,60	37,1%
Maia	2304316,94	10,5%
Pico da Pedra	558580,72	8,5%
Porto Formoso	7433656,92	58,1%
Rabo de Peixe	1581908,89	9,3%
Conceição	8468779,27	66,5%
Matriz	5459039,40	50,3%
Ribeira Seca	4319598,30	34,3%
Ribeirinha	9499443,01	52,8%
Santa Bárbara	4920514,14	38,3%
São Brás	1965747,86	24,3%

No âmbito do processo de revisão do PDM da Ribeira Grande, tal como referido no enquadramento a este tema, a RE terá uma nova delimitação. Este processo, que corre paralelamente à elaboração da Proposta do Plano, terá em consideração a aplicação dos critérios definidos pelas entidades competentes nesta matéria e publicados no mais recente documento da Orientações Metodológicas para a delimitação da RE, da, então, DROTRH. Desta forma, é expectável que as áreas agora indicadas serão alvo de alteração, ajustando-se de forma mais adequada aos princípios de proteção, salvaguarda e valorização das estruturas ecológicas existentes.

6. Infraestruturas, resíduos e transportes

6.1 Redes de infraestruturas

6.1.1 Caracterização da rede de abastecimento de água

Tendo presente os dados relativos aos Censos 2011, os serviços públicos existentes de abastecimento de águas, nomeadamente no que respeita ao acesso a água canalizada nos seus alojamentos, encontravam-se acessíveis a cerca de 31.533 pessoas (cerca de 98,2% da população¹⁴) residentes no concelho da Ribeira Grande, traduzindo-se numa variação positiva de cerca de 11,8% face ao Censos de 2001. Atualmente, de acordo com os dados do PGRH-Açores 2022-2027, o sistema de abastecimento de água já cobre a totalidade do Município¹⁵.

O modelo de gestão do serviço público de abastecimento de água no concelho da Ribeira Grande, sistema em alta e sistema em baixa, é o adotado nos restantes concelhos da ilha, sendo da inteira responsabilidade do Município da Ribeira Grande.

No ano de 2022, o concelho da Ribeira Grande era abastecido por 31 captações de água¹⁶, 1 captação superficial e 30 captações subterrâneas, assim como por 30 reservatório de água e com 4 estação elevatórias. O Concelho dispunha, ainda, de 30 estações e instalações de tratamento de água para consumo humano, incluindo postos de cloragem, com capacidade diária máxima de cerca de 9.600 m3. O concelho da Ribeira Grande possuía 10 zonas de abastecimento (Tabela 35).

Tabela 35. Zonas de abastecimento existentes no concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, 2013

Zonas de Abastecimento	Freguesias	Origens
ZA1	Calhetas, Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Conceição, Matriz e Ribeira Seca	Água Férrea; Bandeirinha; Cachaços; Chá Canto; Fajã das Traves; Fajã do Boi; Mato Miguel; Ribeira Grande
ZA1-A	Pico da Pedra	Ponto de Entrega dos SMAS de Ponta Delgada à Câmara Municipal da Ribeira Grande
ZA2	Matriz, Ribeira Seca e Santa Bárbara	Mato Manuel, Diniz, Verde Tinta, Caracol
ZA3	Ribeirinha e São Brás	Monte Gordo
ZA4	Porto Formoso e São Brás	Laranjinha
ZA5	Maia, Porto Formoso e S. Brás	Mata Alta e Vaca de Cima
ZA6	Maia	Fonte do Louro, Cidreira e Pico Rafael
ZA7	Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Maia	Grota Mansa, Gamela, Chã Éguas e Pico Sanguinho
ZA8	Fenais da Ajuda e Lomba da Maia	Mato Pedros, Mato José Ramos, Portões Vermelhos e Adres

¹⁴ Valor muito próximo da meta estabelecida no Plano Regional da Água para o mesmo ano, 99%.

¹⁵ De acordo com o PGRH-AÇORES 2022-2027, Relatório Técnico | Caracterização e Diagnóstico – São Miguel, pag.131.

¹⁶ De acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores – 2022.

Zonas de Abastecimento	Freguesias	Origens
ZA9	Lomba de S. Pedro	Espigão dos Inhames e Mato da Cruz

O concelho da Ribeira Grande possuía, no ano de 2020, 1 estação de tratamento de água para consumo¹⁷ (ETA do Pico Vermelho) na freguesia de Conceição, capaz de tratar 9 600 m³ de água por dia através de processos de cloragem, coagulação, floculação, decantação, filtração, arejamento e desinfecção. Porém, o município despunha ainda de 29 postos de cloragem (PC) e/ou correção de agressividade (PCCA), implementados nos reservatórios de água que abastecem os aglomerados populacionais. Importa referir que, para o mesmo período, o concelho da Ribeira Grande detinha uma rede de abastecimento com condutas de adução e distribuição com cerca de 318 km de extensão.

A qualidade das águas para consumo humano é monitorizada por um Plano de Controle de Qualidade das Águas (PCQA), como disposto no DL n.º 306/2007, de 27 de agosto, que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano, através de um conjunto de análises obrigatórias efetuadas anualmente em vários pontos de amostragem do Concelho. No concelho da Ribeira Grande o volume de água tratada e não tratada, afeta ao sistema de distribuição, em 2019, correspondeu a 2.724.154 m³(incluindo a água exportada), abrangendo cerca de 32.112 pessoas. No mesmo ano, foram realizadas cerca de 1.388 análises físico-químicas a diferentes parâmetros de caráter obrigatório, cujo controlo é efetuado na torneira do consumidor.

De um modo geral, as pressões de serviço apresentavam valores equilibrados; inclusive nas freguesias da zona ocidental do Concelho, nomeadamente Pico da Pedra, Rabo de Peixe e freguesias da cidade, freguesias que outrora apresentavam problemas de variação de pressões.

Atualmente, na freguesia do Pico da Pedra não existem problemas de excesso de pressões de serviço, pois existem algumas válvulas redutoras de pressão instaladas na rede de distribuição que garantem pressões dentro dos valores exigidos no DL n.º 207/94, de 16 de agosto.

Em relação às freguesias da cidade, não se regista problemas de variações de pressão nestas redes, dada a pouca diferença de cota entre os reservatórios e as freguesias. Em alguns pontos estratégicos existem algumas válvulas redutoras de pressão que regularizam este parâmetro em toda a rede de distribuição.

Na freguesia de Rabo de Peixe, em 2011, deu-se por concluída a Obra do Anel Radial de Rabo de Peixe, que consiste numa tubagem DN 200 que acompanha todo o trajeto da Variante a Rabo de Peixe e que tem como função principal a regularização da pressão e caudal do fornecimento de água para consumo humano do núcleo urbano desta freguesia. Em 2012, em Rabo de Peixe foram concluídas as obras relativas ao Reservatório da Conceição das Vinhas (2000 m³) e ao Reservatório

¹⁷ De acordo com o PGRH-AÇORES 2022-2027, Relatório Técnico | Caracterização e Diagnóstico – São Miguel, pag.133.

das Courelas (1000 m³) e respetivo adutor, finalizando o ciclo de obras relacionadas com o abastecimento de água para consumo humano à freguesia de Rabo de Peixe.

Ao longo dos últimos anos, é de salientar os esforços desenvolvidos pela CMRG no que concerne ao reforço de abastecimento de água no Concelho, dos quais destacam-se:

- Ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Pico Vermelho;
- Captação do Salto do Cabrito e adução à ETA do Pico Vermelho;
- Ampliação do complexo de Reservatórios do Pico Vermelho;
- Ampliação do Reservatório e Estação Elevatória das Alminhas;
- Construção do Reservatório do Pico d'Água (Pico da Pedra);
- Construção do Reservatório do Pico da Madeira, (Rabo de Peixe);
- Construção do adutor entre Pico Vermelho e as Alminhas, para transporte de água para a Vila de Rabo de Peixe (Reservatório e Estação Elevatória das Alminhas) e para Pico da Pedra e Calhetas (Reservatório do Pico d'Água).

Paralelamente a estas obras, foram igualmente concluídas as obras de instalação de sistemas automáticos de desinfecção de água destinada ao consumo público nos Reservatórios concelhios, e correção do pH da freguesia da Ribeirinha.

Existe ainda a possibilidade de executar uma captação superficial junto à Foz da Ribeira do Salto, nas Azenhas da Viola, para reforço do abastecimento de água à freguesia da Lomba da Maia e dos lugares da Lombinha da Maia, Burguete e Ribeira Funda.

Atualmente, estão em cursos trabalhos de execução da adutora do Porto Formoso, cujo objetivo é colmatar perdas de água que ascendem aos 70%, e intervenções de melhoria na rede de abastecimento de água, saneamento básico e consequente reabilitação do pavimento da rua Dr. Hermano Mota, na freguesia da Ribeira Seca.

6.1.2 Caracterização da rede de tratamento de águas residuais

De acordo com PGRH-Açores 2022-2027, em 2020, cerca de 68% da população residente do concelho tinha acesso aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Estes valores são muito semelhantes à realidade da ilha (52%), encontrando-se o nível de cobertura, em ambas as situações, abaixo das metas preconizadas no Plano Regional da Água, cujos valores idealizados eram de 85% para a população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e de 95% para a população servida por sistemas de tratamento adequado de águas residuais.

À semelhança da rede de abastecimento de águas, o modelo de gestão dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais adotado é, igualmente, da responsabilidade do Município da Ribeira Grande.

Em 2020, o concelho da Ribeira Grande dispunha de tratamento primário (38 fossas sépticas coletivas e cerca de 8.961 fossas sépticas particulares/individuais) que serve cerca de 11 828 habitantes, duas ETAR de tratamento secundário (ETAR da Maia, com remoção de carga orgânica e ETAR compacta da Lomba da Maia) que servem 3 343 habitantes, e uma ETAR terciária em Rabo de Peixe, que serve 7.135 habitantes do concelho. No mesmo ano, sob responsabilidade do Município, existiam 6 estações elevatórias. A capacidade máxima diária das estações de tratamento de águas residuais em 2018 era de 460 m³.

O Município possuía 8 descarregadores de emergência localizados em instalações elevatórias e em instalações de tratamento com um total de 6.067 ramais de ligação em serviço. Os coletores referidos pelo Município perfizeram um total de 66,7 km. Em parte, o sistema existente de fossa doméstica é conduzido para uma rede pública com descargas diretas nas ribeiras/mar, não possuindo qualquer tipo de tratamento das águas residuais. A drenagem pluvial é quase inexistente.

Ao longo dos anos, muitos têm sido os esforços desenvolvidos pela Câmara Municipal no sentido de melhorar o sistema de drenagem de águas residuais no Concelho, destacando-se as seguintes realidades:

- Na freguesia de Rabo de Peixe quase todos os arruamentos são servidos por redes residuais, em que as mesmas são recolhidas por cerca de três estações elevatórias e encaminhadas para a ETAR de Rabo de Peixe.
- A ETAR de Rabo de Peixe recebe, atualmente, efluentes provenientes de Rabo de Peixe, assim como da cidade da Ribeira Grande (Ribeirinha, Conceição, Matriz e Ribeira Seca), através de um sistema intercetor de recolha e transporte de águas residuais domésticas.

- A freguesia da Maia possui, atualmente, uma rede separativa que, através de 3 estações elevatórias, bombeia o efluente para a ETAR da Maia, onde o mesmo é submetido a tratamento e enviado para o meio recetor (mar).
- Na freguesia do Porto Formoso situa-se uma ETAR compacta que serve a zona do Bairro de Nossa Senhora do Carmo.
- Em todas as freguesias do Concelho existem algumas fossas sépticas coletivas, principalmente em loteamentos, que recolhem e tratam as águas residuais provenientes destas moradias.
- Em todos os novos arruamentos e/ou melhoramentos que têm sido realizados na Ribeira Grande, têm sido executadas redes de drenagem de águas residuais com caixas de ligação de ramal em frente a cada moradia/terreno, de modo a que no futuro sejam interligados às redes a construir.
- Na maioria das freguesias foram elaborados projetos de execução da rede de drenagem, prevendo-se redes separativas de coletores domésticos e pluviais, a recolha dos efluentes domésticos com destino as ETAR's e a recolha das águas pluviais da rede viária e zona pavimentadas para as linhas de água ou mar.
- Todas as freguesias do concelho da Ribeira Grande possuem projetos a executar a médio prazo para completar a referida rede. À medida que estão a ser feitas algumas intervenções/remodelações e novos arruamentos, estas redes estão a ser executadas de acordo com estes projetos, de modo a que não comprometam a médio prazo estes projetos e futuros tratamentos.

6.1.2.1 Indicações para a gestão da rede

No que concerne à legislação em vigor, destaca-se o Decreto Legislativo Regional nº 18/2009/A, de 19 de outubro, que procede, nos termos constitucionais e estatutários, à transposição direta para o direito regional da legislação comunitária sobre a recolha, tratamento e descarga de águas residuais a Diretiva nº 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Diretiva nº 98/15/CE, da Comissão, de 27 de fevereiro. O mesmo visa, no contexto do território açoriano, dar execução aos objetivos de preservação dos ecossistemas aquáticos, proteção do ser humano face aos direitos nocivos provocados pelas descargas de águas residuais urbanas e assegurar, em conformidade com a Lei de Bases do Ambiente e a Diretiva Quadro da Águas, a manutenção do bom estado ecológico das massas de água.

De acordo com o ponto 1. do Artigo 10º do referido Decreto Legislativo Regional, as entidades públicas responsáveis adotam as medidas necessárias para garantir o pleno funcionamento de sistemas públicos de drenagem em todos os aglomerados com um equivalente de população

superior a 2000. Sempre que fique demonstrado que a instalação dum sistema de drenagem não se justifica, por não trazer qualquer vantagem ambiental ou por ser excessivamente oneroso, pode a entidade licenciadora autorizar a utilização de sistemas de saneamento individuais (fossa biológicas com filtração incorporada) que proporcionem um grau de proteção ambiental superior ao das tradicionais fossas sépticas, conforme o ponto 2 do mesmo Artigo.

Numa perspetiva da prática de um bom equilíbrio ambiental e como garante de uma mais-valia na redução dos impactes, nas freguesias com menos de 2000 habitantes equivalentes, deve ser promovida a substituição dos sistemas de tratamento individuais existentes (fossas sépticas tradicionais) por fossas biológicas com filtração incorporada, ou a concentração dos esgotos por aglomerados populacionais de modo a serem conduzidos a sistemas de tratamento coletivos (Mini ETAR), que proporcionam o grau de tratamento conforme a legislação ambiental em vigor; serão essas as seguintes freguesias: Porto Formoso, São Brás, Lombinha da Maia, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de S. Pedro.

As freguesias prioritárias para execução das redes separativas projetadas são as seguintes:

- Freguesias de Rabo de Peixe (grande parte da mesma já está executada e recolhida para a ETAR de Rabo de Peixe);
- Freguesia da Maia, cujos efluentes já são encaminhados para a ETAR da Maia, assim como Lombinha da Maia;

De qualquer modo, quaisquer que sejam as freguesias, em todas as edificações novas deverão ser executadas redes prediais até às caixas de ramal de ligação, e nos casos em que não existam redes públicas, executar-se-ão sistemas de saneamento individuais (fossas biológicas com filtração incorporada) com carácter provisório, que proporcionem um grau de proteção ambiental superior ao das tradicionais fossas sépticas.

6.1.3 Caracterização da rede de energia elétrica

O Concelho da Ribeira Grande, à semelhança da ilha de São Miguel, é servido por uma rede de Transporte em Alta Tensão (AT a 60 kV) e duas redes de Distribuição em Média Tensão (MT a 10 kV no centro urbano da Ribeira Grande e 30 kV no restante concelho). Com exceção da rede de 10 kV (subterrânea), todas as redes referidas são aéreas. As redes de distribuição estão estabelecidas em anel (permitindo a redundância na alimentação) e abrange 100% da população do Concelho.

De acordo com o relatório de Caracterização das redes de transporte e distribuição de energia elétrica da RAA, elaborado pela EDA e referente a 31 de dezembro de 2021, o sistema elétrico da ilha de São Miguel era constituído por 12 centrais de produção de energia elétrica e 12 subestações (Figura 44). O sistema electroprodutor englobava a Central Termoelétrica do Caldeirão (CTCL), as Centrais Geotérmicas da Ribeira Grande (CGRG) e Pico Vermelho (CGPV), o Parque Eólico dos Graminhais (PEGR) e as Centrais Hídricas dos Túneis (CHTN), Tambores (CHTB), a Fábrica Nova (CHFN), Canário (CHCN), Foz da Ribeira (CHFR), Ribeira da Praia (CHRP) e Salto do Cabrito (CHSC).

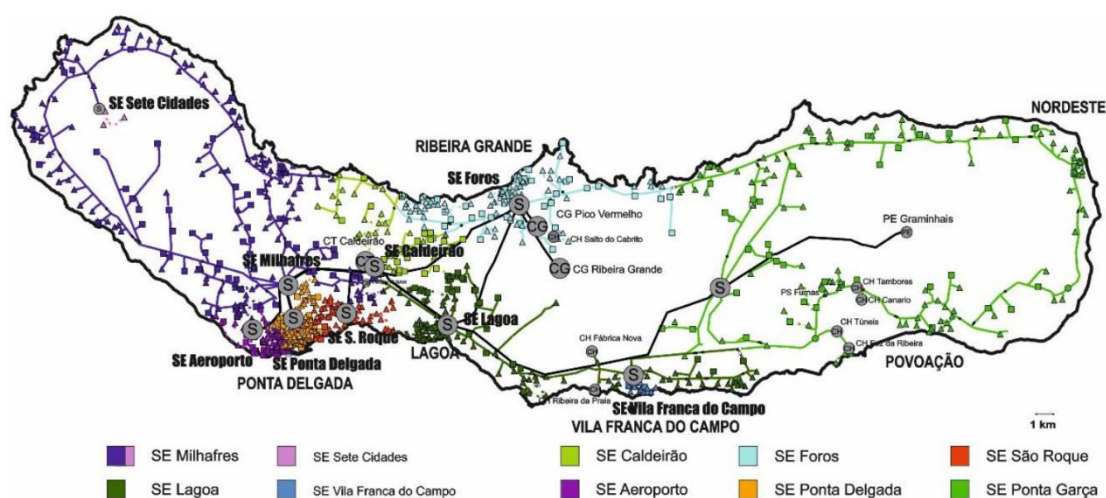


Figura 44. Centros produtores de energia e subestações da ilha de S. Miguel

Fonte: Eletricidade dos Açores – EDA, S.A, 2021

A rede de transporte de alta tensão é composta ainda por 11 subestações de alta e média tensão, nomeadamente o Caldeirão (SECL), Milhafres (SEMF), Ponta Garça (SEPG), Lagoa (SELG), Foros (SEFO), Ponta Delgada (SEPD), Aeroporto (SEAE), São Roque (SESR), Vila Franca (SEVF) e as afetas à Central Geotérmica da Ribeira Grande (SERG) e ao Parque eólico dos Graminhais (SEGR). No concelho da Ribeira Grande encontram-se instaladas quatro centrais de produção de energia: a Central Térmica do Caldeirão, Central Geotérmica do Pico Vermelho e Central Geotérmica da Ribeira Grande e a central Hidroelétrica do Salto do Cabrito.

No que respeita ao transporte de energia elétrica (a 60 kV), a rede de transporte da ilha de São Miguel segue também uma configuração em anel e por uma linha MT a 30 kV que interliga a Central Geotérmica do Pico Vermelho (CGPV) à Subestação dos Foros (SEFO). Toda a produção da Central Termoelétrica do Caldeirão (CTCL) e da Central Geotérmica da Ribeira Grande (CGRG) é injetada diretamente na rede de transporte AT a 60 kV. A subestação que serve o Concelho da Ribeira Grande é a dos Foros.

A produção de Energia Elétrica na ilha de São Miguel tem como principais intervenientes a Central Térmica do Caldeirão (potência instalada de 92 MW), a Central Geotérmica da Ribeira Grande (16.6

MW) e a Central Geotérmica do Pico Vermelho (13 MW). Como fonte renovável é ainda relevante no Concelho da Ribeira Grande a central Hídrica do Salto do Cabrito (670 kW) (Tabela 36).

Tabela 36. Centros electroprodutores da ilha de São Miguel

Fonte: Eletricidade dos Açores – EDA, S.A, 2021

Nome	Sigla	Entrada em Serviço (*)	Fonte Primária	Grupos Geradores			Transformadores de Acoplamento		
				Tensão de Geração [kV]	Unid.	Pot. Instalada [kW]	Relação Transformação	Unid.	Pot. Instalada [MVA]
Caldeirão	CTCL	1987	Térmica - Fuel	11	4	67 280	11/60 kV	4	92,00
				6,3	4	30 784	6,3/60 kV	4	40,00
Ribeira Grande	CGRG	1994	Geotérmica	10	4	16 600	-	-	-
Pico Vermelho	CGPV	2006	Geotérmica	11	1	13 000	11/30 kV	1	17,00
Graminhais	PEGR	2012	Eólica	0,4	10	9 000	0,4/30 kV	10	10,00
Túneis	CHTN	1951	Hídrica	6	1	1 658	6/30 kV	1	2,00
Tambores	CHTB	1909	Hídrica	0,4	1	94	0,4/30 kV	1	0,16
Fábrica Nova	CHFN	1927	Hídrica	3	1	608	3/30 kV	1	0,50
Canário	CHCN	1991	Hídrica	0,4	1	400	0,4/30 kV	1	0,50
Foz da Ribeira	CHFR	1990	Hídrica	0,4	1	800	0,4/30 kV	1	1,00
Ribeira da Praia	CHRP	1991	Hídrica	0,4	1	800	0,4/30 kV	1	1,00
Salto do Cabrito	CHSC	2006	Hídrica	0,4	1	670	0,4/30 kV	1	1,00
Totais São Miguel				-	30	141 694	-	26	165,16

(*) Esta data refere-se à data de entrada em serviço da instalação, não contemplando posteriores remodelações ou ampliações.

Cerca de 60 % da energia emitida em 2021 em São Miguel foi produzida pela central térmica (Figura 45), 30% pelas geotérmicas, 6% pelas centrais hídricas (com um comportamento sazonal) e 4% pelo parque eólico (com um elevado grau de intermitência).

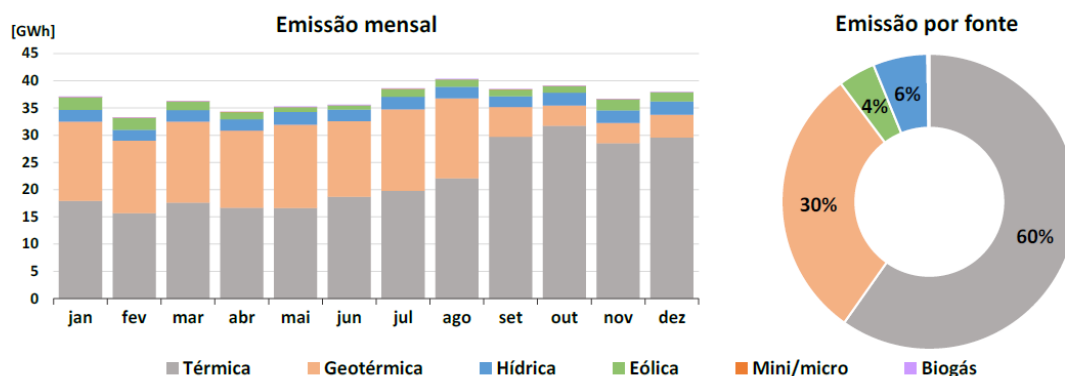


Figura 45. Energia elétrica emitida em São Miguel

Fonte: Eletricidade dos Açores – EDA, S.A, 2021

De acordo com o referido relatório anual, para o ano de 2021, da EDA, concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica da Região Autónoma dos Açores, foram cumpridos todos os parâmetros controlados pela NP EN 50160 e pelo Regulamento da Qualidade de Serviço.

No que diz respeito às centrais geotérmicas, tanto a central da Ribeira Grande como a do Pico Vermelho são exploradas pela SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A. Apesar da maior

potência instalada da central da Ribeira Grande, verifica-se aqui uma rápida depreciação da potência instalada, que se prevê que seja da ordem dos 9 a 10 MW em 2 ou 3 anos, razão pela qual se prevê o estabelecimento de mais um poço geotérmico (3MW). Já na central do Pico Vermelho se verifica uma elevada disponibilidade de energia geotérmica, pelo que os planos a curto/médio prazo da SOGEO passam pela ampliação desta central (para cerca de mais 10 MW) ou pela instalação de uma nova central geotérmica na zona das Caldeiras (onde os estudos geológicos indicam também um elevado potencial geotérmico, mas onde os trabalhos de prospeção de novos furos feitos em parceria com a Universidade dos Açores têm originado queixas por parte da população local por emissões de gases).

De realçar a entrada em funcionamento em 2010 do Parque Eólico dos Graminhais (no concelho do Nordeste, composto por 10 aerogeradores com 900 kW de potência unitária e com uma produção média anual de cerca de 22,5 GWh).

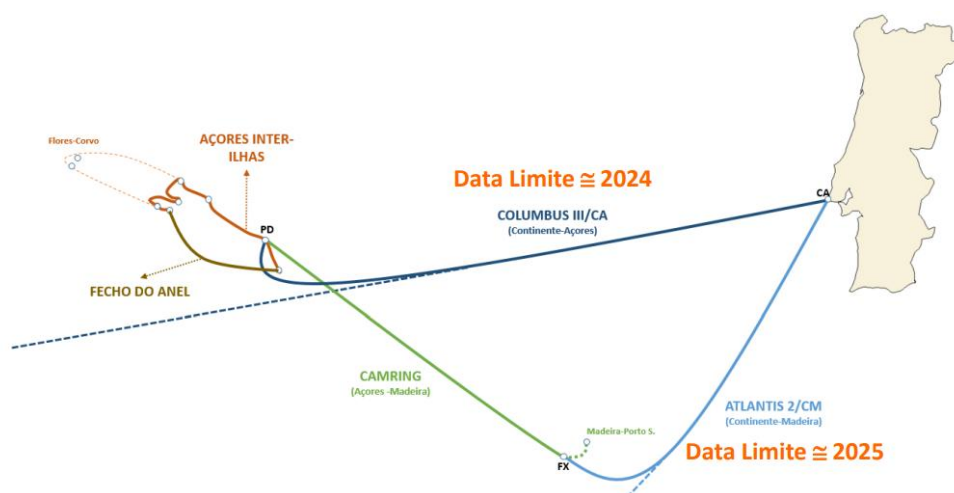
Para acompanhar este crescimento na produção de energia geotérmica e eólica, e para permitir a expansão da rede de transporte à zona oriental da ilha (servida atualmente pela rede de distribuição em 30 kV), a EDA estabeleceu uma nova linha 60 kV a partir do Parque Eólico dos Graminhais até uma das SubEstações das Centrais Geotérmicas, fechando assim um novo anel 60 kV na zona oriental da ilha (através da ligação entre os Graminhais e a zona sul da ilha), melhorando assim o recurso na rede de transporte e a qualidade de serviço.

6.1.4 Caracterização da rede de telecomunicações

De acordo com a ANACOM, em 2011, o serviço de voz na Região apresentava bons desempenhos nas zonas urbanas, ao passo que nos eixos rodoviários assistia-se a uma degradação do sinal. A cobertura de serviço fixo e móvel abrangia todo o território, no entanto, ainda se registam algumas limitações em algumas zonas pouco povoadas. Atualmente a Região tem uma cobertura extensa de 3G e nos principais aglomerados urbanos é coberta já por 4G, pelos principais operadores (MEO e VODAFONE), sendo que o serviço de videotelefonia apresentava, igualmente, bom desempenho nos aglomerados urbanos.

No que concerne às telecomunicações de emergência, a Região está dotada de cobertura regional da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores (RITERAA). A cobertura de telecomunicações civil existente no concelho da Ribeira Grande, de acordo com Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil da Ribeira Grande, encontrava-se distribuídas (à data da elaboração do Plano), pelo município, 13 antenas da operadora MEO, 2 antenas da operadora NOS, e 8 antenas da operadora Vodafone (sujeito a revisão anual).

De realçar que ao longo dos últimos anos, segundo a ANACOM, tem-se assistido a um aumento da penetração de redes de alta velocidade (RAV) nos Açores, sendo a terceira região do País onde a penetração de banda larga e alta velocidade mais aumentou no ano de 2022. Ao nível dos circuitos CAM (Continente-Açores-Madeira), a estratégia delineada por esta autoridade procura a redução de preços e o aumento da capacidade máxima dos circuitos (Ethernet), sendo de realçar a necessidade de garantir as comunicações no futuro, num investimento total de 75 milhões de euros e com previsão de conclusão em 2024 (Figura 46).



Figura

46. Interligações CAM

Fonte: ANACOM, 2020

Em termos de conectividade com o resto do mundo, a ilha de São Miguel está ligada ao território continental por fibra ótica através de uma ramificação do cabo submarino estabelecido entre Carcavelos (Lisboa) e a Florida (Estados Unidos da América) – o COLUMBUS III. Esta ligação tem redundância automática através do cabo submarino Açores-Madeira (por sua vez ligada ao continente através do cabo intercontinental ATLANTIS II), pelo que estão garantidas excelentes condições para a proliferação das comunicações em banda larga na ilha (e através do cabo submarino interilhas, a grande parte do restante arquipélago).

6.2 Gestão de resíduos

Apesar dos avanços no setor da gestão de resíduos urbanos nos Açores, são ainda diversas as lacunas existentes no atual sistema, nomeadamente a eliminação por deposição em aterro como o destino mais utilizado pelas entidades gestoras de resíduos urbanos, bem como o atraso na adoção da recolha seletiva em algumas ilhas e/ou concelhos, o pouco conhecimento das populações sobre os sistemas de gestão de resíduos e fraca perceção do seu valor ambiental e económico e, ainda, a falta de motivação e educação ambiental das populações.

De acordo com o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), em 2013, a taxa de reciclagem na Região situava-se nos 21% para o papel e cartão, plástico e metal, vidro, madeira e resíduos urbanos biodegradáveis, enquanto 79% dos resíduos urbanos tinham como destino final a eliminação, e especificamente a deposição em aterro. A meta prevista para a Região para a reutilização e reciclagem em 2020 é de 50%¹⁸, tendo sido estabelecido ainda uma redução para cerca de 35% de resíduos urbanos biodegradáveis depositados em aterro.

Em 2020, registou-se um aumento na produção de resíduos urbanos de cerca de 20% face ao ano anterior, com valores produzidos de cerca de 17.774 toneladas. Porém, em 2021, observou-se um decréscimo da produção de resíduos urbanos, tendo sido produzidos de cerca 16.050 toneladas, -9.4% comparativamente ao ano de 2020.

Já o concelho da Ribeira Grande, aproximou-se das metas previstas no PEPGRA para 2020, apresentou, em 2020, uma taxa de valorização de cerca de 22,6%, ao passo que a taxa de deposição em aterro era cerca de 77,3%. Em 2021, a taxa de valorização de cerca de 21,9%, representando um decréscimo de cerca de 0,7 pontos percentuais para o período homólogo. No ano de 2021, cerca de 76% dos resíduos de embalagem e papel recolhidos no concelho da Ribeira Grande tinham origem no sistema de recolha porta a porta do concelho e apenas 24% eram provenientes dos ecopontos distribuídos pelo Concelho (Tabela 37).

Tabela 37. Volume de resíduos por destino final

Fonte: CMRG, 2021

Destino final	Quantidades de resíduos (toneladas)		Quantidades de resíduos (%)	
	2020	2021	2020	2021
Aterro (incluindo Lamas provenientes da ETAR)	13.734	12.521,1	77,3	78,0
Reciclagem (papel e cartão, embalagens de plástico e metal, vidro, verdes e monstros) ¹⁹	4.025,8	3.508,92	22,6	21,9
Valorização energética (óleo alimentar, madeiras depositadas na Tecnovia)	14,9	20,1	0,1	0,1

* Quantidades referentes ao período de janeiro a outubro de 2019.

Com a entrada em vigor do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2023/A, deu seguimento às políticas definidas e implementadas pelo Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores.

¹⁸ Incluindo papel, cartão, plástico, vidro, metal, madeira e resíduos biodegradáveis.

¹⁹ 2021- Recolha seletiva (papel, embalagens e vidro) = 10,9%; compostagem de verdes = 10,4%; monstros (eletrodomésticos, sucata e mobiliários) = 0,8%.

De acordo com o PEPGRA 20+, a taxa de reciclagem da Região encontrava-se em 47,3%, em 2020, aproximando-se da meta traçada, enquanto a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro foi de 43%, valor ainda superior à meta estabelecida. Nesse mesmo ano, verificou-se na Região, uma redução de 2,7% na produção total de resíduos urbanos face a 2019, passando de 145 722 toneladas para 141 798 toneladas, resultado influenciado pela quebra de atividade económica e turística durante a pandemia de COVID-19. Na ilha de S. Miguel, onde se insere o concelho da Ribeira Grande, foram produzidas 86 845 toneladas de resíduos urbanos, correspondendo a uma capitação de 632 kg por habitante e por ano, o valor mais elevado do arquipélago.

No que respeita à valorização dos resíduos, na Ilha de S. Miguel, cerca de 31% do total tratado teve como destino operações de valorização material e orgânica, enquanto 69% foram eliminados em aterro. Estes valores refletem-se também no desempenho do concelho da Ribeira Grande, que apresentou, em 2020, uma taxa de valorização de aproximadamente 31% e uma taxa de deposição em aterro de cerca de 69%, valores mais favoráveis do que os registados no PEPGRA anterior (22,6% e 77,3%, respetivamente).

Relativamente à recolha seletiva, observou-se uma melhoria gradual, com reforço dos sistemas porta-a-porta e expansão dos ecopontos no concelho, ainda que a proporção de resíduos de embalagens e papel recolhidos seletivamente se mantenha aquém do desejável, estimando-se que menos de 40% do total recolhido tenha origem nestes fluxos.

Desde 2010, é o operador RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente S.A. a entidade responsável pela recolha e transporte para deposição em destino adequado de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, pela recolha seletiva das fileiras do vidro, papel e cartão e embalagens de plástico e metal, pela manutenção, assim como pelas operações de manutenção, lavagem, desgorduramento, desinfeção e desodorização de contentores e fornecimento e colocação de novos contentores para reforço e/ou substituição.

A mesma operadora é responsável pelos serviços de recolha porta a porta das fileiras do vidro (uma vez por semana), do papel/embalagens (duas vezes por semana) e de resíduos verdes nas freguesias de Ribeirinha, Matriz, Conceição, Ribeira Seca e Rabo de Peixe (uma vez por semana) e que acontece desde 2011. Os seus circuitos foram desenhados de forma otimizada, procurando reduzir a sua extensão e duração e com mínimo de constrangimentos para as populações. O atual modelo subjacente à recolha de monstros, nomeadamente eletrodomésticos, sucata e mobiliário, assenta na subcontratação do serviço, da responsabilidade de outro prestador de serviços, sendo a gestão dos pedidos de recolha da responsabilidade da CMRG.

Em 2021, o concelho da Ribeira Grande dispunha de 294 contentores para os resíduos indiferenciados, 161 ecopontos (dos quais cerca de 48 encontravam-se nas freguesias do núcleo urbano), 16 oleões (recolha efetuada pela Equiambi – Equipamento, Serviço e Gestão Ambientais)

e 16 pilhões, assim como de serviços de recolha de resíduos porta a porta referidos anteriormente. De realçar que é efetuada a recolha seletiva de resíduos de papel, plástico e vidro (ecopontos) desde 2004. Os resíduos recolhidos no concelho (RSU e Recolha seletiva de RSU) são canalizados para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) de São Miguel (Aterro Sanitário Intermunicipal gerido pela Associação de Municípios da ilha de S Miguel – AMISM), localizada no concelho de Ponta Delgada. Nesta estação são rececionados os seguintes resíduos do concelho de Ribeira Grande:

- RSU provenientes da recolha seletiva porta-a-porta;
- Vidro, papel e plásticos recolhidos nos ecopontos desde de 2004, seguindo-se a exportação para reciclagem;
- Pilhas provenientes da recolha nas escolas pela CMRG. Poderão ser entregues pelos produtores particulares e estabelecimentos comerciais diretamente à AMISM;
- Madeira;
- Resíduos vegetais (jardinagem);
- Sucata;
- Material informático.

De realçar os diversos esforços encetados pela CMRG nos últimos anos no sentido de aumentar a taxa de reciclagem e desviar os resíduos do aterro enquanto destino final, com relevância para as campanhas desenvolvidas que procuram cumprir com a hierarquia da gestão de resíduos, atuando na redução e na separação dos resíduos.

No que concerne aos resíduos hospitalares produzidos no concelho da Ribeira Grande, os resíduos hospitalares do tipo I e II (resíduos equiparados a resíduos urbanos) são recolhidos pela CMRG e encaminhados para a ETRS. Os Resíduos do tipo III (resíduos hospitalares de risco biológico) e IV (resíduos hospitalares específicos) são geridos por um operador de gestão de resíduos perigosos (AZORMED – Gestão Ambiental Açoreana, Lda.).

No Concelho existe um Aterro de Inerte, localizado na Freguesia de Rabo de Peixe, na proximidade da zona de pedreiras, para onde podem ser encaminhados os resíduos de construção e demolição (provenientes de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição e da derrocada de edifícios). Este Aterro de Inertes é da responsabilidade da empresa Tecnovia Açores, S.A.

6.3 Mobilidade e sistema de transportes

O sistema de mobilidade, que comporta a deslocação de pessoas e bens, as diferentes modalidades facilitadoras e as infraestruturas que os suportam, é umas preocupações prementes no desenvolvimento e no ordenamento do território. Pelos impactos que as deslocações têm na vida da população e no território, tanto na região como nos concelhos, têm sido desenvolvidos Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS).

A elaboração destes planos assenta numa estratégia de baixo teor de carbono focada na promoção da mobilidade urbana multimodal e sustentável. Com isto, os sistemas de mobilidade deverão ser desenvolvidos com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa e à diminuição do consumo e da dependência energética, nomeadamente dos combustíveis e demais derivados do petróleo. Tendo esta situação de partida como referência os territórios abrem a porta à diversificação energética na utilização de combustíveis no setor dos transportes, apoiando-se iniciativas que visem aumentar a eficiência e promovendo-se a transição para tecnologias mais sustentáveis e eficientes.

A análise das infraestruturas, suporte físico da mobilidade, não deve ser dissociado da acessibilidade. Neste contexto e no que garante às acessibilidades regionais do concelho, é opção estratégica do PROTA a promoção de modelos de acessibilidade e mobilidade que mitiguem os efeitos do isolamento e fragmentação deste território. Integrado na ilha de S. Miguel, o concelho conta com acessos regionais por barco e avião através das infraestruturas portuárias e aeroportuárias de Ponta Delgada. A ligação rodoviária da sede do concelho a Ponta Delgada realiza-se em cerca de 20 minutos.

6.3.1 Mobilidade

As condições de mobilidade e acessibilidade de pessoas e mercadorias representam um importante indicador de qualidade de vida da população, uma vez que refletem a proximidade a bens e serviços. São também um fator de competitividade entre centros urbanos, na disputa de funções a nível local, regional e nacional. A análise das características da mobilidade da população, por exemplo ao nível dos principais destinos, da duração dos deslocamentos e do principal modo de transportes, é essencial para identificar tendências e lacunas no sistema de mobilidade e transportes do concelho.

Os principais geradores de deslocações diárias são o emprego e o ensino, entendendo-se por movimentos pendulares. De acordo com os dados mais recentes do INE, em 2021, uma média de 19% dos habitantes do concelho trabalhava e estudava noutro concelho. Tendo em conta as dinâmicas registadas nos restantes concelhos da ilha de S. Miguel, é possível identificar Ponta Delgada como o principal destino de entrada, sendo o polo de atração da ilha (Tabela 38).

Tabela 38. Proporção da população residente que entra e sai nos concelhos da ilha de S. Miguel

Fonte: INE, Censos 2021

Unidade territorial	% entrada de movimentos pendulares	% saída de movimentos pendulares
Lagoa (R.A.A.)	11,49	16,7
Nordeste	6,98	11,56
Ponta Delgada	15,8	7,46
Povoação	7,7	9,5
Ribeira Grande	8,32	19,38
Vila Franca do Campo	5,67	15,69

De acordo com os estudos desenvolvidos no âmbito do Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande (PMSRG), corroborando o indicador anteriormente apresentado, o principal destino da população empregada fora do concelho da Ribeira Grande é o concelho de Ponta Delgada, que tem um elevado poder de atração de população, gerando 85% do total de deslocações para fora do concelho Ribeira Grande. Os restantes municípios da ilha de São Miguel possuem um papel reduzido nas dinâmicas diárias da população empregada residente no concelho, uma vez que, individualmente, nunca representam mais de 10% das deslocações (Figura 47).

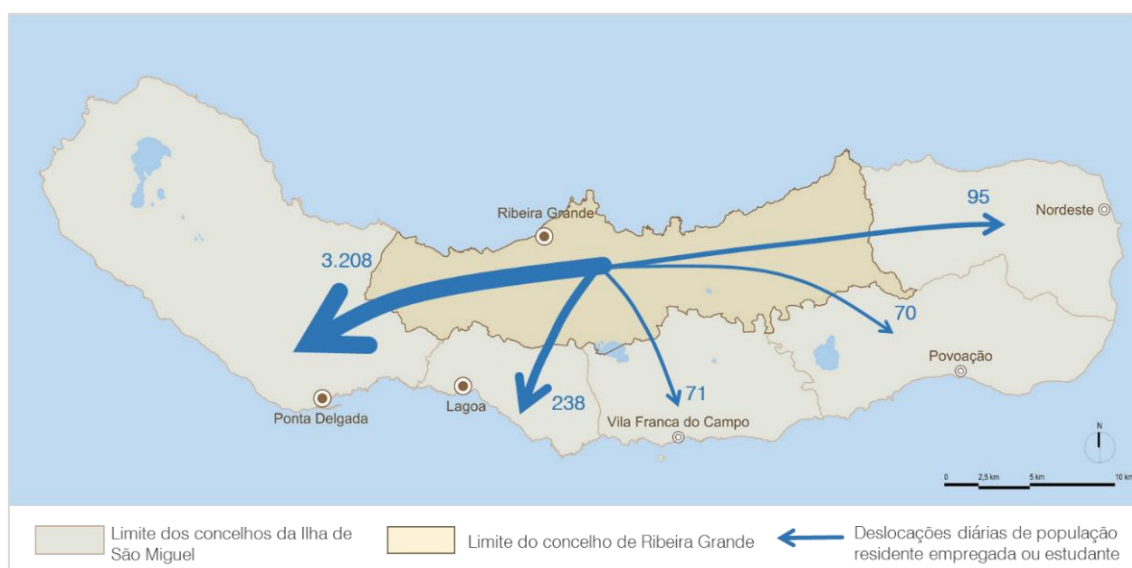


Figura 47. Movimentos de saída do concelho da Ribeira Grande, por parte da população residente que estuda ou trabalha noutro concelho

Fonte: PMS Ribeira Grande, 2018

Analisando as dinâmicas de atração e repulsão da população empregada, destaca-se que, apesar da taxa de repulsão do concelho de Ribeira Grande ser elevada (cerca de 34%, apenas inferior à do concelho de Lagoa), a taxa de atração é superior à média da ilha de São Miguel, mitigando o impacto gerado pela saída diária de cerca de 4.370 indivíduos (Tabela 39).

Tabela 39. Indicadores de atratividade e repulsão dos concelhos da Ilha de São Miguel, Açores (2021)

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação de 2021

Concelho	População que entra do concelho para trabalhar (N.º)	População que sai do concelho para trabalhar (N.º)	Taxa de Atração ²⁰	Taxa de Repulsão ²¹
Lagoa	1369	2991	22,0	48,1
Nordeste	234	301	13,3	17,2
Ponta Delgada	7598	3439	24,8	11,2
Povoação	354	311	14,7	12,9
Ribeira Grande	2315	4376	17,9	33,9
Vila Franca do Campo	460	1270	11,0	30,5

A população que se desloca para a Ribeira Grande para trabalhar tem como principal origem o concelho de Ponta Delgada, reforçando, assim, as sinergias existentes entre estes dois municípios. Contudo, importa destacar a preponderância de Ponta Delgada em relação ao concelho de Ribeira Grande, expressa num maior número de movimentos de saída de Ribeira Grande em relação aos movimentos de saída de Ponta Delgada (Figura 48).

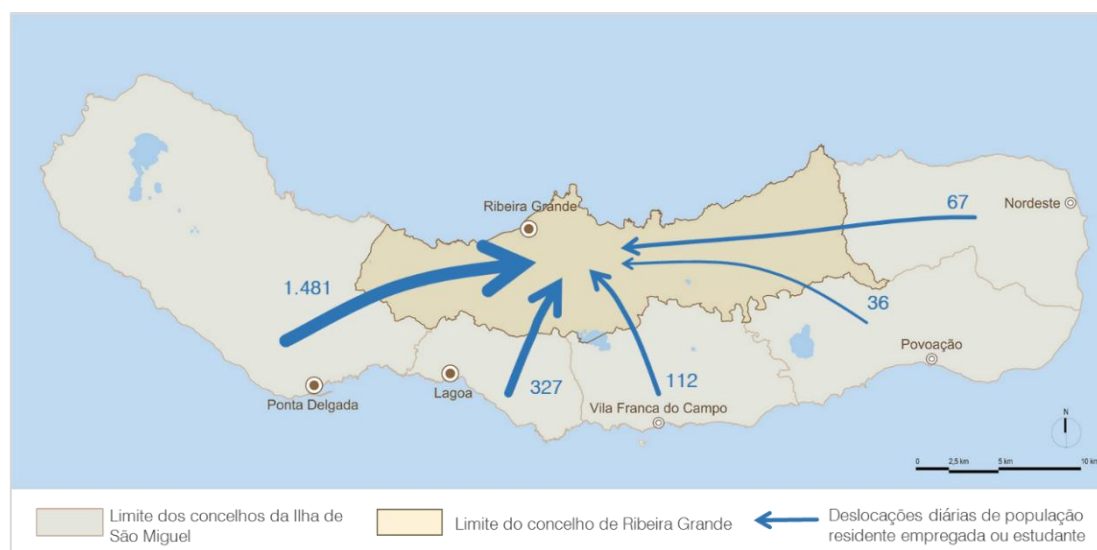


Figura 48. Movimentos de entrada no concelho de Ribeira Grande, por parte da população residente noutro concelho e que trabalha ou estuda no concelho de Ribeira Grande

Fonte: PMU Ribeira Grande, 2018

²⁰ Taxa de atração da população empregada = População que entra na unidade territorial para trabalhar / População residente na unidade territorial (empregada) x 100

²¹ Taxa de repulsão da população empregada = População que sai da unidade territorial para trabalhar / População residente na unidade territorial (empregada) x 100

Em relação aos restantes municípios, destaca-se a entrada no concelho de Ribeira Grande de população para trabalhar proveniente dos concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo, registando valores superiores aos de saída de Ribeira Grande para estes municípios.

Relativamente às dinâmicas internas, na Ribeira Grande aproximadamente um terço da população empregada trabalha na freguesia onde reside, valor semelhante à média da ilha de São Miguel, comprovando a existência de uma dinâmica local considerável. No entanto, esta tendência não é transversal a todas as freguesias do concelho, existindo freguesias que empregam uma percentagem reduzida dos seus residentes (e.g. Calhetas, onde apenas 5% dos seus residentes empregados trabalham na freguesia), significando que existem diariamente volumes consideráveis de movimentos pendulares internos, entre freguesias.

A freguesia com maior capacidade de retenção é Rabo de Peixe, onde quase metade da população residente trabalha na própria freguesia, sendo a atividade económica predominante a agricultura (40,6% da população empregada que trabalha e reside em Rabo de Peixe). Com uma situação oposta surge a freguesia de Calhetas, onde mais de 90% da população residente se desloca para fora da freguesia para trabalhar (Figura 49).

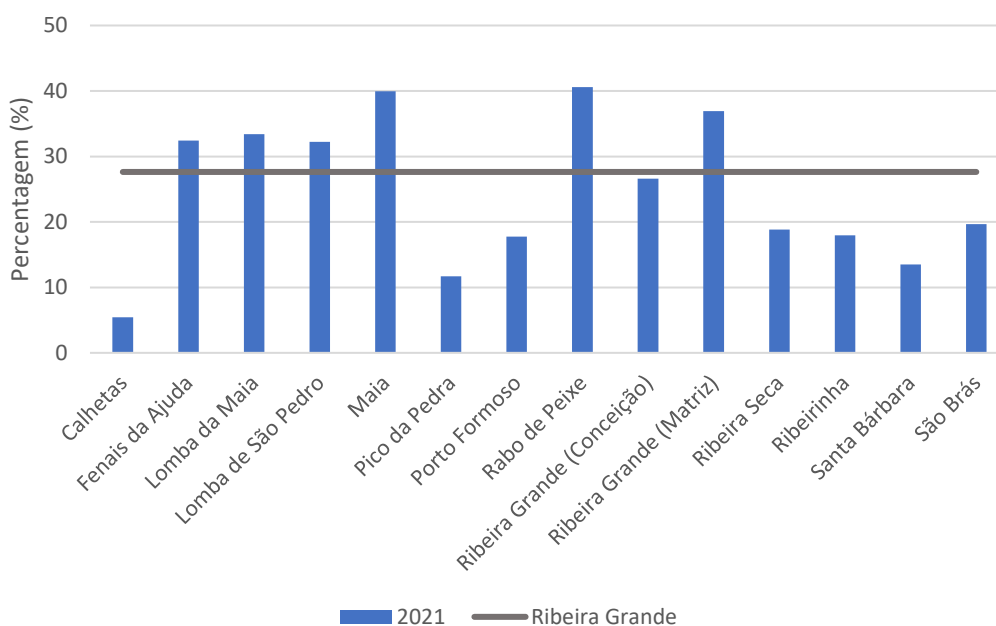


Figura 49. Proporção da população residente que trabalha na freguesia onde reside

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação de 2021

As freguesias com maior dependência de outras freguesias do concelho, isto é, com elevada proporção da população empregada que trabalha noutra freguesia do concelho, são as freguesias localizadas em torno do centro da cidade de Ribeira Grande e a nascente desta, nomeadamente Ribeirinha, Porto Formoso, São Brás, Ribeira Seca e Santa Bárbara, comprovando a existência de uma dinâmica considerável de movimentos pendulares entre estas freguesias e a sede de

concelho. Na freguesia da Ribeirinha, cerca de 53% da população empregada trabalha noutra freguesia do concelho da Ribeira Grande (Figura 50).

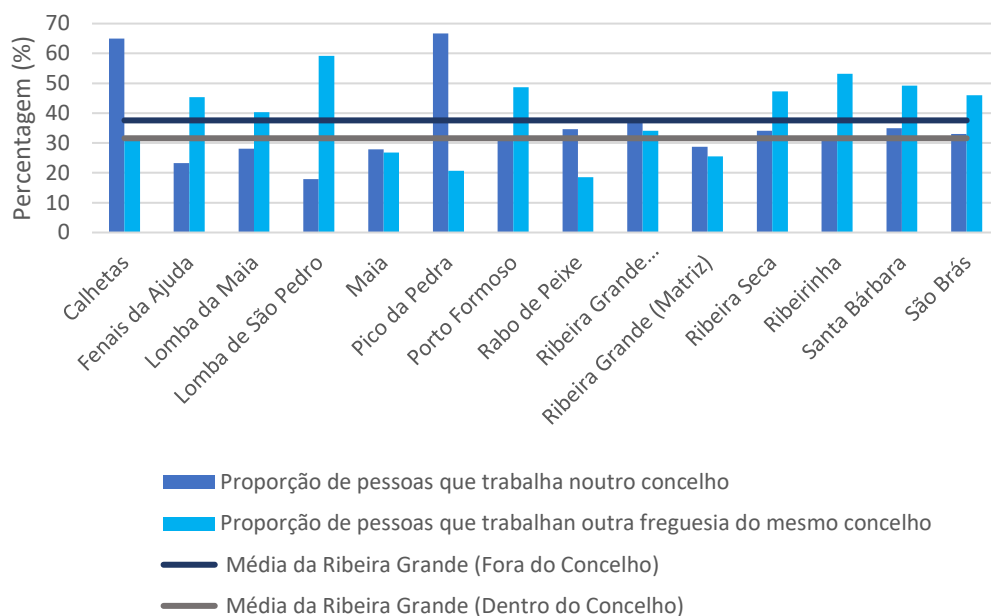


Figura 50. Proporção da população residente que trabalha fora da freguesia onde reside

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação de 2021

Em 2021, de acordo com o recenseamento da população, os movimentos pendulares no concelho registaram uma duração média de cerca de 15 minutos, valor semelhante ao verificado em 2011 (16 minutos). Esta redução poderá ser consequência da construção de novas infraestruturas rodoviárias (SCUT Eixo N Ribeira Grande-Nordeste e outras variantes), que proporcionaram uma melhor acessibilidade interna e externa (Figura 51).

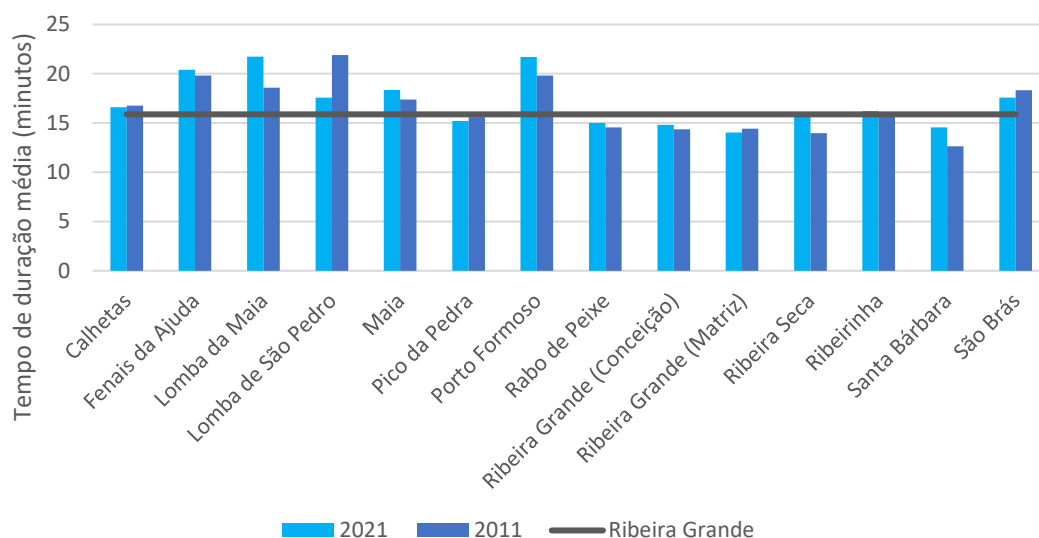


Figura 51. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por freguesia

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação de 2021

No que diz respeito à repartição modal dos movimentos pendulares gerados pelos residentes do concelho de Ribeira Grande, destaca-se que, em 2021, as deslocações diárias se realizaram maioritariamente de automóvel (63%), tendo-se mantido o comportamento da população entre 2011 e 2021. Em 2011, as deslocações diárias eram também na sua maioria realizadas de carro (52%), tendo este meio de deslocação aumentado de importância na última década, contudo, é de realçar que todas as outras modalidades perderam importância face ao uso do automóvel.

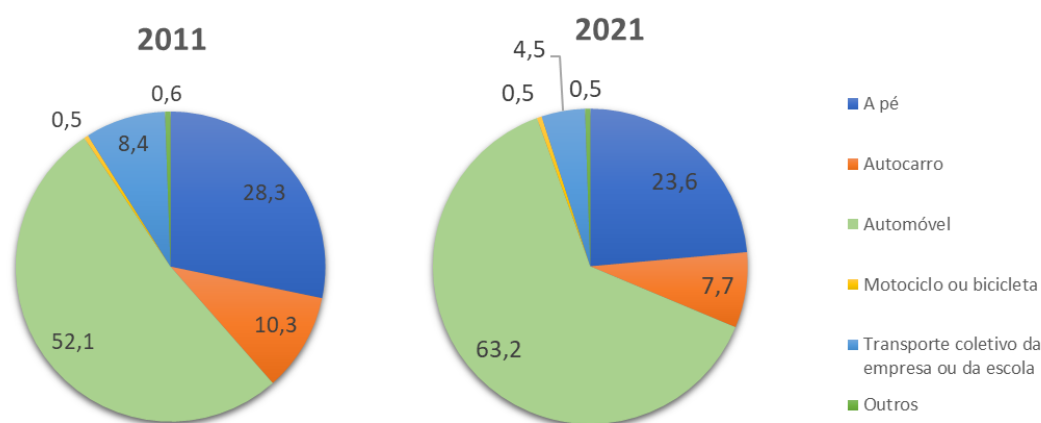


Figura 52. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho (em 2011 e 2021)

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação de 2011 e 2021

Quanto às deslocações em transporte coletivo, importa destacar a perda de importância do transporte coletivo de empresa e/ou da escola (de 8,4% para 4,5% entre 2011 e 2021), e do autocarro (de 10,3% para 7,7% entre 2011 e 2021). No período compreendido entre 2005 e 2017,

o total de viagens em transporte público coletivo diminuiu cerca de 2,4%²², notando-se ainda um padrão de diminuição do seu uso nos meses de julho e agosto.

A preferência pelo automóvel como meio de transporte principal é também evidente na tendência de crescimento do parque automóvel do concelho de Ribeira Grande, que registou, nos últimos anos, variações positivas superiores ao país e à ilha de São Miguel. No período de 2000 a 2017, o concelho da Ribeira Grande registou um aumento de cerca de 111%²³ do parque automóvel (de 6.561 veículos em 2000 para 13.853 em 2017), um valor superior ao registado na ilha de São Miguel (um aumento de 86%) e à região (78%). De referir, ainda, que nos Açores cerca de 23% do parque automóvel tem entre 5 a 10 anos de idade, enquanto 62,6% tem mais de 10 anos de idade²⁴.

Em síntese, a maioria da população residente desloca-se diariamente da freguesia residente para outras freguesias do concelho ou para outros concelhos (cerca de 69% da população empregada), sendo evidente que o concelho de Ponta Delgada tem um elevado poder de atração de população empregada no concelho. Existe, por isso, um número elevado de movimentos pendulares entre Ribeira Grande e Ponta Delgada. Nos últimos anos o automóvel ganhou cada vez mais importância no sistema de transportes do concelho, sendo que o transporte coletivo tem pouco peso nas deslocações diárias da população.

6.3.2 Caracterização da rede viária

Na Ilha de São Miguel o sistema de mobilidade interna assenta na rede rodoviária regional, que permite a ligação entre os diversos concelhos, estabelecendo a conexão entre os principais aglomerados urbanos. A rede rodoviária regional tem como principal função estabelecer a ligação entre os polos urbanos e económicos de maior expressão na ilha de São Miguel, encontrando-se segregada em duas categorias: estradas principais e estradas secundárias (Figura 53).

²² De acordo com os dados do SREA (2018).

²³ Idem

²⁴ Direção Regional dos Transportes (Serviço Coordenador dos Transportes Terrestres) - <https://bit.ly/2DtOxG2>

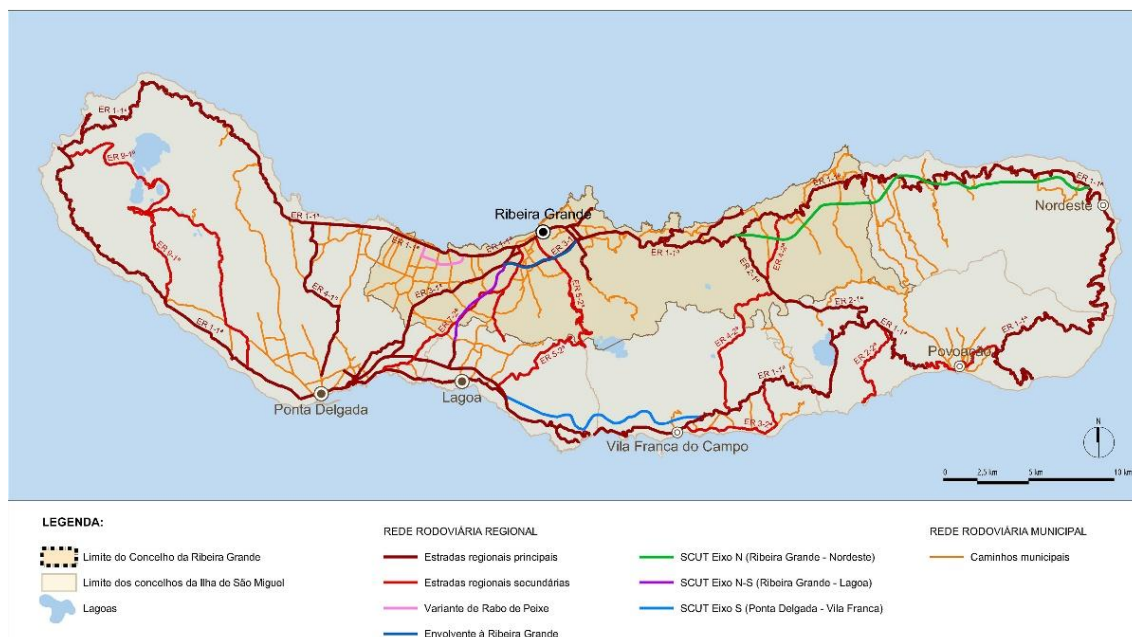


Figura 53. Rede rodoviária da ilha de São Miguel

Fonte: SPI com base na informação da CMRG, 2018

As estradas regionais principais, que constituem a malha fundamental da ilha, têm como principal eixo viário a estrada regional principal n.º 1 (ER 1 - 1.^a), que circunda a ilha junto à linha de costa e que conecta os principais aglomerados da ilha e restantes freguesias, destacando-se Ponta Delgada, Mosteiros, Ribeira Grande, Nordeste, Furnas, Povoação, Vila Franca do Campo e Lagoa. A partir desta infraestrutura rodoviária desenvolvem-se eixos transversais que conectam as costas sul e norte da ilha e ligam os principais aglomerados da Região, permitindo a ligação de Ribeira Grande com:

- Povoação, através da ER 2 – 1.^a (ER1-1.^a/Maia – Furnas/ER1-1.^a);
- Lagoa e Ponta Delgada, através Eixo Norte-Sul;
- Ponta Delgada, pela ER 3 -1^a (Ribeira Grande – Ponta Delgada).

Nalguns troços, esta via funciona como rua urbana, com ocupações e funções marginais, trânsito pedonal frequente e velocidades mais baixas de circulação; noutras zonas, funciona como distribuição principal entre aglomerados, com perfil mais largo, bermas, menos acessos laterais e velocidades mais elevadas. É possível identificar as funções predominantes dos troços da ER1-1.^a no concelho, usando como referência os conceitos de:

- Função transporte: caracteriza o desempenho de uma via em termos de capacidade e velocidade de escoamento dos fluxos de pessoas e bens (as vias rápidas têm a função transporte mais elevada na rede);

- Função acessibilidade: caracteriza o grau de relação com o território e é inversamente proporcional à função transporte;
- Função social: caracteriza a intensidade das atividades que se desenvolvem na envolvente das vias e a relação que a via estabelece com essas atividades.

Ao longo do percurso da ER1-1.^a, as funções acessibilidade e social variam, sendo máximas no interior dos aglomerados urbanos e mínimas nas ligações entre eles, em que predomina a função transporte. Esta sobreposição de papéis na mesma via compromete, nalguns troços, o escoamento do tráfego dos percursos de média e longa distância do concelho.

Alguns troços não urbanos apresentam constrangimentos ao escoamento de tráfego devidos aos seus traçados sinuosos, fraca visibilidade e perfis estreitos. Para esses trajetos, os novos traçados da envolvente à Ribeira Grande e da estrada SCUT Ribeira Grande-Nordeste vêm corrigir estes problemas. Estas vias, apresentando perfis e traçados mais orientados para o conforto e a segurança, proporcionam uma melhoria na mobilidade e acessibilidade da população, permitindo a ligação mais rápida e segura entre os principais núcleos urbanos da ilha de São Miguel, designadamente:

- O Eixo Norte/Sul, que liga Ribeira Grande à cidade de Lagoa e Ponta Delgada;
- O Eixo Norte, que conecta Ribeira Grande ao Nordeste;
- O Eixo Sul, que articula o Aeroporto de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo.

O eixo viário Norte/Sul, que liga Ribeira Grande à cidade de Lagoa e Ponta Delgada é o único que possui perfil de autoestrada, contudo não possui custos para o utilizador (SCUT) assim como os dois outros eixos, encontrando-se os 3 eixos concessionados à empresa Euroscut Açores - Sociedade Concessionária da SCUT dos Açores S.A. As estradas regionais secundárias complementam e estabelecem a ligação à rede fundamental antes identificada, com destaque para:

- Ligação de Ribeira Grande com Lagoa, a partir da ER 5 – 2.^a;
- Ligação de Lomba da Maia a Vila Franca do Campo, através da ER 4 – 2.^a;
- Ligação de Rabo de Peixe a Lagoa, pela ER 7 – 2.^a.

A Tabela 40 sistematiza as principais vias existentes no concelho da Ribeira Grande, as ligações viárias entre elas e os principais pontos notáveis:

Tabela 40. Síntese da descrição das vias regionais existentes

Fonte: CMRG, 2020

Designação	Ligações (freguesias na Ribeira Grande e concelhos vizinhos)	Pontos intermédios notáveis
ER1-1. ^a	Calhetas – Lomba de S. Pedro Ligação ao concelho de Ponta Delgada por Calhetas Ligação ao concelho de Nordeste por Lomba de S. Pedro	Interseções com a variante de Rabo de Peixe Atravessamentos urbanos de Rabo de Peixe e Ribeira Seca Interseção em Ribeira Seca com a ER3-1. ^a e a ER6-2. ^a Atravessamentos urbanos de Ribeira Grande e Ribeirinha Ramal para Caldeiras Ramal para Porto Formoso Ramal para S. Brás e Maia Ramal de acesso ao Porto de Rabo de Peixe Ramal de acesso ao Porto de Santa Iria Interseção com a ER2-1. ^a em Maia Interseção com a ER4-2. ^a em Lomba da Maia
ER2-1. ^a	Maia (ER1-1. ^a) – Lomba da Maia Ligação ao concelho de Povoação por Lomba da Maia (via Furnas)	Interseção com a ER4-2. ^a em Pau Queimado
ER3-1. ^a	Ribeira Seca – Pico da Pedra Ligação ao concelho de Ponta Delgada por Pico da Pedra (via Livramento)	Interseção com a Via Rápida Lagoa-Ribeira Grande e com a Envolvente à Ribeira Grande, em Ribeira Seca Interseção com a ER1-1. ^a em Ribeira Seca Interseção com a ER5-2. ^a em Ribeira Grande Interseção com a ER1-1. ^a em Ribeirinha
ER4-2. ^a	Lomba da Maia – Maia Ligação ao concelho de Vila Franca do Campo pela Maia (via Ponta Garça)	Interseção com a ER1-1. ^a em Lombinha da Maia Interseções com a ER2-1. ^a em Pau Queimado Troço entre as interseções com a ER2-1. ^a realizado pela ER2-1. ^a
ER5-2. ^a	Ribeira Grande (Conceição) – Ribeira Seca Ligação aos concelhos de Lagoa (via Água de Pau) e Vila Franca do Campo (via Água de Alto) por Ribeira Seca	Interseção com a ER1-1. ^a em Ribeira Grande Acessos e áreas de estacionamento na Caldeira Velha e Lagoa do Fogo
ER6-2. ^a	Ribeira Seca – Santa Bárbara Ligação aos concelhos de Lagoa por Santa Bárbara (via Cabouco e Santa Cruz)	Interseção com a ER1-1. ^a em Ribeira Seca Interseção com a ER7-2. ^a em Santa Bárbara
ER7-2. ^a	Santa Bárbara – Rabo de Peixe Ligação aos concelhos de Ponta Delgada (via Livramento) e Lagoa (via Nossa Senhora do Rosário) por Rabo de Peixe	Interseção com a ER6-2. ^a em Santa Bárbara

O concelho da Ribeira Grande beneficia de diversas infraestruturas rodoviárias que permitem a sua inserção na ilha de São Miguel, aproximando-o dos principais centros urbanos e principalmente de Ponta Delgada, da qual dista pouco mais de 20 minutos.

No que diz respeito às vias municipais existentes na Ribeira Grande é possível verificar que estas assumem um papel marginal, maior do que seria de esperar de caminhos com essa tipologia. Esta característica prende-se, essencialmente, pela abrangência da rede de estradas regionais e pelas características de ocupação polinucleada, fazendo com que as vias municipais do concelho percam preponderância face à capacidade distribuidora da rede regional.

As estradas e caminhos municipais existem em maior quantidade nas freguesias de Calhetas, Pico da Pedra e Rabo de Peixe, onde o caminho municipal 510 funciona como eixo de circulação paralelo à ER1-1.^a, à qual se ligam vários caminhos perpendiculares que permitem chegar à ER3-1.^a sem passar pela ER1-1.^a (como os caminhos municipais 513 e 514) e tornam mais fácil a relação com Ponta Delgada. Em Santa Bárbara, o caminho municipal 515 é o eixo da ocupação urbana. Do lado oriental, destaca-se o caminho municipal 519, que interliga os ramais de Porto Formoso e de S. Brás/Maia da ER1-1.^a, e o caminho municipal 520, que estabelece a ligação da ER1-1.^a a Fenais da Ajuda e Lomba de S. Pedro.

As vias rurais do concelho têm como objetivo principal o acesso ao espaço rural, encontrando-se subdivididas em:

- Rede rural/florestal, constituída pelos caminhos rurais/florestais, garantindo o acesso às explorações agrícolas, pecuárias e florestais e estabelecem as ligações dos perímetros e núcleos florestais;
- Rede agrícola é constituída é constituída pelos caminhos agrícolas e estabelece as ligações dentro do perímetro de ordenamento agrário.

Tirando alguns problemas de drenagem que são verificados periodicamente, estas redes cumprem as suas funções satisfatoriamente para os utentes que nela circulam.

A hierarquia funcional atual da rede viária foi identificada no âmbito municipal (Figura 54), estando diretamente relacionada com a classificação e com as funções de transporte, acessibilidade e social das vias do concelho:

- Nível 1: Vias supraconcelhias, que asseguram os principais acessos ao concelho e garantem as ligações intermunicipais e regionais
- Nível 2: Vias estruturantes, que asseguram a distribuição dos maiores fluxos de tráfego do concelho, bem como os percursos de média distância
- Nível 3: Vias de distribuição, que asseguram as ligações entre as vias estruturantes e os aglomerados, bem como a distribuição principal nos núcleos urbanos
- Nível 4: Vias urbanas e rurais, de distribuição local e acesso local

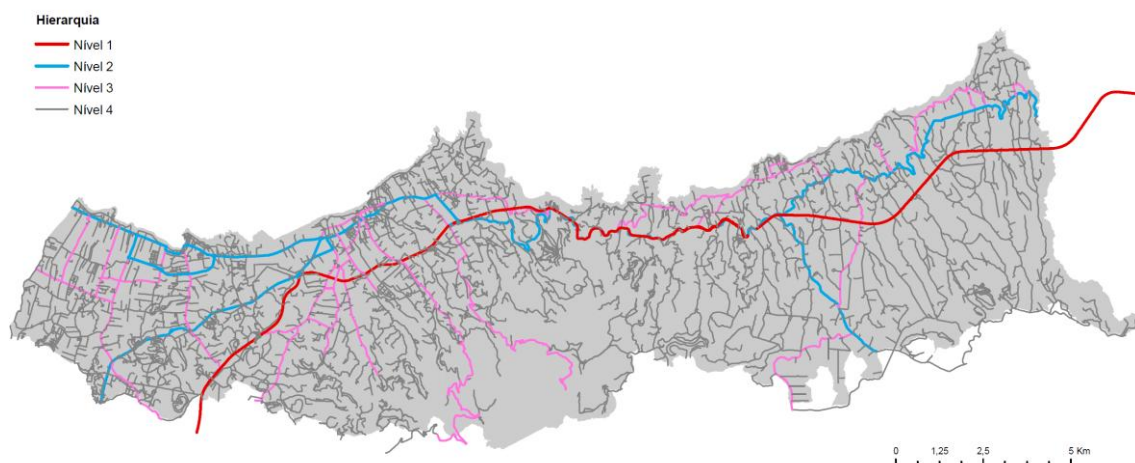


Figura 54. Mapa das principais vias do concelho com indicação da respetiva hierarquia

Fonte: CMRG, 2012

No que ao estado de conservação da rede viária diz respeito, importa referir que a nível regional, estão previstas para o concelho de Ribeira Grande algumas intervenções em vias regionais existentes que incluem beneficiação ou reabilitação. As vias regionais a intervencionar são as seguintes:

- Ramal para as caldeiras de Ribeira Grande (freguesia de Ribeirinha);
- Ramal para Porto Formoso.

Em geral, o estado de conservação da rede viária urbana é pouco satisfatório. Com base num estudo da Divisão de Águas, Ambiente, Serviços Urbanos e Equipamentos Municipais da CMRG realizado em maio e junho de 2011, em que foram levantadas as vias com pavimento em semipenetração ou calçada nos núcleos urbanos (Tabela 41), é possível destacar como em muito mau estado a generalidade das vias de Lomba da Maia, Lomba de S. Pedro e Porto Formoso. Ribeira Seca apresenta também uma grande extensão de vias em mau estado, seguida de Fenais da Ajuda. As freguesias com menores extensões relativas de vias em muito mau estado são Santa Bárbara, Ribeirinha e Ribeira Grande (Matriz e Conceição). Foram, entretanto, executadas algumas intervenções de reabilitação, nomeadamente em S. Brás (R. do Areeiro) e na Ribeira Grande (R. Rua do Berquó, Tv. e R. de Trás-os-Mosteiros e R. Direita).

Tabela 41. Síntese dos resultados do levantamento do estado das vias urbanas (2011)

Fonte: CMRG, 2011

Aglomerado	Extensão levantada [m]	Extensão de vias em muito mau estado [m]	Porcentagem de vias em muito mau estado
Calhetas	3008	1903	63
Pico da Pedra	7164	3141	44
Rabo de Peixe	7848	3936	50

Aglomerado	Extensão levantada [m]	Extensão de vias em muito mau estado [m]	Porcentagem de vias em muito mau estado
Santa Bárbara	2724	734	27
Ribeira Seca	4009	3016	75
RG (Conceição)	1900	489	26
RG (Matriz)	8584	2632	31
Ribeirinha	5406	395	7
Porto Formoso	7923	6233	79
S. Brás	1728	0	0
Maia	3658	2107	58
Lomba da Maia	2386	2169	91
Fenais da Ajuda	3921	2864	73
Lomba de S. Pedro	2121	1728	81

Importa ainda referir que, nas zonas consolidadas dos núcleos urbanos, as vias possuem maioritariamente perfis estreitos, sendo o espaço dedicado ao peão reduzido e em alguns casos inexistente. Fora dos aglomerados urbanos, é relevante notar que a circulação nas vias do concelho, independentemente do conforto de condução, é agradável, tanto pelas paisagens cénicas como pelos arranjos de integração paisagística, salvaguardados no Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre da Região.

A rede viária urbana mais antiga que estrutura a cidade da Ribeira Grande apresenta fortes constrangimentos à circulação automóvel e mobilidade pedonal, decorrentes da geometria dos traçados urbanos e das próprias limitações físicas das vias. Estes problemas intensificam-se na falta de uma hierarquização viária mais clara, na medida em que, atualmente, as diferentes vias assumem uma função indiferenciada, o que dificulta a sua capacidade de resposta às necessidades.

Apesar da realização de algumas intervenções de requalificação do espaço público, de que são exemplos a intervenção na Rua Direita da cidade da Ribeira Grande (Figura 55), ou a criação do Passeio Atlântico – que, indiscutivelmente, se traduziram num incremento das condições de segurança e conforto para a circulação e fruição do espaço público, em termos gerais as deslocações no interior da cidade carecem, em muitas zonas da cidade, de espaços contínuos e seguros, que permitam a articulação segura e cómoda entre os diversos polos funcionais. Em muitas vias o espaço dedicado aos peões é reduzido ou inexistente, representando os perfis reduzidos dos arruamentos um difícil constrangimento para a adequada conciliação da circulação automóvel, do estacionamento (geralmente desordenado) e da mobilidade suave, esta última quase sempre sacrificada.



Figura 55. Rua Direita da cidade da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Estes problemas de mobilidade agravam-se na envolvente de equipamentos e serviços públicos, onde o espaço público tem uma utilização mais intensa e geralmente é utilizado por grupos mais vulneráveis que exigem especiais medidas de conforto e segurança pedonal, como as crianças e os idosos.

O estacionamento na cidade da Ribeira Grande faz-se na sua maior parte de forma gratuita, através da ocupação das bermas, de forma informal e prolongada, situação recorrente ao longo da generalidade das suas artérias, dificultando, em diversos casos, a circulação viária e pedonal. Excetua-se a “Rua Direita” e as ruas do quarteirão envolvente à Praça Conselheiro Hintze Ribeiro (Rua da Praça e Rua East Providence), cujos lugares de estacionamento lateral com sistema de pagamento por parquímetro permitem uma rotação mais elevada. Como bolsas de estacionamento formal na cidade, são de referir os lugares da Rua do Castelo e o parque das Piscinas das Poças, o novo parque da Rua do Rosário, o parque do Passal, o parque junto à antiga esquadra da PSP, o parque da Rua da Estrela (antiga feira do gado), e o parque do estádio municipal.

No que concerne à sinistralidade rodoviária, o número de acidentes verificou uma ligeira diminuição entre 2010 e 2014 na região, tendo desde então registado uma nova subida, tendência que se mostrou semelhante à da ilha de São Miguel, que aliás, contribui fortemente para esta estatística, com um peso anual próximo dos 60%. O número de feridos tem mantido níveis estáveis, enquanto o número de mortos registou alguns picos em 2011, 2018 e 2019.

Tabela 42. Acidentes de viação com e sem vítimas na RAA e na ilha de São Miguel

Fonte: Direção Regional da Mobilidade e ANSR (2020)²⁵

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acidentes de viação	RAA	3727	3660	3682	3042	2843	2757	2697	2832	3461	3684	3361	3490	2875
	São Miguel	2411	2301	2273	1871	1702	1740	1723	1826	2044	2175	2168	2376	1902
Mortos	RAA	13	14	12	22	9	17	8	17	11	11	19	28	12
	São Miguel	8	4	8	11	6	10	5	7	6	7	12	19	5

²⁵ Direção Regional dos Transportes (Serviço Coordenador dos Transportes Terrestres) – Estatísticas dos Transportes na Região Autónoma dos Açores

Feridos	RAA	967	824	825	809	691	738	658	715	705	870	844	802	638
	São Miguel	596	487	486	468	387	429	364	432	410	501	499	446	380

6.3.3 Transportes coletivos rodoviários

No concelho da Ribeira Grande, os serviços de transporte rodoviário de passageiros assumem um papel importante na mobilidade da população quer ao nível concelhio, quer ao nível da ilha (Figura 56). De acordo com os dados do recenseamento da população para o período 2011-2021, cerca de 8% da população utiliza este meio de transporte nas suas deslocações diárias.

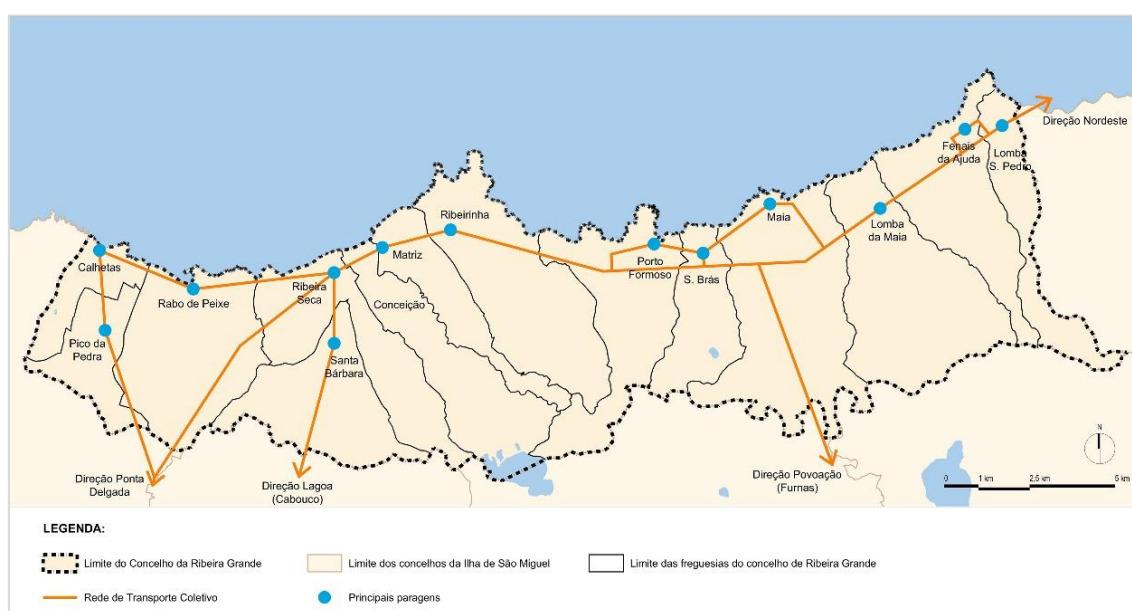


Figura 56. Rede de transportes rodoviários de passageiros

Fonte: CMRG, 2013

Os serviços de transporte coletivo rodoviário existentes no concelho são suportados pela empresa CRP – Caetano, Raposo, e Pereiras, Lda., e têm como ponto central o terminal rodoviário de Ribeira Grande localizado no interior da cidade, em concreto na Rua de Luís de Camões. Tendo o seu parque automóvel na Estrada Regional Senhora da Rosa (freguesia da Fajã de Baixo), a empresa conta com uma frota de cerca de 50 veículos (na maioria do tipo autocarros de turismo) e 68 funcionários, opera serviços intra e interconcelhios, existindo paragens de autocarros nos principais aglomerados urbanos e sedes de freguesia do concelho.

Os percursos interconcelhios incluem ligações a Ponta Delgada, Lagoa (Cabouco), Povoação, Furnas e Nordeste. Contudo, apenas a ligação entre Ribeira Grande e Ponta Delgada apresenta frequências elevadas (cerca de 55 circulações por dia, nos dois sentidos), reforçando as relações estreitas entre estes polos. Os restantes serviços interconcelhios apresentam frequências baixas,

inferiores a 10 circulações por dia, nos dois sentidos). Sendo que as ligações efetuadas pretendem sobretudo ligar Ponta Delgada aos concelhos do setor nascente da ilha, tem-se verificado gradualmente uma diminuição da procura, especialmente no concelho do Nordeste.

Relativamente às ligações internas, destaca-se o eixo Ribeira Seca-Ribeira Grande, pela maior frequência de serviços de transporte, sendo abrangido por diversas carreiras e apresentando, consequentemente, várias alternativas de percursos para a população residente nestes locais.

O aumento crescente da atividade turística na região levou a empresa a apostar na aquisição de veículos do tipo minibus em 2003 e 2004, sobretudo para a prestação de serviços a agentes turísticos em São Miguel. A aposta nos veículos elétricos não se apresenta ainda viável, devido a fatores como a autonomia destes, adaptação ao clima e adaptação aos percursos.

6.3.4 Mobilidade suave

Os atuais desafios ambientais e de sustentabilidade que os municípios e os cidadãos enfrentam trazem novas preocupações e formas de olhar para os problemas. No que diz respeito à mobilidade e aos impactos que os modos de transporte tradicionais a mudança de paradigma faz-se pela adoção de comportamentos diferenciados e que serão feitos através da mobilidade suave. A este propósito, e pelas especificidades que envolvem infraestruturas dedicadas à mobilidade suave, importa apresentar as principais características da adoção desta alternativa no concelho.

De acordo com o último recenseamento geral da população, observou-se uma substancial diminuição da percentagem de população que se desloca a pé no seu dia-a-dia, de 43% em 2001 para 28% em 2011. Esta alteração comportamental poderá ter como principal origem as mudanças nas dinâmicas de emprego e no aumento do parque automóvel, mas também nas características débeis da rede pedonal. Atualmente, nas áreas urbanas do concelho de Ribeira Grande o espaço dedicado aos peões é reduzido, com pequena largura útil, e por vezes inexistente, não existindo uma rede contínua e segura que permita a articulação dos diversos espaços funcionais no interior dos núcleos urbanos. Em alguns casos, os peões circulam na via, tendo como consequência a existência de diversos conflitos inerentes à partilha de espaço com o peão (redução de velocidade por parte do automóvel, insegurança para o peão, entre outros).

Outros fatores revelam-se importantes na análise da diminuição das deslocações a pé e até da não opção pelo transporte público coletivo em detrimento do uso do transporte individual, como são exemplos: (1) distâncias entre núcleos urbanos das freguesias e os principais polos de empresas e indústrias do concelho, que variam entre os 2km e os 8km, aproximadamente; (2) a inexistência de uma rede de transporte público coletivo adaptada aos novos contextos urbanos e que sirva adequadamente as deslocações casa-trabalho ou casa-escola; (3) a média de idade da população empregada no concelho (4); a orografia local que, embora permita deslocações confortáveis especialmente junto à costa, condiciona-a em locais específicos de maior declive; (5) o clima

subtropical dos Açores e a instabilidade associada, provocando condições de elevada humidade e pluviosidade.

No que diz respeito à bicicleta, a sua utilização é ainda bastante reduzida, quer nas deslocações diárias da população, quer para fins lúdicos, existindo apenas infraestruturas específicas de apoio a este meio de transportes no Passeio Marítimo da cidade de Ribeira Grande. No entanto, está já definida a concretização de uma rede ciclável na cidade da Ribeira Grande, que irá promover a ligação entre os bairros habitacionais e os principais polos geradores de viagens, tais como os equipamentos públicos, culturais, escolas, pavilhão desportivo, piscinas, as vias comerciais no centro histórico e o parque industrial.

Com efeito, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Região Autónoma dos Açores (PMUS Açores) apresenta, dentro do objetivo operacional B – “Incremento dos modos suaves, particularmente em contextos urbanos” e do objetivo específico B.2 – “Estruturação de uma rede ciclável urbana dotada de parques de estacionamento para bicicletas”, um conjunto de ações que constituem o mecanismo para a implementação da estratégia preconizada para a promoção da mobilidade urbana sustentável na região, pretendendo assim, que os modos suaves constituam uma maior alternativa e um caminho na aposta para a diminuição das emissões de carbono.

Foi neste contexto, aproveitando as oportunidades de financiamento do Programa Operacional Açores 2020, que o município da Ribeira Grande desenvolveu uma rede de ciclovias que, aproveitando as zonas de declive suave, permita articular as diversas centralidades e pontos de procura e de interesse existentes na cidade, especialmente os focos geradores de concentração de comércio e serviços públicos, empresas e indústria e equipamentos de uso coletivo.

A rede ciclável terá uma extensão global de 14.422 metros e será constituída por 3 tipos de ciclovias que diferem entre si pelo nível de segregação em relação à circulação rodoviária: (i) ciclovias separadas da faixa de circulação dos veículos motorizados, numa extensão de 5.282 metros; (ii) ciclovias partilhadas com a circulação de veículos motorizados, com um total de 8.778 metros; e, (iii) ciclovias partilhadas com os peões em zonas pedonais, numa extensão 362 metros (Figura 57).

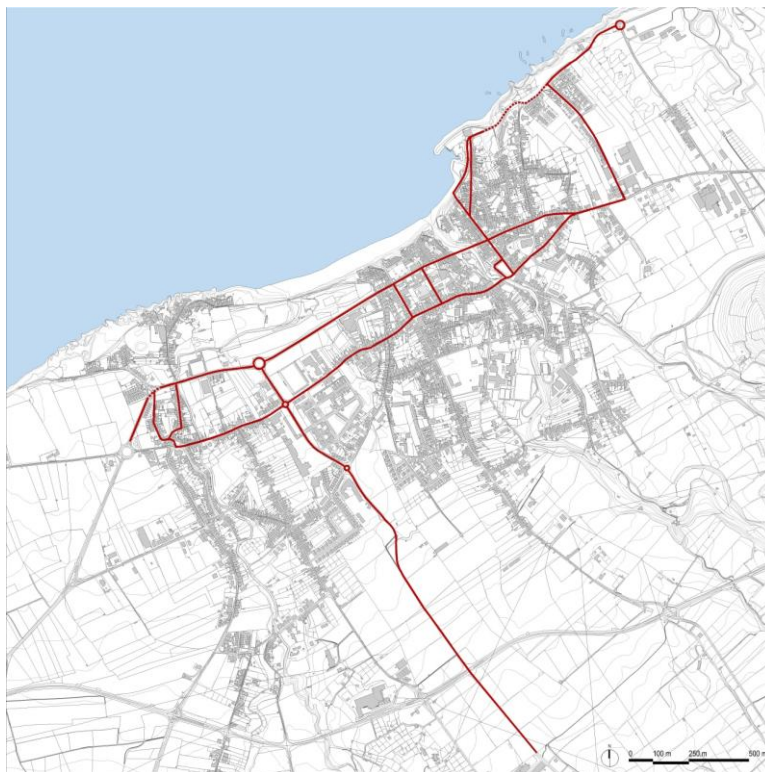


Figura 57. Traçado da rede ciclável da cidade da Ribeira Grande

Fonte: SPI, 2020

Relativamente a percursos pedestres lúdicos no concelho de Ribeira Grande, anteriormente apresentados e descritos, encontram-se definidos diversos trilhos com características distintas, que permitem o usufruto da paisagem natural do concelho, sendo 8 classificados e geridos pelo Governo Regional e 7 geridos pelo município da Ribeira Grande. Assim, os trilhos classificados pelo Governo Regional são os seguintes:

- **Vigia de São Medro**, com 6,5 km, tem o seu início junto aos Poços de São Vicente e fim na freguesia de Calhetas, percorrendo a orla costeira;
- **Chá Porto Formoso**, com 4,8 km, tem início e fim junto ao Miradouro da Vista dos Barcos;
- **Praia da Viola**, com cerca de 5 km, que tem início na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Lomba da Maia e desenvolve-se ao longo do litoral, por um caminho de pé posto, em direção à freguesia da Maia;
- **Chá Gorreana**, com cerca de 3,4 km, que começa e termina junto à Fábrica de Chá Gorreana, passando pelas plantações;
- **Caldeiras da Ribeira Grande-Salto do Cabrito**, com cerca de 8,5 km, com início e fim junto das Caldeiras da Ribeira Grande;

- **Fenais da Ajuda – Lomba de S. Pedro** – com 5,5 km, tem início e fim no centro da freguesia de Fenais da Ajuda;
- **Moinhos da Ribeira Funda**, com 3,3 km de extensão, que inicia e termina na Ribeira Funda, junto à Ermida da Nossa Senhora da Aflição;
- **Pedra Queimada-Lajinha-Degredo**, com 6,6 km de extensão, com início e final na freguesia da Maia;

Os trilhos municipais da Ribeira Grande são os seguintes:

- **Ponta do Cintrão**, com 12,3 km de extensão, início e fim no centro da freguesia de Ribeirinha e passagem pela Ponta do Cintrão;
- **Pico Queimado**, com cerca de 2,47 km de extensão, início e fim no caminho da Mediana, ligação Santa Bárbara-Cabouco (atualmente encerrado);
- **Barquinha**, com 3 km e início na ER1-1ª no limite nascente da freguesia da Lomba da Maia, sendo o final na Praia da Viola;
- **Ladeira da Velha**, com extensão de 7 km, início e final junto à praia dos Moinhos, na freguesia do Porto Formoso;
- **Caminho de Água da Gorreana**, com extensão de 1,7 km, tem o seu início e fim na Fábrica de Chá da Gorreana (atualmente encerrado);
- **Moinho do Félix – Cascatas**, com 5,5 km de extensão, tem o seu início e fim no centro da freguesia da Lomba de São Pedro, junto à Igreja.
- **Fenais da Vera Cruz**, com extensão de 6,5 km, com início e fim junto à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na freguesia dos Fenais da Ajuda.

Além dos percursos pedestres, é de referir ainda a Pista de *Downhill* da Bandeirinha, direcionada para a prática do *downhill*, com 2,16 km de extensão e localizado na estrada regional Ribeira Grande-Lagoa do Fogo (atualmente encerrada).

Por fim, salienta-se ainda que, a promoção da mobilidade suave é uma matéria com grande enfoque nos instrumentos de planeamento estratégico do concelho da Ribeira Grande, desde a primeira abordagem no anterior ciclo de planeamento (PEOD do concelho da Ribeira Grande 2014-2020) - onde ficou claro o potencial de definição de uma rede de mobilidade suave que potencie as zonas de baixo declive e os valores naturais e paisagísticos existentes no território, permitindo a articulação entre os diversos pontos de interesse do concelho e os aglomerados urbanos - bem como com a continuidade prosseguida no âmbito do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, instrumento que veio priorizar para a nova década a componente da descarbonização dos

transportes e da mobilidade, reforçando a necessidade de iniciativas que devolvam os espaços urbanos às pessoas e de promover a opção pelos transportes elétricos e coletivos, em detrimento do transporte individual e motorizado, especialmente em viagens interurbanas e de curta duração.

7. Ocupação urbana

7.1 Modelo de povoamento

As áreas urbanas encerram em si múltiplos desafios para a gestão do território. Ao contrário das áreas rurais/rurais, cuja génese é essencialmente produtiva e natural, as áreas urbanas têm necessidades infraestruturais complexas. São essas infraestruturas o garante do urbano, suporte das vivências da população e que permitem o desenvolvimento socioeconómico.

É pela sua complexidade e relevância para o desenvolvimento e ordenamento do território, é fundamental caracterizar o sistema urbano e conhecer a situação das áreas urbanas existentes no concelho, assim como os edifícios e as dinâmicas que o envolvem.

A estrutura de povoamento da ilha de São Miguel, transversal às restantes ilhas do arquipélago, é associada à sua génese vulcânica, composta por um relevo muito acidentado e por zonas muito declivosas junto aos cones vulcânicos que se estendem através de pendentes (lombas), mais ou menos suaves, até à costa (Figura 58). Esta orografia e a dependência do mar, uma importante fonte de recursos para a subsistência das comunidades e um importante meio de comunicação constituíram os dois principais fatores de estruturação do povoamento nas ilhas açorianas e de disposição das atividades produtivas.

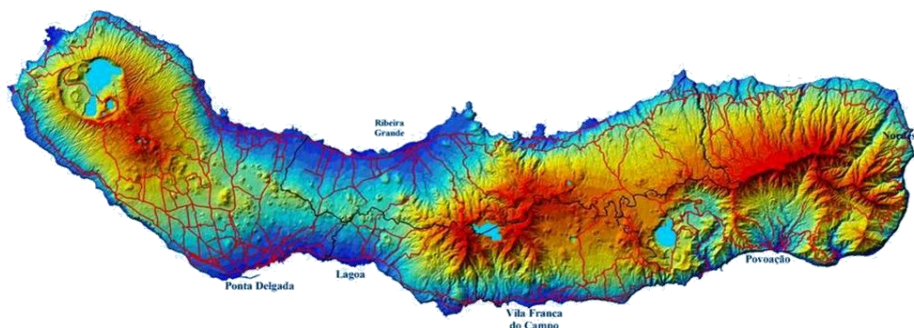


Figura 58. Relevo da Ilha de São Miguel

Fonte: PEDC Ribeira Grande, 2014

Estes fatores conduziram a um processo histórico de colonização das zonas costeiras, que facultavam portos de abrigo, onde se instalaram os primeiros assentamentos urbanos. Com a evolução da ocupação urbana litoral, normalmente vertebrada por uma via de circunvalação, formase um sistema urbano polarizado por um aglomerado principal (e.g. Ponta Delgada) em torno do qual gravita um conjunto de centros urbanos complementares e estruturantes (e.g. Ribeira Grande e Lagoa) e um conjunto de pequenos núcleos urbanos em meio rural (e.g. Lomba da Maia), mais ligados às atividades mais tradicionais. A ocupação e as atividades humanas normalmente estendem-se por plataformas até altitudes não superiores a 350 metros. É nesta faixa que ocorrem

os povoamentos lineares que acompanham as vias (estradas e caminhos) de atravessamento (e.g. Conceição, Fenais da Ajuda) e onde se localizam os solos mais produtivos e as pastagens onde se instalam as explorações agrícolas e agropecuárias. A partir daqui as condições são mais agrestes, com um relevo mais acidentado e condições climáticas que condicionam a agricultura, dominando os matos e a floresta de proteção e, já pontualmente, as pastagens que vão substituindo a vegetação autóctone. A figura seguinte, que corresponde a uma adaptação dos modelos de povoamento constantes do PROTA, elucida esquematicamente esta realidade insular, aplicável à Ilha de São Miguel e ao concelho da Ribeira Grande (Figura 59).

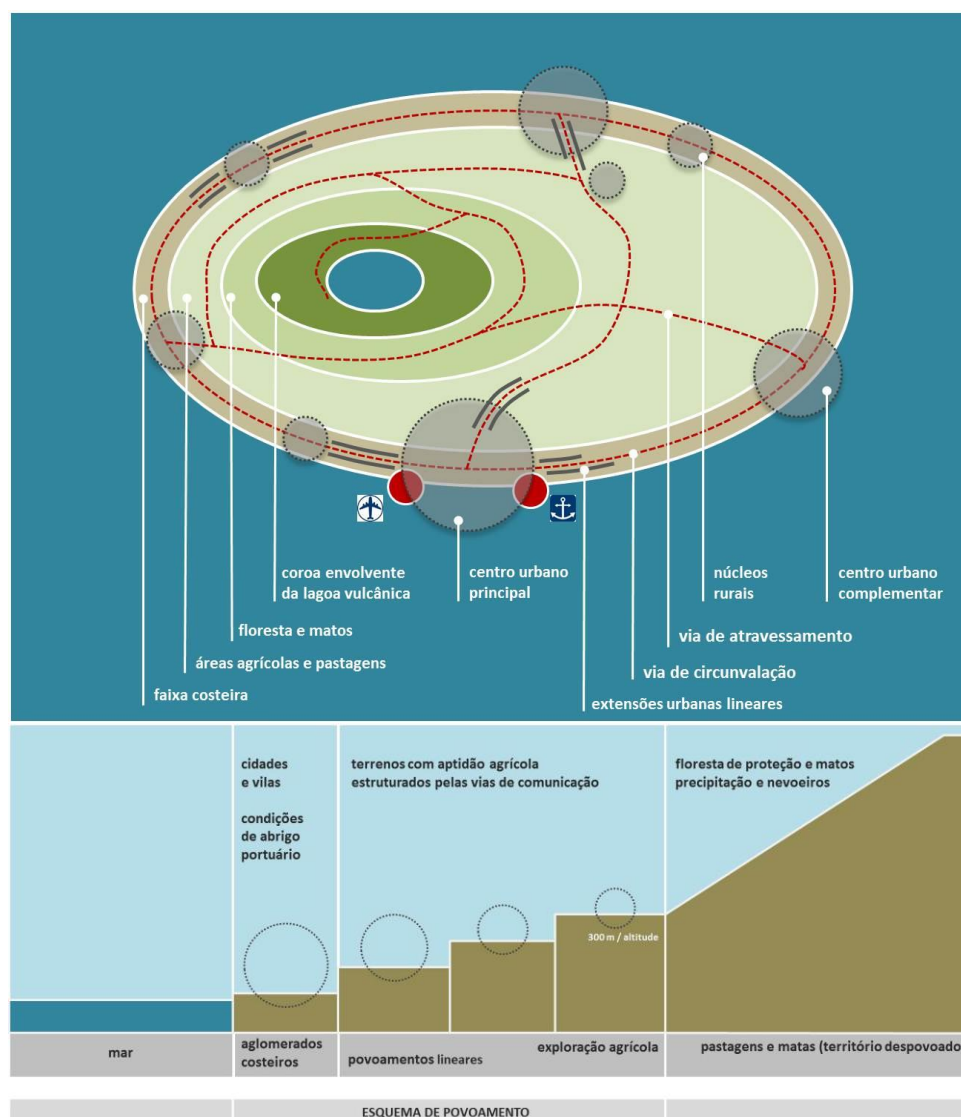


Figura 59. Esquema de povoamento das ilhas (modelo de proto-ilha)

Fonte: PEDC Ribeira Grande, adaptado do PROTA – Sistema urbano-rural, Governo Regional, 2010

A Carta de Ocupação do Solo de 2018, anteriormente apresentada no capítulo 5.7, demonstra espacialmente o fenómeno de concentração urbana (manchas a cinza) junto ao litoral, sendo na zona topograficamente mais favorável à ocupação, entre os maciços montanhosos das Sete Cidades e do Fogo, que se localizam as cidades da Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa e a vila de Rabo de Peixe.

O modelo de povoamento da ilha de São Miguel assenta em padrões de ocupação e de urbanização diversificados, com densidades de ocupação também distintas consoante a topografia é mais ou menos favorável à expansão urbana. Enquanto os concelhos da Povoação e Nordeste apresentam áreas urbanas mais limitadas e com maiores densidades, em resultando das condicionantes físicas, já os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo apresentam áreas urbanas consolidadas e de expansão mais significativas, por vezes de baixa densidade, a que se associam também áreas industriais e logísticas também relevantes. Um traço comum a todos os concelhos são os pequenos aglomerados disseminados e que tendem a assumir configurações lineares estruturadas pelas vias de comunicação.

O esquema do sistema urbano do PROTA retrata espacialmente esta 'arquitetura' do sistema urbano da Ilha, evidenciando os concelhos com tendência de crescimento demográfico (Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa) – o triângulo –, onde as dinâmicas urbanas, económicas e sociais são naturalmente mais intensas (e, na mesma proporção, mais exigentes ao nível das medidas que enquadrem e qualifiquem o desenvolvimento), bem como os concelhos estáveis (Vila Franca do Campo e Nordeste) e em perda demográfica (Povoação). No caso da Ribeira Grande, é apontada a necessidade de uma maior contenção territorial e contenção dos processos de urbanização linear (Figura 60).

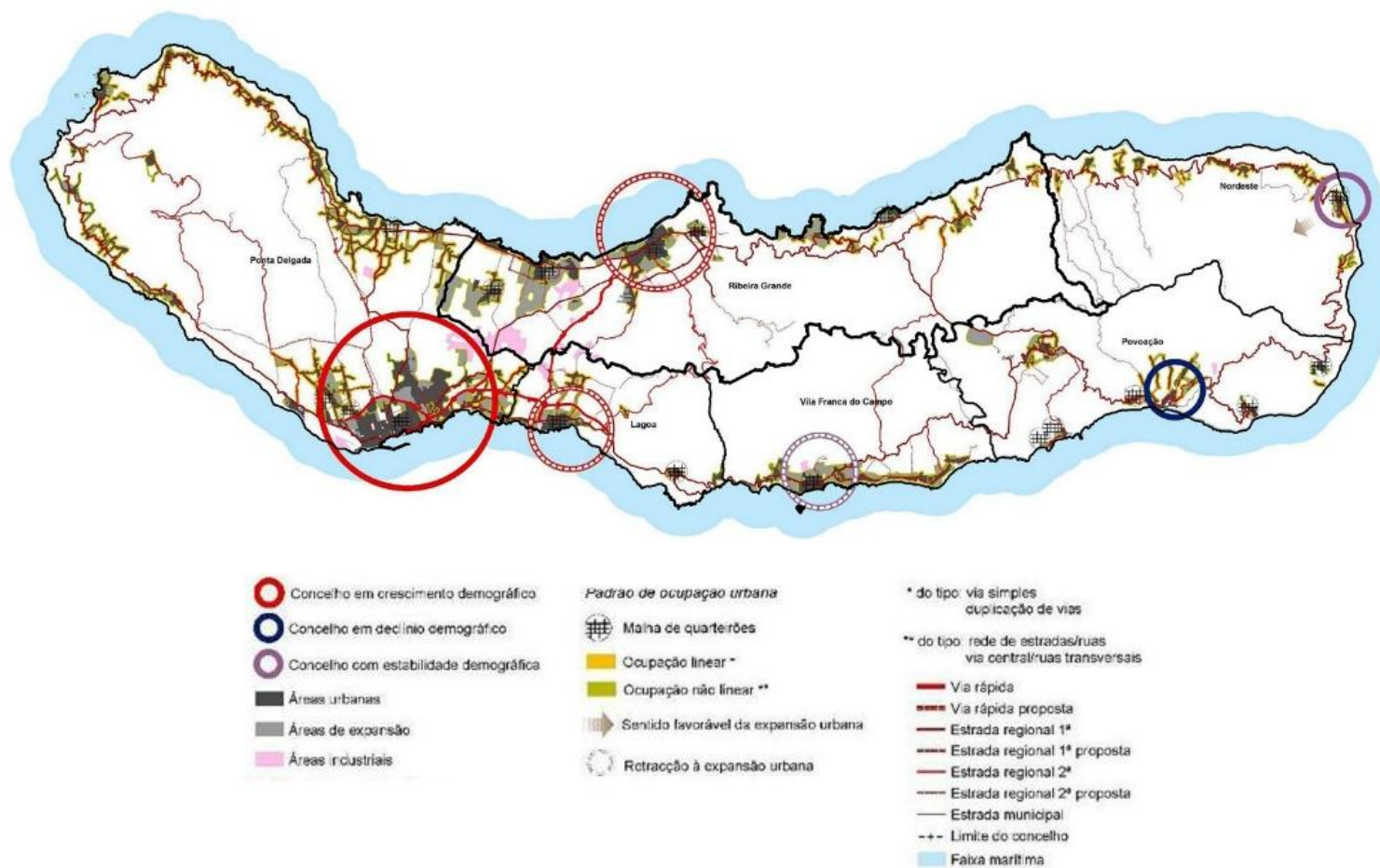


Figura 60. Sistema urbano da Ilha de São Miguel

Fonte: PROTA, Governo do Açores, 2010

7.1.1 Sistema urbano municipal

Tal como na ilha, o relevo da Ribeira Grande, muito marcado pela geomorfologia vulcânica do Pico da Barrosa e pela orografia central da ilha que se estende até à linha costeira, a par com a disponibilidade de recursos (mar e solos), foram os principais fatores que determinaram a matriz de povoamento do concelho. Mesmo com o decurso do tempo e com a introdução de outras lógicas de ocupação do território, essa matriz histórica ainda hoje é evidente.

O concelho da Ribeira Grande apresenta um povoamento polinucleado de baixa densidade que, tal como a cidade, ocupou as zonas relativamente planas do território, ao longo da costa. A ocupação urbana é fortemente assimétrica, concentrando-se sobretudo na cidade da Ribeira Grande (cujo perímetro urbano forma um continuo que abrange cinco freguesias – Matriz, Conceição, Ribeira Seca, Ribeirinha e Santa Bárbara) e nas freguesias de Rabo de Peixe e Pico da Pedra.

A cidade da Ribeira Grande (9.172 hab.) configura-se como o principal centro urbano, tendo a vila de Rabo de Peixe (8.799 hab.) e Pico da Pedra (3.053 hab.) como centros urbanos complementares, embora com funções muito distintas. Enquanto a vila de Rabo de Peixe é um aglomerado forte economicamente em resultado da sua ligação à atividade piscatória e agrícola e à indústria transformadora, o aglomerado do Pico da Pedra constitui-se como um polo residencial que tem vindo a desenvolver-se em resultado da sua proximidade a Ponta Delgada, das boas acessibilidades e dos preços competitivos da habitação, o que permitiu atrair muitos residentes oriundos do principal centro urbano regional.



Figura 61. Vista aérea da cidade da Ribeira Grande e da vila de Rabo de Peixe

Fonte: SPI e Junta de Freguesia de Rabo de Peixe

Estes três aglomerados, localizados nas zonas ‘poente e centro-cidade’, que apresentam uma forte dinâmica de crescimento demográfico, configuram o principal eixo urbano do concelho, muito influenciado pela forte relação económica, social e demográfica gerada com Ponta Delgada e Lagoa.

Estas forças de articulação interconcelhias são visíveis no próprio desenvolvimento da mancha urbana e das áreas industriais, que tendem a estender-se cada vez mais para o interior, contrariando a matriz tradicional de povoamento. As Calhetas (910 hab.) constituem um aglomerado secundário que se articula com este eixo urbano. No seu conjunto, estes aglomerados formam o principal subsistema urbano concelhio, com densidades e formas de ocupação diversificadas. No centro tradicional da cidade da Ribeira Grande e nas vilas de Rabo de Peixe e Pico da Pedra a ocupação urbana é mais compacta e estrutura-se em malha urbana de quarteirões. Os núcleos urbanos mais compactos (tradicionalmente as sedes de freguesia) tendem a ligar-se por eixos urbanos lineares, paralelos e perpendiculares à linha de costa, mais ou menos periféricos.



Figura 62. Exemplos de ocupação urbana em Calhetas e Pico da Pedra.

Fonte: SPI, 2020

Na ‘zona nascente’ a realidade é oposta. Como já sublinhado, trata-se de um território marcadamente rural e de reduzida densidade urbana e populacional, embora os aglomerados de Porto Formoso e da Maia apresentem traços de alguma urbanidade, este último assentando a ocupação numa malha urbana estruturada em quarteirão. Mesmo nesta zona temos realidades distintas. Enquanto Porto Formoso (1.096 hab.), Maia (1.792 hab.) e São Brás (582 hab.) apresentam uma estabilidade demográfica, as freguesias e aglomerados de Lomba da Maia (1.048 hab.) e Fenais da Ajuda (890 hab.) apresentam uma tendência de regressão demográfica. Na última década censitária, a freguesia da Lomba de São Pedro cresceu, tendo registado 348 habitantes em 2021.

Trata-se, portanto, de uma linha de pequenos aglomerados urbano-rurais que formam, no seu conjunto, um subsistema urbano frágil e com dinâmicas distintas. Enquanto Porto Formoso, Maia e São Brás tendem a aproveitar as dinâmicas da sua proximidade ao principal eixo urbano do concelho, reforçada pela SCUT, os aglomerados de Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro, hoje com reduzida expressão urbana, tendem a regredir no que concerne às dinâmicas urbanas e demográficas.



Figura 63. Imagens da Maia e de Porto Formoso.

Fonte: açores.net e custojusto.pt

Considerando a realidade antes descrita da ocupação urbana e dinâmica urbanística do concelho da Ribeira Grande, é possível apontar dois subsistemas urbanos, com características e dinâmicas muito distintas:

- o 'eixo urbano-rural nascente;
- o 'eixo urbano centro-poente.

O primeiro, constitui um território vincadamente rural e de baixa densidade urbana, que integra cerca de 18% da população concelhia, com uma tendência demográfica regressiva. O segundo, que agrupa a cidade da Ribeira Grande, os dois centros urbanos complementares (Rabo de Peixe e Pico da Pedra) e a Calheta, constitui um território marcadamente urbano, com fortes relações económicas, sociais e demográficas com os concelhos de Ponta Delgada e Lagoa, que concentra cerca de 82% da população ribeira-grandense e a maior parte das funções urbanas e industriais, e que apresenta uma dinâmica demográfica muito positiva, que reflete o seu poder de polarização e de atração de pessoas e atividades (Tabela 43).

Tabela 43. Parâmetros de caracterização da ocupação urbana do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI, com base nos dados INE, Censos 2011 e 2021

Subsistema urbano	Zonas	Freguesias	Área 2011 (Km2)	Pop. Res. 2011 (hab.)	Pop. Res. 2021 (hab.)		Densidade populacional (hab./Km2)
Eixo urbano-rural nascente	Nascente	Porto Formoso	12,8	1.265	1.096	↓	86
		S. Brás	8,1	650	582	↓	72
		Maia	22,0	1.900	1.792	↓	82
		Lomba da Maia	20,5	1.152	1.048	↓	51
		Fenais da Ajuda	13,4	1.131	890	↓	67
		Lomba S. Pedro	8,3	284	348	↑	42
Eixo urbano centro-poente	Centro-Cidade	Ribeirinha	18,0	2.349	2.510	↑	140
		Matriz	10,8	3.968	3.767	↓	348

		Conceição	12,7	2.425	2.634	↑	207
		Ribeira Seca	12,6	2.950	2.771	↓	220
		Sta. Bárbara	12,8	1.275	1.188	↓	93
	Poente	Rabo de Peixe	17,0	8.866	8.799	↓	519
		Pico da Pedra	6,6	2.909	3.053	↑	464
		Calhetas	4,7	988	910	↓	194

Em síntese, e considerando a caracterização realizada, existe uma “rede urbana municipal” que é constituída pela totalidade dos aglomerados urbanos. É este sistema hierárquico que deve orientar o desenvolvimento urbano, a implantação espacial dos equipamentos coletivos, das infraestruturas, dos serviços e das atividades económicas, tendo como referência a concretização de um modelo urbano policêntrico que reduza as desigualdades territoriais no acesso a bens e serviços.

Entende-se, em sentido lato, que a hierarquia urbana é determinada por padrões de uso e ocupação do solo dominantes, pelas dinâmicas urbanas e funcionais, pela dimensão populacional e económica, pelas centralidades e sua interação funcional, pela rede de acessibilidades e transportes, e pela estratégia de ordenamento e de desenvolvimento urbano. Na Ribeira Grande, decorrente da conjugação destas características, define-se uma hierarquia urbana suportada em quatro níveis (Figura 64).

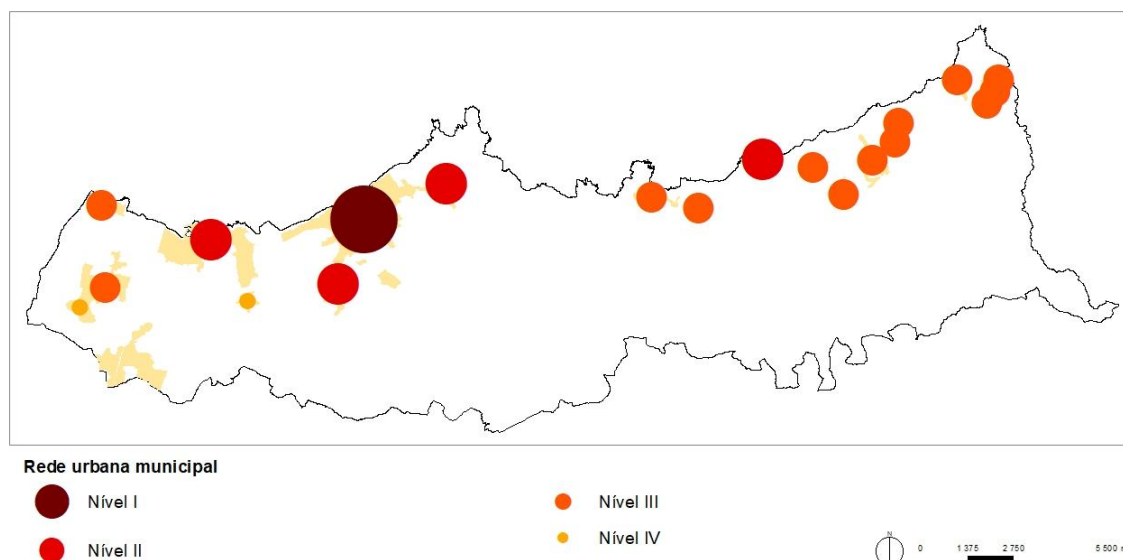


Figura 64. Rede urbana municipal evidenciada pelas características de ocupação na Ribeira Grande

Fonte: SPI, 2020

Tal como a imagem traduz, a rede urbana municipal organiza-se da seguinte forma:

- Nível I – cidade da Ribeira Grande (freguesias da Matriz, Conceição e Ribeira Seca);

- Nível II – cidade da Ribeira Grande (freguesias de Santa Bárbara e Ribeirinha); vila de Rabo de Peixe (com exceção da Boavista) e Maia;
- Nível III – restantes aglomerados sede de freguesia e pequenos núcleos urbanos, nomeadamente: Calhetas, Pico da Pedra (com exceção da Magnólia), Porto Formoso, São Brás, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda, Lomba de São Pedro, Lombinha da Maia, Burguete, Ribeira Funda e Criação Velha;
- Nível IV – Pico da Pedra (Magnólia) e Rabo de Peixe (Boavista).

Esta hierarquia urbana serve de suporte às opções municipais na distribuição territorial equilibrada do investimento público e captação do investimento privado, tendo igualmente influência da definição dos parâmetros urbanísticos para as subcategorias de espaço integradas em Solo Urbano, de forma a estabelecer níveis de densidade urbana adequados às características morfológicas e funcionais e ao papel que cada aglomerado desempenha (ou deve desempenhar) na Rede Urbana Municipal.

7.1.2 Estrutura fundiária

A estrutura da propriedade fundiária é um dos traços mais salientes do território. A cobertura vegetal, agrícola ou florestal, conjuntamente com os relevos e a rede hidrográfica, forma a base das paisagens naturais que se constituem ao longo da História, pela natureza e pelo povoamento/fixação das populações à terra, e atividades iniciais de natureza agrícola, silvo-pastoril ou florestal, condicionadas estas pelo quadro institucional e pela evolução das políticas económicas.

A caracterização da estrutura fundiária, relevante para a análise da dimensão média da propriedade, está intimamente relacionada com o cadastro da propriedade.

O conhecimento adquirido sobre a Região, associado aos dados do Recenseamento agrícola e do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, permite referir que existem particularidades na estrutura fundiária açoriana. Esta apresenta-se repartida e distanciada, o que constitui uma das atuais e prementes questões da agricultura no arquipélago. De facto, a estrutura da propriedade é predominantemente minifundiária, constituindo-se como um mosaico rural de pequenas parcelas, sendo que 65,5% das explorações agrícolas tem menos de 5 hectares, o que contrasta com algumas parcelas superiores a 50 hectares, em apenas 3,3%)

Através da análise do cadastro geométrico da propriedade rústica do concelho da Ribeira Grande, é possível identificar essencialmente dois conjuntos de propriedades, um minifundiário compreendendo prédios de menor dimensão essencialmente localizados junto aos centros urbanos e zonas costeiras, e outro que inclui um pequeno grupo de propriedades latifundiárias no interior do território. Embora apenas 3,8% das explorações agrícolas compreendam uma área de

exploração igual ou superior a 50 hectares, estas representam 35% do total das superfícies agrícolas utilizadas. (Tabela 44).

Tabela 44. Dimensão das explorações agrícolas

Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 2019

Unidade territorial	Explorações Agrícolas										
	Total	Menos de 1 ha		De 1 a 5 ha		De 5 a 20 ha		20 a 50 ha		Igual ou superior a 50 ha	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	10598	3505	33,1	2761	26,1	2414	22,8	1387	13,1	531	5,0
RAA	4324	1733	40,1	1116	25,8	892	20,6	442	10,2	141	3,3
Ribeira Grande	1048	388	37,0	301	28,7	202	19,3	117	11,2	40	3,8

Este nível de parcelamento da propriedade implica que na execução dos instrumentos de gestão territorial estejam envolvidos muitos atores/proprietários e interesses, o que poderá dificultar a dinâmica dos processos introduzindo inércia ou mesmo entraves ao seu progresso, questão que deverá ser acautelada no âmbito da programação das unidades operativas de planeamento e gestão.

7.2 Uso do solo urbano

A caracterização da ocupação e uso atual do solo urbano, complementando a caracterização anteriormente feita para a ocupação atual, é sustentada na análise do modelo de ordenamento vigente, e que influenciou as dinâmicas evidenciadas, na cartografia de base e levantamentos de campo, na Carta de Ocupação do Solo de 2018 e na identificação das áreas livres existentes.

E com base nestes registos e nas conclusões resultantes que se poderá fundamentar alterações ao modelo de ordenamento, já por si fortemente condicionado pelas orientações do PROTA para a redução da urbanização dispersa e necessidade de contenção dos perímetros urbanos.

7.2.1 Classificação do solo urbano em vigor

De forma a conhecer e a caracterizar a execução/concretização do solo urbano e urbanizável definido para o período de vigência do PDM da Ribeira Grande, é necessário analisar as áreas previstas em cada uma das classes de solo urbano.

O PDM da Ribeira Grande em vigor, no que à classificação/qualificação diz respeito, apresenta as seguintes classes e categorias (Tabela 45 e Tabela 46):

Tabela 45. Distribuição das classes e categorias de solo urbano pelas freguesias da Ribeira Grande (%)

Fonte: PDM da Ribeira Grande, 2006

Classes de Espaço	Categorias	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba de São Pedro
Espaços Urbanos	Zona Urbana	4,8	12,6	7,5	6,3	3,2	6,1	10	2,5	2,6	2,5	2,4	2,5	2,7	1,8
	Equipamentos Coletivos			1,1											
	AT6 - Campo de Golfe da Batalha	28,1													

Tabela 46. Distribuição das classes e categorias de solo urbano pelas freguesias da Ribeira Grande (cont.)

Fonte: PDM da Ribeira Grande, 2006

Classes de Espaço	Categorias	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba de São Pedro
Espaços Urbanizáveis	Espaços Media Densidade	5,7	8,4	8,9	1,3	2,6	5,8	4,1	1,6	0,1	1,6	1,1	0,8	0,4	1,3
	Espaços Baixa Densidade	2,0	9,9	2,1											
	Areias Rabo Peixe			9,0											
	AT1 - Morro de Baixo				2,8										
	AT2 - Fábrica do Chá da Barrosa				0,3										
	AT3 - Lagoa do Fogo						0,4								
	AT4 - Ladeira da Velha									0,7					
	AT5 - Porto Formoso - Castelo									0,1					
	AT7 - Pico Vermelho				0,8		1,0								
	CG_AT8 - Campo de Golfe do Porto Formoso									5,1					
	CG_AT9 - Campo de Golfe da Lagoa do Fogo				0,8		3,8								
Espaços Industriais	Indústria Existente		6,0	6,0	0,4		1,3	0,7							
	Indústria Proposta		6,6	3,4		3,7									
	Pequena Indústria e Armazéns		1,7	3,6								0,1			
	Exploração de Massas Minerais - Existentes		0,7	4,3	0,6	0,9	0,9	2,9	0,9				0,1		
	Exploração de Massas Minerais - Propostas			2,6											
	Estação de Serviço				0,4										

A Tabela 47 sintetiza a dimensão das áreas ocupadas pelas diferentes classes e categorias de solo urbano. Notar que da análise à planta de ordenamento, a dimensão do perímetro da Ribeira Grande (abrangendo os aglomerados das freguesias Matriz, Conceição e Ribeirinha) é o mais expressivo, seguindo-se o perímetro de Rabo de Peixe. Referir também que cerca de 38% do solo urbano é destino a categorias de espaço urbanizável e que as áreas destinadas à exploração de recursos geológicos representam 40% dos espaços destinados à instalação de atividades industriais. O PDM em vigor reserva cerca de 20% do solo urbanizável para a instalação de atividades turísticas e campos de golfe. O solo urbano representa 14 % do território do concelho da Ribeira Grande, com uma área total de 2542,35 hectares.

Tabela 47. Área ocupada pelas diferentes classes e categorias de solo urbano do PDM da Ribeira Grande

Fonte: PDM da Ribeira Grande, 2006

Classes de Espaço	Categorias	Área total	% do Solo Urbano
Espaços Urbanos	Zona Urbana	792,87	31,19
	Equipamentos Coletivos	18,42	0,72
	AT6 - Campo de Golfe da Batalha	69,18	2,72
Total de Espaços urbanos		880,47	34,63
Espaços Urbanizáveis	Espaços Media Densidade	501,29	19,72
	Espaços Baixa Densidade	111,79	4,40
	Areias Rabo Peixe	152,78	6,01
	AT1 - Morro de Baixo	35,38	1,39
	AT2 - Fábrica do Chá da Barrosa	4,24	0,17
	AT3 - Lagoa do Fogo	5,61	0,22
	AT4 - Ladeira da Velha	9,44	0,37
	AT5 - Porto Formoso - Castelo	1,91	0,08
	AT7 - Pico Vermelho	23,32	0,92
	CG_AT8 - Campo de Golfe do Porto Formoso	64,98	2,56
	CG_AT9 - Campo de Golfe da Lagoa do Fogo	58,47	2,30
Total de Espaços urbanizáveis		969,21	38,12
Espaços Industriais	Indústria Existente	169,98	6,69
	Indústria Proposta	153,48	6,04
	Pequena Indústria e Armazéns	74,66	2,94
	Exploração de Massas Minerais - Existentes	247,88	9,75
	Exploração de Massas Minerais - Propostas	46,2	1,82
	Estação de Serviço	0,47	0,02
Total de Espaços industriais		692,67	27,25
Total de solo urbano		2542,35	100

Para tornar a análise do solo urbano do Plano em vigor mais simples e direta, foi feita uma análise suportada em duas categorias, espaços urbanos e espaços urbanizáveis, tendo sido agrupadas as subcategorias dos mesmos. Foi realizado um exercício de generalização de classes propondo, de forma bruta, a distinção entre de solo urbano e solo urbanizável (Figura 65). Genericamente, foram agrupadas em solo urbano todas as categorias com elementos existentes e em solo urbanizável todas as categorias de proposta. Em termos quantitativos existe 880,47 hectares de espaço urbano e 969,21 hectares de espaço urbanizável, correspondendo a 4% e 5% do concelho da Ribeira Grande, respetivamente.

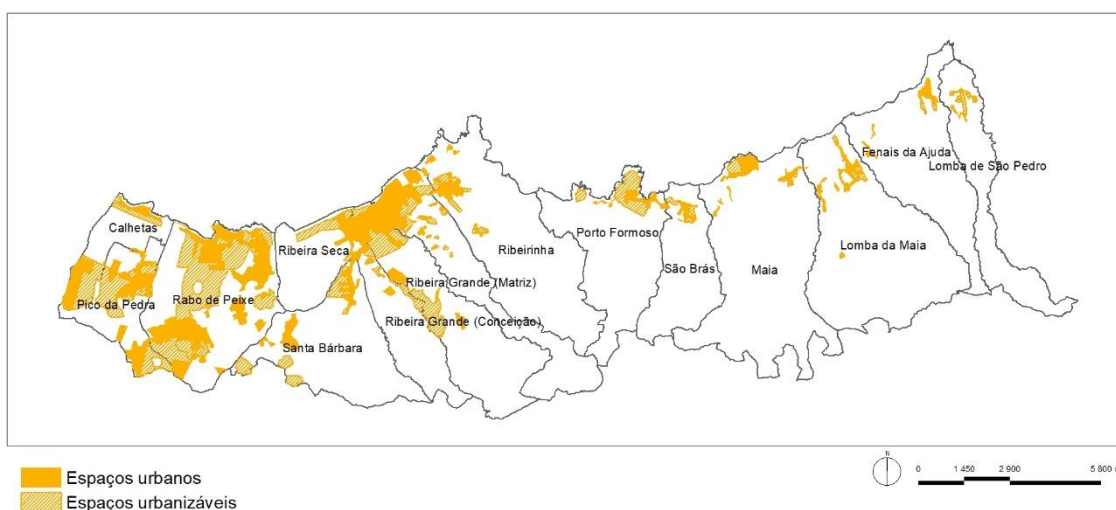


Figura 65. Representação do solo urbano no PDM em vigor

Fonte: SPI, com base na Planta de Ordenamento do PDM em vigor (2006)

7.2.2 Ocupação do solo urbano

Analisada a proposta de ordenamento, em vigor desde 2006, importa perceber que transformações sofreu o território desde então. Tendo como base a informação da Planta da Situação Existente, é possível ter uma perceção geral sobre a situação atual do Concelho, apresentando-se as principais características da ocupação do solo urbano.

Para o propósito desta caracterização, direcionada para o uso do solo urbano, os dados analisados serão referentes aos “Territórios artificializados” do nível hierárquico 1. Decompondo esse nível hierárquico observa-se, no concelho da Ribeira Grande (Figura 66), uma expressão significativa das manchas do tecido urbano na cidade da Ribeira Grande e na vila de Rabo de Peixe. Estes indicadores demonstram uma forte concentração urbana em torno desses aglomerados, notando-se, no caso da Ribeira Grande, uma maior tendência de crescimento linear (como por exemplo em direção ao aglomerado da Ribeirinha). Destaca-se, igualmente pela sua expressão territorial, principalmente em meio envolvente rústico, um conjunto de áreas de extração de massa minerais (vulgo pedreiras), atividade com preponderância e dinâmica económica no concelho da Ribeira Grande.

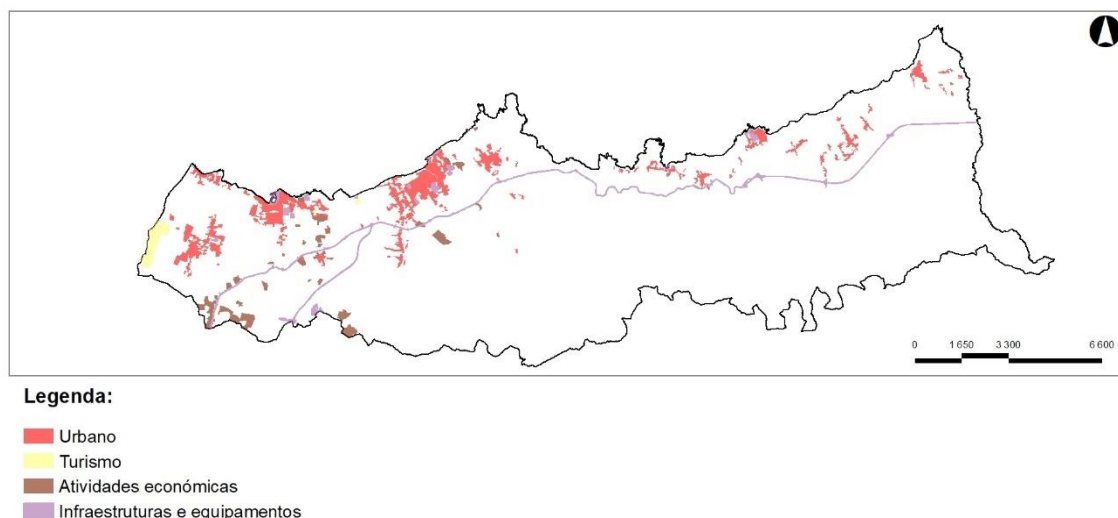


Figura 66. Ocupação do solo artificializado, segundo a Planta da Situação Existente, na Ribeira Grande

Fonte: Direção Regional do Ambiente, COS Açores (2018)

O território artificializado ocupa cerca de 6% da área total do território, sendo que, a maior encontra-se na categoria do Urbano (3,9%), seguindo das atividades económicas (1,1%). As restantes duas, Infraestruturas e Equipamentos e Turismo tem o valor de 0,6% e 0,4% respetivamente.

7.2.3 Principais características urbanísticas

Tendo em conta os objetivos estratégicos associados à revisão do PDM, nomeadamente no que diz respeito à “identificação das áreas consolidadas e a consolidar para a delimitação de perímetros de solo urbano e rústico”, importa proceder a uma análise das principais características dos aglomerados urbanos identificados no PDM em vigor.

7.2.3.1 Perímetros urbanos de nível hierárquico I e II

Os perímetros urbanos de nível hierárquico I e II, nomeadamente a cidade da Ribeira Grande (nas freguesias de Matriz, Conceição e Ribeira Seca) e a cidade da Ribeira Grande (nas freguesias de Santa Bárbara e Ribeirinha, vila de Rabo de Peixe (com exceção da Boavista) e a Maia.

O perímetro da cidade da Ribeira Grande (Figura 67), nas freguesias de Matriz, Conceição e Ribeira Seca, principal centro urbano do Concelho, apresenta uma superfície de 36,1 km² onde reside uma população de 9.172 habitantes e existem 3.139 edifícios clássicos, na sua maioria com 1 e 2 pisos.



Figura 67. Perímetro urbano da Ribeira Grande

Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor (2006).

Este perímetro urbano exhibe equipamentos relativos às tipologias de saúde, desportivos, apoio social, educativos, religiosos, de serviços, culturais e recreativos, administração e de segurança pública, salientando também a proximidade a infraestruturas rodoviárias com grande importância, designadamente, a EN1-1A e ER3-1A com relevância para a mobilidade entre concelhos vizinhos.

A atual configuração da cidade evidencia uma consolidação do território, assente na proximidade a vias rodoviárias estruturantes, que, consequentemente, traduz-se numa reduzida oferta de solo disponível para construção, sobretudo no núcleo histórico da cidade, considerado como bem de interesse municipal, devido ao seu valor cultural e patrimonial. Em termos funcionais, esta área é caracterizada pela existência de inúmeros serviços e equipamentos e por uma intensiva atividade comercial.

A cidade de Ribeira Grande apresenta diversos espaços públicos de qualidade, alguns dos quais foram recentemente requalificados, tal como a Frente Mar da Ribeira Grande, junto à Foz da Ribeira,

a Praça do Emigrante, o Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, o Largo das Freiras, entre outros, contribuindo assim, socialmente e economicamente para o bem-estar da comunidade, no sentido de qualificar o espaço para o reforço do usufruto, para uma melhor mobilidade urbana, bem como criar um espaço de lazer, com potencial para o desenvolvimento de atividades lúdicas, desportivas e de recreio, tanto para a população residente como para os visitantes.

Quanto aos aglomerados urbanos de nível hierárquico II, as freguesias de Santa Bárbara e Ribeirinha situam-se na continuidade da malha urbana da cidade, aproveitando a sua proximidade à rede viária estruturante existente, integrando assim o perímetro urbano desta. A Vila da Rabo de Peixe e a Maia, encontram-se fisicamente mais distantes da cidade, especialmente o núcleo da Maia, que apesar do seu maior nível de estruturação urbano, situa-se no setor nascente do concelho, num contexto marcadamente mais rural.

De forma a generalizar a caracterização dos aglomerados de nível hierárquico 2, optou-se por escolher a Vila de Rabo de Peixe, por este não se encontrar contínuo ao perímetro urbano da cidade da Ribeira Grande. Segundo os dados do INE, a vila de Rabo de Peixe apresenta uma superfície de 17,0 km² e é constituída por uma população residente de 8.799 habitantes, integrando um conjunto de 2.368 edifícios clássicos, na sua maioria edifícios com 1 ou 2 pisos.

O núcleo central da vila de Rabo de Peixe encontra-se bem consolidado, estruturando-se através de uma malha urbana de quarteirões, alimentadas por vias consideradas fundamentais para o território, nomeadamente, a EN1-1A, a Avenida Dom Paulo José Tavares, a Rua do Rosário e a Rua da Lapinha.

Este núcleo cresceu, essencialmente, em torno do porto marítimo, evidenciando a importância que o mar e as atividades marítimas e da pesca assumem no território. Estão também presentes diversos equipamentos públicos, nomeadamente de saúde, apoio social, administração, desportivos, educativos, culturais e recreativos, segurança pública e religiosos, o que fundamenta a sua importância hierárquica e estratégica para o concelho da Ribeira Grande.

A ocupação a leste do porto de Rabo de Peixe (Figura 68) espelha uma malha urbana, tendencialmente mais dispersa, organizada em pequenos núcleos de geometria irregular e de pouca densidade, onde as atividades industrial e agrícola ali presentes constituem o principal motor de dinamização económica e cultural deste território.

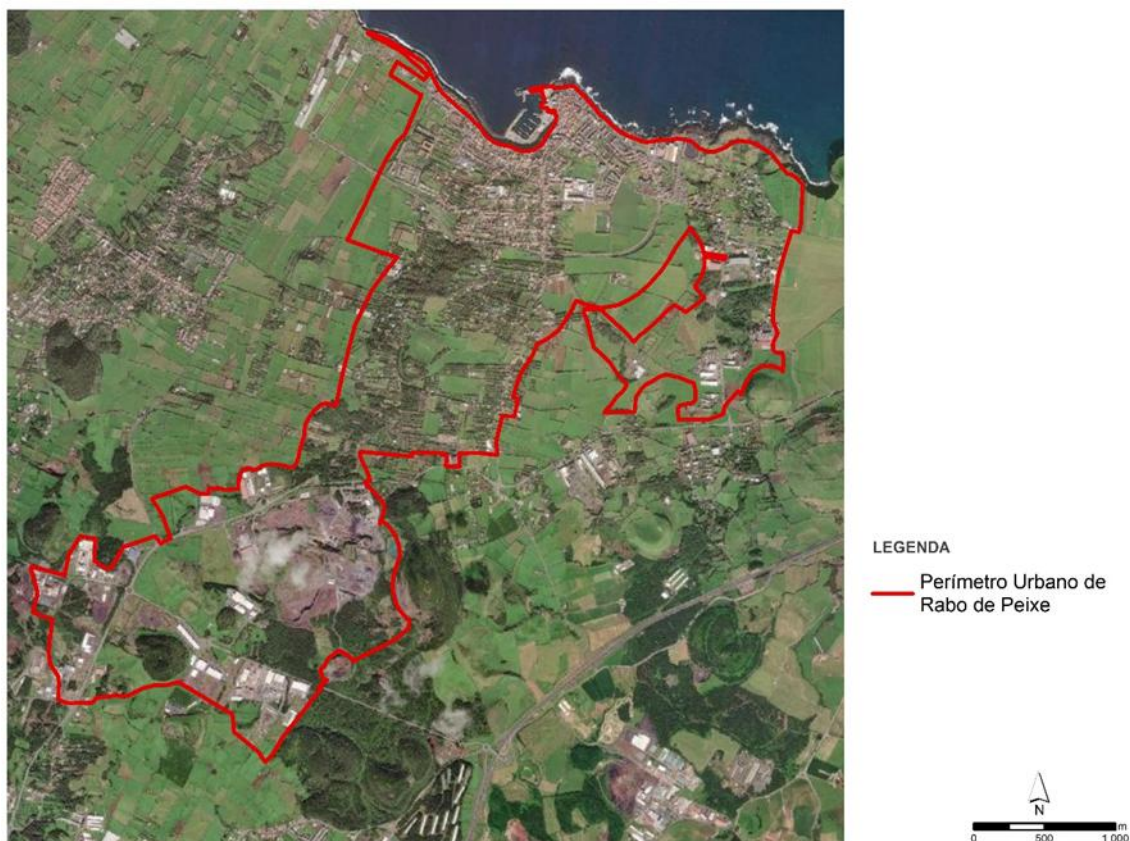


Figura 68. Perímetros urbanos de Rabo de Peixe

Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor (2006).

O espaço público do aglomerado urbano da vila de Rabo de Peixe encontra-se, em diversos locais, desqualificado, bem como algumas vias de circulação, não obstante da recente aposta na requalificação destes espaços por parte da Câmara Municipal, quer ao nível do desenho urbano, como ao nível dos materiais de pavimentação e mobiliário urbano, com o objetivo de potenciar o usufruto e a estadia, bem como a circulação pedonal e a qualidade paisagística, dando o exemplo

do Parque Rabo de Peixe dos Pequeninos, o Largo Padre António Vieira e o surgimento do novo campo de jogos de Rabo de Peixe

7.2.3.2 Perímetros urbanos de nível hierárquico III e IV

Os diversos perímetros urbanos de nível hierárquico III e IV apresentam algumas dinâmicas e particularidades territoriais distintas, assim como alguns tipos de povoamento, formas de nucleação e características das edificações semelhantes entre si.

Em ambos os níveis hierárquicos prevalecem as habitações, predominantemente, de 2 pisos, não obstante, do número significativo de habitações unifamiliares com 1 piso. Identificam-se estes perímetros urbanos, como pequenos aglomerados urbano-rurais, de reduzida densidade urbana e populacional, concentrados em pequenos ou médios núcleos de quarteirões irregulares, ou estruturadas ao longo das principais vias, que apresentam pequenos logradouros ou até mesmo terrenos agrícolas, como exposto na Figura 69, para os casos dos perímetros urbanos de nível hierárquico III, da Lombinha da Maia e da Criação Velha.



Figura 69. Perímetros urbanos de Lombinha da Maia e Criação Velha

Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor (2006).

O perímetro de Pico da Pedra (Figura 70) é tido como exceção, por apresentar uma estrutura urbana nucleada com elevado grau de consolidação, cujas vias são estreitas e os quarteirões compactos, na sua maioria, com poucos espaços livres. Na sua envolvência, registam-se pequenos núcleos dispersos, apoiados por caminhos municipais. Encontra-se, na sua maioria, infraestruturado

contando também com um vasto leque de equipamentos e serviços em comparação ao nível hierárquico inferior.

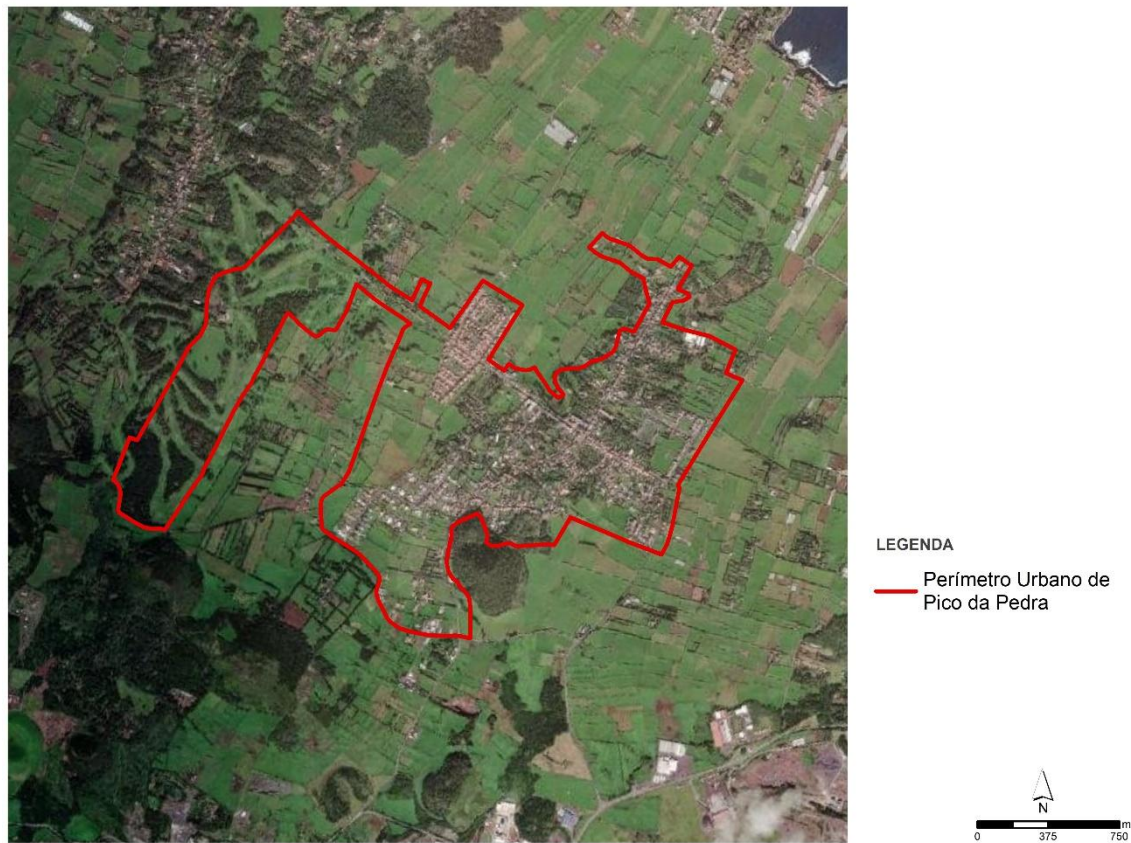


Figura 70. Perímetro urbano de Pico da Pedra

Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor (2006).

No concelho da Ribeira Grande apenas existem 2 perímetros urbanos de nível IV, que correspondem a aglomerados urbanos que apresentam maior dependência dos restantes aglomerados e que, carecem ainda de estruturação e consolidação urbana, sendo notória a ausência de equipamentos coletivos nos aglomerados da Magnólia e da Boavista (Figura 71).

Em suma, embora o tecido urbano dos níveis hierárquicos III e IV apresentem características semelhantes, pelo que as suas diferenças estão espelhadas por uma ocupação menos consolidada e pela fraca infraestruturação exibida nestes perímetros urbanos.

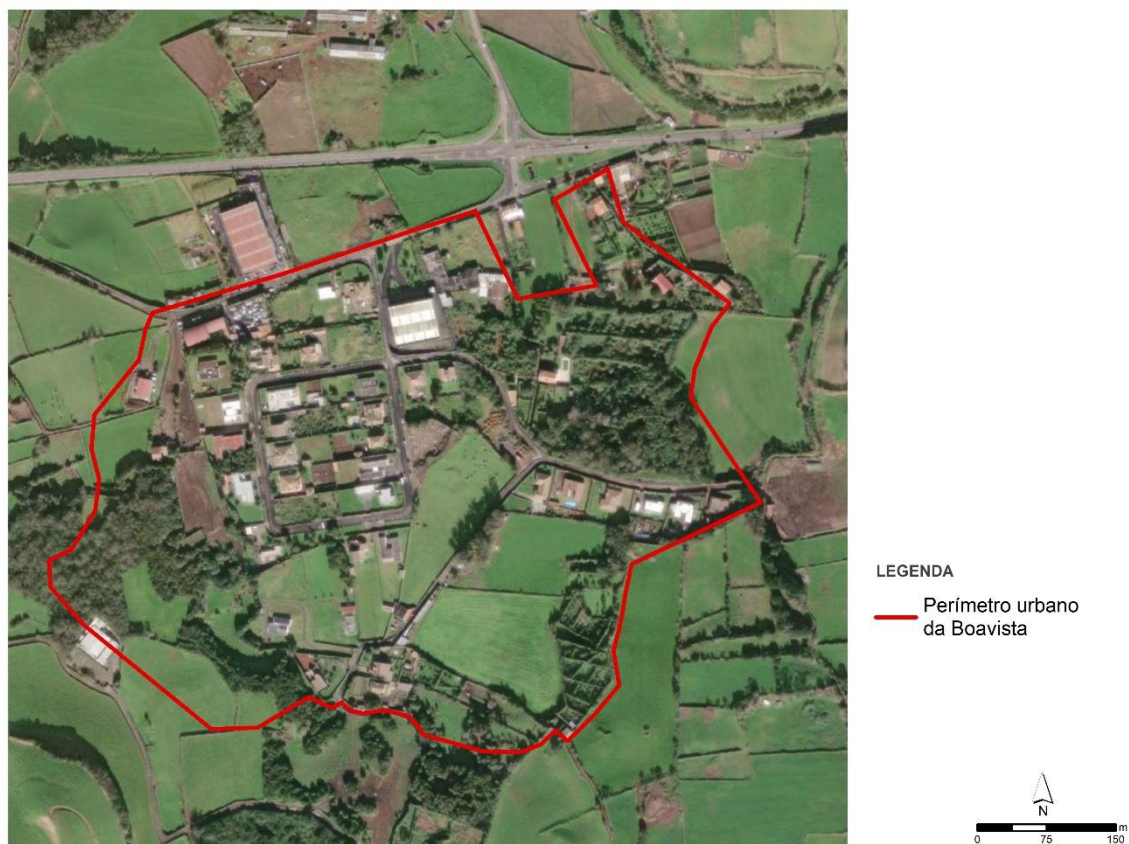


Figura 71. Perímetro Urbano da Boavista

Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor (2006).

7.2.4 Identificação das áreas livres de ocupação urbana

Conhecendo a síntese da proposta de ordenamento e com a perceção das características dos territórios artificializadas no concelho, é possível fazer uma análise comparativa das áreas planeadas com as áreas construídas. Assim, no caso das áreas planeadas, considera-se o espaço urbano, onde se englobam os solos urbanizados e os espaços verdes, e os espaços urbanizáveis, onde se incluem os solos de urbanização programada.

Com o objetivo de determinar as áreas efetivamente construídas, desenvolveu-se o método de análise espacial seguidamente ilustrado:

Partindo da Planta da Situação Existente, para definir as áreas efetivamente ocupadas, procedeu-se às seguintes iterações através de um sistema de informação geográfica:

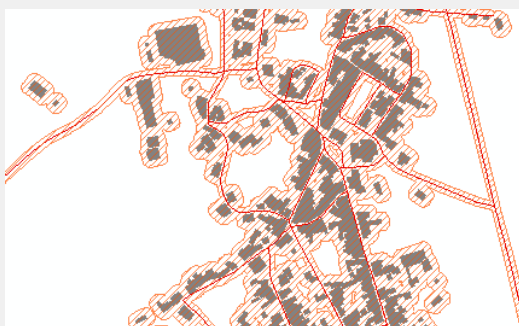
Às áreas efetivamente construídas foi realizado um *buffer* de 10m.



Aos “corredores” associados às vias aplicou-se um *buffer* de 6m.

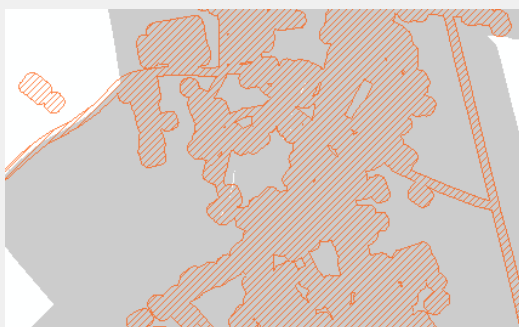


Os resultados dos dois passos anteriores foram agregados na mesma *shapefile*, juntamente com “Espaços dominantemente urbanizados e/ou edificados” da Planta da Situação Existente, resultando na identificação das “Áreas ocupadas”.

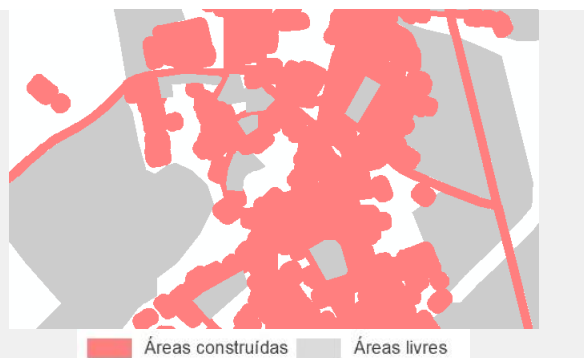


Tendo presente as *shapefile* dos “Espaços urbanos” e “Espaços urbanizáveis” (Figura 65), definidas anteriormente, estas foram subtraídas pela sobreposição com as “Áreas ocupadas”.

Os resultados, dependendo da base urbana ou urbanizável, foram designados como “espaços urbanos livres” e “espaços urbanizáveis livres”, uma vez que constituem as áreas livres de ocupação urbana.



Os polígonos decorrentes do passo anterior foram analisados quanto à sua dimensão e configuração, excluindo-se aqueles que apresentavam área inferiores a 150 m², por não se configurarem como admissíveis para nova construção de acordo com os padrões adequados de urbanismo.



Como resultado da metodologia aplicada identifica-se no concelho da Ribeira Grande um total de 750,45 hectares de espaços livres (Figura 72). A grande maioria das áreas livres, cerca de 66%, encontra-se nas áreas de categorias “urbanizáveis” significando, em contraponto, que os espaços urbanos consolidados estão perto do pleno de ocupação.

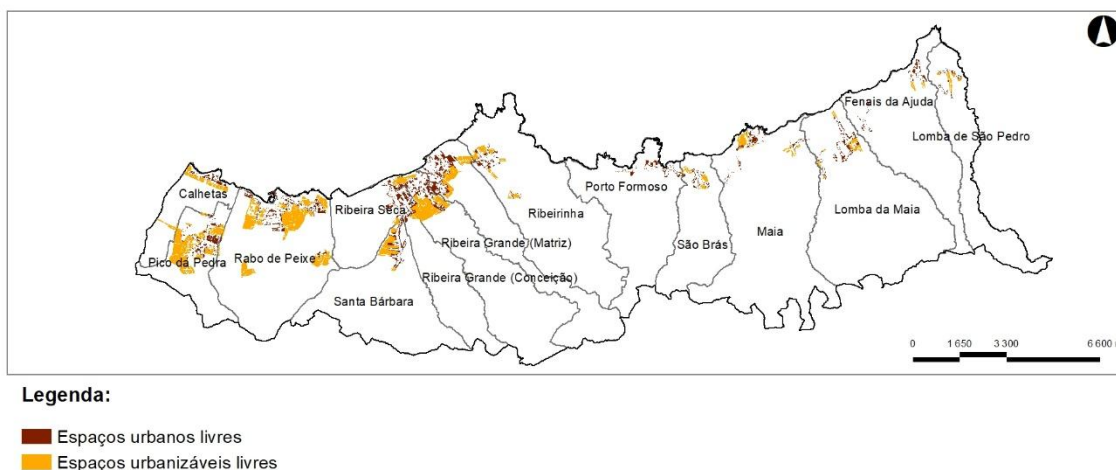


Figura 72. Áreas livres de ocupação decorrente da análise espacial efetuada

Fonte: SPI, com base nos dados da Planta da Situação Existente e cartografia de base

O cartograma apresentado traduz muito dos desafios inerentes ao processo de revisão do PDM da Ribeira Grande. Considerando a reduzida disponibilidade de solo consolidado, a necessária reclassificação da categoria de espaço urbanizável e os critérios do PROTA para a classificação e qualificação do solo, o processo de definição dos perímetros urbanos irá carecer de uma análise profunda e criteriosa. Assim, será fundamental na fase subsequente, identificar zonas a consolidar, que estejam parcialmente urbanizadas, e que garantam uma estrutura aos diferentes perímetros urbanos. Por outro lado, há também categorias de solo que atualmente não se enquadram em solo urbano, nomeadamente a exploração de recursos geológicos e grande parte das áreas turísticas, o que exigirá alterações profundas ao atual modelo de ordenamento.

7.3 Dinâmica urbanística

No contexto da revisão do modelo de ordenamento da Proposta do PDM para a Ribeira Grande, a dinâmica urbanística, expressa pelas intenções privadas na execução de obras urbanísticas e que se reflete nos processos que dão entrada nos serviços municipais, permite aferir da demanda de solo urbano e das tendências dos investidores privados.

Desde 2004, sendo que os dados de 2024 são considerados até setembro desse ano, deram entrada nos serviços municipais um total de 9.783 processos (Tabela 48), registados pelo SPO (Sistema de processos e obras).

Tabela 48. Número de processos com entrada por ano

Fonte: CMRG, 2024

Unidade territorial	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Ribeira Grande (Conceição)	Ribeira Grande (Matriz)	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba de São Pedro	TOTAL (concelho)	
2004	25	63	161	31	15	71	28	14	16	3	18	16	14	4	479	4,9%
2005	22	115	145	46	25	116	72	36	45	19	26	16	8	5	696	7,1%
2006	28	127	384	7	28	82	81	47	45	21	34	31	20	14	949	9,7%
2007	50	124	309	84	41	65	102	34	36	14	40	34	15	21	969	9,9%
2008	13	53	162	40	16	38	52	32	17	15	40	19	16	8	521	5,3%
2009	15	51	109	32	28	40	46	22	13	13	27	15	13	5	429	4,4%
2010	13	58	183	28	23	58	48	18	17	14	86	23	16	3	588	6,0%
2011	9	55	84	27	16	42	42	11	10	4	26	12	12	4	354	3,6%
2012	5	34	61	27	9	29	29	15	8	6	13	6	9	2	253	2,6%
2013	5	29	59	14	17	22	27	9	13	2	14	15	6	3	235	2,4%
2014	10	27	76	19	6	21	33	4	14	3	21	9	7	3	253	2,6%
2015	8	26	73	29	16	31	35	12	13	6	15	10	9	5	288	2,9%
2016	20	42	84	26	11	31	49	9	16	5	20	11	10	1	335	3,4%
2017	16	46	84	33	11	41	50	10	17	8	12	9	6	5	348	3,6%
2018	15	45	87	39	13	41	47	15	14	6	32	11	7	4	376	3,8%
2019	17	55	83	39	11	51	54	18	20	10	20	14	4	1	397	4,1%
2020	7	30	53	24	8	24	33	14	10	3	16	7	6	1	236	2,4%
2021	22	71	101	32	15	46	64	24	21	4	28	5	6	3	442	4,5%
2022*	26	60	133	43	13	64	75	32	25	10	32	16	18	4	551	5,6%
2023	29	113	136	68	26	88	92	37	30	9	46	20	21	9	725	7,4%
2024*	17	40	76	22	12	37	39	14	16	11	23	6	40	6	359	3,7%

*Dados de 2024, considerados apenas até julho desse ano;

A imagem seguinte (Figura 73) permite uma análise da distribuição dos processos por ano e por freguesia de forma mais direta. A primeira conclusão direta é que após 2010 a dinâmica de entrada de processos reduziu bastante. Contudo, com os primeiros sinais da retoma económica, registou-se um ligeiro aumento do número de processos a entrar nos serviços municipais. Ao nível das freguesias onde se regista uma maior procura, destacam-se as freguesias de Rabo de Peixe e Pico da Pedra.

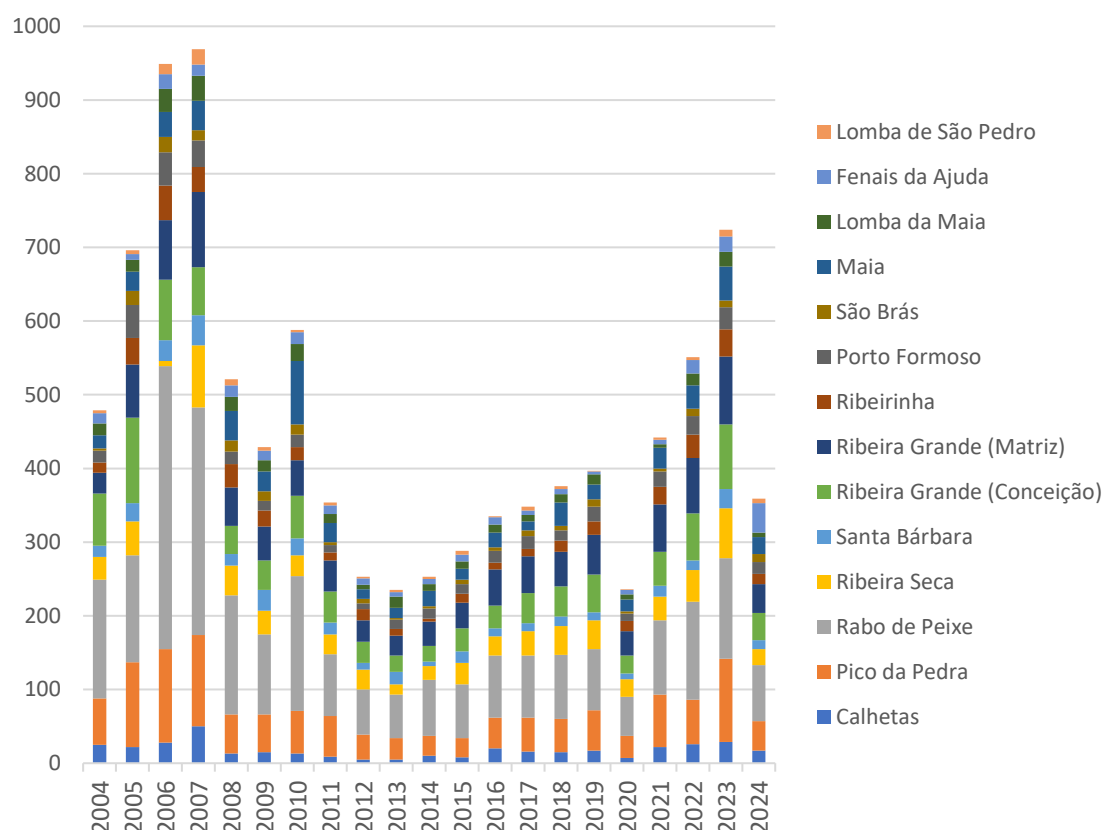


Figura 73. Número de processos com entrada por ano e freguesia

Fonte: CMRG, 2024

Os processos distribuem-se por tipos, e neste caso, foram apenas considerados os Licenciamentos, Loteamentos, Informação prévia, Comunicação prévia, Obras promovidas pela administração pública.

Relativamente a estes dados regista-se as intenções relativas a licenciamentos, com cerca de 66%, seguindo-se de comunicações prévias, com 14,2% (Tabela 49).

Tabela 49. Número de processos com entrada por tipo

Fonte: CMRG, 2024

Unidade territorial	Licenciamento	Loteamentos	Informações Prévias	Comunicação prévia	Obras promov. Administração Pública
2004	31	32	2		
2005	51	43	0		
2006	247	61	34	4	
2007	274	22	48	33	
2008	171	12	30	55	
2009	120	10	24	74	
2010	146	21	20	171	1
2011	123	2	17	45	1
2012	98	3	23	35	
2013	74	1	14	34	
2014	85	0	17	30	
2015	86	3	21	31	
2016	113	8	25	25	
2017	135	2	35	23	
2018	156	4	38	11	
2019	192	4	39	2	
2020	176	7	32	11	
2021	198	4	40	11	
2022	170	5	31	10	20
2023	182	14	42	8	2
2024*	86	5	19	10	1
TOTAL (Por Processo)	2914	263	551	623	25
	66,6%	6,0%	12,6%	14,2%	0,6%

*Dados de 2024, considerados apenas até julho desse ano;

Tabela 50. Número de processos com entrada por utilização por finalidade

Fonte: CMRG, 2022

Unidade territorial	Atividades Recreativas e Culturais	Agricultura	Armazém	Combustíveis	Comércio	Ensino/escola/creche	Habitação Coletiva	Habitação Unifamiliar	Industrial	Pecuária	Religioso	Rest/Bar e Bebidas	Serviços	Turismo
2005	2	2	0	0	2	0	2	218	8	0	0	0	2	0
2006	1	0	0	0	6	0	1	264	6	0	0	0	7	0
2007	0	1	6	2	5	0	1	217	6	0	0	0	11	0
2008	0	2	2	0	21	0	3	275	4	0	0	3	5	1
2009	0	0	4	1	7	0	6	135	2	0	1	3	6	1
2010	1	2	7	1	7	0	26	160	4	1	0	5	7	1
2011	2	4	10	10	14	1	1	196	2	0	0	5	9	2
2012	2	4	9	0	7	0	4	174	2	0	0	4	1	1
2013	1	5	2	0	8	1	0	65	2	1	1	1	5	0
2014	1	1	9	0	14	0	2	56	2	1	0	0	14	0
2015	0	2	7	0	10	1	3	64	2	0	0	3	9	0
2016	0	2	3	0	5	0	2	39	4	0	0	1	2	1
2017	1	3	2	0	4	0	1	53	3	0	0	1	2	1
2018	1	4	2	0	5	1	3	68	1	2	0	0	6	2
2019	0	0	3	0	2	0	4	65	3	2	0	0	4	1
2020	0	1	8	0	0	0	7	55	4	0	0	0	2	0
2021	0	1	9	0	2	0	3	109	2	0	0	2	4	0
2022*	1	1	2	0	4	0	1	80	0	0	0	0	2	0
TOTAL (Por Utilização)	13 0,5	35 1,2	85 3,0	14 0,5	123 4,3	4 0,1	70 2,5	2293 80,7	57 2,0	7 0,2	2 0,1	28 1,0	98 3,5	11 0,4

*Dados de 2022, considerados apenas até setembro desse ano;

Após a apresentação dos dados do sistema municipal de gestão processual, importa aqui perceber como se caracterizam as dinâmicas construtivas existentes no concelho da Ribeira Grande. Neste sentido, procedeu-se à análise do número de loteamentos e licenciamentos aprovados pela Câmara Municipal e ainda à análise do número de edifícios concluídos no Concelho (Figura 74).

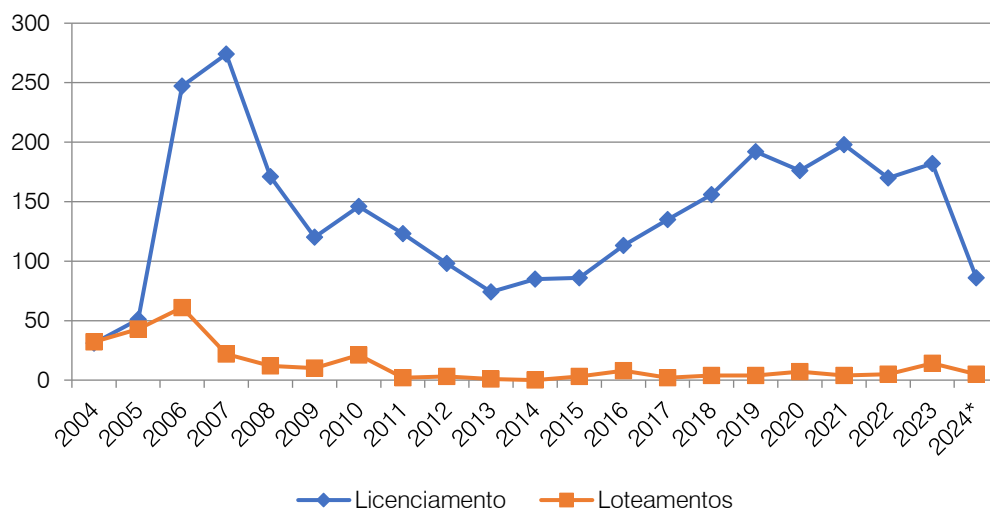


Figura 74. Número de licenciamentos e de loteamentos no concelho da Ribeira Grande desde 2004

Fonte: CMRG, 2024

De acordo com estes dados, constata-se um crescimento significativo de 2004 a 2007 dos licenciamentos, diminuindo abruptamente devido a crise económica de 2008, havendo, no entanto, uma recuperação em 2015. Os loteamentos, de forma geral, estagnaram a partir de 2011, sendo que o valor máximo ocorreu em 2006, com 61 loteamentos aprovados.

No que concerne à sua distribuição dos alvarás de construção ou loteamentos por freguesia (Figura 75), verifica-se que são, na sua generalidade, as freguesias a poente e mais centrais que concentram mais população, aquelas que apresentam mais alvarás emitidos, nomeadamente as freguesias de Rabo de Peixe (120 alvarás), Pico da Pedra (88 alvarás), Matriz (60 alvarás), Conceição (54 alvarás) e Ribeira Seca (44 alvarás).

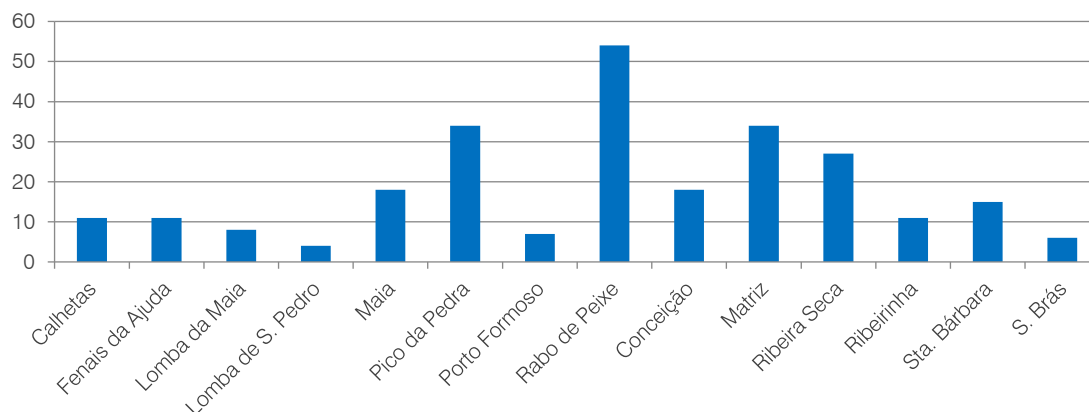


Figura 75. Distribuição dos alvarás de construção ou loteamento por freguesia no concelho da Ribeira Grande (2018-2022)

Fonte: CMRG, 2023

Segundo os dados do INE, é possível constatar que o Concelho registou o maior número de edifícios concluídos em 2006, tendo-se verificado uma quebra considerável no ano de 2009 (85 edifícios), após esse período assistiu-se a um novo crescimento, atingindo em 2011 um total de 149 obras de edificação, desde então o número de obras tem sido consideravelmente baixo. Em 2016, foram realizadas obras em apenas 52 edifícios, atingindo assim o valor mais baixo desde 2005. Os dados mais recentes apontam para uma retoma nas dinâmicas urbanísticas, com a construção, em 2021, de 128 edifícios, dos quais 84 foram novas construções e 44 obras de ampliação, alteração ou reconstrução (Figura 76).

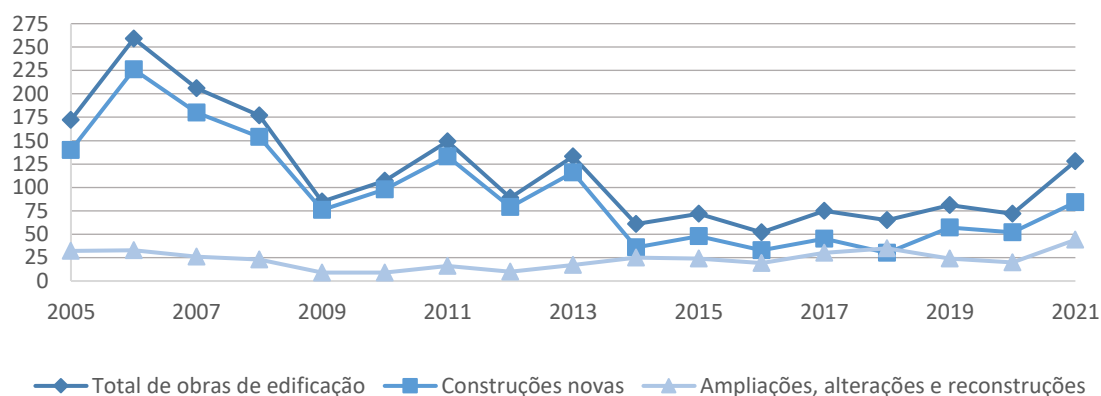


Figura 76. Edifícios concluídos por tipo de obra (Ribeira Grande) – 2021

Fonte: INE, 2022

Durante o período analisado, as construções novas são predominantes face às obras de ampliação, alteração e reconstrução, apesar destas últimas, nos anos mais recentes, terem vindo a sofrer um incremento, de que é exemplo o ano de 2021. Em 2021, 85 edifícios destinavam-se a habitação familiar, correspondendo a aproximadamente a 66% do total das edificações concluídas no Concelho.

7.4 Património histórico e cultural

O património de um município transfere valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade ou singularidade ao longo do tempo. Aqui, os bens imóveis, a par das tradições e atividades culturais, assumem uma grande importância para a compreensão, permanência e construção da identidade local e para a democratização da cultura, constituindo-se como um testemunho com valor de civilização e cultura.

O património arquitetónico construído resulta da interação entre as pessoas e os lugares ao longo do tempo. A sua conservação, valorização e divulgação tem um potencial de projeção local, regional, nacional e, em casos específicos, mundial, com capacidade de atratividade de diferentes

públicos pelos diversos aspetos associados à sua fruição. É ainda um recurso de grande importância para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e transmitir às gerações futuras.

A proteção legal destes valores assenta na classificação do património imóvel a vários níveis - mundial, nacional, de interesse público ou de interesse municipal - de acordo com o seu valor identitário e escala de relevância. Neste âmbito, os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio.

A estratégia territorial a adotar a nível da RAA depende de uma série de fatores, com destaque para os objetivos estratégicos do PROTA e para a temática do património arquitetónico nele inscrita, que apontam para:

- O esforço de manutenção da estruturação e formas de ocupação urbana predominantemente qualificadas, em detrimento da degradação do ambiente urbano tradicional e da degradação do património edificado.
- A crescente consciencialização da população para a necessidade de preservação do património natural (biológico, geológico e paisagístico) e construído, como elemento coerente do território e traço distintivo e de afirmação da RAA a nível nacional e internacional.

A preservação e valorização do património histórico-cultural da RAA constituem, na estratégia do PROTA, um elemento essencial de afirmação identitária e de sustentabilidade. Nessa perspetiva, a preservação e valorização do património histórico-cultural deve combinar-se com o património natural de interesse regional de modo a proteger e valorizar as unidades de paisagem cultural da Região. As preocupações do PROTA com as questões patrimoniais apontam para um conjunto de vetores estratégicos para a dinamização do património cultural e arquitetónico. Um desses casos prende-se com a crescente procura de habitação para 2ª residência, devendo esta ser remetida, sempre que possível, para a reconstrução e reabilitação do parque edificado existente, em vez da construção de raiz, evitando uma descaracterização rápida do património edificado e das estruturas urbanas das ilhas.

Desta forma, o PROTA estabelece o seguinte:

- Os PMOT devem identificar os roteiros culturais suscetíveis de assegurar a visibilidade, ordenamento e monitorização dos ativos culturais (literatura, património, arquitetura popular), combinados com os recursos naturais e paisagísticos.
- Os roteiros culturais devem ser sinalizados no território, cabendo à entidade regional competente a conceção e normalização da sinalética.

- Os conjuntos urbanísticos definidos como elementos com especial interesse patrimonial deverão ser objeto de PP, os quais deverão prever mecanismos de participação pública capazes de promover ações pedagógicas junto dos técnicos e dos munícipes em geral, com vista ao reconhecimento extra insular e à valorização interna do património cultural e construído do arquipélago.
- Deve ser fomentada a atualização continuada das normas do inventário de proteção cultural, de âmbito nacional e articuladas ao universo normativo europeu, nomeadamente no que respeita aos graus de proteção afetos aos “sítios urbanos” e à paisagem não urbana, às áreas de servidão de vistas, às zonas verdes exemplares, aos espaços urbanos de qualidade, às áreas críticas de recuperação e de reconversão, entre outras.

Ao nível do património histórico e cultural, é importante destacar, pelo seu impacto no concelho, o projeto museológico desenvolvido pela Câmara Municipal, materializado em 6 espaços museológicos (Figura 77):

- Museu Municipal - Casa da Cultura;
- Casa do Arcano;
- Museu da Emigração Açoriana;
- Museu do Tabaco da Maia;
- Museu Local do Pico da Pedra;
- Museu Vivo do Franciscanismo.





Figura 77. Museu Municipal, Museu da Emigração, Museu do Tabaco e Casa do Arcano.

Fonte: CMRG, Museu da Emigração e Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia

O Centro de Arte Contemporânea dos Açores (Figura 78), localizado nas instalações da antiga Fábrica do Álcool da Ribeira Grande, entretanto recuperadas, é uma iniciativa do Governo dos Açores que visa criar um centro de 'artes vivas' regional. Este equipamento veio acrescentar valor ao conjunto museológico municipal antes descrito e, assim, contribuir para que a Ribeira Grande se consolide como um dos principais polos ativos, patrimoniais e culturais, da Região.



Figura 78. Centro de Arte Contemporânea dos Açores.

Fonte: <http://www.proconvergencia.azores.gov.pt>

No que ao contexto patrimonial diz respeito importa referir, apesar da sua antiguidade, o Inventário do Património dos Açores, executado pelo Instituto Açoriano da Cultura, onde são identificados, no concelho da Ribeira Grande, 222 imóveis com interesse patrimonial²⁶. Estes edifícios distribuem-se pelas várias freguesias, destacando-se as freguesias da Matriz, Conceição, Ribeira Seca e Rabo de Peixe, onde se concentram mais de metade (60%) dos imóveis identificados (Figura 79).

²⁶ Conjunto de elementos de tipo arquitetónico, urbano ou paisagístico com qualidade intrínseca e significativo valor coletivo, social ou cultural. Por si só, a extensão e pluralidade deste conceito justificam a inclusão no inventário de espécies fruto da mais recente arquitetura contemporânea a par de outras cuja construção poderá datar do início do povoamento das ilhas e, bem assim, elementos imóveis aparentemente pouco apelativos em relação a construções visivelmente notáveis.

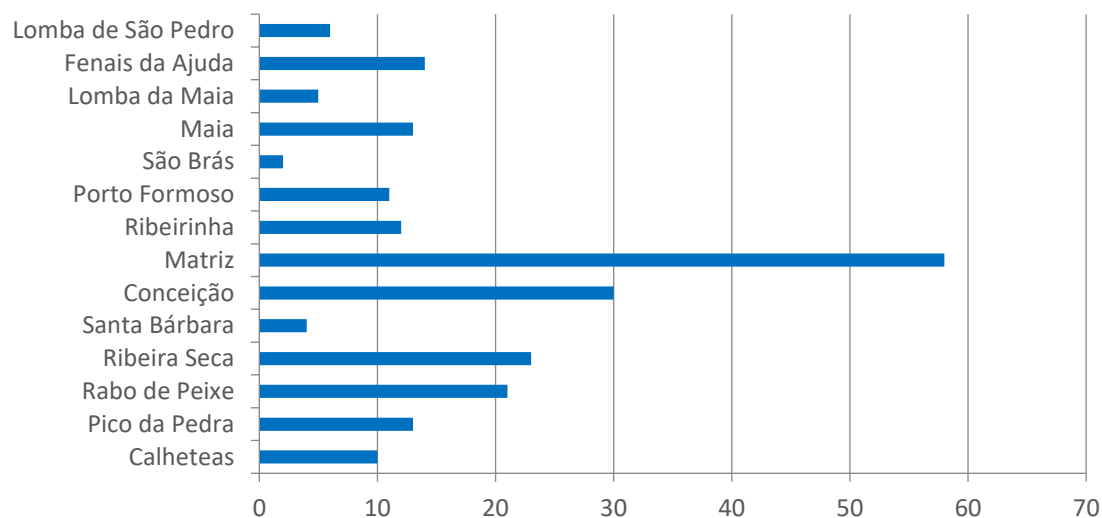


Figura 79. Número de imóveis com interesse arquitetónico distribuídos pelas freguesias da Ribeira Grande.

Fonte: Inventário do Património Imóvel dos Açores, 2008

A grande maioria do património identificado encontra-se em estado de conservação razoável (45%) e bom (30%), identificando-se uma percentagem menor, mas ainda assim relevante, em mau estado ou ruína (25%), particularmente nas freguesias de São Brás, Porto Formoso e Ribeirinha (Figura 80).

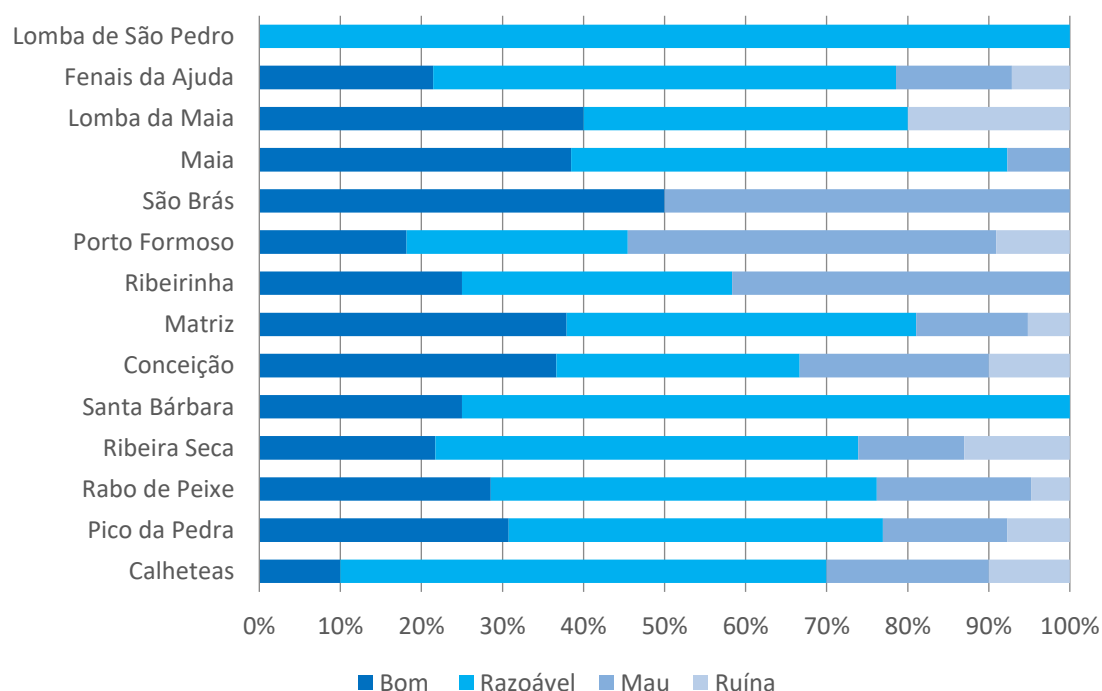


Figura 80. Estado de conservação do património arquitetónico do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: Inventário do Património Imóvel dos Açores, 2008

Entre os vários aspetos assinaláveis do património urbanístico e arquitetónico da Ribeira Grande, destaca-se, pela qualidade, quantidade e variedade tipológica, um grupo de edifícios dispersos pela cidade, mas imediatamente associáveis entre si pela semelhança dos elementos compositivos utilizados nas suas fachadas (Estilo Micaelense).

Segundo a informação presente no Inventário do Património Imóvel dos Açores²⁷, foi Luís Bernardo Leite de Ataíde, em 1950, quem primeiro reconheceu a existência destas construções, identificando os seus elementos estilísticos, e quem delimitou a distribuição geográfica do estilo arquitetónico micaelense. Ao utilizar esta designação para o conjunto de edifícios com as fachadas adornadas por elementos de valor expressivo, Leite de Ataíde identificava que esta combinação específica de elementos construtivos, compositivos, decorativos e simbólicos estava confinada à ilha de São Miguel, presente principalmente nas sedes de concelho.

Este estilo caracteriza-se essencialmente por fachadas enquadradas por socos, cunhais ou pilastras e cornijas. Os vãos, frequentemente janelas de sacada, têm boas molduras, igualmente em cantaria, encimadas por duplo lintel e cornija (Figura 81). Os adornos em pedra vulcânica negra (basalto), que acentua o contraste entre as cantarias salientes e o fundo caiado das paredes, são característica-relevantes deste estilo.



Figura 81. Pormenores do estilo micaelense (cornija e varandas).

Fonte: <http://www.inventario.iacultura.pt/>

A diversidade tipológica dos edifícios onde se encontra patente o estilo micaelense é, igualmente, um aspeto a ter em consideração. Apesar de se encontrar em todo o tipo de habitações urbanas, desde a pequena casa térrea, à ermida, solar ou casa solarenga, este estilo está maioritariamente presente nas pequenas casas térreas, sendo uma forma de expressar o desejo de ascensão social. Estas tipologias podem dividir-se, genericamente, em três grupos: as casas solarengas, sempre com dois pisos e fachadas alongadas, algumas das quais acrescentadas de capela; as casas de um piso e fachada com uma porta entre duas janelas (as mais rudimentares, raras, têm só uma

²⁷ <http://www.inventario.iacultura.pt/smiguel/ribeira-grande/estilo-micaelense.html>

janela e uma porta); as casas correntes de dois pisos, bastante variáveis quanto à forma e à dimensão.

Relativamente à ocupação territorial por património arquitetónico com elementos do estilo micalense na ilha de São Miguel, é no concelho da Ribeira Grande que se identifica a maior concentração destes edifícios (31). Neste concelho encontram-se os exemplares mais significativos, tanto do ponto de vista da representatividade como da exceção, do edificado, sendo que é na cidade da Ribeira Grande (freguesias da Matriz e Conceição) e nas freguesias de Rabo de Peixe e Fenais da Ajuda que se encontra um maior número de edifícios com estas características (Figura 82).

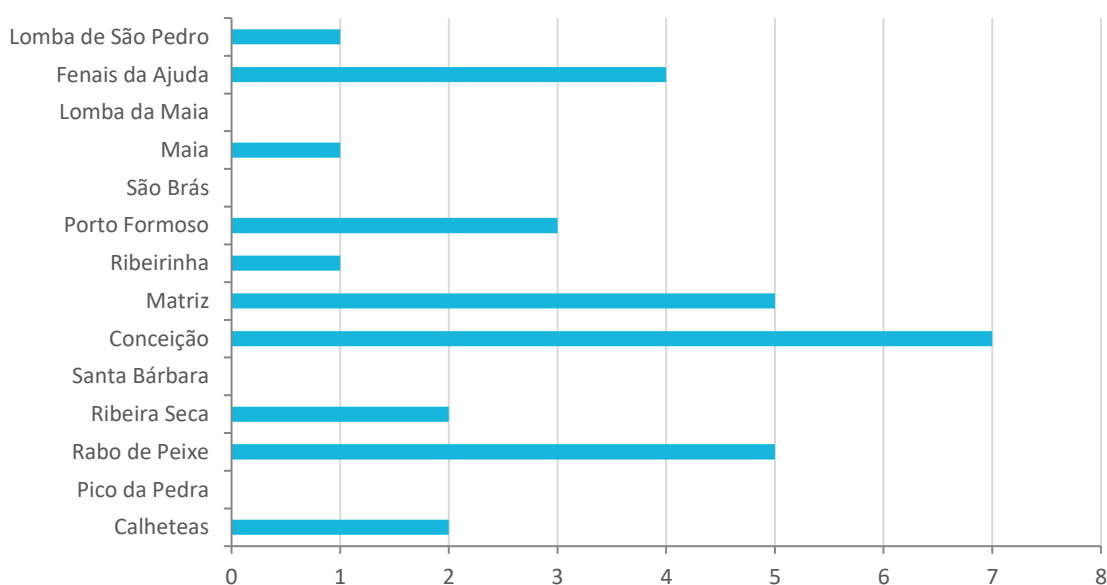


Figura 82. Número de edifícios de “Estilo Micalense” presentes nas freguesias da Ribeira Grande.

Fonte: CMRG, 2013

Para além dos edifícios identificados no inventário, podem encontrar-se, ainda, um pouco por todo o núcleo urbano da cidade, fachadas passíveis de serem integradas no estilo micalense. Hoje, as habitações de maiores dimensões encontram-se devolutas, em ruínas, ou foram, entretanto, refuncionalizadas, dadas as suas características, para usos não habitacionais.

A situação mais preocupante está relacionada com os edifícios que se encontram em mau estado de conservação, pois o conjunto de edifícios do estilo micalense, tanto dentro como fora da cidade, mas em particular as casas de habitação que se distribuem pelo núcleo urbano, constituem um dos mais importantes valores patrimoniais da Ribeira Grande.

7.4.1 Valores patrimoniais municipais

O concelho da Ribeira Grande é, como espelhado, um concelho rico em património e cultura, sendo o conjunto edificado e a sua rede museológica um testemunho material dessa herança. Apesar de

neste ponto o foco recair sobre o edificado, não pode deixar de ser ressalvada a diversidade de atividades culturais, com destaque para as várias festividades, religiosas e profanas, que refletem a dimensão imaterial da cultura ribeira-grandense e dinamizam as atividades culturais.

Pela sua diversidade e valor patrimonial são identificados no concelho, através das listagens de imóveis classificados cedidas pela Direção Regional dos Assuntos Culturais e pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, 16 imóveis classificados (10 Imóveis de Interesse Público e 6 Imóveis de Interesse Municipal) (Tabela 51 e Figura 83).

Tabela 51. Identificação dos valores patrimoniais do concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, 2025

Designação	Categoria de Proteção	Diploma	Localização
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela	Interesse Público	Dec. n.º 39 175, DG 77 de 17 abril 1953	Matriz
Paços do Concelho da Ribeira Grande	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 64/84, JO 14 de 30 abril 1984	Matriz
Igreja da Misericórdia	Interesse Público	Dec. n.º 39 175, DG 77 de 17 abril 1953	Matriz
Teatro Ribeiragrandense	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 152/89, JO 49 de 05 dezembro 1989	Matriz
Prédio na Rua do Vencimento “Solar de Nossa Senhora do Vencimento”	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 64/84, JO 14 de 30 abril 1984	Conceição
Igreja e Claustro do Antigo Convento da Ordem de São Francisco	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 64/84, JO 14 de 30 abril 1984	Conceição
Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Vinhas	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 64/84, JO 14 de 30 abril 1984	Rabo de Peixe
Sede da Sociedade Filarmónica Progresso do Norte	Interesse Municipal	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 9/2000, JO 4 de 27 janeiro de 2000	Rabo de Peixe
Casa da Nossa Senhora da Boa Viagem	Interesse Municipal	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 18/93, JO 6 de 11 fevereiro 1993	Calhetas
Prédio na Rua Dr. Hermano da Silva Mota “Solar da Mafoma”	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 64/84, JO 14 de 30 abril 1984	Ribeira Seca
Conjunto da Quinta de Nossa Senhora dos Prazeres	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 230/2020, JO 120 de 10 de agosto de 2020	Pico da Pedra
Fontanário do Largo de São Pedro	Interesse Municipal	Edital n.º 7/11, JO 136 de 18 de julho de 2011	Ribeira Seca
Conjunto edificado da Antiga Fábrica do Álcool	Interesse Público	Res. do Presidente do Governo Regional n.º 143/2010, JO 167 de 21 outubro de 2010	Conceição
Casa do Pico Arde	Interesse Municipal	Aviso n.º 764/2005, publicado no Jornal Oficial, 2.ª série, de 6 de setembro de 2005	Conceição
Casa Almeida Lima	Interesse Público	Resolução do Conselho do Governo n.º 100/2021, de 5 de maio	Conceição
Conjunto da Quinta dos Prazeres	Interesse Público	Aviso n.º 57, publicado no JO n.º 168, II Série de 31 de agosto	Pico da Pedra
Escola Primária da Lombinha da Maia	Interesse Municipal	Edital n.º 7/2024 de 1 de junho de 2024, publicado no JO, II Série, n.º 124	Maia

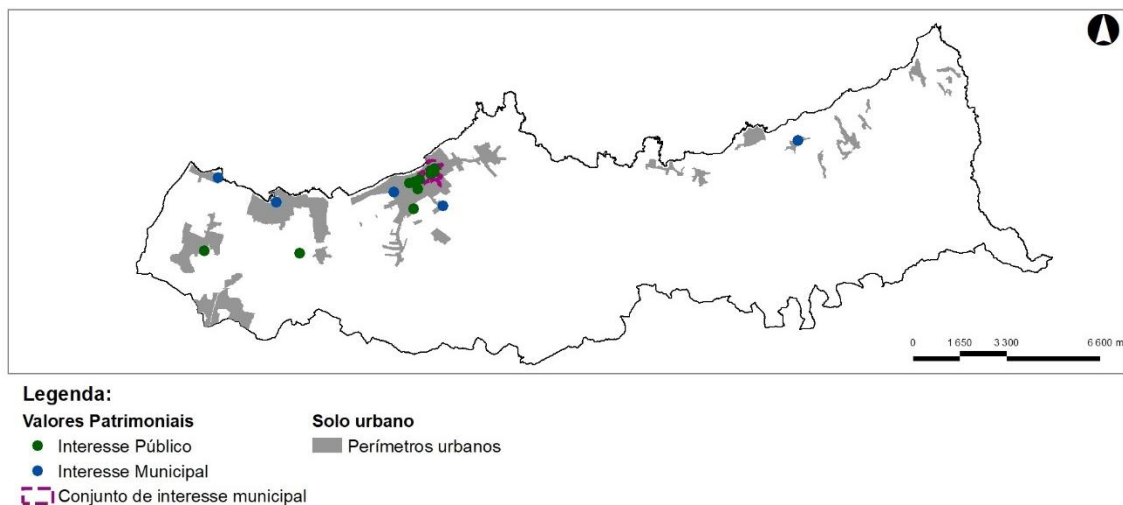


Figura 83. Distribuição dos valores patrimoniais do concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, 2025

Por fim referir que a zona histórica da cidade da Ribeira Grande está abrangida pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica da Ribeira Grande, um instrumento relevante para a preservação do património arquitetónico da cidade. Deste plano resultou a classificação do Conjunto Protegido da Zona Histórica da Ribeira Grande. Em 2014, o Município aprovou a delimitação da ARU do Centro Histórico, que confere um conjunto de benefícios fiscais para a reabilitação urbana.

8. Demografia, habitação e equipamentos

8.1 Caracterização da dinâmica demográfica

A análise das dinâmicas demográficas ajuda a traçar o perfil social e respetivas evolução e distribuição da população no concelho da Ribeira Grande, procurando, sempre que pertinente, a comparação com os níveis territoriais superiores ou concelhos da Região.

Recupera-se, a este propósito, que o concelho da Ribeira Grande é subdividido em 14 freguesias, sendo o Concelho limitado a leste pelo município de Nordeste, a sul pelos de Povoação, Vila Franca do Campo e Lagoa, a oeste pelo de Ponta Delgada, e a norte tem costa no oceano Atlântico.

8.1.1 População residente

8.1.1.1 Caracterização por local de residência

Na última década censitária, verifica-se que, pela análise da Tabela 52, a RAA registou uma variação negativa de 4,2%, contabilizando, em 2021 (Censos 2021), cerca de 236.413 residentes. Em todas as ilhas assistiu-se a um decréscimo populacional, ainda assim menos acentuado nas ilhas do Pico (-1,9%), Santa Maria (-2,6) e São Miguel (3,3%).

Tabela 52. População residente na RAA

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Unidade territorial	1991 (Nº)	2001 (Nº)	2011 (Nº)	2021 (Nº)	Variação 1991/2001 (%)	Variação 2001/2011 (%)	Variação 1991/2011 (%)	Variação 2011/2021 (%)	Variação 1991/2021 (%)
RAA	237.795	241.763	246.772	236.413	1,7	2,1	3,8	-4,2	-0,6
Santa Maria	5.922	5.578	5.552	5.406	-5,8	-0,5	-6,2	-2,6	-8,7
São Miguel	125.915	131.609	137.856	133.288	4,5	4,7	9,5	-3,3	5,9
Terceira	55.706	55.833	56.437	53.234	0,2	1,1	1,3	-5,7	-4,4
Graciosa	5.189	4.780	4.391	4.090	-7,9	-8,1	-15,4	-6,9	-21,2
São Jorge	10.219	9.674	9.171	8.373	-5,3	-5,2	-10,3	-8,7	-18,1
Pico	15.202	14.806	14.148	13.879	-2,6	-4,4	-6,9	-1,9	-8,7
Faial	14.920	15.063	14.994	14.331	1,0	-0,5	0,5	-4,4	-3,9
Flores	4.329	3.995	3.793	3.428	-7,7	-5,1	-12,4	-9,6	-20,8
Corvo	393	425	430	384	8,1	1,2	9,4	-10,7	-2,3

Prosseguindo com uma análise por concelho (Tabela 53), e em especial para o concelho da Ribeira Grande, observou-se um decréscimo de 2,3% durante a última década censitária. No entanto, comparando com os dados censitários de 1991, denota-se uma variação positiva acentuada e de cerca de 15,6%, a mais significativa na Região, registando, em 2021, 31.388 residentes.

Tabela 53. População residente nos concelhos da RAA

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Unidade territorial	População Residente (N.º)				Variação 1991/2001 (%)	Variação 2001/2011 (%)	Variação 2011/2021 (%)	Variação 1991/2021 (%)
	1991	2001	2011	2021				
RAA	237.795	241.763	246.772	236.413	1,7	2,1	-4,2	-0,6
Vila do Porto	5.922	5.578	5.552	5.406	-5,8	-0,5	-2,6	-8,7
Lagoa	12.900	14.126	14.442	14.189	9,5	2,2	-1,8	10,0
Nordeste	5.490	5.291	4.937	4.368	-3,6	-6,7	-11,5	-20,4
Ponta Delgada	61.989	65.854	68.809	67.229	6,2	4,5	-2,3	8,5
Povoação	7.323	6.726	6.327	5.791	-8,2	-5,9	-8,5	-20,9
Ribeira Grande	27.163	28.462	32.112	31.388	4,8	12,8	-2,3	15,6
Vila Franca do Campo	11.050	11.150	11.229	10.323	0,9	0,7	-8,1	-6,6
Angra do Heroísmo	35.270	35.581	35.402	33.771	0,9	-0,5	-4,6	-4,3
Vila da Praia da Vitória	2.0436	20.252	21.035	19.463	-0,9	3,9	-7,5	-4,8
Santa Cruz da Graciosa	5.189	47.80	4.391	4.090	-7,9	-8,1	-6,9	-21,2
Calheta	4.512	4.069	3.773	3.437	-9,8	-7,3	-8,9	-23,8
Velas	5.707	5.605	5.398	4.936	-1,8	-3,7	-8,6	-13,5
Lajes do Pico	5.563	5.041	4.711	4.340	-9,4	-6,5	-7,9	-22,0
Madalena	5.964	6.136	6.049	6.319	2,9	-1,4	4,5	6,0
São Roque do Pico	3.675	3.629	3.388	3.220	-1,3	-6,6	-5,0	-12,4
Horta	14.920	15.063	14.994	14.331	1,0	-0,5	-4,4	-3,9
Lajes das Flores	1.701	1.502	1.504	1.408	-11,7	0,1	-6,4	-17,2
Santa Cruz das Flores	2.628	2.493	2.289	2.020	-5,1	-8,2	-11,8	-23,1
Corvo	393	425	430	384	8,1	1,2	-10,7	-2,2

No concelho da Ribeira Grande, o número de residentes ao longo dos anos, desde 1900, sofreu algumas oscilações, tendo registado o pico máximo na década de 60 do século passado. A partir da década de 60, registou-se um decréscimo da população, que se prolongou até à década de 90, explicado pelo fenómeno de emigração da época. Desde então, a tendência inverteu-se, registando-se um crescimento populacional muito expressivo no último período censitário, como referido anteriormente. Os resultados preliminares de 2021 confirmam uma inversão da tendência (Figura 84).

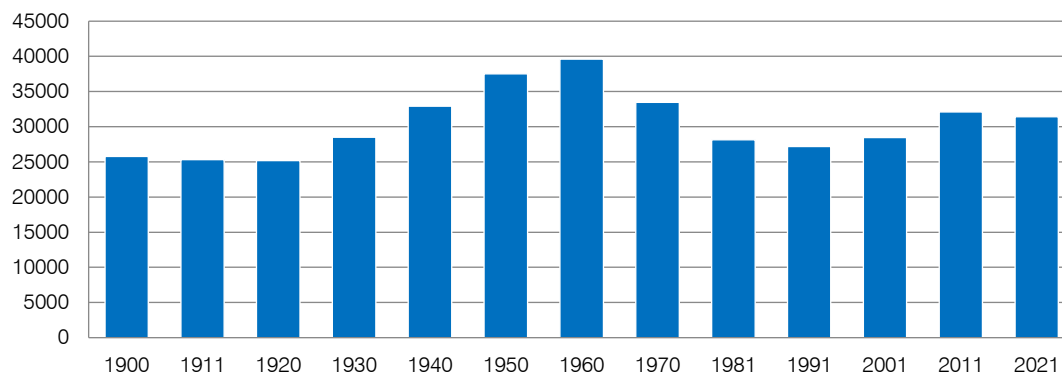


Figura 84. Evolução da população residente no concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação e Estimativas da População (vários anos)

Os dados da Tabela 54 mostram que o concelho da Ribeira Grande afigura-se, continuamente, uma taxa de crescimento natural positiva e superior às médias registadas nas unidades territoriais superiores, valor associado à taxa de natalidade superior à taxa de mortalidade.

Tabela 54. Taxa de crescimento natural

Fonte: INE, Indicadores demográficos (vários anos)

Local de residência	Anos									
	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)
RAA	0,15	0,11	-0,04	0,00	-0,02	-0,06	-0,01	-0,02	-0,06	-0,14
São Miguel	0,21	0,19	0,02	0,08	0,19	-0,01	-0,07	0,04	-0,04	-0,14
Ribeira Grande	0,69	0,59	0,43	0,32	0,51	0,40	0,53	0,43	0,43	0,32

No que respeita à distribuição da população residente no Concelho, tem-se verificado um decréscimo populacional face aos Censos 2011, contudo em 2021, contudo, existiram freguesias que aumentaram o número de residentes face a 2011, nomeadamente, a Lomba de São Pedro, Conceição, Ribeirinha e Pico da Pedra (Tabela 55).

Tabela 55. População residente nas freguesias da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Unidade territorial	População Residente (N.º)				Variação 1991/2001 (%)	Variação 2001/2011 (%)	Variação 2011/2021 (%)	Variação 1991/2021 (%)
	1991	2001	2011	2021	(%)	(%)	(%)	(%)
Ribeira Grande	27163	28462	32112	31388	-5,8	-0,5	-2,3	15,6
Calhetas	595	780	988	910	9,5	2,2	-7,9	52,9
Fenais da Ajuda	1251	1269	1131	890	-3,6	-6,7	-21,3	-28,9
Lomba da Maia	1053	1174	1152	1048	6,2	4,5	-9,0	-0,5
Lomba de São Pedro	329	309	284	348	-8,2	-5,9	22,5	5,8

Unidade territorial	População Residente (N.º)				Variação 1991/2001	Variação 2001/2011	Variação 2011/2021	Variação 1991/2021
	1991	2001	2011	2021	(%)	(%)	(%)	(%)
Maia	1878	1901	1900	1792	4,8	12,8	-5,7	-4,6
Pico da Pedra	1785	2426	2909	3053	0,9	0,7	5,0	71,0
Porto Formoso	1374	1267	1265	1096	0,9	-0,5	-13,4	-20,2
Rabo de Peixe	6642	7407	8866	8799	-0,9	3,9	-0,8	32,5
Ribeira Grande (Conceição)	1818	1797	2425	2634	-7,9	-8,1	8,6	44,9
Ribeira Grande (Matriz)	3905	3552	3968	3767	-9,8	-7,3	-5,1	-3,5
Ribeira Seca	2647	2550	2950	2771	-1,8	-3,7	-6,1	4,7
Ribeirinha	2029	2124	2349	2510	-9,4	-6,5	6,9	23,7
Santa Bárbara	1233	1271	1275	1188	2,9	-1,4	-6,8	-3,6
São Brás	624	635	650	582	-1,3	-6,6	-10,5	-6,7

Verifica-se ainda que, em 2021, a distribuição da população era desequilibrada e concentrava-se maioritariamente nas freguesias de Rabo de Peixe (28%), Matriz (12%), Ribeira Seca (8,8%) e Conceição (8,4%). Por sua vez, as freguesias de Lomba de São Pedro (1,1%), São Brás (1,9%) e Calhetas (2,9%) eram as freguesias com menor número de residentes (Figura 85).

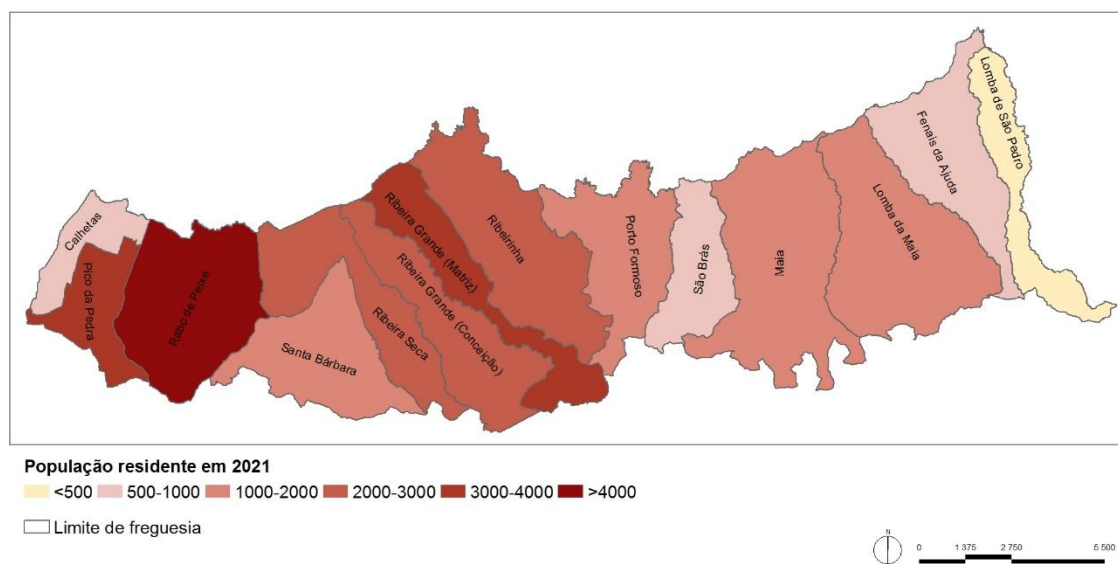


Figura 85. População residente por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Ainda ao nível de freguesia, os dados registados durante a última década censitária apontam para um decréscimo generalizado a todas as freguesias, à exceção das freguesias da Lomba de São Pedro, do Pico da Pedra, da Ribeirinha e da Conceição. A freguesia da Lomba de São Pedro registou o maior aumento, de 22,5%, enquanto a freguesia dos Fenais da Ajuda registou a maior perda, de -21,3% (Figura 86).

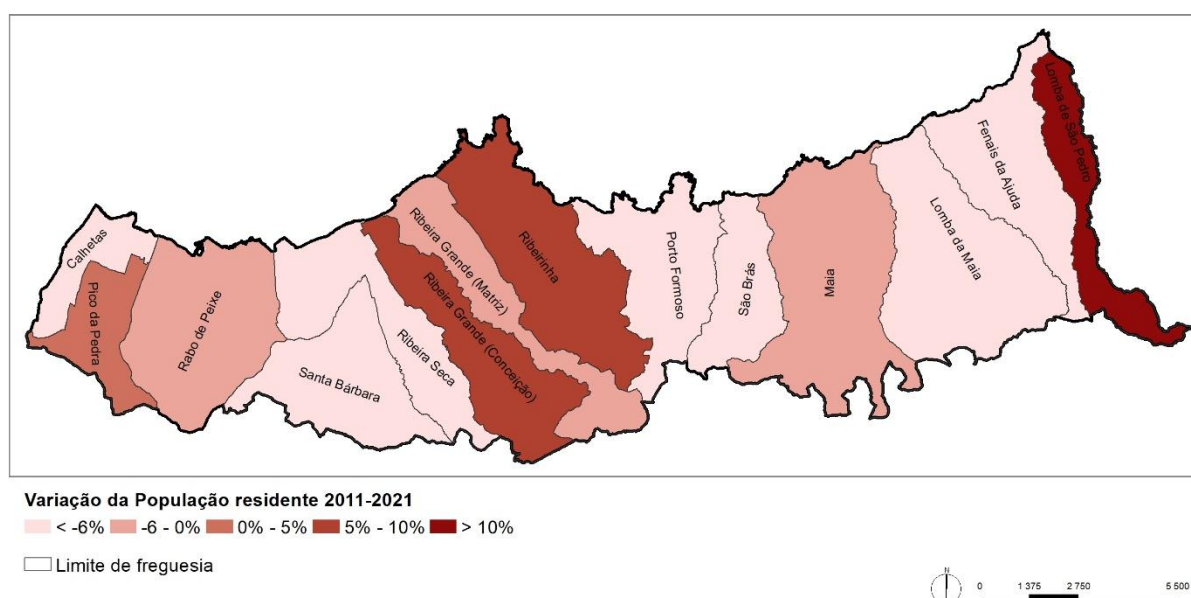


Figura 86. Taxa de variação da população residente no concelho da Ribeira Grande 2011-2021

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2011 e 2021)

Em resultado das dinâmicas demográficas descritas, em 2021, o Concelho apresentava uma densidade populacional consideravelmente superior à realidade regional e estimada em 174 hab/km². Ao nível de freguesia, segundo os últimos Censos, destacam-se as freguesias de Rabo de Peixe, com a densidade populacional mais elevada (519 hab/Km²), Pico da Pedra (464 hab/Km²) e Matriz (348 hab/Km²) (Tabela 56).

Tabela 56. Densidade populacional ao nível das freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Local de Residência	Densidade Populacional 2011 (N.º/Km ²)	Densidade Populacional 2021 (N.º/Km ²)
Ribeira Grande	178	174
Calhetas	210	194
Fenais da Ajuda	84	67
Lomba da Maia	56	51
Lomba de São Pedro	34	42
Maia	86	82
Pico da Pedra	441	464
Porto Formoso	99	86

Local de Residência	Densidade Populacional 2011 (N.º/Km²)	Densidade Populacional 2021 (N.º/Km²)
Rabo de Peixe	522	519
Ribeira Grande (Conceição)	191	207
Ribeira Grande (Matriz)	367	348
Ribeira Seca	234	220
Ribeirinha	131	140
Santa Bárbara	100	93
São Brás	80	72

8.1.1.2 Caracterização por género

Segundo os dados da última década censitária, o concelho da Ribeira Grande era constituído, maioritariamente, por indivíduos do sexo feminino (50,3%), ao passo que os indivíduos do sexo masculino representavam 49,7%, conforme se pode observar na Tabela 57. Ao nível de freguesia, esta situação era mais evidente nas freguesias da Conceição e São Brás. Contrariamente, na freguesia da Lomba de São Pedro cerca de 56% dos residentes eram homens.

Tabela 57. População residente, por género, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Local de Residência	População por género							
	2011				2021			
	H (Nº)	H (%)	M (Nº)	M (%)	H (Nº)	H (%)	M (Nº)	M (%)
Ribeira Grande	16.187	50,4	15.925	49,6	15.605	49,7	15.783	50,3
Calhetas	499	50,5	489	49,5	458	50,3	452	49,7
Fenais da Ajuda	581	51,4	550	48,6	451	50,7	439	49,3
Lomba da Maia	580	50,3	572	49,7	527	50,3	521	49,7
Lomba de São Pedro	151	53,2	133	46,8	193	55,5	155	44,5
Maia	960	50,5	940	49,5	885	49,4	907	50,6
Pico da Pedra	1.439	49,5	1.470	50,5	1485	48,6	1568	51,4
Porto Formoso	633	50,0	632	50,0	556	50,7	540	40,3
Rabo de Peixe	4.577	51,6	4.289	48,4	4498	51,1	4301	48,9
Ribeira Grande (Conceição)	1.161	47,9	1.264	52,1	1245	47,3	1389	52,7
Ribeira Grande (Matriz)	1.992	50,2	1.976	49,8	1870	49,6	1897	50,4
Ribeira Seca	1.491	50,5	1.459	49,5	1357	49,0	1414	51,0
Ribeirinha	1.160	49,4	1.189	50,6	1221	48,6	1289	51,4
Santa Bárbara	637	50,0	638	50,0	577	48,6	611	51,4
São Brás	323	49,7	327	50,3	282	48,5	300	51,5

8.1.1.3 Caracterização por estado civil

Na década censitária 2011-2021, apesar de maioritários, assistiu-se a um decréscimo na percentagem de solteiros e casados no Concelho, em detrimento do número de viúvos e divorciados. Em 2021, cerca de 47,3% da população residente no Concelho era solteira, 41,4% era casada, sendo que 5,3% eram viúvos e 6% divorciados ou separados. A freguesia de Rabo de Peixe era a freguesia com a percentagem de solteiros mais elevada (50%), contrariamente à freguesia do Santa Bárbara onde a percentagem de casados face ao número de residentes na freguesia era a mais elevada (46,3%) (Tabela 58 e Tabela 59).

Tabela 58. População residente por estado civil, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Local de Residência	Estado Civil							
	2011		2021		2011		2021	
	Solteiro (Nº)	Solteiro (%)	Solteiro (Nº)	Solteiro (%)	Casado (Nº)	Casado (%)	Casado (Nº)	Casado (%)
Ribeira Grande	14.952	46,6	1.4842	47,3	14.446	45,0	12.997	41,4
Calhetas	468	47,4	410	45,1	431	43,6	387	42,5
Fenais da Ajuda	543	48,0	406	45,6	467	41,3	375	42,1
Lomba da Maia	543	47,1	484	46,2	487	42,3	446	42,6
Lomba de São Pedro	126	44,4	173	49,7	136	47,9	143	41,1
Maia	833	43,8	794	44,3	861	45,3	770	43,0
Pico da Pedra	1.297	44,6	1.394	45,7	1.399	48,1	1.316	43,1
Porto Formoso	539	42,6	464	42,3	625	49,4	487	44,4
Rabo de Peixe	4.382	49,4	4.399	50,0	3.888	43,9	3.574	40,6
Ribeira Grande (Conceição)	1.074	44,3	1.218	46,2	1.130	46,6	1.119	42,5
Ribeira Grande (Matriz)	1.837	46,3	1.814	48,2	1.737	43,8	1.462	38,8
Ribeira Seca	1.325	44,9	1.276	46,0	1.349	45,7	1.155	41,7
Ribeirinha	1.140	48,5	1.239	49,4	1.004	42,7	949	37,8
Santa Bárbara	572	44,9	515	43,4	601	47,1	550	46,3
São Brás	273	42,0	256	44,0	331	50,9	264	45,4

Tabela 59. População residente por estado civil, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande (cont.)

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Local de Residência	Estado Civil							
	2011		2021		2011		2021	
	Viúvo (Nº)	Viúvo (%)	Viúvo (Nº)	Viúvo (%)	Div./Sep. (Nº)	Div./Sep. (%)	Div./Sep. (Nº)	Div./Sep. (%)
Ribeira Grande	1.578	4,9	1654	5,3	1.136	3,5	1895	6,0
Calhetas	36	3,6	42	4,6	53	5,4	71	7,8
Fenais da Ajuda	80	7,1	62	7,0	41	3,6	47	5,3
Lomba da Maia	76	6,6	60	5,7	46	4,0	58	5,5
Lomba de São Pedro	15	5,3	10	2,9	7	2,5	22	6,3
Maia	119	6,3	109	6,1	87	4,6	119	6,6
Pico da Pedra	110	3,8	161	5,3	103	3,5	182	6,0
Porto Formoso	70	5,5	83	7,6	31	2,5	62	5,7
Rabo de Peixe	314	3,5	344	3,9	282	3,2	482	5,5
Ribeira Grande (Conceição)	116	4,8	117	4,4	105	4,3	180	6,8
Ribeira Grande (Matriz)	237	6,0	243	6,5	157	4,0	248	6,6
Ribeira Seca	171	5,8	172	6,2	105	3,6	168	6,1
Ribeirinha	123	5,2	143	5,7	82	3,5	179	7,1
Santa Bárbara	72	5,6	68	5,7	30	2,4	55	4,6
São Brás	39	6,0	40	6,9	7	1,1	22	3,8

8.1.1.4 Caracterização por grupo etário

Analisando a distribuição da população residente por grupo etário, segundo os dados dos Censos 2021, percebe-se que o Concelho refletia uma população rejuvenescida, em que 32,9% da população tinha menos de 24 anos. De realçar que cerca de 56,1% da população residente tinha idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (Figura 87).

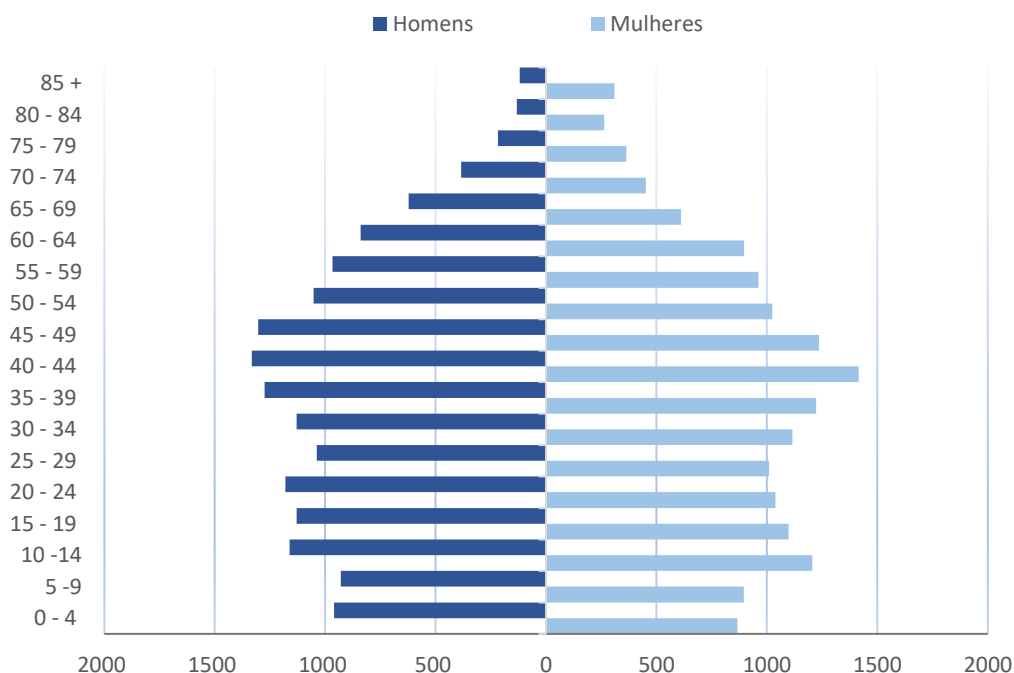


Figura 87. Pirâmide etária da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

De realçar que durante a década censitária 2011-2021, a população residente no concelho da Ribeira Grande com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu cerca de 7%. Contudo, tal como os níveis territoriais superiores, apresentava uma variação negativa no que respeita aos grupos etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos de idade. Comparando com as realidades ao nível de Ilha e de Região, denota-se que o crescimento do grupo etário cujas idades estão compreendidas entre os 25 e os 65 foi menos significativo, contrariamente ao decréscimo da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (Tabela 60).

Tabela 60. Variação da população residente por grupo etário

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2011/2021)

Unidade territorial	Var 2011/2021			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Região Autónoma dos Açores	-21,8	-18,7	-0,7	20,8
São Miguel	-23,4	-17,2	2,3	24,1
Ribeira Grande	-21,1	-15,9	6,7	21,2

Através dos dados disponíveis pelo INE, expressa na Tabela 61, percebe-se que Rabo de Peixe tem sido a freguesia onde a proporção de população jovem é mais significativa, representando, em 2021, cerca de 39% da população daquela freguesia e menos 10 pontos percentuais face a 2011. Em posição oposta encontra-se a freguesia da Lomba de São Pedro, onde o número de

jovens era menor em 2021, representando cerca de 33% da população residente naquela freguesia, ou seja, mais 5 pontos percentuais em relação a 2011.

Tabela 61. População residente por grupo etário, nas freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2011/2021)

Unidade territorial	Grupo Etário							
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	0-14 (%)	0-14 (%)	15-24 (%)	15-24 (%)	25-64 (%)	25-64 (%)	65+ anos (%)	65+ anos (%)
Ribeira Grande	23,3	18,8	16,5	14,2	51,6	56,3	8,6	10,6
Calhetas	24,2	17,5	15,5	12,6	55,1	60,8	5,3	9,1
Fenais da Ajuda	23,6	17,5	17,2	15,3	47,5	53,5	11,7	13,7
Lomba da Maia	22,7	14,6	13,9	16,1	52,8	53,9	10,7	15,4
Lomba de São Pedro	17,3	21,0	15,5	12,1	51,8	54,6	15,5	12,4
Maia	19,1	17,1	18,0	11,7	50,6	56,2	12,4	15
Pico da Pedra	21,2	16,6	15,8	12,8	55,2	59,2	7,7	11,4
Porto Formoso	20,5	13,6	13,8	14,1	53,4	56,0	12,3	16,2
Rabo de Peixe	28,5	23,8	18,5	15,4	47,8	54,2	5,1	6,7
Ribeira Grande (Conceição)	18,8	17,3	14,4	12,5	58,6	59,9	8,2	10,4
Ribeira Grande (Matriz)	21,0	16,8	15,7	13,7	53,1	56,1	10,2	13,4
Ribeira Seca	22,4	17,3	15,9	14,5	52,0	56,5	9,6	11,7
Ribeirinha	24,3	18,5	15,5	16,2	51,0	56,1	9,2	9,2
Santa Bárbara	19,1	16,2	17,7	13,0	51,9	60,2	11,2	10,7
São Brás	21,1	15,3	13,8	14,8	50,2	55,0	14,9	14,9

8.1.1.5 Caracterização do nível de escolaridade

Os dados mais recentes disponíveis para a taxa de analfabetismo (Censos de 2021) revelam uma taxa de 4,2%, valor superior ao regional (3,1%), representando uma diminuição face a 2011. No que respeita ao nível de escolaridade, os números traduzem-se, na década censitária 2011-2021, e no geral, numa evolução positiva, apesar de ser um dos concelhos da RAA com piores resultados. Segundo os Censos 2021, a população sem escolaridade era consideravelmente elevada e

representava cerca de 17%, valor superior ao da Região (13,8%). Quanto à população com escolaridade equivalente ou inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, na Ribeira Grande esta correspondia a 22,2% da população residente, valor muito semelhante ao observado na RAA, de 22,4%. De referir também que em termos da população mais escolarizada, o concelho possuía 8,6% de residentes com ensino superior, valor consideravelmente inferior ao verificado na Região (12,6%). Comparativamente à situação do País, o concelho da Ribeira Grande tinha maiores níveis de população sem habilitações, mas também níveis mais baixos de quadros superiores.

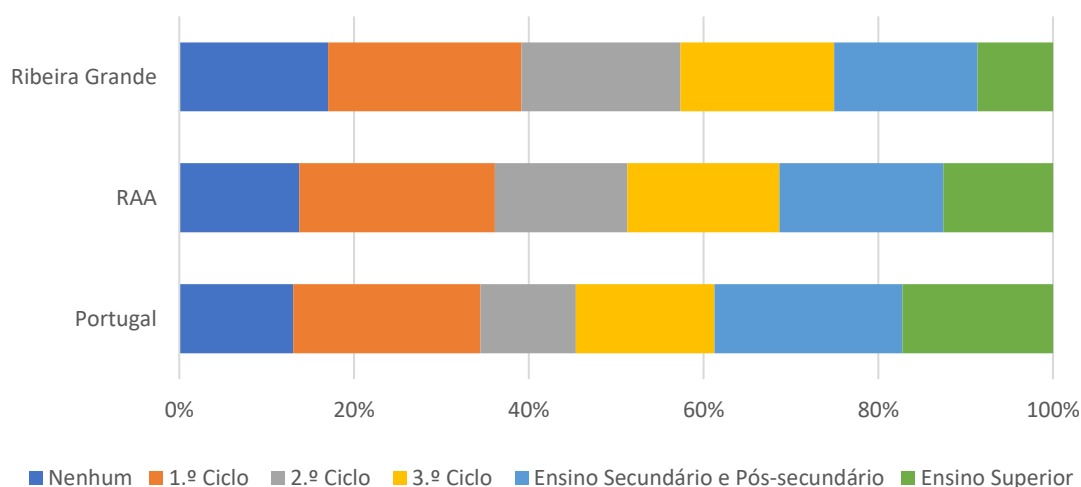


Figura 88. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2021

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Ao nível de freguesia destacam-se, em 2021, a freguesia da Conceição, pela maior percentagem de residentes com o ensino superior (17,1%), e a freguesia de Rabo Peixe e Lomba de São Pedro, pelo elevado número de pessoas sem escolaridade (22,4%) (Tabela 62).

Tabela 62. População residente por nível de ensino nas freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade territorial	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Ribeira Grande	17,0	22,2	18,2	17,6	16,4	8,6
Calhetas	14,0	17,8	15,2	19,9	22,1	11,1
Fenais da Ajuda	17,9	28,9	21,7	17,5	10,6	3,5
Lomba da Maia	13,1	26,0	22,0	17,0	15,5	6,5
Lomba de São Pedro	22,4	24,1	19,3	19,3	11,2	3,7
Maia	16,1	21,1	19,5	18,9	17,8	6,5
Pico da Pedra	13,5	16,1	14,1	17,2	23,0	16,1
Porto Formoso	10,8	24,8	25,0	17,9	16,5	5,0

Unidade territorial	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Rabo de Peixe	22,4	25,1	18,3	17,0	12,0	5,2
Ribeira Grande (Conceição)	13,7	18,3	14,1	16,2	20,6	17,1
Ribeira Grande (Matriz)	15,1	21,0	16,8	18,0	18,8	10,4
Ribeira Seca	15,6	22,9	18,2	17,3	16,1	10,0
Ribeirinha	17,8	20,6	21,9	18,8	15,8	5,0
Santa Bárbara	15,3	23,1	19,2	18,1	16,6	7,7
São Brás	11,0	21,6	23,7	17,4	18,9	7,4

Como referido anteriormente, na década censitária 2011-2021, assistiu-se a uma diminuição da taxa de analfabetismo no concelho da Ribeira Grande, a par com a tendência registada no País e Região. Em 2021, as freguesias de Rabo de Peixe (6,76%) e Fenais da Ajuda (5,10%) apresentavam as taxas de analfabetismo mais elevadas no ranking das 14 freguesias (Tabela 63).

Tabela 63. Taxa de analfabetismo da população residente nas freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2011/2021)

Local de Residência	Taxa de Analfabetismo (%)	
	2011	2021
Ribeira Grande	6,6	4,2
Calhetas	4,1	2,8
Fenais da Ajuda	8,5	5,1
Lomba da Maia	5,7	2,2
Lomba de São Pedro	6,3	3,9
Maia	5,8	3,9
Pico da Pedra	2,8	2,1
Porto Formoso	7,2	3,2
Rabo de Peixe	9,7	6,8
Ribeira Grande (Conceição)	3,7	1,7
Ribeira Grande (Matriz)	6,3	3,9
Ribeira Seca	6,0	3,0
Ribeirinha	6,8	4,9
Santa Bárbara	6,8	3,0
São Brás	4,2	2,2

Os valores dos indicadores de educação da atual população estudantil revelam a existência de problemas de insucesso e abandono escolar, que indiciam uma tendência de reprodução deste perfil de baixa escolaridade da população residente nas novas gerações. Dados mais recentes relativos aos anuários estatísticos para o período de 2012 a 2020, revelam um cenário positivo no

que respeita à taxa de retenção e desistência no ensino básico, com reduções na ordem dos 77%, 75% e 77% para a RAA, ilha de São Miguel e para o concelho da Ribeira Grande, respetivamente, refletindo sinais de recuperação do nível de instrução (Tabela 64).

Tabela 64. Taxa de retenção e desistências na Ensino básico

Fonte: SREA, Anuários estatísticos (vários anos)

Taxa de Retenção e desistência no Ensino Básico (%)										
Unidade territorial	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020	Var.
RAA	16,5	16,9	17,3	11,9	10,8	8,5	8,7	8,3	3,7	-77,5
São Miguel	17,8	19,0	19,5	14,1	12,4	9,3	9,6	9,2	4,0	-75,3
Ribeira Grande	19,4	23,7	25,8	18,1	15,4	11,0	13,7	13,1	4,3	-77,8

8.1.1.6 Caracterização do nível socioeconómico

De acordo com os Censos 2021, o setor de atividade com maior representatividade no concelho da Ribeira Grande era o setor terciário, a par com a Região, compreendendo cerca de 70% da população empregada no Concelho (12 925 pessoas). De realçar que setores primário e secundário assumiam maior representatividade no Concelho em relação à Região (Tabela 65).

Tabela 65. População economicamente ativa

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade territorial	População economicamente ativa					
	Total	População empregada				Taxa de desemprego
		Total	Primário	Secundário	Terciário	
		Nº	%	%	%	
RAA	113.166	105.396	7,0	16,0	76,9	6,9
Ribeira Grande	14.228	12.925	9,6	20,9	69,5	9,2

Ao nível de freguesia, era também o setor terciário o setor predominante, destacando a freguesia de Pico da Pedra, com um maior peso (80,9%) e ainda a freguesia de Conceição (79,6%), onde se encontra a grande maioria do comércio e serviços do Concelho. Por sua vez, o setor secundário tinha maior representatividade nas freguesias de Porto Formoso, Santa Bárbara, Ribeirinha e Ribeira Seca, situação que reflete a forte presença de tecido industrial na zona. Nas freguesias mais rurais, designadamente Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Lomba de São Pedro, era mais expressiva a presença de atividades ligadas ao setor primário, setor que apresenta também uma forte relevância na freguesia de Rabo de Peixe. No Capítulo 9 abordado com mais detalhe as atividades económicas predominantes no concelho da Ribeira Grande.

No que se refere ao desemprego, em 2021 o concelho da Ribeira Grande apresentava uma taxa de desemprego na ordem dos 9,2%, valor superior ao registado ao nível da Região. As freguesias mais afetadas pelo desemprego eram as freguesias de Lomba de São Pedro (15,1%), Fenais da Ajuda (13,8%), Ribeirinha (10,8%) e Rabo de Peixe (10,8%). O subsídio de desemprego na RAA, em janeiro de 2020, situava-se nos 447,13 €, valor inferior à média registada a nível nacional, 499,11€.

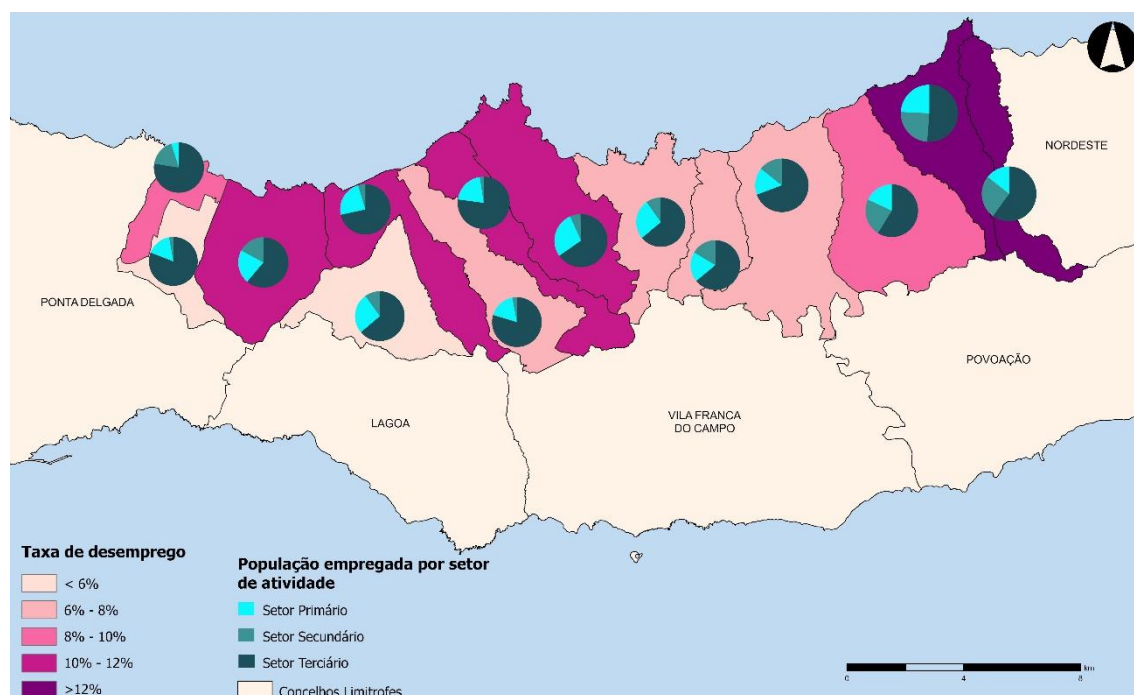


Figura 89. Espacialização dos indicadores de emprego no concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Em relação ao ganho mensal da população empregada por conta de outrem, os dados apontam para uma evolução positiva nos anos mais recentes, passando de 881€ em 2015 para 999€ em 2019, continuando, no entanto, a apresentar valores inferiores aos registados na Região (1.101€) (Tabela 66).

Tabela 66. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2015 e 2019

Fonte: INE, 2021

Unidade territorial	2015	2016	2017	2018	2019
RAA	986,00 €	1.024,00 €	1.049,10 €	1.065,40 €	1.100,50 €
Ribeira Grande	881,20 €	927,40 €	949,80 €	975,20 €	999,30 €

No que se refere ao rendimento bruto declarado, em 2019, os valores identificados continuavam a situar-se abaixo das realidades regional e nacional, verificando-se um rendimento bruto por

habitante residente no concelho da Ribeira Grande de 6.174€, enquanto para a Região e País o mesmo atingia os 8.590€ e os 9.676€, respetivamente (Figura 90).

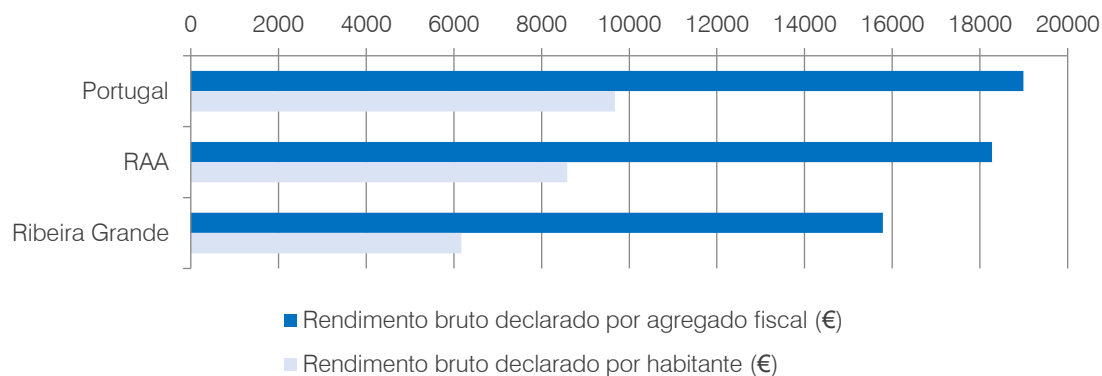


Figura 90. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) 2019

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação do Ministério das Finanças (2021)

Tendo por base o valor nacional de referência relativo ao poder de compra²⁸, per capita, no concelho da Ribeira Grande, em 2021, este indicador atingia um valor de 73,02, enquanto na Região esse valor atingia um valor de 87,37 (Figura 91).

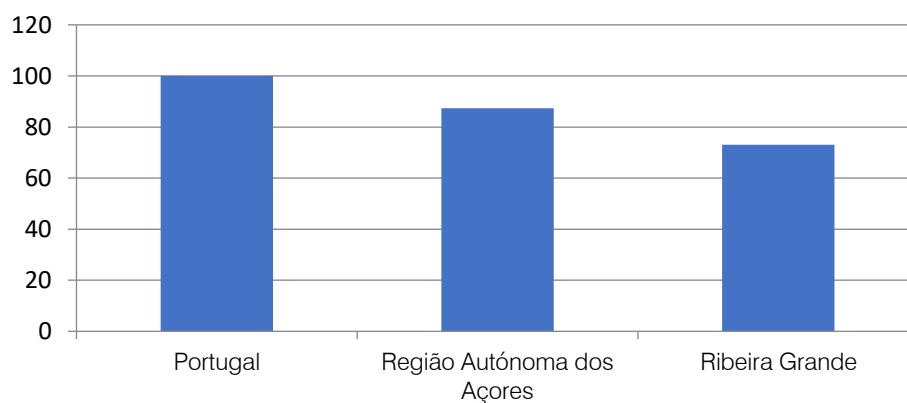


Figura 91. Poder de compra per capita em 2021

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio (2021)

Em 2019, cerca de 4.866 residentes do concelho da Ribeira Grande, equivalentes a cerca de 15% da população residente, eram beneficiários de uma prestação social, registando-se o valor médio anual destas prestações em 4.224€. As pensões de velhice assumiam maior representatividade

²⁸ Número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes Municípios ou regiões.

(48% do número de beneficiários no Concelho), tendo aumentado cerca de 2,4% face ao ano anterior (Tabela 67).

Tabela 67. Prestações sociais da Segurança Social em 2019

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2019

Unidade territorial	Pensões de Invalidez		Pensões de Velhice		Pensões de Sobrevivência		Total	
	Nº de Benef.	Valor médio anual	Nº de Benef.	Valor médio anual	Nº de Benef.	Valor médio anual	Nº de Benef.	Valor médio anual
	Nº	€	Nº	€	Nº	€	Nº	€
RAA	7.193	6.033	28.300	5.887	15.475	3.069	50.968	5.052
Ribeira Grande	788	5.836	2.326	5.330	1.621	2.786	4.735	4.543

Os dados de 2020 colocam o concelho da Ribeira Grande como o Concelho da RAA com maior percentagem de beneficiários do RSI face à população residente no Concelho (15,8%) (Figura 92). De acordo com os dados da Segurança Social, o número de beneficiários deste rendimento tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, tendo registado, em 2020, o valor mais baixo no período de análise, 5.181 beneficiários. De acordo com as estatísticas da Segurança Social, o valor de RSI praticado por beneficiário na RAA, em 2020, era de 85,02€, valor inferior ao praticado no restante País, situado num intervalo entre os 116,96€ e os 141,86€.

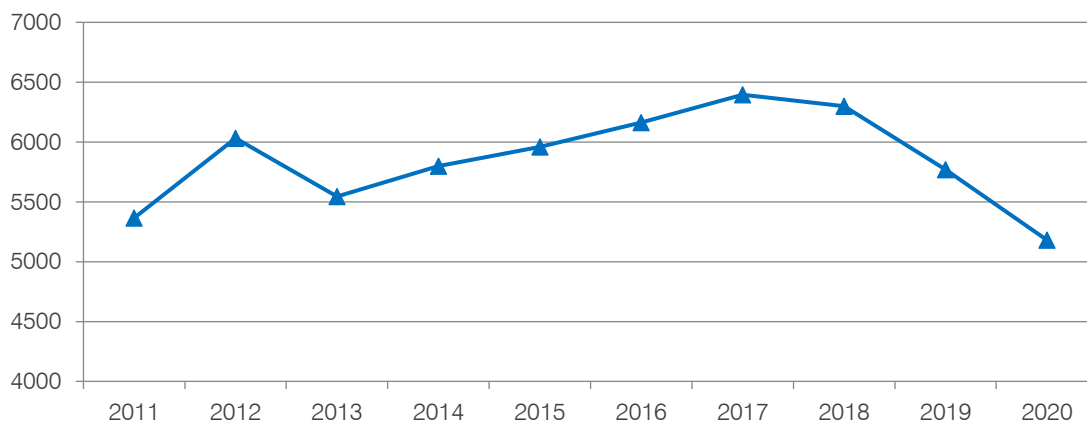


Figura 92. Evolução do número de beneficiários do RSI no concelho da Ribeira Grande

Fonte: INE, Instituto da Segurança Social I.P. (2021)

Os dados relativos à população em situação de maior fragilidade (pensionistas e pessoas que recebem do RSI) revelam a existência de um número superior a 10.504 indivíduos nesta situação em 2019, representando aproximadamente cerca de 32% da população residente no Concelho (considerando as estimativas da população à data de 2019).

8.1.2 Indicadores de caracterização demográfica

Existem um conjunto de indicadores demográficos que ajudam a perceber o contexto da dinâmica populacional em determinado concelho. Na Tabela 68 sintetizam-se esses indicadores.

Tabela 68. Indicadores de caracterização demográfica

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2011); SREA, Anuário de 2019

Ano	Indicadores Demográficos	Unid.	R.A. Açores	S. Miguel	Ribeira Grande
2011	Densidade Populacional	Hab/km ²	106,4	185,6	179,0
	Taxa de Natalidade	‰	11,1	12,1	14,8
	Taxa de Mortalidade		9,6	8,6	7,9
	Taxa de Nupcialidade		4,1	4,3	3,9
	Taxa de Fecundidade		43,3	45,4	55,5
	Nados-Vivos Fora do Casamento		31,0	26,1	22,2
	Casamentos Católicos		22,9	22,3	24,2
	Índice de Envelhecimento	%	75,4	57,4	37,3
	Taxa de Crescimento Efetivo		0,14	0,34	0,63
	Taxa de Crescimento Natural		0,15	0,36	0,69
2019	Densidade Populacional	Hab/km ²	104,6	184,2	182,1
	Taxa de Natalidade	‰	8,8	9,4	11,3
	Taxa de Mortalidade		9,4	8,2	7,0
	Taxa de Nupcialidade		3,9	4,3	2,6
	Taxa de Fecundidade		34,9	36,1	42,2
	Nados-Vivos Fora do Casamento		47,8	44,2	40,3
	Casamentos Católicos		28,6	30,4	33,3
	Índice de Envelhecimento	%	97,2	75,8	45,5
	Taxa de Crescimento Efetivo		-0,02	0,11	0,34
	Taxa de Crescimento Natural		-0,06	0,12	0,43
Var. 2011/2019	Densidade Populacional	Hab/km ²	-1,7%	-0,8	1,7
	Taxa de Natalidade	‰	-20,7	-22,3	-23,6
	Taxa de Mortalidade		-2,1	-4,7	-11,4
	Taxa de Nupcialidade		-4,9	0,0	-33,3
	Taxa de Fecundidade		-19,4	-20,5	-24,0
	Nados-Vivos Fora do Casamento		54,2	69,3	81,5
	Casamentos Católicos		24,9	36,3	37,6
	Índice de Envelhecimento	%	28,9	32,1	22,0
	Taxa de Crescimento Efetivo		-114,3	-67,6	-46,0
	Taxa de Crescimento Natural		-140,0	-66,7	-37,7

Durante o período de 2011 a 2019, importa destacar a diminuição da taxa de natalidade e de mortalidade no concelho da Ribeira Grande, com valores na ordem dos -23,6% e -11,4%. Em paralelo, deu-se a diminuição da taxa de fecundidade em 24,0%.

Outro fenómeno a registar, é a tendência na diminuição do número de casamentos por cada 1000 habitantes (Taxa de Nupcialidade), cuja diminuição em 2019 ascendeu os 33,3% em relação a 2011. Apesar do decréscimo em relação a 2011, a taxa de crescimento natural no concelho da Ribeira Grande era, em 2019, de 37,7%, valor significativamente maior do que em níveis territoriais superiores. O mesmo se verifica com o crescimento efetivo (crescimento populacional por cada 1000 habitantes), cuja taxa, em 2019, era de -46,0%, valor acima da média regional e da registada na ilha de São Miguel.

8.1.3 Projeções demográficas

A abordagem às projeções demográficas, embora conhecendo a fiabilidade inerente a um processo dependente de variáveis muitas vezes incontroláveis, é fundamental para projetar a evolução e as necessidades de serviços de um território.

Importa aqui abordar as projeções demográficas, tendo presente que as projeções oficiais não contemplam uma abordagem a nível concelhio, pelo que os dados aqui apresentados serão somente referentes à RAA. A leitura dos dados obtidos deverá ser realizada a título meramente indicativo daquilo que poderá ser a tendência para o Concelho.

Tabela 69. População Residente e projetada para a próxima década

Fonte: INE, Projeções da população residente (2020)

Anos	1991	2001	2011	2021	2031			
					Baixo	Central	Alto	Sem migrações
RAA	237.795	241.763	246.772	236.413	237.069	244.422	250.965	241.340
Ribeira Grande	27.163	28.462	32.112	31.388	-	-	-	-

Segundo as projeções demográficas realizadas pelo INE, e considerando cenários distintos²⁹, estima-se que em 2031 a população na RAA aumente 0,2 % face aos Censos 2021, no cenário pessimista. No cenário mais otimista, as projeções apontam para um aumento populacional de cerca de 5,8%.

²⁹ Cenário Baixo: conjuga as hipóteses pessimista para a fecundidade, central para a mortalidade e pessimista para as migrações;
Cenário Central: associa as hipóteses de evolução central para a fecundidade e para a mortalidade e a otimista para as migrações;
Cenário Alto: combina as hipóteses de evolução otimista para a fecundidade, mortalidade e migrações;
Cenário Sem migrações: cenário idêntico ao cenário central, mas que contempla a possibilidade de não ocorrência de migrações.

8.2 Caracterização da realidade habitacional

8.2.1 Características do parque habitacional

De acordo com os resultados dos Censos 2021, existiam na Região 100.478 edifícios clássicos, enquanto no concelho da Ribeira Grande eram 10.704, o que representava, face a 2011, uma variação positiva de 1,7% e 2,8%, respetivamente. No universo concelhio, os dados mais recentes para uma idade média do edificado (Censos 2011) apontam na ordem dos 37 anos, valor muito semelhante ao identificado nos níveis territoriais superiores (Tabela 70).

Tabela 70. Indicadores relativos aos edifícios existentes

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2011 e 2021)

Unidade Territorial	Edifícios clássicos (2021)	Idade média dos edifícios	Índice de envelhecim. dos edifícios	Edifícios c/ necessid. de reparações	Edifícios c/ necessid. de grandes reparações ou mto. degradados
	N.º	N.º	N.º	%	%
Portugal	3.573.416	37,9	176,4	28,9	4,4
RAA	100.478	38,5	162,1	21,3	2,7
Ribeira Grande (Concelho)	10.704	37,2	146,7	25,3	2,8
Calhetas	319	35,4	113,6	25,3	0,0
Fenais da Ajuda	422	66,9	1260,9	20,7	7,0
Lomba da Maia	493	43,4	203,1	37,9	8,9
Lomba de São Pedro	145	25,0	7,7	50,0	11,5
Maia	796	32,5	144,3	36,1	5,5
Pico da Pedra	1.035	35,8	120,5	27,3	3,2
Porto Formoso	516	45,5	327,8	43,1	3,1
Rabo de Peixe	2.368	26,3	42,3	18,9	1,1
Ribeira Grande (Conceição)	871	32,9	101,8	19,6	0,2
Ribeira Grande (Matriz)	1.284	46,5	343,8	19,4	1,7
Ribeira Seca	984	43,6	245,6	17,7	3,1
Ribeirinha	772	35,7	135	27,8	3,1
Santa Bárbara	469	27,2	63	40,7	0,0
São Brás	230	46,2	223,4	16,8	3,5

No que se refere ao índice de envelhecimento dos edifícios, verifica-se que os valores registados no Concelho eram inferiores aos identificados a nível regional ou a nível nacional. Por sua vez, a percentagem de edifícios a necessitar de reparações corresponde a cerca de 25% dos edifícios, sendo superior ao registado na Região (Figura 93).



Figura 93. Exemplos do tecido edificado degradado no concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI, 2020

Ao nível das freguesias, observavam-se índices de envelhecimento dos edifícios superiores e significativos nos Finais da Ajuda, Matriz e Porto Formoso, onde a idade média supera os 30 anos. Pelo contrário, as freguesias da Lomba de São Pedro, Rabo de Peixe e Santa Bárbara apresentavam os mais baixos índices de envelhecimento de edifícios. Apesar deste fato, nas freguesias da Lomba de São Pedro e de Santa Bárbara registaram-se no mesmo ano percentagens significativas de edifícios com necessidade de reparações (50% e 41% respetivamente). De referir ainda que foi na Lomba de São Pedro onde se observou a maior percentagem de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (cerca de 12%).

No que se refere aos alojamentos, em 2021 a RAA apresentava 113.220 alojamentos familiares clássicos (mais 3,5% em relação a 2011), enquanto o concelho da Ribeira Grande detinha 11.741 alojamentos clássicos (mais 4,9% em relação a 2011). Segundo os Censos 2021, existiam na Região Autónoma dos Açores 61 alojamentos não clássicos (barracas, outros) (menos 49,2% em relação a 2011) e ainda, segundos os Censos 2021, na Ribeira Grande deixaram de existir alojamentos não clássicos (Tabela 71).

Tabela 71. Indicadores relativos aos alojamentos

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade territorial	Total de alojamentos	Alojamentos familiares			Alojamentos coletivos
		Total	Clássicos	Não. cláss.	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
RAA	113.536	113.220	113.159	61	316
Ribeira Grande (Concelho)	11.753	11.741	11.741	-	12
Calhetas	380	379	379	-	1
Fenais da Ajuda	424	424	424	-	-
Lomba da Maia	500	500	500	-	-
Lomba de São Pedro	147	147	147	-	-
Maia	802	799	799	-	3
Pico da Pedra	1.114	1.113	1.113	-	1
Porto Formoso	525	525	525	-	-
Rabo de Peixe	2.722	2.720	2.720	-	2
Ribeira Grande (Conceição)	1.073	1.070	1.070	-	3
Ribeira Grande (Matriz)	1.427	1.425	1.425	-	2
Ribeira Seca	1.057	1.057	1.057	-	-
Ribeirinha	877	877	877	-	-
Santa Bárbara	471	471	471	-	-
São Brás	234	234	234	-	-

Segundo os dados censitários, em 2021, existiam 1.485 alojamentos vagos (12,6%) no Concelho, proporção semelhante à registada na Região (12,4%). Foi na freguesia de Porto Formoso onde se registou a proporção mais elevada de alojamentos vagos, cerca de 24,8%, seguida da Ribeira Seca (17,1%), Maia e Lomba da Maia, que apresentavam proporções de cerca de 15%.

Relativamente aos alojamentos clássicos que serviam de residência habitual, os dados censitários de 2021 apontam para a presença de 9.666 alojamentos, correspondendo a cerca de 82% do total de alojamentos familiares clássicos. Quanto aos alojamentos que serviam de residência secundária, a Tabela 72 permite aferir que a sua presença era inferior (cerca de 5%) à registada a nível regional, cujo número atingiu os 12,4%, e assume uma maior representatividade nas freguesias de Lomba de São Pedro (20,4%), Fenais da Ajuda (14,9%) e Lomba da Maia (12,8%).

Tabela 72. Indicadores relativos aos alojamentos – Residência habitual e secundária

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade territorial	Alojamentos familiares clássicos							
	Total	Vagos		Residência habitual			Residência secundária	
				Total	Sobrelotados			
		N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º
RAA	113.159	14.001	12,4	85.074	4.569	5,4	14.084	12,4
Ribeira Grande (Concelho)	11.741	1.485	12,6	9.666	941	9,7	590	5,0
Calhetas	379	41	10,8	318	23	7,2	20	5,3
Fenais da Ajuda	424	74	17,5	287	19	6,6	63	14,9
Lomba da Maia	500	72	14,4	364	32	8,8	64	12,8
Lomba de São Pedro	147	4	2,7	113	11	9,7	30	20,4
Maia	799	126	15,8	578	40	6,9	95	11,9
Pico da Pedra	1.113	80	7,2	1.002	47	4,7	31	2,8
Porto Formoso	525	130	24,8	380	35	9,2	15	2,9
Rabo de Peixe	2.720	344	12,6	2.312	357	15,4	64	2,4
Ribeira Grande (Conceição)	1.070	128	12,0	898	59	6,6	44	4,1
Ribeira Grande (Matriz)	1.425	186	13,1	1.025	114	11,1	34	2,4
Ribeira Seca	1.057	181	17,1	861	87	10,1	15	1,4
Ribeirinha	877	70	8,0	751	82	10,9	56	6,4
Santa Bárbara	471	25	5,3	394	25	6,3	52	11,0
São Brás	234	24	10,3	203	10	4,9	7	3,0

Ao nível das residências habituais, destaca-se a presença de 9,7% de alojamentos em situação de sobrelotação no Concelho, ou seja, com duas ou mais divisões em falta, o que coloca o Concelho com a segunda maior percentagem de alojamentos sobrelotados a nível regional. As freguesias onde se registaram maior proporção de alojamentos sobrelotados foram as freguesias de Rabo de Peixe (15,4%), Ribeirinha (10,9%) e Matriz (11,1%).

Ainda no que se refere aos alojamentos de residência habitual, é de salientar que, segundo os últimos dados censitários, mais de metade (51,4%) destes alojamentos foi construída antes da década de 90, situação que pode ser reveladora da existência de alojamentos de residência habitual com necessidade de obras de conservação. O período de maior construção de alojamentos do concelho da Ribeira Grande foi entre 1961 e 1980 representando 21,3 % do total de alojamentos, seguido do período temporal entre 1991 e 2000 em que se construiu 16,1 % dos alojamentos do concelho (Tabela 73).

Tabela 73. Alojamentos familiares por época de construção nas freguesias do concelho da Ribeira Grande
INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade Territorial	RAA	Ribeira Grande	Calhetas	Fenais da Ajuda	Lomba da Maia	Lomba de São Pedro	Maia	Pico da Pedra	Porto Formoso	Rabo de Peixe	Conceição	Matriz	Ribeira Seca	Ribeirinha	Santa Bárbara	São Brás
Período																
Até 1919	6.225	390	4	72	44	0	7	63	17	13	5	95	42	9	0	19
1919 - 1945	9.396	1.189	42	162	63	1	60	137	131	56	46	247	148	47	0	49
1946 - 1960	11.457	1.370	69	36	68	2	144	60	66	166	151	206	198	144	35	25
1961 - 1980	18.337	2.279	27	42	90	47	115	111	82	648	256	286	192	150	212	21
1981 - 1990	17.080	999	15	22	47	15	81	133	49	230	39	112	62	66	109	19
1991 - 2000	15.014	1.790	36	44	76	17	191	234	89	465	98	148	132	176	44	40
2001 - 2005	10.120	1.080	64	16	47	19	72	139	46	248	93	91	99	92	27	27
2005 - 2010	8.527	1.173	47	11	51	16	91	117	27	391	145	78	82	65	31	21
2011 - 2015	2.151	266	3	11	2	24	6	30	4	116	24	7	16	13	7	3
2016 - 2021	2171	168	12	6	5	4	29	11	5	35	14	14	13	10	4	6
Total	100.478	10.704	319	422	493	145	796	1.035	516	2.368	871	1.284	984	772	469	230

Uma análise mais aprofundada dos alojamentos familiares vagos permite concluir que mais de metade destes (61,5%) foi construída antes de 1980 e cerca de 38,5 % após 1980 até 2021 (Tabela 74). De realçar que 70% dos alojamentos familiares vagos é anterior à década de 1990. Esta predominância de alojamentos desocupados com mais 40 anos pode indicar necessidades de obras de conservação para a sua ocupação.

Tabela 74. Alojamentos familiares vagos segundo a forma de ocupação e época de construção
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Período	Alojamentos familiares vagos		
	Total	Para venda ou arrendamento	Vago por outros motivos
	N.º	N.º	N.º
Até 1919	87	34	53
1919 - 1945	239	87	152
1946 - 1960	243	90	153
1961 - 1980	344	114	230
1981 - 1990	122	48	74
1991 - 2000	182	81	101
2001 - 2005	101	36	65
2006 - 2010	126	69	57
2011 - 2015	19	9	10
2016 - 2021	22	12	10
Ribeira Grande (Concelho)	1485	580	905

Acrescente-se ainda que, em 2021, apenas 39% dos alojamentos vagos se encontrava integrado no mercado de venda ou arrendamento, o que poderá ser indicativo, por um lado, de alguma resistência dos proprietários na sua colocação no mercado imobiliário, e, por outro lado, do possível abandono de muitos dos alojamentos familiares vagos no Concelho. Face ao aumento recente da oferta de alojamento local dirigido à procura turística, a situação atual, muito provavelmente, terá sofrido alterações, com uma provável diminuição do volume de alojamentos familiares vagos.

No que se refere à área útil dos alojamentos, verifica-se que os valores apurados pelos Censos de 2021 para o Concelho não divergem muito, em termos percentuais, dos valores registados nos níveis territoriais superiores, destacando-se, de acordo com a Tabela 75, a presença de 5 087 alojamentos (52,6%) com uma área útil entre os 50 m² e os 119 m² e uma proporção relativamente baixa (8,7%) de alojamentos com área útil inferior a 50 m².

Tabela 75. Alojamentos familiares por escalão de área útil

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade territorial	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual						
	Total	Menos de 50 m ²		50 m ² a 119 m ²		Mais de 120 m ²	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	4.142.581	361.749	8,7	2.400.116	57,9	1.380.716	33,3
RAA	85.074	82.53	9,7	43.073	50,6	33.748	39,7
Ribeira Grande	9.666	842	8,7	5.087	52,6	37.37	38,7

Quanto às condições de habitabilidade e acesso a infraestruturas básicas, como as instalações sanitárias, o acesso a água canalizada, os sistemas de aquecimento e ar condicionado, constata-se que, em 2011, a quase totalidade dos alojamentos possuíam água canalizada (98,6%) e instalações sanitárias com banho ou duche (98%). Por seu turno, um número significativo não usufruía de qualquer sistema de aquecimento (68%), sendo que apenas 2% dos alojamentos possuíam ar condicionado.

No que se refere ao regime de ocupação (Tabela 76), em 2021, dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 75% encontravam-se ocupados pelo proprietário/coproprietário, enquanto cerca de 18,2% estavam ocupados por arrendatários, com uma maior concentração de situações de arrendamento na freguesia de Rabo de Peixe (29,5%).

Tabela 76. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, quanto ao regime de ocupação

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (2021)

Unidade territorial	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual			
	Total	Proprietário ou coproprietário	Arrendatário ou subarrendatário	Outra situação
	N.º	%	%	%
RAA	85.074	74,5	17,2	8,3
Ribeira Grande (Concelho)	9.666	75,2	18,2	6,6
Calhetas	318	79,2	13,2	7,5
Fenais da Ajuda	287	81,9	5,6	12,5
Lomba da Maia	364	79,9	9,1	11,0
Lomba de São Pedro	113	65,5	29,2	5,3
Maia	578	81,7	11,8	6,6
Pico da Pedra	1.002	87,7	8,4	3,9
Porto Formoso	380	83,4	7,9	8,7
Rabo de Peixe	2.312	64,9	29,5	5,6
Ribeira Grande (Conceição)	898	76,2	17,3	6,6
Ribeira Grande (Matriz)	1.205	71,2	21,2	7,6
Ribeira Seca	861	76,7	16,8	6,5
Ribeirinha	751	70,7	23,8	5,5
Santa Bárbara	394	88,1	6,9	5,1
São Brás	203	81,3	5,4	13,3

Importa aqui referir a crescente intensificação do turismo na RAA, nomeadamente o turismo de habitação, e em especial na ilha de São Miguel, com o alojamento local e a criação de empreendimentos de turismo em espaço rural. O concelho da Ribeira Grande não é exceção, tendo sido registado, em 2023, a existência de 219 alojamentos para fins turísticos.

No concelho da Ribeira Grande, no período entre 2015 a 2019, verificou-se um crescimento do número de estabelecimentos de alojamento local na ordem dos 825% sendo nas freguesias de Ribeira Seca, Matriz, Conceição e Pico da Pedra onde o crescimento foi mais acentuado. Este tema será abordado com mais detalhe no capítulo 9.

Conforme o apresentado na tabela anterior, a habitação própria no Concelho é bastante expressiva (75% em 2021), situação que justifica a análise dos encargos relacionados com a aquisição de habitação. Neste sentido, da análise dos dados disponíveis relativos ao crédito à habitação (Tabela 77), constata-se que, em 2021, o crédito à habitação representava 63,7% do total de créditos concedidos no concelho da Ribeira Grande, valor relativamente superior ao registado na Região e no País, cujas percentagens atingiram os 49,4% e os 38,3%, respetivamente.

Tabela 77. Indicadores relativos ao crédito à habitação

Fonte: INE, 2021

Unidade territorial	Taxa de crédito à habitação (%)		Crédito à habitação p/ habitante (€)			Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/ hab. (€)	
	2020	2021	2019	2020	2021	2018	2019
Portugal	38,78	38,31	8.259	8.346	8.509	653	571
RAA	50,17	49,39	7.779	7.795	7.887	576	556
Ribeira Grande	65,59	63,74	4.843	4.874	4.981	689	450

Quanto ao crédito à habitação por habitante, assiste-se ao seu aumento na Ribeira Grande entre 2019 e 2021, atingindo os 4.981 € em 2021. Este aumento verificou-se também ao nível da Região.

De notar que, ao longo do ano de 2018 e até ao 4.º trimestre de 2020, o valor mediano das vendas por m² de alojamentos no concelho da Ribeira Grande aumentou, à semelhança do observado na Região e País, apesar de apresentar valores consideravelmente inferiores (Figura 94), atingindo o valor máximo de 768€/m². A partir de 2021, no concelho da Ribeira Grande e na Região, contrariamente à tendência nacional, assiste-se a um decréscimo do valor mediano das vendas.

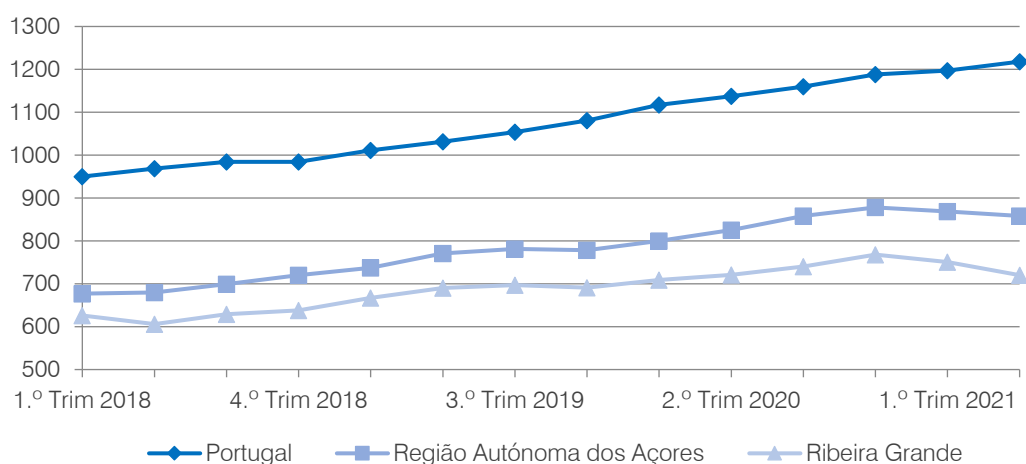


Figura 94. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no concelho

Fonte: INE, 2021

Quanto ao valor mediano das rendas por m² de alojamentos familiares, os dados disponíveis apontam para um aumento gradual entre o 2.º semestre de 2017 e o 1.º semestre de 2021, nos diferentes níveis territoriais, ainda que pouco acentuado, atingindo os 3,48€/m² no Concelho e os 3,95€/m² na Região. No entanto, estes valores próximos, quando comparados com o ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem, rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado ou poder de compra, permitem concluir que existe um esforço acrescido por parte das famílias

ribeiragrandenses em aceder ao mercado de arrendamento. A realidade na Região distancia-se do valor a nível nacional, cifrando-se nos 5,82€/m² no 1.º semestre de 2021.

Em jeito de síntese, no concelho da Ribeira Grande é evidente, portanto, a presença de focos de degradação das condições habitacionais no parque edificado e com necessidades de reparação. Nas freguesias orientais, marcadamente mais rurais, estes focos surgem associados a um processo de esvaziamento e envelhecimento da população residente (atípico face ao resto do Concelho), e à concentração da população nas freguesias centrais e ocidentais do Concelho, em particular nas freguesias urbanas da cidade da Ribeira Grande e na vila de Rabo de Peixe.

No concelho da Ribeira Grande existe uma preponderância de habitação própria, regime de ocupação bastante superior ao arrendamento, assim como a existência de uma significativa proporção de alojamentos sobrelotados. Salienta-se igualmente, a presença de alojamentos de residência secundária e de alojamentos vagos, muitos dos quais fora do mercado imobiliário.

Por sua vez, o alojamento local tem registado um grande crescimento desde 2015, o que tem potenciado as ações de reabilitação do edificado para esse efeito (o que terá, presumivelmente, efeito sobre os alojamentos vagos e de residência secundária), não se traduzindo em aumento da oferta habitacional de longa duração.

O município da Ribeira Grande, ciente dos problemas e necessidades habitacionais, desenvolveu a Estratégia Local de Habitação (ELH). Nesse documento são refletidos os problemas habitacionais de Concelho e definidas soluções para os mesmos. É com base na análise deste documento que se desenvolve o seguinte estudo, transpondo dados relevantes para a caracterização da situação atual no que diz respeito à habitação na Ribeira Grande.

8.2.2 Estratégia Local de Habitação

A reflexão sobre a estratégia a adotar ao nível da habitação para o concelho da Ribeira Grande partiu do diagnóstico a um vasto conjunto de indicadores, também eles refletidos na presente caracterização, e que revelam que o concelho tem acompanhado as dinâmicas demográficas da Região, possuindo, contudo, algumas particularidades neste domínio (Figura 95).

População jovem e numerosa (2018) 32.698 habitantes Índice de envelhecimento: 42,8	Distribuição populacional desequilibrada Freguesias mais populosas: Rabo de Peixe, Matriz e Conceição
Elevada dimensão média das famílias (2011) Famílias clássicas: 8.991 Dimensão média: 3,6 Famílias unipessoais +65: 6,4%	Dificuldade de atração e fixação de população (2018) Taxa de crescimento efetivo: -0,07% Taxa de crescimento migratório: -0,50%
Baixa escolaridade (2011) Taxa de analfabetismo: 6,7% Taxa retenção / desistência no EB: 13,7% Pop. c/ 1.º CEB ou menos: + de 40%	Forte dependência das prestações sociais e baixo poder de compra Poder de compra <i>per capita</i>: 71 (2017) Valor médio das prestações sociais: 4.224 €/ano (2018)
Crescimento do parque edificado (2011) + 17% em relação a 2001 Edifícios a necessitar de reparações: 25% Idade média: 37 anos	Presença de alojamentos vagos (2011) Alojamentos vagos: 1.344 (12%) Residência secundária: 904 (8%)
Crescimento de alojamento local (2015-2019) Crescimento na ordem dos 825% (sobretudo na Ribeira Seca, Matriz, Conceição e Pico da Pedra)	Elevado número de alojamentos sobrelotados (2011) Alojamentos sobrelotados: 11%
Preponderância da habitação própria (2011) Aloj. Habitados pelo proprietário: 80% Alojamentos ocupados em regime de arrendamento: 11,8%	Aumento gradual do mercado ao nível das vendas e rendas 691€/m2 (4.º Trim. de 2019) 3,62€/m2 (2.º Sem. de 2019)

Figura 95. Síntese dos indicadores de análise preponderantes para o tema da habitação

Fonte: ELH da Ribeira Grande, 2020

Após o pico populacional registado na década de 1960, seguiu-se um progressivo decréscimo de população até à década de 1990, para, a partir de então, o crescimento da população residente no Concelho superar o registado na Região. Apesar de ser um dos concelhos mais jovens do País, os resultados preliminares dos Censos 2021 apontam para um ligeiro decréscimo populacional, que se prende sobretudo com uma dificuldade de fixação da população residente, mantendo-se a componente de crescimento natural da população muito favorável. A juventude da população residente tem repercussões sobre a dimensão média das famílias residentes (superior à observada na Região e no País) e sobre a composição dos agregados habitacionais (mais alargados e, muitas vezes, integrando mais do que um núcleo familiar).

No domínio socioeconómico encontram-se relevantes fragilidades presentes. Entre estas surge a baixa instrução da população, que se repercute em indicadores de insucesso e abandono escolar desfavoráveis. Deteta-se igualmente um perfil de empregos pouco qualificados e com baixas remunerações, e uma forte proporção de famílias financeiramente dependentes das prestações sociais do Estado. Os montantes médios destas prestações sociais, à semelhança dos rendimentos médios do trabalho, são inferiores aos praticados na Região e País, refletindo-se num poder de compra também menor.

No âmbito dos trabalhos de diagnóstico à situação habitacional no concelho da Ribeira Grande, para o qual colaboraram várias entidades e parceiros sociais, foram identificados 389 agregados habitacionais em situação de carência habitacional e sem recursos económicos que lhes permitam fazer face às suas necessidades habitacionais. A grande maioria destes agregados vive em situação de insalubridade e insegurança (82,5%), enquanto cerca de 25% vive em situação de sobrelotação.

De acrescentar ainda que, dadas a dimensão, a presença de vários núcleos familiares e as características das habitações, em 42 agregados habitacionais será necessária uma solução habitacional diferenciada para cada núcleo familiar. Nesse documento estratégico foram, ainda, identificados um conjunto de recursos habitacionais existentes e mobilizáveis no Concelho que visam a promoção de soluções adequadas às carências habitacionais identificadas.

Este exercício permitiu identificar 514 fogos de habitação social da Autarquia (do Município, Juntas de Freguesia e Sociedade de Desenvolvimento da Ribeira Grande), entre os quais apenas um fogo se encontra vago e uma parte substancial necessita de obras de beneficiação. Do confronto entre necessidade e recursos habitacionais, resulta uma clara escassez de recursos para dar resposta às carências habitacionais atualmente identificadas. Da análise cruzada, estabeleceu-se a seguinte matriz de carências habitacionais (Figura 96).

Identificação de situações de carência habitacional	
População com necessidade de apoio à reabilitação da sua habitação Total: 126 famílias	a) 105 proprietários/herdeiros que constituem um único núcleo familiar.
	b) 5 proprietários/herdeiros que vivem c/ 2º núcleo familiar que necessita de realojamento (em sobrelotação).
	c) 8 proprietários que vivem com familiares (2º núcleo) que necessita de realojamento (em condição de insalubridade e sobrelotação).
	d) 8 núcleos que vivem com familiares proprietários de habitações em condição de insalubridade (sem sobrelotação, nem pedido de realojamento).
População residente em habitação social com necessidade de reabilitação/beneficiação Total: 173 famílias	e) 144 famílias que constituem um único núcleo familiar, nomeadamente: ▪ 133 famílias em habitação pertencente ao Município, à SDRG e às JF; ▪ 11 famílias em habitação pertencente à DRH.
	f) 29 famílias que partilham habitação c/ 2º núcleo (que necessita de realojamento): ▪ 28 famílias em habitação pertencente ao Município; à SDRG e às JF; ▪ 1 família em habitação pertencente à DRH.
População em risco de exclusão e/ou com necessidade de acesso a uma habitação social Total: 132 famílias	g) 13 famílias em situação de insalubridade e de sobrelotação/precaridade: ▪ 5 famílias que correspondem ao 2º núcleo da alínea b). ▪ 8 famílias que correspondem ao 2º núcleo da alínea c).
	h) 32 famílias que vivem c/ 2º núcleo arrendatário de hab. social, nomeadamente: ▪ 29 famílias que vivem em situação de sobrelotação insalubridade e inadequação (2º núcleo da alínea f); ▪ 3 famílias que vivem em situação de sobrelotação.
	i) 8 famílias (único núcleo) arrendatárias de habitação social em sobrelotação.
	j) 56 famílias em situação de precaridade, nomeadamente: ▪ 29 famílias sem casa que não tiveram resposta na alínea d) e g); ▪ 22 famílias em situação de não renovação de contrato de arrendamento; ▪ 5 famílias noutras situações de precaridade.
	k) 23 famílias em regime de arrendamento (mercado livre), em condição de insalubridade, inadequação e/ou sobrelotação.
Recursos e apoios existentes	
Recursos habitacionais atuais: 514 Habitações sociais municipais (da autarquia, juntas de freguesia e SDRG), estando todas ocupados com exceção de uma.	Recursos mobilizáveis: 3 Fogos municipais (não sociais) desocupados 9 Terrenos e loteamentos municipais (52 fogos)
Recursos e apoios existentes	
Resposta atualmente insuficiente	

Figura 96. Matriz de relação entre as situações de carência habitacional e os recursos habitacionais existentes no âmbito do Programa 1.º Direito

Fonte: ELH da Ribeira Grande, 2020

É com base nos resultados obtidos pela matriz anterior, assim como na análise do diagnóstico, que se estabelece a estratégia de atuação. A execução da ELH, coordenada pelo Município, assume um horizonte temporal de 6 anos, estendendo-se até 2026. Pressupõe o envolvimento ativo dos atores locais na criação e implementação de um conjunto abrangente e diversificado de

medidas e soluções habitacionais, que visam responder aos principais desafios que se colocam ao Município no domínio da habitação.

A reflexão estratégica que orientou a Visão de futuro delineada baseou-se em três pressupostos de intervenção, que refletem as necessidades de intervenção mais prementes no território nesta matéria:

- Reforço e beneficiação da habitação pública;
- Apoio à beneficiação da habitação privada;
- Melhoria do *habitat* urbano e incremento da atratividade residencial.

Tendo por base as premissas definidas na atual política de habitação, entre as quais aqui se destaca a qualidade do habitat enquanto fator determinante para o desenvolvimento e a coesão socioterritorial, a universalidade de acesso a uma habitação condigna e adequada às características dos seus ocupantes, e o envolvimento alargado das entidades e comunidade na construção das respostas habitacionais necessárias, a ELH da Ribeira Grande estabelece a seguinte visão de futuro:

Ribeira Grande, um concelho jovem e atrativo, com uma oferta habitacional qualificada e inclusiva.

Em 2026, a Ribeira Grande é um concelho que garante o acesso universal à habitação qualificada e inclusiva, e que assegura a melhoria da qualidade do *habitat*, numa lógica de continuidade do processo de revitalização e regeneração de um território singular e atrativo.

Com uma visão de futuro voltada para os jovens e assente na garantia de uma oferta habitacional qualificada e inclusiva, a sua concretização é suportada num conjunto de prioridades estratégicas às quais estão associados objetivos concretos, que abarcam as medidas a implementar para garantir a oferta das soluções habitacionais necessárias para dar respostas às necessidades dos diferentes grupos populacionais (Figura 97).



Figura 97. Prioridades estratégicas de intervenção da ELH da Ribeira Grande

Fonte: ELH da Ribeira Grande. 2020

8.3 Caracterização dos equipamentos

A caracterização atual do concelho relativamente aos equipamentos coletivos é sustentada por um exaustivo levantamento de campo realizado em 2009, pela equipa técnica, no âmbito da elaboração do Plano Estratégico da Ribeira Grande, tendo sido recentemente atualizado no âmbito da revisão dos estudos de caracterização a integrar a Proposta do Plano da revisão do PDM da Ribeira Grande. Este levantamento, com as respetivas atualizações, traça a situação do concelho a nível do número de equipamentos por tipo e freguesia (Planta 04 em anexo).

A informação abaixo apresentada está sintetizada num quadro resumo que apresenta as valências dos equipamentos, tendo em consideração que um edifício pode conter uma ou mais valências. A planta n.º 5 representa a localização dos equipamentos, indicando a sua valência predominante, isto porque existem situações em que o mesmo edifício alberga várias valências e/ou associações.

8.3.1 Equipamentos religiosos

Existem 36 equipamentos religiosos no concelho, dos quais fazem parte 19 igrejas e 17 ermidas, que se distribuem por todas as freguesias do concelho e estão em estado de conservação razoável sendo a sua construção datada de entre o século XVI e XX.

Nota: Os passos de procissão e as ermidas em casas particulares não foram contabilizados.

8.3.2 Equipamentos educativos

De acordo com a Carta Social do Município, com data de 2017, existiam no Concelho 30 equipamentos educativos, sendo que 8 são jardins de infância, 16 são Escolas do 1.º Ciclo e com jardim de infância, que cobriam quase todas as freguesias, com exceção da Lomba de São Pedro, havendo algumas com mais de um estabelecimento; 1 Escola do 2º e 3º ciclo, na Maia; 2 Escolas Básica Integrada, 1 Escola Secundária, na Matriz; 1 Escola de Ensino Profissional, em Rabo de Peixe. Existe ainda um Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta (localizado no Teatro Ribeiragrandense).

De acordo com a Carta Educativa do concelho da Ribeira Grande 2016, grande parte das intervenções propostas foram, entretanto, realizadas, e que se apresentam no quadro seguinte:

Tabela 78. Necessidades dos equipamentos escolares no concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, Carta educativa do concelho da Ribeira Grande (2016)

Construção de novas Escolas Básicas	
EB1,2/JI Gaspar Frutuoso – na zona leste da cidade, de forma a concentrar nela grande parte da atividade educativa de todos os estabelecimentos da zona central da cidade, foi recentemente inaugurada e é composta por 56 salas de aulas, 2 salas de professores, 1 bar, 2 refeitórios, 2 ginásios, 1 biblioteca, 1 sala de informática e um laboratório de ciências.	Obra concluída
Reparação e Beneficiação de Escolas Básicas	
EB1/JI Padre Dr. Laudalino da Câmara Moniz de Sá – a autarquia pretende substituir as janelas que se encontram em mau estado de conservação, instalar um sistema de alarme no edifício e construir um pavilhão desportivo.	Obra concluída
EB1/JI Manuel Jacinto da Ponte – a autarquia pretende substituir as janelas que se encontram em mau estado de conservação.	Obra concluída
EB1/JI José Amâncio da Câmara Leite – o Conselho Executivo propôs ao município o alargamento do refeitório, através da demolição de uma parede e a instalação de um sistema de alarme.	Obra concluída
EB1/JI de Santa Bárbara – necessita de algumas reparações ao nível das instalações elétricas, reparação de fissuras no edifício e pintura do edifício. A autarquia pretende a construção de um alpendre para abrigar os alunos das intempéries.	Obra concluída
EB1/JI Madre Teresa da Anunciada – necessita de intervenção ao nível de infiltrações existentes, a construção de um novo acesso à escola, bem como da instalação de um sistema de videovigilância.	Obra concluída
EB1/JI Paulo José Tavares – a autarquia pretende proceder a obras de reparação da cobertura do polivalente.	Obra concluída
EB2,3 Rui Galvão de Carvalho – necessita urgentemente de uma intervenção profunda. Devido ao elevado estado de degradação, é necessário a intervenção do Governo Regional.	Obra concluída
Escola Secundária da Ribeira Grande – escola com estrutura de amianto e infiltrações diversas. Necessita de intervenção do Governo Regional.	Obra concluída

8.3.3 Equipamentos de segurança pública

No que diz respeito a equipamentos públicos de segurança e prevenção existem 3 postos da Polícia de Segurança Pública (Conceição, Rabo de Peixe e Maia), 2 quartéis de Bombeiros, um na Conceição e outro na Lomba da Maia, e 1 Serviço de Proteção Civil, na Conceição.

8.3.4 Equipamentos desportivos

As 31 valências desportivas assumem um papel muito importante no concelho. A nível de Complexo Desportivos, considerando que neste se pode praticar várias atividades e que este apresenta várias infraestruturas, existem 3 (Rabo de Peixe, na Matriz e Maia), 1 Pavilhão Desportivo na Conceição, considerando o pavilhão desportivo um espaço coberto onde se pode praticar várias modalidades desportivas, 4 Campos de Futebol com relvado natural ou sintético e 3 Campos de Futebol de terra (Fenais da Ajuda, Ribeirinha e Porto Formoso) onde se pode praticar futebol de 11, 14 Campos Polidesportivos (campos onde se pode praticar futsal e outros desportos com dimensões aproximadas de 40*20), as piscinas municipais situadas na Matriz (que foram contabilizadas apesar de ultimamente não terem servido para a prática desportiva), o complexo de piscinas Viriato Madeira dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, e 5 Instalações Desportivas Especializadas (Campo de Golfe da Batalha, Kartódromo Acelera Kart Cross, Centro Hípico de Santana, Clube Desportivo de Tiro de São Miguel e Clube Naval de Rabo de Peixe).

As Piscinas dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande na freguesia da Conceição constituem um projeto recente, tendo sido abertas ao público para a época de 2012-2013, pelo que foram já contabilizadas.

8.3.5 Equipamentos de saúde

Os equipamentos de saúde são particularmente relevantes porque deles resulta não só o acesso aos cuidados que consubstanciam um dos indicadores de qualidade de vida mais óbvios, mas também porque são objeto de grande atenção e expectativa por parte das populações.

Territórios com características particulares, como são na generalidade dos casos das ilhas, dificilmente cumprem os quantitativos demográficos para que se assegure a existência de equipamentos adequados a uma taxa de cobertura que garanta efetiva melhoria das condições de vida. O acesso a uma medicina preventiva pressupõe uma cobertura territorial mais equilibrada que garanta equidade no acesso, principalmente para as populações com menores recursos e mobilidade.

No concelho da Ribeira Grande os cuidados de saúde são assegurados por um Centro de Saúde (sede) localizado na freguesia da Conceição, que por sua vez possui Unidades de Saúde no Pico da Pedra, em Rabo de Peixe, na Ribeirinha, na Maia, na Lomba da Maia e nos Fenais da Ajuda. Estas Unidades são extensões periféricas do Centro de Saúde situadas em local da sua área de

influência, tendo em vista proporcionar uma maior proximidade e acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde.

Existem 7 Farmácias (estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento - INFARMED -, através de concurso público, apenas a farmacêuticos; o exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público) e 3 Estabelecimentos de Venda de Medicamentos não sujeitos a Receita Médica no concelho da Ribeira Grande.

8.3.6 Equipamentos de serviço social e administração

Pecuniárias situado na freguesia da Matriz e mais 7 serviços de prestação pecuniária espalhados pelo concelho.

No que respeita aos Serviços de Ação Social existe 1 serviço na freguesia de Rabo de Peixe, 1 na Conceição e 1 na Maia.

Muitos dos serviços de administração pública situam-se na freguesia da Matriz, dos quais se destacam o tribunal da Ribeira Grande, a Autoridade Tributária Aduaneira e o Instituto dos Registos e do Notariado. Salienta-se também a existência de um Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) em Rabo de Peixe, na Maia e na Conceição.

No que concerne a serviços da administração municipal salienta-se que os principais serviços da Câmara se concentram na freguesia de Matriz e da Conceição (as freguesias centrais), dos quais se elencam a título de exemplo a Divisão de Obras e Urbanismo, a Divisão de Ação Social, o Serviço de Águas e Ambiente e o Gabinete de Atendimento ao Munícipe. No que diz respeito a equipamentos da administração regional destaca-se o IROA, S.A. localizado na Matriz.

8.3.7 Equipamentos de apoio social

Os equipamentos sociais desempenham no Concelho, de um modo geral, e na Vila de Rabo de Peixe, de um modo específico, um papel essencial no apoio ao desenvolvimento da cidade e na melhoria da qualidade de vida de muitos agregados familiares.

As 2 Santas Casas da Misericórdia (Ribeira Grande e Maia), as 8 Casas de Povo e os 8 Centros Sociais e Paroquiais têm neste quadro um papel fundamental nas diversas freguesias do concelho e estão contabilizados na tabela de valências, apesar de cada um possuir várias valências. Nesta categoria, conforme tabela apresentada, estão inseridos 10 creches, ou seja, equipamentos de natureza socioeducativa que acolhem crianças durante o período diário, 28 ATL, ou seja, equipamentos ou serviços que proporcionam atividades de lazer a crianças e jovens nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, 20 Centros de Convívio de Idosos, (equipamento de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com

participação ativa das pessoas idosas) / Lar de Idosos (equipamento destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas) / Serviço de Apoio a Domicílio a Idosos (resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio), 3 Lares de Crianças e Jovens (equipamentos destinados a alojar crianças e jovens, que se encontram impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar), 4 Serviços de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais, e 17 outros equipamentos sociais que incluem os seguintes equipamentos: Centro de Atendimento e Acompanhamento Social, Comissão de Proteção de Crianças, S.O.S. Mulher, Centro Comunitário de Fénais da Ajuda, Projeto REMAR, Centro de Promoção e Emprego Social, Centro de Atendimento e Acompanhamento Social, Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – C.A.S.A, Centro de Promoção e Emprego Social – CBEIJFC, Animação de Rua, Centro Comunitário – Mulheres em Risco – ACC, Centro Comunitário e Juventude de Rabo de Peixe, Centro de Atendimento e Acompanhamento Social – ACC, Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – "Porto Seguro", Centro de Economia Solidária: ECOSOL e Centro de Educação Ambiental.

8.3.8 Equipamentos culturais e recreativos

A cultura é uma das vertentes que melhor definem o concelho da Ribeira Grande. A Ribeira Grande é por excelência um concelho ligado à cultura e isto repercute-se na sua tradição musical, popular e teatral. Refira-se que as freguesias que apresentam maior número de equipamentos culturais e recreativos são: Matriz e Conceição que têm 10 equipamentos (dos quais se destaca o Teatro Ribeiragrandense, o Museu Municipal, o Museu da Emigração Açoriana e a Casa do Arcano); Rabo de Peixe com 9 equipamentos (destaca-se o Cineteatro Miramar); e a Maia com 7 equipamentos (especial destaque o Museu do Tabaco). Apesar de não estar contabilizada, a Casa Museu Rural da Lombinha da Maia, associada ao Museu do Tabaco, pode ser visitada por marcação.

Tabela 79. Distribuição dos Equipamentos Públicos e Sociais do Concelho da Ribeira Grande

Nº	Nome	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fénais de Ajuda	Lomba de S. Pedro	Total
1	Equipamentos Educativos	1	1	14	2	1	3	8	1	1	1	2	1	2	1	39
1.1	Jardim de Infância	0	0	6	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	10
1.2	EB1/JI	1	1	3	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	18
1.3	Escola Básica Integrada	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
1.4	EB2/3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
1.5	Escola Secundária	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
1.6	Escola Profissional	0	0	3	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	5
1.7	Universidade	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
2	Equipamentos Desportivos	2	2	6	1	1	5	4	2	2	0	2	1	2	1	31

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE
Caracterização, Diagnóstico e Modelo Estratégico

Nº	Nome	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais de Ajuda	Lomba de S. Pedro	Total
2.1	Complexo Desportivo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
2.2	Pavilhão Desportivo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2.3	Campo de Futebol com relva natural ou sintética	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	4
2.4	Campo de Futebol de Terra	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	3
2.5	Campo Polidesportivo	1	1	1	1	1	2	2	1	1	0	0	1	1	1	14
2.6	Piscinas	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
2.7	Instalações Desportivas	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
3	Equipamentos Culturais e Recreativos	0	4	9	1	3	2	8	3	0	0	7	1	0	1	39
3.1	Arquivos	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
3.2	Associações Culturais e Religiosas, Bandas de Música e Filarmónicas	0	3	4	1	1	0	2	2	0	0	2	0	0	0	15
3.3	Biblioteca	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	5
3.4	Centro ou Club de Informática	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	2	1	0	1	7
3.5	Ludoteca	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
3.6	Museu	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	4
3.7	Teatro	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
3.8	Observatório Astronómico	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
4	Equipamentos Religiosos	2	2	5	5	1	3	6	1	1	1	3	2	3	1	36
4.1	Igrejas	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	3	1	19
4.2	Ermidas	1	1	4	4	0	1	4	0	0	0	1	1	0	0	17
5	Equipamentos de Saúde	0	2	2	0	0	3	1	2	0	0	2	1	2	0	15
5.1	Centro de Saúde	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
5.2	Unidade de Saúde da Ilha - USI/Extensões	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
5.3	Farmácias	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	6
5.4	Estabelecimento de Venda de Medicamentos não Sujeitos a Receita Médica	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
6	Equipamento de Segurança Pública	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	1	1	0	0	6
6.1	Bombeiros	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
6.2	Polícia	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
6.3	Proteção Civil	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
7	Equipamentos de Apoio Social	1	7	21	3	3	10	13	5	2	2	13	4	6	0	90
7.1	Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	4
7.2	ATL	0	1	6	1	1	2	3	2	0	0	1	1	2	0	20
7.3	Centro de Convívio de Idosos / Lar de Idosos / Apoio ao Domicílio	1	3	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	0	20
7.4	Centros Sociais e Paroquiais	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	8
7.5	Creche	0	1	5	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	9
7.6	Lar de Crianças e Jovens	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	3

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE
Caracterização, Diagnóstico e Modelo Estratégico

Nº	Nome	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais de Ajuda	Lomba de S. Pedro	Total
7.7	Outros Equipamentos Sociais	0	0	7	0	0	3	4	0	0	0	1	0	2	0	17
7.8	Santa Casa da Misericórdia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
7.9	Casa do Povo	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	7
8	Equipamentos de Serviço Social e Administração	1	2	4	1	1	3	16	2	2	1	4	2	2	1	42
8.1	Segurança Social	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	8
8.2	Serviço de Ação Social	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
8.3	Junta de Freguesia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
8.4	RIAC	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
8.5	Serviços de Administração Municipal	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
8.6	Serviços de Administração Pública	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
8.7	Serviços de Administração Regional	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
9	Outros Equipamentos / Serviços	1	2	3	1	1	4	1	0	1	1	4	1	2	1	23
9.1	Canil	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
9.2	Posto de Turismo	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
9.3	Estações de Correios / Postos	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	4
9.4	Mercado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
9.5	Cemitério	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	2	1	2	1	14
Total		8	22	65	14	11	36	57	16	9	6	38	14	19	6	321

9. Atividades económicas

9.1 Estrutura produtiva

A caracterização e análise da estrutura produtiva do concelho da Ribeira Grande, destaca os principais setores de atividades, nomeadamente a agricultura, pecuária e pescas, no setor primário, a indústria, eletricidade e construção civil, no setor secundário, e o comércio, turismo e serviços, no setor terciário.

Entre 2011 e 2021, de acordo com o INE, Sistemas de contas integradas das empresas, não se assistiu a uma oscilação significativa do número de empresas nos principais concelhos da Região, contudo, observou-se um aumento generalizado do tecido empresarial. No concelho da Ribeira Grande assistiu-se ao nascimento de mais 349 empresa face a 2011. De realçar que o número de pessoal ao serviço aumentou no período referido, com aumentos na ordem dos 10% na Região, tendo o concelho da Ribeira Grande registado o aumento menos acentuado (cerca de 4%, mais 363 pessoas ao serviço de empresas com sede no Concelho) (Figura 98).

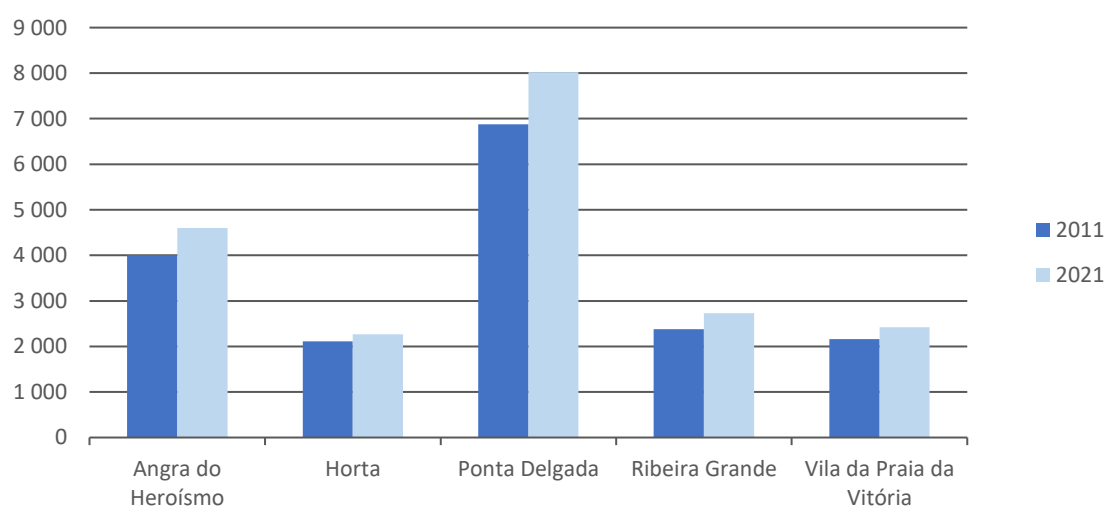


Figura 98. Evolução do número de empresas nos principais concelhos da RAA (2011-2021)

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2021)

O concelho da Ribeira Grande possuía em 2021, segundo os dados do SREA, um total de 2.727 empresas com sede no seu território, quase todas classificadas como PME (4 possuíam mais 250 trabalhadores), ou seja, com menos de 250 trabalhadores e volume de negócios abaixo dos 50 milhões de euros, ou cujo balanço total anual era menor que 43 milhões de euros.

De realçar que o volume de negócios por empresa era muito superior à realidade regional e semelhante à média para ilha de São Miguel. A nível concelhio, o concelho da Ribeira Grande, em termos de volume de negócios por empresa, era somente ultrapassado pelo concelho de Ponta Delgada (346,9 milhares de euros), tendo registado, em 2021, cerca de 290,5 milhares de euros,

valor consideravelmente inferior ao registado em 2011 (363,8 milhares de euros). A concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas era claramente superior no concelho da Ribeira Grande que ascendia aos 38%, ao passo que em Ponta Delgada atingia apenas os 22,6%. No concelho da Ribeira Grande a média de pessoal ao serviço era de 3,3 pessoas, substancialmente mais elevada que a registada na Região e muito semelhante à realidade da ilha de S. Miguel e do concelho de Ponta Delgada (Tabela 80).

Tabela 80. Indicadores de Empresas por Município 2021

Fonte: INE, 2021

NUTS Concelhos	Densidade de Empresas	Proporção		Dados por empresa		Concentração do VN das 4 maiores empresas
		Micro empresa	PME	Pessoal ao Serviço	Volume de Negócios (VN)	
	Nº/km2	%	%	Nº	Milhar de €	%
Portugal	14,6	96,2	99,9	3,2	321,1	5
Açores	12,5	96,5	99,9	2,5	197,1	12
S. Miguel	18,8	95,4	99,9	3,2	289,3	-
Ponta Delgada	34,4	95,1	99,9	3,5	346,9	22,6
Ribeira Grande	15,1	96,4	99,9	3,3	290,5	38

Segundo o Observatório do Emprego e Formação Profissional, em 2021, cerca de 42% das empresas da Ribeira Grande apresentaram um volume de negócios inferior a 150 milhares de euros, explicado pela presença de um número significativo de empresas de pequena dimensão, e apenas 0,9% apresentaram volume de negócios superior a 25 milhões de euros. Em 2021, as empresas sediadas no concelho da Ribeira Grande geraram um total de 792 milhões de euros, um decréscimo de 8% face a 2011.

Prosseguindo com a análise empresarial e de acordo com os dados constantes no INE, existiam, em 2021, 2727 (mais 349 do que em 2011) empresas sedeadas no concelho da Ribeira Grande, num total de 9.006 pessoas ao serviço, uma diminuição de cerca 7% nos últimos 10 anos, como referido anteriormente. Já o número de estabelecimentos sedeados no Concelho ascendia os 2.874, mais 16% face a 2011, perfazendo um total de 8.783 pessoas ao serviço, que resultou num aumento de cerca de 4% do número de pessoas ao serviço. Os estabelecimentos existentes no Concelho encontravam-se, assim, em maior número do que as empresas sediadas neste, o que significa que existiam, por um lado, diversas empresas sediadas no Concelho com mais de um estabelecimento, assim como outras tantas com sede noutros concelhos.

A estrutura empresarial do Concelho refletia uma predominância de empresas e estabelecimentos no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, do comércio, reparação de automóveis e motociclos e de atividades administrativas e dos serviços de apoio. Importa aqui destacar o relevo da indústria transformadora e construção pelo número de pessoal ao serviço que apresentavam (Tabela 81). Em termos de volume de negócios das empresas sediadas no

Concelho, as atividades económicas que mais contribuíram para a riqueza do Concelho foram a indústria transformadora, o comércio por grosso e a retalho, reparação automóveis e motocicletas, a construção e a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. No total, as empresas sediadas no concelho da Ribeira Grande geraram um volume de negócios de cerca de 792 milhões de euros, correspondendo a cerca de 20% do total registado na ilha de São Miguel. A indústria transformadora e a construção foram as atividades económicas com maior representatividade em termos de volume de negócios na ilha de São Miguel, contribuindo em cerca de 50% e 48% do volume de negócio destes setores e a nível de ilha.

Tabela 81. Número e pessoal de empresas e estabelecimentos no município, 2021

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2021)

Ribeira Grande	Empresas		Estabelecimentos		Volume de negócios empresas
	Número	Pessoal	Número	Pessoal	€
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	634	1.059	639	1.096	44.523.452
Indústrias extrativas	3	34	4	38	2.680.137
Indústrias transformadoras	113	2.214	130	1.790	373.184.366
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	...	5	275	...
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	4	...	4	29	...
Construção	190	1.719	192	1.627	124.026.787
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	352	1.258	428	1.407	152.126.006
Transportes e armazenagem	67	179	70	195	5.505.824
Alojamento, restauração e similares	242	571	256	613	17.523.609
Atividades de informação e de comunicação	30	35	34	39	873.603
Atividades imobiliárias	38	51	40	56	8.150.888
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	187	331	193	332	7.503.971
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	385	700	386	619	12.023.823
Educação	152	187	155	183	893.296
Atividades de saúde humana e apoio social	145	227	147	219	5.293.427
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	71	86	74	90	1.211.726
Outras atividades de serviços	113	179	117	175	2.415.033
Total	2.727	9.006	2.874	8.783	792.296.508

Como tal, de acordo com os dados referentes à década censitária 2011-2021, a população ativa no concelho da Ribeira Grande trabalhava, maioritariamente, no setor terciário, tendo-se registado um aumento da sua representatividade de cerca de 6% face a 2011, ao passo que se registou uma regressão da expressão dos setores primário e secundário, tendo este último apresentado a maior diminuição (-6%). De realçar que tal diminuição se fez sentir de modo mais ténue na Região (Tabela 82).

Tabela 82. População ativa por setores de atividade

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (vários anos)

Unidade Territorial	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
RAA	8,5%	7,0%	20,6%	16,0%	70,9%	76,9%
Ribeira Grande	11,6%	9,6%	26,9%	20,9%	61,5%	69,5%
Calhetas	5,7%	5,0%	23,0%	17,5%	71,3%	77,5%
Fenais da Ajuda	21,6%	24,6%	31,4%	24,2%	47,0%	51,2%
Lomba da Maia	27,7%	23,1%	25,7%	18,1%	46,7%	58,8%
Lomba de São Pedro	28,1%	25,6%	25,0%	14,4%	46,9%	60,0%
Maia	14,6%	14,4%	26,7%	16,3%	58,8%	69,4%
Pico da Pedra	3,5%	2,8%	18,1%	16,3%	78,4%	80,9%
Porto Formoso	10,5%	9,8%	37,1%	26,2%	52,4%	63,9%
Rabo de Peixe	22,9%	17,4%	23,9%	21,7%	53,2%	60,9%
Ribeira Grande (Conceição)	3,1%	2,9%	20,6%	17,5%	76,3%	79,6%
Ribeira Grande (Matriz)	2,7%	2,4%	29,8%	20,5%	67,5%	77,1%
Ribeira Seca	4,0%	4,7%	35,1%	23,7%	60,9%	71,6%
Ribeirinha	7,2%	6,4%	36,5%	28,0%	56,3%	65,6%
Santa Bárbara	11,8%	9,9%	30,6%	26,3%	57,6%	63,8%
São Brás	14,2%	16,4%	31,4%	19,6%	54,4%	64,0%

Ao nível de freguesia, era também o setor terciário o setor predominante, destacando-se a freguesia do Pico da Pedra, onde 80% da população empregada se encontra relacionada com o terceiro setor de atividades. O setor secundário tinha maior representatividade nas freguesias de Ribeirinha (28%), Santa Barbara (26,3%) e Porto Formoso (26,2%), onde é visível forte presença de tecido industrial. Nas freguesias mais rurais, nomeadamente Lomba de São Pedro (25,6%), Fenais da Ajuda (24,6%) e Lomba da Maia (23,1%), era mais expressiva a presença de atividades ligadas ao setor primário, setor que apresenta também uma forte relevância na freguesia de Rabo de Peixe (17,4%).

9.2 Setor primário

9.2.1 Especialização económica - agricultura e pecuária

De acordo com o INE, em 2021, existiam 542 empresas no concelho Ribeira Grande e 524 estabelecimentos dedicados à Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e floresta, os quais tinham respetivamente 640 e 656 pessoas ao serviço, não tendo sofrido grandes alterações face a anos anteriores. A grande maioria das pessoas ao serviço era do sexo masculino e tinha relação familiar, sendo, portanto, um setor em que a sua estrutura produtiva está fortemente familiar. Em 2019, na Ribeira Grande a população agrícola familiar por 100 habitantes era de 9,5, valor consideravelmente superior à média nacional (6,4), mas inferior à média registada na RAA (12,3).

Em 2021, as empresas sediadas no Concelho apresentaram um volume de negócios relativamente elevado, gerando cerca de 36 milhões de euros, representando uma melhoria significativa face a 2011.

De acordo com os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 2019, existiam no concelho da Ribeira Grande 1.048 explorações agrícolas (9,9% das explorações da RAA) com um total de 10.278 hectares (8,5% da superfície agrícola explorada nos Açores). Face ao Recenseamento de 2009, verificou-se uma diminuição de 341 explorações (-14%) e de 653 hectares (-3,1%) no Concelho. Esta tendência não se verificou na RAA, sendo que, embora tenha existido um aumento de 0,1% dos hectares explorado, existiu uma diminuição (inferior à do concelho) do número de explorações (-12%).

Tabela 83. Número e dimensão das explorações agrícolas

Fonte: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019)

Unidade territorial	Total		Natureza Jurídica				Explorações com Superfície Agrícola Utilizada					
			Produtor Singular		Sociedade		Total		Forma de Exploração			
	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect	Conta Própria		Arrendamento	
									Nº	hect	Nº	hect
2009												
Açores	13.511	120.412	13.360	110.658	133	4.730	13.511	120.412	11.311	55.205	6.050	57.400
Ribeira Grande	1.389	10.931	1.362	9.915	23	824	1.389	10.931	1.019	4.930	741	5.679
2019												
Açores	10.598	12.063,2	10.293	111.541	302	7.957	10.598	120.632	9.228	62.566	4.717	55.282
Ribeira Grande	1.048	10.278	1.674	8.620	44	1.652	1.048	10.278	811	4.943	527	5.125

As freguesias de Rabo de Peixe, Lomba da Maia e Fenais da Ajuda eram aquelas que registaram o maior número de explorações agrícolas (Tabela 84), sendo a Lomba da Maia aquela que detinha mais hectares explorados.

Tabela 84. Número e dimensão das explorações agrícolas nas Freguesias

Fonte: Recenseamento Agrícola 2019

Unidade territorial	Total		Natureza Jurídica				Explorações com Superfície Agrícola Utilizada					
			Produtor Singular		Sociedade		Total		Forma de Exploração			
	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect			Conta Própria		Arrendamento	
	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect	Nº	hect
2019												
Açores	10.656	120.632	10.293	111.541	302	7.957	10.656	120.632	9.228	62.566	4.717	5.5282
Ribeira Grande	10.53	10.278	1.002	8.620	44	1.652	1.053	10.278	811	4.943	527	5.125
Calhetas	32	222	32	222	-	-	32	222	25	107	17	112
Fenais da Ajuda	87	854	84	804	3	51	87	854	74	269	47	585
Lomba da Maia	140	2.275	133	1.912	7	363	140	2.275	119	1.202	73	924
Lomba de São Pedro	32	316	31	315	1	2	32	316	21	102	26	211
Maia	84	1.883	79	1.407	4	475	84	1.883	59	1.007	60	876
Pico da Pedra	85	444	80	362	5	82	85	444	56	148	39	257
Porto Formoso	54	311	51	244	3	67	54	311	46	160	23	151
Rabo de Peixe	178	559	171	537	3	18	178	559	152	366	51	181
Ribeira Grande (Conceição)	48	448	47	445	1	3	48	448	37	251	28	197
Ribeira Grande (Matriz)	35	549	29	169	6	380	35	549	26	410	15	139
Ribeira Seca	75	303	73	273	2	31	75	303	56	130	31	173
Ribeirinha	74	775	71	710	3	65	74	775	50	343	40	432
Santa Bárbara	78	800	74	763	3	37	78	800	58	293	46	504
São Brás	51	537	47	456	3	81	51	537	32	155	31	382

Em 2009, o concelho da Ribeira Grande dispunha de 18,6% do total de terras aráveis dedicadas a culturas temporárias na RAA. Em 2019, assistiu-se a uma diminuição, passando a representar cerca de 16,3%. Este decréscimo deveu-se, sobretudo, à redução significativa de hortas familiares e de culturas temporárias como a batata (Tabela 85).

Tabela 85. Terras Aráveis em hectares por tipo de cultura temporária em 2009 e 2019

Fonte: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019)

Unidade territorial	Terras Aráveis										
	Horta Familiar	Pousio	Culturas Temporárias								
			Total	Para Grão		Batata	Industriais	Hortícolas	Flores e Plantas Ornamentais	Prados e Forragens	Outras culturas temp.
				Cereais	Legum Secas						
2009											
Portugal	19.695	341.534	948.470	345.941	13.239	18.745	24.923	48.002	1.643	462.703	1.470
Açores	521	-	22.032	297	87	507	41	481	64	20.241	174
Ribeira Grande	33	-	4.095	5	12	168	14	102	28	3.668	35

2019											
Portugal	16.152	224.339	888.384	234.599	18.696	13.383	10.692	51.996	1.922	433.044	3.477
Açores	303	-	42.822	35	30	324	5	673	49	26.703	235
Ribeira Grande	9	-	6.987	1	11	85	4	200	10	5.688	32

Em 2019, a grande maioria (81%) dos hectares das culturas temporárias destinava-se a prados e forragens, a que se seguiu a produção de hortícolas (2,9%) e de batata (1,2%). No Recenseamento Geral Agrícola de 2009, eram também essas as culturas mais significativas, representando cerca de 90%, para prados e forragens, cerca de 4%, para produção de batata, e cerca de 2,5%, para hortícolas.

Todas as restantes culturas encontravam-se pouco representadas, embora as outras culturas temporárias, com 0,5%, sejam de mencionar uma vez que representavam 13,6% dos hectares açorianos dedicados a esta exploração. De destacar ainda a produção de plantas industriais, como o tabaco e o chá, e de hortícolas, cujos hectares destinados a estas produções correspondiam a 80% e 29,7% do total de hectares açorianos destinados a estas produções, respetivamente.

As freguesias de Lomba da Maia e Maia eram as que mais hectares de culturas temporárias possuíam, com quase exclusivo impacto nos prados. A Ribeira Seca embora com um menor número de hectares relativamente às restantes freguesias, possuía em 2019, 19,2% dos hectares destinados a hortícolas. A Lomba de S. Pedro destacava-se pela produção da batata, assim como a freguesia das Calhetas e Rabo de Peixe, que se diversificavam nas batatas e hortícolas.

Tabela 86. Terras Aráveis em hectares por tipo de cultura temporária em 2019 nas freguesias

Fonte: Recenseamento Agrícola 2019

Unidade territorial	Terras Aráveis										
	Horta Familiar	Pousio	Culturas Temporárias								
			Total	Para Grão		Batata	Industriais	Hortícolas	Flores e Plantas Ornamentais	Prados e Forragens	Outras Culturas Temporárias
				Cereais	Legum Secas						
Ribeira Grande	9	-	6.987	1	11	85	4	200	10	5.688	32
Calhetas	0	-	217	-	0	14	1	28	1	139	-
Fenais da Ajuda	2	-	687	-	1	21	-	16	-	479	4
Lomba da Maia	1	-	1.274	-	-	2	-	1	-	1.175	-
Lomba de São Pedro	0	-	177	-	-	24	-	3	-	81	-
Maia	1	-	1.158	-	-	1	0	3	-	882	-
Pico da Pedra	0	-	271	-	7	1	-	9	0	158	13

Unidade territorial	Terras Árveis										
	Horta Familiar	Pousio	Culturas Temporárias								
			Total	Para Grão		Batata	Industriais	Hortícolas	Flores e Plantas Ornamentais	Prados e Forragens	Outras Culturas Temporárias
				Cereais	Legum Secas						
Porto Formoso	-	-	83	-	1	2	-	2	-	75	2
Rabo de Peixe	1	-	693	0	0	8	0	45	0	628	9
Ribeira Grande (Conceição)	0	-	458	0	-	1	-	9	7	337	0
Ribeira Grande (Matriz)	0	-	275	-	0	0	2	1	-	240	-
Ribeira Seca	1	-	255	0	0	6	0	49	2	173	1
Ribeirinha	1	-	520	0	0	3	-	23	-	485	1
Santa Bárbara	0	-	526	-	-	2	-	10	-	443	0
São Brás	1	-	394	-	-	0	-	0	-	393	0

No que concerne às terras árveis por tipo de cultura permanente (Tabela 87), torna-se visível que os prados e pastagens permanentes aumentaram significativamente em termos nacionais entre 2009 e 2019. Contudo, ao contrário da tendência decrescente observada nas culturas temporárias, as culturas permanentes aumentaram face a 2009, resultante do significativo aumento das “Outras culturas permanentes”, nomeadamente a produção de chá. O concelho da Ribeira Grande possui 75,5 % do total de hectares açorianos destinados à produção de chá.

Tabela 87. Terras Árveis em hectares por tipo de cultura permanente

Fonte: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019)

Unidade territorial	Terras Árveis								
	Culturas Permanentes								Prados e Pastagens Permanentes
	Total	Frutos				Olival	Vinha	Outras culturas permanentes	
		Frescos	Citrinos	Subtropicais	Secos				
2009									
Portugal	690.725	40.127	16.930	3.048	115.150	335.841	177.831	1.799	1.827.899
Açores	2.021	103	441	435	66	-	926	50	105.790
Ribeira Grande	149	6	58	32	1	-	14	37	85.99
2019									
Portugal	860.663	51.674	19.613	7.702	228.707	3772.34	173.254	2.477	2.094.289
Açores	2.574	116	350	481	97	-	1.424	107	89.973

Unidade territorial	Terras Árveis								
	Culturas Permanentes								Prados e Pastagens Permanentes
	Total	Frutos				Olival	Vinha	Outras culturas permanentes	
		Frescos	Citrinos	Subtropicais	Secos				
Ribeira Grande	164	4	31	21	20	-	8	81	6.025

No concelho da Ribeira Grande os citrinos e os frutos subtropicais distinguíam-se, apesar da sua diminuição face a 2009. Em 2019, as terras dedicadas a culturas permanentes de citrinos na RAA eram 13,6% do total das terras árveis com culturas permanentes, ao passo que no Concelho a percentagem era mais significativa (cerca de 18,9%). Os frutos subtropicais representavam cerca de 12,6% (semelhante à média da RAA), denotando uma diminuição do peso do concelho na RAA entre 2009 e 2019. De destacar ainda a produção de Chá que representa cerca de metade (49,3%) dos hectares destinados a culturas permanentes no concelho.

No que respeita às freguesias (Tabela 88), os prados permanentes dominavam nas freguesias da Lomba da Maia, Maia, ribeirinha e Santa Barbara. Já a freguesia de Pico da Pedra tinha maior produção de frescos, enquanto Rabo de Peixe tinha uma forte concentração da produção de citrinos e de subtropicais. Já as freguesias de Porto Formoso e Maia tinham as maiores produções de chá, representando 46% e 29%, respetivamente, do total de hectares destinados a esta cultura na RAA.

Tabela 88. Terras Árveis em hectares por tipo de cultura permanente, nas freguesias

Fonte: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019)

Unidade territorial	Terras Árveis								
	Culturas Permanentes								Prados e Pastagens Permanentes
	Total	Frutos				Olival	Vinha	Outras culturas permanentes	
		Frescos	Citrinos	Subtropicais	Secos				
Ribeira Grande	164	4	31	21	20	-	8	81	6.025
Calhetas	1	-	1	0	-	-	-	-	74
Fenais da Ajuda	5	0	0	0	-	-	4	-	419
Lomba da Maia	3	0	1	0	-	-	1	-	1.596
Lomba de São Pedro	0	0	0	-	-	-	0	-	178
Maia	32	0	0	0	-	-	0	31	1.128
Pico da Pedra	27	0	2	4	20	-	1	-	214
Porto Formoso	52	0	1	1	-	-	0	49	214
Rabo de Peixe	33	1	20	11	0	-	1	0	166
Ribeira Grande (Conceição)	5	1	2	2	-	-	-	-	149

Unidade territorial	Terras Árveis								
	Culturas Permanentes								Prados e Pastagens Permanentes
	Total	Frutos				Olival	Vinha	Outras culturas permanentes	
Frescos		Citrinos	Subtropicais	Secos					
Ribeira Grande (Matriz)	1	0	0	0	0	-	0	-	393
Ribeira Seca	2	0	1	0	-	-	0	-	153
Ribeirinha	2	0	1	1	-	-	1	-	501
Santa Bárbara	1	-	0	1	-	-	-	-	500
São Brás	0	0	0	0	-	-	-	-	339

Por último, no subsetor pecuário destaca-se a produção de gado bovino, a qual a RAA representava, no último recenseamento, 17,9% do efetivo nacional. Os bovinos (cerca de 35 mil) eram, contudo, menos expressivos no Concelho do que na RAA, embora esta produção represente metade da pecuária produzida no concelho, representa apenas 12,5% da produção dos mesmo na região.

Em 2019, os suínos ocupavam o segundo lugar dos efetivos de gado na RAA, com mais de 49 mil cabeças. O concelho da Ribeira Grande dispunha de mais de 30 mil cabeças, detendo pois 62% do total do efetivo açoriano. Esta concentração de suínos no Concelho levanta, contudo, problemas de ordem ambiental que deverão ser avaliados.

No que se refere aos restantes efetivos, a RAA apenas produz para consumo direto (o máximo de representatividade é de 2%). Apenas merecem referência, pela concentração no concelho, os efetivos de coelhos e de caprino, representando 6,5% e 6,8% da produção na RAA, respetivamente. Por fim, o aumento de produção pecuária foi visível a nível nacional, da RAA e do concelho, embora este último com uma expressão mais significativa que a região, tendo o concelho aumentado a produção em 11,4% enquanto a RAA, registou um aumento de apenas 2,3% (Tabela 89).

Tabela 89. Efetivo pecuário

Fonte: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019)

Unidade territorial	Gado					Coelhos	Aves	Abelhas Colmeias e Cortiços Povoados
	Bovinos	Ovino	Caprino	Equino	Suíno			
2009								
Portugal	1.430.285	2.219.639	420.711	56.014	1.913.161	1.395.143	35.351.548	195.596
Açores	248.763	3.850	8.018	2.742	42.276	29.610	482.820	1.921
Ribeira Grande	28.848	133	640	310	14.521	707	42.314	99
2019								
Portugal	158.1562	2.182.016	372.341	39.469	2.213.742	1.145.856	54.503.176	714.367
Açores	282.820	5.680	7.696	1.467	49.230	3.247	501.732	6.828
Ribeira Grande	35.428	101	522	82	30.540	212	2.426	282

Ao nível de freguesia, em 2019, era nas freguesias de Lomba da Maia, Maia e Rabo de Peixe que se concentravam quase metade das cabeças de gado bovino do concelho, seguindo-se as freguesias citadinas e ainda Rabo de Peixe, freguesia que detinha a maior avicultura do Concelho. A maioria das explorações de suínos da RAA concentrava-se na freguesia de Santa Bárbara. As freguesias com maior diversidade e intensidade de exploração eram as de Fenais da Ajuda, de Pico da Pedra e de Rabo de Peixe. Contudo, a freguesia de Santa Barbara produzia 47,1% do total de produção pecuária no concelho da Ribeira Grande (Tabela 90).

Tabela 90. Efetivo pecuário nas freguesias

Fonte: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019)

Unidade territorial	Gado					Coelhos	Aves	Abelhas Colmeias e Cortiços Povoados
	Bovinos	Ovino	Caprino	Equino	Suíno			
Ribeira Grande	35428	101	522	82	30540	212	2426	282
Calhetas	864	-	9	1	12	-	26	-
Fenais da Ajuda	2388	19	40	9	42	38	636	-
Lomba da Maia	7201	49	37	12	22	27	366	-
Lomba de São Pedro	763	-	3	-	-	-	-	-
Maia	5198	-	30	3	13	11	236	75
Pico da Pedra	2759	-	32	20	3	50	120	44
Porto Formoso	801	-	5	-	1	-	9	2
Rabo de Peixe	3695	12	186	13	50	70	827	154
Ribeira Grande (Conceição)	1458	-	-	4	61	-	30	-
Ribeira Grande (Matriz)	2523	-	-	3	7	-	17	-
Ribeira Seca	1004	10	4	7	5	-	40	-
Ribeirinha	2422	-	6	2	-	-	-	7
Santa Bárbara	2379	11	42	6	30322	16	4	-
São Brás	1973	-	128	2	2	-	115	-

9.2.2 Especialização económica – pescas

De acordo com o INE, em 2021, existiam no concelho da Ribeira 112 empresas e 113 estabelecimentos ligados ao setor das pescas e aquicultura, representando um crescimento, face a 2010 de cerca de 11% e 12%, respetivamente, traduzindo-se num crescimento mais acentuado em relação à Região (na ordem os 1%).

Os dados referentes ao número de pessoal ao serviço deste setor não se encontram disponíveis. No entanto, de acordo os censos de 2021, a população empregada no setor económico da pesca era cerca de 494 indivíduos, 450 homens e 44 mulheres. E ainda, 162 pessoas associadas ao setor da preparação e conservação de peixe, crustáceos e moluscos. A evolução do número de trabalhadores no setor das pescas foi decrescente nos 10 anos anteriores. Segundo os censos de 2011, a população empregada no setor económico da pesca era cerca de 619 indivíduos e 172 pessoas associadas ao setor da preparação e conservação de peixe, crustáceos e moluscos.

Em 2014, de acordo com os dados mais recentes disponíveis, as empresas do setor das pescas e a sediadas no Concelho apresentaram um volume de negócios de cerca de 7,5 milhões de euros.

No que diz respeito às infraestruturas existentes no concelho da Ribeira Grande, atualmente encontram-se em funcionamento três portos de pesca: o porto de Rabo de Peixe, o porto de Porto Formoso e o porto da Maia. Todos eles são classificados, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, como portos de classe D, isto é, portos cujo destino é, exclusivamente, a pesca.

Para além destes portos classificados de acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 161/2016, de 23 de dezembro, existe ainda o porto da Ribeirinha (porto de S. Iria), apenas utilizado como refúgio ou porto secundário, não possuindo as condições necessárias para ser considerado infraestrutura portuária classificada. Contudo, importa referir que, de acordo com a proposta de resolução de Conselho de Governo, que pretende aprovar a distribuição dos portos dos Açores pela classe E, o porto da Ribeirinha é o único no concelho da Ribeira Grande que, atualmente, reúne condições para ser classificado como porto de classe E, também designados "Portinhos".

O porto de Rabo de Peixe, alvo de intervenções em 2014, dispõe, atualmente, de dois novos contra molhes, uma nova área molhada de abrigo com mais de três hectares e meio e um terraplino de cerca 19.000 m², três pontes-cais, com cerca de 90 metros cada, um espaço de mais de 660 metros para atracação direta de embarcações e 32 casas de aprestos. Esta infraestrutura, promovida pelo Governo Regional, resultou num investimento de cerca de 16 milhões de euros. Por sua vez, o porto de Porto Formoso, alvo de obras recentemente, oferece um conjunto de infraestruturas e de serviços necessários, incluindo 2 casas de aprestos, a par com o porto de pesca da Maia.

Segundo a Direção Regional das Pescas, os três portos de pesca contam com um total de 88 embarcações, (82, pertencentes ao porto de pescas de Rabo de Peixe, 4 afetas ao Porto Formoso e 2 registadas no porto de pescas da Maia.

A lota de Rabo de Peixe está localizada no porto e é constituída por leilão eletrónico e sistema informatizado. Fornece gelo às embarcações e a comerciantes locais, tendo capacidade para 38 ton/dia. Transaciona, sobretudo, peixe das embarcações locais e tem câmaras frigoríficas com capacidade para três toneladas.

O setor do pescado fresco é, sem dúvida, o mais importante de entre os destinos do peixe. O escoamento é efetuado por pouco mais de uma dúzia de empresas, das quais destacam-se as empresas com sede no Concelho - António Mineiro e Andrade Lda e Gil & Oliveira Lda, responsáveis por cerca de 40% do mercado.

De acordo com os dados da Lotaçor, em 2019, as espécies mais licitadas na lota de Rabo de Peixe foram a lula, o chicharro e a cavala, quer em quantidade, quer em valor monetário. As espécies licitadas na lota de Rabo de Peixe representaram a quase totalidade, quer em quantidade, quer em valor monetário, do pescado licitado na ilha de São Miguel, com a exceção do polvo, prombeta, craca e búzio. De notar que todo o pescado descarregado foi comercializado, quer em lota, quer por contrato. Importa aqui referir o aumento substancial, quer do pescado descarregado, quer do valor gerado em relação a 2018 (aumentos acima dos 90%). De salientar, contudo, que a lota de Rabo de Peixe não é a única da ilha onde os pescadores da Ribeira Grande descarregam o peixe, pelo que estes valores pecam certamente por defeito o setor conserveiro é também um vetor importante no concelho. Contudo cerca de 90% da matéria transformada é exterior à Região e importada para o efeito.

Tabela 91. Pescado descarregado e comercializado na lota de Rabo de Peixe em 2019

Fonte: Lotaçor, 2020

Espécie	Peso (Kg)	Valor (€)	Preço Médio (€)
Boga	13246.5	7298.31	0.55
Búzio	17.5	58.66	3.35
Cavaco	183.3	7771.25	42.4
Cavala	143726.61	159470.16	1.11
Chicharro	537999.76	701733.45	1.3
Craca	411	2055	5
Lagosta	605.9	22577.33	37.26
Lula	626089.53	5127364.78	8.19
Ouriço-do-mar	774.1	1686.21	2.18
Ouriço-do-mar-negro	49	147	3
Polvo	481.4	5353.35	11.12
Prombeta / Pombeta	171.3	230.78	1.35
Santola	36.4	63.5	1.74
Sapateira	265.4	317.97	1.2
Sardinha / Petinga	19030.3	33154.59	1.74

No concelho existe uma fábrica da Cofaco, mais precisamente na freguesia de Rabo de Peixe, que transforma os tunídeos em conservas para exportação. Ali localizada desde 1994, desde a década de 2000 empregava já cerca de 180 pessoas (cerca de 155 são mulheres), embora anteriormente as pessoas ao serviço fossem mais numerosas. Atualmente cerca de 90% dos trabalhadores são

da freguesia de Rabo de Peixe. Também aqui o universo dos trabalhadores é sobretudo jovem (68% com menos de 35 anos), mas cerca de 93% tinham apenas habilitações literárias equivalentes ao primeiro ciclo de estudos.

A Cofaco labora entre 5.500 a 6.000 toneladas de atum (em 2006 cerca de 5.700), mas pretende aumentar a sua produção para o que estima investir entre 20 a 25 milhões de euros numa nova unidade fabril em Rabo de Peixe.

9.3 Setor secundário

9.3.1 Especialização económica – Indústria extrativa e transformadora

A indústria transformadora é sem qualquer margem de dúvida a que mais impacto tem no Concelho. De acordo com o Sistema de contas integradas das empresas, existiam, em 2021, no concelho da Ribeira Grande 116 empresas ligadas à indústria extrativa e transformadora, das quais 113 eram pertencentes à indústria transformadora, representando um aumento de cerca de 3% face a 2011. Na Região assistiu-se, para o mesmo período a um aumento menos acentuado, na ordem dos 0,1%.

A indústria extrativa concentra-se na exploração de inertes e rochas ornamentais, sendo este Concelho que fornece uma parte considerável de matéria-prima para a construção civil.

Da indústria transformadora, destacam-se, pelo seu número, a indústria alimentar (29 empresas), a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (24 empresas) e a indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário, e fabricação de obras de cestaria e de espartaria (10 empresas). De realçar que as empresas ligadas à indústria transformadora existentes no concelho da Ribeira Grande representavam cerca de 11% do total de empresas da indústria transformadora na Região.

No que concerne ao número de estabelecimentos do setor existentes no Concelho, destaca-se o seu crescimento, na ordem dos 5%, face a 2011, valor superior ao registado na Região (2%). Em 2021, o concelho da Ribeira Grande contava com 134 estabelecimentos, dos quais 130 eram referentes à indústria transformadora. À semelhança das empresas, a indústria alimentar, da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário e fabricação de obras de cestaria e de espartaria e a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos eram as predominantes, perfazendo um total de 63 estabelecimentos.

Em 2021, as empresas ligadas à indústria transformadora contavam com cerca de 2.248 trabalhadores, menos 200 em relação a 2011. Por sua vez, nos estabelecimentos operavam, em 2021, com cerca de 1.828 trabalhadores, mais 133 trabalhadores face a 2011.

A indústria transformadora, em termos de volume de negócios, representa cerca de 39% do volume de negócios para a indústria na Região, com as empresas sediadas no Concelho a gerarem riqueza de cerca de 375 milhões de euros. Entre as principais indústrias do Concelho destacam-se a Fromageries Bel Portugal (Matriz), a Cofaco Açores (Rabo de Peixe), a Insulac (Conceição) e a Cooperativa União Agrícola (Rabo de Peixe).

9.3.2 Especialização económica – Energia

No que diz respeito ao domínio “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, existiam, em 2021, apenas uma empresa no Concelho, e 5 estabelecimentos (10% dos existentes na RAA e 29% dos existentes na ilha de São Miguel), os quais empregavam 275 pessoas e apresentavam volume de negócios de cerca de 74 milhões de euros, menos 22% em relação a 2011.

De acordo com as estatísticas do SREA, em 2018, cerca de 20% dos consumidores de energia elétrica da Ilha de S. Miguel pertenciam ao concelho da Ribeira Grande. De realçar que os consumidores industriais existentes no Concelho representavam cerca de 26% do total de consumidores deste tipo de energia na ilha, revelando assim mais uma vez o grande pendor industrial do Concelho.

Não se pode encerrar este capítulo sem mencionar a exploração geotérmica a cargo de uma empresa subsidiária da EDA, a SOGEO, que incide por completo no concelho e que produziu 170 GW em 2008, o equivalente a 38,6% da energia de S. Miguel.

Embora esta atividade seja pouco representativa em postos de trabalho, é relevante para a RAA e para a ilha de S. Miguel, em especial, sendo potencialmente indutora de aproveitamento das águas quentes que gera para outras atividades produtivas.

9.3.3 Especialização económica – Construção civil

Por último, o setor da Construção Civil no concelho da Ribeira Grande era constituído, em 2021, por 190 empresas e 192 estabelecimentos, que empregavam 3.346 pessoas. Estes números representam uma diminuição do tecido empresarial na ordem dos 29% face a 2011. Na Região, as perdas foram menos acentuadas, no entanto, igualmente elevadas (na ordem dos 15%). A maioria das empresas e estabelecimentos dedicavam-se a atividades especializadas de construção e ao desenvolvimento de projetos de edifícios e construção de edifícios (97%). O setor da construção empregava cerca de 10% dos trabalhadores do setor existentes na Região e cerca de 19% no concelho.

A distribuição territorial destas empresas cobre as diversas freguesias, mas as grandes empresas (tais como a Tecnovia Açores e o Grupo Marques) estão localizadas na freguesia de Rabo de Peixe e algumas de média dimensão na freguesia de Pico da Pedra.

O volume de negócios das empresas ascendeu, em 2021, os 124 milhões de euros, resultando numa quebra de quase 30% do volume de negócios auferido em 2011, o que poderá ser explicado pela crise internacional que assolou o país, e em especial o setor da construção civil.

Ao longo dos anos, no concelho, a maioria das grandes empresas industriais instalou-se em zonas dispersas do território, contudo, existem atualmente dois setores preferenciais para localização de usos industriais, empresas ou logística, sendo eles o parque industrial da Ribeira Grande e a área de acolhimento empresarial da Lomba do Cavalo. Estes espaços constituem-se como um ponto forte, na estratégia de concentração e clusterização das atividades industriais, contribuindo para conter a sua instalação de forma dispersa no território.

Atualmente o parque industrial da Ribeira Grande conta com 14 empresas, instaladas e em funcionamento, em pavilhões com áreas entre 330 e os 6.000 metros quadrados, abrangendo um leque de atividades que vai da construção civil à carpintaria mecânica e caixilharia de alumínio, à transformação e embalagem de carnes, à panificação e pastelaria, e comercialização de produtos alimentares, de mobiliário e vestuário, entre outros. Por sua vez, a área de acolhimento empresarial da Lomba do Cavalo, com áreas a consolidar e terrenos a preços competitivos, constitui uma vantagem económica para o concelho.

9.4 Setor terciário

9.4.1 Especialização económica – Comércio

De acordo com o Sistema de contas integradas das empresas, em 2021, existiam no concelho da Ribeira Grande 352 empresas ligadas ao comércio, nomeadamente comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, menos 44 do que em 2011. A maioria, 221, estava ligada, especificamente, ao comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos. Por sua vez, embora com melhor expressão, o número de estabelecimentos pertencentes ao setor também diminuiu, passando de cerca de 437 em 2011, para 428 no ano de 2021. O número de pessoal aos serviços das empresas e estabelecimentos no concelho e para este setor ascendia às 2.665, menos 752 do que em 2011.

Em termos globais, o comércio no concelho da Ribeira Grande representava, no que se refere ao número de empresas sediadas no Concelho, cerca de 20% do total da ilha de São Miguel (menos 1% em relação a 2011) e cerca de 13% em trabalhadores (menos 7% em relação a 2011).

Em 2021, o volume de negócios das empresas ascendia os 152 milhões de euros, menos 21% face a 2011. A atividade deste setor existente no Concelho representou apenas 9% do volume de negócios registado na ilha de São Miguel.

De realçar o forte impacto do comércio com o exterior no concelho da Ribeira Grande. Em 2021, o comércio internacional declarado de bens resultou em exportações na ordem dos 130 milhões de euros na Região, dos quais 40 milhões de euros saíram do concelho da Ribeira Grande. Contudo, o valor resultante das importações foi mais elevado (55 milhões de euros), atingindo 45% das importações ao nível de ilha. Entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento das exportações e diminuição das importações na região, embora, a Ribeira Grande tenha reduzido o proveito total das exportações e o aumento das importações, em euros (Tabela 92).

Tabela 92. Comércio internacional declarado de bens por município de sede dos operadores

Fonte: INE, Anuário Estatístico dos Açores (2011 e 2021)

Unidade Territorial	Exportações (€)	Importações (€)
Açores – 2021	130.168.592	147.359.902
Açores – 2011	117.116.202	179.197.303
S. Miguel – 2021	97.569.486	121.176.695
S. Miguel – 2011	102.437.508	147.543.625
Ponta Delgada – 2021	45.738.606	57.931.955
Ponta Delgada – 2011	57.596.367	96.011.761
Ribeira Grande – 2021	40.356.182	55.174.933
Ribeira Grande – 2011	43.111.583	48.032.810

9.4.2 Especialização económica – Serviços

O setor dos serviços tem vindo a crescer sistematicamente em todos os concelhos. A Ribeira Grande não foge a essa constatação, embora seja evidente que a proximidade a Ponta Delgada limita alguma expansão e, sobretudo, especialização do setor. Neste domínio serão tratados os serviços com impacto mais direto nas atividades económicas e por isso designadas como não sociais. Os restantes serão analisados em capítulo próprio.

Uma análise efetuada aos dados constantes do Sistema de contas integradas das empresas, nomeadamente às atividades económicas dos transportes e armazenagem, atividades de informação e de comunicação, atividades imobiliárias, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e atividades administrativas e dos serviços de apoio, permite aferir que existiam, em 2021, 707 empresas no concelho da Ribeira Grande neste setor de atividade, com um total de 1.296 postos de trabalho. As empresas com estas atividades representavam entre 12 a 23% do total de empresas existentes na ilha de São Miguel, com destaque para os serviços de transporte e armazenagem. À semelhança das restantes atividades económicas predominantes no Concelho, o número de estabelecimentos existentes era maior, refletindo, possivelmente, a

existência de diversos estabelecimentos por empresa, como também estabelecimentos cuja sede se encontrava noutra concelho que não o da Ribeira Grande.

Estes números traduziram-se, no geral, num aumento do número de empresas e estabelecimentos desta natureza face a 2011, com aumentos entre 16% e os 41%, para as empresas, e de 40% e os 76%, para os estabelecimentos, com destaque para as atividades de informação e de comunicação e as atividades administrativas e dos serviços de apoio. As atividades administrativas eram aquelas que predominavam no Concelho, quer em número de empresas e estabelecimentos, quer em número de pessoal ao serviço (Tabela 93).

Tabela 93. Empresas de serviços segundo o número, pessoal ao serviço e volume de negócios

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2021)

Atividades económicas	Empresas		Estabelecimentos		Volume de negócios empresas
	N.º	Pessoal	N.º	Pessoal	€
Transportes e armazenagem	67	179	70	195	5.505.824
Atividades de informação e de comunicação	30	35	34	39	873.603
Atividades imobiliárias	28	51	40	56	8.150.888
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	187	331	193	332	7.503.971
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	385	700	386	619	12.023.823
Total	707	1296	723	1241	34.058.109

Por atividade económica, e para os transportes e armazenagem, as empresas predominantes dedicavam-se ao transporte terrestre e transporte por oleodutos ou gasodutos. No que concerne às atividades de informação e de comunicação, as empresas em maioria tinham atividade em consultoria e programação informática e atividades relacionadas. Já nas atividades de consultoria científicas, técnicas e similares, destacavam-se as atividades jurídicas e de contabilidade e as atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas. Por último, no que respeita às atividades administrativas e dos serviços de apoio, destacavam-se as atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas.

Em termos de volume de negócios, as empresas com estas atividades económicas, sediadas no concelho da Ribeira apresentaram, em 2021, apresentaram um volume de negócios de cerca de 34 milhões de euros, com destaque para as atividades administrativas e dos serviços de apoio.

9.4.3 Especialização económica – Turismo

Apesar do setor do turismo não ser um setor central na economia local do concelho da Ribeira Grande, tem vindo a afirmar-se nos últimos anos, a par com a Região, sendo de notar a dinamização da atividade económica local, a criação de emprego e o estímulo da iniciativa privada

e do empreendedorismo. Um exemplo destes esforços, é o desenvolvimento do Plano Estratégico para o Turismo do Concelho, projetado para o horizonte 2014-2020, que estipulou como visão estratégica «*Estimular o desenvolvimento do turismo como atividade fundamental na dinâmica socioeconómica da Ribeira Grande, através de uma oferta diferenciada suportada pela inovação e recursos endógenos do concelho*», dos quais destacam-se os seguintes projetos, concluídos ou em desenvolvimento: o SPA Geotermal do Pico Vermelho; a conclusão do Passeio do Atlântico; a reabilitação da Praia do Monte Verde e a Valorização do Centro Histórico.

Segundo o Sistema de contas integradas das empresas, existiam, em 2021, 242 empresas ligadas ao alojamento, restauração e similares, dos quais 100 eram alojamentos e 142 restaurantes e similares, mais 100 do que em 2011, empregando cerca de 571 pessoas (mais 239 em relação a 2011). Já os estabelecimentos, à semelhança das atividades abordadas anteriormente, representavam mais 105 em relação a 2011 e empregavam cerca de 613 pessoas.

Em termos de volume de negócios, estas empresas sediadas no concelho da Ribeira Grande geraram no seu conjunto um total de cerca de 18 milhões de euros, dos quais 4,1 milhões de euros eram referentes ao alojamento, representando um aumento de 73% face a 2011 e apenas 10% do volume de negócios gerado na ilha de São Miguel.

À data de 30 junho de 2022, segundo os dados da Direção Regional do Turismo, existiam no total 16 empreendimentos turísticos em funcionamento no concelho da Ribeira Grande (dos quais 15 com licenciamento concluído/regularizado), os quais correspondendo a 268 quartos e 711 camas. Da lista seguidamente apresentada (Tabela 94), 2 correspondem a hotéis, 2 a apartamentos turísticos, 2 a turismo de habitação (TH), 9 a de turismo no espaço rural (TER) e 1 a parque de campismo rural.

Tabela 94. Empreendimentos turísticos em funcionamento na Ribeira Grande (30/06/2022)

Fonte: Direção Regional do Turismo, 2022

Nome	Classificação	Quartos	Camas	Entrada em funcionamento ³⁰
Hotel Ribeira Grande	Hotel 1 *	7	14	14/11/1988
Quinta de Santana	Apart. Turísticos 4 *	32	114	28/09/2011
St. ^a Bárbara Eco-Beach Resort	Apart. Turísticos 4 *	21	70	28/06/2016
Quinta das Laranjeiras	Parque de Campismo Rural	-	-	29/10/2012
Solar de L'Além	Turismo de Habitação	10	20	25/05/1993
Casa das Calhetas	Turismo de Habitação	3	5	26/01/1994
Herdade de N. ^a Sr. ^a das Graças	TER - Agroturismo	6	12	23/07/1999
A Quinta	TER – Casa Campo	4	8	28/02/2007
Casa do Pico Arde	TER – Turismo Rural	5	10	07/01/2008
Quinta do Pico do Refúgio	TER – Casa Campo	8	16	29/08/2008
Casa da Árvore	TER – Casa Campo	4	8	09/06/2010

³⁰ Data de emissão da Licença de Utilização Turística.

Nome	Classificação	Quartos	Camas	Entrada em funcionamento ³⁰
Quinta do "Paraíso"	TER – Casa Campo	5	10	27/12/2017
Quinta das Giestas	TER – Casa Campo	5	10	28/03/2018
Quinta dos Peixes Falantes	TER - Alojamento Rural	4	8	18/04/2019
Herdade do Lameiro	TER – Casa Campo	2	4	08/03/2022
(Hotel Verde Mar & SPA) ³¹	(Hotel 5 *)	(152)	(402)	-
TOTAL		268	711	

De realçar o crescimento exponencial do número de estabelecimentos de alojamento local, que cresceu, durante o período de 2015-2019, 825%³², com as freguesias de Ribeira Seca, Matriz, Conceição e Pico da Pedra foram as freguesias onde se registou o crescimento mais acentuado. Apesar dos efeitos negativos no setor provocados pela pandemia da COVID-19 a partir do ano de 2020, o concelho registava (à data de 12/05/2023) um número de 219 estabelecimentos registados de alojamento local, o que correspondia a 488 quartos e 1.152 camas.

A Ribeira Grande contém apenas 11,1 % das unidades de AL da ilha de São Miguel, representando uma pequena parte destes alojamentos, sendo o concelho de Ponta Delgada que concentra o maior número de estabelecimentos de AL, cerca de 60%. As freguesias de Matriz, Rabo de Peixe e Conceição concentram metade das unidades de Alojamento Local do concelho da Ribeira Grande, com 20%, 19% e 12%, respetivamente (Tabela 95).

Tabela 95. Distribuição de unidades de Alojamento Local na Ribeira Grande

Fonte: Direção Regional do Turismo, 2023

Tipologia	Ribeira Grande	Calhetas	Fenais da Ajuda	Lomba da Maia	Lomba de São Pedro	Maia	Pico da Pedra	Porto Formoso	Rabo de Peixe	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Seca	Ribeirinha	Santa Bárbara	São Brás
Unidades de Alojamento Local	219	10	4	1	2	11	17	23	42	26	44	21	7	6	5

Em termos da capacidade instalada de alojamentos turísticos, em 12/05/2023, no concelho da Ribeira Grande existiam 235 unidades de alojamento turístico, correspondendo a um total de 756 quartos e 1.863 camas, sendo a maioria do tipo de Alojamento Local (Tabela 96).

³¹ De acordo com o parecer da Direção de Regional de Turismo, ainda não foi concedida a respetiva Licença de Utilização Turística, a qual aguardará a aprovação e entrada em vigor da Unidade de Execução do Monte Verde.

³² Na Região, apenas em 2015 verificou-se um crescimento do número de estabelecimentos de alojamento local de 250%, face a 2014. No período de 2014 a 2017 o número de estabelecimento de alojamento local aumentou 9 vezes, atingindo em 2017 os 1.552 estabelecimentos. Atualmente, a Região dispõe de 2.466 estabelecimentos de alojamento local.

Tabela 96. Capacidade de Alojamento Turístico no concelho da Ribeira Grande (12/05/2023)

Fonte: Direção Regional do Turismo, 2023

Tipologia	Unidades	Quartos	Camas
Empreendimentos turísticos	16	268	711
Alojamento Local	219	488	1.152
TOTAL	235	756	1.863

Segundo os dados constantes nas últimas edições do Anuário Estatístico dos Açores, o concelho da Ribeira Grande vinha registando consecutivos aumentos no número de hóspedes recebidos, de dormidas e de proveitos, apenas interrompidos em 2020 na sequência dos efeitos negativos para o setor com a pandemia da COVID-19. Em 2018, a Ribeira Grande recebeu 11.029 hóspedes, num total de 43.449 dormidas, enquanto em 2019 recebeu 20.348 hóspedes, num total de 79.954 dormidas. Os proveitos de aposento no setor, a maioria proveniente da hotelaria, foram em 2018 de cerca de 2 milhões de euros, enquanto em 2019 superaram os 4 milhões de euros. Pelos motivos anteriormente mencionados, no ano de 2020 registaram-se quebras nestes números, com o total de hóspedes a situar-se nos 7.707 e as dormidas em 24.816, enquanto os proveitos situaram-se pouco acima de 1 milhão de euros.

Segundo a mesma fonte, a estadia média dos hóspedes estrangeiros era de 4,3 noites em 2018 e 4,2 noites em 2019, valores superiores aos registados na ilha de São Miguel e Região. No entanto, a capacidade de alojamento por 1000 habitantes é ainda dos valores mais baixos registados na Região e Ilha, com valores de 12,6 em 2018 e 22,9% em 2019, enquanto a taxa líquida de ocupação-cama foi de 33,8% em 2018 e 40,3% em 2019. Em 2020, ano atípico para a atividade do setor, a capacidade de alojamento por 1000 habitantes foi de 11,5% em 2020 e a taxa líquida de ocupação-cama foi de 19,0% em 2020.

Apesar da realidade atual de relativa escassez de alojamento no concelho, as perspetivas futuras são de que a curto/médio prazo esta situação seja suscetível de vir a ser alterada nos próximos anos, pois a Ribeira Grande posiciona-se como um dos territórios da ilha de São Miguel e da Região onde se tem verificado um grande interesse para o investimento turístico, sendo que muitas intenções encontram-se concretizadas em projetos de arquitetura e possibilitarão reforçar a capacidade de alojamento em mais de 900 camas na zona turística do Morro de Baixo e em mais de 500 camas na zona do Monte Verde, estimando-se assim um total de mais de 1400 camas criadas por diversos projetos de empreendimentos turísticos como hotéis (de 4 ou 5 estrelas), apartamentos turísticos e aldeamentos turísticos.

Além dos projetos a localizar na cidade da Ribeira Grande, convém salientar ainda que outros projetos estão em perspetivas para outras zonas do concelho, nomeadamente por novos projetos do tipo Turismo em espaço rural e Turismo de Habitação, que deverão capacitar o alojamento turístico em mais 100 camas.

Em termos de animação turística, destacam-se no Concelho as atividades terrestres e náuticas, que registaram aumentos significativos no número de empresas desta natureza. As empresas de atividades terrestres, em 2020, eram 29, mais 26 do que em 2012. Já as empresas ligadas às atividades náuticas registaram um crescimento mais contido, passando de 3, em 2012, para 8, em 2020. As tipologias das atividades terrestres assentam sobretudo na oferta de veículos ligeiros de passageiros para roteiros viários na ilha. As atividades náuticas são mais variadas e exploram três das principais vertentes da animação sectorial no Concelho.

10. Atividades sociais, culturais e desportivas

A análise às atividades sociais, culturais e desportivas, para além de evidenciar os serviços prestados à comunidade, nomeadamente pela identificação e caracterização da dimensão associativa, identifica as situações em que estas contribuem de forma ativa para a economia local.

De acordo com o INE, em 2021, existiam 9 empresas (em igual número que os estabelecimentos) no concelho da Ribeira Grande, mais duas do que em 2011, cuja atividade se centrava no apoio social, nomeadamente em atividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, sem alojamento, e atividades de cuidados para crianças, sem alojamento, representando apenas 19% do total do número de empresas existentes neste setor de atividade na ilha de São Miguel.

No que diz respeito às atividades artísticas, desportivas e recreativas, eram 71 as empresas ligadas a estes setores, mais 19 do que em 2011, representando cerca de 15% das empresas existentes na ilha de São Miguel. Destas empresas, destacam-se as atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias (36 empresas) e ainda as atividades desportivas, de diversão e recreativas (35 empresas). O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores era de cerca de 86 (Tabela 97).

Tabela 97. Dados das empresas e estabelecimentos ligados às atividades sociais, culturais e desportivas

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2022)

	Empresas		Estabelecimentos		Volume de negócios das empresas
	n.º	Pessoal	n.º	Pessoal	€
S. Miguel 2021	504	796	525	257	20.405.130
Apoio Social – 2021	47	-	60	-	-
Atividades artísticas, desportivas e recreativas – 2021	457	796	465	257*	20.405.130
S. Miguel 2011	389	416	393	415	7.112.425
Apoio Social – 2011*	59	-	60	-	-
Atividades artísticas, desportivas e recreativas - 2011	330	416	333	415*	7.112.425

	Empresas		Estabelecimentos		Volume de negócios das empresas
	n.º	Pessoal	n.º	Pessoal	€
Ribeira Grande 2021	80	95	83	99	1.265.083
Apoio Social – 2021	9	9	9	9	53.357
Atividades artísticas, desportivas e recreativas – 2021	71	86	74	90	1.211.726
Ribeira Grande 2011	59	54	59	54	406.803
Apoio Social – 2011*	7	-	7	-	-
Atividades artísticas, desportivas e recreativas – 2011*	52	54	52	54	406.803

Em termos de volume de negócios, as atividades de apoio social geraram, em 2021, cerca de 53.357 euros, valor considerado residual no universo da riqueza gerada no Concelho.

No que concerne às atividades artísticas, desportivas e recreativas, estas geraram, para o mesmo ano, cerca de 1.211.726 euros, das quais 383.068 euros eram referentes às atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias e 828.658 euros estavam associados a atividades desportivas, de diversão e recreativas. Face a 2011, tais valores representaram um aumento de 804.923 euros. Apesar do aumento significativo do seu volume de negócios, estas atividades representavam apenas 6% do volume de negócios registado na ilha de São Miguel em 2021.

10.1 Atividades sociais

A identificação e descrição das atividades sociais, assim como nas restantes situações, assemelha-se e/ou confunde-se muitas vezes com a infraestrutura (equipamento) onde se desenvolve. Contudo, na Ribeira Grande há múltiplas atividades que partilham a mesma infraestrutura. Importa, por isso, neste âmbito, fazer uma breve descrição das infraestruturas de suporte às atividades.

No que concerne aos equipamentos, como abordado anteriormente, o concelho da Ribeira Grande dispõe de um conjunto razoável de equipamentos destinados a apoio social das famílias residentes e, de acordo com a Carta Social do Município, contava, em 2017, com cerca de 100 equipamentos desta natureza, distribuídos pelas diferentes freguesias do Concelho (Tabela 98).

Tabela 98. Equipamentos sociais existentes no concelho da Ribeira Grande

Fonte: Carta social do município da Ribeira Grande (2017)

Apoio social	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba de S. Pedro	Total
Total	2	8	21	4	3	9	14	6	3	2	15	4	6	2	100
Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	4
ATL	1	2	6	2	1	1	4	3	0	1	2	1	2	2	28
Centro de Convívio de Idosos / Lar de Idosos / Apoio ao Domicílio	1	3	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	0	20
Centros Sociais e Paroquiais	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	8
Creche	0	1	5	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	10
Lar de Crianças e Jovens	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	3
Outros Equipamentos Sociais	0	0	7	0	0	3	4	0	0	0	1	0	2	0	17
Santa Casa da Misericórdia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Casa de Povo	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	8

A maioria dos apoios destinava-se ao setor infantil e juvenil:

- Existiam 10 creches, distribuídas pelas freguesias mais populosas, nomeadamente pela Matriz, Conceição e Rabo de Peixe. Contudo, também existia uma na freguesia do Pico da Pedra e uma na freguesia da Maia;
- Os ATL eram 28, tendo maior incidência em Rabo de Peixe e na Matriz;
- Para além destes, existiam ainda alguns centros de apoio e bem-estar para as crianças e jovens;
- Por último, existiam 3 lares de crianças e jovens (equipamentos destinados a alojar crianças e jovens, que se encontram impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar), dois na Maia e um na Matriz.

O apoio ao idoso tem menos expressão, distribuindo-se da seguinte forma:

- Existiam 20 centros de convívio de idosos / lar de idosos / serviço de apoio a domicílio a idosos, distribuídos por quase todas as freguesias, tendo um maior peso na Maia, seguindo-se Pico da Pedra, Matriz e Conceição. Os centros de convívio de idosos referem-se a equipamento de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas; o lar de Idosos é o equipamento destinado a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas.

Por último, existiam ainda outros equipamentos de apoio social, estando a maioria presente na freguesia de Rabo de Peixe, seguindo-se Matriz e Conceição, com destaque para:

Serviços de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais;

Centros de Atendimento e Acompanhamento Social;

- Comissão de Proteção de Crianças;
- S.O.S. Mulher;
- Centro Comunitário de Fénais da Ajuda;
- Centro Comunitário e Juventude de Rabo de Peixe;
- Projeto REMAR;
- Centros de Promoção do Emprego Social (Museu do Tabaco e CBEIJJFC)
- Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (C.A.S.A e Porto Seguro)
- Centro Comunitário Mulheres em Risco – ACC;
- Centro de Economia Solidária: ECOSOL;
- Centro de Educação Ambiental.

Neste âmbito, e no sentido de reforçar a oferta existente, há a pretensão de se instalarem os seguintes serviços sociais:

- 3 centros de dia de idosos: 1 na Lomba da Maia, 1 na Maia e 1 em Rabo de Peixe;
- 4 creches: 1 na Lomba da Maia, 1 na Maia, 1 na Matriz e 1 em Rabo de Peixe;
- 2 Lares de Idosos, sendo 1 no Pico da Pedra e 1 em Rabo de Peixe.

10.1.1 Atividades mais significativas no âmbito dos serviços sociais

Atualmente, as instituições mais ativas no quadro do apoio social são as Santas Casas da Misericórdia, nomeadamente a de Ribeira Grande e a da Maia, bem como as Casas do Povo e Centros de Convívio de Idosos.

No que respeita às Santas Casas, é de destacar a atividade da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande que conta com mais de quatrocentos anos de existência. A sua atuação concentra-se, sobretudo, nas freguesias de Conceição, Matriz, Ribeira Seca, Rabo de Peixe e Calhetas. A Santa Casa da Misericórdia da Maia, com cem anos, tem como áreas de atuação as freguesias de Ferais da Ajuda, Lomba da Maia, Lomba de S. Pedro, Maia, Porto Formoso e São Brás.

São vários ainda os projetos em desenvolvimento na SCM, como por exemplo, o Centro Juvenil de Aprendizagem e Inovação, os Centros de Atividades Ocupacionais da Ribeira Grande e de Rabo de Peixe e o Centro de Artes e Ofícios.

Para além das Misericórdias, as Casas do Povo são outras entidades muito ativas no Concelho. Algumas são consideradas IPSS e muitas delas dedicam-se ao desenvolvimento de iniciativas de apoio social, tais como creches, centros de convívio, apoio à toxicodependência, entre outros.

De destacar ainda as seguintes iniciativas municipais destinadas a grupos específicos de população:

- O Cartão Municipal do Idoso que se destina a dignificar e melhorar as condições de vida da população idosa, reformados e pensionistas do concelho, constituindo, desta forma, um importante instrumento autárquico de minimização do isolamento, da exclusão social e de promoção da qualidade de vida. Neste Cartão são incluídos descontos nas piscinas municipais, no Teatro Ribeiragrandense, na tarifa de água e de recolha e tratamento de resíduos sólidos (em 50%), bem como outros descontos em restaurantes, estabelecimentos comerciais e outros espetáculos e prioridade no atendimento dos serviços da autarquia.
- O Plano Municipal de Prevenção às Toxicodependências, aprovado em 2006, com o intuito de promover fatores de proteção dos indivíduos e reduzir a influência dos fatores de risco, bem como de proporcionar condições sociais facilitadoras de alternativas de vida saudáveis. Neste plano é também contemplada uma estratégia de divulgação de informação que contribua para a alteração do discurso social acerca da toxicodependência.
- A criação do Centro de recolha para distribuição de recursos/bens mobiliários, de conforto e afins é outra iniciativa que merece destaque. A ideia é proporcionar um local conhecido

para entrega de materiais, haveres, mobiliário, roupas, utensílios e outros bens, que sendo supérfluos para alguns moradores do concelho possam responder parcialmente às necessidades sociais detetadas no Concelho. Com esta iniciativa solidária podem ser potenciados os recursos existentes, limitando o envolvimento financeiro dos mais carenciados.

10.2 Atividades culturais

O concelho da Ribeira Grande dispõe duma atividade cultural e de lazer variada, que se repercute na sua tradição musical, popular e teatral, de que é claro testemunho o conjunto de equipamentos e de entidades dedicadas a estas atividades, sendo de destacar, pelo seu número, os equipamentos associados a associações culturais e religiosas, bandas de música e filarmónicas (15).

Neste âmbito deve ser realçada a importância das Casas de Povo que acolhem, por exemplo, os seus grupos folclóricos, assim como dos salões e centros paroquiais e clubes no apoio ao desenvolvimento de atividades culturais e de lazer (Tabela 99).

Tabela 99. Equipamentos e entidades culturais existentes no concelho da Ribeira Grande

Fonte: CMRG, 2020

Culturais e Recreativos	Calhetas	Pico da Pedra	Pobo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba de S. Pedro	Total
Total	0	4	9	1	3	2	8	3	0	0	7	1	0	1	39
Arquivos	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Associações Culturais e Religiosas, Bandas de Música e Filarmónicas	0	3	4	1	1	0	2	2	0	0	2	0	0	0	15
Biblioteca	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	5
Centro ou Clube de Informática	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	2	1	0	1	7
Ludoteca	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Museu	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	4
Teatro	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Observatório Astronómico	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

10.2.1 Atividades mais significativas no âmbito dos serviços culturais

O Teatro Ribeiragrandense destaca-se como um dos principais equipamentos culturais do Concelho. Construído a partir de 1920 e inaugurado em 1933, foi alvo de intervenção de expansão e reabilitação após a sua aquisição pelo município em 1988. Reaberto em 2000, as atividades de teatro continuam a ter nele um peso bastante significativo. A presença do Centro Cultural a ele anexo transformou aqueles dois espaços num complexo polivalente de atividade cultural, por onde atualmente acontece a maioria das iniciativas com alguma significância no Concelho, tais como o Grupo de Teatro Alpendre, o Festival MúsicAtlântico, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, o Maestro António Vitorino d'Almeida, feiras do livro, filmes e exposições. Atualmente o Centro Cultural é a sede de diversas associações culturais e outras, nomeadamente a Academia de Música, a Pontilha, o Clube de Informática, a Delegação Regional da Associação Nacional de Jovens Jornalistas e outros.

O complexo constituído pelo Teatro e pelo Centro Cultural, que funciona todos os dias, em escassos anos de atividade, tem vindo a promover conferências, congressos, cinema, teatro, música, dança, festivais, tertúlias literárias, gravações televisivas, formação profissional. Como grupos de teatro, destacam-se o Grupo Amphitheatrum, fundado em 1994, vai acumulando currículo enquanto projeto escolar, grupo de expressão dramática e formador em técnicas de teatro, e a Associação Cultural Pontilha, que atua, desde 1983, na área da representação e no desenvolvimento de exposições e atividades culturais diversas.

Por sua vez, o Museu Municipal da Ribeira Grande é também considerado um dos principais equipamentos culturais do Concelho. No Solar de São Vicente Ferreira, encontram-se várias exposições em permanência, de arqueologia, arte sacra, azulejaria e ofícios tradicionais. Particularmente importante é o Arcano Místico de Madre Margarida do Apocalipse, conjunto escultórico composto por pequenas figuras moldadas em massa composta por farinha de arroz e de trigo, goma-arábica, gelatina animal e vidro moído, representando mistérios do Antigo e do Novo Testamentos, e que recentemente foi classificado como tesouro regional. A casa onde viveu a madre Margarida foi transformada no Museu do Arcano. Outros vetores do museu de destaque são a Rede de Moinhos de Água e, no edifício dos Mercados (datado de 1884), o núcleo museológico destinado ao emigrante, cuja visita é um dos pontos de atração obrigatório.

De realçar que existe um projeto para remodelação física Solar de S. Vicente, proporcionando uma integração do antigo com o contemporâneo e que potenciará as várias vertentes em que se pretende transformar o Museu.

Importa ainda referenciar o Museu da Emigração Açoriana, inaugurado em 2005, situado nas antigas instalações do Barracão do Peixe e onde se pode visitar a exposição sobre a história das comunidades açorianas e da emigração açoriana.

Outro equipamento de destaque é o Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, inaugurado em 2015. Trata-se de uma estrutura com diversas valências e que visa a criação, a produção e a difusão de arte contemporânea, através das artes visuais, artes performativas, multimédia, cinema, música, arquitetura, design, ilustração, literatura e moda.

No artesanato destacam-se as sertãs na Ribeira Seca, os capachos de corda no Pico da Pedra, as peneiras, as bandeirinhas do Espírito Santo, o picotado em papel de seda e brinquedos em madeira na Matriz.

De destacar que Concelho foi sede de vários jornais na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, nomeadamente do jornal Estrela Oriental (1856-1919) que fala pela primeira vez das Cavalhadas e Mascaradas de S. Pedro, do jornal O Norte (1895) e do jornal Ecos do Norte (1916-21). Atualmente existem vários periódicos e a grande maioria diz respeito a atividades setoriais. De realçar a existência de uma rádio local (Rádio Nova Cidade).

A Ribeira Grande é também palco de produção literária, nomeadamente poesia que, segundo uma recolha efetuada pela Câmara Municipal de Ribeira Grande, contava no século XX com um total de 32 poetas, que proporcionaram a preparação de uma Antologia, cuja temática é o Amor. No seio da prosa existem vários autores nascidos ou residentes no Concelho, alguns dos quais como o Dr. Mário Moura, com edições sobre o próprio Concelho.

No que respeita a festividades e manifestações populares, destacam-se:

- Os Cortejos dos Reis - em comemoração do Dia de Reis, em especial nas freguesias de Fenais da Ajuda, da Ribeirinha e da Matriz.
- Os Cantares às Estrelas - iniciativa Municipal que se realiza na noite de 1 de fevereiro de cada ano. Grupos oriundos de todas as freguesias do Concelho percorrem toda a Rua Direita, cantando de porta em porta.
- Carnaval – mais vivido nas freguesias de Fenais da Ajuda, Ribeirinha, Matriz, Ribeira Seca e Rabo de Peixe, tem particularidades como as Marchas e Danças, como o Pau de Fitas, ou ainda as Pantas na Maia.
- Procissão do Senhor Santo Cristo dos Terceiros - realiza-se no primeiro Domingo da Quaresma, com vocação penitencial, sendo a única na Ilha.
- Procissão do Senhor dos Passos - nas paróquias da Conceição e da Matriz, percorrem cinco capelinhas do século XVIII que representam passos da Paixão de Cristo.
- Ciclo do Espírito Santo – que se estende do dia de Páscoa até ao dia de S. Pedro, inclui três festividades, as Bandeiras (em número de duas, a da Beneficência no Pentecostes e a da Caridade na Santíssima Trindade), as Coroas (em número de seis, com insígnias

semelhantes aos Impérios do Sistema das Domingas [bandeira, coroas, cetros], estendem-se ao longo do Ciclo) e as Despesas (festividades, muitas vezes, confundidas unicamente com os 'balhos dos pescadores'). As festividades fecham, no dia 29 de junho, com as Cavalhadas de São Pedro.

- Festas da cidade – a 29 de junho, no dia de São Pedro, incluem homenagens, atividades culturais e desportivas que se prolongam por quinze dias.
- Cavalhadas de S. Pedro - com início e término na Ribeira Seca, no Solar da Mafoma e na igreja paroquial. É um cortejo com o seu “Rei”, ladeado por dois Lanceiros, seguidos por duas alas com dezenas de Cavaleiros, aparecendo no meio delas 3 Corneteiros, e com um fecho vigiado por outros dois Lanceiros.
- Comédias de S. Pedro - espécie de teatro de rua em que os comediantes exibem em alguns locais tradicionais a sua pequena peça com crítica social e económica onde a chacota predomina.
- Alâmpadas - arranjos florais, que incluem frutos, destinados a ornamentar a paroquial da Ribeira Seca da Ribeira Grande e a oferecer a pessoas que se queira honrar durante as festas de S. Pedro.
- Dia do Foral - a 4 de agosto, comemora-se o Foral de Vila dado por D. Manuel I, com teatro, música, palestras e homenagens a personalidades municipais.
- Festa dos Padroeiros – que se dão em todas as paróquias e assim preenche os meses de julho a outubro ao longo de dois ou três dias por festividade.
- Feira Gastronómica – no mês de outubro, a Feira Gastronómica Sabores da Nossa Terra dá-se na Ribeira Seca.
- Festa de Nossa Senhora da Conceição – em honra da padroeira da freguesia da Conceição, é também conhecida pelo Dia das Montras, pois a autarquia nesse dia organiza o concurso de montras. Associado a esta festa está a Folia, composta por um grupo de seis amigos, tocadores e cantadores, os quais vestidos de vermelho e damasco tentam relembrar e reviver outros tempos,
- Natal – durante este período a autarquia promove concursos de presépios, um que se denomina “Prior Evaristo Carreiro Gouveia” em que os concorrentes são particulares e outro chamado “Públicos” em que os concorrentes são as paróquias. É também neste período que se fazem 15 dias de festas, exposições, teatro e lançamentos de livros; a maior parte dos acontecimentos acontecem no Teatro e em Volta do Centro Histórico recreando de forma natalícia as atividades das Festas da Cidade. Destaque para o desfile

de crianças vestidas de Pais Natal e para as barraquinhas com comes e bebes e artesanato, música e teatro, que criam o Mercadinho de Natal, um espaço para ser visitado à noite e passar o tempo a saborear, ver e ouvir sinais do Natal.

- Feira Quinhentista – da responsabilidade da autarquia, é uma feira alusiva à época, onde se recriam cenários, vestimentas e outros adereços da época.
- Atualmente, a autarquia desenvolve entre março e junho uma agenda cultural integrada num certame denominado PrimArte que tem granjeado o apreço dos residentes e visitantes da Ribeira Grande. Inclui exposições, feira do livro, peças de teatro, colóquios e sessões de cinema.

10.3 Atividades desportivas

A nível desportivo, o concelho da Ribeira Grande dispõe de uma oferta alargada, designando-se, a este nível, enquanto Capital do Surf. Esta é uma aposta do município que, ao longo dos últimos anos, assistiu a um aumento do número de praticantes no concelho e das escolas que ensinam esta modalidade. É, contudo, uma modalidade que não tem exigido grandes infraestruturas para a sua prática, onde o mercado privado tem atuado para suprir essas necessidades.

No espectro das modalidades que necessitam de infraestruturas próprias, nomeadamente complexos e pavilhões desportivos, campos de futebol, piscinas municipais e outras instalações especializadas, identifica-se um total de cerca de 43 equipamentos (Tabela 100).

Tabela 100. Equipamentos e entidades desportivas

Fonte: CMRG, 2020

Desportivos	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto Formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba de S. Pedro	Total
Total	2	3	9	2	1	6	4	2	2	0	3	1	3	1	43
Complexo Desportivo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Pavilhão Desportivo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Campo de Futebol com relva natural ou sintética	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	4
Campo de Futebol de terra	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	3
Campo Polidesportivo	1	1	1	1	1	2	2	1	1	0	0	1	1	1	14

Piscinas Municipais	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Instalações Desportivas Especializadas	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Associações Desportivas e Clubes Desportivos	0	1	3	1	0	1	4	0	0	0	1	0	1	0	12

Do conjunto de equipamentos acima indicados torna-se evidente o peso do futebol no quadro da atividade desportiva, pois quase metade dos equipamentos destinam-se a esse efeito. Importa, contudo, destacar algumas outras, tais como:

- As atividades gimnodesportivas, que se localizam nas freguesias Matriz e Conceição e nas freguesias da Maia e de Rabo de Peixe;
- As atividades de skate e patinagem que envolvem três espaços específicos nas freguesias das Calhetas, de Lomba da Maia e de Ribeira Seca;
- As atividades de natação, localizadas nas piscinas municipais (freguesia da Matriz) e nas Piscinas dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande (freguesia da Conceição);
- Um conjunto de especialidades menos usuais, como um campo de golfe (Calhetas), um centro hípico, um Clube naval (Rabo de Peixe) e um Clube de Tiro (Rabo de Peixe).

10.3.1 Atividades mais significativas no âmbito dos serviços desportivos

Para além da importância dada e referida ao surf, o futebol e o voleibol partilham os lugares de destaque das principais atividades desportivas no concelho.

No que respeita ao futebol, a modalidade de onze, congrega cerca de 600 atletas em competição, e o futsal, que tem vindo a crescer nos últimos anos, envolve cerca de 90 praticantes.

Das mais antigas equipas de futebol da Ribeira Grande só se mantém o Sporting Clube Ideal, que disputa o Campeonato de Ilha organizado pela Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Para além deste, existem mais três clubes com presença concelhia: o Clube Desportivo de Rabo de Peixe que, embora já existindo nos anos setenta, é, contudo, na década seguinte que passa a ter uma atividade reconhecida. Por seu turno, o Maia Clube dos Açores, na freguesia da Maia, e o Vitória Futebol Clube, na freguesia do Pico da Pedra, são mais recentes, mas bastante ativos.

Quanto ao voleibol, é na freguesia da Maia onde a sua atividade tem maior relevo, onde nos anos 30 e 40 era muito praticada. A sua atividade tem também expressão nas freguesias da cidade e nas freguesias de Fenais da Ajuda e Porto Formoso. Nos últimos anos, a expansão do voleibol incluiu a criação de equipas femininas e a prática de minivoleibol.

Para além destas atividades, o concelho dispõe ainda de:

- Prática de judo, com cerca de cinquenta praticantes
- Prática de hóquei em patins, nomeadamente na Casa do Povo da Ribeira Grande
- Prática de atividades náuticas no Clube Naval (canoagem e surf), antecedido do Clube Atlético de Rabo de Peixe (passeios de barco, mergulho e caça submarina)
- Prática de parapente, atividade que vai ganhando cada vez mais adeptos
- Prática de surf, sobretudo na praia de Santa Bárbara
- Prática de automobilismo, nomeadamente no rally

Embora não seja uma prática desportiva, importa referenciar que o concelho dispõe de múltiplas potencialidades para passeios pedestres, dos quais três estão referenciados pelos Amigos do Açores, nomeadamente o Percurso Pedestre, Pico da Pedra-Pinhal da Paz, o Percurso Pedestre do Salto do Cabrito e o Percurso Pedestre de Santa Bárbara. São percursos pedestres com apontamentos históricos e registos ao nível da fauna, flora e vulcanismo, que podem e devem ser valorizados.

Uma nota para uma prática que já existiu, mas caiu em desuso que era o croquet. Havia campos desta modalidade nas Caldeiras e Santana, bem como em quintas particulares.

Por último, é de referir a existência de alguns equipamentos cujo impacto no concelho é importante, embora possam não congregar uma utilização muito acentuada pelos seus residentes: o Campo de Golfe da Batalha, o Clube Naval e o Clube de Tiro em Rabo de Peixe.

11. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

De acordo com o RJIGT-A, os instrumentos de gestão territorial estabelecem a identificação de servidões administrativa e restrições de utilidade pública em vigor à data da conclusão do processo de elaboração do plano. Mais concretamente, é na Planta de Condicionantes (Planta 02 em anexo) que, segundo a alínea c), do n.º 1 do artigo 99.º do RJIGT-A, são identificadas “as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor à data da conclusão do processo de elaboração do plano, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”.

Este capítulo respeita a designação das categorias das servidões e restrições de utilidade pública constantes do n.º 2 do artigo 13.º do RJIGT-A, apresentando-se as que incidem no território do concelho da Ribeira Grande (Tabela 101).

Tabela 101. Condicionantes legais vigentes no concelho da Ribeira Grande

Domínio		Condicionante	
Património natural	Recursos hídricos	Domínio hídrico	Leito e margens das águas do mar
			Leito e margens dos cursos de água
			Leito e margens de lagoas
		Captações de águas destinadas ao abastecimento público	Captações de águas superficiais
			Captações e perímetros de proteção de águas subterrâneas
		Nascentes não captadas	Nascentes e perímetros de proteção de nascentes não captadas
		Zonas vulneráveis	Zona vulnerável da lagoa de São Brás
	Recursos geológicos	Explorações de massas minerais	Pedreiras licenciadas
		Águas minerais naturais	Nascentes de águas minerais naturais
			Áreas demarcadas de concessão de exploração de águas minerais naturais
		Energia geotérmica	Poços geotérmicos
			Centrais geotérmicas
	Áreas de reserva de proteção dos solos e da biodiversidade	Reserva Agrícola Regional	
		Reserva Ecológica	
		Rede Natura 2000	Zona Especial de Conservação (ZEC) da Lagoa do Fogo
		Parque Natural de Ilha de São Miguel	Reserva Natural da Lagoa do Fogo
			Monumento natural da Caldeira Velha

Domínio		Condicionante	
			Áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies: - Tronqueira e Planalto dos Graminhais - Serra de Água de Pau - Ponta do Cintrão
			Áreas protegidas de gestão de recursos: - Ponta do Cintrão - Ponta da Maia - Porto das Capelas - Ponta das Calhetas
			Unidades Operativas de Gestão: - Lagoa do Fogo e Caldeira - Encosta Norte (Mata dos Cachaços) - Encosta Oeste - Serra de Água de Pau - Covãos - Cachaços - Vereda do Mulato - Central Geotérmica da Ribeira Grande - Cachaços - Graminhais - Criação - Tronqueira - Mata dos Bispos - Espigão de Dentro - Perímetro Florestal Nordeste - Ponta do Cintrão - Portinho de Santa Iria
Património edificado	Imóveis Classificados	Regime florestal de São Miguel	Núcleo florestal da Lomba de São Pedro
		Imóveis de Interesse Público	
	Conjunto Protegido	Imóveis de Interesse Municipal	
Infraestruturas básicas, de transporte e comunicação	Infraestruturas básicas	Rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais	Zona histórica da Ribeira Grande
		Rede elétrica	Conduta adutora
			Coletores de águas residuais
	Infraestruturas Viárias	Rede regional	60 kV
			30 kV
			10 kV
		Rede municipal	Estrada regional principal
		Rede rural/florestal	Estrada regional secundária
			Estrada e caminho municipal
			Caminhos rurais

Domínio		Condicionante	
			Caminhos florestais principais
			Caminhos florestais secundários
			Estradões florestais
		Rede agrícola	Caminhos agrícolas principais
			Caminhos agrícolas secundários
Equipamentos e atividades		Edifícios escolares	
		Turismo em espaço rural	
		Produtos explosivos	
Cartografia e planeamento		Marcos geodésicos	

Os elementos aqui referidos e descritos nos pontos seguintes serão incorporados nas peças gráficas que acompanham a Proposta do Plano, definindo-se como condicionantes do território. A informação geográfica que será cartografada foi disponibilizada pelas entidades competentes e responsáveis pela gestão desses elementos, tendo presente que apenas os objetos cujo regime de servidão está publicado em jornal oficial será apresentado.

11.1 Património natural

11.1.1 Recursos hídricos

11.1.1.1 Domínio hídrico

O âmbito da definição de Domínio hídrico compreende, no sentido lato, os recursos hídricos (águas), abrangendo ainda os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas. Em função da titularidade, os recursos hídricos compreendem os recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e os recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares.

Os recursos hídricos, pela sua natureza e importância, são considerados de uso público e de interesse geral, justificando o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção nos prédios localizadas nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, bem como as respetivas margens e zonas adjacentes, a fim de os proteger. Assim, nos terrenos do domínio hídrico, deve garantir-se o acesso universal à água e a passagem ao longo das águas.

A constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao Domínio Hídrico segue o regime previsto na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada e republicada pela Lei n.º 2/2023, de 18 de agosto, na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua versão mais recente

pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10 de outubro.

De acordo com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, o domínio público hídrico subdivide-se em domínio público marítimo, domínio público fluvial e lacustre e domínio público das restantes águas.

Na Planta de Condicionantes serão representados os leitos e margens das águas do mar, dos cursos de água e de lagoas presentes no concelho da Ribeira Grande, integrando as respetivas faixas de proteção, de acordo com o definido na legislação em vigor.

11.1.1.2 Captações de águas destinadas ao abastecimento público

Constituindo as águas subterrâneas importantes fontes de água e considerando que, uma vez contaminadas, a recuperação da sua qualidade é um processo lento e difícil, é de todo o interesse assegurar a sua preservação, garantindo que os usos e ocupações do solo não afetam a sua qualidade.

A servidão foi instituída com a publicação do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, sendo que dadas as particularidades dos territórios insulares, designadamente a descontinuidade territorial e a sensibilidade dos sistemas biofísicos, que exigem soluções específicas para os problemas de gestão dos recursos hídricos, nos Açores foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, estabelecendo as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de todas as captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público, com a finalidade de proteger a qualidade das águas dessas captações.

No concelho da Ribeira Grande regista-se uma captação de água superficial em Salto de Cabrito, não dispondo, atualmente, de um perímetro de proteção. Já os perímetros de proteção às captações subterrâneas para abastecimento público no concelho da Ribeira Grande foram estabelecidos de acordo com Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho.

Os perímetros de proteção definidos, considerando critérios geológicos, hidrogeológicos e económicos, englobam, a Zona de Proteção Imediata, a Zona de Proteção Intermédia e a Zona de Proteção Alargada. Neste perímetro são proibidas ou condicionadas algumas instalações e as atividades que possam levar à contaminação das águas subterrâneas.

Na zona de proteção imediata é interdita qualquer instalação ou atividade na zona de proteção imediata nos termos referidos, com exceção das que têm por objetivo a conservação, manutenção e melhor exploração da captação, devendo o terreno nesta zona ser vedado e mantido limpo de quaisquer resíduos e de produtos ou líquidos que possam provocar infiltração de substâncias indesejáveis para a qualidade da água da captação.

Na zona de proteção intermédia são condicionadas ou interditas, quando suscetíveis de provocar poluição da água subterrânea, ficando sujeitas a parecer prévio vinculativo da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, as seguintes atividades e instalações: “a) *Pastorícia*; b) *Usos agrícolas e pecuários*; c) *Aplicação de pesticidas móveis e persistentes na água ou que possam formar substâncias tóxicas, persistentes ou bioacumuláveis*; d) *Edificações*; e) *Estradas e caminho de ferro*; f) *Parques de campismo*; g) *Espaços destinados a práticas desportivas*; h) *Estações de tratamento de águas residuais*; i) *Coletores de águas residuais*; j) *Fossas de esgoto*; k) *Unidades industriais*; l) *Cemitérios*; m) *Pedreiras e quaisquer escavações*; n) *Explorações mineiras*; o) *Lagos e quaisquer obras e escavações destinadas à recolha e armazenamento de água ou quaisquer substâncias suscetíveis de se infiltrarem*; p) *Depósitos de sucata*”.

São ainda interditas as seguintes atividades e instalações: “a) *Infraestruturas aeronáuticas*; b) *Oficinas e estações de serviço de automóveis*; c) *Depósitos de materiais radioativos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos*; d) *Postos de abastecimento e áreas de serviço de combustíveis*; e) *Transporte de hidrocarbonetos, de materiais radioativos ou de outras substâncias perigosas*; f) *Canalizações de produtos tóxicos*; g) *Lixeiras e aterros sanitários*”.

Nas zonas de proteção alargada são condicionadas ou interditas, quando suscetíveis de provocar poluição da água subterrânea, ficando sujeitas a parecer prévio vinculativo da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, as seguintes atividades e instalações: “a) *Utilização de pesticidas móveis e persistentes na água ou que possam formar substâncias tóxicas, persistentes ou bioacumuláveis*; b) *Coletores de águas residuais*; c) *Fossas de esgoto*; d) *Lagos e quaisquer obras ou escavações destinadas à recolha e armazenamento de água ou quaisquer substâncias suscetíveis de se infiltrarem*; e) *Estações de tratamento de águas residuais*; f) *Cemitérios*; g) *Pedreiras e explorações mineiras*; h) *Infraestruturas aeronáuticas*; i) *Oficinas e estações de serviço de automóveis*; j) *Postos de abastecimento e áreas de serviço de combustíveis*; k) *Depósitos de sucata*”.

São ainda interditas as seguintes atividades e instalações: “a) *Transporte de hidrocarbonetos, de materiais radioativos ou de outras substâncias perigosas*; b) *Depósitos de materiais radioativos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos*; c) *Canalizações de produtos tóxicos*; d) *Refinarias e indústrias químicas*; e) *Lixeiras e aterros sanitários*”.

A informação das captações e respetivas zonas de proteção serão identificadas na Planta de Condicionantes, tendo sido fornecida pela, então, DROTRH e correspondem às definidas na Portaria n.º 61/ 2012, de 31 de maio.

11.1.1.3 Nascentes não captadas

No seguimento das orientações para a proteção e valorização dos recursos hídricos e a fim de evitar a poluição destes importantes recursos, que se constitui como uma das principais riquezas

naturais do Arquipélago dos Açores, foram definidas leis que regulam e protegem a utilização das águas.

As nascentes de água, assim como os cursos de águas e as lagoas, constituem-se como reservas hídricas e são protegidas no termos do Decreto Regional n. 12/77/A, de 1 de junho. Decorrente do disposto na lei, as nascentes dispõem de uma zona protegida que abrange o terreno envolvente num raio de 50 m, o qual poderá ser ampliado, caso a caso por Portaria, até um máximo de 500 m.

Na Ribeira Grande existem 53 nascentes de água não captadas identificadas, dispondo todas de um perímetro de proteção de 50 m, encontrando-se a informação representada na Planta de Condicionantes.

11.1.1.4 Zonas vulneráveis

As lagoas dos Açores são ecossistemas naturais que desempenham funções indispensáveis ao nível ambiental, socioeconómico e paisagístico. Reúnem, portanto, valores únicos e inestimáveis que devem ser preservados, defendidos e potenciados, numa linha de orientação que aponta para o desenvolvimento sustentável do arquipélago dos Açores.

Considerando, contudo, que na envolvente a estes recursos hídricos se desempenham atividades económicas fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico das populações e que estas atividades são conflituantes com a integridade dos sistemas naturais, foram definidas orientações regulamentares que visam a redução da poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola, bem como impedir a propagação desta poluição.

Estas orientações encontram-se expressas na Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/A, de 17 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, referente à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola. O n.º 1 do artigo 4.º do mencionado decreto-lei remete para portaria dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, sob proposta do Instituto da Água, a identificação, por lista, das águas poluídas por nitratos de origem agrícola e das águas suscetíveis de o virem a ser, bem como das áreas que drenam para aquelas águas, designadas por «zonas vulneráveis».

A Portaria n.º 1100/2004, de 3 de setembro identifica, no concelho da Ribeira Grande, uma zona vulnerável relativa à Lagoa de São Brás. De acordo com a referida portaria essa área corresponde à bacia hidrográfica da lagoa, sendo assinalada na Planta de Condicionantes.

11.1.2 Recursos geológicos

11.1.2.1 Exploração de massas minerais

A extração de massas minerais, nomeadamente rochas Ornamentais e Rochas Industriais, está diretamente relacionada com o desenvolvimento do sector da construção civil e obras públicas.

Estas atividades são reguladas pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, sendo que as servidões associadas a estas atividades foram instituídas com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, que aprova o “regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais” na Região Autónoma dos Açores.

De acordo com a legislação supramencionada, as explorações de massas minerais na RAA são classificadas em duas categorias – classes “A” e “B”, sendo as de classe “A” todas aquelas com uma área superior a 5 hectares, ou que não se enquadrem nas características das extrações designadas como de classe “B”, nomeadamente: localização a céu aberto, com uma profundidade de escavação inferior a 10 m, que não requeiram meios mecânicos com potência superior a 368 kW, nem a utilização de explosivos, inexistência de sistemas de britagem e de fabricação de misturas betuminosas e até 15 trabalhadores ao serviço.

Incumbe à direção regional com competência em matéria de indústria, o licenciamento das atividades de pesquisa. Por outro lado, relativamente à outorga de licenças de exploração, este diploma atribui a competência quer às câmaras municipais, quer ao Governo Regional dos Açores, em função da respetiva tipologia: no caso de explorações do Tipo “A” a responsabilidade recai sobre a direção regional com competência em matéria de indústria, enquanto as de tipo “B” são passíveis de licenciamento pelas câmaras municipais.

Qualquer prédio em que se localize uma pedreira, assim como os prédios vizinhos, pode ser sujeito a servidão administrativa. Em termos gerais, as zonas de defesa, “a que se refere o artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, devem observar as distâncias fixadas em portaria de cativação e, na falta desta, as seguintes distâncias, medidas a partir da bordadura de cada escavação:

Tabela 102. Dimensionamento das “Zonas de defesa” a pedreiras

Fonte: Anexo II - Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho

Zonas de defesa	Distância (metros)
Prédios rústicos vizinhos, murados ou não	10
Caminhos públicos	15
Conduitas e fluidos	20
Linhas elétricas de baixa tensão	20
Linhas aéreas de telecomunicações telefónicas não integradas na exploração/linhas de telecomunicações e teleférico/cabos subterrâneos elétricos e de telecomunicações	20
Pontes	30
Canais/nascentes de águas, cursos de água de regime permanente e canais	50
Linhas elétricas aéreas de média e alta tensões, postos elétricos de transformação ou de telecomunicações	30

Zonas de defesa	Distância (metros)
Edifícios não especificados e locais de uso público	50
Nascentes ou captações de água	50
Estradas regionais ou municipais	50
Monumentos nacionais, locais classificados de valor turístico, instalações e obras das Forças Armadas e forças e serviços de segurança, escolas e hospitais	100
Locais e zonas classificados com valor científico ou paisagístico	250

De acordo com os elementos disponibilizados pela entidade competente relativos ao Plano das Atividades Económicas, foram representadas na Planta de Condicionantes as pedreiras licenciadas no concelho da Ribeira Grande, na maioria destinadas à extração de bagacina, basalto e tufo pomítico.

11.1.2.2 Águas minerais naturais

A servidão relativa às nascentes e áreas de reserva de nascentes de águas minerais e naturais é constituída de acordo com o regime previsto na Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, sem prejuízo do disposto no artigo 62.º, e no Decreto-Lei n.º 86/90, ambos de 16 de março. Assim, importa considerar que o n.º 4 do artigo 62.º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho estabelece que até à entrada em vigor da legislação complementar (diplomas que desenvolvem o regime jurídico da revelação e aproveitamento dos recursos geológicos), mantém-se em vigor a regulamentação aprovada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, em tudo o que não seja incompatível com a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho. O n.º 6 do mesmo normativo define que se mantém em vigor os perímetros de proteção, as áreas de reserva e as áreas cativas instituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março e da respetiva legislação complementar.

A água mineral natural é uma água considerada bacteriologicamente própria, de circulação profunda, com particularidades físico-químicas estáveis na origem dentro da gama de flutuações naturais, de que resultam propriedades terapêuticas ou simplesmente efeitos favoráveis à saúde. As águas minerais naturais integram o domínio público do Estado.

Nos casos de exploração de águas minerais naturais é fixado um perímetro de proteção com base em estudos hidrogeológicos, para garantir a disponibilidade e as características da água, bem como as condições para uma boa exploração. Esse perímetro de proteção abrange três zonas – a zona imediata, a zona intermédia e a zona alargada – que são fixados por portaria sob proposta do concessionário.

No concelho da Ribeira Grande existem duas nascentes de águas minerais naturais, a “Água Mineral das Lombadas” e a “Água Mineral da Ladeira Velha”. Na Planta de Condicionantes procedeu-se à identificação destas nascentes e à delimitação da área demarcada de concessão

de exploração da água mineral natural de Lombadas e da área reservada da água mineral natural de Ladeira Velha.

11.1.2.3 Energia geotérmica

Nos Açores o aproveitamento geotérmico tem por base o aproveitamento do calor produzido pelas estruturas geológicas vulcânicas, que é extraído do fluido geotérmico captado, com temperaturas superiores a 200°C, que circula no reservatório natural existente devido a particularidades da edificação dos aparelhos vulcânicos.

A RAA é a titular dos direitos de prospeção e pesquisa sobre os recursos naturais do domínio público regional, nomeadamente os seus recursos geotérmicos, sendo a empresa SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., a concessionária da exploração do recurso geotérmico da Ribeira Grande, ao abrigo do contrato de concessão de exploração de recursos geotérmicos, celebrado em 14 de julho de 1995, alterado em 14 de novembro de 1998.

No concelho da Ribeira Grande encontram-se instalados dois aproveitamentos no Campo Geotérmico: a Central Geotérmica da Ribeira Grande; e a Central Geotérmica do Pico Vermelho, cada qual, ligada a um parque de poços de produção e de injeção qualificados.

Esta atividade encontra-se definida e regulada, pelo Decreto-Lei n.º 87/90, de 16 de março, e nos termos do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, que estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional, e da alínea d) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/A, de 9 de maio, que estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores.

Na Planta de Condicionantes será representada a informação disponibilizada pela DRAIC, relativamente à atual área de concessão e dos poços geotérmicos que presentemente integram o plano de exploração.

11.1.3 Áreas de reserva de proteção dos solos e da biodiversidade

11.1.3.1 Reserva Agrícola Regional

O regime jurídico da Reserva Agrícola Regional (RAR) encontra-se estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, na redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A, de 7 de agosto.

A RAR é constituída por solos de elevada aptidão agrícola, que foram ou possam vir a ser objeto de estudo para a realização de importantes investimentos, tendo em vista a preservação e ou

aumento da sua produtividade e o melhor aproveitamento do seu potencial, na perspetiva de uma agricultura moderna, racional e sustentável.

Os solos da RAR devem ser exclusivamente afetos à agricultura, sendo proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, ou que se traduzem na sua utilização para fins não agrícolas, designadamente:

- Vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações;
- Lançamento ou depósito de resíduos sólidos urbanos ou industriais ou outros produtos que contenham substâncias que possam alterar as características do solo;
- Despejo de volumes excessivos de lamas e estrumes;
- Ações que provoquem erosão e degradação do solo, desprendimentos de terras, encharcamentos e inundações e outros efeitos perniciosos;
- Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes ou fitofarmacêuticos.

A RAR do concelho da Ribeira Grande foi republicada pela Portaria n.º 25/2013, de 24 de abril. Esta delimitação foi fornecida pelo IROA, S.A., em formato digital. A RAR em vigor no concelho da Ribeira Grande (2013), segundo a delimitação fornecida pelo IROA, S.A., abrange uma superfície de 3580 hectares. Com a redelimitação proposta (exclusões e integrações/reintegrações), observa-se um aumento de 426 hectares, passando a figurar uma superfície total afeta à RAR de 4006 hectares.

A redelimitação da RAR, que decorre no âmbito do processo da presente Revisão e cujo processo de delimitação será explicitado em documento próprio, será apresentada num desdobramento da Planta de Condicionantes.

11.1.3.2 Reserva Ecológica

A Reserva Ecológica é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial, constituindo, por isso, uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

O Regime Jurídico da RE foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 123/2024, de 31 de dezembro, estabelecendo as condições para a viabilização dos usos e ações compatíveis com os objetivos da RE.

A RE pretendeu criar um quadro de critérios que condicionassem a utilização de áreas com características ecológicas específicas, garantindo a proteção dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas.

A situação relativa à RE nos Açores é singular, pois o do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, revisto na sua mais recente versão pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nunca foi adaptado à RAA. Esta situação provoca dificuldades na aplicação direta à RAA das disposições legais em vigor e dos critérios de delimitação adotados para o território continental, atendendo às especificidades físicas, socioeconómicas e institucionais distintas na região.

Com a necessidade de se fazer uma delimitação criteriosa e adaptada à Região, foram definidas orientações metodológicas³³ relativas à delimitação de cada uma das tipologias de áreas que integram a RE na RAA, até que seja adaptado o regime em vigor às especificidades do território do Arquipélago. A delimitação final da RE, que decorre no âmbito do processo da presente Revisão e cujo processo de delimitação será explicitado em documento próprio, será apresentada num desdobramento da Planta de Condicionantes.

11.1.3.3 Rede Natura 2000

A política de conservação da natureza da União Europeia, à qual todos os Estados-Membros estão obrigados, baseia-se, fundamentalmente, em dois documentos: Diretiva 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à proteção das aves selvagens (conhecida por “Diretiva das Aves”); e a Diretiva 92/43/CEE, alusiva à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens (conhecida por “Diretiva Habitats”) adotada em maio de 1992.

A Rede Natura 2000, que também se aplica ao meio marinho, é composta por:

- Zonas de Proteção Especial (ZPE) – estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular;
- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expreso de “contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia”.

³³ Orientações Metodológicas – delimitação da RE – PDM, Alteração julho 2021, Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas - Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (<http://ot.azores.gov.pt/Orientacoes-Tecnicas.aspx?id=1236>)

Na RAA estão classificados: 2 Sítios de Importância Comunitária; 24 Zonas de Especial Conservação; e 15 Zonas de Proteção Especial (Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril), tal como se descreveram anteriormente e em ponto próprio.

11.1.3.4 Parque Natural da Ilha de São Miguel

A necessidade de proteger áreas com valor específico onde a ação humana deve ser acautelada (e até proibida) levou a que fossem definidas de áreas com interesse para a conservação da natureza, incentivando a manutenção de valores patrimoniais em declínio.

Esta servidão foi instituída com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 79/2007, de 21 de agosto, e posteriormente revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril.

A Rede de Áreas Protegidas dos Açores concretiza, na Região, a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) adaptando-a às particularidades geográficas, ambientais, culturais e político-administrativas do território do arquipélago dos Açores.

O concelho da Ribeira Grande integra o Parque Natural da Ilha de São Miguel, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2025/A, de 31 de janeiro, onde se encontram instituídas um conjunto de áreas protegidas, nomeadamente a Reserva Natural da Lagoa do Fogo [SMG01], o Monumento Natural da Caldeira Velha [SMG03], as Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies da Serra de Água de Pau [SMG07] e da Ponta do Cintrão [SMG09], e ainda a Área Protegida de Gestão de Recursos da Ponta do Cintrão – Ponta da Maia [SMG21]. Embora com uma expressão territorial reduzida no Concelho da Ribeira Grande, há ainda a referir a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Tronqueira e Planalto dos Graminhais [SMG08] e a Área Protegida de Gestão de Recursos do Porto das Capelas – Ponta das Calheta [SMG22].

11.1.3.5 Regime florestal

O Regime Florestal foi criado por um decreto de 1901 tendo-se estabelecido o conjunto de disposições destinadas à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos onde a arborização tenha sido definida como de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo.

O Regime Florestal, como instrumento jurídico marcante no ordenamento do território, permitiu a intervenção do Estado, em larga escala e à luz do interesse público, no fomento florestal do País e na gestão florestal de áreas do próprio Estado, em baldios e terrenos particulares encravados e ainda em terrenos particulares cujos proprietários solicitassem expressamente a submissão dos mesmos. Foi assim possível, estabelecer uma enorme área de floresta submetida ao Regime

Florestal Total (terrenos do Estado) e ao Regime Florestal Parcial (terrenos baldios e particulares), constituindo no seu todo as áreas dos Perímetros Florestais.

Na Planta de Condicionantes serão representados os limites do regime florestal fornecidos pelo Serviço Florestal de Ponta Delgada (DRRF) relativos ao Núcleo Florestal da Lomba de São Pedro. Esta delimitação advém do Decreto n.º 39776, de 19/8/1954 (DG n.º 182, I série, de 19/8) – submete ao regime florestal parcial os terrenos baldios pertencentes às câmaras municipais de Lagoa, Vila Franca do Campo, Nordeste e Ponta Delgada e às juntas de freguesia de Fenais da Ajuda, Água Retorta, Achadinha e Achada, na ilha de São Miguel, com a área total de 3.628 hectares.

11.2 Património edificado

A importância histórica, artística e evocativa dos imóveis classificados justifica a existência de medidas de proteção que visam não só a conservação e valorização dos próprios edifícios, mas também da sua envolvente.

A estreita comunhão entre os imóveis a proteger e as suas zonas envolventes torna extremamente delicada qualquer intervenção que nelas se faça. Daí que em redor dos edifícios se estabeleçam zonas de proteção que, em princípio, abrangem uma extensão de 50 m, a menos que exista uma Zona Especial de Proteção (n.º 1 do artigo 43º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, constitui a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, e o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, constitui o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, proteção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis.

De acordo com o quadro legal em vigor, os imóveis e conjuntos classificados e respetivas zonas de proteção devem conservar o seu aspeto característico, pelo que nenhuma obra de construção, reconstrução, modificação ou demolição poderão ser efetuadas se delas resultar alteração significativa do referido aspeto ou de algum elemento fundamental do património construído que se pretenda conservar e valorizar com a classificação.

No concelho da Ribeira Grande, tal como referido em capítulo próprio, existem 16 imóveis classificados (10 Imóveis de Interesse Público e 6 Imóveis de Interesse Municipal) e 1 conjunto de interesse municipal. Estes imóveis e o conjunto classificados serão representados na Planta do Património (Planta 03) em anexo ao presente relatório, na Planta de Condicionantes e de forma indicativa na Planta de Ordenamento.

11.3 Infraestruturas básicas, de transporte e comunicação

11.3.1 Infraestruturas básicas

11.3.1.1 Rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais

A construção dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas são de utilidade pública, pelo que se torna imperioso garantir a proteção das infraestruturas suas componentes. No caso das condutas, por exemplo, criam-se servidões por forma a que seja possível a sua reparação ou substituição bem como dos restantes acessórios.

Na Planta de Condicionantes serão representadas as condutas de abastecimento de água e os coletores existentes no concelho da Ribeira Grande.

11.3.1.2 Rede elétrica

A legislação em vigor estabelece um sistema elétrico nacional integrado, no qual as atividades de produção e comercialização são exercidas em regime de livre concorrência mediante a atribuição de licenças, em consequência de concurso. As atividades de transporte e distribuição são por sua vez exercidas mediante atribuição de concessões de serviço público.

A EDA – Eletricidade dos Açores é concessionária do Transporte e Distribuição de Energia.

No concelho da Ribeira Grande existe a central termoelétrica do Caldeirão, não constituindo, contudo, servidão administrativa. Assim, na Planta de Condicionantes será apenas apresentado o traçado das redes de distribuição elétrica de alta e média tensão de acordo com a informação fornecida pela EDA.

11.3.2 Infraestruturas viárias

O regime jurídico do planeamento, do desenvolvimento e da gestão das redes das vias públicas de comunicação terrestre na RAA é definido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/ 2008/A, de 12 de agosto, que aprova o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores.

Este diploma refere que os terrenos particulares situados nas áreas confinantes com as vias referidas no atual estatuto, ficam sujeitos a servidões administrativas, designadas por servidões viárias, nos termos definidos.

As servidões viárias têm por objetivo garantir a segurança, eficiência e comodidade da utilização das vias, salvaguardando a sua função socioeconómica, o seu interesse no âmbito da proteção civil e a sua componente paisagística.

As vias públicas de comunicação terrestre existentes no concelho da Ribeira Grande integram-se nas seguintes redes:

- Rede regional – visa permitir a ligação entre os polos urbanos e económicos de maior expressão em cada ilha. Integram a rede regional:
 - Estrada regional principal;
 - Estrada regional secundária;
 - Eixos rodoviários;
- Rede municipal – visa permitir a circulação de pessoas e veículos dentro dos povoados e das áreas da respetiva circunscrição territorial e estabelecer o acesso a explorações agrícolas e pecuárias. Integram a rede municipal:
 - Estrada e caminho municipal;
- Rede rural/florestal – visa estabelecer o acesso a explorações agrícolas e pecuárias acima da cota dos 250 m, e a circulação dentro dos perímetros e núcleos florestais. Integram a rede rural/florestal:
 - Caminhos rurais (CR);
 - Caminhos florestais principais (CFP);
 - Caminhos florestais secundários (CFS);
 - Estradões florestais (EF).
- Rede agrícola – visa estabelecer o acesso a explorações agrícolas, pecuárias e florestais acima da cota dos 250 m, a circulação dentro dos perímetros florestais e permitir ligações dentro dos perímetros de ordenamento agrário. Integram a rede agrícola:
 - Caminhos agrícolas principais (CAP);
 - Caminhos agrícolas secundários (CAS).

Na Planta de Condicionantes, para além da faixa de proteção à Rede regional, serão assinaladas as vias que integram a Rede regional, a Rede Municipal e a Rede Agrícola e Rural/Florestal existentes no concelho da Ribeira Grande, de acordo com a informação disponível.

De referir, que apesar da rede viária municipal ainda não ter sido reclassificada de acordo com o Estatuto das Vias dos Açores, foi feita uma adaptação com da atual classificação, que ainda advém de diplomas anteriores, mantendo-se a designação como CM, com uma numeração posterior, como ainda hoje muitas são conhecidas.

11.4 Equipamentos e atividades

11.4.1 Edifícios escolares

O Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 novembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março, regulamenta as competências de planeamento, projeto, construção e manutenção de infraestruturas escolares na RAA, bem como as normas de segurança e de proteção ambiental a que devem obedecer.

O diploma estabelece a delimitação de zonas de proteção a todos os edifícios escolares previstos, em construção ou já construídos, incluindo creches e infantários. Considera-se, para tal, que um edifício previsto deve cumprir um dos seguintes requisitos:

- Tenha sido adjudicada a construção;
- Conste da carta educativa aprovada, sendo nesse caso a zona de proteção a prevista naquele documento;
- Tenham sido, por decreto legislativo regional, aprovadas medidas cautelares para a zona da sua implantação, sendo os respetivos limites contados a partir da estrema dos terrenos aos quais tenham sido aplicadas aquelas medidas;
- Conste de plano de pormenor, plano de urbanização ou outro instrumento eficaz de ordenamento do território equivalente, sendo os limites aqueles que ali constarem.

A delimitação das zonas de proteção, uma zona de 100 m de largura em torno dos edifícios escolares, é da responsabilidade da autarquia, em planta à escala adequada. Sem prejuízo da zona de proteção definida, pode ser definida uma zona de proteção de dimensão diferente, em sede de plano municipal de ordenamento do território.

A Carta Educativa do concelho da Ribeira Grande, aprovada em outubro de 2016, refere a existência de 23 edifícios escolares. Na definição das prioridades e investimentos na educação, considerando a recente reformulação da rede escolar, não se prevê a construção de novos edifícios. Contudo, e nesse âmbito, é considerada a necessidade premente de se investir na reparação e beneficiação dos edifícios escolares do Concelho.

Na Planta de Condicionantes serão identificados os estabelecimentos de ensino existentes no Concelho.

11.4.2 Turismo em espaço rural

De acordo com o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, que apresenta o regime jurídico dos empreendimentos turísticos, os empreendimentos de turismo

no espaço rural (TER) e os empreendimentos de turismo de habitação (TH) localizados ou a implantar, considerando-se a partir da aprovação do projeto de arquitetura, em solo rústico beneficiam de uma zona de proteção de 100 metros, constituindo assim uma servidão administrativa.

Atualmente, no concelho da Ribeira Grande, identificam-se 4 empreendimentos de TER - “A Quinta”, na rua do Peixoto/Rabo de Peixe; a “Quinta do Pico do Refúgio”, nas Areias de Rabo de Peixe; a “Herdade de N.^a Sr.^a das Graças”, no Estaleiro/Lomba da Maia; e a “Quinta do Paraíso”, em Rabo de Peixe.

Na Planta de Condicionantes será identificada a localização dos TER existentes no concelho da Ribeira Grande.

11.4.3 Produtos explosivos

A constituição de servidões relativas a Produtos Explosivos segue o regime previsto no Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2003, de 2 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio.

Neste âmbito é regulamentada a “zonas de segurança” de estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos e as respetivas restrições. Importa referir que o titular de um estabelecimento deve ser proprietário dos terrenos que integram a zona de segurança ou ser seu possuidor, mediante contrato reduzido a escrito, celebrado com o respetivo proprietário, que lhe permita observar as restrições legais.

Na Ribeira Grande identificam-se 4 estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos pertencentes às seguintes empresas: Herdeiros de Agostinho Ferreira Medeiros, Lda; Marques Britas, S.A.; Pirotecnia Oleirense – Fogos de Artifício, Lda; Tecnovia Açores Sociedade de Empreitadas, S.A.

OS estabelecimentos, onde se realizam atividades perigosas, serão identificados na Planta de Condicionantes.

11.5 Cartografia e planeamento

11.5.1 Marcos geodésicos

A constituição de servidões relativas à sinalização geodésica e cadastral – vértices ou marcos geodésicos – segue o regime previsto pelo Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril. A servidão é instituída a partir da construção dos marcos.

Os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. Contudo, a extensão desta zona de proteção terá, no mínimo, um raio de 15 m. Como não é viável demarcar as zonas de proteção à escala do Plano, na Planta de Condicionantes é indicada apenas a sua localização.

CAPÍTULO II |

DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

12. Reflexão e diagnóstico prospetivo

12.1 O contexto de desenvolvimento dos Açores

A reflexão sobre as características do concelho da Ribeira Grande, juntamente com as suas virtudes e problemas, deve ser enquadrada no contexto regional. Esta análise é ainda mais preponderante no contexto insular, onde um conjunto de fatores geográficos, condicionam o desenvolvimento regional.

O arquipélago dos Açores possui, historicamente, um papel geopolítico e geoestratégico muito importante, como centro logístico de transportes e comunicações e como polo de disseminação da presença portuguesa no mundo. Este papel esbateu-se com a globalização e fizeram-se notar, com maior intensidade, os bloqueios ao desenvolvimento decorrentes da situação ultraperiférica da Região Autónoma dos Açores (RAA), que conduziram a um atraso estrutural reconhecido pela União Europeia (anexo ao Tratado de Maastricht, 1992).

Desde 1983, ano em que os Açores ocupavam a última posição no tabuleiro das regiões europeias dos então 15 estados membros (39% da média do PIB per capita), que a Região tem vindo a convergir económica e socialmente. Hoje, os Açores estão classificados como uma Região em transição, ocupando já uma posição intermédia no quadro das 7 regiões portuguesas. As relações com a sua diáspora (particularmente dos Estados Unidos da América e Canadá) e as relações de cooperação territorial e socioeconómica com as regiões do Atlântico Sul e a Região da Macaronésia, em particular, têm igualmente contribuído para o desenvolvimento da Região.

É, contudo, e a exemplo de outras regiões portuguesas, um território frágil e exposto as dinâmicas económicas externas, sofrendo os impactos das crises e problemas mundiais que afetam o sistema económico-financeiro. Exemplo concreto e recente, destaca-se a crise económica que afetou a economia nacional e veio refrear o processo de ajustamento da economia regional, trazendo consigo quebras na produtividade e o aumento do desemprego, este último com grande expressão em 2010 e 2011. Nos anos subsequentes, assistiu-se a uma rápida retoma económica e social, e a melhoria do processo de desenvolvimento, muito alicerçada no turismo e na requalificação urbana, mas abruptamente interrompida aos primeiros sinais da pandemia da Covid-19 no ano de 2020, bem como na sequência da crise económica internacional potenciada pelo conflito militar na Ucrânia. Daqui resulta custos sociais relevantes que têm levado tanto o governo regional como as autarquias locais a mobilizar esforços para apoiar os setores da sociedade mais desprotegidos e desfavorecidos.

Tendo presente a história recente, no que diz respeito à sua exposição económica, é fundamental olhar para a condição e os recursos endógenos da região. A riqueza proporcionada pelo mar e as condições agroecológicas singulares levam a que as fileiras agrícolas e as pescas sejam domínios especializados da economia açoriana. O sector agroflorestal e a indústria transformadora são motores da economia regional. Os Açores possuem excelentes condições para a produção

pecuária extensiva, o que levou, nas últimas décadas, ao desenvolvimento das fileiras do leite e da carne, com um crescimento continuado dos níveis de produção e o aumento das quotas de mercado, resultado dos fortes investimentos na modernização e reestruturação da estrutura produtiva. Também as pescas são um setor de especialização tradicional. Com valores médios de descargas em lota da ordem das 13-15 mil toneladas por ano, esta atividade proporciona ocupação a cerca de 3.500 trabalhadores, a que se juntam cerca de um milhar de trabalhadores da indústria de transformação (com destaque para a conserveira) e ligados à comercialização e ao transporte do pescado e produtos transformados.

O setor do turismo, que ao longo dos últimos anos tem se afirmado como o motor económico da região e com capacidade para atrair investimento, é uma atividade exportadora capaz de gerar riqueza e emprego e de dinamizar um conjunto de atividades económicas complementares. Os Açores possuem mar e um património natural, paisagístico e cultural único, que constituem a sua marca distintiva no mercado turístico, sendo hoje um destino reconhecido internacionalmente, nomeadamente ao nível do turismo de natureza e cultural, do turismo rural, do turismo náutico e dos cruzeiros, e do surf. Não obstante, ainda existem carências ao nível das infraestruturas e serviços turísticos e sente-se com intensidade os efeitos da sazonalidade. O património natural e cultural é, portanto, o principal recurso turístico que urge valorizar. O aumento progressivo das áreas protegidas e a obtenção de um conjunto de certificações internacionais demonstram o nível de qualidade ambiental e paisagística que os Açores alcançam a nível nacional e internacional.

Não obstante o salto qualitativo no patamar de desenvolvimento que a RAA operou nas últimas décadas (nomeadamente ao nível das acessibilidades e transportes e dotação de infraestruturas, equipamentos e serviços) e o aumento da população com atividade económica na Região (42,0% em 2001, e 46,6% em 2011), ainda subsistem problemas estruturais que devem ser combatidos, como: (i) o quadro demográfico desfavorável da Região (entre 2011 e 2021 a população diminuiu 2%; (ii) as assimetrias dentro da própria Região; (iii) as desigualdades e a pobreza agravadas pela crise (refletida no aumento do número de beneficiários do rendimento social de inserção); (iv) o desemprego (taxa de 17% em 2013); (v) o poder de compra per capita inferior à média nacional (82,35); (vi) os baixos níveis de educação, qualificação e formação da população (área onde tem sido feito um grande investimento) e o abandono escolar precoce; (vii) a fragilidade do tecido empresarial, constituído sobretudo por empresas de pequena e muito pequena dimensão; (viii) e a dinâmica empreendedora reduzida.

12.2 Ribeira Grande: a situação atual e os grandes desafios

12.2.1 Análise SWOT

A análise SWOT (Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities), Ameaças (Threats)) permite uma fácil identificação dos pontos fortes atuais, que poderão ser os seus motores de evolução, das áreas de melhoria, para as quais devem ser desenhadas estratégias

específicas, das oportunidades, que refletem as influências externas positivas que importa aproveitar, e das ameaças, que importa conhecer em profundidade e que se pretendem prevenir.

A análise cruzada das quatro áreas acima apresentadas permitirá obter algumas orientações complementares como as potencialidades, os constrangimentos, as vulnerabilidades e os principais problemas do território.

É de ressaltar que a análise SWOT é uma ferramenta simplificada que permite sintetizar algumas conclusões com base na caracterização e diagnóstico efetuado ao território. Nesta análise SWOT (Tabela 103) integram-se, pela sua pertinência, as conclusões dos estudos de caracterização do Programa estratégico e de desenvolvimento, e dos contributos obtidos nas reuniões de trabalho que envolveram a CMRG e o conjunto selecionado de *stakeholders*.

Tabela 103. Síntese da análise SWOT

Fonte: SPI, 2020

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Localização e relação com Ponta Delgada e Lagoa - Acessibilidades - Mar e Recursos hídricos - Recursos geológicos - Património natural e cultural - Qualidade ambiental - População jovem - Indústria transformadora - Fileira agropecuária do leite - Indústria da construção - Portos de pescas - Parque Industrial - Rede de equipamentos - Condições para uma oferta desportiva diversificada	- Desemprego - Taxa de analfabetismo e abandono escolar - Poder de compra - Setor terciário - Balança comercial - Êxodo da população jovem - Diminuição da população residente - Rede de saneamento - Ocupação da orla costeira - Perda de biodiversidade - Carências habitacionais - Desordenamento urbano e expansão linear - Desqualificação urbana e ambiental - Condições de mobilidade - Transporte coletivo - Cobertura de serviços sociais - Tecnologias de Informação e Comunicação
Oportunidades	Ameaças
- Fundos e financiamento estrutural comunitário - Estratégias setoriais regionais e locais - Planos de gestão ambiental - Investimento publico na qualificação urbana - Referência enquanto destino turístico - Investimento privado	- Fragilidade do sistema económico-financeiro - Instabilidade na política e comércio internacional - Dinâmica demográfica - Massificação turística - Exposição do mercado imobiliário local - Compromissos do atua modelo de ordenamento

Na tabela seguinte (Tabela 104) explicita-se as diferentes questões e os motivos porque se considera, cada uma, força, fraqueza, oportunidade e ameaça. Esta explicação é suporte das considerações e reflexões que nortearam a definição da estratégia de desenvolvimento da Ribeira Grande.

Tabela 104. Explicação da análise SWOT

Fonte: SPI, 2024

Pontos Fortes	Considerações
Localização e relação com Ponta Delgada e Lagoa	Único concelho que faz ligação territorial com os demais existentes na ilha; território charneira nas ligações territoriais, urbanas, económicas e sociais de toda a ilha, particularmente com Ponta Delgada e Lagoa. Esta posição geográfica permite ao concelho retirar dividendos em termos de fixação de atividades e população.
Acessibilidades	Rede de acessibilidades viárias modernizada (e.g. SCUT) e estruturante, que possibilita ligações rápidas e cómodas entre os principais equipamentos, infraestruturas e polos urbanos e económicos da ilha.
Mar e Recursos hídricos	O mar é uma importante fonte de recursos do concelho, sobretudo ao nível da pesca, mas possui um grande potencial para o desenvolvimento de outras atividades. O concelho possui recursos hídricos de qualidade e diversificados, embora atualmente ameaçados pelos usos do solo e atividades poluentes.
Recursos geológicos	O concelho da Ribeira Grande dispõe de um grande aproveitamento dos seus recursos geológicos, nomeadamente das massas minerais e da geotermia. No primeiro caso, é rico em matérias-primas minerais (e.g. cascalho, pedra, tufo, areia) e um dos principais abastecedores da indústria de construção da Ilha de São Miguel, atividade que concentra muitas empresas e gera emprego. No segundo caso, a geotermia é aplicada exclusivamente na produção de eletricidade pela EDA Renováveis. A aplicação do fluido geotérmico para aquecimento de água e calor, em estudo, pode vir a tornar-se numa mais-valia económica do concelho.
Património natural e cultural	O concelho dispõe de um património natural e cultural de valor incalculável, expresso no conjunto notável e diversificado de áreas e elementos naturais classificados, nas paisagens naturais e culturais singulares, no património arquitetónico classificado, na história e nas tradições e nas variadas atividades culturais e recreativas.
Qualidade ambiental	Intimamente ligado ao património natural, há a destacar os indicadores positivos relativamente à qualidade do ar e ao reduzido impacto do volume do ruído existente. A qualidade da água tem vindo, progressivamente, a sofrer melhorias significativas, nomeadamente aquela destinada a consumo e usufruto humano.
População jovem	É o terceiro concelho mais populoso da RAA e o segundo da Ilha. Comparado com alguns dos concelhos mais relevantes da NUT II da RAA, o concelho da Ribeira Grande foi aquele que registou, à exceção da Madalena, um decréscimo populacional menos acentuado entre 2011 e 2021 (-2,3%). Segundo os Censos de 2021 é o concelho mais jovem do país. A juventude da população constitui uma vantagem competitiva relativamente aos outros concelhos.

Indústria transformadora	A indústria transformadora do concelho da Ribeira Grande é a que mais contribui para o VAB do setor secundário da RAA. A aliança com a produção de qualidade do setor primário faz com que as indústrias transformadoras do concelho sejam competitivas e exportem os seus produtos para mercados externos como o da União Europeia.
Fileira agropecuária do leite	O concelho da Ribeira Grande, em linha com a Região, apostou fortemente na exploração agropecuária, associada à forte industrialização do setor leiteiro (com particular incidência no concelho). Possui bacias leiteiras de grande potencial produtivo. É na Ribeira Grande que se encontra instalada a Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel, uma organização representativa do setor e com um elevado número de trabalhadores (270).
Indústria da construção	Não obstante as dificuldades criadas pela crise económica e financeira, a construção é uma das atividades mais fortes do concelho. De todos os outros concelhos da Região, o da Ribeira Grande é aquele que possuiu as maiores empresas e dispõe dos produtos com preços mais competitivos para a construção.
Portos de pescas	O concelho possui uma costa extensa e infraestruturas portuárias com boas condições para a recolha do pescado, sua venda e transformação. A vila de Rabo de Peixe possui, neste momento, um dos melhores portos de pesca dos Açores o que evidencia uma clara aposta na competitividade das empresas piscícolas do concelho. Também os portos de pescas de Porto Formoso e da Maia permitem a atividade piscatória e, associadas, outras atividades como o lazer e a restauração.
Parque Industrial	A cidade e concelho da Ribeira Grande dispõem do primeiro parque industrial formado na ilha, que contribui para a redução da dispersão territorial das indústrias, assim como valorização económica das atividades através do efeito de cluster.
Áreas de acolhimento empresarial	A cidade e concelho da Ribeira Grande dispõem de várias áreas de acolhimento empresarial. Destas, merece destaque a zona empresarial da Lomba do Cavalo situada numa zona central da Ilha de São Miguel, com acessibilidades de qualidade, espaço disponível para ocupação industrial/empresarial e preços de terrenos competitivos, pelo que a mesma constitui uma importante vantagem económica e empresarial do concelho.
Rede de equipamentos	O concelho dispõe de uma vasta rede de equipamentos distribuídos pelas localidades em domínios chave como o social, o ensino, o desporto e a cultura, que constituem um elemento de coesão social que contribui para a qualidade de vida da população ribeirão-grandense.
Condições para uma oferta desportiva diversificada	O concelho da Ribeira Grande possui condições de excelência e as infraestruturas necessárias para a prática de diversas modalidades desportivas e para a organização de importantes eventos desportivos. Para além das tradicionais modalidades de campo e pavilhão, há ainda a destacar o surf, o atletismo e o rali, sendo estas modalidades com grande margem de progressão e atratividade no concelho.

Pontos Fracos	Considerações
Desemprego	Apesar da diminuição pouco significativa da população ativa no concelho registado entre 2011 e 2021, o concelho de Ribeira Grande, neste mesmo período, é o que regista a taxa de desemprego de (9,2%), facto essencialmente ligado à exposição da economia local ao mercado externo, à forte recessão na construção, um dos setores económicos mais importantes do concelho.
Taxa de analfabetismo e abandono escolar	O concelho detém uma das taxas de analfabetismo e abandono escolar mais altas da RAA. Este facto evidencia fragilidades comparativamente com outros concelhos que detêm uma população ativa com mais literacia, logo mais apta.
Poder de compra	Ao nível do indicador <i>per capita</i> do Poder de Compra, o concelho da Ribeira Grande, com 73,02 (2021), encontra-se muito abaixo do valor padrão nacional (100) e também da média de referência da RAA (87,37).
Setor terciário	O concelho não possuiu um setor de serviços muito produtivo, aliás, é um setor relativamente pequeno para a sua dimensão e capacidade económica.
Balança Comercial	Desde o ano de 2013 que o valor das importações supera o valor das exportações no concelho da Ribeira Grande, um comportamento em linha com o observado na Região. No ano de 2022, a balança comercial registou um saldo negativo de cerca de 18 milhões de euros, sendo notória a necessidade de refletir estrategicamente para o reverter da tendência.
Êxodo dos jovens	As freguesias rurais do concelho estão a perder população jovem para os centros urbanos, o que fragiliza, ainda mais, a economia destes locais e aprofunda as assimetrias.
Rede de drenagem de águas residuais	O concelho da Ribeira Grande apresenta lacunas ao nível da sua rede de drenagem de águas residuais, sendo que parte desta rede encontra-se por executar (retirando as freguesias da Maia e Rabo de Peixe, o concelho apresenta um saneamento antigo e deficitário).
Ocupação da orla costeira	A orla costeira do concelho deveria ser um dos pontos mais fortes, contudo, a sua ocupação por construção precária e historicamente voltada de costas para o mar deu origem a fenómenos e focos de desqualificação territorial. O abandono a que foram votados alguns dos elementos notáveis (e.g. moinhos, Porto de Santa Iria) também contribuiu para esta desqualificação. Ao longo dos últimos anos têm sido feitos esforços para reduzir estas situações, com inúmeras demolições levadas a cabo.
Perda de biodiversidade	O aproveitamento e exploração dos recursos naturais, nomeadamente com a extensão das áreas de pastagens e exploração agroflorestal, bem como a proliferação de espécies exóticas e infestantes, tem contribuído para a redução da biodiversidade no concelho.
Carências habitacionais	O levantamento das condições e necessidades habitacionais da população mais desfavorecida residente no concelho da Ribeira Grande demonstrou diversas situações carências habitacionais, com maior incidência nas freguesias de Rabo de Peixe e Ribeirinha.

Desordenamento urbano e expansão linear	O concelho apresenta focos de desordenamento urbano e tendências para a expansão urbana linear que rompem com o tradicional e equilibrado modelo de povoamento e geram focos de conflitos ao nível dos usos e insustentabilidade na gestão das infraestruturas e equipamentos.
Desqualificação urbana e ambiental	Os principais aglomerados urbanos do concelho sofrem de problemas de ordenamento e de manutenção e qualidade do tecido edificado e do espaço público que contribuem para uma imagem, em alguns pontos, bastante desqualificada do ponto de vista da qualidade urbana e ambiental.
Condições de mobilidade	Não obstante as boas acessibilidades, as condições da rede viária local e as próprias características geométricas dos traçados dificultam a mobilidade urbana.
Transporte coletivo	Em 2021 apenas cerca de 8% da população do concelho utilizava o autocarro nas suas deslocações diárias, o que demonstra a baixa utilização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual.
Tecnologias de Informação e Comunicação	O acesso e utilização por parte do tecido empresarial do concelho das novas tecnológicas de informação e comunicação ainda são pouco relevantes.
Oportunidades	Considerações
Fundos e financiamento estrutural comunitário	As oportunidades conferidas pelas várias linhas de financiamento comunitário, onde o município tem demonstrado uma taxa de execução assinalável, configuram uma oportunidade para a modernização da economia do concelho e criação de emprego, para uma maior inclusão social, para a requalificação urbana e ambiental, para o uso sustentável dos recursos, e para a melhoria das condições de mobilidade e de eficiência energética.
Estratégias setoriais regionais e locais	As estratégias de desenvolvimento para os mais diversos setores são oportunidades que vão além da visão estratégica definida para o horizonte de execução do PDM. São respostas oportunas a desafios concretos, muitas vezes com ações e investimentos específicos, que quando surgem devem ser aproveitadas e potenciadas pelo município.
Planos de gestão ambiental	O concelho da Ribeira Grande dispõe de uma vasta área ambiental sensível e que importa salvaguardar e valorizar. Neste âmbito, o surgimento de planos que apontam as diretrizes e o melhor caminho para a sua gestão, são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho e proteção do seu território.
Investimento público na qualificação urbana	O aproveitamento dos fundos estruturais para a qualificação e requalificação urbana são a chave para a valorização do património e parque edificado. As intervenções em espaço público e apoios à requalificação de edifícios públicos e privados promovem a atratividade do território, dinamizam a economia e atraem novos investimentos no concelho.
Referência enquanto destino turístico	Aproveitando a dinâmica turística e o foco no panorama internacional a nível turístico, potenciado pela abertura do espaço aéreo açoriano a companhias áreas comerciais internacionais, o concelho da Ribeira Grande tem procurado posicionar-se quanto concelho turístico de excelência. Assim, deve ser dado o enquadramento e as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do setor e das atividades de animação turísticas associadas.

Investimento privado	A abertura do espaço aéreo da Região tem possibilitado uma maior mobilidade e fluxo de pessoas para os Açores e dos Açores para o exterior. A intensificação deste fluxo tem contribuído e pode continuar a ser um fator potenciador do investimento privado em áreas fulcrais da economia regional.
Ameaças	Considerações
Fragilidade do sistema económico-financeiro	A instabilidade dos mercados financeiros globais condiciona o desenvolvimento da atividade económica local. Os exemplos recentes da crise económica da Europa e Portugal, e atualmente da pandemia, demonstram que o âmbito local é fortemente abalado pela conjuntura global, expondo um conjunto de fragilidades às estratégias de desenvolvimento.
Instabilidade na política e comércio internacional	A instabilidade da política internacional pode produzir consequências graves para a atividade transformadora no concelho e para o equilíbrio da sua balança comercial. O exemplo é o caso recente de embargo à exportação de produtos para a Rússia. Uma parte significativa do setor transformador do concelho da Ribeira Grande exporta para o mercado russo, principalmente, laticínios e pescado.
Dinâmica demográfica	Existem um conjunto de fatores socioeconómicos externos que podem condicionar as dinâmicas demográficas do concelho. A oscilação nos indicadores populacionais para além do projetado, poderá condicionar ações e investimentos programados na vigência dos Planos e, nesse sentido, devem ser consideradas.
Massificação turística	A promoção da região e o aumento do fluxo turístico pode conduzir a uma pressão para a reorientação dos investimentos turísticos desproporcionada e desajustada, prejudicando a imagem de grande qualidade ambiental e paisagística que o destino Açores oferece, precisamente o seu fator distintivo.
Exposição do mercado imobiliário local	A exemplo do que se tem verificado em outras cidades portuguesas, a atratividade turística, o surgimento de novos fluxos populacionais e a abertura ao mercado externo, com pudes económico bastante superior ao português, provoca uma maior inflação do custo da habitação. Esta exposição do mercado imobiliário ao investimento externo deve ser considerada e mitigada, para não aumentar as assimetrias e dificuldades sociais da população residente.
Compromissos do atual modelo de ordenamento	A revisão do modelo de ordenamento está condicionada, à partida, pelos compromissos assumidos pelo plano em vigor, resultando, em grande parte, das opções executadas durante a sua vigência. Nesse sentido, algumas opções que se possam considerar relevantes para a melhoria do ordenamento do território terão de considerar as condições atuais, o que poderá ser antítese das melhores práticas atuais que se pretende implementar.

12.2.2 Fatores para o desenvolvimento territorial

Com esta análise ao estado atual do desenvolvimento territorial da Ribeira Grande, e cientes que a próxima década trará novas ferramentas para a resolução dos problemas estruturais que ainda se colocam, será premente apresentar as linhas gerais que poderão definir a estratégia para o desenvolvimento estrutural e territorial da Ribeira Grande:

12.2.2.1 Um território diversificado, com identidade própria e uma posição central

O concelho de Ribeira Grande é o terceiro mais populoso de todo o arquipélago (apenas superado por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), contando com 31 414 habitantes. É o segundo maior em superfície na Ilha de São Miguel, ocupando uma superfície total de aproximadamente 180 km², só suplantado pelo concelho de Ponta Delgada, com uma superfície de cerca de 233 km².

Contrariando a tendência dos demais núcleos desenvolvidos da RAA, que se instalam nas costas meridionais, Ribeira Grande desenvolve-se na vertente norte ilha, ligando-se aos restantes concelhos através de uma rede de acessibilidades viárias renovada e estruturante, com destaque para o Eixo Nascente que liga a Ribeira Grande ao Nordeste, e para o Eixo Norte-Sul que liga diretamente a Ribeira Grande ao concelho e cidade da Lagoa e ao concelho e cidade de Ponta Delgada.

Os investimentos na rede rodoviária sem custos para o utilizador (SCUT) reforçaram o seu papel estratégico e central, conferindo à Ribeira Grande uma acessibilidade privilegiada, que hoje lhe permite uma articulação muito eficiente com os concelhos vizinhos e os principais centros urbanos da Ilha de São Miguel. A cidade da Ribeira Grande, sede do concelho, dista cerca de 22,7 km de Ponta Delgada e cerca de 14 km de Lagoa, com tempos aproximados de deslocação, através destas novas vias, de 25 e 17 minutos, respetivamente

A localização da Ribeira Grande é de tal forma central e importante no contexto da ilha de São Miguel, que este é o único concelho que tem uma ligação territorial com os demais existentes na ilha, sendo, portanto, um território charneira nas ligações físicas e funcionais de toda a ilha. Esta sua localização geoestratégica permite que o concelho seja hoje um território chave de distribuição e de mobilidade de pessoas, bens e serviços, usualmente denominado como a 'capital norte' da ilha de São Miguel.

Todavia, enquanto as acessibilidades reforçam o papel dos principais polos urbanos e industriais do concelho, também expõe outras localidades a um maior isolamento e esvaziamento. Como referem os Estudos de Revisão do PDM, "ao reforço da centralidade dos centros urbanos do concelho com maior pujança, contrapõe-se simultaneamente uma maior excentricidade das localidades mais rurais, sobretudo na zona nascente" do concelho.

O concelho é caracterizado por três zonas territoriais com características muito próprias – zona nascente, zona cento-cidade e zona poente (Figura 99). Esta organização é fruto da necessidade

de adequação da população ao território e de retirar do mesmo os recursos indispensáveis para a sua subsistência e para o desenvolvimento das atividades económicas. A concentração urbana, populacional e industrial é muito superior nas zonas poente e centro-cidade, contrariamente à zona nascente, mais rural e com menor expressão populacional.

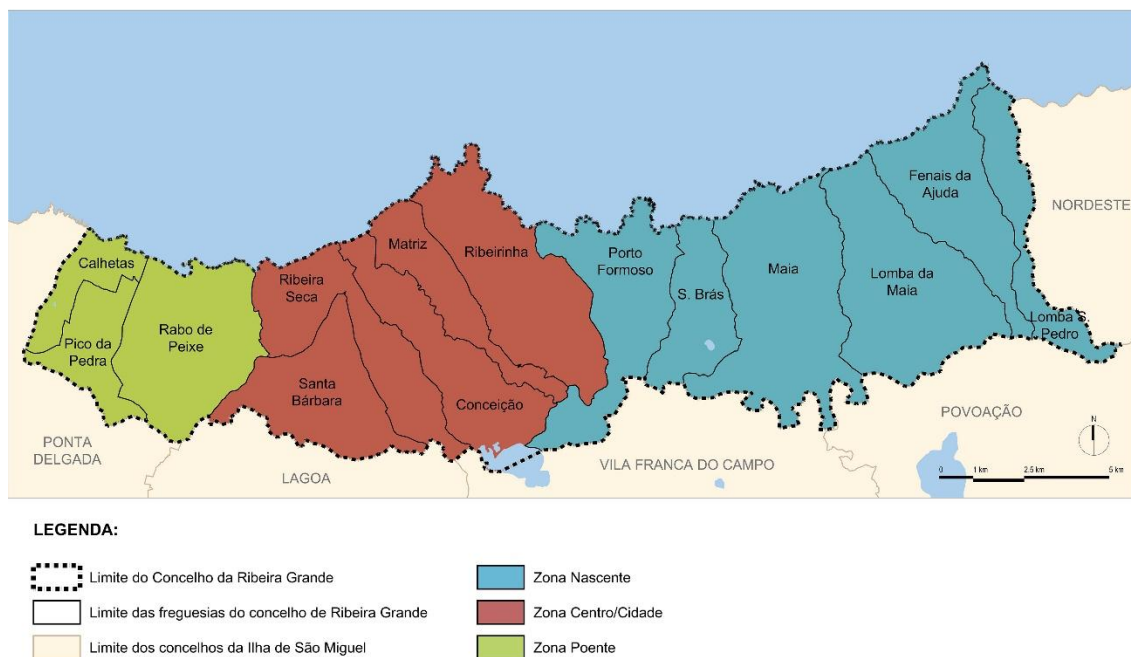


Figura 99. As diferentes zonas do concelho da Ribeira Grande

Fonte: PEDC, 2014

O relevo é mais acidentado a sul e este do concelho, o que condicionou a ocupação do território e o desenvolvimento das atividades económicas. O acesso à água doce é também outro fator que condicionou e continua a condicionar o desenvolvimento. As bacias hidrográficas das lagoas do Fogo e de São Brás são elementos muito importantes para o abastecimento de água às populações e para a irrigação dos campos agrícolas.

Estes são apenas alguns dos vetores, importantes, que identificam e caracterizam o território da Ribeira Grande, um território com uma posição de charneira na ilha de São Miguel, que estabelece ligações territoriais com todos os outros concelhos da ilha e que possui com Ponta Delgada e Lagoa relações territoriais, urbanas, económicas e sociais muito fortes. Este 'triângulo urbano' constitui o principal motor da Ilha e da RAA (Figura 100). Não se encontra, no conjunto do arquipélago, um subsistema urbano tão forte como este, quer em concentração de população, quer em concentração de funções e atividades. Com papéis e vocações distintas, Ponta Delgada tende a afirmar-se como o principal centro institucional, de ensino e de serviços da Região, tendo Lagoa como centro complementar, ao passo que a Ribeira Grande se distingue por uma economia mais equilibrada e diversificada, fortemente alavancada pelo seu tecido industrial, a principal fonte de produção de riqueza do concelho.

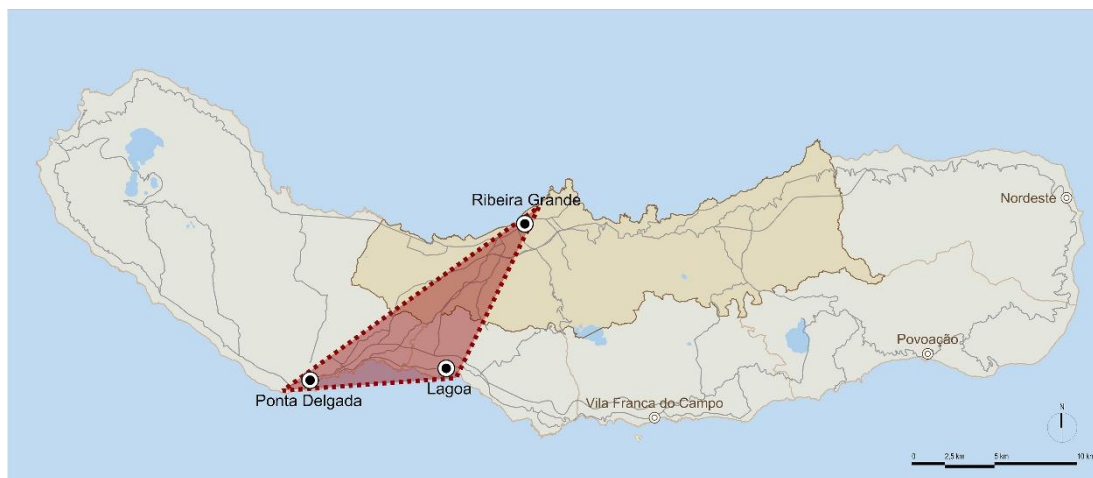


Figura 100. “Triângulo urbano” formado pela Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa

Fonte: PEDC, 2014

Com este forte relacionamento territorial, intensificado com a melhoria substancial das condições de acessibilidade e de mobilidade das pessoas e bens na ilha, é expetável que, no futuro, este subsistema urbano continue a gerar forças centrípetas muito fortes que levem a concentrar neste setor da ilha o grosso da população e das atividades sociais, culturais e económicas.

Será, portanto, fundamental, encontrar soluções que controlem e corrijam as assimetrias territoriais, para que o espaço rural não perca protagonismo, sobretudo num território onde o setor primário e as atividades tradicionais sempre tiveram uma grande importância e fazem parte da matriz identitária da região.

12.2.2.2 Modernizar a economia, inovar e qualificar os recursos humanos

O concelho da Ribeira Grande concentra uma parte muito significativa dos recursos naturais, humanos, socioeconómicos e culturais da ilha de São Miguel e da própria Região. O mar e os recursos hídricos, as matérias-primas minerais e o vasto património natural e cultural testemunham esta riqueza. A dinâmica demográfica positiva, a população jovem, o tecido produtivo diversificado, o poderio da indústria transformadora e a atividade agropecuária, são outras vantagens competitivas para o desenvolvimento do concelho.

Todavia, não só de fatores e tendências positivas vive o concelho. Tal como na Região, também aqui se fazem notar, com maior ou menor intensidade, os problemas estruturais que afetam a economia regional. As taxas elevadas de desemprego, de analfabetismo e de abandono escolar, e o baixo poder de compra, demonstram uma outra realidade, uma economia que enfrenta constrangimentos e que não consegue distribuir de uma forma equilibrada a riqueza produzida.

O concelho da Ribeira Grande apresenta uma boa representatividade dos três setores da economia. Se o setor terciário é o que possui o maior número de empresas e de empregados, é o

setor secundário que concentra a maior parte do volume de negócios e que produz mais riqueza e valor acrescentado. Como os números demonstram, a indústria transformadora do concelho é o grande pilar da economia concelhia e a que mais contribui para o VAB do setor secundário da RAA. Não menosprezando o papel da indústria extrativa e da construção no concelho, esta última fortemente afetada pela crise económica dos últimos anos, é a aliança com a qualidade da produção do setor primário que torna a indústria transformadora muito forte no concelho da Ribeira Grande.

A aposta verificada nos últimos anos, em linha com a Região, no setor agropecuário, associada à forte industrialização do setor leiteiro, traduzida no concelho no estabelecimento das principais indústrias transformadoras do setor, tornam a fileira agropecuária do leite, indiscutivelmente, um dos principais pilares de desenvolvimento económico do concelho, envolvendo a maioria dos ativos do setor primário e do tecido industrial transformador.

Acresce a existência de bacias leiteiras com grande potencial de desenvolvimento (Maia e Lomba da Maia) e a localização no concelho da Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel (que possui um centro de exposições regional e uma fábrica de rações para as vacas leiteiras, que cobre mais de 60% do consumo da ilha de São Miguel), o que espelha a importância da Ribeira Grande neste domínio. Também aqui existem constrangimentos, como as dificuldades de abastecimento de água e energia às explorações. As bacias leiteiras da Maia e da Lomba da Maia são das melhores dos Açores (140 produtores e 80 milhões de litros de produção anual) e têm as piores condições de abastecimento de água. Para que a atividade e a produção sejam potenciadas, é necessário investir nestas infraestruturas, conjuntamente com o IROA, S.A., nas áreas sob sua tutela.

Tendo em conta a importância deste setor para a economia ribeira-grandense, será importante, igualmente, criar no concelho uma escola de formação agrária, que permita lançar novos agricultores. Existe ainda margem para o surgimento de novos empreendedores em áreas como a horticultura, a agricultura biológica, as pequenas queijarias nas produções de leite, os produtos gourmet e o agroturismo, pelo que, esta escola, poderá desempenhar um importante papel na diversificação e consolidação deste setor.

Outro pilar económico do concelho é a pesca e a indústria de transformação do pescado. Os investimentos recentes na modernização do Porto de Pesca de Rabo de Peixe, um dos mais importantes da Região, e a presença no concelho das empresas mais representativas ao nível da transformação e do comércio grossista ligado ao setor, testemunham a importância desta fileira. Já os serviços e o turismo apresentam níveis débeis de desenvolvimento, mas que, no futuro, fazendo prevalecer a qualidade urbana e ambiental, poderão vir a observar um incremento qualitativo.

Ainda no setor primário, há que destacar a produção de hortícolas, particularmente na freguesia de Rabo de Peixe, um dos locais de produção e abastecimento mais bem-sucedidos a nível regional. Também aqui, com a modernização da produção, existe margem de desenvolvimento, que permite ir ao encontro de um objetivo estratégico para o futuro, de procurar, através da produção interna, substituir a importação destes produtos. Ao nível da produção de carne também existe margem de desenvolvimento, sendo necessário investir em parques de acabamento, localizados junto aos matadouros, de forma a trabalhar eficazmente a homogeneização da carne.

O novo ciclo de programação dos fundos comunitários e a Visão Açores 2020 constante do PO dos Açores, descrita no ponto anterior, revela-nos a importância que é dada ao combate aos problemas estruturais que afetam a economia e o investimento forte que se pretende na modernização do tecido económico e empresarial da Região, tanto ao nível dos processos produtivos, como na inovação dos produtos e qualificação dos recursos humanos.

Um concelho que pretende modernizar a sua economia precisa de população em idade ativa, jovem e qualificada, uma condição para o surgimento de novas funções e diversificação das atividades. População jovem existe no concelho, como já abordado, a questão principal estará na sua qualificação, não obstante o esforço muito significativo que tem vindo a ser feito, quer na melhoria das infraestruturas e equipamentos, quer no combate ao abandono escolar precoce, quer ainda na aposta na formação profissional.

No caso da Ribeira Grande, será importante alinhar essa qualificação com as necessidades e com o perfil da economia ribeira-grandense, para que a dinâmica demográfica positiva que o concelho regista e a juventude da sua população não se transfira para outros territórios e para que os profissionais qualificados possam ajudar a desenvolver os setores económicos estratégicos para o concelho. Este alinhamento com a realidade e as necessidades específicas geradas pelo tecido económico é muito importante no quadro de uma estratégia de combate ao desemprego. Também relevante será definir um programa de requalificação para os trabalhadores dos setores da economia local particularmente afetados pela crise (e.g. construção civil), atualmente desempregados, que, devidamente reorientados, podem vir a desempenhar funções noutras áreas da economia local ribeira-grandense.

A estrutura económica da Ribeira Grande sofreu, naturalmente, o impacto da crise económica, particularmente em setores sensíveis como o da construção civil, com grande representatividade no concelho. Não obstante, a sua economia demonstra uma significativa capacidade de resiliência, com setores que investem na procura de mercados externos para o escoamento dos seus produtos. De acordo com os dados do INE, a última vez que a balança comercial foi positiva remonta a 2013, tendo vindo desde então a acompanhar a tendência da Região, com as importações de bens e serviços a superarem as exportações. Com isto, não se deve perder de vista, que, ao nível dos setores de atividade tradicionais do concelho, a tradição e o saber não

serão suficientes para competir num mundo globalizado se não forem acompanhados de um esforço de inovação dos processos, equipamentos e produtos.

A estratégia a prosseguir deve, por isso, assentar num conjunto de medidas e ações que, estruturadas de forma integrada, criem melhores condições para o funcionamento do tecido empresarial e produtivo do concelho e reforcem a sua orientação para os mercados externos, nomeadamente através de: qualificação dos recursos humanos; criação de centros de competências, investigação e inovação; melhoria dos modelos organizacionais e consolidação das redes de cooperação entre os agentes económicos; valorização dos produtos endógenos; produção de novos ou melhorados bens e serviços; novos processos de produção; estratégias de captação de investimento e de marketing; e melhoria das condições infraestruturais e locativas (apostar na aglomeração e na inserção na rede de acessibilidades e logística).

Também o aproveitamento da energia geotérmica, dado o peso da energia nos fatores de custo da produção, poderá, no futuro, constituir uma vantagem competitiva para a economia ribeirão-grandense. Os projetos que têm vindo a ser delineados pela EDA Renováveis, de instalação de uma rede de fornecimento do calor geotérmico a equipamentos e instalações de produção, como a INOVA, podem ser o primeiro passo de um projeto mais ambicioso, que transforme a energia geotérmica num importante aliado da atividade industrial e agrícola.

As medidas antes referidas, de relevante importância, não podem, porém, deixar de ser acompanhadas por um processo de valorização do território, que acrescente qualidade urbana, ambiental e paisagística à Ribeira Grande, tornando-o um território que ofereça melhores condições de vida aos seus habitantes e mais atrativo para a fixação de empresas e quadros qualificados, ou seja, um território que oferece uma boa qualidade de vida e que consegue, por esta via, competir com os seus congéneres.

12.2.2.3 Requalificação urbana e ambiental do território

O desordenamento e a desqualificação urbana não são bons indicadores de competitividade económica e de qualidade urbana e ambiental, devendo, portanto, merecer particular atenção. O concelho da Ribeira Grande apresenta focos de desordenamento urbano e tendências para a expansão urbana linearizada que rompem com o tradicional equilíbrio do modelo de povoamento, gerando problemas de conflitualidade de usos, de mobilidade e de gestão sustentável das infraestruturas e equipamentos, que se refletem, irremediavelmente, na performance económica do concelho e na qualidade de vida da sua população. Constituem, igualmente, uma ameaça para a preservação do património natural e paisagístico

Os problemas de desordenamento territorial e urbano trazem também consigo focos de desqualificação urbana. No concelho da Ribeira Grande são visíveis problemas ao nível da qualidade do edificado e do espaço público que fragilizam a imagem urbana de qualidade que o concelho pretende preservar. A imagem desqualificada não é, porém, um problema que afeta

somente os espaços urbanos, também os espaços rurais e naturais tendem a ser afetados por fenómenos que os descaracterizam. É na ocupação da faixa costeira que estes fenómenos assumem maior expressão, precisamente porque é aqui que a pressão urbana se faz sentir com maior intensidade, onde os sistemas naturais são seguramente mais frágeis e onde se encontram os maiores riscos para a ocupação urbana. Sendo este um ponto crítico, não pode ser esquecido o interior, na medida em que o período de difusão urbanística que caracterizou as últimas décadas, 'exportou' para as zonas mais interiores problemas de desqualificação que antes só se faziam notar no litoral, tradicionalmente a zona de ocupação urbana.

A estratégia de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande, para os próximos anos, não pode, assim, descurar um vetor prioritário de intervenção focado na requalificação urbana e ambiental do território, incluindo as questões das redes de águas residuais.

A orla costeira será provavelmente um espaço privilegiado de atuação, na medida em que é aqui que estão localizados os principais problemas e é aqui que reside uma das principais marcas distintivas do concelho, espelhada na beleza natural da sua costa e das suas praias e na presença dos seus aglomerados urbanos e do principal património cultural. Às medidas e ações tendentes à eliminação dos conjuntos edificados degradados e localizados em zonas de risco e à valorização paisagística e funcional da orla costeira, que permitam aproximar os cidadãos do mar, devem juntar-se medidas de valorização dos espaços de entrada nos aglomerados, de requalificação dos espaços públicos que constituem os centros cívicos destes aglomerados, e de reabilitação e refuncionalização do património edificado. Os problemas delicados de natureza social, urbanística e ambiental ao longo de uma extensa orla costeira e a necessidade de "voltar" a cidade para o mar, faz do processo de requalificação desta zona um dos grandes desafios do concelho.

Trata-se de intervenções estruturantes que não devem esgotar uma intervenção mais alargada de reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos. A Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico da Ribeira Grande, recentemente delimitada, que abrange a zona histórica da cidade abrangida pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização, pode constituir um primeiro passo de uma operação de reabilitação urbana de largo espectro, através do desenvolvimento da operação de reabilitação urbana enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana previsto na lei e pelo Programa de Incentivos antes referido.

Desta forma, as intervenções estruturantes e emblemáticas devem ser inscritas numa estratégia de reabilitação urbana integrada de médio prazo, que enquadre outras ações em domínios de intervenção relevantes, como a reabilitação do edificado e dos espaços exteriores, a requalificação de equipamentos, a modernização das atividades económicas urbanas (e.g. comércio de proximidade), a valorização do património construído, a dinamização cultural nos espaços urbanos, a eficiência energética (e.g. equipamentos públicos e iluminação pública) e o incremento da mobilidade suave. Também a questão do saneamento ambiental não pode ser esquecida. Como revelam os dados levantados, o concelho da Ribeira Grande denota insuficiências ao nível da

cobertura territorial da rede de águas residuais, que se reflete na qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Esta situação traz consigo problemas ambientais, mas também de qualidade urbana que necessitam de ser resolvidos.

Noutro âmbito, a presença de valores e elementos naturais e paisagísticos tão significativos no concelho também justifica a adoção de medidas que salvaguardem estes elementos de usos incompatíveis (valorizando os elementos paisagísticos distintivos), e que dinamizem a sua fruição de uma forma sustentável. Este património tem estado sujeito a fortes pressões, que conduziram progressivamente a uma perda de biodiversidade. Os fenómenos de expansão das pastagens e de proliferação das espécies exóticas e infestantes são as principais ameaças. A este nível, haverá espaço para o desenvolvimento de ações de salvaguarda dos elementos naturais e paisagísticos singulares, que, para além de assegurarem a manutenção destes valores, também podem ser fonte de criação de emprego, particularmente ao nível da erradicação das espécies infestantes e do desenvolvimento da floresta, sempre numa lógica associada à conservação dos habitats.

O concelho da Ribeira Grande possui valores e recursos diferenciados e um património cultural e natural único (história, monumentos, praias, serras) que, associados a uma localização privilegiada e às boas acessibilidades, lhe conferem um grande potencial de atratividade. No seu conjunto, estas medidas constituirão um primeiro impulso de um processo de regeneração urbana e ambiental que será exigente e necessariamente longo, mas que permitirá criar as condições para um território mais qualificado e de grande qualidade ambiental, condição para o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo.

Sobre o turismo, garantidas as condições que aumentem a atratividade territorial do concelho, haverá que investir nas estruturas e serviços essenciais para o desenvolvimento turístico do concelho, eventualmente em segmentos específicos (e.g. turismo de natureza, agroturismo, turismo ativo e associado a desportos radicais, como o surf). Um dado relevante será a exploração do património cultural singular da Ribeira Grande. O concelho possui um património arquitetónico único, um conjunto museológico municipal de relevo, um Centro de Arte Moderna Regional e um conjunto de atividades culturais que o transformam num verdadeiro polo cultural da Região. Estes valores, devidamente integrados, são uma mais-valia para a visitação e turismo no concelho, permitindo captar importantes fluxos turísticos, não esquecendo a diáspora açoriana, que tem aqui um local de exaltação dos valores identitários da Região e do concelho da Ribeira Grande.

Será através desta diferenciação que o concelho da Ribeira Grande poderá reforçar a captação de parte dos fluxos turísticos que anualmente (à exceção do período pandémico da COVID-19) têm sofrido um assinalável incremento, em virtude da forte aposta da Região em promoção turística e da abertura do espaço aéreo decorrida na última década, bem como do crescente interesse das rotas de cruzeiros.

Um dos mais recentes desafios prementes identificados no concelho da Ribeira Grande é a necessidade de eliminação das carências habitacionais que uma significativa franja populacional residente no concelho enfrenta. Tais carências habitacionais foram identificadas no mais recente instrumento de política de habitação de âmbito local, elaborado pelo Município – a Estratégia Local de Habitação do Município da Ribeira Grande. Neste instrumento, o diagnóstico do contexto socioeconómico e habitacional e o levantamento das carências e recursos habitacionais revela a existência de um balanço negativo, sendo, portanto, insuficientes os recursos existentes no concelho para fazer face às carências habitacionais identificadas. As condições em que vivem estes agregados habitacionais compreendem diferentes situações, nomeadamente insalubridade e insegurança, sobrelotação, precaridade e inadequação e concentram-se, em especial, nas freguesias de Rabo de Peixe e Ribeirinha.

CAPÍTULO III |

MODELO ESTRATÉGICO DE ORDENAMIENTO

13. Desenvolvimento estratégico

13.1 Visão e síntese da estratégia

A definição da estratégia de desenvolvimento para o concelho da Ribeira Grande e que servirá de suporte ao modelo estratégico e de ordenamento a preconizar no processo de revisão do PDM, resulta da caracterização, diagnóstico e reflexão prospetiva sobre o território, desenvolvida ao longo dos últimos anos. Este processo iniciou-se com o arranque dos estudos de caracterização no âmbito do processo de revisão do PDM e estendeu-se pelos trabalhos e estudos que decorreram paralelamente, nomeadamente:

- Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande 2014-2020;
- Plano Estratégico para o Turismo da Ribeira Grande 2015-2020;
- Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande;
- Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana da cidade da Ribeira Grande, da vila de Rabo de Peixe, da Ribeirinha e de Santa Bárbara;
- Estratégia Local de Habitação da Ribeira Grande;
- Plano Estratégico Ribeira Grande 2030;
- E outras estratégias regionais.

A Visão, que seguidamente se apresenta, baseia-se no definido no âmbito do Plano Estratégico 2030 e traduz uma perceção muito particular das especificidades e desafios que se colocam a este território, só possível de alcançar através dos contactos estabelecidos com o Município e com os vários agentes regionais e locais auscultados. Neste sentido, sintetiza um desígnio comum que permitirá canalizar os meios disponíveis para as áreas de atuação estratégicas e prioritárias para o concelho da Ribeira Grande.

Trata-se, portanto, de um fio condutor, onde se “amarram” os eixos estratégicos que deverão sustentar os projetos a realizar no âmbito da execução do PDM da Ribeira Grande. Estes eixos estratégicos, alicerçados em objetivos estratégicos que devem orientar a ação e traduzidos numa carteira concreta de projetos estruturantes, constituem, precisamente, uma resposta aos desafios que se colocam ao concelho da Ribeira Grande, identificados ao longo do diagnóstico, considerando a Visão para a Região e o conjunto de orientações e medidas que dela decorrem (Figura 101).



Figura 101. Níveis de definição da estratégia

Fonte: SPI, 2021

Do diagnóstico realizado ao concelho da Ribeira Grande identifica-se um território singular, de transformação e de criação de valor e que assume, por isso, uma particular relevância nas dinâmicas económicas e sociais no contexto da ilha de São Miguel.

Assim, o concelho da Ribeira Grande constitui-se como o principal polo da indústria transformadora dos Açores e tem uma pujante atividade agrícola; é o maior concelho exportador dos Açores; todos os concelhos da Ilha de S. Miguel confinam com a Ribeira Grande, e a sua articulação assenta em boas vias de comunicação; está a menos de 30 minutos de Ponta Delgada e de Lagoa, concelhos com os quais constitui um triângulo virtuoso de complementaridades; tem condições para o aproveitamento da energia geotérmica; tem um mar com características consideradas, a nível internacional, como particularmente favoráveis para a prática do surf; tem uma enorme diversidade de valores naturais, culturais e patrimoniais; tem inúmeros equipamentos de referência.

Gozando de uma localização privilegiada e central e de um território diversificado e com realidades contrastantes, será fundamental, no futuro, que o concelho da Ribeira Grande se continue a afirmar pelos valores e vocações que o distinguem e seja capaz de corrigir as assimetrias territoriais que as dinâmicas urbanas, económicas e populacionais tenderão a acentuar. No fundo, um território que mantenha a capacidade de se articular, física e funcionalmente, com todos os quadrantes da ilha, que preserve a sua matriz de ocupação e os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e culturais, e que continue a apostar na sua economia diversificada e na indústria transformadora.

O concelho da Ribeira Grande tem condições para se afirmar e ser valorizado por todos não apenas como um mero centro complementar de Ponta Delgada, mas como um centro, com vocações e valores próprias que importa consolidar e aprofundar, parceiro de Ponta Delgada e de Lagoa no que se constitui como a principal alavanca de desenvolvimento de S. Miguel e dos Açores.

Ribeira Grande: em 2030 um Concelho mais inclusivo, resiliente e conectado, que responde aos desafios da transição digital, climática e verde, com uma posição reforçada na Região

Assim se define a Visão que deverá nortear a intervenção do município e o trabalho de parceria com todas as instituições, empresas e outros atores.

Tendo presente que os recursos financeiros são reduzidos, será imprescindível uma acertada relação do conjunto limitado dos projetos estruturantes a desenvolver com real impacto no desenvolvimento territorial e económico e no bem-estar das populações. São de uma grande exigência os desafios que se colocam à Ribeira Grande para a concretização dos 8 projetos estruturantes que dão corpo aos 5 eixos estratégicos definidos:

- Eixo 1 – Apoiar as pessoas.
- Eixo 2 – Potenciar uma economia resiliente e inovadora.
- Eixo 3 – Promover a transição climática e verde.
- Eixo 4 – Reforçar a coesão e atratividade do território.
- Eixo 5 – Fomentar a cooperação e a cidadania.

A definição destes eixos estratégicos de intervenção e a configuração dos projetos estruturantes tiveram em conta: o aprofundado diagnóstico que foi realizado, a capacidade de potenciarem os pontos fortes do concelho e o quadro de oportunidades e de resolver ou minorar as principais debilidades e ameaças que se colocam para o cumprimento desta visão. Tiveram também em conta a perceção das tendências de desenvolvimento e a articulação dos eixos e projetos com os documentos que nortearão o próximo quadro de financiamento comunitário.

Estas intervenções visam resolver problemas ou pontos fracos resultado de tendências pesadas, assim como definir novos caminhos para o desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande, decorrente das suas características e valências. A calendarização e a prioridade dada à execução e implementação dos projetos poderão variar, face ao programado, em função de oportunidades de investimento que surjam e outras poderão vir a ser recalendarizadas em função dessas alterações.

Importa ter presente que a concretização desta Visão exige a envolvimento do corpo técnico e político do Município, numa organização que lhes permita identificar as parcerias estratégicas adequadas, e as formas de envolvimento permanente do Governo Regional, das instituições públicas e privadas, e das populações.

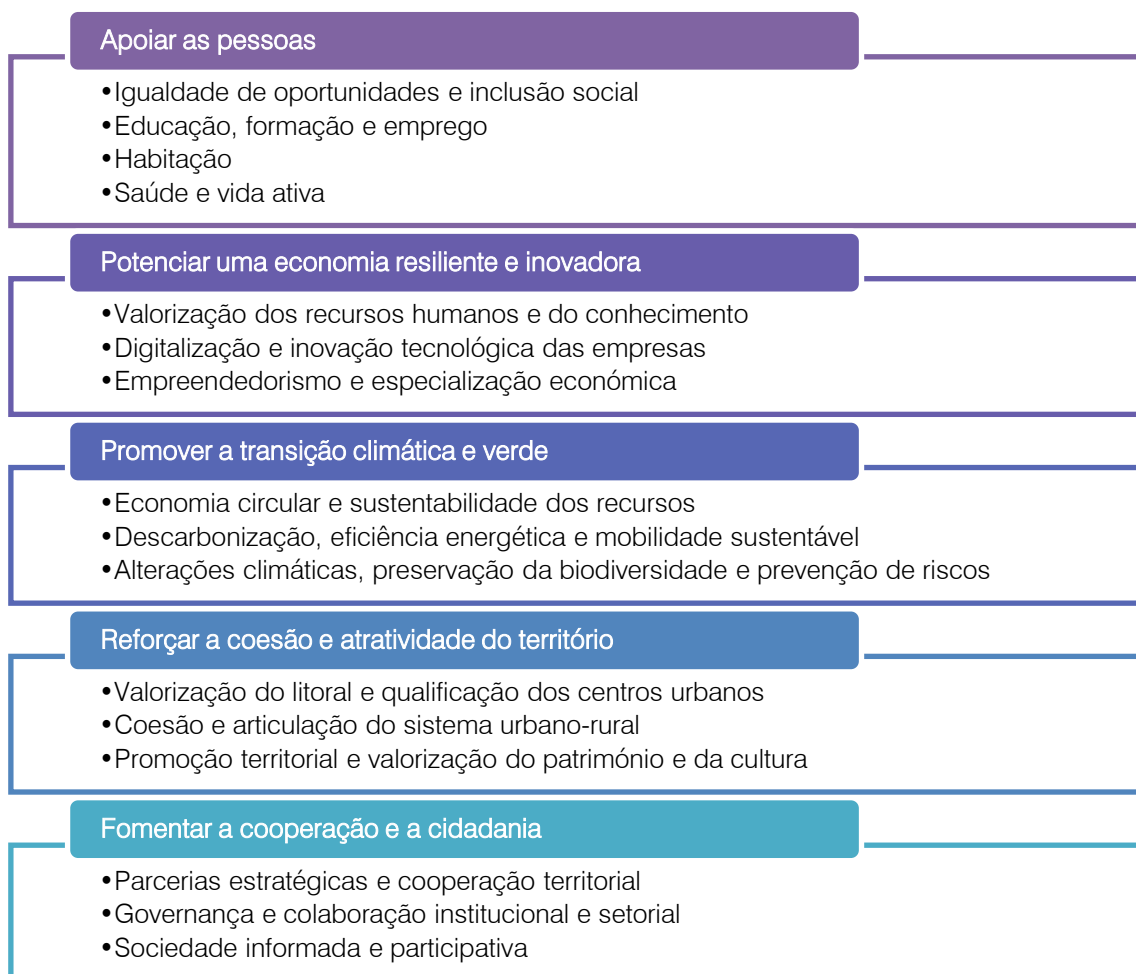


Figura 102. Eixos prioritários e domínios de intervenção

Fonte: SPI, 2021

13.2 Eixos estratégicos

A definição dos eixos estratégicos, tendo em conta a Visão antes exposta e o diagnóstico realizado, procura dar resposta às prioridades de desenvolvimento identificadas no âmbito da atuação do Município para o período de vigência do PDM, e responder aos objetivos e prioridades das políticas de desenvolvimento e coesão da União Europeia, das políticas nacionais e estratégias regionais.

Desta forma, pretende-se dar uma resposta aos principais desafios que se colocam ao concelho da Ribeira Grande, considerando a especificidade do seu território e as áreas estratégicas e prioritárias de intervenção. Esta estratégia exige o respeito por um princípio basilar de responder às prioridades da política de coesão, assente numa abordagem estratégica do território, focada em áreas prioritárias de atuação, em intervenções integradas cujos efeitos se reforcem mutuamente e com alguma escala, e na priorização das intervenções, tendo em conta critérios de eficácia no seu contributo para os objetivos e resultados a atingir.

Assim, a Estratégia Territorial e Operacional, tendo por base a Visão, alicerça-se em 5 Eixos Prioritários de Intervenção (Figura 103).



Figura 103. Eixos prioritários de intervenção

Fonte: Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, 2021

Seguidamente, apresentam-se e descrevem-se os objetivos inerentes a cada um dos eixos de intervenção que suportam a Visão para o desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande:

13.2.1 Apoiar as pessoas

O apoio social assume um papel determinante e prioritário para os próximos anos e a nível estratégico, tendo em conta os condicionalismos do próprio concelho da Ribeira Grande e os efeitos devastadores a nível socioeconómico provocados pela pandemia da doença COVID-19, que agravaram as desigualdades existentes. À adoção de medidas nos planos sanitário e da saúde para o combate à doença, que surgiram em primeira instância e assim se mantêm enquanto se mantiver a incidência da doença, outras medidas urgem ser implementadas, com o intuito de travar os enormes danos sociais e económicos que atingem as famílias na capacidade de manter os seus rendimentos, os empregos, a habitação e o acesso aos serviços essenciais.

Para que no futuro se dê um maior equilíbrio, as pessoas terão de ser assumidas como agentes da dinâmica e da transformação do território, sendo um motor importante para o seu desenvolvimento. Neste sentido, será fundamental garantir que as suas características e a valorização das suas competências sejam pilares da estratégia, numa lógica de cruzamento permanente com as questões de inclusão social e igualdade de oportunidades, que, em complementaridade, promovam a consolidação da comunidade e a melhoria da sua qualidade de vida.

Apesar de ser um território jovem, observa-se no concelho da Ribeira Grande, à data dos últimos Censos, um declínio populacional, situação que convém mitigar no seu estado inicial, promovendo condições para a fixação da sua população e para a atração de população vinda de outros quadrantes, assumindo o concelho como local apto para residência, aprazível e com condições atrativas para o desenvolvimento da atividade profissional, para o exercício da parentalidade e para a educação, bem como para a prática de atividades de lazer e tempos livres. Além de fixar e atrair população jovem e qualificada, capaz de promover uma evolução positiva nas dinâmicas sociais e económicas, o esforço terá de ser transversal a outras faixas etárias, sendo também necessário cuidar das pessoas mais idosas, promovendo a sua vida coletiva e a integração na comunidade, fornecendo condições para o acesso a cuidados de saúde adequados e manutenção das suas competências e autonomia, garantindo que poderão usufruir de um envelhecimento ativo.

A saúde, no plano individual e da comunidade, deverá ser abordada de forma a promover estilos de vida saudáveis e a combater problemas prementes no Concelho e mais marcantes do que noutras escalas e territórios vizinhos, através da promoção de bons hábitos alimentares e incentivo à prática desportiva generalizada, combate ao alcoolismo e tratamento de comportamentos aditivos, ou ainda a redução dos níveis de gravidez na adolescência.

A população jovem do Concelho constitui-se como um importante ativo que importa ser valorizado e motivado a prosseguir com a sua educação para níveis de ensino mais elevados e para uma especialização que possa ser direcionada e aproveitada pelos setores fortes da economia local.

Deverão ser promovidas as condições para inverter a tendência de insucesso e de abandono escolar entre os jovens, implementando em definitivo a digitalização do ensino e fomentando a promoção do emprego estável e da inclusão, especialmente dos grupos mais vulneráveis, abrindo oportunidades ao surgimento de uma comunidade mais coesa, com menor risco de pobreza extrema e onde haja a capacidade de, individualmente ou coletivamente, optar por alternativas de empregabilidade que possam passar pelo empreendedorismo e a criação do próprio emprego. O apoio ao emprego deverá merecer especial atenção em tempos de crise e de emergência social, aumentadas pela pandemia da COVID-19, e cuja importância assume-se acrescida pela necessidade de proteger as famílias e os rendimentos, conferindo-lhes a capacidade de manterem a autonomia na sua vida familiar.

Além de fatores como a família, a educação, a saúde e o emprego, a habitação é também um dos pilares para uma vida condigna no plano individual e na comunidade, devendo ser promovido o direito de um acesso a uma habitação digna e acessível para todos, especialmente os indivíduos e agregados familiares em maior carência, mas também às famílias de estratos e rendimentos intermédios, com uma aposta no reforço da habitação pública, na reabilitação do parque habitacional existente e na promoção do arrendamento enquanto solução habitacional, adaptando os edifícios a pessoas com maiores condicionalismos físicos e garantindo o abrigo às situações de maior precaridade, promovendo o acesso a serviços e equipamentos complementares que possam reduzir ou eliminar situações de exclusão.

O combate à exclusão social deverá, aliás, merecer atenção num plano transversal a diversas iniciativas, devendo ser promovida uma redução sustentada das desigualdades e ser combatidas todas as formas de discriminação nos meios físicos e no mundo digital, na prossecução de uma maior integração e equilíbrio social, como a igualdade de género e a igualdade de oportunidades, no acesso ao trabalho e na distribuição de rendimentos, no combate à violência doméstica e na aceitação da diferença na origem racial e/ou étnica, na nacionalidade, na condição física e de saúde. A sensibilização para estes fatores deverá ser trabalhada a todos os níveis, em todos os setores de atividade e faixas etárias, tendo como base fundamental a escola e a literacia.

Tendo presente este cenário e o objetivo genérico de apoiar as pessoas e de garantir uma maior coesão social, maior acesso à habitação e cuidados de saúde, melhores níveis de educação e menos fatores de exclusão social, estipulam-se os seguintes **objetivos estratégicos**:

- ➔ Fixar população jovem, promover o acolhimento de novos residentes e aumentar a capacidade de retenção de população qualificada, contribuindo para assegurar uma pirâmide etária sustentável e aumentar níveis de qualificação profissional;
- ➔ Criar condições favoráveis para o incremento dos níveis de escolaridade da população e para a sua valorização e capacitação, promovendo a educação digital e melhores níveis de qualificação, de empregabilidade e de rendimentos.

- Promover a inclusão social e o combate à exclusão, integrando os grupos populacionais mais desfavorecidos e garantindo condições para o exercício da sua autonomia e o acesso aos serviços e direitos básicos de cidadania;
- Promover a oferta de soluções habitacionais adequadas e com a devida abrangência a toda a população, garantindo um leque diversificado de apoios para necessidades específicas de diferentes grupos e estratos sociais, bem como o acesso a serviços públicos e coletivos;
- Estimular a adoção de estilos de vida saudáveis e garantir o acesso aos serviços básicos de saúde, que promovam a melhoria da qualidade de vida, um envelhecimento ativo e inclusivo, a melhoria de hábitos alimentares e a redução de comportamentos aditivos;
- Combater todas as formas de discriminação e de desigualdade social, garantindo o respeito pela diferença e promovendo de forma sustentável o acesso da população às mesmas oportunidades, serviços, rendimentos e conhecimento.

13.2.2 Potenciar uma economia resiliente e inovadora

Uma economia forte e estável é determinante para o bem-estar social, para a capacidade de gerar emprego e para aumentar os níveis de competitividade de um território, pelo que este eixo prioritário assume, à semelhança do anterior, uma importância basilar na definição da estratégia para o Concelho.

A recente pandemia da COVID-19 veio expor de forma acentuada as fragilidades do tecido empresarial e industrial, da dependência do turismo e do consumidor externo, criando fortes constrangimentos às atividades tradicionais pouco baseadas em tecnologia e no mercado digital e com menores graus de especialização, criando dificuldades especialmente nas pequenas empresas, com menor robustez financeira e com recursos humanos pouco qualificados.

No âmbito do apoio ao tecido empresarial, deverá ser dada prioridade à consolidação e capacitação das pequenas e médias empresas (PME) e ao fomento da inovação e do empreendedorismo, de modo transversal aos diversos setores de atividade presentes no Concelho, sendo estes fundamentais para garantir a manutenção de emprego e a geração de novos postos de trabalho qualificado. O incentivo ao empreendedorismo deverá promover a diversificação e a inovação da base económica local, mobilizando os ativos locais para as potencialidades do território, funcionando também como forma de gerar o próprio emprego e fazer diminuir os níveis de desemprego.

Complementarmente, importa reforçar e requalificar infraestruturalmente os espaços de acolhimento empresarial do Concelho, direcionados para a indústria transformadora, os serviços e os projetos empreendedores, proporcionando uma maior dinâmica empresarial e capacidade para atrair para novos investimentos.

Este reforço na capacitação de infraestruturas deverá ser aproveitado para promover o reforço das bases de conhecimento, alinhando as novas tendências e processos técnicos e científicos com os desafios emergentes do território, estimulando a colaboração entre agentes económicos e entidades não empresariais e incentivando para a transferência de conhecimento capaz de gerar valor. Em simultâneo, a transição digital da economia nos seus mais diversos atores e setores deve ser promovida, incorporando-se nas empresas e nas organizações novas estratégias e processos que incorporem o recurso à inovação tecnológica e aos meios digitais, estabelecer e reforçar infraestruturas de dados e reorientar a produção para produtos de valor acrescentado e mercados apetecíveis, especialmente em bens transacionáveis.

Ao reforço de capital próprio das empresas e à sua reestruturação para uma economia mais digital e sustentável, deverá acompanhar a formação e qualificação dos recursos humanos, nas suas competências técnicas básicas e na formação avançada, em todas as áreas de atividade mas, especialmente, nos setores mais preponderantes da economia local, com uma especialização cada vez mais voltada para uma produção de excelência e com um incentivo constante à renovação de conhecimentos por via de um acesso globalizado às plataformas digitais de ensino e formação.

A atividade agrícola deverá manter-se como uma das bases da economia local, abrindo-se espaço para um futuro onde esta se torna uma prática mais qualificada e diversificada nos seus métodos produtivos, onde se aposta em nichos de mercado específicos e produtos de excelência e onde as formas de trabalho se demonstram mais sustentáveis e orientadas para a produção biológica, para o reforço da aposta nos produtos endógenos e para a criação de produtos de valor acrescentado e diversificado. Importa, aliás, na fileira agroalimentar, mas também noutras, estimular e promover a criação de serviços conexos, como é o caso da gastronomia e do agroturismo, gerando-se mais emprego e maior diversidade de oferta, com ganhos múltiplos noutros setores de atividade. Para esta realidade será fundamental apostar na modernização do setor, ao nível de processos e de ferramentas, na formação no ramo agrícola, na valorização do profissional e na criação de estruturas capacitadas para robustecer as bases do setor, ao nível do ensino e da oferta formativa, da inovação empresarial da agricultura e da promoção dos produtos locais.

O mar constitui-se como uma enorme fonte de potencialidades para o território açoriano, enquanto origem de recursos e elemento marcante para o sustento da população local, especialmente das comunidades costeiras, do setor da pesca e de toda a fileira que desta depende. O concelho da Ribeira Grande encetou na última década uma estratégia virada para o mar e focada no aproveitamento das potencialidades deste, sendo determinante manter esta trajetória de aposta na

economia do mar, que permita o aproveitamento de recursos de uma forma sustentável, inovadora e valorizadora, que potencie a qualificação dos recursos humanos, a qualidade e valor do produto e a beneficiação das zonas costeiras e das infraestruturas. De futuro, deverão ser criadas as condições para a modernização do setor, com a atualização de conhecimentos e de qualificações ao nível dos profissionais, bem como a modernização da indústria transformadora, com a revisão de processos, das tecnologias e o recurso à eficiência energética. Estes deverão ser acompanhados pela requalificação das infraestruturas de apoio à atividade que paralelamente permitirão potenciar resultados para a economia e requalificar a frente litoral, com relevantes benefícios ambientais, urbanísticos e paisagísticos. O mar não se constitui apenas como uma fonte de recursos para a pesca, constituindo igualmente um laboratório para a experimentação de novas soluções e aplicações de base tecnológica e científica, sendo importante promover a concretização de projetos que aliem a capacidade empreendedora e inovadora ao estudo em áreas como as alterações climáticas e a prevenção de riscos, a sustentabilidade dos recursos, a biodiversidade e a diversificação alimentar. Além destes, o mar é também espaço para a atividade turística e de lazer, onde deverá ser reforçada a aposta nos serviços marítimo-turísticos, no recreio e nos desportos náuticos, tendo presente a combinação de sol e mar, a promoção de eventos e a articulação com a hotelaria e outros setores conexos, como é exemplo o turismo.

O setor turístico afirmou-se como um setor emergente na economia da Região a partir da segunda metade da década de 2010, impulsionado pela abertura do espaço aéreo às companhias de aviação *low cost* e ao crescente interesse das rotas de cruzeiros, motivando a captação de um volume crescente de visitantes oriundos do território continental português e do estrangeiro, verificando-se uma trajetória ascendente sem paralelo à qual o concelho da Ribeira Grande não foi alheio. O Concelho possui, de facto, potencialidades múltiplas, no setor do turismo, que providenciam experiências diversificadas, desde o turismo rural e de natureza, sol e zonas balneares, o termalismo e a náutica, roteiros culturais e gastronómicos, organizações e eventos institucionais em setores diversos, bem como uma carteira ampla de agentes culturais capazes de, em parceria, fomentar uma agenda cultural rica. Tal como noutros setores, a pandemia da COVID-19 interrompeu de forma abrupta esta trajetória, colocando à vista, tal como noutras realidades e territórios, as fragilidades do setor do turismo e de todas as atividades que deste dependem, criando dificuldades a um número alargado de agentes turísticos e de outros setores económicos. Deverá por isso ser dada atenção a esta questão, promovendo formas de apoiar o setor nas suas múltiplas dimensões, criando condições para a retoma segura e sólida da atividade, diversificando produtos turísticos e orientando a oferta para alvos e segmentos específicos.

Por último, é de destacar naturalmente que o concelho da Ribeira Grande é rico em recursos geológicos, que ao longo de gerações têm alimentado a indústria extrativa local, principalmente com destino à construção civil e da ornamentação. Esta dimensão deverá ser explorada, reforçando o papel central que o Concelho assume na Região, podendo estabelecer-se como um centro de competências ao nível da indústria da pedra e apostando na valorização deste recurso, especificamente do basalto ou da pedra pomes nos seus diversos tipos, incrementando o

conhecimento generalizado sobre os mesmos, a qualidade e o seu valor económico, mas também se assumindo como um polo regional aglutinador e especializado no setor.

De acordo com o diagnóstico efetuado, e com o intuito de apoiar a rentabilidade da economia local e promover a competitividade, de qualificar os recursos humanos, fomentar a inovação, a sustentabilidade e a transição digital nos serviços e na indústria dos setores chave do Concelho, são **objetivos estratégicos**:

- ➔ Apoiar para uma base económica mais diversificada, equilibrada e sustentável, resiliente e capaz face aos grandes desafios sociais e económicas da atualidade, que seja o garante da estabilidade social e da coesão territorial;
- ➔ Promover o crescimento inteligente, a qualificação das instituições, dos serviços e do tecido empresarial de forma transversal, avançando para a modernização e inovação tecnológica de processos e ferramentas, para a digitalização, desmaterialização e reforço da conectividade;
- ➔ Incentivar a geração de emprego mais qualificado e a capacitação dos recursos humanos, garantindo formação avançada e especialização para as atividades e setores chave da economia local;
- ➔ Promover uma reestruturação sustentável e integrada de setores de atividade com grande peso económico e social no concelho, como a agricultura e a agroindústria, as atividades das pescas e do mar e, ainda, o turismo, contribuindo para o seu reerguer em contexto de crise e para valorizar produtos e atividades das respetivas fileiras;
- ➔ Requalificar e dinamizar as infraestruturas e os espaços físicos determinantes para o exercício das atividades de empresas e indústrias, nos vários setores, bem como criar as condições para o surgimento e fixação de quadros qualificados e empreendedores;
- ➔ Apostar no ensino alternativo, virado para a especialização nos setores de atividade com maior expressão no Concelho e para as novas tendências, que garanta o rejuvenescimento da economia, a criação do emprego próprio e redução do desemprego, que qualifique e capacite para as novas formas de trabalho, para as ferramentas digitais e para o mercado global.

13.2.3 Promover a transição climática e verde

As questões climáticas assumem atualmente uma importância crescente, impulsionada pela aceitação generalizada de que o atual modelo de desenvolvimento social e económico a nível global é gerador de desequilíbrios ambientais e de mudanças nos padrões climáticos. Em causa

está, por exemplo, o aumento da temperatura, alterações nos padrões de precipitação, e o aumento e agravamento de fenómenos meteorológicos extremos, com consequências sobre a qualidade dos recursos naturais e o aumento das vulnerabilidades e riscos associados³⁴. Associado está também um aumento da consciência ambiental e um despertar dos diferentes setores da sociedade para estas questões.

Estas questões ganham naturalmente uma dimensão acrescida em territórios arquipelágicos, de dimensão reduzida e de recursos finitos, pelo que, nos diversos quadrantes da Região e também no concelho da Ribeira Grande, a ocupação do território e as atividades económicas exercem pressões sobre recursos naturais e ecossistemas, que motivam alterações na paisagem e alterações nas dinâmicas naturais de forma rápida e muitas vezes definitiva. Por esse motivo, é importante colocar em prática mecanismos que assegurem uma transição climática eficiente, através da gestão sustentável de recursos, da valorização do capital natural e da biodiversidade e, quando aplicável, da proteção e recuperação de ecossistemas sensíveis. Estes têm necessariamente de ser entendidos como um valor coletivo e um legado comum que deve funcionar como fator de diferenciação do território e preservado para as gerações futuras.

Em matéria de sustentabilidade de recursos e de crescimento sustentável, importa promover a economia circular e incentivar os investimentos em projetos amigos do ambiente, junto da sociedade civil e de todos os agentes económicos, serviços públicos e organismos privados, devendo a transição para este modelo ser uma prioridade para o concelho da Ribeira Grande, através de uma economia mais eficiente e regenerativa, da transformação de resíduos em recursos e da promoção de uma comunidade mais sustentável, em intervenções providenciem uma educação ambiental orientada para a circularidade da economia, que motivem e favoreçam a preservação do meio ambiente, a gestão eficiente de resíduos e de ativos ambientais (como a água e os solos) e a conservação de habitats e serviços de ecossistemas, não desvalorizando a existência de áreas protegidas e sítios da rede natura no Concelho.

A descarbonização e a eficiência energética não são temas novos no concelho da Ribeira Grande, pois no âmbito do quadro financeiro plurianual 2014-2020 foram amplamente abordados e tratados ao nível do planeamento para a mobilidade sustentável e dos transportes e da eficiência energética em edifícios públicos. Importa, agora, consolidar este domínio e colocá-lo em prática de forma abrangente a todos os setores da sociedade civil, empresas e indústrias, devendo-se assegurar o acesso a soluções de consumo de energia renovável e de transição e eficiência energética na habitação, nos transportes, nas empresas, no espaço público, nas infraestruturas e equipamentos, bem como no domínio industrial.

³⁴ Segundo o documento "The Global Risks Report 2021" (World Economic Forum. <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>), na perceção dos riscos com maior impacto futuro mantêm-se a crise dos recursos naturais, a perda de biodiversidade, fenómenos climáticos extremos, danos ambientais pela ação humana e o insucesso na resposta à crise climática.

Os transportes e a indústria são os setores que mais peso exercem na libertação de gases com efeito de estufa e na pegada de carbono, sendo por isso fundamental assegurar a eficiência destes serviços e a sua produtividade e rentabilidade com recurso a fontes energéticas alternativas, promovendo a descarbonização e contribuindo, a longo prazo, para a neutralidade carbónica. A transição para uma mobilidade mais sustentável deverá ser acompanhada pela implementação de sistemas de gestão inteligentes, que permitam otimizar redes e percursos, garantindo melhores níveis de custo benefício tanto nos transportes públicos como no transporte individual, sendo importante reforçar frotas com veículos modernos e sustentáveis, incentivar para as vantagens do uso de transporte coletivo e promover a redução da utilização do veículo automóvel.

Além das necessárias alterações de paradigma ao nível da descarbonização e da transição de uma economia linear para uma economia circular, a transição climática faz-se também sobre outros domínios que deverão ser acautelados para uma ação integrada e mais eficiente ao nível de resultados. Nesse sentido, importa assegurar uma gestão eficiente dos recursos hídricos, garantir níveis adequados da qualidade dos solos, do ar e do ambiente nos centros urbanos, e ainda a requalificação e valorização ambiental, urbanística e paisagística nas zonas costeiras, com influência direta na preservação do património, qualificação de zonas balneares e demais zonas do *interland* marítimo-terrestre, na valorização das atividades económicas situadas no litoral e, ainda, na prevenção e gestão de riscos.

A adaptação às alterações climáticas requer, aliás, uma ação integrada na prevenção para a redução do risco de catástrofes, que assume uma dimensão importante no domínio da transição climática. Nesse sentido, deverá ser desenvolvido um esforço coletivo ao nível da cooperação e da educação para a prevenção de riscos, deverão ser elaboradas estratégias locais de adaptação às alterações climáticas e deverá ser incentivado o aumento do conhecimento científico e técnico sobre os riscos presentes no território e deverão ser reforçados e capacitados todos os agentes de proteção civil ao nível dos meios preventivos e dos meios operacionais na resposta às situações mais críticas.

De acordo com a análise efetuada, de forma a promover uma transição climática de forma sustentada e integrada no concelho da Ribeira Grande, com benefícios a nível do ambiente urbano, da gestão dos recursos e da proteção de ecossistemas, da eficiência energética, da descarbonização da sociedade e dos transportes, e da prevenção de riscos e da adaptação às alterações climáticas, **pretende-se:**

- ➔ Valorizar os recursos naturais, promover a biodiversidade, aumentar a consciência ambiental da sociedade e dos diversos agentes locais, incentivar a economia circular e os investimentos ambientalmente sustentáveis;

- ➔ Melhorar a qualidade do ambiente urbano, reforçando a atratividade residencial, a visitação e as atividades, valorizando as relações mar-terra e urbano-rural e contribuindo para o ordenamento do território, para a preservação e valorização da paisagem;
- ➔ Estimular a inovação e a experimentação no domínio do ambiente, dos ativos naturais, do clima e dos riscos, bem como a adoção de tecnologias sustentáveis para uma maior eficiência, maior conhecimento e melhor qualidade dos solos, da água e do ar;
- ➔ Promover a transição energética da sociedade, incentivando a adoção de fontes energéticas renováveis e sustentáveis a nível residencial, nos serviços, nas empresas e nas indústrias e nos transportes, assegurando a implementação de sistemas eficientes de gestão energética.
- ➔ Fomentar um maior conhecimento e cultura para o risco, incentivando atividades inovadoras no plano da prevenção e da educação, adotando estratégias locais para a prevenção dos riscos e para a adaptação às alterações climáticas no geral e, particularmente, na necessária resiliência das atividades económicas.

13.2.4 Reforçar a coesão e a atratividade do território

A estratégia de desenvolvimento para o concelho da Ribeira Grande configura-se como um momento elementar para potenciar a coesão territorial e para incrementar os níveis de competitividade. Este é um território que, à sua escala, observa uma grande diversidade e heterogeneidade de elementos e realidades, configurando-se a existência de grandes potencialidades, mas também de grandes desafios.

Num território com duas realidades distintas em termos de desenvolvimento urbano, ocupação e densidade populacional, onde a cidade e as localidades da zona central e poente do Concelho assumem características distintas das freguesias situadas a nascente, que configuram territórios de muito baixa densidade, importa reforçar a competitividade territorial com base nos recursos endógenos, na diversificação de base económica e na intensificação da cooperação a nível interno e externo, garantindo o importante papel que a cidade e as localidades imediatamente envolventes assumem em termos de aglomeração de massa crítica, de volume de negócios, de geração de emprego, de concentração de equipamentos e infraestruturas e de difusão de conhecimento, mas tendo presente que esta sairá beneficiada pela ação articulada com as zonas rurais, dado que o esforço conjunto e uma abordagem integrada permitirá a adoção de mecanismos para um maior equilíbrio das dinâmicas demográficas, na promoção da qualidade de vida, no acesso a serviços, para uma maior atratividade residencial e para os negócios, bem como na melhoria da conectividade e no acesso à oferta cultural, serviços de saúde e lazer.

A funcionalidade do território é também determinada pelos processos de ocupação e de regeneração urbana, sendo este um domínio que conheceu um evolução nos anos recentes por todo o Concelho, com a criação de espaços verdes, a requalificação do litoral, a reabilitação de equipamentos, a beneficiação de arruamentos em conjunto com intervenções ao nível do saneamento, a criação de novas bolsas de estacionamento, entre outras, que, ainda assim, se concentraram especialmente na cidade da Ribeira Grande, fruto da oportunidade criada pelo quadro financeiro do PO Açores 2020 e pela necessidade de aproveitar os fundos disponíveis para o efeito, dirigidos essencialmente e por imposição regulamentar às sedes de concelho. Nesse aspeto, o Município executou a totalidade do financiamento disponibilizado neste âmbito, com intervenções que marcam decisivamente o ambiente urbano, pela melhoria visual, paisagística e ambiental que conferem, mas também pela funcionalidade e adaptabilidade às novas exigências da qualidade do espaço urbano e pelo potencial de interesse que dão à Ribeira Grande enquanto território qualificado e atrativo para o investimento, com efeitos visíveis ao nível dos investimentos recentes realizados ao nível da hotelaria e comércio.

Não obstante, estes apoios revelaram-se insuficientes dentro do quadro de necessidades identificadas e da estratégia até então montada, importando agora, por isso, dar continuidade ao trabalho desenvolvido e reforçando as intervenções em todas as freguesias, equilibrando os níveis de regeneração do território e possibilitando a reabilitação física e funcional das zonas mais rurais. Esta interligação urbano-rural deverá permitir ações de regeneração física, económica e social que contemplem o combate às situações de exclusão e de pobreza visível, com a realização de programas de regeneração das áreas mais degradadas e desfavorecidas, e uma maior dotação e de equipamentos e serviços ao dispor das comunidades mais vulneráveis.

Os recursos endógenos constituem-se como ativos relevantes na dinamização económica e de afirmação do território por via da sua diferenciação, como os recursos endógenos, naturais, geológicos, patrimoniais e culturais, valorizando as produções locais e conferindo projeção ao destino turístico. Importa, por isso, promover a valorização dos recursos existentes no Concelho, como alavancas de um desenvolvimento sustentável e harmonioso, equitativamente distribuído por todo o território e abrangente na sua tipicidade, desde o edificado ligado ao património histórico-cultural (artesanato, indústria, agricultura, defesa, religião, lazer, vida coletiva), património móvel (gastronomia, costumes e tradições culturais e artesanais), património imaterial e oral (paisagens, artes, festividades, etnografia, entre outros). O turismo, como foi perceptível nos anos recentes, exerce um efeito contágio a outros setores, com particular relevância quando focado nos valores patrimoniais, naturais e paisagísticos, especialmente em articulação com a valorização e integração dos produtos locais nas estratégias de promoção territorial, devendo, por isso, manter-se como um domínio de aposta enquanto alavanca de desenvolvimento, com capacidade para atrair população, conhecimento e massa crítica, dinamização e investimento capaz de gerar emprego e riqueza.

Como já foi referido anteriormente, a atividade turística tem no mar e na frente litoral do Concelho um recurso de grande potencial de aproveitamento, como aliás se tem verificado pela prática de

atividades náuticas, aspeto que tem fortalecido o investimento privado, especialmente focado na instalação de serviços de apoio ao turismo náutico e balnear e ao ramo da hotelaria, promovendo a proximidade do visitante com este elemento natural. Conforme fica patente na nova estratégia Portugal 2030, após um período em que o mar não assumiu um papel central na política de desenvolvimento do país, este merece agora outra atenção pelo potencial que oferece em termos de exploração sustentável de recursos, de proteção da sua biodiversidade, do estudo dos efeitos das alterações climáticas e dos riscos, e da necessidade de adequar e apoiar a atividade piscatória. As regiões autónomas perfilam-se como territórios essenciais na projeção da dimensão atlântica pretendida para o país, pelo que esta deverá ser aproveitada para tirar partido das condições para a coesão do território, em particular com a renovação de infraestruturas portuárias, a melhoria dos sistemas logísticos e das redes de ligações às acessibilidades terrestres.

As acessibilidades e a beneficiação da rede viária são aspetos cruciais no incremento da coesão social e territorial do concelho da Ribeira Grande, pois permitirão reforçar a mobilidade e a competitividade social e económica, otimizar redes e itinerários da rede viária estruturante e promover o reforço e a segurança das deslocações de e para os centros logísticos e áreas de localização empresarial. A intervenção neste domínio deverá também melhorar e renovar a rede viária complementar e de uso diário da população nas suas deslocações pendulares casa-trabalho e casa-escola, sendo a nível infraestrutural essencial para a implementação da estratégia preconizada em matéria de mobilidade e transportes pelo Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande.

De forma a promover a coesão e a qualificação territorial do concelho da Ribeira Grande, a aumentar e estender a qualificação ambiental, urbanística urbana a todas as freguesias, a reforçar a identidade local e a reafirmar a vocação turística, e a garantir centralidade e melhores acessibilidades, pretende-se:

- ➔ Estender os processos de reabilitação urbana e de requalificação ambiental e urbanística a todo o concelho, garantindo coerência lógica e funcional nas intervenções e promovendo a inclusão e o acesso a equipamentos e serviços por toda a população, em especial a mais vulnerável;
- ➔ Promover uma economia de base diversificada, que privilegia os recursos endógenos e valoriza o seu património ambiental, natural, cultural e paisagístico, fornecendo as bases para a competitividade do território, para a criação de emprego e para um desenvolvimento robusto e sustentável;
- ➔ Explorar o manancial de recursos conferidos pela relação mar-terra, aliando à qualificação dos meios urbanos e rurais, a requalificação ambiental e paisagística do litoral, a intensificação das atividades náuticas de turismo e de lazer e do conhecimento

do mar, em articulação com o reforço e a requalificação de centros logísticos e de infraestruturas de apoio à atividade marítima;

- Beneficiar a rede viária concelhia, contribuindo para a melhoria das acessibilidades e da concretização de um território central e atrativo, como uma rede que beneficia a mobilidade sustentável, a fluidez logística e económica e a articulação com outros meios e circuitos de transporte.

13.2.5 Fomentar a cooperação e a cidadania

Este eixo prioritário relaciona-se diretamente com a intensificação dos diferentes tipos de dinâmicas de cooperação de participação cívica. São hoje questões incontornáveis os processos de cidadania participativa, estimulando os indivíduos a assumirem um papel ativo enquanto agentes do desenvolvimento do território e da comunidade e as lógicas de trabalho em rede, possibilitando assim a partilha de ideias e de experiências e, por sua vez, favorecendo o aperfeiçoamento de respostas e a difusão da inovação.

Os avanços tecnológicos abrem oportunidades diversas, nomeadamente no campo da conectividade e da facilidade de comunicação e cooperação com outras geografias, por vezes, mais distantes. A revolução digital e as telecomunicações móveis possibilitam o acesso ao ciberespaço e à informação, à escala global favorecendo a mobilização de atores distintos e permitindo vencer distâncias geográficas e barreiras socioculturais. A facilidade de contacto com o exterior constitui hoje um aspeto fundamental para a qualidade de vida da população residente e para a captação de nova população. As tecnologias de informação e comunicação constituem ferramentas indispensáveis no incremento da capacidade competitiva das empresas, nomeadamente através das possibilidades oferecidas ao nível do negócio e do comércio eletrónico, e da utilização das ferramentas digitais como veículo de promoção e divulgação.

As novas tecnologias e o apelo que o digital exerce sobre os indivíduos impulsionaram mudanças sociais profundas e constituem hoje ferramentas importantes ao serviço de entidades e instituições. Se corretamente utilizadas, podem proporcionar um espaço de encontro e comunicação e favorecer a emergência de dinâmicas de participação e mobilização em diferentes grupos da população, com efeitos positivos sobre o envolvimento e motivação da comunidade na dinamização do território.

Estas dinâmicas englobam, quer o nível institucional, colocando em contato e mobilizando em torno de objetivos comuns territórios com localizações distantes ou chegando a públicos mais vastos, quer a nível individual, favorecendo a participação da sociedade civil nos processos de decisão, na implementação de estratégias e no acompanhamento dos seus resultados, democratizando a capacidade de expressar opinião e impulsionando a mudança. O concelho da Ribeira Grande

deverá afirmar-se enquanto palco de inovação cívica e experimentação no domínio social e da cidadania, aproveitando o potencial da sua população jovem, trabalhando soluções para diferentes problemas, em conjunto com as comunidades e as instituições locais, fomentando a progressivo surgimento de uma comunidade ativa e implicada.

A cooperação territorial e institucional é hoje, também, uma realidade cada vez mais presente, colocando em contacto e articulação órgãos públicos e privados, associações setoriais e representantes do tecido empresarial, de diversas escalas e quadrantes, debatendo temas de interesse comum, expandindo as redes da inovação e do conhecimento e procurando as melhores respostas e soluções para os desafios globais que exigem ações locais e medidas consertadas.

As lógicas de cooperação relacionam-se transversalmente com as linhas de atuação anteriormente explanadas, pelo que esta questão deverá ser trabalhada em diferentes domínios e escalas complementares. A dinâmica de cooperação e articulação em rede deverá abarcar os diferentes intervenientes da sociedade civil e promover a colaboração entre diferentes instituições e territórios, reunidos por temáticas comuns e objetivos comuns. Todo este processo deverá ser partilhado e apropriado pela comunidade, aproveitando o potencial das plataformas eletrónicas e da transição digital, e promovendo o envolvimento e empenho dos diversos atores locais.

Assim, visando a cooperação territorial e institucional, a promoção das redes de conhecimento e de parcerias estratégicas, a mobilização da sociedade civil para a interação em iniciativas públicas e para os processos de decisão, definem-se como **objetivos estratégicos**:

- ➔ Reforçar a colaboração entre parceiros estratégicos em torno de temas e objetivos comuns, através das redes locais e regionais, criando e/ou integrando outras de âmbito nacional e internacional, para efetivar uma cultura de cooperação ativa e a operacionalização de parcerias estratégicas;
- ➔ Afirmar e transmitir claramente a importância do Município enquanto elemento aglutinador das diferentes forças locais e de representante de todos os munícipes;
- ➔ Tirar partido da modernização tecnológica e da digitalização, aproveitando novas formas de aproximação à comunidade para instituir uma cultura de maior participação nos processos de decisão para promover o acesso e a divulgação de iniciativas, abordagens e resultados;
- ➔ Promover a apropriação coletiva da estratégia de desenvolvimento e fomentar o empenho e envolvimento da sociedade civil na sua operacionalização, bem como na implementação de outras iniciativas de desenvolvimento local;
- ➔ Vencer a pequena escala e ampliar a capacidade de afirmação no exterior, fomentando a articulação com outros municípios e desenvolvendo abordagens comuns e integradas.

13.3 Modelo de ordenamento

A territorialização da estratégia de desenvolvimento exprime-se através do esquema territorial definido para o concelho da Ribeira Grande. É a conjugação dos múltiplos elementos aqui expressos, da sua espacialização e da explicação dos mesmos, que se irá sustentar a proposta para o modelo de ordenamento do PDM da Ribeira Grande.

O entendimento do esquema territorial inicia-se pelo conhecimento da estrutura de povoamento da Ilha de São Miguel e, por consequência, do concelho da Ribeira Grande, que segue uma estrutura de povoamento típica nas ilhas do arquipélago, muito ligada à sua génese vulcânica, tal como evidenciado no capítulo referente a este tema.

O concelho de Ribeira Grande possui uma posição de charneira na ilha de São Miguel, estabelecendo ligações territoriais com todos os outros concelhos da Ilha e possuindo relações muito fortes com Ponta Delgada e Lagoa. Esta localização geográfica privilegiada do concelho, associada à concentração de recursos naturais, à morfologia e às acessibilidades, determinaram, em grande parte, a forma e a função do povoamento e da instalação de atividades económicas, como antes expresse.

A população residente no concelho adaptou-se às especificidades de cada localidade e evoluiu consoante as oportunidades e o crescimento económico do concelho e da própria ilha. É evidente a existência de uma harmonia ao longo do território do concelho consoante as características do relevo e das potencialidades económicas que a população retira das localidades. As características próprias do concelho da Ribeira Grande refletem ocupações do território distintas, resultando em três zonas territoriais com características diferenciadas.

A “zona nascente”, composta pelas freguesias de Lomba de São Pedro, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Maia, é marcada por um relevo alto e no cimo suficientemente plano, constituindo bacias com condições excecionais para a exploração da agropecuária, configurando bacias leiteiras de grande potencialidade. A “zona centro-cidade”, onde se situa a cidade de Ribeira Grande, sede de concelho e núcleo urbano estruturante, que beneficia da localização central em relação ao restante território concelhio e à ilha de São Miguel. E, por fim, a “zona poente”, que integra as três freguesias mais a oeste do concelho, desde Rabo de Peixe e terminando a sudoeste no Pico da Pedra, predominantemente industriais, que beneficiam da proximidade ao concelho de Ponta Delgada.

Com o presente esquema territorial, que respeita o modelo territorial implícito, pretende-se contribuir para a correção de algumas disfunções hoje existentes no território e para a criação de melhores condições territoriais e urbanas: reafirmando e potenciando o sistema urbano, tendo sempre implícitas as características do sítio; preservando os valores naturais, culturais e paisagísticos, produtores de riqueza; valorizando o mar e a orla costeira; reordenando o sistema industrial; e otimizando o sistema e as infraestruturas de transportes.

Assim, o presente esquema territorial reflete as orientações estratégicas de base territorial que estão implícitas na Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho descrita nos pontos antecedentes, adotando uma linguagem esquemática, logo, indicativa. Como tal, não se pretende substituir aos instrumentos de gestão territorial que, nas suas diferentes naturezas e escalas de abordagem, determinam o modelo de ordenamento do território e as condições de uso, ocupação e transformação do solo, bem como, já a um nível urbano, mais detalhado, a estruturação do desenvolvimento urbano e da forma urbana.

Trata-se, portanto, de um esquema estratégico de referência, que procura refletir as principais linhas estratégicas de desenvolvimento do território de Ribeira Grande, tendo ciente:

- **Valorização dos recursos naturais e a biodiversidade**, preservando e fortalecendo as áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade.

Esta opção foca-se em iniciativas de valorização das **áreas de conectividade ecológica**, áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade, compostas por áreas e elementos de particular sensibilidade ambiental e paisagística e por áreas de risco (e.g. áreas da reserva ecológica nacional, florestas de proteção, áreas classificadas, geomonumentos, rede hidrográfica); a que se associam as **paisagens culturais**, com um conjunto de espaços e valores a potenciar, como os laranjais de Rabo de Peixe, as plantações de chá de Porto Formoso e da Gorreana e as Caldeiras. Pretende-se, desta forma, para além de salvaguardar a biodiversidade, os valores paisagísticos e a ocupação das áreas de risco, aproveitar todo o potencial ambiental e paisagístico deste território como fator de produção de riqueza, conciliando-o com formas e usos sustentáveis de utilização do território e com as atividades de turismo e lazer, que assumem particular relevo no desenvolvimento da economia local.

- **Valorização do potencial endógeno**, intervindo e dinamizando os locais preferenciais para a exploração dos recursos naturais.

Esta opção centra-se na gestão sustentável dos recursos nas **áreas preferências para a produção agroflorestal**, que integra as áreas de reserva agrícola regional e os povoamentos florestais do Concelho; reforço das atividades agropecuárias centralizadas na segunda maior **bacia leiteira** da Região, polarizando o setor nascente do Concelho; formalização da **áreas de gestão de massas minerais**, enquanto mecanismo de mitigação dos conflitos gerados pela exploração de um importante recurso local e que se concentra nessas áreas; a **valorização dos recursos geológicos**, através da formalização de um centro de investigação e interpretação deste importante recurso; e, a afirmação do **Mar dos Açores**, enquanto importante recurso local, ancorando-se as intervenções estratégicas no Porto de Pesca de Rabo de Peixe e comunidade envolvente, bem como na Praia da Viola, explorando, no setor nascente do Concelho, o potencial de uma nova zona para a prática do surf e de competições de ondas gigantes.

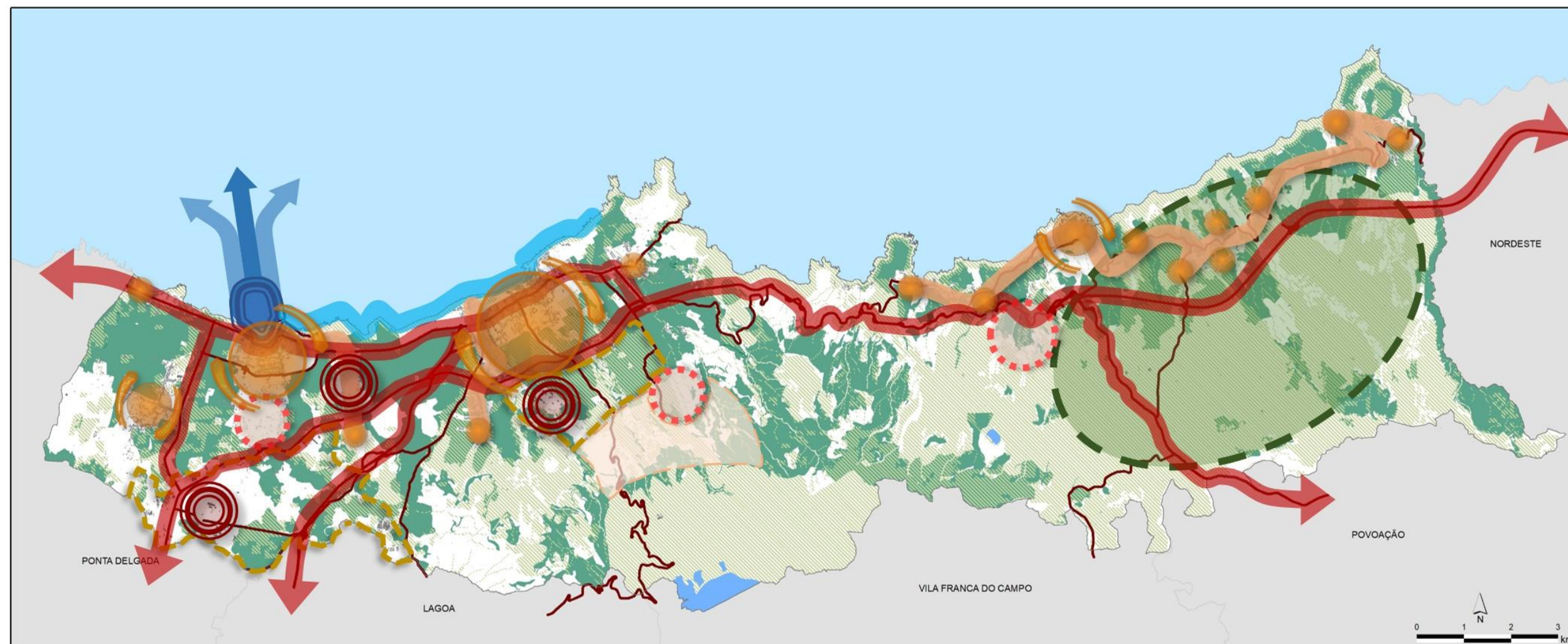
- **Promover a coesão territorial**, promovendo o fortalecimento dos sistemas urbanos, as suas funções e a qualificação dos seus núcleos populacionais.

A este propósito importa salientar o impacto desta opção nas **dinâmicas de polarização e coesão**, através de ações de qualificação urbana, de introdução de novas funções valorizadoras e de dotação de equipamentos e serviços, a verificar na **cidade da Ribeira Grande**, enquanto núcleo principal, na **vila de Rabo de Peixe**, enquanto núcleo estruturante, bem como na **Maia e no Pico da Pedra**, enquanto aglomerados complementares. Para além destes, existe um conjunto de aglomerados secundários, com funções de suporte às atividades socioeconómicas, que se encontram na dependência funcional dos núcleos superiores e cujas **relações intraconcelhias** importa reforçar. Esta dimensão é particularmente relevante no setor nascente do Concelho, sendo a valorização deste subsistema, mais periférico face às principais dinâmicas urbanas e funcionais e de menor densidade populacional, fundamental para a coesão territorial no Concelho. A intervenção de **valorização da Frente de Mar urbana**, enquanto elemento de atração e de estruturação da ocupação urbana nesta faixa, é igualmente fundamental para garantir o equilíbrio funcional e ambiental na ligação entre a Ribeira Grande e Rabo de Peixe.

- **Reforçar a competitividade**, dotando o Concelho de estruturas de acolhimento empresarial e aplicando uma política económica de valorização dos produtos locais.

A este propósito importa referir o seu impacto na dinamização e valorização das infraestruturas e áreas de acolhimento empresarial existentes, promovendo o **investimento na economia do conhecimento**, com a instalação e promoção de novos centros de competências na Zona Industrial da Ribeira Grande e na Associação Agrícola de São Miguel, e nas **áreas de produção industrial**, com a valorização e gestão da Zona Industrial da Lomba do Cavalo. O Porto de Rabo de Peixe, bem como o cluster industrial associado às pescas localizado na sua envolvente, pela sua vocação e importância para a economia local, também será alvo de um conjunto de intervenções que reforçam o **investimento na economia do mar**. Por fim, e enquanto elemento de suporte à competitividade do Concelho, destacar o papel da SCUT no suporte **das conexões e ligações externas** e na estruturação das ligações internas, o que permite uma fácil e rápida articulação aos vários municípios de São Miguel.

Tendo por base estes pressupostos, o esquema territorial aqui apresentado (Figura 104) pretende oferecer uma leitura sinótica, direta e simples das principais opções estratégicas de base territorial adotadas, segundo uma visão sistémica e integrada do território de Ribeira Grande, sendo um produto da estratégia de desenvolvimento para o concelho.



LEGENDA

Valorizar os recursos naturais e potencial endógeno

Áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade

- Áreas de conectividade ecológica
- Paisagens culturais de elevado valor patrimonial
- Lagoas e linhas de água

Áreas preferenciais para a exploração de recursos naturais

- Áreas estruturantes de produção agroflorestal
- Polo de dinamização da bacia leiteira da Ribeira Grande
- Áreas de gestão de massas minerais
- Espaço de valorização dos recursos geológicos
- Valorização das atividades de exploração dos recursos do Mar dos Açores

Reforçar a coesão territorial e competitividade

Intervenções estruturais para valorização dos núcleos urbanos

- Principal
- Estruturante
- Complementar
- Secundário
- Dinâmicas de polarização e coesão urbana
- Reforço das ligações intra-concelhias
- Intervenção na Frente de Mar urbana

Reforço da competitividade e das ligações externas

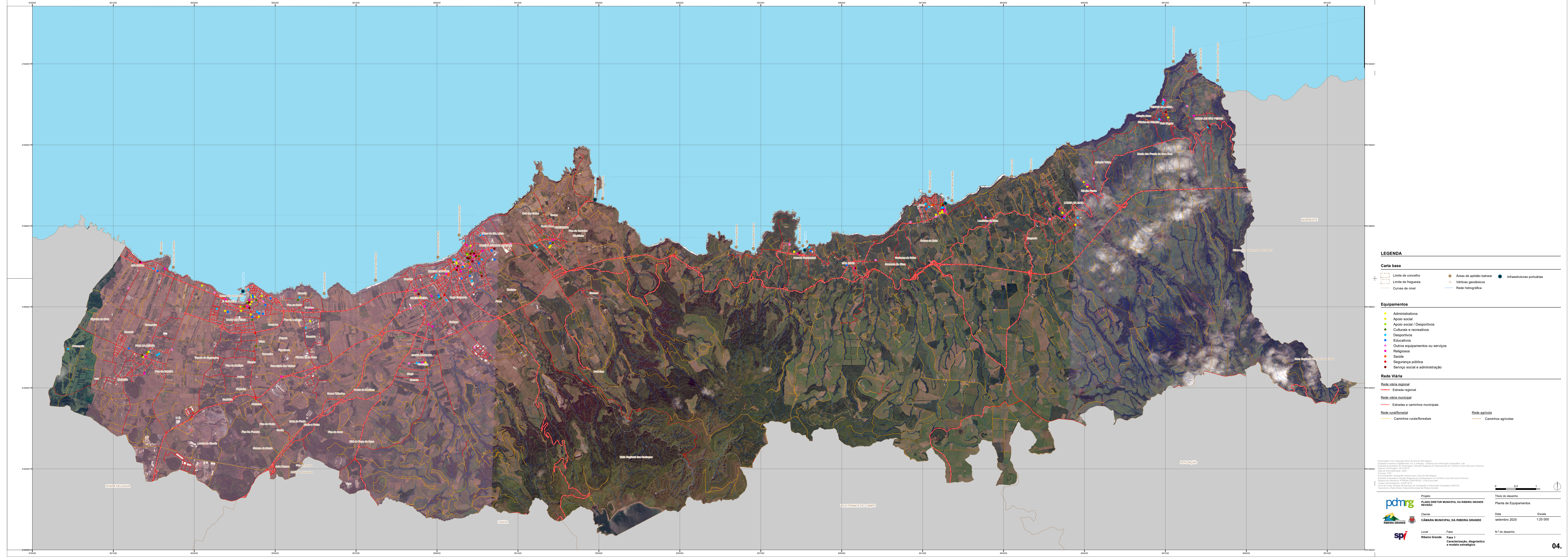
- Investimento na economia do conhecimento e nas áreas de produção industrial
- Investimento na economia do mar
- Potenciar as conexões e ligações externas

Figura 104. Esquema territorial

Fonte: Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, 2021

Anexos

- Planta 4 – Planta de equipamentos
- Planta 5 – Planta de infraestruturas



LEGENDA

Carta base

- Limite de concelho
- Limite de freguesia
- Curvas de nível
- Áreas de aptidão balnear
- Vértices geodésicos
- Rede hidrográfica
- Infraestruturas portuárias

Equipamentos

- Administrativos
- Apoio social
- Apoio social / Desportivos
- Culturais e recreativos
- Desportivos
- Educativos
- Outros equipamentos ou serviços
- Religiosos
- Saúde
- Segurança pública
- Serviço social e administração

Rede Viária

- Rede viária regional
- Estrada regional
- Rede viária municipal
- Estradas e caminhos municipais
- Rede rural/forestal
- Caminhos rurais/forestais
- Rede agrícola
- Caminhos agrícolas

Osmatagem com resolução 30m do Rio de São Miguel
Dados produzidos: DigitalGlobe, Inc. e Intergraph - Sistemas de Informação Geográfica, Ltd.
Estado: proposta de Osmatagem, Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
Data de Osmatagem: 2011/01/18
Data de Osmatagem: 2020
Formato: PDF
Osmatagem cartográfica orientada para a Rio de São Miguel
Estado: proposta de Osmatagem, Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
Sistema de referência: PTMAD (UTM/ETRS) - UTM Zona 28N
Linha de referência: 4420 012
Linha de escala: 1:25 000
Linha de escala: 1:25 000
Linha de escala: 1:25 000



Projeto	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE	Título do desenho	Planta de Equipamentos
Revisão			
Cliente	CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE	Data	setembro 2025
		Escala	1:25 000
Local	Ribeira Grande	N.º do desenho	
Fase	Fase 1		
	Caracterização, diagnóstico e modelo estratégico		

